

Capítulos de História Política



Charles Sidarta Machado Domingos
Alessandro Batistella
Douglas Souza Angeli
Organizadores

**Capítulos de
História Política**
Fontes, objetos e abordagens

Charles Sidarta Machado Domingos
Alessandro Batistella
Douglas Souza Angeli
Organizadores

Capítulos de História Política

Fontes, objetos e abordagens

E-book



2018

© Dos autores – 2018

Editoração: Oikos

Capa: Douglas Angeli

Revisão: De responsabilidade dos organizadores

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Unisinos)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luís H. Dreher (UFJF)
Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)
Marluza M. Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

C244 Capítulos de História Política: fontes, objetos e abordagens. [E-book] /
Organizadores: Charles Sidarta Machado Domingos, Alessandro
Batistella e Douglas Souza Angeli – São Leopoldo: Oikos, 2018.

465 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-7843-782-4

1. História política. 2. Historiografia. 3. Estados-nacionais – Relações
internacionais. 4. Partidos e eleições. 5. Crises – Golpes. I. Domingos, Char-
les Sidarta Machado. II. Batistella, Alessandro. III. Angeli, Douglas Souza.

CDU 981:32

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação | 7 |
| Parte 1 – Conceitos e Historiografia | |
| Capítulo 1 – A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico | 12 |
| <i>Jonas Moreira Vargas</i> | |
| Capítulo 2 – Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo | 36 |
| <i>René E. Gertz</i> | |
| Capítulo 3 – História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da História Conceitual do Político | 53 |
| <i>Luis Carlos dos Passos Martins</i> | |
| Capítulo 4 – Reflexões acerca do conceito de populismo | 75 |
| <i>Alessandro Batistella</i> | |
| Capítulo 5 – Maio de 1968: um mundo em transformação: “é proibido proibir”! | 93 |
| <i>Carla Brandalise</i> | |
| Parte 2 – Estados Nacionais e Relações Internacionais | |
| Capítulo 6 – Uma linha, uma ilha e um continente: nas fronteiras terra adentro, um reino pariu um Império (1530-1830) ... | 115 |
| <i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i> | |
| Capítulo 7 – Nas margens do Estado: a transgressão da fronteira e a construção do Estado Nacional ao sul do Brasil Império | 145 |
| <i>Mariana Flores da Cunha Thompson Flores</i> | |
| Capítulo 8 – Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863) | 164 |
| <i>Carla Menegat</i> | |
| Capítulo 9 – A Argentina no horizonte da grande estratégia de Rio Branco | 186 |
| <i>Adelar Heinsfeld</i> | |
| Capítulo 10 – História Política e Relações Internacionais: uma abordagem sobre o segundo governo Vargas (1951-1954) | 204 |
| <i>Ana Luiza Setti Reckziegel</i> | |

Parte 3 – Trajetórias e Protagonistas

Capítulo 11 – “A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”:
imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890) 224
Carina Martiny

Capítulo 12 – Cisões partidárias e jogos políticos:
a dissidência republicana de 1907 247
Tassiana Maria Parcianello Saccol

Capítulo 13 – Entre a história e a política: a trajetória intelectual
de João Pinto da Silva 270
Cássia Daiane Macedo da Silveira

Capítulo 14 – Apontamentos sobre a trajetória política de Alberto
Pasqualini: da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937) .. 290
Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Parte 4 – Partidos e Eleições

Capítulo 15 – O processo de formação e atuação do
Partido Libertador (décadas de 1920 e 1930): notas de pesquisa 314
Rodrigo Dal Forno

Capítulo 16 – Santinhos, comícios e apertos de mão:
sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática ... 335
Douglas Souza Angeli

Capítulo 17 – Contrapontos: petismo, peemedebismo e a polarização em
torno de projetos políticos distintos no Rio Grande do Sul (1994-1998) .. 355
Rafael Saraiva Lapuente

Parte 5 – Crises e Golpes

Capítulo 18 – O início do fim: o ano de 1962 como estopim
internacional do Golpe de 1964 378
Charles Sidarta Machado Domingos

Capítulo 19 – Que tempo (ainda) presente é esse? Os cinejornais
da Agência Nacional e a propaganda política no governo
Castelo Branco (1964-1967) 401
Tatyana de Amaral Maia

Capítulo 20 – A História do Tempo Presente e os usos dos arquivos
repressivos da ditadura civil-militar brasileira no avanço da democracia .. 421
Ananda Simões Fernandes

Capítulo 21 – O golpe invisível: mídia, política, História e
a Universidade em tempos incertos 441
Luiz Alberto Grijó

Sobre os autores e as autoras 463

Apresentação

Na segunda metade do Século XVIII, o mundo passou por uma transformação profunda. Eric Hobsbawm viu naquele processo a irrupção do mundo contemporâneo, filho da Dupla Revolução: de um lado, na Inglaterra, a rápida e fulminante modificação das técnicas e dos processos produtivos dos bens de consumo trouxe novas relações sociais de produção que, também sem demora, trataram de se espalhar, como num rastilho de pólvora, para as demais nações que iam se industrializando; de outro lado, na França, em um período de 10 anos, foi construído, com muita luta, dor e sangue, um novo arcabouço para organizar a vida social e seus conflitos, centrado agora na Lei e não mais em Deus, inaugurando, dessa forma, e em oposição à noção de súdito, a ideia de cidadania. Revolução Industrial e Revolução Francesa, economia e política, nessas bases é que o mundo contemporâneo se assentou¹.

Neste livro é a dimensão política da História Contemporânea o que mais nos interessa. Passados 30 anos da primeira publicação de *Por uma História Política*, hoje não mais é necessário o embate pela afirmação da História Política como uma importante vertente historiográfica. Ninguém hoje mais duvida de sua legitimidade². Nas últimas décadas, a produção historiográfica no âmbito da História Política se multiplicou e avançou em direção à pluralidade de abordagens, incorporando fontes não produzidas por meios oficiais, mas também retornando às fontes estatais com novos problemas e metodologias. As interfaces com a História Social e a utilização de suas ferramentas metodológicas levaram ao que pode ser chamada de História Social da Política.

Como efeito desse percurso, os domínios da História Política hoje são mais amplos, como pode ser verificado nesses *Capítulos de História Política* através do emprego de suas fontes, objetos e abordagens. Os autores e as autoras dos capítulos desta coletânea também formam, propositadamente, uma pluralidade institucional, de perspectivas e de etapas de suas formações e carreiras: dos que se dedicam aos estudos de História Política há algumas décadas a jovens pesquisadores e pesquisadoras. Em comum, trata-se de historiadores e historiadoras vinculados a instituições do Rio Grande

¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015, p. 15.

² RÉMOND, René. *Pour une histoire politique*. Paris: Le Seuil, 1988. Essa discussão sobre a renovação da História Política foi incorporada no Brasil a partir das reflexões de FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos históricos*, v. 5, n. 10. 1992. p. 265-271.

do Sul³. Os capítulos são resultados de pesquisas recentes desenvolvidas por seus autores e autoras, trazendo, portanto, novas contribuições aos estudos da História Política em cinco eixos temáticos que dividem o livro: Conceitos e Historiografia; Estados Nacionais e Relações Internacionais; Trajetórias e Protagonistas; Partidos e Eleições; e Crises e Golpes.

A primeira parte, **Conceitos e Historiografia**, inicia com o capítulo *A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico*, no qual Jonas Moreira Vargas, ao mesmo tempo em que apresenta criticamente as principais abordagens historiográficas acerca da política no Rio Grande do Sul no período, reflete sobre sua própria trajetória de pesquisador e sobre a forma como foi incorporando ferramentas metodológicas da História Social em suas pesquisas. Na sequência, René E. Gertz, em *Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo*, apresenta um novo levantamento de trabalhos sobre o período 1937-1945, desta vez com foco em teses produzidas fora do Brasil. No capítulo *História dos conceitos e conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político*, Luis Carlos dos Passos Martins traça um panorama das principais vertentes da história conceitual do político, ressaltando a importância, os limites e as possibilidades do uso da imprensa como fonte nesse tipo de abordagem, considerando sua trajetória de pesquisa sobre a imprensa brasileira no segundo governo Vargas (1951-1954). Na sequência, temos *Reflexões acerca do conceito de populismo*, de Alessandro Batistella, onde o autor analisa os principais argumentos presentes nos debates sobre a utilização do conceito de populismo como chave explicativa da política brasileira entre 1930 e 1964. Encerrando a primeira parte, Carla Brandalise revisita os acontecimentos de 1968 e seu espírito de contestação com ênfase no movimento estudantil na França e nos Estados Unidos, em um capítulo intitulado *Maió de 1968. Um mundo em transformação: “É proibido proibir!”*.

A segunda seção do livro se preocupa com os **Estados Nacionais e Relações Internacionais** e tem como primeiro capítulo *Uma linha, uma ilha e um continente: nas fronteiras terra adentro, um reino pariu um Império (1530-1830)*. Neste capítulo, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli percorre um grande rol de fontes primárias tratando desde os primórdios da política portuguesa na América até o Primeiro Reinado no século XIX. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores aborda a criminalidade na fronteira e a construção política do Estado

³ Sendo elas: Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nacional brasileiro em *Nas margens do Estado: a transgressão da fronteira e a construção do Estado nacional ao sul do Brasil Império*. Ainda privilegiando a História Política do século XIX, Carla Menegat demonstra em *Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)* como os múltiplos conflitos na fronteira tiveram que ser, de certa forma, administrados nas disputas internas e externa sobre os projetos nacionais. Em *A Argentina no horizonte da grande estratégia de Rio Branco*, Adelar Heinsfeld investiga as estratégias políticas de Rio Branco – já no século XX, quando este assume o Ministério das Relações Exteriores – baseadas na consolidação das fronteiras nacionais, na projeção internacional do prestígio brasileiro e na conquista da hegemonia continental frente, principalmente, a Argentina. Por fim, essa seção do livro se encerra com o capítulo *História Política e Relações Internacionais: uma abordagem sobre o segundo governo Vargas (1951-1954)*, no qual Ana Luiza Setti Reckziegel apresenta e analisa as ações da política externa do segundo governo de Getúlio Vargas a partir da documentação da triangulação Brasil-Argentina-Estados Unidos no contexto internacional do pós-guerra sem descuidar-se dos atos de política interna da vida brasileira.

A terceira parte, **Trajatórias e Protagonistas**, inicia com o capítulo de Carina Martiny, intitulado *“A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”: imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890)*. Nele, a autora analisa a atuação de Júlio de Castilhos no jornal *A Federação* – importante para sua ascensão como líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em seguida, Tassiana Maria Parcianello Saccol, com *Cisões partidárias e jogos políticos: a dissidência republicana de 1907*, no qual acompanha o percurso do líder republicano Fernando Abbott como forma de compreender o jogo político que deu forma à segunda grande cisão do PRR: a dissidência de 1907. No capítulo *Entre a história e a política: a trajetória intelectual de João Pinto da Silva*, Cássia Daiane Macedo da Silveira apresenta a trajetória de um intelectual voltado à Literatura, mas que sempre esteve próximo do poder político, possibilitando à autora uma reflexão sobre as vinculações entre os intelectuais e a política no início do século XX. Encerrando essa parte, temos o capítulo de Diego Orgel Dal Bosco Almeida, *Apointamentos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini: da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937)*. Nele, o autor apresenta aspectos menos explorados da trajetória de Alberto Pasqualini, com ênfase para a conversão de um capital de notoriedade adquirido na Faculdade de Direito no jogo político durante sua atuação no Partido Libertador na década de 1930.

Temáticas clássicas e, portanto, sempre atuais da História Política estão concentradas em **Partidos e Eleições**. Iniciando a seção, Rodrigo Dal Forno, em *O processo de formação e atuação do Partido Libertador (décadas de 1920*

a 1930): *notas de pesquisa*, realiza uma revisão historiográfica e tece reflexões de ordem teórica e metodológica acerca do seu objeto de estudo. No capítulo seguinte, Douglas Souza Angeli, em *Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática*, propõe discutir algumas questões, fontes e possibilidades de análises referentes ao estudo da mobilização eleitoral entre os anos de 1945-1964. Finalizando a seção, Rafael Saraiva Lapuente analisa o contexto político no Rio Grande do Sul na década de 1990, especificamente os distintos projetos políticos propostos pelo PT e pelo PMDB em *Contrapontos: petismo, peemedebismo e a polarização em torno de projetos políticos distintos no Rio Grande do Sul (1994-1998)*.

Por fim, em sintonia com os tempos em que vivemos, o livro apresenta a seção **Crises e Golpes**. Charles Sidarta Machado Domingos demonstra – através de pesquisas em diversificadas fontes primárias – em *O início do fim: o ano de 1962 como estopim internacional do Golpe de 1964* como a deterioração das relações entre Kennedy e Goulart ao longo do ano de 1962 constituiu o começo da desestabilização do último governo do tempo da primeira experiência democrática brasileira. Tatyana de Amaral Maia em *Que tempo (ainda) presente é esse? Os cinejornais da Agência Nacional e a propaganda política no governo Castelo Branco (1964-1967)* descortina, através de rica fonte áudio-visual, como se pretendeu construir a imagem pública da ditadura, ainda em seu primeiro período, pelos que tomaram o poder. Em relação ainda com a ditadura instaurada em 1964, Ananda Simões Fernandes em *A História do Tempo Presente e os usos dos arquivos repressivos da ditadura civil-militar brasileira no avanço da democracia* destaca analiticamente como a ditadura que iniciou em 1964 sempre procurou manter o controle sobre a informação, seja através de sua produção, seja através de sua disseminação, a tal ponto que o país é reconhecido por seus vizinhos do Cone Sul como o país do silêncio. Finalizando esta última seção, Luiz Alberto Grijó nos traz uma importante reflexão intitulada *O golpe invisível: mídia, política, História e a Universidade em tempos incertos*, na qual as relações submersas entre mídia e política vêm à tona através da diligente pesquisa histórica.

Os autores e as autoras desses *Capítulos de História Política*, a despeito de diferentes locais de formação, geração e perspectivas teóricas, têm em comum o apreço pela História Política como forma de análise de nossa sociedade. Mais do que nunca, a pesquisa e a reflexão se mostram como indispensáveis para o entendimento do que está acontecendo e do que está por vir. Afinal, como enfrentarmos aquilo que não conhecemos?

Charles Sidarta Machado Domingos
Alessandro Batistella
Douglas Souza Angeli

PARTE 1

Conceitos e Historiografia

A política rio-grandense no Segundo Império: um balanço historiográfico

Jonas Moreira Vargas

Lembro com certa saudade do ano de 2005. Quando ingressei no Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul meu objetivo era estudar os partidos políticos monárquicos, dando ênfase aos mecanismos de recrutamento da elite política no Rio Grande do Sul, na segunda metade doséculo XIX. Os arquivos de Porto Alegre eram a minha segunda casa e preencher minhas bases de dados sobre as elites rio-grandenses era quase um passatempo. Um ano depois, tive a oportunidade de apresentar os resultados parciais da minha pesquisa no VIII Encontro Estadual de História, realizado na Universidade de Caxias do Sul. Foi um evento proveitoso, mas um pouco frustrante para mim que buscava interlocutores a respeito da mencionada temática. Tendo inscrito meu trabalho no Simpósio organizado pelo GT de História Política, eu era o único dos comunicadores que pesquisava o período monárquico. O coordenador da sessão era o estimado Professor René E. Gertz, que, percebendo a situação, colocou-me como o primeiro a falar, anunciando minha apresentação da seguinte forma: “Então vamos começar com o Jonas na Baixa Idade Média... depois passamos para o século XX”. Foram muitas risadas (de fato, foi uma boa piada). Ao final, não participei do debate, pois não recebi perguntas do público e nem dos colegas. Não era uma boa época para se estudar o tema que eu havia escolhido e essa experiência foi fundamental para que eu decidisse trocar de temática no Doutorado, quando passei a trabalhar com a história agrária da província, as charqueadas e a escravidão – terreno no qual acabei encontrando muitos interlocutores.

Contudo, se esse mesmo evento que narrei acima tivesse ocorrido nos dias de hoje, eu não teria o mesmo problema. Atualmente, o cenário apresenta-se bastante distinto, pois uma nova geração de historiadores tem contribuído de forma marcante com aspectos anteriormente pouco estudados. Esses novos trabalhos apresentam uma abordagem diferente dos clássicos estudos dos anos 1980 e 1990. Ao invés de uma história das ideias e

das ideologias políticas e partidárias, amparada em discursos parlamentares, fontes jornalísticas e relatórios oficiais, tem se praticado mais uma *História social da política*, preocupada, sobretudo, com os atores sociais envolvidos em todo o universo da política, desde os votantes pobres até os grandes líderes, passando por outros grupos de agentes que influíam neste mundo. Estudos sobre os mediadores políticos, a importância dos oficiais militares e milicianos na época dos pleitos, as disputas das facções locais pelo controle dos cargos paroquiais e o debate a respeito da construção do Estado imperial, elencando autores que vão de José Murilo de Carvalho até Maria Fernanda Martins, são temas certos nas pesquisas atuais, mas na época que ingressei no Mestrado não o eram. Todos eles fizeram parte do repertório de temas que busquei enfrentar naqueles anos, por meio de rigorosa e cansativa pesquisa empírica. Minha dissertação de mestrado¹ foi o ponto de encontro de muitas contribuições e diálogos que tive com grandes amigos na época e de fontes que coletei desde o período em que fui estagiário no Memorial do Judiciário – TJRS (2000-2002). Portanto, aproveitei os dez anos de “Entre a paróquia e a Corte” para fazer uma reavaliação das contribuições recentes no mencionado campo historiográfico.

O presente texto está dividido em três partes. Num primeiro momento comento o contexto historiográfico anterior aos anos 2000 e de como as abordagens sobre o tema dividiam-se em pelo menos duas vertentes: uma mais focada na reconstrução das ideologias partidárias a partir de fontes oficiais e outra um pouco mais preocupada em incorporar os aspectos socioeconômicos que estavam por trás do mundo da política. Posteriormente, trato do quadro geral encontrado por mim quando ingressei no curso de Mestrado, os dilemas que enfrentei na construção de “Entre a paróquia e a Corte”, destacando como busquei resolvê-los em termos teóricos e metodológicos. Por último, examino os caminhos que atualmente estão sendo trilhados por aqueles que seguem praticando uma *História social da política* para estudar o período, que objetos de pesquisa foram tratados e o que ainda está por ser feito.

¹ Defendida como dissertação de mestrado em 2007 e premiada pela Anpuh-RS, em 2009, a pesquisa foi publicada na íntegra: VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM/Anpuh-RS, 2010.

A Historiografia sobre o tema

As análises mais aprofundadas a respeito da vida política na época do Segundo Reinado só começaram a surgir na historiografia rio-grandense a partir do século XX. Obras referentes à Revolução Farroupilha (1835-1845) já vinham sendo escritas no século XIX², mas não irei incorporar as mesmas no presente artigo, uma vez que a formação dos partidos políticos rio-grandenses e a consolidação de um sistema político parlamentar com eleições regulares só começam a tomar força após a Guerra³. Assim sendo, as análises que mais se destacaram na primeira metade do século XX e que analisaram parcialmente o período, foram produzidas por memorialistas e/ou membros do IHGRS. Neste sentido, biografias de figuras políticas importantes, como Júlio de Castilhos, Gaspar Silveira Martins e o General Osório geralmente pincelaram questões a respeito da política rio-grandense do período⁴. Contudo, as mesmas não têm esse tema como objeto principal de estudo. As chamadas “histórias municipais” também são um exemplo disso, como “A cidade de Pelotas”, de Fernando Osório, que trouxe importantes questões a respeito da política pelotense e provincial⁵.

De tudo o que foi escrito naqueles anos, com certeza o texto de Deoclécio Paranhos Antunes é a referência mais importante sobre o tema⁶.

² ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos*. Porto Alegre: Corag, 1986 (1. ed. 1881); ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *História da República Rio-grandense*. Porto Alegre: ERUS, 1981 (1. ed. 1882); BARCELOS, Ramiro. *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 1987 (1. ed. 1882).

³ Por esse motivo não incorporei no presente texto alguns ótimos trabalhos num período anterior ou durante a Guerra, como, por exemplo, GUAZZELLI, César A. B. *O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 1998; KLAFKE, Álvaro. *O Império na Província: construção do Estado Nacional nas páginas de O Propagador da Indústria Rio-grandense (1833-1834)*. Dissertação de mestrado em História, UFRGS, 2006; RIBEIRO, José Iran. “*De tão longe para sustentar a honra nacional*”: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2009; MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFRGS, 2009; COMISSOLI, Adriano. *A serviço de sua majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (c. 1808 - c. 1831)*. Tese de Doutorado: PPGHIS-UFRJ, 2011, entre outros.

⁴ Ver, por exemplo, TEIXEIRA, Múcio. *Os Gaúchos*. Rio de Janeiro: Editores Leite Rieiro & Maurício, 1920; ROSA, Othelo. Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos. Porto Alegre: Globo, 1928; SILVEIRA MARTINS, José Júlio. Silveira Martins. Rio de Janeiro: Tipografia São Benedito, 1929; OSÓRIO, Fernando e OSÓRIO, Joaquim. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia de G. Leuzinger & Filhos, 1º v. (1894), 2º v. (1915).

⁵ OSÓRIO, Fernando Luis. *A Cidade de Pelotas*. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922.

⁶ ANTUNES, Paranhos. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889). In: *Anais do Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense*. Porto Alegre: IHGRS/Livraria do Globo, v. 2, 1936.

Militar de carreira e membro do IHGRS, o autor buscou traçar um panorama político do período, redigindo uma história dos partidos conservador, liberal e progressista, além do movimento republicano. Tratava-se de um ensaio que não apresentava de forma clara as referências e fontes documentais utilizadas, sendo que em alguns momentos o autor cita trechos de cartas de líderes políticos que diz pertencerem ao seu acervo pessoal. Mesmo com tais limitações, o texto de Antunes firmava uma das tendências historiográficas aqui estudadas e que faria escola nas próximas décadas: compreender a história das ideias políticas dos partidos da época com base nos discursos parlamentares de seus líderes e documentação oficial dos mesmos.

Até os anos 1960 este foi o principal texto a dar conta do mencionado tema de forma mais panorâmica. Digamos que o método e as fontes a serem estudadas já estavam ali presentes. Contudo, uma maior preocupação com as relações entre o mundo político e as estruturas socioeconômicas encontrava-se totalmente ausente na análise de Antunes. E esta seria a linha seguida por Helga Piccolo, anos mais tarde. A tese da autora, defendida em 1972, é até hoje uma referência fundamental para os estudos sobre a história política do Rio Grande do Sul⁷. De acordo com Piccolo, a origem do Partido Republicano na província teria sido tardia, já que, fundado em 1882, distanciava-se bastante dos movimentos republicanos no Rio de Janeiro (cujo partido surgiu em 1870) e São Paulo (com fundação em 1873). Conforme a autora, o PRR demorou a ser criado porque o Partido Liberal rio-grandense, por conta da liderança de Gaspar Silveira Martins, possuía um posicionamento bastante radical para a sua época, ofuscando o discurso dos propagandistas republicanos. Uma prova disso, segundo a autora, seria que Ramiro Barcelos, Wenceslau Escobar e Francisco Xavier da Cunha, reconhecidos republicanos, elegeram-se deputados pela sigla Liberal. Tratava-se de uma tese bastante interessante, apesar de pouco revisitada e pouco debatida nos anos posteriores.

A obra de Piccolo trazia conclusões oriundas da leitura sistemática dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial e do estudo do pensamento político das principais lideranças, aproximando-se muito da linha proposta por Paranhos Antunes – autor com quem ela dialoga ao longo do texto. Portanto, no mencionado trabalho também não existiam muitas preocupações com os aspectos sociais e econômicos que afetavam o campo da políti-

⁷ PICCOLO, Helga. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.

ca e nem com o perfil social das duas lideranças. Dois anos depois, ao publicar a sua tese, a própria autora reconheceu essa falta: “Não negamos que para o conhecimento do posicionamento e pensamento políticos, seria necessário tomar em consideração a ambientação sócio-econômica dos personagens que fizeram política no Rio Grande do Sul. Mas, se esse é um estudo que ainda está por ser feito em relação aos políticos que atuaram no centro político do Império (...) o mesmo vale para o Rio Grande do Sul⁸”.

A preocupação em estabelecer uma maior relação entre o espaço da política com os fatores socioeconômicos da época partiria de um outro grupo de historiadores contemporâneos à Piccolo. Os trabalhos de Sérgio da Costa Franco, Joseph Love e Spencer Leitman deram os primeiros passos no sentido de realizar melhor essa relação⁹. Todos os três, em algum momento de suas pesquisas, buscavam compreender ou o papel de fazendeiros, charqueadores e comerciantes na vida política provincial, como fez Leitman, ou as origens sociais e geográficas dos líderes dos partidos da época, como fizeram os outros dois. Contudo, apesar da mencionada contribuição historiográfica, nenhum deles tratava especificamente do sistema político partidário e das lideranças monarquistas no Segundo Reinado. Os trabalhos de Franco e Love, por preocuparem-se com a política no período republicano, analisavam o contexto da política provincial apenas para compreender o surgimento do PRR.

É nessa época que começa a surgir uma *ideia-força* presente em muitas análises posteriores, a de que o Partido Liberal representava os interesses dos estancieiros da região da Campanha¹⁰. Não se sabe bem ao certo quem sacralizou esse modelo interpretativo, presente em quase todas as análises escritas nos anos 1980 e 1990, mas sem dúvida Franco foi quem forneceu os principais esquemas analíticos que contribuíram nesse sentido. Ao biografar Júlio de Castilhos, principal cabeça pensante do PRR, o autor buscou tentar entender as origens de seu comportamento político. Para tan-

⁸ PICCOLO, Helga. Op. cit., p. 17.

⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996 (1. ed. 1967); LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975 (1. ed. 1971); LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (1. ed. 1972).

¹⁰ Geograficamente, poderíamos definir a região da Campanha como um extenso território situado no sudoeste da província, na fronteira com o Uruguai, localizado abaixo do rio Ibicuí e que se estenderia, aproximadamente, até Jaguarão, quase no litoral da província. Era uma região na qual a pecuária bovina constituía-se no principal eixo econômico e cujos novilhos eram vendidos, em sua grande maioria, para as charqueadas de Pelotas.

to, enfatizou a sua origem social na região serrana do Rio Grande do Sul, local, segundo ele, economicamente mais pobre, sem unidades militares e sem poderosos coronéis. Portanto, tratava-se de uma população incapaz de adquirir escravos, “de modo que o braço negro jamais se erigiu em fundamento do sistema produtivo”. Segundo Franco, “de tudo isso resultou, como é óbvio, uma sociedade de feição incomparavelmente mais democrática que a da Campanha meridional”. Além disso, a região serrana não teria expressão entre as lideranças políticas e a nobreza titulada da província. Para o autor:

Tais antecedentes histórico-sociais de seu meio nativo são importantes para a compreensão da vida pública de Júlio de Castilhos que, embora sendo um filho de senhores rurais, integrado por suas origens na classe dominante da Província, se tornou um demolidor da estrutura política tradicional. É evidente que não se pretende haja o meio predeterminado os lineamentos de sua vida pública, mas parece certo que tenha condicionado favoravelmente a independência que ele precocemente revelou em face dos grupos que tutelavam a Província¹¹.

O esquema analítico de Franco buscava opor os republicanos aos monarquistas, recorrendo às suas distinções geográficas e socioeconômicas. Daí a figura de Gaspar Silveira Martins é colocada como contraponto à do propagandista Castilhos. Nascido e criado numa região rica, na qual a escravidão era muito mais importante, Gaspar galgou postos até tornar-se, conforme Franco, o “autocrata dos pampas”. O Partido Liberal, nesse contexto, era uma “agremiação tradicionalmente forte (...) robustecida pelo comando único e decisivo de um líder excepcional”. Assim sendo, não havia espaços para os conservadores, mas apenas o “absoluto predomínio” do Partido de Gaspar. Usando relatos de viajantes, Franco também argumenta que o político bajeense exercia um fascínio sobre a população do campo. Se “o magnetismo pessoal que Gaspar exercia pôde fazê-lo, no Parlamento e nas rodas da Corte, uma figura temida e respeitada, o que não poderia ele em sua província, entre eleitores tacanhos e políticos de aldeia?¹²”. Com essas palavras, origem social, localização geográfica e ideologia política se imbricavam, abrindo espaço para a ideia de que o Partido Liberal (que nada mais era do que o Partido de Gaspar, na opinião do autor) não poderia representar outra coisa que não os interesses da classe social da qual ele fazia parte.

¹¹ FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 10.

¹² FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit., p. 24-26.

Portanto, mesmo que Franco relativize a sua interpretação determinista, fica bastante evidente que a origem do republicanismo de Castilhos, em sua análise, vinha do meio no qual cresceu e foi educado. Por mais que isso tenha influenciado na sua trajetória política, tal modelo não explica, por exemplo, o republicanismo de outros líderes da época, uma vez que muitos deles eram justamente da região da Campanha¹³ – o território, por excelência, dos “rivais” de Castilhos e, supostamente, de todos os líderes liberais. Neste sentido, é interessante pensar que, quase um século antes, Assis Brasil associava o republicanismo de sua geração às características do típico homem rio-grandense da Campanha. Acostumado com uma vida em liberdade e sempre cavalgando pelas campinas da província, esse homem necessitava viver sob um regime político que garantisse o pleno desenvolvimento de tais características naturais não apenas na sua vida cotidiana, mas também na política. Assim sendo, era necessário derrubar a monarquia centralizadora, pois ela vedava tais direitos aos rio-grandenses¹⁴. Assis Brasil, que era de família pecuarista rica e da região da Campanha, era tão importante quanto Castilhos nessa época da propaganda, sendo o único deputado eleito pelo PRR no período. Contudo, como se verá adiante, o que acabou prevalecendo na historiografia foi um modelo analítico baseado nas considerações de Franco.

Anos depois, Love dedicou algumas páginas de seu livro demonstrando a importância do General Osório e de Silveira Martins na liderança do Partido Liberal e enfatizando o fato de ambos serem estancieiros na região da Campanha¹⁵. Um detalhe importante é que Love, além de citar o trabalho de Franco nas primeiras páginas de seu livro, justamente no momento em que contextualiza as regiões da província e suas estruturas socioeconômicas, também o inclui nos agradecimentos como um dos seus interlocutores. Leitman, por sua vez, encerra a sua obra mostrando como alguns estancieiros moradores da região da Campanha e herdeiros políticos dos ideais liberais farroupilhas continuaram a influir na política regio-

¹³ VARGAS, Jonas M.; SACCOL, Tassiana. Pai monarquista, filho republicano: propaganda republicana, eleições e relações familiares a partir da trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (1877-1889). In: *Anais da VIII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do RS*. Porto Alegre: Corag/APERS, 2010. p. 225-249.

¹⁴ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. Op. cit.

¹⁵ LOVE, Joseph. Op. cit., p. 22-24. A importância de Osório na liderança do Partido Liberal havia sido apenas mencionada por Franco. Em sua trama, não fazia sentido diminuir o protagonismo de Silveira Martins, pois, com a instalação da República e a Revolução Federalista (1893-1895), ele e Castilhos encabeçariam os distintos modelos políticos em disputa.

nal dos anos 1850 e 1860, mas não afirma diretamente que o Partido os representasse¹⁶.

Entretanto, o livro de Leitman também tornou-se importante por outros motivos. Mesmo que tenha como foco a Guerra dos Farrapos (1835-1845), o autor estabeleceu uma série de reflexões a respeito de outros sujeitos que também participavam da vida política provincial. Neste sentido, a preocupação com o papel dos “caudilhos” na política rio-grandense trazia consigo uma dupla contribuição: ao mesmo tempo em que rompia com uma historiografia hegemônica na área – que afirmava a inexistência de caudilhos na sociedade e política rio-grandense do oitocentos¹⁷ – o autor encerrou sua obra enfatizando a importância dos mesmos não apenas durante a Guerra, mas também nas décadas posteriores ao conflito. Soma-se a isso o fato de que tanto Leitman como Love utilizaram-se de vasta documentação epistolar, revelando a importância dos bastidores da política, as negociações, as alianças eleitorais e as relações sociais para além dos discursos oficiais. Neste sentido, sem cair num esquema simplista como o esboçado por Franco, os autores relacionavam o mundo da política com o das relações sociais e econômicas de sua época, arriscando-se a compreender o que dividia a elite política para além das ideologias partidárias.

Nos anos 1980 e 1990, ambas as vertentes foram reatualizadas. Seguindo a linha interpretativa próxima aos estudos de Love, Leitman e Franco, temos uma série de trabalhos realizados no final dos anos 1970 até o início dos anos 1990. Tratava-se de uma notável geração de historiadores, economistas e cientistas políticos que, em sua maioria, tinham como foco principal de investigação o período republicano. Contudo, ao terem que recuar para a década de 1880, com o objetivo de investigar o surgimento do PRR, estes estudos trouxeram grande contribuição ao analisar as origens da propaganda republicana e como funcionavam as disputas políticas no período monárquico¹⁸. Parte desses trabalhos também utilizou fontes documentais

¹⁶ LEITMAN, Spencer. Op. cit.

¹⁷ Para maiores detalhes ver GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

¹⁸ Refiro-me aos estudos de PINTO, Celi R. J. *Contribuição ao Estudo do Partido Republicano Rio-Grandense*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PPG em Ciência Política – UFRGS, 1978; KLIEMANN, Luíza H. *RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986; TRINDADE, Helgio & NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: EDUFRGS/Sulina, 1991; PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 8.a edição; FONSECA, Pedro Dutra. *Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983;

variadas, como inventários *post-mortem* e correspondências privadas, que destoavam da outra vertente, mais preocupada com as ideologias e as posições oficiais dos partidos. No entanto, nenhum deles refutou o modelo de Franco, mas ao contrário. Foi nessa época que outra *ideia-força* se consolidou. Se os liberais representavam os poderosos estancieiros da região da Campanha, os republicanos agora eram tidos como mais jovens, mais educados, pertencentes a setores agrários intermediários, com maior entrada entre as camadas médias urbanas e com vínculos sociais no planalto serrano. Quem melhor sacralizou essa imagem foi Celi Pinto. Para a autora, os republicanos “não pertenciam à tradicional elite pecuária da Campanha gaúcha, que quase em sua totalidade formava o Partido Liberal”, sendo que este foi “quase a única força política na província¹⁹”.

Na mesma época, outro grupo de historiadores seguiu o modelo analítico consolidado por Piccolo, destacando-se alguns trabalhos que recorreram principalmente ao estudo das ideias políticas a partir da imprensa partidária²⁰. De forma semelhante, mas buscando identificar um discurso político regionalista entre os líderes parlamentares, Newton Carneiro também trouxe grande contribuição para a temática. De todos os estudos posteriores ao de Piccolo,

FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; TARGA, Luiz Roberto. Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In: TARGA, Luiz R. (org.). *Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996, p. 81-92; RAMOS, Eloísa Capovilla da Luz. *O Partido Republicano Rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado: PPGH-UFRGS, 1990.

¹⁹ Seguindo um padrão inaugurado por Sérgio da Costa Franco, Pinto também afirmava que os republicanos “eram na sua maioria provenientes da região norte do estado, de ocupação recente e mais pobre do que a Campanha (...). Portanto, se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política rio-grandense”. Tratava-se de uma tese na qual as ideias defendidas eram resultado da posição dos indivíduos na estrutura social e econômica da sociedade. Anos depois, Ricardo Pacheco manteve a mesma interpretação, com poucas alterações (PACHECO, Ricardo de A. *Conservadorismo na tradição liberal: movimento republicano (1870-1889)*. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria M. (Org.) *História geral do Rio Grande do Sul: Império*. Porto Alegre: Méritos, 2007, v. 2, p. 139-153). Embora esse modelo já tivesse sido relativizado por Joseph Love (1975), foi apenas recentemente que essa tese foi criticada de forma mais completa, a partir de aprofundada pesquisa empírica (VARGAS, Jonas; SACCOL, Tassiana. Op cit.; SACCOL, Tassiana. *Um propagandista da República: Política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-PUCRS, 2013).

²⁰ GUTFREIND, Ieda. *Rio Grande do Sul (1889-1896): a Proclamação da República e a reação liberal através da sua imprensa*. Dissertação de mestrado. PPGH-PUCRS, 1979; PERURENA, Fátima. *A consciência conservadora através da imprensa*. Dissertação de mestrado. IFCH/UFRGS, 1985; ISAIA, Arthur. *A imprensa liberal rio-grandense e o regime eleitoral do Império: 1878-1889*. Dissertação de mestrado. PPGH-PUCRS, 1988; ALVES, Francisco das Neves. *O Discurso político partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Tese de Doutorado. PPGH-PUCRS, 1998.

este é sem dúvida o que mais se assemelha com o da autora em termos metodológicos, pois, assim como ela, Carneiro recheia todos os capítulos com análises meticolosas dos discursos proferidos pelos deputados provinciais, num esforço de reconstrução do posicionamento ideológico da elite política rio-grandense a partir dos mesmos. No entanto, nos momentos em que esses autores ensaiavam estabelecer alguma relação destas elites com as classes sociais da época, as mesmas *ideias-força* mencionadas acima eram reproduzidas²¹.

Apesar de contribuírem com a historiografia sobre a temática, o problema dessas abordagens é que a Assembleia Provincial só funcionava dois meses por ano e poucos deputados discursavam. Além disso, a imprensa partidária era profundamente tendenciosa e muitas vezes reproduzia apenas os posicionamentos políticos das poucas lideranças, sem espaço para opiniões adversas. Portanto, tratam-se de fontes que não atingem boa parte dos atores envolvidos no complexo campo das disputas políticas, como argumentei em “Entre a paróquia e a Corte”. A política na prática cotidiana, fora dos parlamentos, era negligenciada²². Uma das consequências de tal método de investigação é que o General Manuel Luís Osório, que não discursava e não escrevia artigos na imprensa, passa despercebido em quase todos os trabalhos, só sendo lembrado na cisão liberal de 1879, quando rompeu com Silveira Martins. Tal ausência é um grande equívoco, pois Osório foi fundamental na formação do Partido Liberal nos anos 1860 e responsável direta pela sua hegemonia nos anos 1870 (hegemonia essa construída a partir das relações sociais entre ele e outros líderes políticos fora do mundo parlamentar). Pesquisas recentes dão conta de outras lideranças com importante peso no partido, escapando da exclusividade dada a Silveira Martins²³.

²¹ Para Arthur Isaia, por exemplo, “o predomínio liberal na província era exercido pela elite tradicionalmente hegemônica nucleada na Campanha, que tinha na pecuária e na charqueada escravista o fundamento do seu processo de acumulação de capital” (ISAIA, Arthur. Op. cit., p. 20).

²² Com relação a essa questão, foram raras as exceções. Ver, por exemplo, RAMOS, Eloísa Capovilla. Op. cit.

²³ Para Ieda Gutfreind, Silveira Martins era “a expressão de uma vontade coletiva” (GUTFREIND, Ieda. Op. cit., p. 12-13). Sérgio da Costa Franco, como já foi dito, afirmou que, salvo Silveira Martins, o restante do Partido Liberal era formado por “políticos de aldeia” (FRANCO, Sérgio da Costa. Op. cit. 26). Amanda Both, por exemplo, demonstrou a importância de Henrique D’Ávila e José Francisco Diana no interior do Partido (BOTH, Amanda C. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)*. Dissertação de mestrado. PPGH-PUCRS, 2016). André Fertig, por sua vez, nos mostrou o mesmo com relação ao Visconde de Pelotas (FERTIG, André. “É singular a animadversão que votam ao exército alguns políticos do nosso país”: o Visconde de Pelotas e a questão militar. Anais do XXVI Encontro Nacional de História. Anpuh, 2011). A importância de tais lideranças políticas só veio à tona, historiograficamente falando, depois que mudei o foco de análise para toda a elite política provincial, em “Entre a paróquia e a Corte”.

Portanto, quando ingressei no Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2005, o painel historiográfico sobre a política rio-grandense no Segundo Reinado era esse: a) O Partido Liberal representava os interesses dos estancieiros da região da Campanha e Silveira Martins anulava as demais lideranças do partido; b) Pouco se sabia a respeito do Partido Conservador, nitidamente negligenciado pela historiografia²⁴; c) Os republicanos não se diferenciavam dos monarquistas somente pelas ideias, mas também social, econômica e intelectualmente, sem contar a origem geográfica de seus líderes; d) As fontes mais utilizadas continuavam sendo os discursos parlamentares e a imprensa partidária.

Como os anos 1990 apresentaram poucas inovações na área, foi a partir da década posterior que se iniciou uma revigorada nos estudos sobre o tema. Influenciados pelo trabalho de Richard Graham, que acabava de ser lançado no Brasil²⁵, Marcos Witt, que estudou a imigração no litoral norte da província e a política local, e André Fertig, que analisou a forma como a Guarda Nacional estava inserida nas relações de clientelismo da época, incorporaram ideias do autor nos seus respectivos estudos²⁶. Foi por meio da pesquisa de ambos que descobri o livro do historiador norte-americano Graham, que, ao estudar o sistema político imperial, retirou completamente o foco de análise da política central e de sua elite dirigente, supostamente encastelada na Corte imperial. Devassando arquivos pessoais atrás das negociações e conchavos políticos e chegando, por meio de uma vasta cadeia de intermediários, até as muitas facções regionais e municipais, Graham defende o importante papel no jogo político exercido pelos grandes proprietários de terra locais²⁷. Estes grandes fazendeiros espalhados por todo o Brasil não podiam ser descartados do processo de construção do Estado imperial, pois influíam nas decisões de juízes, delegados, vereadores e padres, decidiam as eleições. se apoderavam das patentes da

²⁴ Para Newton Carneiro, a elite econômica do Rio Grande do Sul “optou em massa” pelo Partido Liberal, que “constituiu-se, de fato, no partido oligárquico rio-grandense (representando a própria elite regional organizada)”(CARNEIRO, Newton. Op. cit., p. 331).

²⁵ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁶ WITT, Marcos. *Política no litoral norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e colonos alemães (1840-1889)*. Dissertação de mestrado. PPGH-Unisinos, 2001; FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873)*. Tese de Doutorado. PPGH-UFRGS, 2003.

²⁷ Décadas antes, Richard Graham havia orientado a tese de doutoramento de Spencer Leitman, o que certamente lhe auxiliou, além de muitas outras questões, a dar maior importância para o papel das elites regionais no interior do sistema político imperial.

Guarda Nacional, e seus braços se esticavam, por meio da mencionada rede de intermediários, até a política cortesã.

Ao contrário de José Murilo de Carvalho e Ilmar Roloff de Mattos, que davam importância apenas às elites dirigentes da Corte no processo de construção do Estado, considerando os grupos regionais como forças centrífugas que dificultavam o processo de unidade nacional²⁸, Graham abria a possibilidade de novos estudos sobre o tema. Mesmo que exagerasse em sua interpretação clientelística a respeito do Estado monárquico brasileiro, sua tese valorizava as ações políticas das elites provinciais. Anos depois, surgiram novas contribuições que, apesar de teórica e metodologicamente distintas, seguiam um caminho semelhante na valorização do papel dos grupos de elite distantes da Corte²⁹. Tratava-se de uma chave de leitura muito interessante para aqueles historiadores que frequentavam assiduamente os arquivos porto-alegrenses. Para mim, que havia sido estagiário no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul nos anos 2003 e 2004, foi quase um convite para enfrentar essa temática.

“Entre a paróquia e a Corte”: uma contribuição à historiografia sobre o tema

Em 2005, como já mencionei, praticamente não se pesquisava o tema considerado. Lembro que nos arquivos eu seguidamente encontrava a colega Elaine Sodré, que se interessava pela magistratura rio-grandense e suas relações políticas com os potentados locais, e Miguel Angelo Costa, que estava investigando a participação popular nas eleições em Rio Pardo³⁰. Ainda não conhecia os historiadores Alexandre Karsburg e Mauro Dilman, mas tempos depois fiquei sabendo que ambos dedicaram partes de suas dissertações refletindo sobre alguns aspectos relacionados à política pro-

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996; MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

²⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2005.

³⁰ Para um resultado dessas pesquisas: COSTA, Miguel da. *Entre a “flor da sociedade” e a escória da população: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unisinos, 2006; SODRÉ, Elaine. *A disputa pelo monopólio de uma força (i)legítima: Estado e administração judiciária no Brasil Império (Rio Grande do Sul, 1833-1871)*. Tese de doutorado. PPGH-PUCRS, 2009.

vincial³¹. Não se tratavam de estudos sobre os partidos políticos e suas lideranças, mas os mesmos buscaram incorporar aspectos do mundo da política em seus trabalhos, ampliando os espaços e objetos tradicionalmente estudados. Portanto, as qualificações eleitorais, a magistratura, as lideranças religiosas, entre outros, também podiam ser analisados como fenômenos políticos, para além do mundo dos parlamentos. No entanto, continuávamos sem uma análise que tivesse os partidos políticos monárquicos e suas lideranças, numa perspectiva provincial, como objeto principal de estudo. Neste sentido, sínteses sobre o panorama político provincial escritas na época, sem poder contar com novas interpretações, acabavam repetindo as mesmas *ideias-força* que marcaram os anos 1980³².

Assim sendo, escolhi percorrer um caminho historiográfico diverso daquele preocupado em investigar os discursos e ideologias dos partidos e dos seus líderes. Primeiro, porque eu achava que não havia mais nada de interessante a contribuir naquele sentido³³. Segundo, porque eu não acreditava e não acredito que se possa escrever uma história do período recorrendo somente aos anais parlamentares e aos editoriais de imprensa. Portanto, meu principal objetivo era entender melhor o funcionamento do sistema político imperial, em especial a inserção da elite política sul-rio-grandense no interior do mesmo. Motivado por uma curiosidade juvenil, quis descobrir incessantemente quem eram os indivíduos que compunham a elite política do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, o que dividia os mesmos entre conservadores e liberais, como se davam as suas relações com as camadas subalternas da sociedade, entre outros aspectos. A leitura de “A construção da Ordem”, de José Murilo de Carvalho, havia me estimulado a aplicar a mesma metodologia quantitativa num contexto provincial. No entanto, tudo o que eu lia naquela época me desviava para outras perspectivas de análise que focassem mais na ação política dos indivíduos e suas famílias.

³¹ DILLMANN, Mauro. *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no Bispoado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. Dissertação de mestrado. PPGH-Unisinos, 2007; KARSBURG, Alexandre. *Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia (Santa Maria, 1884-1897)*. PPGH-PUCRS, 2007.

³² KUHN, Fabio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002; MAESTRI, Mário. *O Império: da consolidação à crise do escravismo*. Passo Fundo: UPF, 2005.

³³ Atualmente, não penso da mesma forma. Creio que ainda há muito a contribuir com relação às mencionadas temáticas, sobretudo, partindo-se de uma História das ideias que estabeleça um maior diálogo com a Sociologia e a História Social. Para um modelo interessante, ver ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a Geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Minha proposta era observar o mesmo cenário político trabalho por Piccolo, mas com referenciais teóricos e metodológicos distintos. Descobrir novas fontes documentais que pudessem auxiliar no estudo do tema, olhar para espaços de atuação que eram negligenciados pela historiografia, retirar a política do parlamento e colocá-la nas ruas, nas paróquias, nas estâncias. Preocupar-se menos com os discursos dos deputados e mais com as suas estratégias sociais e econômicas. Entender que por trás de cada membro da elite política havia uma importante malha parental com uma extensa clientela distribuída pela província e que cada indivíduo estava imerso em uma rede de relações sociais que utilizavam para atingir os seus objetivos políticos. Em suma, eu queria compreender melhor como os políticos e suas famílias agiam e se comportavam enquanto grupo social e de que forma tudo isso afetava o mundo da política provincial. Numa situação limite, eu buscava entender o comportamento de uma elite distante da Corte e quais mecanismos os seus membros utilizavam para diminuir a insegurança e a incerteza que permeava todo o sistema político imperial.

Na ocasião, tomei como cavalo de batalha a defesa de uma *História Social da Política*. O uso quase exclusivo de fontes oficiais, discursos parlamentares e editoriais de imprensa acabava por afetar o resultado dos estudos até então realizados. Era preciso utilizar outras fontes documentais, a partir de outras referências teóricas e metodológicas. Iniciei uma pesquisa mais aprofundada com inventários *post-mortem* de líderes políticos e seus familiares, listas de qualificação de votantes e Guarda Nacional, processos-crimes, processos de alistamento eleitoral, testamentos, correspondências oficiais e privadas, livros de transmissão e notas, diários, dicionários biográficos, genealogias, monografias sobre histórias municipais, anais da Assembleia Legislativa provincial, da Câmara dos deputados e do Senado, Relatórios do Presidente da Província e dos Ministros do governo, periódicos publicados em diversas cidades do Rio Grande do Sul e da Corte, entre outras. Portanto, tudo o que pudesse me oferecer informações a respeito da prática política desde as paróquias mais longínquas até a Corte e que foi possível acessar.

Em termos teóricos eu tinha duas alternativas bastante claras. Quando se tratava de trabalhar com História Política, autores como René Remond, Pierre Bourdieu e Pierre Rosanvallon eram os mais usados na época. Contudo, tratavam-se de autores que tinham estabelecido as suas reflexões pensando mais nas instituições políticas modernas, típicas das socie-

dades urbanas e industrializadas do século XX³⁴, do que nas sociedades agrárias, escravistas e pré-industriais, como a que eu buscava estudar. Daí que me identifiquei com textos que pensavam a prática política em contextos semelhantes, com ênfase nas relações clientelísticas e na competição entre facções e poderes locais. Recorrendo à Antropologia, tomei conhecimento de autores como Eric Wolf, Carl Landé e Sydel Silverman³⁵. Suas pesquisas me ajudaram a pensar o papel dos mediadores nos sistemas políticos tradicionais e de como a noção de rede social poderia ser útil para a compreensão da atuação dos mesmos. Entre os historiadores, encontrei em Giovanni Levi uma das principais influências para pensar as estratégias familiares e a importância das relações sociais no funcionamento da política paroquial em sociedades agrárias e pré-industriais³⁶.

Para testar as minhas hipóteses e avaliar se as *ideias-força* presentes na historiografia se confirmavam empiricamente, tomei uso do método prosopográfico³⁷. A coleta de informações biográficas sobre os deputados provinciais e gerais, senadores e ministros rio-grandenses e o tratamento coletivo dos mesmos foi fator fundamental na pesquisa. Por meio dela pude demonstrar que o Partido Conservador reservava mais cadeiras para deputados da região da Campanha do que o Partido Liberal. Portanto, se um dos dois poderia ser considerado representante dos interesses dos estancieiros daquela localidade era o Conservador. Não fiquei surpreso com a descoberta. Os autores que anteriormente defendiam o contrário não sustentavam suas informações em nenhuma base empírica. O simples manuseio de alguns documentos mostrava que a região da Campanha estava repleta de famílias pecuaristas vinculadas ao Partido Conservador e que estas imprimi-

³⁴ Como, por exemplo, RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989; ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *História* (Unesp), 1996, v. 15, p. 27-39.

³⁵ WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (Org.). *Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Ed. Unicamp, 2003, p. 73-91; LANDÉ, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S. W. et al. (eds.). *Friends, Followers and Factions; a reader in political clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977b, p. XIII-XXXVIII; SILVERMAN, Sydel F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. (ed.). *Friends, Followers and factions: a Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California, 1977, p. 293-304.

³⁶ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³⁷ Para tanto, ver HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ram derrotas aos liberais da localidade. Portanto, aquela tese parece ter sido fruto de um vício analítico comum em estudos que buscam, de forma mais simplista, estabelecer uma relação entre classe social e adesões ideológicas.

Os indicadores prosopográficos também me ajudaram a perceber que não havia praticamente nenhuma diferença socioeconômica e sócio-profissional entre os deputados conservadores e liberais. Estancieiros, comerciantes, advogados, médicos, estavam igualmente distribuídos em ambos os partidos, com uma maior presença dos magistrados entre os conservadores e de indivíduos nascidos fora do Rio Grande do Sul entre os liberais. Além disso, nos anos 1880, ambos os partidos também possuíam lideranças jovens e sem experiência política, com educação superior e dedicados a profissões mais urbanas, não sendo tais características uma exclusividade dos republicanos, como se argumentava. Tempos depois contribuí com outro texto no qual verificava os vínculos dos republicanos da propaganda com famílias ligadas às lideranças políticas monarquistas, com títulos de nobreza e com base agrária na Campanha e no planalto norte³⁸. Portanto, o republicanismo se desenvolveu no seio de famílias que eram socioeconomicamente muito semelhantes com os monarquistas.

A utilização do método prosopográfico também me ajudou a verificar os mecanismos de recrutamento dessa elite, quais os pré-requisitos deveriam ser enfrentados por aqueles que desejassem escalar o topo da pirâmide e as singularidades da elite política rio-grandense – que só foram possíveis de identificar na comparação com as elites da Bahia e do Ceará. Foi somente a partir do método que pude perceber como o General Osório destoava dos demais membros da elite política, pois não seguia os padrões de recrutamento do grupo. Ingressara na política em idade avançada, saltando os cargos iniciais, vinha de região pobre da província e sem formação superior. No entanto, tal condição não o impediu de se tornar o primeiro grande chefe do Partido Liberal. Portanto, o perfil coletivo do grupo, construído a partir da prosopografia, não dava conta de todos os fatores que influíram na constituição da elite política provincial. Daí que a análise das trajetórias também se tornava necessária, ainda mais no caso de Osório. Seu sucesso no campo da política era consequência da sua trajetória no mundo da guerra e das relações sociais que construiu a partir da mesma, tanto nas paróquias da fronteira, quanto na Corte. Portanto, ao voltar o meu olhar

³⁸ VARGAS, Jonas; SACCOL, Tassiana. Op. cit.

para os casos excepcionais, que destoavam das tendências gerais para todo o grupo, pude perceber, a partir de um exercício de microanálise social, outros capitais relacionais e fatores que também influíam no mundo da política.

Outro método igualmente importante para as conclusões do trabalho foi a *network analysis* (análise de redes sociais), que serviu para compreender o funcionamento das eleições no período, a constituição das alianças políticas, estratégias familiares, formação e atuação dos mediadores, ou seja, o próprio funcionamento da política. Em muitos momentos, as relações sociais eram mais importantes do que as ideologias dos partidos. Tratava-se de uma sociedade na qual a “informação” também se constituía num bem muito valioso, daí que se buscavam aliados em diferentes esferas da sociedade. No centro destas redes sociais estavam as famílias, na qual os membros diversificavam as suas atividades, buscando reunir recursos materiais e imateriais em benefício de todos, com o fim de abastecer as demandas das facções locais e manter a posição de elite local e regional.

Neste sentido, a micro-história italiana esteve presente em toda a pesquisa. A ideia de que a redução da escala de análise na ação dos indivíduos e suas redes relacionais no mundo da paróquia me ajudaria a compreender melhor o funcionamento do sistema político imperial foi muito proveitosa. A documentação revela uma grande preocupação da elite política e dos fazendeiros nas eleições, permeadas por um clima de incerteza e de insegurança a respeito dos resultados finais. Tratava-se de uma tarefa que reunia muitas pessoas, em eleições contadas voto a voto, nas quais os conservadores estavam presentes em todas as regiões. Portanto, as eleições não se resumiam a um teatro controlado pelo Gabinete ministerial no poder e nem os liberais dominavam a política na região da Campanha sem nenhuma ameaça, embora tenham vencido mais vezes. A ampla participação popular, fazia com que as clientelas costuradas no cotidiano se confundissem com outras relações de dependência e no dia das eleições tudo influenciava no comportamento dos votantes, tornando o processo bastante complexo e competitivo. Hoje sabemos os resultados de todos os pleitos da época, mas as pessoas que viveram aqueles acalorados momentos de disputas, protagonizando situações de extrema violência, não sabiam quem iria vencer e é esse era o clima que eu buscava capturar.

O processo de pesquisa e reflexão historiográfica nunca é solitário. No meu caso, os muitos bate-papos que tive com Luís Farinatti, Tiago Gil, Maria Fernanda Martins, Luiz Alberto Grijó, Flávio Heinz, Paulo Morei-

ra e Helen Osório (minha orientadora) foram de grande importância, pois contribuíram para que meu trabalho amadurecesse bastante. Como as análises inspiradas por uma *História Social da Política* acabam incorporando outros espaços da sociedade anteriormente negligenciados pela historiografia, foi difícil dar conta de tudo o que eu achava importante. Além disso, a quantidade de fontes documentais pesquisadas possibilitou-me trazer à tona uma variedade de agentes sociais que também faziam parte daquele mundo, mesmo que não discursassem no Parlamento ou não escrevessem artigos na imprensa. Anos depois, pude perceber que a pesquisa abriu muitas portas e indicou muitas possibilidades de estudo. Neste sentido, trabalhos posteriores a 2007 vêm contribuindo com a historiografia de forma bastante significativa, preenchendo algumas dessas lacunas, mas ainda há muito o que ser dito sobre a temática.

As novas contribuições historiográficas e o panorama atual das pesquisas

Como já foi dito, na ocasião em que apresentei alguns resultados parciais de “Entre a paróquia e a Corte” no VIII Encontro Estadual de História (2006) não obtive muitos interlocutores. Contudo, passados dez anos, o cenário atual tornou-se muito diferente. O número de estudos que tratam direta ou indiretamente da vida política provincial cresceu enormemente. São mais de 20 trabalhos em cerca de 10 anos e a grande maioria segue a linha da *História Social da Política*. O uso do método prosopográfico e da análise de redes sociais tem se tornado cada vez mais comum. O foco nas famílias como atores políticos ao invés da exclusiva observação dos indivíduos constitui-se hoje quase umaregra. A noção de “mediador” também surgiu como um instrumental teórico importante e as elites locais no interior do sistema político monárquico já não são mais vistas como insignificantes, pois seus diferentes espaços de atuação estão sendo muito bem investigados. Portanto, ao invés de análises mais focadas nos discursos parlamentares, nos editoriais de imprensa e nos programas partidários, tem sido cada vez mais comum os historiadores estudarem as estratégias dos indivíduos, das suas famílias e as múltiplas facetas que estruturavam o universo da vida política no oitocentos. Trata-se de uma virada historiográfica notável.

Analisando esses estudos de forma mais aprofundada podemos perceber que algumas temáticas e abordagensdestacam-se mais do que outras.

Os estudos sobre trajetórias, por exemplo, lideram as novas pesquisas³⁹. Neste sentido, muitos deles agregam o conceito de *mediador* para compreender a atuação dos indivíduos estudados, outros dão maior ênfase às *redes de relações sociais* estabelecidas pelos líderes políticos e alguns focam mais nas *estratégias familiares* na qual eles estavam inseridos. Como vimos acima, tratam-se de três enfoques que foram centrais em “Entre a paróquia e Corte”, constituindo-se fundamentais para uma história mais social do campo político. Tais pesquisas ajudam a perceber as margens de manobra e os limites de atuação dos indivíduos no interior do sistema político, além da contínua reconfiguração dos espaços sociais e contextos nos quais os mesmos agiam, sempre no manejo dos seus capitais relacionais. Neste sentido, a própria noção de “sistema político” se torna mais dinâmica, pois não se constitui apenas em um conjunto de regras estabelecidas que normatiza o comportamento dos atores envolvidos, mas também, como algo que é igualmente afetado e transformado pela ação dos mesmos e de suas escolhas.

No geral, os mencionados estudos contribuem para um maior conhecimento sobre as dinâmicas políticas no nível paroquial, mas não tem nelas o seu objeto de pesquisa principal⁴⁰. Isso foi tarefa de um outro grupo de pesquisas geograficamente mais localizadas no nível municipal. Desnecessário dizer que o foco nas redes sociais e nas relações familiares também está presente nesses estudos. Contudo, tais pesquisas privilegiam igualmente um tratamento quantitativo do perfil da elite local, inspirado no método prosopográfico, com vistas a detectar os padrões de hierarquização local. Tais trabalhos, nitidamente inspirados por uma perspectiva micro-analítica, são fundamentais para entendermos o que estava em jogo quando se

³⁹ Ver, por exemplo, SACCOL, Tassiana. Op. cit.; ROSSATO, Monica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFSM, 2014; SILVA, Matheus Luís da. *Trajatória e atuação política de Antônio de Souza Netto (1835-1866)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFSM, 2015; OLIVEIRA, Leandro Rosa de. *Nas veredas do Império: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, 1790-1870)*. Dissertação de Mestrado. PPH-PUCRS, 2016; ANDRADE, Gustavo F. *A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares: família, comunicação e fronteira*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFSM, 2017.

⁴⁰ BOTH, Amanda. Op. cit.; MARTINY, Carina. *Os seus serviços públicos e políticos de certo modo ligados à prosperidade do município”. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unisinos, 2010; MUGGE, Miqueias. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, 2012; NICOLOSO, Fabrício. *Fazer-se elite em Santa Maria: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais (1830-1891)*. Dissertação de Mestrado: PPGH-UFSM, 2013.

examina as disputas faccionais nas paróquias, ou seja, a parte mais violenta do sistema político e da qual os “ilustres” estadistas e políticos da Corte não queriam se identificar (muito embora estivessem direta ou indiretamente conectados a elas).

Outros estudos se dedicaram a pesquisar a dinâmica das eleições, as relações clientelísticas e as alianças políticas em nível local, algo que entendi como fundamental em “Entre a paróquia e a Corte”, e que Fertig e Witt já haviam investigado anteriormente. Nestes casos, o foco são os chefes locais e suas estratégias políticas no contexto eleitoral. Tais estudos são importantes, pois confirmam a centralidade das relações familiares e de compadrio nas disputadas paroquiais, local no qual o entendimento a respeito da política da época não era o mesmo que o do mundo das grandes cidades e da Corte. No nível da paróquia, as facções tinham primazia sobre as ideologias partidárias, configurando-se em uma arena política na qual os critérios de disputa eram diversos⁴¹.

Como a *História Social da Política* amplia as possibilidades de foco de análise sobre o campo político, temos também alguns novos estudos que contribuíram significativamente com o tema, agregando outros espaços relacionados ao mundo da política não apenas parlamentar, como também do cotidiano, das relações de poder e das ideologias, além do estudo das elites e da burocracia estatal. É o caso dos trabalhos que se dedicaram a estudar melhor o movimento abolicionista da época, o papel dos intelectuais, dos bacharéis e dos líderes políticos ligados aos imigrantes europeus⁴².

Portanto, tendo lido e mencionado todos esses novos trabalhos, causou-me uma grande satisfação perceber que a grande maioria deles dialoga

⁴¹ UBERTI, Hermes. *“A benção que se pede e a benção que se dá”*: redes sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira, 1841-1914). Dissertação de Mestrado: PPGH-Unisinos, 2011; COSTA, Miguel da Silva. *Entre a intolerância política e a sede ardente de mando: família, poder e facções no tempo dos cunhados José Joaquim de Andrade Neves e João Luis Gomes da Silva*. Tese de Doutorado. PPGH-Unisinos, 2011; PANIAGUA, Edson. *A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha sul-rio-grandense (1852-1867)*. Tese de Doutorado. PPGH-Unisinos, 2012.

⁴² Respectivamente, RAMOS, Gislaíne Borba. *“É a causa dos oprimidos a que abraçamos”*: considerações sobre escravidão e liberdade nas páginas do jornal *A Reforma* (Porto Alegre, 1870-1888). Dissertação de Mestrado. PPGH-UFRGS, 2008; MAIA, Leonardo P. *A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em Direito nas relações políticas dos sul-rio-grandenses: Pelotas e Alegrete (1850-1870)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFSM, 2016; PIASSINI, Carlos E. *A participação política de imigrantes germânicos no Rio Grande do Sul: os brummerKahlden, Haensel. Koseritz e Ter Bruggen, 1851-1881*. Dissertação de Mestrado. PPGH-UFSM, 2016.

direta ou indiretamente com “Entre a paróquia e a Corte”. Além disso, é possível verificar que se trata de uma geração bastante influenciada pela micro-história italiana e as possibilidades de sua aplicação para o entendimento da política local. Neste sentido, temos um novo quadro a respeito da política provincial, informado por aquilo que chamo, de forma insistente, de uma *História Social da Política*. Tal renovação historiográfica ajudou a ampliar os espaços tradicionalmente entendidos como objetos da História Política, algo que já era reivindicado por René Rémond e outros autores. Contudo, ela coloca as relações sociais, familiares e a ação de uma gama variada de indivíduos no centro da análise. A história dos parlamentos é substituída pela análise das relações sociais estabelecidas pelos parlamentares, a história da ideologia dos partidos pela trajetória de seus líderes, os resultados eleitorais pelo comportamento dos votantes/eleitores, a imprensa partidária pelas redes de relações nas quais os jornalistas estavam inseridos, a proeminência dos tribunos pela malha parental da qual os mesmos faziam parte, e assim por diante.

Apesar da grande quantidade de trabalhos realizados nos últimos anos, ainda existem muitas lacunas na historiografia sobre o tema. Pouco se sabe a respeito dos presidentes de província, de como se dava a sua relação com os deputados provinciais, qual a efetividade de suas ações e a influência sobre a dinâmica política regional e local. Além disso, também não temos um comparativo das administrações conservadoras e liberais, analisando como ambos os partidos votavam seus orçamentos e despesas, e como se dava a gestão de recursos e pessoas relacionados à Instrução Pública, Saúde, Polícia, Guarda Nacional, Fazenda, Justiça e outros ramos da administração em nível provincial. Estudos sobre os empregados públicos e sua prática administrativa, os chefes de polícia e sua relação clientelística com delegados e subdelegados, os juízes de paz e o seu papel na política paróquial, também se constituem em carências historiográficas.

Ainda sabemos muito pouco sobre a participação das autoridades religiosas na vida política local e regional. Como influíam em questões de caráter religioso e não religioso? Qual a importância da imprensa religiosa nesse contexto? Existiam candidatos que mobilizavam o catolicismo ou o protestantismo como capital eleitoral? Como isso ocorria? Os papéis exercidos pelas mulheres nos diferentes contextos da vida política provincial também merecem ser mais bem pesquisados. Em “Entre a paróquia e a Corte” analisei o caso de um votante que só conseguira qualificar-se para participar das eleições por conta da renda salarial de sua esposa, que era

professora pública. É provável que tanto no nível mais paroquial, quanto no seio das famílias ricas de elite, as mulheres exercessem um papel muito mais importante do que a historiografia vem demonstrando.⁴³ Neste sentido, a Literatura nos parece muito mais à frente. Basta ver as personagens femininas de Machado de Assis e Lima Barreto, por exemplo. Diários íntimos, como o utilizado por Celso Castro, ou correspondência privada, como fez Débora C. de Paula, são belas fontes para se iniciar uma pesquisa nesse sentido⁴⁴.

A importância das Escolas Militares nas relações políticas provinciais também merece uma maior atenção. Qual o papel dos alunos e dos professores nesse contexto? Como as instituições se posicionaram em momentos-chave da política provincial? Suas relações com o abolicionismo e o republicanismo foram evidentes. Paulo Moreira foi quem melhor tratou disso, mas ainda existe espaço para pesquisas mais aprofundadas⁴⁵. As estatísticas referentes às eleições também merecem ser revisitadas. O estudo do comportamento eleitoral de algumas regiões pode ser de grande valia se visto em períodos de mais longa duração, inclusive entrando século XX adentro. Como as regiões de colonização alemã e italiana se comportavam nas urnas, a região da Campanha, o planalto serrano, entre outras. Os cientistas políticos têm uma série de técnicas metodológicas que ajudam a dar um maior suporte analítico neste sentido, mas ainda é necessário localizar e organizar longas séries de resultados eleitorais.

O período entre 1845 e 1865 também precisa ser melhor estudado. Não está bem claro como se deram as dinâmicas de aliança na formação da Liga e da Contra-liga, além do processo de fundação do Partido Liberal Histórico e do Partido Progressista. A forma como antigos legalistas e farroupilhas distribuíram-se pelas novas facções em jogo também pode ser mais bem pesquisada. Na realidade, o período é muito rico para análises, pois envolve uma série de conflitos na fronteira, guerras, crises e retomada da economia pecuário-charqueadora e reorganizações partidárias impor-

⁴³ Importantes exceções são os trabalhos de BARBOSA, Carla A. *A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unisinos, 2009; MENEGAT, Carla. Op. cit.

⁴⁴ CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995; PAULA, Débora Clasen de. *“Da mãe e amiga Amélia”: cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX)*. Dissertação de Mestrado. PPGH-Unisinos, 2008.

⁴⁵ MOREIRA, Paulo S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. POA: EST, 2003.

tantes⁴⁶. Neste sentido, também está por ser escrita uma história do Partido Conservador no Rio Grande do Sul, pois a historiografia gaúcha sempre privilegiou os farroupilhas, os liberais e os republicanos, em detrimento dos legalistas, dos conservadores e dos maragatos, com raras exceções.

Seguindo uma lógica da História Social da Política, também vejo como algo necessário estudar quem eram os proprietários dos jornais da época, além dos principais publicistas e redatores, e como os mesmos podiam influir na política das principais cidades da época. A imprensa partidária também foi importante nos municípios do interior e talvez uma das maiores armas políticas do período. Neste sentido, os estudos sobre as elites locais continuam sendo cada vez mais úteis. Sempre suspeitei que as grandes lideranças dos partidos, nucleados em Porto Alegre, olhassem com bons olhos para aqueles coronéis ou advogados militantes do interior, oferecendo, aos mesmos, espaços de promoção no interior do sistema político. Assim sendo, vereadores destacados podiam chegar à presidência da Câmara e, posteriormente, ocupar uma cadeira na Assembleia. O mesmo funcionava com os oficiais da Guarda Nacional que prestavam grandes serviços ao seu partido e até mesmo os juizes de direito, como demonstrei em outro artigo⁴⁷. Portanto, os mecanismos de recrutamento, as dinâmicas familiares e as lógicas de negociação no mundo das paróquias, assim como os canais de mediação abertos, ainda merecem novos estudos.

Concluindo, gostaria de dizer que mesmo com as minhas respeitadas discordâncias a respeito do tipo de abordagem consolidada por Helga Piccolo, sua importância para a historiografia é incontestável. O título do presente texto nada mais é do que uma homenagem ao seu livro, intitulado “A política rio-grandense no Segundo Império”. Defendido como tese, em

⁴⁶ Em “Entre a paróquia e a Corte” verifiquei como antigos farroupilhas estiveram presentes na fundação do Partido Liberal histórico. Dei prosseguimento ao tema quando estudei a trajetória do Coronel José Alves Valença, analisando os capitais relacionais mobilizados por um chefe farroupilha depois que a guerra havia se encerrado (VARGAS, Jonas. As duas faces do coronel Valença: família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz; RIBEIRO, José Iran (Org.). *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: Câmara Municipal, 2010, p. 287-320). Sobre Bento Manoel Ribeiro e David Canabarro, ver VARGAS, Jonas; FARINATTI, Luis. “A nossa causa é a causa deles”: Elites regionais, chefes paroquiais e a construção do Estado imperial brasileiro: Rio Grande do Sul (c. 1820 – c. 1880). In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (Org.). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, p. 225-256.

⁴⁷ VARGAS, Jonas. “Magistrados imperiais”: atuação política e perfil social de carreira dos juizes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889). *Clio* (UFPE), v. 34, 2016, p. 74-95;

1972, o mesmo está completando quase meio século. Posso dizer que esse trabalho é a mãe de quase todos os estudos que mencionei ao longo das páginas desse texto, pois foi o primeiro anos despertar para a importância da temática entre os historiadores acadêmicos. Particularmente, causou-me certo impacto quando o li, ainda no início da minha graduação, muito devido à compilação de grande quantidade de discursos e de uma tese coerente com o tipo de abordagem realizado. Posteriormente, a Professora Helga nos legou uma série de outros textos igualmente importantes, passando por diferentes temáticas, desde a Guerra dos Farrapos até à imigração alemã.

Assim sendo, espero que o leitor não entenda que ao advogar a prática de uma *História Social da Política* eu esteja indo contra o uso dos anais parlamentares e da imprensa partidária da época, nem mesmo desencorajando estudos sobre as ideologias políticas do período. Estes documentos são fontes preciosas para o estudo da história política em qualquer sociedade, uma vez que os discursos também são prática política. No entanto, o que defendo é um uso de tais fontes combinado com uma abordagem mais social dos agentes envolvidos. Cada deputado que subia à tribuna estava imerso em uma rede de relações sociais e amparado por famílias de elite que bancavam suas candidaturas, sem os controlar, como se fosse um mero fantoche. Contudo, qualquer análise que examine somente uma das pontas dessas longas cadeias pode estar sendo incompleta na compreensão de como o sistema político funcionava. Em outras palavras, a política não estava descolada dos demais aspectos da sociedade e se quisermos compreender o funcionamento desse campo, não podemos prescindir da busca, às vezes quase utópica, em compreender melhor o comportamento das pessoas que dele faziam parte.

Olhares historiográficos externos sobre o Estado Novo

René E. Gertz

Por ocasião do cinquentenário do Estado Novo, em 1987, realizou-se, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, um evento sobre o tema. Na sequência, José Luiz Werneck da Silva consultou-me sobre a possibilidade de escrever uma resenha bibliográfica a respeito desse episódio da história brasileira, para ser incluída num livro em que se publicaria uma parte dos trabalhos apresentados no evento¹. Não tive coragem de chamar de “resenha” aquilo que consegui redigir, na época, mas, sim, de “inventário historiográfico”.

Apesar das limitações do empreendimento, porém, não deixei de emitir algumas opiniões sobre aquilo que encontrei nos escritos sobre a história do período, seja naqueles de origem acadêmica seja naqueles de autores que não eram historiadores profissionais. Em primeiro lugar, tive a impressão de que havia bem menos publicações específicas e especializadas do que eu havia imaginado. Em segundo lugar, historiadores profissionais haviam escrito relativamente pouco, numa comparação com cientistas políticos e sociólogos. Na tentativa de explicar essas duas constatações, arrolei três possíveis motivos: a) os estudiosos teriam enfrentado um sentimento de ambivalência diante do objeto Estado Novo, pois não havia como negar que ele fora, no mínimo, autoritário, ditatorial (quando não fascista, totalitário), mas, por outro lado, durante sua vigência, haviam sido decretadas, por exemplo, leis sociais que, em alguma medida, favoreciam alguns setores negativamente privilegiados da população, tinha sido desencadeada uma suposta ou efetiva modernização do Estado brasileiro etc.; b) cientistas sociais, politólogos, historiadores sempre devem mostrar um distanciamento crítico em relação aos detentores do poder; como no caso do Estado Novo há uma ampla autointerpretação e autojustificação desses agen-

¹ De fato, a publicação de um segundo volume, originalmente previsto, não se concretizou.

tes do poder, analistas poderiam ter-se sentido constrangidos em admitir que essas autoanálises não estão de todo erradas² – e, assim, seria melhor não estudar o período, para não correr o risco de ser acusado de condescendente com os poderosos; c) naquilo que tange especificamente aos historiadores, levantei a hipótese de que a história social estava em alta, naquele momento, e ela se interessava, sobretudo, por estruturas socioeconômicas de longa duração, de forma que a história política de um período relativamente curto (1937-1945) não interessava muito³.

Cerca de 10 anos depois, Maria Helena Rolim Capelato escreveu uma efetiva resenha bibliográfica sobre o Estado Novo⁴. Apesar de ter feito uma pequena crítica à minha hipótese sobre um possível sentimento de “ambivalência” por parte dos pesquisadores em relação ao regime político daquele período, na tentativa de explicar a relativamente pequena quantidade de estudos a respeito – argumentando que, se é verdade que políticos e sociólogos se dedicaram com maior frequência ao tema, esse sentimento não pode ter sido generalizado –, admitiu como plausível minha suspeita de que a história social, então em voga, poderia ter levado a um relativo desinteresse pela história política, acrescentando, porém, que, na década de 1990, vieram a ser criticadas concepções muito estruturalistas dessa história social, e, por consequência, ganharam espaço visões que atribuíam maiores possibilidades de ação e de construção aos atores humanos, reabilitando, assim, em algum sentido, a história política. Além disso, a tradicional posição de muitos historiadores brasileiros em evitar temas mais recentes estaria mudando na direção de incorporar o “tempo presente”.

Afora isso, a historiadora argumentou que se o “populismo” (que, no caso do Brasil, teria emergido de forma significativa e duradoura no período de 1937-1945) havia sido apresentado, usualmente, como resultado “estrutural” de sociedades “subdesenvolvidas” em transição de sua condição essencialmente agrária para a urbano-industrial – com avaliações, em geral, negativas –, abandonaram-se as grandes generalizações sobre o fenô-

² Essas considerações foram inspiradas na instigante resenha de Alcir Lenharo, que havia sido publicada poucos anos antes (LENHARO, Alcir. Estado Novo, Estado Velho – novas direções historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 35, p. 7-13, 1986/1987).

³ GERTZ, René E. Estado Novo: um inventário historiográfico. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 111-131.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213.

meno, e se passara a analisar suas potencialidades em cada caso específico⁵. Essa perspectiva teve diversos desdobramentos, um dos quais já está anunciado no meu texto: o do abandono, por parte de muitos estudiosos, de qualificativos como “totalitário”, “fascista”, em favor de [apenas] “autoritário”, em relação ao regime varguista do período em discussão.

Maria Helena Capelato ainda produziu outro texto mais ou menos geral sobre o Estado Novo, publicado dentro de um manual de história do Brasil republicano, mas nele as referências a outros autores não visam a uma avaliação historiográfica, servindo antes só como fonte de informações sobre o tema⁶.

Publicado apenas um ano depois daquele primeiro texto de Capelato, Dulce Pandolfi organizou um livro intitulado *Repensando o Estado Novo*⁷. Ainda que o título possa sugerir que também se trate de uma análise e avaliação daquilo que foi escrito sobre o tema, o livro, de fato, reúne uma série de textos de estudiosos consagrados que apresentam um grande leque de temas e enfoques, mas sob uma perspectiva muito mais empírica que teórica. Assim, além de outros, o livro traz contribuições sobre a inserção internacional do Brasil, no período, sobre engenharia política, federalismo, relações de trabalho, desenvolvimento do capitalismo, educação, vida cultural/intelectual, imigração e minorias, militares, aparelhos policiais.

Mesmo não tendo feito nenhum novo levantamento historiográfico sistemático, penso que o livro pode refletir uma tendência que se desenvolveu desde a década de 1990 de não mais gastar muito tempo e esforço para discutir a “essência” do regime estadonovista, mas de aprofundar questões específicas, descobrir e estudar novos aspectos, tendo em vista aquilo que se

⁵ Hoje, me dou conta de que, no “inventário historiográfico”, eu não havia reconhecido, de todo, a importância da “invenção do trabalhismo”, de Ângela de Castro Gomes, pois a liquidei com as seguintes duas frases: “Um livro que merece destaque nesta categoria [das ‘relações entre Estado e classe operária’] é *A invenção do trabalhismo* de Ângela de C. Gomes [Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1988], por dedicar metade do volume a um momento determinado do Estado Novo. A autora estuda o discurso e a prática sobre a classe operária a partir de 1941, quando termina um período repressivo, passando-se para uma política cooptadora” (GERTZ, loc. cit., p. 120). Entrementes, além de Ângela de Castro Gomes, o historiador mais representativo dessa linha de argumentação é Jorge Ferreira (entre vários outros trabalhos empíricos a respeito, cf.: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001).

⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves de Almeida (Orgs.). *O Brasil republicano: 2- Tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 107-143.

⁷ PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

considera a inegável importância do período como momento de mudanças substanciais na história do país e de sua evolução posterior⁸. Assim, a historiografia dos últimos 20 anos parece apontar para uma diversificação e um aprofundamento de temas ligados ao Estado Novo, entre os estudiosos brasileiros. Claro, continuam a existir historiadores que o classificam como “fascista”, “totalitário”, e, por isso, como indigno de ser avaliado de forma condescendente, quando não elogiosa, por supostos “rastros” positivos que teria deixado na história brasileira, para os quais outros apontam⁹.

Mas não há dúvida de que, tendencialmente, essa linha de argumentação é minoritária. A outra tendência, aquela que não pode esconder o caráter “autoritário”, mas nega enfaticamente o caráter “totalitário”, é dominante, e, assim, – ao contrário daquilo que verbalizei lá no meu texto de 1991 – hoje existe uma produção muito significativa sobre os mais diferentes vieses daquele período, destacando-o como altamente significativo em termos de transformações com efeitos duradouros para a história posterior do país. Este é um dos motivos que torna temerário aventurar-me na elaboração de um novo “inventário” da produção historiográfica brasileira sobre o tema. Por isso, reduzi, em muito, a abrangência e as dimensões daquilo que proponho apresentar aqui – trata-se de uma muito modesta referência a alguns poucos estudos produzidos fora do país sobre o Estado Novo brasileiro, nos últimos 20 anos¹⁰.

* * *

Como, na verdade, aquilo que se pode fazer aqui é tentar apresentar um novo levantamento parcial – não uma “resenha” nem um “inventário”, pois este sugere algo como uma listagem completa –, significa que o objetivo é fornecer informações básicas sobre alguns trabalhos, para que especialistas brasileiros possam recorrer a eles, e, assim, enriquecer suas análises

⁸ As referências de políticos posteriores à necessidade de “encerrar” a era Vargas talvez reflitam essa situação.

⁹ Aqueles que continuam aplicando conceitos como “fascista” e “totalitário” podem ser divididos, grosso modo, em duas tendências: aqueles que destacam o caráter opressor generalizado de todos os âmbitos da vida e de toda a sociedade; e aqueles que destacam, sobretudo, o controle racionalmente construído sobre a classe trabalhadora.

¹⁰ Esse recorte cronológico se justifica pelas observações precedentes, já que as duas referências bibliográficas citadas (Capelato e Pandolfi) cobrem, aproximadamente, o período que se estende até então, ainda que elas não estivessem preocupadas em destacar a produção internacional. As referências se restringem a textos publicados em livros e a trabalhos acadêmicos acessíveis através de outros meios. Mesmo que venham a ser citados alguns artigos de revistas, não foi feita nenhuma pesquisa sistemática nesse meio de divulgação.

sobre o período¹¹. Além de autores estrangeiros, será referido ao menos um estudo de um brasileiro produzido no exterior, e a justificativa é que ele, até o momento, não foi publicado em português. Inversamente, não serão referidos trabalhos de estrangeiros que foram escritos em português ou dos quais foram publicadas versões em português¹².

Tanto o momento da publicação, quanto a extensão, o formato e o conteúdo justificam que o arrolamento inicie por um livro de Jens R. Hentschke intitulado “Estado Novo: gênese e consolidação da ditadura brasileira de 1937”, e que apresenta um tipo de segundo subtítulo, nos seguintes termos: “estudo de caso a respeito das transformações socioeconômicas e políticas na América Latina no contexto da Grande Depressão”¹³.

O autor nasceu na República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), em 1958. Após a “queda do muro”, foi para a Universidade de Heidelberg, onde ficou até o final dos anos 1990. Ali, escreveu e defendeu sua tese de livre-docência (em 1996)¹⁴, cujo resultado é o livro em pauta. Na virada do século XX para o XXI, transferiu-se para a Universidade de Newcastle, Grã-Bretanha, onde atua, desde então.

O livro possui 723 páginas, incluindo arrolamento de fontes, bibliografia, anexos, índice remissivo etc. A obra faz uma ampla revisão bibliográfica sobre 1930 e seus desdobramentos. Nessa análise, o autor destaca

¹¹ Durante a pesquisa, foram identificados textos que não poderiam ter sido “resenhados” ou “inventariados” pelas limitações de acesso à língua em que foram escritos: SZILÁGYI, Agnes Judit. *TávolodásEnópátói: nenzetépítés és kultúrpolitika* Brazíliában az Estado Novo idején (1937-1945). Budapeste: Ágen BT, 2004 [Afastados da Europa: construção da nação e da política cultural no Brasil durante o Estado Novo]. Fora do marco cronológico aqui adotado, poderia citar-se, também: KALMKOV, Nikolai Petrovich. *DiktaturaVargasa i brazil'skirabochiiklass: raboschaiapolitikabrazil'stogopravitel'stra v 1930-1945 godakh*. Moscou: Izd-vo “Nauka”, 1981 [A ditadura de Vargas e a classe trabalhadora brasileira: política trabalhista do governo brasileiro entre 1930 e 1945].

¹² Enquadram-se nesta última categoria livros como: LEVINE, Robert. *Fatherofithepoor?: Vargas andhis era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 [*Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001]. LOCHERY, Neill. *Brazil: the fortunes of war – World War II and the making of modern Brazil*. Nova Iorque: Basic Books, 2014 [*Brasil: os frutos da guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015]. ROSE, R. S. *One of the forgotten things: Getulio Vargas and Brazilian social control, 1930-1945*. Westport: Greenwood Press, 2000 [*Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e o controle social – 1930-1954*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001].

¹³ HENTSCHE, Jens R. *Estado Novo: Genesis und Konsolidierung der brasilianischen Diktatur von 1937*. Saarbrücken: Verlag für Entwicklungspolitik Saarbrücken GmbH, 1996.

¹⁴ No sistema universitário alemão, a “livre-docência” (*Habilitation*) é um tipo de segundo doutorado, imprescindível para quem aspira chegar a um cargo de professor-titular. Nesse sentido, pode-se dizer que é uma produção acadêmica mais importante que uma tese de doutorado.

que na historiografia se pergunta se esta data representa uma efetiva ruptura, ou, antes, uma continuidade, na história brasileira. O mesmo valeria para os marcos cronológicos de 1930/1937. Intimamente ligada a essa discussão, estaria a questão de saber se os acontecimentos do período devem ser avaliados a partir da evolução social e política brasileira, das transformações nos anos anteriores, ou se a crise econômica internacional foi determinante para aquilo que aconteceu de 1930 em diante.

Nesse sentido, Hentschke afirma o seguinte: “Na pesquisa até agora existente, permaneceu em segundo plano a interessante pergunta se Vargas já antes da crise econômica/’revolução de 1930’ era adepto de um programa que possa ser identificado, ou se ele só o desenvolveu ou aprofundou sob o impacto e as pressões das forças sociais”. Mais adiante escreveu: “Só a solução dessas questões trará respostas para controvérsias como: se o Estado Novo foi uma ditadura pessoal de Vargas ou uma dominação (burguesa disfarçada) de classe ou, efetivamente, um Estado que se colocava acima das classes, se ele foi um fenômeno original brasileiro – um ‘autoritarismo tupiniquim’ – ou, antes, uma cópia parcial de modelos europeus fascista-corporativistas”.¹⁵ Na tentativa de chegar a uma resposta para estas e outras perguntas, o autor faz uma ampla apresentação do cenário político brasileiro de 1922 a 1945.

Como não é possível apresentar detalhes da longa exposição, saltamos para as conclusões, dando a palavra ao próprio autor: “Assim fica claro, em diversos níveis, que a Grande Depressão não foi o desencadeador, mas um fator acelerador e modificador para a superação do regime que antecedeu a crise e da transformação do sistema”. Naquilo que tange à dúvida sobre ruptura ou continuidade entre 1930 e 1937, lemos o seguinte: “Não se fará justiça a Vargas e a seu papel na história brasileira se ele for apresentado apenas – como aconteceu com frequência, na historiografia – como um político fascinado pelo poder, um Maquiavel. Todas as reformas institucionais, durante seu governo, sempre tiveram um caráter instrumental”.

Ao reordenar as relações entre Estado, economia e sociedade, queria incluir o Brasil entre os países capitalistas desenvolvidos. Essa dimensão ideológica de sua política o teria diferenciado das oligarquias da Primeira República, mas também das lideranças populistas do pós-guerra. Finalmente, em relação a essa questão “ideológica”, Hentschke afirma que ela apre-

¹⁵ HENTSCHKE, op. cit., 64-65.

sentou “traços progressistas e reacionários. Ela se constituiu de variados componentes, que as cabeças intelectuais da ditadura não conseguiram configurar em uma totalidade consistente. Mas quando se tenta construir uma forma ideal-típica do arcabouço teórico do regime autoritário-corporativo, chega-se, mais ou menos, ao seguinte quadro: o objetivo maior da ditadura foi o desencadeamento do *desenvolvimento global*, traduzível pelo lema positivista do ‘progresso’”¹⁶.

Para um autor que teve sua formação básica na Alemanha Oriental, essas conclusões podem soar “idealistas”. Um acompanhamento da produção intelectual do autor, no entanto, mostra que essa “leitura” não é equivocada. Basta remeter a outro livro, publicado em 2004, sob o título *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*¹⁷. Nele, Hentschke tenta mostrar que as raízes ideológicas e as formas de governar de Getúlio Vargas estariam lá nas concepções e nas práticas do patriarca republicano gaúcho Júlio de Castilhos. Isso significa que no livro se defende a tese (não inédita) da “via peculiar”, do *Sonderweg*, do Rio Grande do Sul, e da importância que teve o voluntarismo de Vargas e de seu grupo para a *construção* de um Brasil moderno, no período pós-1930¹⁸.

Esse livro parece ter sido o único em que se tentou fazer uma avaliação mais geral sobre o Estado Novo, nas últimas duas décadas, na historio-

¹⁶ HENTSCHKE, op. cit., p. 535, 551

¹⁷ HENTSCHKE, Jens R. *Positivism gaúcho-style: Júlio de Castilho's dictatorship and its impact on state and nationbuilding in Varga's Brazil*. Berlim: VWF, 2004. Mais recentemente, foi publicada uma versão em língua portuguesa: HENTSCHKE, Jens R. *Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio de Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Como parte desse interesse por Vargas, o autor ainda foi editor de um livro sobre esse político: HENTSCHKE, Jens R. (Ed.). *Vargas and Brazil: new perspectives*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006.

¹⁸ O fato de que, no índice remissivo, são arroladas oito passagens em que aparece a expressão “statebuilding” confirma essa assertiva. Uma referência à concepção de “via peculiar” do Rio Grande do Sul pode ser encontrada em GERTZ, René E. O *Sonderweg* do Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. 37, n. 2, p. 215-231, 2011. Provocativamente, poderia dizer-se que é interessante que um intelectual alemão – que muito provavelmente não nutre qualquer simpatia pelo *Sonderweg*, a “via peculiar” alemã, muitas vezes denominada “via prussiana”, por, suposta ou efetivamente, ter levado o país ao nazismo – denote *simpatia* por um “caminho peculiar” que o Rio Grande do Sul teria percorrido, e cujas premissas e formas de ação, em 1930, se teriam alastrado para o Brasil como um todo. Claro, no final do livro, Hentschke aponta para problemas que esse modelo teria trazido para a história posterior do país: partidos não representativos da sociedade, eleições não competitivas, manipulação das massas, fraqueza dos sindicatos, institucionalização do poder de tecnocratas e militares, internalização de uma cultura política que espera tudo do Estado (HENTSCHKE, *Estado Novo*, p. 580-586).

grafia produzida fora do Brasil. As demais produções internacionais referentes ao tema dizem respeito a aspectos específicos. Considerando que um aspecto muito destacado no livro recém-citado seja a ação de “construir”, pode-se começar esta parte da exposição com outro livro bastante extenso do mesmo Jens Hentschke – não por último porque no índice remissivo dele há 11 entradas para a expressão “*statebuilding*”, enquanto no anterior haviam sido apenas oito. Neste outro livro, também extenso, de 518 páginas, o autor se dedica a analisar a história da educação pública, no período, argumentando que esse tema esteve ausente no seu “estudo [anterior] sobre a gênese e a consolidação do Estado Novo”¹⁹.

Mais uma vez, estamos diante de um livro substancioso, em termos de extensão e de densidade de pesquisa. Além da análise da bibliografia pertinente, foram feitas profundas pesquisas de campo, com entrevistas e na documentação de várias escolas – rurais e urbanas – dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. E o resultado, em termos gerais, desemboca em conclusões que tentam corroborar o livro anterior. Para comprovar, basta, mais uma vez, dar a palavra ao autor: “Quando assumiu a presidência do Brasil, Vargas prometeu executar um programa de ‘reconstrução nacional’, isto é, reordenar as relações entre economia, Estado e sociedade. E dentro desse processo, ele considerou a escola pública como um instrumento decisivo”.

E, logo a seguir, o autor volta a insistir no detalhe das *raízes* dessa concepção e dessa forma de agir, ao criticar os historiadores da educação que “falharam no reconhecimento das impressionantes continuidades em relação à ditadura positivista de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, o estado-natal de Vargas e de muitos dos seus protegidos”. “Para os gaúchos, somente uma ditadura desenvolvimentista e educacional comandada por um governante esclarecido e por técnicos sociais seria capaz de desencadear as transformações econômicas e políticas, sem minar a ordem social existente”.

¹⁹ HENTSCHKE, Jens R. *Reconstructing the Brazilian nation: public schooling in the Vargas era*. Baden-Baden: NomosVerlagsgesellschaft, 2007, p. 7. O tema também foi abordado por NAVA, Carmen. *Lessons in patriotism and good citizenship: national identity and nationalism in public schools during the Vargas administration, 1937-1945*. *Luso-Brazilian Review*, Madison: University of Wisconsin, v. 35, n. 1, p. 39-63, 1998. NAVA, Carmen. *Formando futuros cidadãos nas escolas públicas brasileiras (1937-1945)*. In: NAVA, Carmen; LAUERHASS Jr., Ludwig (Eds.). *Brasil: uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007, p. 105-130. Esses textos estão relacionados com a tese de doutorado da autora: NAVA, Carmen. *Patria and patriotism: nationalism and national identity in Brazilian public schools, 1937-1974*. Tese (Doutorado em História Latino-Americana) – Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1995.

Claro, todo esse processo não transcorreu de forma linear, e sem problemas ou necessidades de adaptação: “Certamente está errado ver o regime de Vargas como uma simples continuidade da ditadura positivista do Rio Grande do Sul”, mas, por outro lado, é difícil entender a “percepção da educação como um problema nacional, a relação entre educação e saúde, e a ênfase em educação moral como os três temas centrais da política educacional de Vargas sem reconhecer sua prefiguração no Estado gaúcho”. Situações concretas tiveram de ser enfrentadas, através de soluções de meio-termo – assim, o intenso debate entre católicos conservadores e escolanovistas a respeito de questões educacionais não foi decidido a favor de um ou de outro, mas Vargas cooptou ambos os grupos, mediante condições estabelecidas por ele. “Em última instância, foi ele que estruturou e controlou [...] o diálogo”.

Na análise prática, verificaram-se diferenças importantes entre Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, entre escolas rurais e urbanas, entre escolas da campanha gaúcha e da “zona colonial”, por exemplo, mesmo assim, o positivismo castilhistas também não “representava um dogma rígido e coerente, mas sim eclético, e, dessa forma, aplicável na prática”²⁰. Em resumo, este segundo livro de Hentschke procura reforçar as conclusões do anterior, tentando demonstrar, mais uma vez, as significativas transformações que Vargas promoveu na educação pública brasileira (sobretudo no nível do ensino básico e médio) como produto não necessariamente decorrente apenas das pressões sociais e políticas decorrentes da crise econômica de 1929, mas como projeto elaborado há muito tempo, inspirado no modelo implantado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, após a proclamação da República.

Faz todo sentido alinhar ao lado do livro de Hentschke o de Daryle Williams sobre “disputas culturais no Brasil”. Neste caso, não se trata de um estudo sobre educação em sentido essencialmente formal, restrito, mas, sim, numa perspectiva mais ampla, na medida em que cultura e política cultural devem ser entendidas como um tipo de educação fora de instituições escolares. O autor analisa as disputas entre os formuladores das políticas culturais em diversos campos, como em relação à arte e aos museus, à arquitetura e a outros bens materiais, como cidades históricas e monumentos a serem preservados etc.²¹

²⁰ HENTSCHE, *Reconstructing the Brazilian nation*, p. 421, 425, 426, 433, 454.

²¹ WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: the First Vargas Regime, 1930-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

Como conclusão do estudo, o autor destaca que “as políticas culturais do Estado Novo se mostraram tão resistentes e contraditórias quanto o próprio Vargas”, mas aquilo que foi elaborado e posto em prática durante o período teve reflexos duradouros, sobrevivendo ao regime, pois “grande parte da elite cultural do Estado Novo se manteve na órbita do poder federal, após 1945”, incluindo tanto “modernistas”, por um lado, quanto “tradicionalistas” e “acadêmicos”, por outro lado, dando continuidade à disputa pela definição da “brasilidade”. Isso, porém, não diminuiria “a força da administração da cultura como veículo para a construção do Estado e da Nação”. Para administrar a cultura, o Estado pode ter intervindo de maneira dura, ter-se mostrado interesseiro, da mesma forma que os agentes culturais podem ter utilizado o Estado para seus próprios interesses. A Nação mesma pode ter sido vítima da cultura que o Estado apoiou e protegeu. “Mesmo assim, o efeito produzido pela intervenção na cultura fez com que a ‘cultura nacional’ divisada por Vargas apresentasse uma especificidade visual, geográfica e administrativa com a qual toda a sociedade podia identificar-se”²². Como se vê, Williams aproxima-se muito de Hentschke, no sentido de enxergar também no âmbito por ele analisado que – apesar de concessões e adaptações ditadas por interesses políticos circunstanciais – Vargas teve a capacidade de, em última instância, “construir” o caminho “certo”, o caminho que beneficiava a Nação, como um todo.

Mas a tarefa de “construir”, durante o Estado Novo, não se restringiu ao campo ideal – educação e cultura, por exemplo –, mas também foi incentivada no campo material. E nesse sentido, um historiador alemão explorou, em seu recente trabalho de livre-docência, a política da alimentação, com enfoque especial sobre a questão do leite²³. Dentro das transformações objetivas e das conjecturas abstratas do período, a questão da “raça” teve muita relevância, e, nesse contexto, apareceram pensadores que defenderam a posição de que os “problemas da raça” não constituíam um destino inexorável do país, mas poderiam ser consertados, entre outros meios, através da intensificação da e de mudanças na alimentação. Entre esses pensadores, esteve o futuramente muito conhecido Josué de Castro (“geografia da fome”). Aquilo que aqui deveria sofrer alterações não era pouco.

²² WILLIAMS, op. cit., p. 254, 261.

²³ BRINKMANN, Sören. *Kampf den Volksvergiftern! Lebensmittelkontrolle und Lebensmittelpolitik in Brasilien, 1890-1945*. Tese (Livre-Docência em História) – Zentralinstitut für Lateinamerikastudien, Universidade Católica de Eichstätt, Eichstätt, 2014.

Ia de crendices populares a questões complexas de produção e distribuição de alimentos. Quanto a crendices, estava, por exemplo, amplamente difundida no senso comum a convicção de que a mistura de leite com alguns tipos de frutas poderia levar até à morte. Nesse contexto, foi criado, em 1940, o Serviço de Alimentação de Previdência Social (SAPS).

Especificamente em relação ao leite, houve uma intensa campanha para incentivar e popularizar seu consumo. Mas como produto facilmente perecível, era muito difícil implementar uma política mais abrangente. Por isso, o caso do Rio de Janeiro – estudado pelo autor – deve ser encarado antes como um ensaio que uma situação generalizada para todo o país, ou mesmo para as demais grandes cidades. E mesmo ali, a situação foi complexa, pois o banimento da produção de leite do perímetro urbano significou uma diminuição da produção e da oferta. Tentativas de instalação de grandes centros de tratamento do produto acabaram não se concretizando em função dos reflexos econômicos da guerra, além disso, até vacas acabaram sendo carneadas diante do aumento do preço da carne. Mesmo assim, segundo o autor, a política em relação à alimentação, e especificamente em relação ao leite, teve um ponto alto durante o Estado Novo, refluindo depois, para só chegar novamente a um patamar comparável na década de 1960²⁴.

A historiografia do século passado dedicou espaço considerável à inserção do Brasil no contexto internacional dos anos 1930/1940. Tanto pesquisadores brasileiros quanto estrangeiros se dedicaram ao tema²⁵. E ele se mostra presente na bibliografia mais recente. Dentro desse espectro temático, ocupa lugar importante a atuação do partido nazista no Brasil – e, “por tabela”, as (efetivas) intenções da Alemanha nazista em relação ao país. Em função de prolongada campanha pela imprensa e de livros escritos por policiais da época, criou-se, no imaginário popular, a convicção bastante generalizada de que a presença do partido era muito ampla, que a população de origem alemã estava praticamente toda ela “nazificada”, constituin-

²⁴ Outros trabalhos sobre o tema são: BRINKMANN, Sören. Ernährungspolitikim Estado Novo: die „Milchrevolution“ von Rio de Janeiro. In: FISCHER, Georg; PETERS, Christina; RINKE, Stefan; SCHULZE, Frederik (Eds.). *Brasilien in der Welt: Region, Nation und Globalisierung 1870-1945*. Frankfurt/M: Campus, 2013, p. 271-295. BRINKMANN, Sören. Leite e modernidade: ideologia e políticas de alimentação na era Vargas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 21, n. 1, p. 263-280, 2014. CROCITTI, John J. Vargas era social policies. An inquiry into Brazilian malnutrition during the Estado Novo (1937-45). In: HENTSCHE (Ed.), *Vargas and Brazil*, p. 143-171.

²⁵ Para exemplificar, sejam aqui lembrados Ricardo Seitenfus e Gerson Moura, entre os brasileiros, Stanley Hilton e Frank McCann, entre os estrangeiros.

do uma potencial “quinta-coluna” sistematicamente preparada para uma colaboração decisiva numa imaginada ocupação alemã do território brasileiro. Esse imaginário ficou tão profundamente enraizado em boa parte da opinião pública brasileira – e até internacional – que no pós-guerra, em diversas oportunidades, foi alardeada a iminente implantação de um “Quarto Reich” por aqui, fantasma que, de forma modificada, agora não mais falando numa invasão alemã, continua sendo aventado como perigo que hoje se faria presente no assim chamado “neonazismo”²⁶.

Como reação a essa “cultura historiográfica”, surgiram, no início da década de 1980, os primeiros trabalhos que apresentavam uma perspectiva diferente sobre o tema. E é possível que, diante de fontes com dados que refutavam, de forma inequívoca, aquilo que havia sido dito e escrito até então, tenham enveredado por uma solução ideal-típica de sugerir uma visão diametralmente oposta. Como terceiro momento, nesse contexto, adquiriu importância uma tese de doutorado defendida por um brasileiro, em 2002, na Universidade Técnica de Berlim²⁷. Luís Edmundo de Moraes estudou, de forma detalhada, a história das seções do partido nazista no Rio de Janeiro e em Blumenau (SC). Com isso, pôde contrapor duas situações geográficas distintas, mas também dois contextos sociais, políticos e culturais diferentes – uma comunidade de origem alemã amplamente minoritária numa metrópole, e outra numa cidade relativamente pequena inserida numa região típica de colonização alemã.

Modesto em suas conclusões, destacando que elas não podem ser consideradas definitivas²⁸, o autor mostra que há consideráveis diferenças entre as duas situações, e que a história não transcorreu linear, nos dois casos. Ainda que tenha encontrado fatos e indícios que mostram que algumas das supostas ou efetivas afirmações anteriores de que o partido teria sofrido um rechaço generalizado entre a população de origem alemã, e que sua atividade teria sido muito limitada, devem ser revistas²⁹, o livro, porém,

²⁶ MEINERZ, Marcos Eduardo. *O imaginário da formação do IV Reich na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. GERTZ, René E. *O neonazismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.

²⁷ MORAES, Luís Edmundo de Souza. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Blumenau und Rio de Janeiro*. Berlim: Metropol, 2005.

²⁸ “Naquilo que tange a um quadro geral da NSDAP no Brasil, deveriam ser feitas novas pesquisas para verificar sua validade nos diferentes lugares. O presente trabalho deve ser entendido como uma contribuição nesse sentido” (MORAES, op. cit., p. 277).

²⁹ O autor se refere, concretamente (p. 15, 271), a GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

em nenhum momento, confirma as suposições do período da guerra e dos anos posteriores no sentido de que a Alemanha tenha elaborado planos para a invasão e ocupação de algumas regiões do Brasil, que a ação do partido no país se pautasse por essa lógica e por esse objetivo, que a população de origem alemã tenha sido organizada e até treinada com esse intuito – enfim, que o nazismo, de fato, representou um enorme perigo para a nacionalidade brasileira³⁰.

O estudo de Moraes é específico sobre a atividade nazista alemã no Brasil. Para quem queira aprofundar-se no assunto, a histografia internacional produziu alguns trabalhos mais genéricos sobre a América Latina, nos quais o Brasil ocupa um lugar importante – ainda que praticamente todos apresentem conclusões na mesma direção do estudo do historiador brasileiro³¹.

Tema de alguma forma relacionado ao anterior é a política de acolhimento de refugiados políticos, étnicos, religiosos durante o período em análise³². Maria Luiza Tucci Carneiro e Jeffrey Lesser produziram trabalhos entremes clássicos sobre judeus³³. Mais recentemente, Marlen Eckl deu

³⁰ O livro se restringe, cronologicamente, ao período pré-guerra, motivo pelo qual não aborda supostas ou efetivas ações de lesa-pátria cometidas pela população de origem alemã, durante o conflito, como, por exemplo, indicando a submarinos alemães a localização dos navios brasileiros afundados. Interessantemente, foi um pesquisador brasileiro que não é historiador profissional que trouxe uma contribuição importante para esse tema, mostrando, através da análise dos diários de bordo dos submarinos alemães, que eles não receberam qualquer ajuda de terra firme: PEREIRA, Durval Lourenço. *Operação Brasil: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

³¹ GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Der Widerschein des Nazismus: das Bild des Nationalsozialismus in der deutschsprachigen Presse Argentiniens, Brasiliens und Chiles 1932-1945*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 1997. GAUDIG, Olaf; VEIT, Peter. *Hakenkreuz über Südamerika: Ideologie, Politik, Militär*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2004. LÜBKEN, Uwe. *Bedrohliche Nähe: die USA und die nationalsozialistische Herausforderung in Lateinamerika 1937-1945*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2004. MÜLLER, Jürgen. *Nationalsozialismus in Lateinamerika*. Die Auslandsorganisation der NSDAP in Argentinien, Brasilien, Chile und Mexiko, 1931-1945. Stuttgart: Akademischer Verlag, 1997.

³² Em uma tese de doutorado recentemente defendida nos Estados Unidos a presença de alemães e descendentes é abordada numa perspectiva cronológica que vai de 1924 a 1974, e ali há um capítulo intitulado “Seeing ‘Germans’ through the lens of the Estado Novo” (p. 70-112) (GOODMAN, Glen S. *From “German Danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese [Doutorado em História] – Emory University, Atlanta, 2015). Apesar de não ser específico do Brasil, pode-se recomendar a leitura de FRIEDMAN, Max Paul. *Nazis & good neighbors: the United States campaign against the Germans of Latin America in World War II*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

³³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988. LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

uma contribuição importante, em outra direção, ao estudar a vida de pessoas exiladas em território brasileiro por diversos motivos³⁴. Claro, trata-se, no geral, de uma elite que deixou registros sobre sua passagem por aqui, sobre seu pensamento, suas sensações, suas alegrias e decepções³⁵. Se Stefan Zweig é um personagem relativamente conhecido dentro dessa categoria de pessoas, a autora inclui muitos outros. Relembro aqui apenas dois deles que produziram trabalhos importantes sobre o próprio Estado Novo. Mesmo tratando-se de livros com os quais se deve ter algum cuidado, porque escritos por autores que, pelo simples fato de terem sido acolhidos, podem ter-se mostrado condescendentes com o país e o regime, vale a pena, até hoje, ler *Presidente Vargas – biografia*, de Paul Frischauer, *O Brasil que eu vi (retrato de uma potência tropical)* e *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*, de Wolfgang Hoffmann-Harnisch³⁶.

Nos últimos 20 anos, intensificou-se a produção de estudos sobre a participação militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em especial sobre a Força Expedicionária Brasileira. Até já temos teses de doutorado sobre os cantos de guerra produzidos e cantados no contexto desse episódio³⁷. Talvez pelo fato de que os soldados brasileiros tenham lutado na Itália, em termos de publicações estrangeiras, esse país parece ser aquele em que mais se escreveu sobre o tema³⁸.

³⁴ ECKL, Marlen. „Das Paradiesistüberallverloren“: das Brasilienbild von FlüchtlingendesNationalsozialismus. Frankfurt: Vervuert, 2010. Outros títulos relacionados são: ECKL, Marlen; HARLES, Berhard (Eds.). „... auf brasilianischem Boden fundicheineneue Heimat“. Autobiographische Texte deutscher Flüchtlinge des Nationalsozialismus. Remscheid: Gardez!-Verlag, 2005. ASMUS, Sylvia; ECKL, Marlen (Eds.). „... mehrvorwärtsalsrückwärtsschauen...“/“... olhando mais para frente do que para trás...“: das deutschsprachigeExil in Brasilien 1933-1945/o exílio de língua alemã no Brasil 1933-1945. Berlin: Hentrich&Hentrich, 2013.

³⁵ Cf. também KESTLER, Izabel Maria Furtado. *Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo*. São Paulo: EDUSP, 2003.

³⁶ FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas – biografia*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943. HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Brasil que eu vi (retrato de uma potência tropical)*. São Paulo: Melhoramentos, 1940. HOFFMANN-HARNISCH, Wolfgang. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. Porto Alegre: Globo, 1941.

³⁷ PEREIRA, Maria Elisa. „Você sabe de onde eu venho?“: o Brasil dos cantos de guerra (1942-1945). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2009.

³⁸ GIANASI, Andrea. *Il Brasile in guerra: la FEB nellacampagna d’Italia 1944-1945*. Roma: ProspettivaEditrice, 2004. GIANNASI, Andrea. *Il Brasile in guerra: la FEB nellacampagna d’Italia 1944-1945*. Roma: Carocci Editore, 2014. GUALANDI, Fabio. *Monumentidedicatialsoldato brasiliano pela Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) na campanha da Italia*. Vergato: Tip. Ferri/Stampa, 2005. SULLA, Giovanni; TROTA, Ezio (Eds.). *GlieroivenutidalBrasile*. Storiafotograficadel corpo dispedizione brasiliano in Italia (1944-45). Modena: Il Fiorino, 2005. SULLA, Giovanni. *La ForzaAerea Brasiliana nellaCampagna d’Italia 1944-1945*. Struzzineicieli d’Italia. Modena: IIFiorino, 2011.

Além dessa produção italiana, encontrei, no mínimo, mais duas teses de doutorado abordando o assunto. Uma delas foi defendida pelo israelense Uri Rosenbeck, na Universidade Emory, nos Estados Unidos³⁹. Apesar do fato de que o Estado Novo só é abordado de forma direta na primeira parte, na apresentação do contexto em que aconteceram as decisões sobre a formação da FEB, sua organização e seu envio para o teatro de guerra, com base em bibliografia, enquanto o restante do texto trata da *memória* posterior a seu respeito, o trabalho não pode ser ignorado por quem queira estudar aquele período. Numa analogia com trabalhos que se dedicam a estudar as reações da classe operária frente a representantes da oposição ao regime, no imediato pós-guerra, as manifestações em relação à FEB também denotam posicionamentos em relação à situação anterior e ao próprio Getúlio Vargas. Claro, o autor oferece muito mais que isso, pois acompanha o cultivo da memória (ou do esquecimento/silenciamento) ao longo das décadas posteriores.

Também localizei uma tese sobre o envolvimento do Brasil na guerra, com “especial atenção para a Força Expedicionária Brasileira”⁴⁰. Porém, em vez de se aprender com esse trabalho, pode-se afirmar que sua única utilidade está em servir de consolo quando vemos que em universidades brasileiras, às vezes, se produzem e se aprovam teses muito fracas. Apesar de defendida numa universidade com a importância da de Viena, é difícil apontar algo de consistente e útil nesse texto. Não há avaliação da bibliografia existente, não há tese a ser defendida, não há fontes inéditas. Ricardo Seitenfus não merece ser referido, monotonamente, como fonte ao longo de muitas páginas, e pior, em muitas passagens, ele é “complementado” por afirmações de um livro do calibre de *Crônica de uma guerra secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*, de Sergio Corrêa da Costa⁴¹. A pertinência do famigerado livro de Hermann Rauschning, com afirmações sobre supostas intenções de Hitler em relação ao Brasil, não é questionada, pelo contrá-

³⁹ ROSENBECK, Uri. *Fighting for home abroad: remembrance and oblivion of World War II in Brazil*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta, 2011.

⁴⁰ FORSTER, Nicolas. *Brasilien am Vorabend des Zweiten Weltkrieges: eine Situationsanalyse unter besonderer Berücksichtigung der “Força Expedicionária Brasileira”*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Viena, 2010.

⁴¹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985. COSTA, Sergio Corrêa da. *Crônica de uma guerra secreta. Nazismo na América: a conexão argentina*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

rio, as afirmações nele contidas são apresentadas como “verdadeiras”⁴². O resultado desse pirão intragável são frases de conclusão do tipo: “O caminho do Brasil para entrar na Segunda Guerra Mundial é uma história de descaminhos, tensões internas e discussões para estabelecer rumos, mas também pode ser entendido como caminho para o autoconhecimento e para a definição de uma posição, do qual resultou um país mais autoconsciente”⁴³.

Termino este arrolamento sobre o envolvimento do Brasil na guerra e suas consequências com uma referência a um trabalho de uma historiadora austríaca que trabalha numa universidade alemã. Gerson Moura e Pedro Tota são, hoje, autores clássicos que estudaram os efeitos da adesão do Brasil ao bloco dos “Aliados”, especificamente a influência norte-americana, com ênfase sobre o trabalho do *Office of Inter-American Affairs*, o famoso “birô interamericano”, liderado por Nelson Rockefeller⁴⁴. Apesar de o Brasil não ser tema exclusiva do livro, Ursula Prutsch dedica nada menos de 200 páginas ao país, sobre esse tema, e isso com reiteradas referências críticas aos dois historiadores citados⁴⁵.

O texto, baseado em extensa pesquisa em fontes arquivísticas, não poderia pretender refutar por completo aquilo que ambos escreveram, mas faz questão de destacar que eles teriam insistido em demasia na eficácia das políticas aplicadas pelos Estados Unidos em relação ao Brasil. Ela, pelo contrário, procura mostrar que Tio Sam, no mínimo, teve de enfrentar uma série de obstáculos para “chegar ao Brasil”. Além disso, a própria narrativa dos acontecimentos está entremeada de uma série de interessantes insights, ao longo de todo o trabalho.

A autora apresenta uma série de exemplos de dificuldades enfrentadas pelos norte-americanos em sua campanha para consolidar sua influência no Brasil: elas vão de episódios “folclóricos”, como o do jangadeiro que se afogou em meio às filmagens de Orson Welles, passando pela necessida-

⁴² FORSTER, op. cit., p. 138-142. RAUSCHNING, Hermann. *O que Hitler me disse*. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1940.

⁴³ FORSTER, op. cit., 423.

⁴⁴ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984. TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁵ PRUTSCH, Ursula. *Creating good neighbors? Die Kultur- und Wirtschaftspolitik der USA in Lateinamerika, 1940-1946*. Stuttgart: Franz Steiner, 2008, p. 134-332. Cf. também: PRUTSCH, Ursula. Nelson A. Rockefeller’s Office of Inter-American Affairs in Brazil. In: CRAMER, Gisela; PRUTSCH, Ursula (eds.). *¡Américasunidas!* Nelson A. Rockefeller’s Office of Inter-American Affairs (1940-1946). Frankfurt/M: Vervuert, 2012, p. 249-282.

de de tentar convencer Alceu Amoroso Lima das qualidades do sistema e da orientação da educação estado-unidense, para chegar a aspectos tão materiais quanto as dificuldades para extrair borracha em quantidade razoável das florestas brasileiras. E esses exemplos podem ser ampliados em muito: apesar de a viagem de Érico Veríssimo aos EUA ter atingido certo sucesso, Vianna Moog ficou devendo o prometido livro por cerca de 10 anos⁴⁶. A USP, como a provável universidade mais importante do Brasil, nunca pôde ser conquistada pelos *yankees*, de forma efetiva. Ela sempre se manteve bastante europeia, incluindo até alemães, mas, sobretudo, migrantes do Velho Mundo fugidos de lá por razões políticas ou étnicas. Apesar de ter apoiado de forma entusiástica a guerra, a UNE também se manteve crítica em relação à influência estrangeira.

Por tudo isso, a autora conclui que a tradição de redefinição da “brasilidade” – que, para ela, iniciou com a Semana de Arte Moderna, em 1922 – esteve no centro de certa resistência, constituindo uma tentativa de “autonomia na dependência”, que não se restringiu aos anos anteriores à guerra, mas que a teria perpassado, até o final.

Não tenho como avaliar com competência quais sejam as tendências atualmente dominantes na análise do Estado Novo, na historiografia brasileira. Mas não há dúvida de que parte dela endossa aquilo que também está presente em considerável parte da opinião pública, no senso comum de que naquele período histórico foram tomadas medidas e implantadas políticas cujos resultados perduram até hoje – devendo, mesmo, ser censurado e sofrer oposição acirrada aquele que queira restringi-los ou eliminá-los. Quanto aos poucos exemplos de historiografia internacional (ou produzida no exterior por brasileiros), há razões para acreditar numa tendência idêntica. Abstraindo de alguns poucos exemplos aqui arrolados nos quais é difícil verificar ou deduzir a opinião do(a) autor(a) a respeito do regime, a maioria dele(a)s destaca algum aspecto do “*statebuilding*”, com seus diferentes desdobramentos em cada caso. O Estado Novo aparece como momento privilegiado de *construção*, seja de elementos ideais seja de elementos materiais, institucionais do Brasil. Disso, naturalmente, deriva uma série de consequências para a história posterior, mas esta é antes uma questão para um debate político que para um debate historiográfico.

⁴⁶ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Porto Alegre: Globo, 1954.

História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político

Luis Carlos dos Passos Martins

Os estudos de História Política têm recebido uma significativa revitalização nos últimos tempos no Brasil. Isto, de alguma maneira, reflete-se e, simultaneamente, é impulsionado pela reativação do Grupo de Trabalho de História Política da ANPUH, que atualmente promove encontros regulares (nacionais e regionais) possibilitando um interessante levantamento das pesquisas correntes na área e uma profícua troca de experiências entre pesquisadores. Como resultado desta iniciativa, temos o livro *História Política: interfaces e diálogos*¹, lançado em 2016 com parte dos trabalhos apresentados no *I Encontro Nacional de História Política*, realizado em Fortaleza, em 2015². Em 2017, tivemos o *II Encontro Nacional de História Política* em João Pessoa (PB), cujas discussões serão igualmente reunidas em uma publicação a ser lançada no ano de 2018.

No início destes debates, ainda no I Colóquio de História Política, realizado em Fortaleza em 2013³, apresentei algumas considerações sobre a minha perspectiva acerca da produção acadêmica em História Política naquela conjuntura, centrando meus argumentos em dois pontos.

De um lado, a necessidade de um maior diálogo interdisciplinar nos trabalhos específicos da área, especialmente no que se refere ao emprego de determinados conceitos-chave. Preocupava-me a tendência dos textos em História Política, notadamente em nível de mestrado e doutorado, de dar como estabelecido exatamente aquilo que era preciso questionar, ou seja, o uso de conceitos como “política”, “político”, “poder”, “Estado”, sem que

¹ MARTINS, Luis Carlos dos Passos; MUNIZ, A. C. (Orgs.). *História política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Fortaleza: EDUECE, 2016. v. 1.

² Em 2017, ocorreu, em João Pessoa, PB, o II Encontro Nacional de História Política, cujos trabalhos também comporão um novo livro, a ser lançado, provavelmente, em 2018.

³ Uma promoção do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da UECE e da ANPUH-CE.

houvesse uma prévia discussão teórica sobre os seus limites e as suas possibilidades nas pesquisas históricas. Em consequência, percebia-se como grande parte dos trabalhos acabava por tomar os “conceitos” não como instrumentos de interpretação da realidade estudada, mas como parte concreta da mesma. O resultado era – e ainda é – uma predominância de trabalhos excessivamente narrativos em detrimento da reflexão conceitual e metodológica, subvalorizando-se, com isto, as possibilidades que uma discussão sobre as diferentes noções de “poder” e de “político”, por exemplo, poderia trazer para os historiadores na construção de seu objeto de pesquisa e na forma de analisá-lo⁴.

De outro lado, porém, salientou-se a alternativa que estava sendo oferecida pelos trabalhos na linha da História Conceitual do Político, sobretudo dos autores brasileiros envolvidos em estudos como o *Projeto Iberconceptos*, cujos trabalhos foram em parte publicados nos livros *História dos conceitos: debates e perspectivas* (2006) e *História dos conceitos: diálogos transatlânticos* (2007)⁵. Nesta abordagem, a História Política deixava de se focar apenas nas instituições, nos partidos, nos processos eleitorais, etc., para incorporar as concepções com as quais estas instituições e processos foram pensados e mesmo tornados possíveis em determinadas condições de tempo e espaço. Embora a preocupação essencial não seja uma discussão sobre os *conceitos* como ferramenta heurística para o historiador, estes trabalhos abordam os *conceitos* em sua pertinência histórica e materialidade discursiva do passado, evitando assim a sua naturalização na pesquisa historiográfica.

Para embasar o argumento que pretendo desenvolver neste artigo, vou me estender um pouco na análise deste segundo ponto, apresentado com mais detalhes no *II Encontro de História Política*, de 2015⁶.

Muito se tem argumentado que a “história dos conceitos políticos” ou “história conceitual do político” não pode ser considerada uma “linha” de abordagem, na medida em que se tem colocado sob estes mesmos títulos diferentes formas de fazer pesquisa, que apresentariam divergências teórico-metodológicas substantivas. Vamos ver com mais detalhes esta divisão.

⁴ Em particular, recorde-me como seria instigante os historiadores considerarem toda a discussão nas Ciências Sociais sobre o conceito de poder...

⁵ JASMIN, M. G.; FERES Jr., J. (org.) *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; IUPERJ; São Paulo: Editora Loyola, 2006 e JASMIN, M. G.; FERES Jr., J. (org.) *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

⁶ MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História e Política: uso e abuso dos conceitos. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos; MUNIZ, A. C. (Orgs.). *História política: interfaces e diálogos*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Fortaleza: EDUECE, 2016. v. 1.

De um lado, temos a “vertente alemã”, liderada pelas pesquisas de Reinhart Koselleck, que empreendeu um trabalho de “fôlego” para tentar inventariar os “conceitos políticos” pertinentes à História alemã (*Begriffsgeschichte*). Nesta proposta, Koselleck procurou fugir da tradicional história das ideias que valorizava apenas as grandes obras e os grandes autores e que procurava fixar conceitos ao invés de compreendê-los dinamicamente no discurso político. Para o autor,

a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda a semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística⁷.

Koselleck pretendeu recuperar a relação dialógica entre as mudanças sócio-históricas (*campo de experiência*) e as alterações nas formas de pensamento (*horizonte de expectativas*) que originam estruturas conceituais inovadoras e prospectivas:

O estudo da semântica histórica mostra que todo o conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação – por exemplo, Estado, democracia, exército, partido, para citar apenas conceitos gerais – torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre a unicidade de significado (sob nossa perspectiva) anteriores, mas também contêm possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que não é contemporâneo e não pode reduzir-se a uma pura série histórica temporal⁸.

Uma segunda corrente da “História Conceitual do Político” é configurada pela Escola de Cambridge cujo principal contraponto foi a História das Ideias representada especialmente por Arthur O. Lovejoy e o *Journal of the History of Ideas*, da John Hopkins University. Fundamentando-se na Filosofia da Linguagem (John Austin; Ludwig Wittgenstein), a partir dos anos 60, autores como Quentin Skinner⁹ passaram a fazer pesadas críticas à História das Ideias e à sua tendência a considerar o pensamento político como um mundo à parte, no qual os filósofos discutiriam entre si, mesmo com séculos de distância no tempo. Na proposta de Skinner, a ênfase se dá no

⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 103.

⁸ Idem, p. 142.

⁹ Em especial no artigo “Meaning and understanding in the history of Ideas”, de 1969. Ver: SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas. History and Theory*, v. 8, n. 1, 1969, p. 3-53.

uso da retórica e dos “discursos políticos” atuantes na sociedade em que os autores escreviam as suas obras ou discursaram para os demais. Segundo Skinner, falando sobre Hobbes:

Como já deve estar evidente, **eu abordo a teoria política de Hobbes não simplesmente como um sistema geral de ideias, mas também como uma intervenção polêmica nos conflitos ideológicos de seu tempo**. Para entender e interpretar seus textos, sugiro que precisamos reconhecer a força máxima segundo a qual **as palavras também são atos** [...]. Ou seja, precisamos nos colocar em uma posição que nos permita captar **que tipo de intervenção os textos de Hobbes podem ter construído**. Meu objetivo no que segue é fornecer adequadamente uma avaliação não meramente do que Hobbes está dizendo, mas o que ele está fazendo ao propor seus argumentos. Minha suposição norteadora é que mesmo as mais abstratas obras de teoria política nunca estão acima da batalha; elas sempre são parte da própria batalha¹⁰.

Na mesma direção, Pocock, outro autor importante da Escola de Cambridge, defende que devemos considerar as ideias políticas com base nos interesses e nas intenções dos pensadores, nos contextos gramaticais e nas “linguagens políticas” em uso por e para aqueles em relação aos quais os textos se referiam¹¹. Desta forma, o foco deixa de ser os “grandes autores” dialogando num universo etéreo, para além das condições de tempo e espaço, e passa a ser a dinâmica própria do processo de produção dos discursos e pensamentos políticos. Em outras palavras, privilegia-se a análise do processo de produção discursiva a partir da pragmática contextual em detrimento dos conceitos universais e universalizáveis.

Por fim, de uma forma um pouco paralela ao aporte germânico e inglês, temos a perspectiva do cientista político e atualmente professor do *Collège de France* Pierre Rosanvallon e sua proposta de uma História Conceitual do Político. Segundo o autor, o *político* não é uma “instância” ou um “domínio” entre outros da realidade, mas “o lugar onde se articulam o social e a sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo¹²”. O “objeto da história conceitual do político é a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem suas ações e

¹⁰ SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 14-15 (grifos nossos).

¹¹ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹² ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 30, 1995, p. 12.

encaram seu futuro¹³. Estas se constituem num “trabalho permanente de reflexão da sociedade sobre ela mesma”, do que resulta que a História Conceitual do Político deva “fazer uma história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram construir respostas àquilo que percebem mais ou menos confusamente como um problema¹⁴”.

O autor explicita as características da sua perspectiva a partir dos adjetivos que utiliza para nominá-la, a saber, *conceitual* e *político*. Recorda que propõe uma “**histórica política** na medida em que a esfera do **político** é o lugar da articulação do social e de sua representação”. De outra parte, defende uma “história conceitual porque é ao redor de conceitos – a igualdade, a soberania, a democracia, etc. – que se amarram e se comprovam a inteligibilidades das situações e o princípio de sua ativação¹⁵”. Por fim, Rosanvallon salienta que seu *método* é, ao mesmo tempo, *interativo* e *compreensivo*. *Interativo* na medida em que privilegia “a forma como a cultura política, as instituições e os fatos interagem uns com os outros, compondo figuras mais ou menos estáveis¹⁶”, e *compreensivo* porque “implica em reconstruir a forma como os atores elaboraram sua compreensão das situações, em detectar as recusas e atrações a partir das quais os autores pensam sua ação¹⁷”.

Por fim, para o autor, tal programa só é possível na medida em que tiver como campo de pesquisa não as ideias produzidas pelo universo das instituições e/ou da filosofia política, mas o pensamento político que circulou no corpo social e que foi capaz de efetivamente mobilizá-lo.

Em síntese, ao fazermos um balanço destas propostas, notamos como elas realmente apresentam diferenças de fundo, notadamente no que se refere à visão mais estruturalista alemã e a perspectiva mais interacionista anglo-saxã. Fazendo um balanço destas diferenças, podemos dizer que elas se encontram, acima de tudo, na “escala” das análises, na medida em que as matrizes alemã e francesa trabalham mais em uma perspectiva estrutural e de longo prazo e a anglo-saxã em um aporte mais interacionista e conjuntural. Com efeito, as duas primeiras procuram recuperar a história dos conceitos e/ou a história conceitual do político através das respostas coletivas às questões que são colocadas em determinada conjuntura e que podem

¹³ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 30, 1995, p. 16.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem, p. 17.

¹⁷ Idem, p. 18.

permanecer como “esquema de pensamento” para além de seu contexto de origem. Já a escola anglo-saxônica privilegia a ação e a intenção dos “autores”, buscando entender as suas falas a partir dos contextos linguísticos específicos nos quais elas se inserem, não considerando ser possível uma “história conceitual” que encontre *sentidos* e/ou esquemas conceituais para além dos atos de fala que os atualizam ou dão suporte nesses contextos particulares. Assim, diferentemente da visão saussuriana, a língua (*parole*), para o aporte collingwoodiano, não é uma estrutura invariante, mas formada por um conjunto plural e volátil de pequenas e fragmentadas “linguagens” que forneceriam as diversas sintaxes a partir das quais uma “fala” política retiraria os seus sentidos possíveis. Dessa maneira, notamos como, além de propriamente uma diferença de ênfase, o que separa essas duas linhas de abordagem são divergências epistemológicas de fundo, onde uma privilegia os elementos estruturais para além das ações individuais, e outra se centra nas ações individuais e seus sentidos contextualizados, não sendo, assim, fácil ou mesmo possível encontrar uma posição conciliatória entre ambas.

Entretanto, é também perceptível que elas apresentam notáveis convergência. Uma delas está na compreensão do político como algo integrado ao social e apreensível de forma dinâmica e interativa, seja através de sua relação com as mobilizações sociais, seja pelos diversos “contextos linguísticos” que podem tornar esse “político” inteligível. Em qualquer uma dessas perspectivas, o “político”, o “conceito político” e o “discurso político” escapam ao universo etéreo das ideias e/ou das instituições para se situarem no agir e no pensar dos homens, ilustres ou não, que foram ativos no processo de sua constituição.

Outra convergência – um corolário da anterior, na verdade – está no fato que tal programa de pesquisa, além de não poder se deter ou se centrar nos grandes pensadores, ainda deve buscar novas fontes de investigação para além do grande livro, sob pena de não atingir o objetivo de dar conta dos conceitos políticos em sua atuação mobilizadora e/ou no seu universo de sentido. Rosanvallon foi, talvez, o autor que melhor sintetizou esta necessidade metodológica, ao defender que tal programa só é possível se incorporar na análise fontes documentais consideradas tradicionalmente “menos nobres”, como a imprensa, os panfletos, a literatura popular, as petições judiciais, etc. É sobre isto que iremos nos deter agora.

A imprensa e a História Conceitual do Político

A argumentação desenvolvida nas páginas anteriores nos permitiu constatar a importância da imprensa e de outros documentos históricos (panfletos e discursos parlamentares, por exemplo) como fontes para a pesquisa da História Conceitual do Político. Vamos agora explorar com mais cuidado os limites e possibilidades colocados por esta abordagem, como visto acima. Esta discussão terá como base a bibliografia corrente sobre o tema e a minha própria experiência de pesquisa com a imprensa brasileira no Segundo Governo Vargas (1951-1954).

Até os anos 70, a imprensa era pouco empregada pela historiografia brasileira, sendo raras as pesquisas que utilizavam jornais e, quando o faziam, usavam-nos como fonte secundária, normalmente acompanhada de outras bases documentais. De certa forma, este uso limitado tinha origem na maneira como a imprensa era encarada como fonte histórica diante dos cânones da História Metódica ou Tradicional, na medida em que ela dificilmente passava nos testes relativos à verdade textual. Diante dessa perspectiva e considerada como um lugar de erros e falsidades, a imprensa foi relegada à condição de fonte de menor valor diante de outros documentos “mais confiáveis”.

De certa forma, o marxismo acabou modificando um pouco o status da imprensa como fonte histórica. É certo que, ao situá-la no universo da superestrutura, concebia os jornais como um reflexo da infraestrutura econômico-social e, desta forma, um instrumento ideológico para a instituição/manutenção do sistema capitalista. Mas, ao fazer isto, o marxismo igualmente tornava a imprensa uma das principais fontes de pesquisa para desvendar os mecanismos ideológicos que permitiam aos grupos dominantes perpetuar relações de poder. No caso brasileiro, essa forma de abordagem se tornou hegemônica entre os anos 60 e 80, através de obras como a de Nelson Werneck Sodré (*História da Imprensa no Brasil*, 1966), de Lígia Prado e Maria Helena Capelato, tendo como principal ponto de convergência a visão da “grande imprensa” como suporte do discurso dominante¹⁸. Estes trabalhos “inaugurais” acabaram por formar uma forte tradição na historiografia brasileira, na qual a imprensa deixava de ser apenas fonte

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983; CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

para se tornar também objeto de análise dos historiadores e outros pesquisadores interessados no tema. Contudo, como tendência geral, os trabalhos que seguiram esse caminho não exploraram a possibilidade de a imprensa ocupar um papel ativo na formação/difusão das “ideologias”. Inspirados nos estudos da Escola de Frankfurt e em uma leitura apressada dos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, de Louis Althusser, ou mesmo sem uma base teórica mais elaborada, tais pesquisas tenderam a manter, com raras exceções, uma compreensão da imprensa como mero instrumento político-ideológico de grupos econômicos e/ou políticos.

Uma mudança significativa na abordagem da imprensa como fonte histórica surgiria, no Brasil, apenas a partir dos anos 90, com a inovação dos estudos históricos a partir da influência da Escola dos Anais, especialmente pela chamada Terceira Geração, liderada pelo trabalho de Roger Chartier e sua *História Cultural*. Sobre este aspecto, vale ressaltar dois pontos: de um lado, a perspectiva – bem ao estilo da sociologia de Marcel Mauss e Émile Durkheim que defendia o “fato” social como total (englobando o material, o psicológico, o cultural, etc.) – segundo a qual todos os elementos da realidade eram passíveis de abordagem história; de outro lado, pela ênfase nas representações sociais, consideradas nem como exteriores, nem como dependentes do social, mas como constituinte da sociedade¹⁹.

Esse processo de renovação direcionou um novo olhar à imprensa. A variedade de temas, de assuntos e de abordagens encontradas nas páginas dos jornais se mostrou um terreno fértil para o historiador interessado em

¹⁹ CHARTIER irá se apropriar do conceito de representação coletiva desenvolvido por DURKHEIM para superar a oposição entre, de um lado, o que chama de “tirania do social” – ou seja, as abordagens que consideram a sociedade como uma realidade pré-simbólica, cujo exemplo máximo seria o materialismo histórico (CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002) –, e, de outro lado, o império da cultura, ou melhor, as interpretações fundadas na escola interacionista norte-americana (GEERTZ e DARNTON) que procuram ver a cultura como um “sistema simbólico” e, dessa forma, dotado de uma lógica própria e independente da realidade social. Com esta proposta, CHARTIER procura, inclusive, afastar-se do conceito de mentalidades, desenvolvido pelas gerações anteriores dos *Annales*. Este conceito foi forjado para fugir do determinismo social, colocando-se “as mentalidades” como uma estrutura análoga, mas formalmente separada, das estruturas econômico-sociais (BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo Perspectiva, 1978). Mas esta é uma perspectiva estruturalista que concebe as mentalidades como “esquemas mentais” de longa duração e comum a todos os indivíduos de uma sociedade (LE GOFF, J. *As mentalidades: uma história ambígua*. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988), o que desagrada CHARTIER, na medida em que engessaria a cultura em sistemas rígidos e desconsideraria as diferenças sociais e os conflitos que podem ser expressos por essas formas simbólicas.

pesquisar o cotidiano, a vida cultural, os códigos de comportamento e de consumo das grandes cidades. Diante dessa forma de inquérito, jornais e revistas se apresentaram como documentos vivos e dinâmicos, refletindo e refratando diversos aspectos do viver urbano que dificilmente poderiam ser recuperados com outra fonte documental.

Sendo assim, surge a pergunta: e como fica a História Política diante desta perspectiva, considerando que esta área da História – nos seus moldes tradicionais, é verdade – foi o principal alvo de crítica dos *Annalles*, desde o seu início?

Não devemos negligenciar que a imprensa sempre foi uma fonte importante para os estudos políticos, na medida em que fornecia e ainda fornece um conjunto muito grande de informações sobre a vida partidária, parlamentar e governamental de uma sociedade. Entretanto, o processo de renovação dos estudos políticos, anteriormente já mencionado, trouxe novos olhares sobre a imprensa como fonte e mesmo como objeto da pesquisa histórica, na medida em que este suporte documental se apresenta como um *locus* privilegiado para estudar visões de mundo, representações e imaginários sociais, que têm um enorme peso político-ideológico na organização social. Todavia, a questão não se limita a este aspecto, mas envolve igualmente a própria reavaliação do papel político da imprensa. Esta vem sendo considerada, em pesquisas mais recentes²⁰, como um ator específico e influente nas mais diversas conjunturas históricas e como um espaço fundamental dos conflitos nas sociedades modernas, no qual interagem e se defrontam interesses os mais diversos (políticos, econômicos, etc.).

Ora, tendo em vista esta argumentação, qual seria a importância da imprensa para a História Conceitual do Político?

²⁰ Em relação a este aspecto, podemos consultar: sobre a realidade mundial, CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*: Petrópolis: Vozes, 1996; CHAMPAGNE, Patrick. *La Double Dépendance: Sur le Journalisme*. Paris: Raisons D'agir Editions, 2016 ; SCHUDSON, M. *Descobrimos a Notícia. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010, DARNTON, R. & ROCHE, D. *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996; WOLTON, Dominique. *Pensar a Comunicação*. Brasília: UnB, 2004. Sobre a realidade brasileira, ver: MOREL, MARCO. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, RIBEIRO, Gladys Sabina; CRUZ FERREIRA, Tânia Maria Bessone da. (Orgs.). *Linguagem e práticas da cidadania no século XIX*. São Paulo: Alameda, 2010; RIBEIRO, Lavina M. *Jornalismo e Sociedade. Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1960)*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2004; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. *Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.

Sobre este tema nunca é demais salientar que jornais impressos – por maiores que sejam os seus limites de circulação e de penetração social – são suportes discursivos que abrangem um número superior de leitores do que o abarcado por escritores individuais e por revistas especializadas. Mais do que isto, eles não só atingem um público mais amplo, como são capazes, conforme bem salientou o sociólogo francês Gabriel Tarde, de constituir os seus leitores em um “público”, ou seja, um amplo conjunto de pessoas, dispersas no espaço social e geográfico, que se reúne virtualmente em torno de uma publicação, compartilhando simultaneamente um *corpus* de leituras – e, assim, de informações e ideias. Embora diferente do que Tarde sugere, não seja possível antecipar o tipo de compreensão que as pessoas constituintes de um “público” farão dos textos que compartilham, devemos aceitar que é pelo compartilhamento destes textos – ou seja, por e pela imprensa – que este *público* se torna possível²¹.

De outra parte, por mais que a historiografia tradicionalmente tenda a compreender a imprensa – especialmente a “grande imprensa” comercial – a partir das ideias de unidade institucional e uniformidade ideológica, esta apresenta mais diversidade e pluralidade do que os historiadores parecem dispostos a admitir. Com efeito, as ideias de unidade e uniformidade da ação da imprensa, no geral, são tributárias da visão marxista que, como vimos anteriormente, concebe os meios de comunicação essencialmente como parte da superestrutura ideológica da sociedade. Não se pretende, aqui, negar a existência de limites e de constrangimentos estruturais sobre a produção textual dos jornais, como pressões políticas (censura, controle econômico dos jornais), pressões econômicas (notadamente de anunciantes, financiadores e proprietários) e demandas do mercado de leitores. Mas, mesmo nestes casos – e, talvez, até por estes casos –, os jornais não deixam de procurar formas próprias de se inserir no debate público e de expressar diferentes interesses neste debate. Apenas para se ter uma ideia, no Rio de Janeiro dos anos 50, havia mais de 20 jornais de circulação diária periódica, diferenciados no que se referem ao público alvejado, ao alinhamento doutrinário e mesmo à forma de se inserir no debate público. Claro que não podemos generalizar esta realidade para as demais cidades brasileiras, que, normalmente, quando tinham jornais, contavam com 2 a 3 periódicos ligados a grupos políticos e econômicos. Também devemos considerar o pro-

²¹ TARDE, Gabriel de. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

cesso de concentração corporativa e industrial da grande mídia, que tendeu a gerar uma uniformidade maior na produção da informação e da opinião. Entretanto, não obstante estas questões, ainda é possível encontrar divergências e diferenças em relação ao posicionamento dos jornais frente aos assuntos politicamente mais relevantes, especialmente nos centros urbanos mais evoluídos. De outra parte, pode-se ainda matizar as tomadas de posição da grande imprensa com jornais de menor circulação e/ou ligados a sindicatos ou movimento sociais, que oferecem um contraponto interessante à chamada grande mídia. Em outras palavras, no geral, a imprensa oferece um quadro no mínimo razoável para a pesquisa dos conceitos políticos atuantes em uma sociedade, servindo não apenas como complementação a outras fontes, mas configurando um suporte documental singular e insubstituível, quando se trata de compreender ideias circulantes em uma sociedade.

Outro ponto a considerar diz respeito ao modelo comunicacional com base no qual os historiadores normalmente concebem o papel político-social da imprensa, cuja problematização pode nos indicar novas potencialidades dos jornais como fonte de pesquisas acerca dos conceitos políticos. Em geral, a historiografia que trabalha com mídia baseia-se, normalmente sem se aperceber disto, numa visão que pressupõe um emissor (jornal/jornalista/empresa de comunicação) ativo e onisciente, que produz uma mensagem voltada para a manipulação de seus leitores. Estes, por vezes, são considerados como meros agentes passivos do processo, que receberiam e endossariam a mensagem forjada para enganá-los ou persuadi-los. Ora, esta visão pretensamente “esperta” corresponde a um modelo de comunicação muito próximo àquilo que os teóricos da área chamam de “magic bullet” ou “teoria hipodérmica”, elaborada ainda nos anos de 1920 e que pressuporia a comunicação como a inoculação de mensagens acabadas no público consumidor, que as assimilaria sem resistências e nem apropriações²².

Esta forma de perceber as relações comunicacionais é bastante simplista e reducionista, já tendo sido suficientemente contestada nos estudos de comunicação social para não mais ser mantida nas pesquisas historiográficas. Ao contrário desta visão, devemos considerar as relações comuni-

²² Sobre estes modelos comunicacionais e sua tipologia ver, dentre outros, WOLF, Mauro. Primeira Parte: A evolução da pesquisa sobre as comunicações de massa. In.: WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003; MATTELART, Armand. *História das teorias da comunicação*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

cacionais a partir da perspectiva da “mediação” (Martin-Barbero)²³. Ou seja, a “mensagem” tem que ser entendida como fazendo parte de um processo comunicacional na qual o “receptor” é também “produtor” a partir dos diferentes sentidos que pode atribuir ao texto que lê. Ademais, se os “produtores” – no caso, o jornal/jornalista – pretendem interpelar e persuadir os seus leitores, devem incorporar em seus textos elementos culturais próprios ao universo da recepção, como os sentidos previamente compartilhados por ambos os agentes da relação de comunicação. Assim, embora aquele que escreve tenha certa prioridade sobre aquele que lê, o texto deve ser compreendido como uma forma de “diálogo”, apesar de desigual. Neste diálogo, podemos encontrar, mesmo que de maneira fragmentada, dispersa e minoritária, diferentes “vozes”, fenômeno que Bakhtin muito bem sintetizou no seu conceito de “polifonia²⁴”. Ou ainda: o texto de um jornal nunca deve ser visto de maneira acabada e absoluta, mas na sua intertextualidade – ou seja, na forma como se constrói incorporando, apropriando-se, “distorcendo” ou reproduzindo outros textos. Ora, esta perspectiva, embora não negue a possibilidade da ação consciente do “enunciador” do discurso jornalístico em tentar convencer a sua audiência, coloca os limites e possibilidade destas ações e salienta que as mensagens obrigatoriamente incorporam ideias, conceitos, visões de mundo cuja origem e compartilhamento localizam-se para além dos produtores, envolvendo também os “consumidores”. Sem esta relação interativa, a comunicação não seria possível e a publicação tenderia ao fracasso no médio e mesmo no curto prazo.

Por fim, vale um argumento de ordem prática: por mais que haja dificuldade na pesquisa de acervos de jornais no Brasil – séries incompletas, exemplares mal conservados ou mesmo material inacessível –, atualmente, a Biblioteca Nacional está disponibilizando boa parte de seu acervo físico através da Hemeroteca Digital Brasileira que permite, não só a consulta *on line* da maior coleção de jornais do país, mas também a pesquisa por palavras e/ou expressões, uma ótima ferramenta para quem deseja fazer uma varredura de termos e de conceitos em jornais.

Todavia, apesar da potencialidade apontada acima, devemos considerar que a pesquisa de conceitos políticos tendo como base a imprensa

²³ MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁴ BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

como fonte ou objeto de estudo também sofre uma série de restrições, para os quais o pesquisador deve estar bem consciente. Além das questões propriamente “práticas” do acesso à “fonte”, temos outros problemas de fundo mais “teórico-metodológico”. E isto porque, por mais que o texto de um jornal possa ser considerado significativo como fonte para o estudo de ideias e de conceitos políticos atuantes em uma sociedade, seu aproveitamento como base empírica depende do respeito das características específicas do jornal como “suporte textual”.

Em primeiro lugar, a constatação corrente, mas necessária, de que o texto de um jornal “não é neutro”. Como lembra Bourdieu²⁵, o jornalismo é um dos campos de produção de bens simbólicos com o menor grau de autonomia, na medida em que depende da ação dos “poderes públicos” (legislação, financiamento), da interferência dos “poderes econômicos” (notadamente anunciantes e financiadores e/ou acionistas) e, por fim, mas não por último, da pressão do público leitor, tanto ou mais influente na composição da mensagem final do que os demais “poderes”. Desta maneira, analisar um texto jornalístico implica, obrigatoriamente, em situá-lo em todo este contexto de produção/enunciação, no qual os elementos acima referidos devem ser considerados, o que nem sempre é possível devido à própria falta de dados e/ou fontes de pesquisa. Todavia, alguns cuidados metodológicos são importantes, quando as informações estiverem disponíveis:

a) identificar os proprietários e principais jornalistas do periódico a fim de observar compromissos ou vínculos externos, especialmente com grupos políticos e econômicos e instituições públicas ou privadas;

b) identificar e mapear as principais fontes de financiamento de uma publicação: venda avulsa e por assinatura, classificados, publicidade privada e estatal, etc.; como afirma Bourdieu²⁶, o grau de independência de um jornal depende de sua autonomia financeira e é maior quanto mais ele puder se sustentar por venda de assinaturas ou avulsa; sendo menor quanto mais ele depender da publicidade; e, neste último caso, o grau de dependência aumenta quanto mais esta publicidade vier dos poderes públicos e, no caso do financiamento privado, quanto maior for a concentração dos anunciantes, porque um jornal que tem uma pluralidade de anunciantes dispersos (quer por setor da economia, quer por controle acionário de empresas) deve ter mais independência do que aquele cujos anunci-

²⁵ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo : Perspectiva, 1987.

²⁶ BOURDIEU, op.cit.

antes estão concentrados em poucos ramos ou empresas; por fim, ainda neste ponto, devemos considerar a possibilidade de o jornal ter sido financiado ou depender do financiamento de um grupo particular (ações, empréstimos, etc.);

c) identificar o público preferencial do jornal, que podemos segmentar em: 1) o leitor implícito, construído no texto jornalístico que transparece nas marcas sociais do discurso (linguagem empregada, temas mais destacados); 2) o leitor efetivo do jornal, ou seja, aquele que realmente compra ou lê, que podemos conhecer por indicadores externos, como índices de circulação, listas de assinantes, etc.

d) por fim, identificar a linha editorial do jornal e/ou o seu histórico no que se refere a tomadas de posições passadas, tanto frente a grupos políticos e econômicos, quanto em relação a “bandeiras” e doutrinas sustentadas.

Obviamente, que, tendo em vista a realidade da pesquisa histórica no Brasil, nem sempre as informações acerca dos itens acima referidos estão disponíveis, quer por falta de arquivos, quer mesmo por falta de interesse das instituições, especialmente ligadas à própria imprensa, de fornecer os dados necessários. Entretanto, qualquer esforço neste sentido é sempre importante para se montar um panorama das condições sociais e econômicas da produção textual jornalística em determinado período histórico.

Outro conjunto importante de questões diz respeito às possibilidades interpretativas do material encontrado em jornais de grande circulação para os conceitos políticos circulantes em determinada sociedade. Já vimos pela argumentação anterior que é muito difícil, a partir da análise de um conjunto limitado de jornais, fazer-se inferências gerais para toda a imprensa. Mais do que isto, devido à falta de unidade e mesmo de uniformidade entre os meios de comunicação pensados em conjunto, afirmações do tipo “a mídia disse, a mídia defende, a imprensa pretendia...” são bastante inapropriadas, quando não falsas por princípio. Igualmente percebemos, pelo exposto acima, que, se não é possível afirmar que as ideias políticas presentes nas páginas dos jornais sejam obrigatoriamente circulantes ou aceitas por toda a sociedade, podemos pressupor que as mesmas têm um grau razoável de pertinência sobre o que é pensado coletivamente, tendo em vista a condição dos jornais como produto cultural e, acima de tudo, produto comunicacional.

Entretanto, apesar destas considerações, é necessário salientar que não está se pretendendo defender a clássica ideia de que a imprensa expressaria a “opinião pública” de uma sociedade em um determinado contex-

to²⁷. Não cabe no escopo deste artigo uma exposição muito longa sobre o conceito de “opinião pública” e sua impropriedade como categoria analítica historicamente útil. Como demonstram vários autores, “opinião pública”, longe de ser um conceito aplicável à compreensão da realidade socio-histórica, é uma expressão polissêmica utilizada fundamentalmente na busca da legitimidade por parte dos agentes políticos. Logo, é um “termo-chave” da luta política e não um instrumento para analisá-la. Em outras palavras, devemos estudar a “opinião pública” não como uma *coisa* objetivamente existente na realidade, mas como uma expressão cuja definição e apropriação constituem elementos básicos das disputas políticas nas sociedades modernas.

Desta maneira, as diversas ideias e conceitos políticos presentes nas páginas dos jornais, embora não estejam totalmente alheios à sociedade, não são expressões autênticas e inequívocas da “opinião pública”. Ao contrário, são tentativas de atribuir à mesma uma definição legítima em determinado momento e, assim, legitimar aqueles que elaboram e sustentam estas definições. Luta na qual os jornais exercem um papel fundamental especialmente por suas diversas e persuasivas estratégias discursiva de construir a sua fala em nome de entidades coletiva como a “opinião pública”, a “voz do povo”, a “vontade da Nação”, etc.²⁸

Se não podemos pensar a imprensa como uma unidade, estaríamos autorizados, por outro lado, em pensar os jornais como uma unidade na produção discursiva? Em outras palavras, afinal, quem é o autor de um texto de jornal? Que peso tem um enunciado encontrado nas páginas de um jornal para se inferir acerca de sua representatividade sobre o pensamento defendido pelo jornal como um todo? O que também significa perguntar: é possível considerar o jornal como uma unidade? Em outras palavras, faz algum sentido expressões do tipo “o Jornal do Brasil pensou, defendeu, disse tal e tal coisa”?

Essas são questões muito difíceis para serem respondidas, mas substanciais a quem pretenda trabalhar com o pensamento político da imprensa, especialmente quando nos deparamos com situações nas quais encon-

²⁷ Veja, por exemplo, a forma como Alfred Stepan utiliza o posicionamento dos jornais nas crises institucionais do Pós-Guerra no Brasil como índice desta “opinião”. STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Arte Nova S.A, 1975.

²⁸ Sobre isto, consultar, dentre outros CHARAUDEAU, Patrick. *A Conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

tramos divergentes posições em um jornal sobre o mesmo tema, quer seja em edições diferentes ou mesmo em uma só edição.

O primeiro aspecto a considerar é que, por mais que um jornal tenha diferentes e plurais “autores/escritores”, ele não deixa de ser uma instituição hierarquizada e com certa homogeneidade ideológica. E isso não só pela pressão direta dos donos/financiadores. Mesmo na ausência da intervenção aberta destes, os jornais possuem editores com forte poder de planejamento e mesmo cerceamento do material a ser produzido nas publicações que coordenam. Esses editores, normalmente, são profissionais de confiança dos proprietários/financiadores do jornal, que atingiram cargos de direção editorial exatamente por isto. Além disso, não devemos esquecer que toda a redação de um jornal têm seus jornalistas de referência, que escrevem há muito tempo no impresso e que, por isto mesmo, conhecem muito bem a linha de opinião da publicação, quando não ajudaram a formalizá-la. Por fim, como bem salientou Robert Darnton, os jovens jornalistas logo apreendem, às vezes a duras penas, o tom e o “sotaque” ideológico que devem dar aos seus escritos, sob o risco de verem os seus textos remanejados ou destinados às partes menos nobres da edição, quando não simplesmente rejeitados²⁹. Em síntese, mesmo quando não há uma pressão direta sobre os redatores de um jornal – e normalmente há –, ainda assim encontramos certa tendência à homogeneidade de informações e ideias pelo efeito do que diversos autores dos estudos comunicacionais chamam de processo de “socialização interna” das redações³⁰.

De qualquer maneira, ainda é possível encontrar posicionamentos distintos em um mesmo jornal e, neste caso, o importante é elucidar que posicionamentos são estes e em que condições eles ocorrem, ou seja, em que parte dos jornais emergem e com que autoria. Com efeito, é muito comum que jornais da chamada grande imprensa deem espaço para articulistas que advoguem pontos de vista contrários aos que costumam ser defendidos em suas páginas. Esta prática é muito frequente, especialmente em periódicos que procuram se construir como neutros e/ou imparciais, para o que é necessário e importante demonstrar disposição ao confronto de ideias e representar a si mesmo como “fórum de debates”. Entretanto, este espaço é limitado principalmente a artigos assinados e recebe dimen-

²⁹ DARNTON, R. Jornalismo: toda a Notícia que couber a gente publica. In: DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. Cia das Letras. 1990, p. 41-57.

³⁰ Sobre isto ver, WOLF, op. cit.; MATTELARD, op. cit.; e DARNTON, op. cit.

sões reduzidas em relação aos pontos de vista normalmente sustentados pela publicação. Além disso, este espaço é ritualmente delimitado a alguma seção especial do jornal, destinada a “contrapontos” e/ou a articulistas “renomados”, deixando-se claro que se trata de uma “concessão” à diversidade e à pluralidade e que a opinião ali expressa não corresponde ao posicionamento do jornal.

No que se refere aos “articulistas renomados”, vale um comentário extra: no geral, tratam-se de intelectuais e/ou homens de significativa atividade pública que recebem espaço no jornal/imprensa a partir do seu próprio capital de notabilidade. Neste caso, o jornal procura angariar legitimidade – capital simbólico – associando-se ao prestígio prévio do articulista, mesmo que divirja das suas ideias. Agindo assim, se fornece espaço para opiniões contrárias a suas, por outro lado, o jornal obtém um duplo ganho simbólico: tanto por representar-se como instância aberta à pluralidade e ao contraditório, quanto por associar-se à notabilidade do próprio articulista. Este, por sua vez, pode ganhar visibilidade midiática, mas paga caro por ela, transferindo ao jornal parte de seu próprio prestígio e ainda contribuindo para a estratégia da publicação em construir-se como instância neutra de debate público.

Diante disto, recoloca-se a pergunta: como identificar o posicionamento próprio do jornal? Neste caso, em termos metodológicos, a principal alternativa é ainda a análise dos editoriais. Em relação a isto surgem muitas questões, dentre as quais, duas se destacam: de um lado, a ponderação de que o posicionamento de um editorial pode ser apenas uma fala *pro forma*, sem que haja necessariamente sinceridade e/ou maior comprometimento com as posições externadas; de outro lado, a alegação de que os editoriais fazem parte dos espaços menos lidos dos jornais e, assim, as posições que ali se encontram são de pouca valia para compreender as ideias políticas efetivamente atuantes em uma sociedade.

Em relação a estes pontos, os estudos especializados na área dos “gêneros jornalísticos”, bem como minha própria experiência com editoriais, possibilitam-me afirmar que em pesquisas de médio e longo prazo a análise dos editoriais permite identificar as principais ideias e conceitos políticos que circulam nas páginas de um impresso e orientam a(s) concepção(ões) sobre a realidade sustentada(s) pela publicação³¹. De fato, como indicam também os

³¹ A bibliografia neste ponto é vasta, no que se refere ao jornalismo internacional, podemos citar BOLIVAR, A. The structure of newspaper editorials. In: M. COULTHARD (ed.) *Advances in*

estudos sobre rotina de produção jornalística³², os editoriais são escritos pelos principais editores/articulistas de uma publicação, sendo normalmente resultado de um debate prévio entre os chefes das principais editorias. Desta maneira, mesmo quando redigido por um editorialista em especial, o editorial é um texto de autoria coletiva³³, seguindo certos padrões rígidos de linguagem – fala exortativa, chamamento à “ordem” legal e/ou moral, etc. – e falando oficialmente em nome da empresa jornalística. Representa acima de tudo – e isto é o mais importante – a forma como os proprietários e/ou os responsáveis por esta empresa desejam que ela seja vista no cenário público.

De outra parte, estes mesmos estudos igualmente permitem sustentar que as tomadas de posição dos jornais presentes nos editoriais tendem a se expressar, quer de forma explícita, quer de forma implícita, na condução do noticiário e nos espaços de opinião mais “institucionalizados” de um impresso, como as colunas não assinadas e os artigos assinados pelos articulistas mais antigos e/ou vinculados à publicação. E isto não é muito difícil de entender, bastando lembrar que estes colunistas e articulistas são ou foram os principais chefes das editoriais do jornal e normalmente compõem o grupo que discute e redige o editorial. Nas pesquisas que realizei

written text analysis. Londres: Routledge, 1994, p. 276-94; CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006; CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da UFMG, 2004. Em relação à análise de editoriais brasileiros, temos, dentre outros, KRIEGER, M. G. *A retórica da transitividade: uma análise semiótica e retórica de editoriais jornalísticos brasileiros*. Tese (Doutorado em Letras). São Paulo: USP, 1990; SANTOS, J. B. dos. Aspectos ideológicos no editorial jornalístico: pontos e contrapontos. *Anais do II encontro franco-brasileiro de análise do discurso – o discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 142-46.

³² Em relação a estes estudos, para o jornalismo internacional ver: TUCHMAN, Gaye. *Making News. A study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978; TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, Volume I*: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005^a; TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, Volume II*: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional, Florianópolis: Insular, 2005^b; WOLF, op. cit.; SANTOS LOPES, Ana Catarina Colaço. *Constrangimentos organizacionais da prática jornalística. A coluna dos provedores do leitor como reflexo dos constrangimentos organizacionais vividos pelos jornalistas no contexto das empresas midiáticas* – Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares – Almada, 2006. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-ana-constrangimentos-organizacionais.pdf> e consultado em 12 de dezembro de 2017. Para análise dos jornais brasileiros, podemos indicar: SILVA, Gislene. Para pensar os critérios de noticiabilidade. In: Estudos em Jornalismo e Mídia. Sociologia do Jornalismo. *Revista Acadêmica Semestral*: UFSC. v.2, n. 1, julho 2005.

³³ ALVES FILHO, Francisco. A autoria Institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006.

sobre a grande imprensa carioca nos anos 50 e a sua abordagem dos principais programas econômico do Segundo Governo Vargas, a convergência entre a opinião defendida nos editoriais, a condução do noticiário sobre o tema e a posição encontrada nos principais articulistas e nas colunas foi muito forte, havendo raros momentos em que se identificava alguma dissonância. Entretanto, devemos salientar que os jornais então pesquisados (*Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Jornal* e o *Jornal do Brasil*) eram jornais fortemente doutrinários, que ainda não haviam completado ou sequer iniciado sua modernização em direção ao estilo anglo-saxão de jornalismo, no qual a busca (retórica) pela neutralidade e objetividade se torna um valor na autorrepresentação dos jornais. De qualquer maneira, estudos mais sistemáticos fazendo este cruzamento entre opinião editorial e condução do noticiário depois da reforma dos grandes jornais brasileiros ainda estão por ser feitos, o que não invalida o argumento aqui empregado.

Entretanto, quem pesquisa com imprensa já compreendeu que sempre é possível se encontrar pontos de vistas diferentes e/ou contraditórios sobre um mesmo tópico nos editoriais de um jornal ou na comparação entre o editorial e a condução do noticiário. E, nestes casos, como interpretar esta situação?

A primeira resposta pode se basear no próprio argumento apresentado acima de que um jornal é formado por uma pluralidade de autores. E, por mais que estes autores possam ser socializados e controlados, sempre surge margem para transbordar divergências e diferenças na superfície discursiva de um impresso. Porém, embora não se deva desconsiderar esta explicação, ela peca por simplificar demais a questão e, assim, não permitir incorporar na análise o jogo estratégico e as características específicas de um jornal como produtor e difusor de opiniões e visões sobre a realidade social.

Para deixar mais claro o meu ponto de vista sobre isto, retomo aqui a análise que fiz da grande imprensa carioca na abordagem do programa econômico de Vargas (1951-1954). Em linhas gerais, todos os jornais pesquisados (*Correio da Manhã*, *O Globo*, *O Jornal* e o *Jornal do Brasil*) se demonstraram a favor de medidas defendendo a estabilidade na economia e fizeram uma verdadeira prédica pelo controle das emissões monetárias e por um orçamento público equilibrado. Também defenderam a necessidade de o país atrair capital estrangeiro para alavancar o seu desenvolvimento econômico. Não faltaram críticas à aprovação do monopólio estatal do petróleo e a medidas de intervencionismo no varejo, dando a entender que tinham um forte compromisso com os princípios do liberalismo econômico. Po-

rém, esses mesmos jornais foram unânimes em advogar pela necessidade do fomento à produção como forma de combate à inflação, pregando o aumento dos investimentos públicos e privados em pleno processo inflacionário. Também defenderam, com bastante entusiasmo, o papel das agências planejadoras e o aumento da capacidade de arrecadação e de investimento público do Estado, mesmo que isso implicasse em majoração de impostos e em aumento do aparato estatal. Em outras palavras, sustentaram aquilo que era defendido pela corrente nacional-desenvolvimentista.

Podemos concluir apenas por falta de coerência doutrinária?

Pode ser, mas preferimos optar por entender o uso das teorias e conceitos pelos jornais como *estratégias argumentativas* na busca da legitimação de suas tomadas de posição e na desautorização das ações e programas dos quais se distanciavam. Notamos nos anos 50, que o liberalismo, embora ainda fosse uma teoria de prestígio na academia, já não oferecia elementos conceituais suficientes para o posicionamento dos jornais no campo de produção ideológica tendo em vista as próprias condições estruturais do fazer jornalístico, obrigado sempre a lidar com demandas externas do campo econômico, político e, em especial, do público leitor.

Assim, como ser coerente com os cânones liberais quanto estes defendiam que a saída para a inflação era o recuo dos investimentos e um razoável nível de desemprego para desaquecer a demanda? Essa conclusão pode satisfazer um acadêmico como Eugênio Gudín na disputa contra seus pares acadêmicos pela perfeição dos modelos teóricos, mas dificilmente poderia ser assumida por agentes jornalísticos que devem procurar dar algum tipo de resposta às expectativas de seus leitores, quando não de seus anunciantes, por progressos econômicos e aumento dos ganhos materiais.

Da mesma maneira, o liberalismo parecia oferecer cada vez menores condições de atender às necessidades de um campo jornalístico interessado em associar o seu discurso a valores como “progresso da nação”, modernidade, modernização ou desenvolvimento. Na conjuntura intelectual e social dos anos 50, estas noções apresentavam um grande poder de legitimação e um enorme valor de mobilização coletiva àqueles que delas pudessem se apropriar eficazmente. A luta pela condição de porta-voz autorizado do público leitor na esfera de debate obrigava os agentes do campo jornalísticos a lidar diretamente com essas noções.

Podemos, assim, retornar a Bourdieu. Como salienta este autor, a tomada de posição dos agentes do campo jornalístico só pode ser entendida quando levamos em conta todas as pressões que se exercem sobre um

jornal e que, por isso, suas tomadas de posição são sempre *estratégicas*. Dizer que as suas tomadas de posição são sempre *estratégicas* não significa falar que são necessariamente derivadas de um cálculo consciente, embora a existência desse cálculo não esteja descartada. Afirmar que as tomadas de ação dos agentes culturais são *estratégicas* ou seguem uma *estratégia* significa dizer, para o autor, que estas tomadas de posição não são totalmente livres, mas que devem corresponder (dar uma resposta) a uma série de demandas e pressões que se exercem sobre estes agentes, quer estas demandas e pressões sejam internas ao seu campo de produção (derivadas das lutas com outros agentes, por exemplo), quer sejam externas (derivadas dos conflitos com outros campos ou mesmo da relação com financiadores e público consumidor)³⁴. No caso dos jornais, portanto, só poderemos compreender as linhas de ação de um agente considerando o conjunto de pressões derivadas da posição desse agente no campo, da posição de seu campo frente aos demais, da sua posição diante de possíveis financiadores e diante de seu público leitor. A *estratégia* do agente jornalístico individual (jornalista) ou coletivo (jornal) surge como uma decorrência possível desse verdadeiro *campo de forças*, resultante que o autor também chama de *estratégia discursiva*, na medida em que estas demandas acabam por se inserir, de uma forma ou de outra, na sua fala, no seu discurso, mesmo que implicitamente, naquilo que ele deixa de mencionar, por exemplo³⁵.

³⁴ Para BOURDIEU, embora o cálculo consciente não esteja descartado, em boa parte das vezes os agentes de um campo respondem a estas pressões a partir da sua incorporação em esquemas de pensamento, como as categorias profissionais do jornalista, que lhe permite uma forma de ver a realidade já adequada às demandas que têm de atender no interior de seu campo de produção. Ver, sobre isso, BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 55-58.

³⁵ Sobre isso, o autor nos oferece um exemplo bem ilustrativo, no qual analisa um debate televisivo sobre um tema polêmico, procurando desvendar as estratégias empregadas por agentes do campo jornalísticos, políticos e da ciência social: “De fato, a cena que se representa no palco, as estratégias que os agentes empregam para levar a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são expressão das relações de força objetivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, entre os campos diferentes em que eles estão implicados – e em que ocupam posições mais ou menos elevadas. Dito por outras palavras, a interação é a resultante visível e puramente fenomênica, da interseção entre campos hierarquizados. (...) As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto neutro, lhe são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam” (BOURDIEU, *O Poder Simbólico*. Lisboa : Perspectiva, 1989, p. 55-56).

Desta maneira, no caso da pesquisa aqui discutida, quando vamos considerar a tomada de posição dos jornais em relação aos programas econômicos, não devemos esperar que eles sigam necessariamente uma argumentação coerente e teoricamente bem fundada. A busca da coerência, do rigor e dos argumentos bem fundamentados é própria do campo acadêmico, da luta entre intelectuais, cientistas e seus pares. No campo jornalístico, essa argumentação segue uma lógica muito mais flexível, de adaptação à realidade concreta, à necessidade de atender às suas demandas específicas, quer estas venham do próprio campo, do universo político, do econômico ou mesmo da relação com o público leitor. Compromissos que inexistem ou são bem menos relevantes no universo fechado das academias e das revistas científicas.

De qualquer maneira, o que importa é que, independentemente da “coerência” e da “consistência” dos conceitos e ideias políticas encontrados nas páginas dos jornais, eles representam esforços, por vezes criativos e genuínos, de aplicação do universo teórico-conceitual ao universo da prática política e da retórica jornalística. E só por isto e exatamente por isto são imprescindíveis à análise que se propôs nestas páginas.

Considerações finais

Com base em tudo o que vimos acima, creio que ficou suficientemente esclarecido a importância da imprensa como fonte e objeto de estudo quando se trata de pesquisar as ideias e os conceitos políticos efetivamente atuantes em uma determinada conjuntura histórica. Diríamos mais: para esta forma de investigação, a imprensa não é apenas uma alternativa complementar, mas sim uma fonte imprescindível, tanto pela diversidade de informações e concepções que podem ser encontrada nas páginas dos jornais, quanto pelas características próprias do discurso jornalístico sobre a política em sua pretensão de ocupar um lugar institucional no debate público.

Todavia, como também se procurou deixar claro, o emprego dos jornais para esta forma de pesquisa deve saber respeitar os limites e as possibilidades que os periódicos, como suportes textuais específicos, apresentam. Somente desta forma, o pesquisador dos conceitos políticos pode tirar o adequado proveito que a imprensa pode lhe permitir como fonte de pesquisa precavendo-se dos perigos que esta investigação comporta, como a confusão das ideias políticas presentes nos jornais como a expressão da “opinião pública” ou a sua redução a mero instrumento manipulatório em favor de interesses externos.

Reflexões acerca do conceito de populismo

Alessandro Batistella

Considerações iniciais

O presente artigo pretende refletir sobre o conceito de populismo, um conceito polêmico, cujas definições, conforme observam, por exemplo, Norberto Bobbio¹ e Francisco Panizza², são imprecisas e ambíguas, além do termo também ser utilizado genericamente para denominar fenômenos históricos muito diferentes.

Especificamente no Brasil, nas últimas décadas o conceito de populismo vem sendo objeto de debates e críticas realizadas, sobretudo, por historiadores, cientistas políticos e sociólogos. Assim, pretende-se, ao longo do presente artigo, analisar alguns dos principais argumentos que envolvem esse debate, além de se refletir acerca da operacionalidade ou não desse conceito.

Dessa forma, em um primeiro momento, a análise será focada, de uma forma sucinta, na trajetória do referido conceito no Brasil. Assim, iremos verificar como a teoria da modernização, os estudos do Grupo de Itatiaia e os trabalhos de Francisco Weffort e Octávio Ianni contribuíram para a construção de uma teoria, que denominaremos como clássica, e para a consolidação do conceito de populismo no país.

Em um segundo momento, refletir-se-á sobre como as contribuições de Edward P. Thompson, a nova história do trabalho e a história cultural influenciaram uma nova geração de historiadores a fomentarem uma série de novos estudos que criticaram duramente algumas das premissas que sustentam a teoria clássica do populismo.

¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 8. ed. Brasília: UnB, 1995, p. 980-981.

² PANIZZA, Francisco. Introducción. In: PANIZZA, Francisco (Comp.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 9.

Posteriormente, o foco serão as reflexões do intelectual argentino Ernesto Laclau³ (1935-2014) sobre o conceito de populismo, reflexões estas que são ainda pouco difundidas no Brasil, mas que encontram repercussão na América Latina e Europa, permitindo-nos repensar teoricamente o conceito, ressignificando-o e tornando-o uma interessante possibilidade de análise.

Breve trajetória de um conceito

Ao pesquisarmos a imprensa brasileira da década de 1940, poderemos perceber que o termo populismo já era habitualmente utilizado. Porém, o seu sentido era bem diverso, sendo utilizado como sinônimo de “popular” e tendo uma conotação positiva.

No entanto, o termo passaria por uma intensa metamorfose a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a academia brasileira passou a dedicar-se ao estudo sistemático do fenômeno do populismo. A partir de então, o populismo passaria a ter uma conotação pejorativa.

Como lembra Jorge Ferreira⁴, nos anos 1950 e 1960 a teoria da modernização teve um grande impacto sobre a construção do conceito de populismo. Nesse sentido, dois importantes intelectuais argentinos, os sociólogos Gino Germani e Torcuato di Tella, influenciados pela teoria da modernização, definiram o populismo como um período de transição entre a sociedade tradicional (rural e agrária) para a sociedade moderna (urbana e industrial) – uma espécie de epifenômeno de um estágio específico do desenvolvimento econômico –, período esse em que as populações rurais, “inexperientes politicamente e acostumadas às relações clientelistas”, se deslocavam do campo para a cidade⁵.

Apesar das críticas, algumas das ideias da teoria de Germani e di Tella ecoaram com força, sendo importantes para as primeiras formulações do populismo no Brasil, realizadas por um grupo de intelectuais que fica-

³ Ernesto Laclau nasceu em 1935 na Argentina, licenciando-se em História pela Universidade de Buenos Aires. Na década de 1970 se radicou na Inglaterra, onde realizou o seu doutorado na Universidade de Essex. Foi professor da Universidade de Essex, onde dirigiu o Programa de Ideologia e Análise do Discurso.

⁴ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 64.

⁵ Conforme essa perspectiva, o conceito de populismo foi transformado em uma teoria universal, ou seja, o populismo se transformou em uma fase intermediária do desenvolvimento capitalista. Assim, houve populismo nos Estados Unidos, na Rússia, na Europa e na América Latina. Cf. IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

ram conhecidos como Grupo de Itatiaia⁶. Influenciados pela teoria da modernização, os intelectuais desse grupo assim definiram o populismo:

Em primeiro lugar, o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. As massas, interpretadas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem. Só a superação desta condição de massificação permitiria a libertação do populismo ou a aquisição da verdadeira consciência de classe. [...].

Em segundo lugar, o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder⁷.

Ainda segundo Angela de Castro Gomes⁸, há três variáveis efetuadas na construção do conceito de populismo: a) um proletariado sem consciência de classe; b) uma classe dirigente em crise de hegemonia; c) um líder carismático.

Um dos principais intelectuais do Grupo de Itatiaia, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos⁹ assim definiu o populismo no Brasil:

[...] o populismo ocorreu, sobretudo, a partir de 1945, pois com o fim do Estado Novo o país conheceu, no plano político, um mínimo de probidade nas eleições e, no plano econômico, uma industrialização mais consistente. Assim, o populismo, como uma ideologia pequeno-burguesa, procurou mobilizar politicamente “as massas” nos períodos iniciais da industrializa-

⁶ Segundo Angela de Castro Gomes, o Grupo de Itatiaia era formado por um grupo de intelectuais que, a partir de agosto de 1952, patrocinados pelo Ministério da Agricultura, realizavam reuniões periódicas em Itatiaia (entre o Rio de Janeiro e São Paulo) visando a discutir os problemas políticos, econômicos e sociais relacionados ao desenvolvimento do país. Em 1953, esse grupo criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e passaram a publicar os *Cadernos do nosso tempo*. Entre os intelectuais do Grupo de Itatiaia, destacaram-se os sociólogos Hélio Jaguaribe e Alberto Guerreiro Ramos. In: GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 22-23.

⁷ GOMES, op. cit., 2001, p. 24-25.

⁸ Idem, p. 25-26.

⁹ Apud FERREIRA, op. cit, 2001, p. 69.

ção. Além disso, os assalariados não apresentavam a “consciência de classe” que caracterizava os trabalhadores providos de longas tradições de lutas, uma vez que as classes sociais ainda não tinham se configurado. Resumindo, a classe trabalhadora apresentava-se como “povo em estado embrionário”. São trabalhadores com escasso “treino partidário” e “tímida consciência de direitos”, o que os tornava “incapazes” de exercer influência sobre os políticos populistas.

A partir da década de 1960, dando continuidade à essa linha interpretativa, as reflexões sobre o populismo ganharam destaque acadêmico com as teorias de Francisco Weffort e Octávio Ianni.

Em *O populismo na política brasileira*¹⁰, Weffort dirá que o populismo, surgido após um longo processo de transformação da sociedade brasileira desde 1930, se manifestará de duas maneiras: como um estilo de governo e como uma política de massas. Ademais, Weffort também traria, para a época, uma importante novidade por meio da premissa do tripé “repressão, manipulação e satisfação” para explicar o sucesso do populismo no Brasil. Em outras palavras, a conjugação da repressão estatal com a manipulação política das massas e a satisfação dos trabalhadores ao verem algumas de suas demandas atendidas deu origem ao “pacto populista¹¹”.

Octávio Ianni, por sua vez, procurando analisar a história política brasileira e as razões do golpe civil-militar de 1964, publicou, em 1968, *O colapso do populismo no Brasil*¹². Nessa obra, Ianni vai delimitar temporalmente o populismo entre os anos de 1945 a 1964, período denominado de “*democracia populista*”. Assim, Ianni vê no golpe civil-militar de 1964 o resultado do esgotamento do populismo no Brasil, isto é, o colapso de um modelo de desenvolvimento econômico característico de um período de transição (de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana e industrial) conduzido por um Estado intervencionista e por líderes carismáticos, que buscam legitimar-se através da política de massas.

Ainda segundo Ianni, essa política de massas seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política dos trabalhadores, que, em

¹⁰ *O populismo na política brasileira*, publicado em 1978, aglutina (com revisões) artigos publicados pelo autor na década de 1960 (ver primeira parte do livro) e capítulos da sua tese de doutoramento apresentada à USP, em 1968 (ver a segunda parte do livro). Cf. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

¹¹ Segundo esse pacto, “os trabalhadores, a partir de cálculos utilitários sobre suas perdas e ganhos, trocaram os benefícios do acesso aos direitos sociais pela submissão política”. In: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 15.

¹² Cf. IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

virtude da sua origem rural, seu atraso cultural e sua inexperiência política, estavam destituídos de uma consciência de classe. Dessa forma, eram facilmente galvanizados e instrumentalizados pelas lideranças carismáticas.

Aliás, convém salientar que além da teoria da modernização, Weffort e Ianni também iriam se utilizar (e ao mesmo tempo contribuir) de outras reflexões que estavam surgindo na década de 1960: os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, realizados por intelectuais como Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Azis Simão e José Albertino Rodrigues, entre outros. Em geral, os trabalhos desses autores, embora possuam particularidades, trilham um mesmo horizonte, uma espécie de “síntese geral”: enalteciam os anos 1910 como os anos dourados do anarquismo e dos movimentos reivindicatórios da Primeira República; atribuíam à retração dos movimentos contestatórios nos anos 1920 ao incipiente êxodo rural, uma vez que os trabalhadores rurais não tinham experiências de luta; e caracterizavam o sindicalismo do período pós-1930 como burocrático e acomodado, perdendo sua autonomia e seu ímpeto revolucionário.

Em geral, a teorias sobre o populismo de Ianni e Weffort, assim como os primeiros estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, foram produzidos em um contexto pós-golpe de 1964, o que levou esses intelectuais a refletirem sobre o momento histórico que estavam vivendo, procurando entender as razões do golpe, além de buscarem alternativas e/ou soluções para a superação desse período nebuloso. E foi nesse contexto, tentando entender as razões do golpe civil-militar de 1964, que surgiram outras teorias, como a do “desvio” e do “cupulismo”.

A teoria do desvio baseia-se em uma visão teleológica do marxismo, de que a classe operária, ao tomar consciência de classe, teria um caminho natural a seguir (a revolução socialista). No entanto, a política populista – por meio da repressão, da manipulação e da cooptação – teria incapacitado os trabalhadores a qualquer iniciativa autônoma e muito menos a criarem uma “verdadeira” consciência de classe.

Por sua vez, na teoria do cupulismo “os trabalhadores seriam reféns da política ditada pelas suas lideranças¹³”, que agiam sem consultar os tra-

¹³ COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da; FONTES, Paulo (Orgs.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999, p. 90.

balhadores¹⁴. Dessa forma, o cupulismo seria responsável pelo êxito da política populista no seio do movimento operário, uma vez que os operários estavam ou nas mãos de lideranças pelegas ou nas mãos de lideranças comunistas, que cometiam uma série de equívocos e “erros estratégicos imperdoáveis¹⁵” (como, por exemplo, a adoção de um “nacionalismo cego” e as alianças com sindicalistas petebistas).

Em suma, o populismo – que teria desviado a classe operária – e o cupulismo tornaram-se fatores explicativos para a suposta fraqueza do movimento operário diante do golpe civil-militar de 1964, que foi implantado sem maiores resistências.

Portanto, paulatinamente, difundiu-se uma vertente explicativa que passou a desmerecer a história social e política brasileira entre os anos de 1930 e 1964. Particularmente ao contexto 1945-1964, esse passou a ser denominado, até mesmo pejorativamente, como o tempo da “democracia populista” (ou da “república populista”) e do “sindicalismo populista”. Ora, não é por acaso que se tornou comum a história do Brasil do período 1930-1964 ser simplificada (sobretudo nos manuais escolares) como o período dos políticos populistas, demagógicos e carismáticos, do sindicalismo pelego, dos trabalhadores domesticados, sem autonomia, vitimados por uma modernização incompleta e manipulados por um Estado paternalista e coercitivo (sobretudo no Estado Novo).

E mais, seguindo uma perspectiva linear, progressiva e até mesmo teleológica da história, o período populista era um período datado, transitório, um estágio do processo do desenvolvimento capitalista (caracterizado pela proletarianização dos camponeses, pela crise de hegemonia das antigas oligarquias agrárias, pelo pacto entre as diversas classes sociais e pelo fascínio das massas aos líderes carismáticos). Enfim, era um período que deveria ser esquecido ou lembrado como uma “triste época”.

¹⁴ Conforme Hélio da Costa, o sindicalismo cupulista pode ser assim caracterizado: “ausência de organização nos locais de trabalho em contraponto ao esforço destinado à construção de estruturas paralelas fortemente verticalizadas; distância em relação às reivindicações ligadas às condições de vida dos trabalhadores; recusa em romper o atrelamento dos sindicatos ao Estado”.

¹⁵ Nesse sentido, Francisco Martinho lembra que as análises de Francisco Weffort são duras com o PCB, inclusive o responsabilizando pelo predomínio da estrutura corporativa no período de 1945 a 1964. Cf. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “O populismo sindical: um conceito em questão”. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 30-49.

Baseando-se nessas premissas, o Novo Sindicalismo, que emergiu no cenário social e político brasileiro no final da década de 1970, procurou cunhar a sua auto-identidade como oposição ao “velho” sindicalismo pelego do período 1930-1964 – surgindo, assim, um “novo” sindicalismo, que sepultaria o colaboracionismo e o cupulismo e assumiria a defesa dos interesses dos trabalhadores¹⁶.

Portanto, a teoria clássica do populismo apresenta os trabalhadores brasileiros do período 1930-1964 como passivos, destituídos de experiência e consciência de classe (ou com as suas experiências atreladas ao populismo), facilmente manipulados e cooptados por um Estado paternalista e por líderes carismáticos e demagógicos, que os teriam desviado de seu caminho histórico natural. Diante desses pressupostos, observou Jorge Ferreira que

[...] a história da classe trabalhadora a partir de 1930 reduz-se a uma espécie de “conspiração” das classes dominantes sempre criadoras de dispositivos ideológicos, mecanismos eficientes de controle social, meios habilíssimos de propaganda política, instrumentos sutis de doutrinação das mentes, entre outros meios, para manipular, dominar e desvirtuar os trabalhadores de seus “reais e verdadeiros” interesses¹⁷.

Desse modo, durante o “período populista” (1930-1964) os trabalhadores e demais segmentos populares “assistem” mais a tal processo do que “agem” sobre ele. Em outras palavras, são *pacientes* e não *agentes* da sua história.

Além disso, a teoria clássica do populismo carece de precisão, uma vez que aglutina, “em um mesmo saco”, projetos políticos (nacional-desenvolvimentismo e liberalismo, por exemplo), lideranças (Getúlio Vargas, João Goulart, Adhemar de Barros, Jânio Quadros, Leonel Brizola, entre outros) e partidos políticos tão díspares e até mesmo antagônicos entre si. Dessa forma, a importante experiência democrática que vivenciou o país entre 1945 e 1964 – caracterizadas pela afirmação dos partidos políticos, pelo crescimento eleitoral, pela ideologia nacional-desenvolvimentista, pela ascensão e consolidação de movimentos sociais urbanos e rurais e dos trabalhadores como importantes atores políticos, entre outras coisas – acaba sendo simplificada na ideia de que políticos personalistas e maquiavélicos manipulavam e controlavam um povo apático e alienado.

¹⁶ Sobre os limites do discurso e da auto-imagem cunhada pelo Novo Sindicalismo, ver principalmente os artigos de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio Costa na coletânea *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Unicamp, 1999.

¹⁷ FERREIRA, op. cit., 1997, p. 14.

Contudo, a partir de meados da década de 1980 e, sobretudo, a partir da década de 1990, surgiram novos estudos sobre o movimento operário e sindical brasileiro, sobre o trabalhismo e sobre a história política do país, entre outros, que iriam criticar e rever algumas das premissas que sustentam a teoria clássica do populismo.

O colapso do conceito de populismo?

A partir de meados da década de 1980, a influência de Edward P. Thompson promoveu uma oxigenação nos estudos sobre o movimento operário e sindical no Brasil. Afastando-se do viés estruturalista e aproximando-se da antropologia, a “*history from below*” (história vista de baixo) thompsoniana “colocou as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social”. Dessa forma, “o desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência¹⁸”.

Referindo-se à experiência, Edward P. Thompson diz que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada¹⁹.

Emília Viotti da Costa atesta a influência thompsoniana na nova história do trabalho latino-americana: houve uma passagem do estudo das lideranças para o estudo da base; do estudo dos sindicatos e partidos políticos para o estudo da cultura dos trabalhadores; do estudo do movimento organizado dos trabalhadores para o estudo da grande maioria dos trabalhadores que nunca se filiaram a um sindicato, entre outros. Em outras palavras, “enquanto no passado os historiadores falavam de ‘estruturas’, agora falam de ‘experiência’”²⁰.

¹⁸ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 51.

¹⁹ THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria, ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

²⁰ COSTA, Emília Viotti da. Experiência versus estruturas. Novas tendências na história do trabalho e da classe trabalhadora na América Latina – o que ganhamos? O que perdemos? *História – Unisinos*, 2001, p. 20-21.

Em suma, a influência de Edward P. Thompson contribuiu para que uma nova geração de historiadores, sobretudo do movimento operário e sindical brasileiro, dedicassem uma atenção especial à cultura, à vida cotidiana, às identidades sociais dos trabalhadores, entre outras coisas. Dessa forma, tais estudos contribuíram para derrubar as ideias da passividade dos trabalhadores no pós-1930 e a realizações de críticas revisionistas acerca do cupulismo, da teoria do desvio e do conceito de falsa consciência.

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros foi *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes, publicado em 1988²¹. Segundo a autora, nessa obra ela queria

[...] recusar radicalmente as idéias de uma classe trabalhadora passiva e sem “uma verdadeira consciência”, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as idéias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim, queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as idéias e práticas nelas contidas são permanentemente reinventadas através do tempo²².

Além de Angela de Castro Gomes, podemos elencar outros trabalhos que devolveram aos trabalhadores a sua agência, a sua autonomia e a sua posição de atores históricos que lutaram e conquistaram direitos e a sua cidadania, como os de Alexandre Fortes, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa, Antonio Luigi Negro, Paulo Fontes, Marcelo Badaró Mattos, Ângela Araújo, Jorge Ferreira, entre outros.

Emília Viotti da Costa lembra-nos também que a nova história do trabalho “questionou a imagem tradicional de uma população rural passiva e reavaliou as relações entre o trabalho urbano e rural”, descrevendo “os migrantes rurais não como vítimas da manipulação e de líderes populistas carismáticos, e sim como atores históricos conscientes e autônomos, capazes de fazer opções racionais”²³.

Ademais, não podemos esquecer a contribuição da história cultural, particularmente o conceito de circularidade cultural de Carlo Ginzburg,

²¹ Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

²² GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, Belo Horizonte, n° 28, dezembro 2002, p. 59.

²³ COSTA, op. cit., p. 29-30.

que demonstra que as ideias não são produzidas apenas pelas elites e impostas de cima para baixo. Nessa perspectiva, citando Peter Burke, Jorge Ferreira argumenta que “[...] as imagens, relatos e ideias dominantes não são aceitos passivamente pelos populares, mas interpretados, modificados e transformados: ‘As mentes das pessoas comuns não são como uma folha de papel em branco, mas estão abastecidas de ideias e imagens²⁴’”.

Conforme observou Emília Viotti da Costa, a nova história do trabalho demonstra como “os trabalhadores se apropriam dos símbolos da elite e lhes dão novos significados, empurrando o peronismo, o somozismo e o varguismo muito além dos limites propostos pelas intenções dos líderes²⁵”. Dessa forma, mais uma premissa da teoria clássica do populismo é desmontada: a ideia de que um Estado, por meio da doutrinação e propaganda política, inculcava valores, crenças e ideias nas mentes das pessoas.

Portanto, por meio das novas perspectivas abertas pela influência thompsoniana e pela história cultural, a nova história do trabalho relativizou ou até mesmo atingiu duramente alguns dos pilares que sustentam a teoria clássica do populismo – como, por exemplo, o viés estruturalista presente na teoria da modernização, a ideia da manipulação de uma massa passiva e sem consciência, a amplificação da propaganda política nas mentes das massas, etc.

No entanto, nos discursos político-partidários, na mídia, em alguns círculos intelectuais e no senso comum da população, essa versão clássica ainda está fortemente consolidada e parece imune às críticas. Diante dessa constatação, Angela de Castro Gomes considera o populismo como “uma das construções míticas mais importantes de nosso imaginário social”, um verdadeiro “gato de sete vidas²⁶”.

Por sua vez, nos círculos acadêmicos o debate envolvendo o conceito de populismo constitui-se em um dos mais complexos e controversos. Atualmente, além das correntes que defendem e utilizam as premissas da teoria clássica do populismo, há outros dois grupos: a) os que defendem o total abandono do conceito; e b) os que defendem a sua utilização, porém, sem ancorar-se nas premissas clássicas da sua teoria.

O grupo que defende o abandono do conceito de populismo (capitaneado, sobretudo, por historiadores como Angela de Castro Gomes, Jorge

²⁴ FERREIRA, op. cit, 1997, p. 28.

²⁵ COSTA, op. cit., p. 30-31.

²⁶ GOMES, op. cit., 2002, p. 63.

Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho) destaca, entre outras coisas, a sua imprecisão conceitual e a sua conotação pejorativa e desqualificadora. Para Jorge Ferreira,

[...] O populista é o adversário, o concorrente, o desafeto. O populista é o Outro. Trata-se de uma questão eminentemente política e, muito possivelmente, político-partidária, que poderia ser enunciada da seguinte maneira: o *meu* candidato, o *meu* partido, a *minha* proposta política não são populistas, mas o *teu* candidato, o *teu* partido e a *tua* proposta política, estes, sim, são populistas. Populista é sempre o Outro, nunca o Mesmo²⁷.

Por sua vez, Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo*, salienta que procurou rejeitar o uso do conceito de “populismo” e propôs a ideia do “pacto trabalhista” para refletir acerca das relações entre Estado e classe trabalhadora. Segundo a autora, esse pacto efetuado pelo povo e Getúlio Vargas começou a delinear-se a partir de 1942, com o esforço do governo em estreitar os laços com os trabalhadores²⁸ e em legitimar o Estado e o próprio Vargas como responsáveis pelas leis sociais (por meio da “ideologia da outorga”) e como protetores dos trabalhadores.

Ainda segundo a autora:

A proposta realizada [...] assinala que o discurso trabalhista, articulado em início dos anos 1940, apropriada e ressignifica o discurso operário construído, de forma lenta e diversificada, nos anos da Primeira República. Os benefícios materiais “oferecidos” e implementados [...] serão “recebidos” e interpretados pela classe trabalhadora, que os apreenderá e os manejará segundo os termos de suas possibilidades e vivências. O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado, mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que, sem dúvida, teve o privilégio de desencadear-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente re-construção²⁹.

O pacto trabalhista proposto por Angela de Castro Gomes difere-se do “pacto populista”, uma vez que constituía um “pacto de reciprocidade”, de “reconhecimento de valores”, de “gratidão” e de “retribuição” (que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas no pós-1940), enquanto o “pacto populista” é apenas baseado em trocas utilitárias, em que ganhos materiais eram trocados por obediência política.

²⁷ FERREIRA, op. cit., 2001, p. 124.

²⁸ Sobre isso, ver especialmente a análise que Angela de Castro Gomes faz sobre a atuação de Alexandre Marcondes Filho à frente do Ministério do Trabalho (de janeiro de 1942 a julho de 1945).

²⁹ GOMES, op. cit., 2001, p. 48.

Em suma, para Angela de Castro Gomes o populismo é um mito político marcado pela “desesperança e o ceticismo”, que “rebaixa a sociedade brasileira”, enquanto o trabalhismo pode ser definido como uma tradição política (que, inclusive precedeu o próprio conceito de populismo)³⁰. Ainda conforme a autora:

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulários que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a “comunidade de sentidos” que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. [...] Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB³¹.

Compartilhando dessa ideia, Daniel Aarão Reis Filho argumentará que a tradição trabalhista (caracterizada pelas lutas sociais, pela defesa das bandeiras reformistas e nacionalistas, pela crescente participação das massas na política nacional, pelo estilo de fazer política de lideranças carismáticas, etc.) fora rebatizada de populismo pelos conservadores com o intuito de destruí-la e estigmatizá-la³².

Por outro lado, há uma corrente de historiadores que não descarta a utilização do conceito de populismo, embora desconsiderem algumas premissas da sua teoria clássica, como manipulação, passividade dos trabalhadores, falta de consciência de classe, etc. Dentre esses autores, podemos citar historiadores ligados à nova história do trabalho, como John French, Paulo Fontes, Hélio da Costa, Fernando Teixeira da Silva, Alexandre Fortes, entre outros.

Refratando a argumentação de Jorge Ferreira sobre a incompatibilidade entre as ideias thompsonianas e o conceito de populismo, Alexandre

³⁰ GOMES, op. cit., 2002, p. 67.

³¹ Idem, p. 67-68.

³² REIS FILHO, Daniel Aarão. “O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 345-346.

Fortes argumentará que para Thompson o populismo

[...] *designa a ênfase no protagonismo popular*, uma perspectiva democrática radical (mas não ainda socialista) que distinguiu o movimento pela reforma política na Inglaterra em função da composição de sua base social e de sua trajetória histórica, ambas peculiares no período. Essa abordagem levanta a possibilidade de dissociarmos o conceito de “populismo” da idéia de “manipulação” ou “desvio de uma consciência política ideal³³”. [grifos meus].

Por sua vez, Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa identificam nas análises de Thompson sobre paternalismo uma chave para repensar o populismo:

Por outro lado, a obra de Thompson sobre paternalismo, cultura plebéia e estilo retórico e ritualístico da justiça na Inglaterra do século XVIII demorou a ser um convite para reproblematicar os “anos populistas”. Certamente, são flagrantes as diferenças entre as peculiaridades da sociedade inglesa dos setecentos e as condições históricas do populismo brasileiro. *Porém, alguns princípios gerais da noção de hegemonia utilizada por Thompson permitem perceber como os trabalhadores retiravam da ideologia formal do “modelo paternalista” os recursos necessários às suas demandas e lutas, utilizando-o como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido*. Se tal modelo era mais generalizante, a apropriação que dele era feita pelos “de baixo” tinha um caráter seletivo, aproveitando noções de justiça social e re-significando-as conforme suas experiências e expectativas. [grifos meus].

O conceito de hegemonia tem permeado a maioria das análises sobre o populismo, mas trata-se, em geral, de uma “concepção de imposição hegemônica de dominação de classe como imposição absoluta de categorias ou de estruturas de dominação”, impedindo os trabalhadores de manifestarem idéias e ações que não congruentes com os termos dominantes. Pensar o populismo como uma relação de hegemonia significa, ao contrário, considerar as ambigüidades que lhe eram constitutivas como “um campo de força comum” no interior do qual os diferentes atores sociais “estavam aprisionados”³⁴.

Adriano Duarte e Paulo Fontes defendem uma interpretação interessante acerca do conceito de populismo:

[...] ao invés de tomá-lo como um fenômeno imposto de fora para dentro da classe, ou como uma ideologia que implicaria a manipulação externa, ambos modos insatisfatórios de operar com conceitos históricos, *parece adequado compreendê-lo como um sistema político. Ou seja, uma conjugação complexa e sofisticada de interesses e disputas entre atores desiguais, mas que não prescindia da*

³³ FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90*. Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 31, jul. 2010, p. 190.

³⁴ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 224-225.

*reciprocidade e da negociação, na qual as classes populares estiveram presentes de forma decisiva.*³⁵ [grifos meus].

Sem dúvida, as propostas apresentadas, de viés thompsoniano, abrem um novo horizonte para o debate acerca do populismo, destacando-se três pontos:

a) A interpretação do populismo como uma *ênfase no protagonismo popular*.

b) A compreensão do populismo como um *sistema político*, em que há disputas, negociações e reciprocidade entre as diferentes classes ou atores sociais. Dessa forma, não há apenas um “jogo político” de manipulação, imposto de cima para baixo, mas um “jogo político” de mão-dupla.

c) A utilização do conceito de hegemonia não como a imposição de uma classe sobre as outras, mas o modo como determinados valores das classes dominantes eram selecionados, apropriados e ressignificados pelos “de baixo”.

Além da operacionalização do conceito de populismo pelo viés thompsoniano, outra possibilidade de utilização do conceito seria por meio das propostas do intelectual argentino Ernesto Laclau.

O conceito de populismo de Ernesto Laclau

Ernesto Laclau é contrário às teses de que o populismo seja uma etapa de um estágio de desenvolvimento econômico, assim como também é contra a ideia de que o populismo seja um conceito pejorativo, embora também não seja necessariamente positivo. De acordo com Laclau, o populismo não é algo específico de um determinado tipo de regime político ou de uma ideologia:

[...] o populismo é uma categoria ontológica e não ôntica – quer dizer, seu significado não será encontrado em algum conteúdo político ou ideológico que se adentre na descrição das práticas de qualquer grupo particular, mas melhor em um modo particular de articulação de conteúdos sociais, políticas ou ideológicas³⁶.

Em outras palavras, para Laclau “é possível definirmos conceitualmente o populismo não como um tipo de movimento – identificado com

³⁵ DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Moca e São Miguel Paulista, 1947-1953. *Caderno AEL*. Campinas: Unicamp, v. 11, n. 20/21, 2004, p. 111-112.

³⁶ LACLAU, Ernesto. Populism: ¿qué nos disse el nombre? In: PANIZZA, Francisco (Comp.). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009, p. 53.

uma base social especial ou mesmo com uma determinada orientação ideológica –, senão como uma lógica política³⁷”.

Ainda segundo o autor, essa lógica política pode operar com bases sociais e orientações ideológicas distintas. Porém, surge em momentos de crise de hegemonia, quando as interpelações populares-democráticas não atendidas são articuladas por alguma classe ou fração de classe contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise desse, criando uma *relação de equivalência* entre estas demandas diante de um antagonista comum – o bloco de poder dominante.

Daremos um exemplo de uma demanda simples: um grupo de pessoas que vivem em um bairro querem uma linha de transporte que os leve desde seus lugares de residência à área em que a maioria deles trabalha. [...]. [...] Suponhamos que a reivindicação é rejeitada. Dessa decisão derivará indubitavelmente uma situação de frustração social. Porém, se trata somente de uma demanda que não é satisfeita, isso não alterará a situação substancialmente. *Em contrapartida, se por algum motivo, a variedade de demandas que não encontram satisfação for muito grande, essa frustração multiplicada desencadeará uma lógica social de um tipo completamente diferente.* Por exemplo, se o grupo de pessoas naquela área que viu frustrados suas reivindicações de melhor transporte descobre que seus vizinhos estão igualmente insatisfeitos em suas reivindicações acerca da segurança, serviço de água potável, habitação, escolas, etc..., algum tipo de solidariedade emergirá entre eles: todos compartilham o fato de que suas demandas permanecem insatisfeitas. Isto é, as demandas compartilham uma dimensão negativa mais além da sua natureza diferencial positiva.

*Uma situação social em que as demandas tendem a reagrupar-se sobre uma base negativa e na qual todas permanecem insatisfeitas é a primeira precondição – embora não a única – do modo de articulação política a que chamamos populismo.*³⁸ [grifos meus].

Para Laclau, essa situação em que uma pluralidade de demandas não satisfeitas reagrupam-se é denominada de *cadeia equivalencial*³⁹. Se o sistema político-institucional atender essas demandas não satisfeitas, os vínculos equivalenciais se tornaram débeis. Porém, ao contrário, se o sistema político-institucional revela-se incapaz de atender às demandas, implicará

³⁷ LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 150.

³⁸ LACLAU, op. cit., 2009, p. 55-56.

³⁹ Nesse sentido, Ernesto Laclau (2009, p. 58) ressalta que: “[...] o importante é compreender que a cadeia equivalencial não tem um caráter anti-institucional: ela subverte o caráter particularista e diferencial das demandas. Não há um curto-circuito na relação entre demandas apresentadas ao ‘sistema’ e a habilidade deste para enfrentá-las. O que teremos que discutir serão os efeitos desse curto-circuito tanto na natureza das demandas como no sistema concebido como uma totalidade”.

na mobilização dos atores políticos e criará as condições para uma *ruptura populista*.

A ruptura populista se dá ao nível da subjetividade popular, fomentando uma fronteira interna que dividirá o social em dois campos: “o poder e os desamparados – o povo” –, isto é, haverá a dicotomização da sociedade em “um poder que se opõe ao conjunto das demandas que constituem a vontade popular”. Portanto, “o populismo não é, em consequência, expressão do atraso ideológico de uma classe dominada, mas, ao contrário, uma expressão do momento em que o poder articulatório desta classe se impõe hegemonicamente sobre o resto da sociedade⁴⁰” (1979, p. 201).

Ademais, Laclau lembra que não há populismo sem a construção discursiva de um inimigo: o Antigo Regime, as oligarquias, os poderosos, o imperialismo, os imigrantes, etc. Nesse sentido, Francisco Panizza observa que Ernesto Laclau entende o populismo como um discurso anti-*status-quo*, que simplifica o espaço político mediante a divisão simbólica da sociedade entre “o povo” e os “outros”, cujas identidades são construções políticas constituídas simbolicamente⁴¹. Assim, a noção de “povo soberano” como um ator que mantém uma relação antagonica com a ordem estabelecida é um elemento central do populismo⁴².

Em suma, para Laclau:

Para começar, somente teremos populismo se há uma série de práticas político-discursivas que constroem um sujeito popular, e a precondição da emergência de tal sujeito é, como já vimos, a construção de uma fronteira lógica interna que divide o social em dois campos. Porém, a lógica desta divisão é ditada, como sabemos, pela criação de uma cadeia equivalencial entre uma série de demandas nas quais o momento equivalencial prevalece sobre a natureza diferencial das demandas. Por último, a cadeia não pode ser o resultado de uma coincidência fortuita pura, melhor, deve ser consolidada através da emergência de um elemento que da coerência à cadeia significando-a como uma totalidade. Este elemento é o que chamamos “significante vazio”⁴³.

Acerca dos “significantes vazios”, Laclau diz:

[...] a construção de uma subjetividade popular somente é possível sobre a base da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios. A denominada “pobreza” dos símbolos populistas é a condição de sua eficácia política – devido a que sua função é converter uma realidade altamente hete-

⁴⁰ LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 201.

⁴¹ PANIZZA, op. cit., p. 13.

⁴² Idem, p. 15.

⁴³ LACLAU, op. cit, 2009, p. 64.

rogênea em uma homogeneidade equivalencial, somente podem conseguir este objetivo reduzindo ao mínimo seu conteúdo particular. No limite, este processo alcança um ponto onde a função homogeneizante é desempenhada tão somente por um nome: o nome do líder⁴⁴.

Lembra-nos Laclau que “nenhum movimento político estará absolutamente isento de se tornar populista porque nenhum está incapacitado para convocar o povo contra o inimigo comum, por meio da construção da fronteira social”. Dessa forma, “um movimento ou uma ideologia – ou, para colocar ambos sob um mesmo gênero, um discurso – será mais ou menos populista dependendo do grau em que seus conteúdos são articulados pela lógica equivalencial”⁴⁵.

Francisco Panizza ressalta que:

A afirmação dos populistas de que encarnam a vontade do povo não é precisamente nova ou original. As noções de “povo” e de “soberania popular” são centrais nas narrativas da modernidade política e estão relacionadas com questões-chaves sobre o significado da natureza da democracia. *Ade-mais, na política moderna, praticamente todo discurso político apela ao povo ou diz falar em nome do povo, o que torna impossível distinguir entre entidades populistas e não populistas.*⁴⁶ [grifos meus].

Portanto, o populismo não implica necessariamente em uma manipulação cínica ou instrumental por parte dos políticos, pois “[...] o populismo não se caracteriza como uma ‘constelação fixa’, mas sim como um arsenal de ferramentas retóricas (‘significantes flutuantes’) que podem ter os usos ideológicos mais diversos⁴⁷”.

Por fim, Laclau define o populismo não como um movimento político – pois não está vinculado a um fenômeno delimitável –, mas como uma lógica social e política, cujos efeitos atravessam uma variedade de fenômenos. Portanto, na perspectiva de Laclau, o populismo é um “modo de construir o político”.

[...] O populismo faz referência ao questionamento da ordem institucional, através da construção do desamparado como agente social – quer dizer, como um agente que é um *outro* com respeito à forma em que as coisas estão estabelecidas. Porém, isto é o mesmo que a política. Somente teremos através do gesto que toma o estado de coisas existentes como um sistema e apresenta uma alternativa a ele (ou, pelo contrário, quando defendemos esse sistema contra alternativas potenciais existentes). Esta é a razão pela qual o fim do populismo coincide com o fim da política. Teremos o fim da política quando

⁴⁴ LACLAU, op. cit, 2009, p. 60.

⁴⁵ Idem, p. 68.

⁴⁶ PANIZZA, op. cit., p. 15.

⁴⁷ LACLAU, op. cit, 2005, p. 237.

a comunidade concebida como uma totalidade e as vontades coletivas tornarem-se indistinguíveis uma da outra⁴⁸.

O viés analítico proposto por Ernesto Laclau nos possibilita ressignificar o conceito de populismo, interpretando-o não mais como uma espécie de anomalia dos regimes democráticos, mas, pelo contrário, como um elemento democrático nos sistemas representativos contemporâneos.

Considerações finais

No final do século XX e início do século XXI estamos assistindo a emergência de líderes, partidos, ideologias, discursos e movimentos políticos que são denominados como “neopopulistas” ou como “populismos de direita” (como, por exemplo, a Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen e sua filha Marine Le Pen, na França; Donald Trump, nos Estados Unidos, o deputado federal Jair Bolsonaro, no Brasil; entre outros) ou “populismos de esquerda” (como Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil; entre outros).

Embora na América Latina e na Europa o conceito de populismo proposto por Ernesto Laclau já vem sendo utilizado pela academia para analisar, por exemplo, a ascensão dos fascismos na Europa ou os governos de esquerda na América Latina nos últimos vinte anos, no Brasil, apesar das críticas ao conceito, o termo populismo é ainda amplamente utilizado pela imprensa (e também por parte de historiadores, cientistas políticos e sociólogos) com um viés pejorativo, simplificado como sinônimo de demagogia. Assim, o debate político, muitas vezes, acaba gravitando em torno da tentativa simplista de classificar líderes, partidos e discursos políticos como *populistas* e *não populistas* (estes geralmente apresentados como defensores das instituições, da democracia, do livre mercado, etc.).

Conforme refletimos ao longo do presente artigo, o conceito de populismo defendido por Ernesto Laclau apresenta-se como um viés analítico alternativo, que permite operacionalizar o conceito de populismo, inclusive ressignificando-o. Afinal, “o populismo é uma lógica social e política”, conforme propôs Laclau. Ou, como observa Francisco Panizza, “o populismo não é inimigo da democracia, mas sim um espelho na qual a democracia pode contemplar-se a si mesma, inclusive mostrando todas as suas imperfeições [...]”⁴⁹.

⁴⁸ LACLAU, op. cit., 2009, p. 69.

⁴⁹ PANIZZA, op. cit., p. 49.

Maio de 1968.

Um mundo em transformação: “é proibido proibir”!

Carla Brandalise

“Un homme n’est pas stupide ou intelligent, il est libre ou il n’est pas.”
“La politique se passe dans la rue.”
“Il est interdit d’interdire!”
“Quand l’extraordinaire devient quotidien, c’est qu’il y a la Révolution!”
“Cours, camarade, le vieux monde est derrière toi”¹

A já consagrada nomenclatura “Maio de 68” reporta aos acontecimentos ocorridos na França, tendo como palco inicial a Universidade de Nanterre, então uma pequena instituição recém-criada (1964) por meio da separação com a tradicional Sorbonne. Na época, o novo estabelecimento era dirigido, contraditoriamente, ou talvez por isso mesmo, por um reitor reformador, que havia reunido um grupo de professores desejosos a inovar. Esses últimos acreditavam ser mais fácil implementar mudanças em uma instituição menor e sem histórico. O movimento de maio tem seu ‘marco fundador’ no dia 22 de março de 1968, através da ação de cerca de 150 estudantes, liderados por Daniel Cohn-Bendit², que decidem ocupar o prédio central administrativo, um símbolo da autoridade da Universidade. Com o fechamento do Campus, sob ordens do Reitor, os acadêmicos vão propa-

¹ “Um homem não é estúpido ou inteligente, ele é livre ou não é.” “A política se passa nas ruas.” “É proibido proibir.” “Quando o extraordinário se torna contemporâneo, é que há Revolução.” “Corra, camarada, o velho mundo está atrás de ti.” Palavras de ordem dos estudantes franceses pronunciadas em maio de 1968. Tradução nossa. Ver: SHARPE, Laura. Mai 68: Une Revolution Culturelle. SeniorHonorsProjects. Paper 31, 2006. Disponível em: <http://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1030&context=srhonorsprog>. Acesso: 02/11/2017.

² Na ocasião, Cohn-Bendit tem 23 anos, é estudante de Sociologia e militante anarquista-revolucionário. Irá liderar a revolta e a ocupação na Universidade de Nanterre, movimentação essa que lhe consagrará com o codinome ‘Dany, o vermelho’. É expulso em 22 de maio de 1968 da França, indo para a Alemanha, onde também possui nacionalidade. Retorna alguns dias mais tarde clandestinamente. Será apenas em 1978 que sua expulsão será revogada oficialmente.

gar seu movimento estabelecendo relações com os alunos da Sorbonne, que ocuparão da mesma forma sua Universidade. Isto ocorre em 3 de maio. Nesse mesmo dia, há os primeiros enfrentamentos entre os estudantes e a polícia. A partir do dia 10 de maio ressurgirão em Paris as barricadas e os combates se tornam diários, com automóveis incendiados e feridos.

Um quadro de agitações ao longo do ano de 1967 prefigurava esta ação estudantil. A questão da livre circulação entre as residências universitárias fazia a sua aparição. Até o momento, as moradias eram espaços separados e restritos entre dormitórios femininos e masculinos. Estamos em um momento sócio histórico conservador nestes anos sessenta, mas, ao mesmo tempo, em um mundo culturalmente exangue, pressionado em seu interior por mudanças em vários níveis, como o relaxamento do controle social. Sem contracepção, sem direito ao aborto, as mulheres, por exemplo, deviam pedir autorização a seus maridos para abrir uma conta em um banco, na França. Os estudantes questionam essa sociedade, entre outras formas, pela linguagem iconoclasta e de provocação.

De maneira bastante explorada pela já abundante historiografia nas últimas décadas, o evento francês fez parte de uma conjuntura muito mais ampla, abarcando vários países. Se não é tão evidente apontar conexões diretas entre os acontecimentos ocorridos em lugares tão diferentes, certo é que havia um “espírito do tempo”, traduzidos, antes de tudo em contestações estudantis; de criação de uma estética, de reavaliações culturais, de reivindicações de minorias, de lutas pelos direitos cívicos, entre outras questões. Há uma mesma lógica de emancipação.

Tratava-se de uma convergência de movimentos reivindicatórios em meio a mudanças profundas da sociabilidade, da cultura política, do modo de vida. Sem dúvida um fenômeno transnacional, com uma circulação de temáticas, de formas políticas, de repertórios de ação. Uma geração que reelabora modos de agir. Os estudantes norte-americanos, por exemplo, desencadeiam as grandes marchas (*sit-in*), os boicotes, as manifestações não violentas, as sessões de discussão igualitárias no interior das Universidades (*teach-in*), a recusa ainda mais veemente à Guerra do Vietnã³. Na

³ A Guerra do Vietnã (1960-1975) foi a mais longa do século XX. Após o fim da guerra da Indochina em 1954, a região é dividida em quatro estados, Laos, Camboja, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul. A Guerra do Vietnã opõe esses dois últimos países, sob influência direta da Guerra Fria, o Norte apoiado pela URSS e pela China, e o Sul apoiado pelos EUA. Em 1965, os estadunidenses se engajam diretamente na guerra, sendo que em 1969 já são 500 mil soldados mobilizados. Desde 1967, imensas manifestações pacifistas percorrem os EUA. Sob pres-

França, a tônica é dada na “ação direta”, na “ação exemplar”, herança do patrimônio político do sindicalismo revolucionário de tendência anarquista da primeira CGT. Visava criar uma brecha no tecido social e no edifício institucional.

Este capítulo pretende justamente resgatar, em largos traços, os acontecimentos de 1968 em meio a este “espírito de contestação” em dois países emblemáticos ao fenômeno, a própria França e os EUA. A despeito da ampla conjuntura histórica explicativa em torno do episódio, o enfoque será dado ao movimento estudantil. Alude-se, nesse ponto, a uma constante do período, o descompasso geracional, um certo fosso entre pais e filhos. Uma ruptura maior na cadeia das gerações e da transmissão de valores, algo que mobilizou em massa os jovens de então. Contestações múltiplas, onde entravam a denúncia à sociedade de consumo, a crítica aos mitos produtivistas, a recusa de objetivos quantitativos; a renúncia à moral social vigente impregnada, entre outras coisas, de reflexos religiosos, patriarcais, hierárquicos rígidos e inflexíveis. Inesperadas, contraditórias, incidindo o próprio momento, as reações estudantis semearam a dúvida, a desconfiança sobre instituições e seus valores, recusaram a autoridade e a ordem estabelecida, enfim, esboçavam um não-conformismo nem sempre muito claro, mas generalizado. Os primeiros reais beneficiados de uma era de prosperidade econômica denunciavam as riquezas das quais usufruíam.

Mai de 1968 na França

Como argumenta o historiador Antoine Prost, o conflito de gerações, apesar de não poder ser visto como elemento definidor, tem que ser buscado para que se compreenda a virulência francesa na contestação estudantil de maio de 1968.

A originalidade da França consiste no fato de que as formas de educação autoritária se mantiveram por mais tempo e com mais firmeza e que a mudança disto acabou se realizando de forma mais rápida e mais brutal (...) os acontecimentos de maio não se compreendem sem essa ruptura de normas entre as gerações e a aceitação dos pais, com maior ou menor disposição, ao novo comportamento dos jovens, ao menos nos meios burgueses (...) uma geração menos submissa, mais segura de sua autonomia e cuja gerações pre-

são popular, o exército estadunidense se retira pouco a pouco a partir de 1973. Ver: GOODMAN, Allan E. *The Lost Peace: America's Search for a Negotiated Settlement of the Vietnam War*. Stanford: Hoover Institution Press, 1978. p. 25-36.

cedentes eram tolerantes e compreensivas com as suas manifestações de independência⁴.

Até fins da década de 1950, onde os efeitos indiretos das guerras de independência coloniais desempenhavam um papel de represamento, procurava-se educar os jovens franceses em meio à submissão às regras vigentes. Os anos de 1960 trazem um período de prosperidade econômica no país, com mudanças nas práticas educativas, inclusive com o sucesso dos aportes dos manuais voltados à puericultura, do Dr. Spock⁵ e de Laurence Pernoud⁶. Aparece em cena a importância da afeição, da compreensão, do estímulo à independência, à criatividade. Práticas que começam a se misturar com a rigidez anterior, sem, no entanto, a suplantar.

Conversões que se apresentarão inclusive na maneira de se vestir, que aproximam as vestimentas entre meninas e meninos, antes com diferenças explícitas. O uniforme das manifestações de maio de 1968 será o jeans, os tênis, os pulôveres. Pode-se ver nestes sinais o produto da emergência de uma cultura juvenil de massas, com a importância numérica dos *baby-boomers* do pós-Segunda Guerra Mundial, os quais conhecem uma elevação do nível de vida trazendo novas aspirações qualitativas. Anseios também oportunizados pelos alargamentos ao acesso à educação, a extensão das comunicações de massa que proporcionaram uma elevação do nível de competências políticas e de demandas de participação mais efetivas nos processos de decisão públicas⁷.

⁴ PROST, Antoine. 1968: mort et naissance de l'université française. Vingtième Siècle, revue d'histoire, n° 23, juillet-septembre 1989. Dossier: Mai 68. P. 59/61/64. Tradução nossa.

⁵ *The Common Sense Book of Baby and Child Care*, livro originalmente escrito em 1946 pelo estadunidense Dr. Benjamin Spock e traduzido em dezenas de países, com múltiplas edições, conheceu um amplo sucesso mundial, tornado-se apenas nos EUA o segundo livro mais vendido no século XX. Dentre os conselhos de puericultura e pediatria, vinham as ideias de flexibilidade e de afeto no trato infantil, compreendendo as crianças como indivíduos plenos, em um contexto que pressupunha a disciplina e a educação severa. Foi paulatinamente se impondo como modelo de educação. Ver: Word for Word / Dr. Spock; Time to Change the Baby Advice: Evolution of a Child-Care Icon. The New York Times. 22 March 1998. Disponível em : <http://www.nytimes.com/1998/03/22/weekinreview/word-for-word-dr-spock-time-change-baby-advice-evolution-child-care-icon.html>. Acesso: 02/11/2017.

⁶ Pernaud escreve *J'attendsun enfant* (1956) e *J'élève mon enfant* (1965), da mesma forma, com enorme sucesso mundial, instruindo a gravidez e a maternidade, em uma época em que o corpo da mulher era submetido a tabus, promovendo uma emancipação feminina. Defende a concepção do respeito às crianças enquanto únicas em um universo autônomo. Ver: PHÉLIP, Olivia. Qui'était Laurence Pernoud? Disponível em: <https://www.laurencepernaud.com/qui-etait-laurence-pernaud.html#> Acesso: 02/11/2017.

⁷ INGLEHART, Ronald. The silent revolution: changing values and political styles among western publics. NJ: Princeton university press, 1977. P. 77-80.

Essas mudanças comportamentais eram um fenômeno mundial, que em maior ou menor grau, afetavam vários lugares do planeta, com resultados mais ou menos explosivos conforme a região. Mas, a despeito dos desdobramentos, com a incorporação de outros atores sociais, como o operariado, seus impulsos vieram primeiramente da população estudante. Na França, no meio estudantil já houvera tensões prévias no campo, por exemplo, das regras que dificultavam a liberdade sexual, consideradas mais rígidas no país do que na Alemanha, na Suécia, Inglaterra ou EUA, para citar outras nações. Em 1967 ainda se lutava pela aprovação de uma lei que permitisse a difusão de informações sobre a contracepção no ambiente estudantil. Como citado, as residências universitárias não eram mistas e os rapazes não podiam visitar as moças em seu local de morada, o que gerava protestos e ocupações recorrentes.

Entre 1956 e 1963, a questão argelina também assume um vetor de politização dos estudantes, em especial a partir de um viés anticolonialista, sob inspiração da solidariedade com os povos do Terceiro Mundo, com as figuras de Fidel Castro e Che Guevara, entre outros, e com a condenação do imperialismo norte-americano. Nesse último aspecto, parte dos jovens franceses se engaja no discurso anti-Guerra do Vietnã.

Esse ambiente é fomentado por dois elementos conjunturais críticos, a depleção dos espaços físicos e pedagógicos do modelo universitário e a crise de gestão governamental gaullista. Os estabelecimentos universitários assistem à chegada maciça da geração do *babyboom* de variados segmentos sociais e, em consequência, o aumento do próprio corpo docente, com aportes suplementares considerados insuficientes de verbas públicas e sem grandes mudanças na estrutura administrativa. De cerca de 200 mil estudantes em 1958, essa cifra praticamente triplica em 10 anos, caracterizando uma verdadeira explosão. Frente a demanda, e por razões estratégicas de desenvolvimento da educação enquanto plano de crescimento da economia do país, criou-se em torno de 20 novas universidades, entre elas, Nanterre. Os métodos pedagógicos também eram considerados não suficientemente renovados, sendo que as aulas magistrais ainda davam o tom⁸. Bernard Pudal considera que, ao longo dos anos de 1960, viveu-se

⁸ PROST, Antoine Prost; CYTERMAN, Jean-Richard. Une histoire en chiffres de l'enseignement supérieur en France. *Le Mouvement social*, n° 233, 2010. p. 33-35. Para uma análise dos impactos sobre o sistema universitário do pós-1968, ver: BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Éditions de Minuit, 1984.

(...) o fim da ‘relação encantada’ que teria reunido, em um mesmo universo, professores e estudantes saídos de categorias sociais homogêneas partilhando aspirações comuns no que diz respeito à formação universitária. A encarnação seria o curso magistral, lugar de transmissão de um saber portentoso que corresponderia à adesão transcendente de uma inflexível hierarquia mestre-aluno⁹.

Nesta linha, Pierre Bourdieu argumenta que a crise universitária se traduziu por um dismantelamento da ordem social, trazendo insegurança, um “problema estrutural quanto às aspirações estatutárias – inscritas nas posições hierárquicas e nos títulos que, em um estágio anterior do sistema, ofereciam realmente chances correspondentes e asseguradas...¹⁰”.

Tais estremecimentos em baluartes da tradição ocorrem meio a esta França próspera, que se modernizava e que se enriquecia em meio à expansão econômica, à consolidação de sua indústria civil, química e metalúrgica, bem como de sua agricultura mecanizada, com o aumento generalizado do padrão de consumo. Nessa realidade, a conflagração de 1968 ocorre descolada de parâmetros anteriores. Fala-se com surpresa na época, em novidade no modo de contestação e no conteúdo fluídodas reivindicações, uma ação sem programa, sem perspectiva, sem objetivo concreto, agindo fora do quadro de partidos, fora de toda organização institucional, apresentando um caráter imprevisível. Tratava-se antes da revolta radical por definição contra toda e qualquer hierarquia, não aceitando seja qual for poder que ensaiasse controlá-lo. O movimento lutava contra a obediência através da autogestão, escapando das análises habituais de então.

Desta forma observa o filósofo Claude Lefort, que presencia os fatos e constata,

(...) o acontecimento que sacudiu a sociedade francesa, ninguém o tenta nomear, ninguém tenta trazê-lo a terreno conhecido, cada um procura prever as consequências (...) em vã o (...) a Universidade trabalha a tornar natural a divisão dos dirigentes e do executores, dos que sabem e dos que não sabem... [a ação dos estudantes] coloca as instituições fora do estado de funcionamento, a autoridade fora do estado de se exercer¹¹.

Ou nas palavras de outra testemunha, o também filósofo Cornelius Castoriades,

⁹ PUDAL, Bernard. *Ordre symbolique et système scolaire dans les années 1960*. In: DAMAMME, Dominique et alli (org.). *Mai-Juin 68*. Paris: Éditions de l’Atelier, 2008, p. 62.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Éditions de Minuit, 1984. P. 213.

¹¹ LEFORT, Claude. *Le désordre nouveau [1968]*. In: CASTORIADES, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. *Mai 68: laBrèche, suivi de Vingttansaprès*. Paris: Fayard, 2008. P.45/71. Tradução nossa.

O movimento dos estudantes propaga através do país a contestação da hierarquia e começa a demolição lá onde ela aparece mais segura (...) no domínio do saber e do ensino (...) o conflito central em torno do qual todos os outros se ordenam se desvela como o conflito entre dirigentes e dirigidos¹².

Sem uma recessão econômica ou desequilíbrios políticos evidentes, pela primeira vez, uma crise de relevância e, logo, generalidade, tomava corpo a partir de uma Universidade. Havia, como base, apenas um difuso, mas forte desconforto social, de costumes, uma insatisfação política e questionamentos com os rumos da economia¹³. Fato é que em meados de Maio de 1968, a crise estudantil se estende ao meio social e político, com a eclosão de uma onda de greves sem precedentes em vários setores, que paralisaram a França. O país é governado pelo General De Gaulle desde junho de 1958, o qual deixará o poder em abril de 1969 ao pedir demissão, ainda sob os efeitos do ano anterior. Ao assumir a presidência sua tarefa mais urgente é colocar fim a Guerra do Argélia (1954-1962), que se tornará o principal problema político da recém proclamada V República. Internamente é cada vez maior a oposição ao conflito, que parece sem saída. Inclusive internacionalmente há desaprovação com a resistência francesa em conceder a independência à Argélia, considerada uma atitude colonial ultrapassada, o que obstrui a política externa do general. Finalmente, em 1962, com os acordos de Évian, é reconhecida a Argélia soberana¹⁴.

De Gaulle se utilizará dessa situação de guerra para reforçar sobremaneira o próprio poder pessoal. Sua personalidade autoritária, coadunada com sua visão de mundo, aparece, por exemplo, na forma de interpretar a nova Constituição que acompanhou a fundação da V República, na qual teve amplo e decisivo papel. Demonstra uma lógica plebiscitária bonapartista-

¹² CASTORIADIS, Cornelius. *La révolution anticipée* [1968]. CASTORIADES, Cornelius; LEFORT, Claude; MORIN, Edgar. *Mai 68: la Brèche, suivi de vingtans après*. Paris: Fayard, 2008, p. 123/127. Tradução nossa.

¹³ WINOCK, Michel. *La fièvre hexagonale: les grandes crises politiques 1871-1968*. Paris: Seuil, 1987, p. 327.

¹⁴ O conflito opôs o exército francês às forças d'Armée de Libération Nationale (ANL). A ocupação imperialista francesa na Argélia começara em 1830. Ao longo desses 130 anos aproximadamente os franceses se apropriaram de terras e ordenaram manufaturas onde, em 1954, trabalhava 90% da população *arabo-berbère*, caracterizando uma flagrante disparidade socioeconômica. A isto se acrescenta o grave problema de representação política. Não havia igualdade de votos na Assembleia, tendo os colonos franceses uma super-representação. Esse caldeirão explode em 1954, com uma série de atentados e o anúncio da criação do Front de Libération Nationale (FLN), em prol da independência do país. Conflito exponencial, houve entre 500 mil a 1 milhão de mortos. Ver: PERVILLE, Guy. *La guerre d'Algérie cinquante ans après: le temps de la mémoire, de la justice, ou de l'histoire? Historiens et géographes*, 2004, n° 388, p. 237-246.

ta. Veja-se um dos seus pronunciamentos em 1964. Passado o problema agudo da Argélia, a postura do dirigente provocará de mais em mais reações contrárias:

O espírito da nova Constituição consiste, com a devida guarda do Parlamento legislativo, em garantir que o poder não seja mais uma coisa partidária, mas que ele proceda diretamente do povo, e isto implica que o chefe do estado, eleito pela nação, seja sua fonte e seu detentor (...). O Presidente é evidentemente o único a deter e a delegar a autoridade do Estado¹⁵.

O grande crescimento econômico que coincide com o governo De Gaulle, um fenômeno que atingia a maior parte dos países industrializados, lhe garantia sobrevivência, em meio a políticas públicas e a planificações internas para tentar harmonizar o desenvolvimento. Em 1968, esse poder de Estado já desgastado é questionado por amplos setores sociais a partir do levante estudantil. Em meados de maio, tendo a mobilização dos estudantes se transformado em campo diário de batalha com a repressão estatal, sobretudo, no *Quartier Latin*, entidades sindicais vão se perfilando ao lado dos revoltosos, como a *Union nationale des étudiants de France* (UNEF) e o *Syndicat national de l'enseignement supérieur*.

Acompanhando os acontecimentos na época e registrando suas opiniões na imprensa, Edgar Morin se entusiasmava ao falar das motivações da insurreição estudantil, compreendendo em lócus a conotação geracional.

Tudo isto foi realizado porque, na conjuntura, a ‘juventude-liberdade’ foi identificada e se opôs à “velhice-autoridade”. Mas isto foi possível graças às circunstâncias excepcionais que tudo deslançaram, graças à grande mobilização estratégica (...) os novos modos de ação dos estudantes (...) uma injeção de libertação juvenil no velho corpo da França. É provável que a ação revolucionária da comuna estudante leve não à revolução, mas a algumas reformas sociais, descentralizadoras, rejuvenescedoras¹⁶.

Em mais, assim relata o que acreditava ser os sonhos e aspirações desses jovens, instalados agora em ocupações, as “comunas estudantis”:

Preparadas por uma surda fermentação de grupelhos, impulsionado pelo duplo fechamento de faculdades e uma intervenção policial, se desdobrando de 3 a 11 de maio na rua, depois reinstalada nos pátios universitários da

¹⁵ De GAULLE, Charles. Une Constitution, c'est un esprit, des institutions, une pratique. Conférence de presse du 31 janvier 1964. Disponível em: <http://mjp.univ-perp.fr/textes/degaulle31011964.htm>. Acesso: 19/10/2017. Tradução nossa.

¹⁶ MORIN, Edgar. La commune étudiante: les jours qui ébranlent la France. In: Le Monde, 19 e 20 de maio de 1968. P. 9. Disponível em http://www.lemonde.fr/le-monde-2/article/2008/05/09/la-commune-etudiante-les-jours-qui-ébranlent-la-france_1042847_1004868.html. Acesso: 20/10/2017. Tradução nossa.

Sorbonne e de Nanterre, a “comuna estudantil” é um movimento espontâneo (...) essa torrente não somente dá fluxoaos estudantes universitários em revolta contra a Universidade feudal, com também mobiliza os estudantes de ensino médio em revolta contra a escola-caserna. Todos esses jovens se comunicam em um reflexo de solidariedade juvenil que é a alma do movimento (...) se vive uma verdadeira utopia libertária¹⁷.

Da mesma forma, em 3 de maio, uma grande manifestação contra a repressão policial é organizada, tendo o dia configurado uma greve geral. O operariado se movimenta nesse clima revoltoso. A agitação toma amplitude com a multiplicação de greves e ocupações em fábricas, no entanto, a despeito do esforço dos estudantes em compor com o operariado, esse é reticente à associação de suas reivindicações ao do corpo estudantil, que é visto com desconfiança, como parcela das elites. A pauta operária é extensa, mas descolada a agenda estudantil. Abarca desde soluções de problemas locais a modificações das condições de trabalho nas empresas, de reconhecimento das responsabilidades do trabalhador na gestão empresarial ao reconhecimento do direito sindical, de demandas de aumento de salário à crítica ao trabalho mecânico extenuante com a perspectiva da diminuição das horas de trabalho, de postulações de uma profunda modificação das estruturas da sociedade. A desconfiança em relação ao movimento estudantil levou, porém, a que as reivindicações operárias se desenvolvessem praticamente independentes do mundo universitário. Operam ambas as exteriorizações em circuitos quase fechados¹⁸.

De Gaulle permanece estranhamente um tanto quanto à parte, deixando a gerencia da crise ao seu Primeiro Ministro, Georges Pompidou, até que em 30 de maio retoma a contraofensiva. Lança um apelo à ação cívica dos franceses em apoio ao regime. Na mesma noite, sob a condução dos principais líderes gaullistas, meio milhão de pessoas saem aos Champs Élysées. Para o movimento de maio francês é o começo do refluxo, com as greves e ocupações enfraquecendo e cessando no mês de junho¹⁹.

A vitória do governo De Gaulle é mais aparente do que de fato. A aceitabilidade do seu chamado às ruas correspondeu não a um apoio real,

¹⁷ MORIN, Edgar. La commune étudiante: les jours qui ébranlent la France. In: *Le Monde*, 19 e 20 de maio de 1968. P. 9. Disponível em http://www.lemonde.fr/le-monde-2/article/2008/05/09/la-commune-etudiante-les-jours-qui-ebanlent-la-france_1042847_1004868.html. Acessado: 20/10/2017. Tradução nossa.

¹⁸ PAWIN, Rémy. Ouvrier sen révolte, l'autrevisage de mai 68. In: *La Viedes idées*, 26 mai 2008. Disponível: <http://www.laviedesidees.fr/Ouvriers-en-revolte-l-autre-visage.html>. Acessado: 23/10/2017.

¹⁹ BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Histoire du XXème siècle*. Paris: Hatier, p. 354-355.

mas à crença e ao temor de desestabilização social e ao desconforto cotidiano em decorrência das greves. Mas, atento às reivindicações, o general pretende relançar seu regime promovendo algumas reformas no sentido das demandas de maio. Se cerca de homens mais inclinados a mudanças e se distancia, assim, do Primeiro Ministro Georges Pompidou, que é substituído por Maurice Couve de Murville, seu Ministro de Relações Internacionais. Inicia o processo coma tentativa de emplacar duas reformas essenciais descentralizantes.

Em outubro de 1968, é aprovada, por uma maioria reticente, uma lei que estabelece o princípio de autonomia das Universidades e sua gestão pelos representantes dos funcionários e estudantes. Também são elaboradas medidas que concedem mais poder aos estados na gestão de seus recursos e mudanças na composição do Senado, tornando-o mais democrático e inclusivo, o que exige modificações na Constituição. Para essas alterações constitucionais, De Gaulle chama um referendun em abril de 1969. Será a oportunidade dos descontentes se coalizar contra o general-presidente, desde a esquerda, a exemplo dos sindicatos e estudantes, inconformados com os tímidos avanços à sua antiga base, esses últimos insatisfeitos com as medidas anunciadas. O referendo é rejeitado por 53,2 % dos votos. No dia seguinte, De Gaulle se sentindo desautorizado, pede demissão. Se retira da vida política, vindo a falecer em novembro de 1970. Em seu lugar é eleito presidente o conservador George Pompidou, o ex-Primeiro Ministro de Gaulle. Fechasse o ciclo gaullista em continuidade, o perfil governamental ainda é à direita, mas algo mudou, a França entra paulatinamente em uma fase democrático-reformista²⁰.

Em médio prazo, o maio de 1968 francês se consolidada principalmente como uma transformação de costumes, marcada por uma brecha geracional, pela contestação de uma sociedade patriarcal, pela reivindicação dos movimentos das minorias, como as mulheres, que obtém a legalização do aborto, maior participação na vida social, política e maior igualdade nas condições de trabalho. Há, enfim, uma progressiva liberalização cultural. O episódio se consolida como a maior manifestação francesa do Pós-Segunda Guerra Mundial, um ponto de referência para as futuras gerações. Os estudantes se colocaram a partir daí em um mais ativo papel de ação e decisão.

²⁰ BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Histoire du XXème siècle. Paris: Hatier, p. 356-257.

O mundo estudantil norte-americano e o inconformismo com o *American Way of Life*

Por sua vez, nos Campi universitários norte-americanos, as agitações tiveram seu ápice entre 1968 e 1970, sob impulso de uma ‘nova esquerda’ estudantil, a *Students for a Democratic Society (SDS)*. A SDS constituirá a organização nacional mais representativa em sua ambição de exprimir as aspirações dos estudantes em seus esforços de retomada de discussão e ações político-sociais²¹.

Com efeito, nos anos cinquenta, na fase Eisenhower, os EUA vivem um clima de conformismo, de suspeição e de repressão em meio à Guerra Fria e ao sucesso do senador reacionário de Wisconsin, Joseph MacCarthy, que, com sua vocação demagógica, marcava o apogeu do anticomunismo e da intolerância. A expectativa era de que os jovens fossem represados e compelidos a constituir uma “geração silenciosa”, dificultando esboços de idealismos ou engajamentos.

Vindos em auxílio aos jovens, fontes inspiradoras se mantinham nas inquietudes, por exemplo, de certos intelectuais como Herbert Marcuse, Erich Fromm e Paul Goodman, que denunciam a alienação, a repressão dos instintos e a manipulação dos indivíduos em uma sociedade de abundância burocratizada. P. Sweezy e W.A. Willians, por sua vez, criticavam a militarização da economia monopolista e o imperialismo político-militar que daí resultava. Movimentos reivindicatórios também começavam a aflorar, servindo como modelos de ação. Os antissegregacionistas com Martin Luther King. Os pacifistas radicais, com Dave Dellinger, que criaram novas organizações com vistas a difundir suas ideias e métodos não-violentos, como o *Committee for Nonviolent Action*, de 1957. Os Beatniks, com Allen Ginsberge Jack Kerouac, que esboçavam um não-conformismo cultural, defendendo a liberdade sexual, a criação artística espontânea, a busca por um êxtase místico através de um zen-budismo ocidentalizado, com o uso interposto de drogas. Todos esses precedentes colaboram para que os problemas acumulados nos anos cinquenta se tornassem subitamente intoleráveis na década seguinte²².

Por outro lado, durante a década de 1950 e a maior parte dos anos de 1960, ocorre um crescimento pronunciado e continuado do sistema universitário norte-americano, com grande aumento do número de estudantes,

²¹ ANDERSON, Terry H. *The Movement*. Oxford: Oxford University Press, 1995. P. 43-86.

²² GRANJON, Marie-Chistine. Révolte des campus et nouvelle gauche américaine (1960-1988). In: Matériaux pour l’histoire de notre temps. *Année 1988*. Volume 11. Numéro 11-13, p. 10-11.

resultante da expansão da população em idade universitária do pós-guerra, mas também da maior ambição ao acesso educacional superior e a democratização dessa via. Grandes universidades, como a da Califórnia, de Michigan, Texas e mesmo Yale, despontam no país. Ou seja, nos anos 60, vivia-se um momento especial de efervescência nos Campus, com uma progressiva valorização dos intelectuais acadêmicos²³. Na contracorrente, as instituições superiores permaneciam suficientemente esclerosadas em suas normas e modos de transmissão do saber para suscitar o entusiasmo reformista dos seus estudantes. As Universidades são acusadas de representar um complexo industrial, uma máquina de fabricar empregados para o “sistema”.

A nova década se anuncia com a eleição à presidência do democrata John Fitzgerald Kennedy no ano de 1960, o que, por si só já era um marco na história da nação, pois representava o fim simbólico de mais de um longo século de discriminação aos irlandeses-americanos. Indicativo de inegável mudança de mentalidade social no país. Em um contexto de notável multiplicação econômica, seu sucessor, o vice-presidente Lyndon B. Johnson (1963-1968) mantém a concepção do governo anterior de que as dissimetrias engendradas em matéria social pela doutrina do ‘laissez-faire’ deviam ser corrigidas, sob o risco de corroer o sistema. Johnson promove a realização da “Grande Sociedade”, no qual se propunha abundância e liberdade para todos, fim da pobreza e da injustiça racial.

Entre 1963 e 1964 é aprovada no Congresso grande número de reformas: seguro-saúde para pessoas idosas; assistência médica aos economicamente desfavorecidos; medidas contra o desemprego de jovens através de formação profissional; estímulo ao ensino pré-escolar; criação de um corpo de voluntários de trabalho nas zonas de pobreza; reforço da ajuda federal às escolas públicas, aos estudantes necessitados, aos locatários sem recursos, etc. Mesmo com os progressos realizados, a “Grande Sociedade” vai ser a primeira vítima da custosa e desastrosa Guerra do Vietnã, na medida em que desvia, em boa parte, as prioridades governamentais. Pela primeira vez uma guerra não otimiza a economia norte-americana, as despesas militares são cinco vezes maiores que as despesas sociais. Ao final de seu mandato, Johnson reconhece que seu ideal de uma sociedade destituída de pobreza e de injustiças raciais, em muito, fracassara²⁴.

²³ LUKACS, John. *Uma nova república. História dos Estados Unidos no século XX*. RJ: Zahar, 2006, p. 295-296.

²⁴ DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony. *Histoire générale du XXe siècle*. Tome III. Paris: Seuil, 1987, p. 385.

A despeito de uma anunciada era de abundância, o ano de 1960 também traz o ‘ato de abertura’, por assim dizer, da década de contestação que está por vir em toda a sua insatisfação com o “modo de vida” vigente. Esse não deixa de escamotear as clivagens sociais e raciais, as dificuldades das minorias em verem reconhecidos os seus direitos. Cerca de 35 milhões de norte-americanos não obtinham salários suficientes para incorporar o sonho de consumo pleno. Não tinham acesso à mítica de oportunidades livres, iguais e abertas a todos. Passavam à margem da lenda de uma sociedade em ‘tecnicolor’, signo de identificação social, mas que revelava a acomodação linear ‘robotizada’ pela publicidade e pela vigília mútua controladora-repressora da vizinhança suburbana, a observação recíproca. Elementos compósitos do arquétipo que constitui o modelo familiar do *American way of life*, desse olhar maravilhado do norte-americano “médio” sobre si mesmo. Situação de pobreza que toca, em especial, quase metade das famílias negras do país. A crise de confiança no modelo americano estava para se instalar. Bruscamente, o suposto período anterior de coesão se rompe²⁵.

Em fevereiro de 1960, quatro estudantes universitários negros de Greensboro, no estado de Carolina do Norte, vítimas de segregação, improvisam um *sit-in*. Havia desafiado as regras da discriminação racial, ao sentarem-se na área do balcão destinada aos brancos em uma lanchonete local, tendo os funcionários se recusado a servi-los. Ao protestarem, desencadeiam uma série de manifestações não-violentas de apoio, tornando-se um marco da defesa dos direitos civis. O *Civil Rights Acts*, de junho de 1964, coloca um termo à segregação nos estabelecimentos públicos e escolas²⁶. Em 1965, o *Voting Rights Act* suprime as restrições ao voto, facilitando à população negra o voto e ascender com um pouco menos de obstáculos a cargos públicos eleitorais. Mesmo assim, ciclos de sublevações continuam a perpassar os bairros negros das grandes cidades norte-americanas, o que demonstrava a limitação aplicativa dos novos direitos cívicos e da assistência social. Após o assassinato de Luther King em abril de 1968, as revoltas se multiplicam.

Estimulados pelos movimentos dos direitos cívicos dos negros, os estudantes brancos começam a se mobilizar em várias partes dos EUA, em

²⁵ BERSTEIN, Serge e MILZA, Pierre. *Histoire du XX siècle*. Tome II. Paris: Hatier, 1996, p. 277 a 280.

²⁶ LOEVY, Robert D. A Brief History of the Civil Rights Act of 1964. In: KOSAC, David C.; CIBOSKI, Kenneth (org.). *The American Presidency*. Chicago: Nelson Hall, 1985. pp. 411-419.

favor de reivindicações diversas: fim dos ensaios nucleares, liberdade de expressão nas Universidades, respeito às liberdades cívicas da nação, neutralidade em relação ao regime de Fidel Castro. Tais campanhas são particularmente desenvolvidas na Universidade da Califórnia. Em meados de 1964, o inédito movimento pela “liberdade de expressão” em Berkeley, o *Free Speech Movement* (FSM) leva milhares de estudantes às ruas e ocasiona a conquista de uma maior abertura ao direito de propaganda política nos Campi universitários²⁷.

Desde o fim dos anos 1950, em especial nas Universidades do Meio-Oeste e do Leste, grupos de estudantes se esforçam para renovar a reflexão sobre o papel das esquerdas políticas no país, agora sob inspiração da luta pelos direitos cívicos. No começo, um pequeno grupo de estudantes trabalhava para transformar a SDS em um núcleo de discussão sobre os diversos assuntos de protesto que mobilizam o corpo estudantil: discriminação racial, pobreza, corrida aos armamentos, política centro-americana, autoritarismo e burocracia excessiva nas Universidades. A SDS, em seus anos iniciais, conjugava uma adequada produção teórica com um pragmatismo organizacional e uma fluidez ideológica, suficiente para que o movimento optasse por ações conduzidas em colaboração com outros grupos.

Com um projeto inicial reformista, a Students for a Democratic Society (SDS) buscou sintetizar crenças e ideias do movimento estudantil nascente através da redação de Manifestos bastante lidos e difundidos entre os ativistas, a exemplo do *Port Huron Statement* (1962), escrito por Tom Hayden e adotado por ocasião da Convenção de organização no estado de Michigan. Essa declaração torna-se rapidamente um documento de referência, com sua defesa da “democracia de participação” como forma de reivindicar uma sociedade mais justa. Neste momento, a influência maior na SDS provinha do pensamento da tradição liberal norte-americana. A sociedade do país era denunciada do ponto de vista moral e humanista. Não se tratava aqui de colocar em xeque o funcionamento das instituições norte-americanas, mas sim de promover reformas onde a falácia da democracia representativa cederia lugar a uma participação direta da população, a partir da organização das comunidades de base. Os cidadãos ordinários poderiam, enfim, ter poder de decisão quanto à causa pública. A “democracia de

²⁷ GRANJON, Marie-Chistine. *L'Amérique de la contestation: les années soixante aux États-Unis*. Paris: FNSP:1985, p. 186 a 188.

participação” iria regenerar a partir das bases o modelo elitista de participação representativa²⁸.

No entanto, será a Guerra do Vietnã²⁹ a propulsar a SDS à notoriedade nacional e mediática. Em março de 1965, a SDS toma a iniciativa de organizar uma das primeiras passeatas nacionais contra a Guerra. Em 1966 promove manifestações contra o *Selective Service System*, o serviço de recrutamento das forças armadas, no qual os estudantes homens eram classificados de acordo com os resultados escolares, os melhores obtinham um *sursis*, os demais deviam servir em combate no Vietnã. Criam-se sindicatos de resistência à conscrição (*draft resistance unions*). A SDS torna-se o símbolo de resistência à guerra nos Campi até sua dissolução em 1969. Em 1965, a organização chega a contar com cerca de 80 a 100 mil simpatizantes³⁰.

Entre 1965 e 1967, os militantes da SDS estão presentes em quase todas as grandes manifestações pelo país. Sem se tornar um grupo estritamente pacifista, continua em sua defesa das causas originais das minorias étnicas. Nos Campi mantém a luta pelos direitos dos estudantes, o *Student Power*. Em 1966 lança o *Radical Education Project* para organizar as discussões acerca do assunto em questão. Cria uma publicação de aparição irregular, mas, em geral, bimestral, o *New left notes*³¹; contribui sobremaneira na difusão de informações e de análises, e na coordenação geral dos ativismos estudantis. Com o tempo, porém, a SDS tende a se tornar demais em mais radical, o tom endurece, a ideia de ação direta e violenta toma forma,

(...) a recusa da administração Johnson de colocar um fim no conflito, as revelações dos interesses financeiros ligando às Universidades mais prestigiosas ao complexo militar-industrial, a persistência do racismo na sociedade americana e, notadamente, nas Universidades acabaram por convencer a maioria dos membros da organização acerca da corrupção do conjunto do sistema sócio-político e econômico e da necessidade de uma revolução³².

²⁸ HEYDEN, Tom. Port Huron Statement of the Students for a Democratic Society. New York, 1962. 60 p. Disponível: http://www.progressivefox.com/misc_documents/PortHuronStatement.pdf Acesso: 13/10/201.

²⁹ Sobre os efeitos sociais e culturais internos decorrentes da participação dos EUA no conflito, ver: The American State and the Vietnam war. In: FARBER, David (org.). The Sixties: From Memory to History. The university of North Carolina Press, 1994, pp. 45-53.

³⁰ SALE, Kirk Patrick. *SDS*. New York: Random House, 1974, p.479.

³¹ Para acessar os fascículos da publicação, ir para links to resources from Students for a Democratic Society (SDS) and related groups and activities. Disponível em <http://www.sds-1960s.org/NLN.htm>. Acesso: 12/10/2017.

³² DIAMOND, Caroline Rolland- Students for a Democratic Society : ou le centre du réseau de la Nouvelle Gauche américaine dans les années 1960. In: Bulletin Institut Pierre Renouvin, n° 20, out. 2004. Disponível em <http://ipr.univ.paris1.fr/spip.php?article246>. Acesso 12/10/2017. Tradução nossa.

As ideologias marxistas tradicionais assumem importância teórica, os movimentos do Terceiro Mundo chamam a atenção. Em especial, a partir de 1968, uma cisão se torna visível na SDS entre uma corrente terceiro-mundista, favorável a Ho Chi Minh e uma corrente maoísta, que defende o papel da classe operária e que se centra em torno do *Progressive Labor Party* (PLP). Um dos pontos altos da nova fase da SDS constitui-se na ‘tomada’ da célebre Universidade Columbia, em abril de 1968. A SDS conduz as manifestações de protesto. Mais genericamente contra a cumplicidade da Universidade com a máquina de guerra do Vietnã e, mais especificamente, em oposição ao projeto interno de construção de um ginásio em bairro negro nas cercanias de Morningside Heights, que provocaria o desalojamento de pessoas.

O presidente da seção local do movimento, Mark Rudd, junto a um grupo de estudantes se apossaram de vários prédios de Columbia, sequestraram o reitor com vistas a proclamar suas demandas. Em resposta às repressões policiais, o quadro se agrava e resulta em uma greve de professores e estudantes por dois meses, no fim da qual o presidente da Universidade pede demissão. Seu substituto cede às reivindicações dos estudantes. Durante o processo, uma aliança fora estabelecida entre a SDS e os estudantes negros de Columbia, agrupados no *Student Afro-American Society* (SAS). Nessas alturas o “poder mediático” da SDS estava em seu ápice com a imprensa cobrindo todas as suas atividades.

Para os dois grupos, SDS e SAS, Columbia era considerada como o ponto de partida para um assalto contra o sistema estabelecido, prelúdio da revolução. Em face da maior radicalização dos grupos de ativistas negros a partir do fim do ano de 1966, a SDS vem a ser praticamente a única organização ‘branca’ que era capaz e desejava colaborar com o movimento “negro”. Sob influência de seu novo presidente, Stokely Carmichael, a *Student nonviolent coordinationg committee* (SNCC) renunciara a via moderada e não-violenta para defender o ‘Poder negro’ a partir de um discurso nacionalista separatista. Com parcial exceção da SDS, recusava-se a colaborar com os demais grupos de estudantes brancos, considerados como parte integrante do sistema geral opressor e racista.

Junto à publicidade em torno da SDS, acompanha-se a repressão governamental a um movimento que ousara se atacar a um dos símbolos do establishment, *Columbia*. Para melhor monitorar as ações dos vários grupos de ativistas pelo país, o *Federal Bureau of Investigation* cria uma nova sessão do *Counter-Intelligence Program* (COINTELPRO). Da mesma forma, uma

investigação é lançada acerca da SDS pelo Comitê de Segurança Interna da Câmara de Representantes.

As tensões se acentuam no interior da SDS. Para os defensores da ortodoxia marxista, a ‘Sociedade’ devia se concentrar no apoio à classe operária e não mais vincular-se ao *Black Panther Party*³³. Ao mesmo tempo, uma clivagem cada vez maior se observava entre os moderados e os adeptos da ação violenta. Os moderados condenaram os violentos afrontamentos dos radicais com a polícia de Chicago em agosto de 1968 por ocasião da Convenção democrata. O fato contribuiu para o afastamento de grande número de estudantes.

Por outro lado, a ala feminina demonstrava mais vigorosamente o descontentamento com o papel subalterno das mulheres na “Sociedade”, acusando o que consideravam como preconceitos machistas dos homens do movimento. Uma maioria de mulheres deixou a SDS para fundar ou agregar-se aos seus próprios grupos feministas. Da mesma forma, sente-se os efeitos da influência crescente do “hedonismo individual”, propagados pela contracultura, em meio aos ativistas estudantis, já em proa com questionamentos a propósito da validade de suas ações.

A “política existencialista” dos defensores da “revolução cultural” (hippies, feministas, grupos LGBTTT, por exemplo) postulam que o “pessoal” é “político”, que o domínio do político é uma simples excrescência das relações interpessoais que formam a trama da vida cotidiana. Para muitos ativistas decepcionados, a “revolução da vida privada” torna-se um refúgio ou um substituto à ação política: o antigo líder da SDS, Rennie Davis, para citar uma trajetória, se coloca a serviço das ideias do guru Maharaj Ji. Para terminar, a cristalização das divergências entre os defensores do “terceiro-mundismo” do *Revolutionary Younth Movement*³⁴ e os simpatizantes da organização maoísta do PLP leva, enfim, a ruptura da SDS em 1969.

As reagrupações decorrentes dessa ruptura jamais conseguirão o grau de influência, notoriedade e organicidade do movimento original. O próprio *Black Panthers*, vítima de repressões e de querelas internas, se desintegra. O clima de recessão econômica dos anos de 1969-1970 concorre para centrar os estudantes em necessidades imediatas. Os anos setenta trazem

³³ Sobre a organização, ver: BLOOM, Joshua; MARTIN, Waldo E. *Black Against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party*. University of California Press, 2013.

³⁴ ELBAUM, Max. *Revolution in the Air: Sixties Radicals Turn to Lenin, Mao and Che*. Verso: London/New York, 2002. P.70-71.

consigo o refluxo do ativismo político estudantil nos EUA, ao menos da forma em que ele se caracterizara na década que terminava.

Os Campi reencontram a calma relativa em meados de 1970, a mobilização estudantil está em plena decomposição antes mesmo da assinatura dos “Acordos de Paris”, em janeiro de 1973, que coloca fim à intervenção norte-americana. A “Revolta dos Campi” aparece agora como algo do passado, uma catarse que havia questionado uma sociedade que passara por aceleradas transformações a partir do pós-guerra. As energias voltavam-se agora para uma maior adequação das Universidades à nova era de ‘educação em massa’.

A agitação, porém, esteve longe de ser vazia em seus resultados como poderia parecer aos ativistas mais desiludidos. Nas próprias Universidades norte-americanas, reformas ocorreram que associaram o corpo estudantil à gestão das mesmas. Em relação à Guerra do Vietnã, a erupção dos Campi não deixou de auxiliar na sensibilização da opinião pública, a qual em fins dos anos 1960 tendeu a se voltar contra o conflito. Inegavelmente, a presença estudantil reforçou a eferescência dos movimentos cívicos.

Mesmo que o sistema político norte-americano se tenha em quase nada alterado, a comunidade de atitudes dos estudantes atuou nas salutares mudanças de comportamentos que se desenharam paulatinamente. Houve uma liberalização da “palavra, dos costumes”; as estruturas patriarcais foram abaladas. Como um jogo de dominó, os efeitos se fizeram sentir sobre questões diversas: imigrantes, feminismo, ecologia, orientações sexuais, divórcio. É certo que o Partido Democrata absorveu e enquadrou parte dos “contestadores”, mas, na contraposição, incorporou algumas de suas reivindicações mais caras³⁵.

À guisa de conclusão: 1968 no mundo

A França esteve muito longe de ser o único lugar a presenciar a agitação que culminou no período de 1968. Vários foram os países que empunharam seus manifestos, como os EUA e muitos outros. O ano de 1968 é antes um catálogo de um mal-estar mundial, um inventário de tudo o que não ia bem. Muito para além, portanto, do maio francês, que deve um tanto quanto sua fama a própria importância posterior que lhe foi dado pelos

³⁵ MARWICK, Arthur. *The Sixties. Cultural Revolution in Britain, France, Italy and the United States c. 1958-1974*. Oxford: Oxford University Press, 1998. P. 240-56.

seus participantes, entre os quais muitos, enquanto elite intelectual do país assumiram postos e posições internas-chaves. Esses indivíduos se tornaram mediatizados, resultando o evento ao longo dos anos em filmes, documentários, séries de TV. Em nível de exemplo e para concluir, citam-se as ocorrências que se sucederam no México e na Itália.

Na capital mexicana, em 2 de outubro de 1968, dez dias antes da abertura dos Jogos Olímpicos, às 18 horas, soldados se posicionaram em imóveis no entorno da Praça das Três Culturas, no bairro Tlatelolco e abriram fogo sobre cerca de 8 mil estudantes desarmados, fazendo centenas de mortos. Em crime que até hoje permanece impune e o número exato de vítimas, incerto. O regime ditatorial do presidente Díaz Ordaz pretendia sufocar a manifestação, vista como uma subversão orquestrada por Moscou e La Havana, antes do início do evento esportivo. As mobilizações no meio estudantil já se faziam presentes desde o início da década com o tom de denúncia ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) e seus desmandos. O PRI, no qual Díaz Ordaz compunha a “direita dura”, representava a burguesia mexicana e era visto como corrupto e autoritário. Dominando a vida política do México há décadas, a agremiação constituía uma pirâmide extremamente hierarquizada, com quadros presentes em todas as regiões do país, com base em uma rede clientelista e na exclusão da competição eleitoral.

Em 1968 a agitação dos estudantes atinge um pico e se relaciona com a inquietude geral cada vez maior em relação a esse sistema fechado e autocrático de governo, que, além de tudo, interferia na autonomia internadas Universidades, o reitor sempre acabava sendo uma indicação política, para ilustrar. Suas reivindicações mais pontuais giravam em torno da qualidade da formação recebida, das chances de inserção profissional, do número insuficiente de professores. Criticam a ausência de uma política nacional de ensino superior. A causa imediata é a exasperação dos estudantes e de seus professores com a brutalidade da polícia quando esta intervém em uma rixa entre os alunos em 23 de julho. Funciona como um estopim. Durante meses há manifestações. Após o “massacre de Tlatelolco”, os Jogos Olímpicos transcorrem com a anuência das potências ocidentais³⁶.

Na Itália, a revolta estudantil se estende até 1969, com seus primeiros sinais de ebulição ao menos dois anos antes, quando já se desenhava as

³⁶ AYALA, Leopoldo. *Nuestra verdad: memorial del movimiento estudiantil popular y el Dos de octubre de 1968*. México J. Porrúa, 1989. P. 50-67.

intenções das escaramuças, as quais tomam fôlego em 1968. Na origem estava a ausência de perspectivas profissionais para jovens diplomados(as) Universidades produziam mais diplomados do que o mercado de trabalho podia acolher), o questionamento ao sistema universitário considerado esclerosado, aos conteúdos do que era ensinado, a reprovação ao autoritarismo e à hierarquia, mas também críticas aos costumes em nome da defesa da aprovação do divórcio, do direito ao aborto e contra uma Igreja católica considerada circunspecta, elitista e hierarquizada. Apelas para que essa instituição religiosa se aproxime dos mais pobres, voltando às suas bases. No plano geral, refutação da escalada de violência dos EUA no Vietnã e a luta anti-imperialista.

Nos métodos de protesto entravam greves e ocupações nas faculdades, discursos contra a “universidade de classes”, organização de cursos alternativos (os contra-cursos), formação de grupos de autogestão, grandes manifestações de rua. Observa-se, assim, em 1968 em Florença, o pedido de demissão do Reitor em repulsa à violência policial que marcaram os levantes estudantis em todo o país. Em Roma, os estudantes se mobilizam massivamente para reclamar a reforma da Universidade. Após encontro com a polícia, numerosos são os feridos.

Diferentemente da França, onde há uma concentração das manifestações em Paris e arredores, na Itália o movimento se estende pelo país, decorrência da menor centralização administrativa e cultural. Ainda, não correspondente ao caso francês e a maior parte dos países, houve mais proximidade entre as erupções estudantis e as operárias. O movimento sindical e mesmo o Partido Comunista Italiano (PCI) mostram certa abertura aos estudantes. Os contatos produzem formas organizacionais novas, como as assembleias *operai-studenti* na Fiat de Torino, mas a junção é temporária. Por trás dessa aliança estão as grandes migrações interiores, decorrentes da prosperidade econômica da Itália, que transplantaram ao norte industrializado uma população jovem, vindas, em geral, de zonas rurais superpovoadas mais ao sul. Jovens que também radicalizam seu comportamento na rejeição à exclusão e às condições de trabalho. Agrega-se a isto às tradições espontaneístas e libertárias do movimento operário transalpino³⁷.

³⁷ Ver: MILZA, Pierre. *Italie 1968: “le mai rampant”*. In: *Matériaux pour l’histoire de notre temps*, n° 11-13, 1988. Mai-68: Les mouvements étudiants en France et dans le monde. pp. 38-41. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/AsPDF/mat_0769-3206_1988_num_11_1_403823.pdf Acesso: 05/11/2017.

De modo geral, os resultados de 1968 no mundo foram inconclusivos, não geraram um mundo essencialmente melhor, mas mostraram que é possível mover as coisas, almejar o irregular, romper certas barreiras, inspirar inquietações. Houve sim uma visível e progressiva inflexão no terreno das mentalidades, da cultura. Era um mundo que fervilhava, mas as motivações locais apresentavam suas peculiaridades, seus desconformes, suas especificidades. Com um fundo, em geral, comum, vinculavam o rápido aumento dos efetivos universitários, com as marcas da sociedade industrial, do consumo de massas e do acesso à informação. Vinham defesas universais, em posição contra a guerra do Vietnã e contra as opressões sociais. Discursava-se pela emancipação social, das minorias e pela autonomia individual. Também a brutalidade da repressão atinge níveis intoleráveis em alguns países, a exemplo do México.

O ano de 1968 jamais passou completamente. Ele permanece vivo no pensamento contemporâneo. Há 50 anos de seu advento, se mantém no imaginário francês como um momento cabal de clamor por transformações sociais, culturais e políticas. Sempre com novas interpretações possíveis, traduz-se em um movimento com algo de mitológico, de ondas utópicas com sua vontade de denunciar a opressão dos povos, a alienação das massas, as injustiças contra a humanidade.

PARTE 2

Estados Nacionais e Relações Internacionais

Uma linha, uma ilha e um continente: nas fronteiras terra adentro, um reino pariu um império (1530-1830)

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Umas cogitações na largada

Antes que nada saliento que minha inserção no tema das relações externas do Império do Brasil tem raízes na minha pesquisa sobre os intrincados acertos e desacertos dos insurgentes farroupilhas com os caudilhos platinos naquela que foi a mais duradoura rebelião do período regencial¹. Ou seja, abordei de uma maneira enviesada as ações políticas do Império através de um prisma que as enfocava desde as fronteiras meridionais. No entanto, foi justamente essa visão parcial direcionada da Província do Rio Grande de São Pedro, a estremadura sulina do Brasil que adentrava ao espaço platino, que permitiu minha integração com outros pesquisadores que estudavam as relações políticas no e do país, desde antes da formação do Estado imperial.

Na condição de pesquisador simultaneamente da formação do Estados nacionais no espaço platino – incluindo aqui a província do Rio Grande do Sul – participei de uma grande ambiciosa investigação que procurava detalhar nas diferentes regiões do país como se conformaram o Estado e a nação brasileiros, literalmente “de um império a outro”, ou seja, da América portuguesa ao Brasil. A proposta em questão era o Projeto Temático intitulado *A fundação do Estado e da nação brasileiros (c.1780-1850)* coordenado pelo professor István Jancsó, junto ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP). Este trabalho, levado a cabo

¹ Refiro-me à minha Tese de Doutorado “O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)”, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1998. Dela resultou em 2013 o livro homônimo publicado com o apoio da CAPES: GUZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Porto Alegre: Editora Linus, 2013.

entre 2004 e 2008, envolveu 23 pesquisadores de dez instituições nacionais de ensino superior, buscando a constituição de um sistema que contemplesse as hipóteses por eles adotadas, no sentido objetivando uma melhor compreensão da relação Estado-nação no contexto geral da crise e superação do Antigo Regime português na América².

Cabe salientar que, em grande medida, os assuntos de que tratei no Projeto Temático tinham sido debatidos com dois outros grandes estudiosos do Império do Brasil: a professora Helga Iracema Landgraf Piccolo, da UFRGS, e o professor José Luiz Werneck da Silva, da UFRJ. Com a primeira dialogamos muitas vezes sobre as especificidades do Rio Grande do Sul no processo de formação do Estado imperial, mormente sobre sua condição fronteiriça³. Já o professor Werneck era um profundo conhecedor das relações externas do Império, com atenção especial aos países do Rio da Prata, salientando a passividade da diplomacia brasileira em relação ao Império Britânico em contrapartida a ações muito agressivas na América do Sul⁴.

E é derivando destes tantos encontros que proponho um encadeamento de assuntos que podem trazer algumas luzes às disputas entre os reinos ibéricos na América – com foco na estremadura portuguesa e o avanço rumo à ocupação do território platino – como forma de compreender a política do futuro Império do Brasil, desde uma óptica que perceba a fronteira como uma construção espacial sulino⁵. Neste sentido organizei o tex-

² O Projeto Temático se inspirou no Seminário “Brasil: Formação do Estado e da Nação (1780-1950) promovido pelo IEB em 2001. As contribuições dos diversos participantes deste evento foram reunidas em livro: JANCSÓ, István (Organizador). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. No mesmo ano o temático organizou o Seminário Internacional “Independência do Brasil: História e Historiografia”; resultados deste encontro foram publicados na obra: JANCSÓ, István (Organizador). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec. 2005. O Projeto Temático apresentou no Encontro Nacional da ANPUH de 2005 o simpósio “De um Império a Outro, Conflito e Construção, cujos estudos foram publicados em livro: COSTA, Wilma Peres & OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Organizadoras). *De um Império a Outro: Estudos sobre a Formação do Brasil, Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2007.

³ Dentre tantos trabalhos publicados, dois são lapidares em relação ao tema que desenvolvo aqui: PICCOLO, Helga I. L. *O Parlamento Nacional e a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo: EDUNI-SUL, 1985. PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL & GONZAGA, *Revolução Farroupilha: História & Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 30-60. Não por casualidade estes textos foram à luz no ano do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

⁴ Uma publicação canônica é SILVA, José Luiz Werneck da. *As Duas Faces da Moeda: a Política Externa do Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Universidade Aberta, 1990

⁵ Eventualmente, para algumas questões muito específicas, trarei à comparação com as pesquisas sobre as fronteiras platinas, alguns estudos fronteiriços realizados na Amazônia e no Centro-Oeste.

to em tópicos: 1) “Imaginário ou real? A linha do Papa e a ilha de Deus”, onde remeto para os tempos coloniais algumas raízes lusitanas para ações expansionistas muito intensas; 2) “Rascunhando sobre os mapas: as armas e os tratos”, que aborda as disputas entre Portugal e Espanha ao sul da América, desde os tratados de limites do século XVIII à primeira investida luso-brasileira rumo ao Prata; 3) “Portugal se mudou!”, salientando aqui a atuação do Estado monárquico português transferido para o Brasil e a conquista do convulsionado território castelhano aquém do Rio da Prata; 4) “Oriental ou Cisplatina? Uma província, muitos donos!”, mostrando as tramas e consequências da conquista cisplatina na formação dos Estados nacionais no espaço platino; 5) “A República contra-ataca!”, que abrange a política do Império do Brasil e das Província Unidas, da guerra à pacificação negociada pela diplomacia britânica; 6) “Última maluquice do Imperador”, que aborda a última investida diplomática de Dom Pedro para tomar o continente. Saliento por fim que serão indicados os documentos primários mais significativos que usei para dar consistência ao texto de História que ora apresento. Uma História com muitas histórias!

Imaginário ou real? A linha do Papa e a ilha de Deus

Tudo começou com o Papa Alexandre VI, aliás Rodrigo Bórgia, na verdade Rodrigo de Borja, natural de Valência, reino de Aragão⁶. No intrincado jogo político travado dentro e fora do Vaticano, Bórgia buscou na sua terra apoio para suas manobras dando seu aval ao expansionismo espanhol. A unidade entre os reinos de Castela e Aragão conseguida em 1479 permitiu que a Reconquista fosse completada com a tomada de Granada em janeiro de 1492. Em agosto iniciou o papado de Bórgia, que concedeu a Isabel e Fernando o título de Reis Católicos. Em outubro a expedição de Colombo anunciou a existência de um Novo Mundo a ser conquistado. A entrada de Portugal na disputa por terras que ainda estavam escondidas por

⁶ Dos 266 papas da Igreja Católica Apostólica Romana, certamente foi sobre Alexandre VI que se criou a mais famosa *leyenda negra*. Durante seu pontificado (1492-1503) não faltaram histórias de orgias, venenos, punhais, incestos, tramas e urdiduras de toda espécie. Mas mais que tudo, ele foi um político hábil, qualidades que também tinha seu filho Cesare, que teria inspirado Maquiavel a escrever “O Príncipe”. Entre tantas obras sobre Alexandre VI, destaco: PUZO, Mario. *Os Bórgias*. Rio de Janeiro: Record, 2012; LE THIEC, Guy. *Los Borgias: luces y sombras*. Buenos Aires: Paidós, 2012; REINHARDT, Volker. *Alexandre VI: Bórgia, o papa sinistro: biografia*. São Paulo: Europa, 2013. Lembro ainda uma notável *graphic novel*: MANARA, Milo & JODOROWSKY, Alejandro. *Bórgia*. São Paulo: Conrad, 2005 (4 vols.).

“mares nunca dantes navegados” levou a arbitragem do pleito ao Papa Alexandre VI.

Pragmaticamente o papa aragonês exarou a *Bula Inter Coetera*⁷ em maio de 1493, na qual marcava um meridiano que passaria a 100 léguas das ilhas de Cabo Verde, determinando que as terras encontradas a oeste da linha pertenceriam à Espanha. Esta proposta desagradou o reino português. Falecido o papa espanhol, João II de Portugal tratou diretamente com os Reis Católicos uma nova proposta que foi acordada em junho de 1494 na localidade espanhola de Tordesilhas; o tratado deslocava bem mais o meridiano para ocidente, agora 370 léguas a oeste de cabo Verde⁸. Com o nome de Júlio II, assumiu o papado com a morte de Alexandre VI seu inimigo figadal Giuliano della Rovere; ele não teve escrúpulo algum em desconsiderar a bula por Bórgia, e em 1506 deu sua aprovação ao Tratado de Tordesilhas, firmado pelas potências ibéricas. O espaço americano começava a ser desenhado pelos reinos ibéricos, concorrentes no processo da conquista, com o beneplácito sucessivo de dois Vigários de Cristo na Terra.

No entanto, a linha imaginária não intimidou os aventureiros da conquista que, desde muito cedo, cruzaram por ela sem muitos escrúpulos. Um exemplo impressionante é o do português Aleixo Garcia. Sobrevivente de um naufrágio, viveu na atual Ilha de Santa Catarina até 1521 quando, com mais três compatriotas e chefiando muitos indígenas, iniciou um longo percurso através dos sertões do Paraguai. Em busca da lendária *Sierra de la Plata* aventurou-se pelas densas florestas, sertões, passou pelo Chaco, e chegou até o altiplano da atual Bolívia, e interrompeu a expedição em 1524 muito próximo a Potosi⁹.

Os avanços lusitanos em terras americanas de Espanha teriam um grande incentivo com o desaparecimento do jovem rei português Dom Se-

⁷ BULA ET COETERA. In: *Tratados Antigos do Brasil*. <http://info.lncc.br/tratados.html>.

⁸ TRATADO DE TORDESILHAS. In: id. A medida aproximada da légua era de 4,8 quilômetros; assim, a distância da linha imaginária passava de 480 para 1776 quilômetros. No entanto, estas medidas eram muito imprecisas e causaram muitas discussões. É mais aceita a ideia de que no continente americano o meridiano passasse próximo às atuais cidades brasileiras de Belém ao norte e Laguna ao sul. Outro grande problema era indefinição de qual ilha do arquipélago de Cabo Verde seria tomada para a marcação das 370 léguas. Em 1519 Portugal e Espanha em Zaragoza acordaram que a partilha das terras encontradas no Pacífico seria definida pelo antimeridiano de Tordesilhas. CONVENÇÃO DE ZARAGOZA. In: id.

⁹ QUEVEDO, Roberto. Notícias das Primeiras Relações entre Paraguai e Brasil. In: *Encontro de História Brasil Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2003, p. 54-76. Em 1526 Sebastião Caboto em sua expedição encontrou alguns indígenas remanescentes das hostes de Garcia que tinham objetos de prata; especula-se que daí teriam surgido os nomes de Rio da Prata, e mais tarde de Argentina.

bastião no campo de batalha de Alcácer-Quibir em 1578. Problemas envolvendo a sucessão do soberano determinaram que o trono lusitano coubesse ao rei de Espanha, Felipe II. Portador das duas coroas, promoveu a *Unión Peninsular*, chamada pelos portugueses de União Ibérica. A aceitação do arranjo pelas cortes lusitanas, também recebeu apoio dos grupos mercantis e daqueles associados aos negócios coloniais¹⁰. Também os aventureiros da conquista da Vila de São Paulo de Piratininga, constituindo expedições de exploração, as chamadas bandeiras.

As incursões dos bandeirantes nos sertões se deviam principalmente à falta crônica de mão de obra para a agricultura, e até o final da União Ibérica os paulistas contaram com a captura de guaranis missioneiros em grande número. Após a primeira invasão do Guairá comandada por Antônio Raposo Tavares em 1628, expedições consecutivas destroçaram missões ainda não completamente instaladas. Os pesados danos relatados às autoridades espanholas levaram à concessão de armamento de fogo aos indígenas que, organizados militarmente pelos jesuítas, formaram o Exército dos Trinta Povos e derrotaram definitivamente as tropas invasoras do Tape na batalha de Mbororé em 1641¹¹.

As investidas dos colonos de origem lusitana para além da linha desenhada pelo Tratado de Tordesilhas não foram interrompidas depois do fim da União Ibérica e restauração da monarquia portuguesa em 1640. Uma

¹⁰ ALMEIDA, Antônia F. P. de & MELLO Astrogildo R. de. O Brasil no domínio dos Felipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. (Tomo I. A Época Colonial. 1.º Volume. Do descobrimento à expansão territorial.) São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963, p. 176-189. Já entre as camadas populares persistiu por muito tempo a crença no retorno do rei desaparecido, criando-se uma corrente messiânica conhecida por Sebastianismo. Ironicamente, uma forma brasileira de Sebastianismo comprometeria a integridade territorial do Brasil no final do século XIX. De 1893 a 1897 o governo da recém-inaugurada República foi envolvido na Guerra de Canudos, provocada por um movimento messiânico guiado pelo beato Antônio Conselheiro, que pregava pelo retorno da monarquia: “o sertão virará praia e a praia virará sertão” e “das ondas da praia D. Sebastião sairá com todo seu exército”. CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 132-133.

¹¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 68-79. A questão do bandeirismo na região missioneira bem como a autorização para que, pela primeira vez, fossem concedidas armas de fogo aos guaranis chamou a atenção dos historiadores. Dentre tantos cito: ABREU, Capistrano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 127. COLEÇÃO DE ANGELIS (Introdução e Notas de Jaime Cortesão). *Jesuítas e Bandeirantes no Tape (1549-1641)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1951 (3 tomos). ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA op. cit. p. 274-296. KERN, Arno A. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

vez mais o bandeirante Raposo Tavares organizou a Bandeira de Limites que rumou para oeste remontando as águas do rio Paraguai e afluentes, para depois descer pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, chegando ao caudal do Amazonas. Após vagar por dez mil quilômetros em três anos, Raposo interrompeu a viagem em Belém. Talvez este percurso tenha sido a confirmação para Portugal da existência concreta da Ilha Brasil e uma nova estratégia de demarcação territorial para suas posses americanas!¹²

A ideia de Ilha Brasil foi profundamente estudada por Jaime Cortesão. De acordo com ele, haveria uma “anastomose” das bacias platina e amazônica que marcaria a divisa com a Bolívia pelos divisores de águas dos rios Paraguai e Guaporé, formando um “limite geográfico” e compunha um grande espaço em que o Mato Grosso unia São Paulo ao Maranhão. Esta vasta “rede arterial” definiria fronteiras “naturais” que dariam unidade a um dos maiores países do mundo. Assim, o Brasil já aparecia nas suas origens, antes das questões políticas para definir limites, como um grande espaço naturalmente separado das áreas de ocupação espanhola¹³. Em outra obra, Jaime Cortesão, o mito da Ilha Brasil representaria uma “razão geográfica de Estado” que determinava a formação territorial do país em oposição ao Tratado de Tordesilhas, uma linha meramente imaginária. Viria daí a convicção do historiador de que a cartografia antiga oferecia os melhores documentos sobre a evolução e importância da ideia de Ilha Brasil, que faria dos pretensos direitos espanhóis nada mais que fantasias¹⁴.

O autor Sérgio Buarque de Holanda apontou que Cortesão enxergava um caráter de intencionalidade na construção da ideia destas fronteiras naturais que se estendiam do Amazonas ao Prata, e que seria comparável

¹² CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2012. De certa forma a visão “heroica” do apesador de índios prioriza a antecipação da conquista do espaço hispano-americano e encobre o genocídio que ela trouxe. Sobre o tema ver: OLIVEIRA, Francisco R. A “Ilha Brasil” de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. In: *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol XXII, num.1.191, 25 de febrero de 2017, p. 25-26.

¹³ CORTESÃO, Jaime. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, p. 421-422. Apud OLIVEIRA op. cit. p. 2-3. Este autor salienta que a formação médica de Jaime Cortesão orienta a naturalização que fez do espaço usando metáforas nas quais a hidrografia seria como circulação de sangue, no seu alcance e como condição fundamental para “nutrição” de toda a rede!

¹⁴ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1957, p. 399. Apud REGO, André R. H. do. O Sertão e a Geografia. In: *Revista do IEB* n.º 63, 29 de abril de 2016, p. 44.

em importância ao próprio “descobrimento do Brasil”. Esta condição legitimaria as entradas e bandeiras rumo aos sertões delimitados por uma geografia marcada pelas duas grandes bacias hidrográficas do subcontinente¹⁵. Buarque de Holanda rebateu em artigos na imprensa a interpretação de Jaime Cortesão quando da primeira edição de *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, pois não via nas primeiras avançadas rumo aos sertões uma razão de Estado, mas resultado de empresas motivadas por interesses privados¹⁶.

Pode-se pensar ainda que o sertão teria uma conotação além daquela de um espaço geográfico, mas de um lugar submetido à barbárie, que precisa ser conquistado para a civilização¹⁷. Assim sendo, não posso deixar de lado a impressão que aquelas considerações feitas sobre a Ilha Brasil despertam: uma espécie de “destino manifesto *avant la lettre* para ocupação daqueles espaços que também dava um caráter religioso para o avanço rumo às terras de Espanha maior que os tratados chancelados pelos papas Alexandre VI e Júlio II na repartição do mundo entre os reinos ibéricos. Provocativamente diria que as bênçãos aos tratados foram dadas pelos Vigários de Deus, ao passo que a natureza era uma obra do próprio Criador!

Rascunhando sobre os mapas: as armas e os tratos

As questões de limites entre Portugal e Espanha na América do Sul seriam retomadas a partir de uma aproximação quando ascendeu ao trono espanhol Fernando VI, que era casado com a infanta Maria Bárbara, filha do rei português Dom João V. As negociações iniciaram em 1746, e o negociador de Portugal foi o brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário do soberano¹⁸. E foi dele o memorial que defendia um acordo definitivo que re-

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Um mito geopolítico: a Ilha Brasil. In: *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 61-84. O historiador abordaria o tema em duas outras obras: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁶ KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, 2007, vol. 23, n.º 37, p. 75.

¹⁷ REGO op. cit. p. 58. Uma curiosidade: a Ilha Brasil se definia por oposição a um Continente que era espanhol. Vem daí a origem do nome Continente atribuído ao que viria ser o Rio Grande de São Pedro.

¹⁸ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Vol. 3. Lisboa: Livros Horizonte, 1984. Apud OLIVEIRA op. cit. p. 9.

conhecesse como legítimas as ocupações já feitas de parte a parte, privilegiando as marcas naturais em prejuízo do obsoleto Tratado de Tordesilhas.

O princípio jurídico usado por Gusmão foi retirado do Direito Privado de Roma: *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "quem possui de fato, deve possuir de direito". O uso da expressão transposta para o Direito Internacional, simplificada para *uti possidetis* ou *uti possidetis iuris*, representou uma grande vitória diplomática lusitana no reconhecimento de terras já apossadas. O Tratado de Madrid, assinado em janeiro 1750, quase triplicava o território da América portuguesa: a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, a oeste do rio Uruguai, foi a grande mudança ao sul da colônia; já ao norte, foram garantidos a bacia do rio Amazonas, além das minas de ouro encontradas por bandeirantes e exploradas em Vila Bela e Cuiabá, atuais Goiás e Mato Grosso. A Espanha foi compensada por posses lusitanas no Pacífico, ganhando as Filipinas¹⁹.

As questões resolvidas nos diplomas legais não deram tão certo como esperavam as metrópoles. Tratarei de alguns aspectos relevantes na estremadura sulina, onde muitas questões ficaram pendentes²⁰. Havia em Lisboa muitos cortesãos contrários ao tratado, mas os principais obstáculos de deram na América. O principal tema era a demarcação da nova linha de modo a satisfazer os dois reinos, as Comissões Demarcatórias eram mistas, a primeira delas chefiada pelo português Gomes de Andrade e pelo espanhol Gaspar de Munibe y Tello. Antecipando eventuais resistências contra as medições, Portugal e Espanha em firmaram em janeiro de 1751 um Convênio Secreto Adicional ao Tratado de Madri no qual se comprometiam a

¹⁹ TRATADO DE MADRI. In: *Tratados Antigos...* op. cit. Os historiadores que tratam dos limites são unânimes ao destacar a argúcia de Alexandre Gusmão. Ver: ABREU. A questão dos limites. In: op. cit. p.192-506; REIS, Arthur C. F. Os Tratados de Limites. In: HOLANDA op. cit. p. 364-379. O princípio jurídico usado por Gusmão ainda é referenciado nos manuais de Direito e tem sido utilizado em diferentes lugares para definição de limites nacionais. O Tratado de Madri é tomado como jurisprudência, como escreveu o jurista Bustamante: "Uti possidetis, ita possideatis" – *Literalmente: quien posee de hecho, debe poseer de derecho. El Tratado de Madrid estipulaba en base al utiC possidetis ite possideatis el establecimiento de límites claros para los dominios de España y Portugal en América del Sur.* " BUSTAMANTE, Noé Bustamante. *Locuciones Latinas en Matéria Jurídica*. Bloomington (IN): Editora Palibrio, 2012.

²⁰ Muitos trabalhos têm sido publicados e/ou apresentados em eventos científicos sobre os problemas havidos no norte do país. Dentre tantos, destaco: ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil! História das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013. COSTA, Wilma P. & OLIVEIRA, Cecília H. de S. (organizadoras). *De um império a outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec, 2007. BRITO, Adilson J. I; ROMANI, Carlo & BASTOS, Carlos A. (organizadores). *Limites fluentes: fronteiras e identidades na América Latina*. Curitiba: Editora CRV, 2013.

combatê-las em conjunto. Os trabalhos da Primeira Comissão iniciaram no extremo sul da Lagoa Mirim, buscando as nascentes do rio Negro, de onde passaria a tarefa para a Segunda, encarregada de demarcar a linha até rio Ibicuí, seguindo pelo mesmo até o rio Uruguai. As medições iniciaram em 1752, mas foram interrompidas no forte de Santa Tecla, no atual município de Bagé, pelos guaranis missioneiros²¹.

Os indígenas, organizados militar e administrativamente pelos jesuítas, mostravam uma identidade étnico-cultural própria, representados por uma “elite” nativa, fortemente antilusitana, mas cujos interesses não se confundiam com os espanhóis. O destaque maior diz respeito às suas demandas, encaminhadas por escrito – em espanhol e/ou em guarani – diretamente para as autoridades metropolitanas²². Até meados de 1753 os guaranis buscaram soluções políticas contra os termos do Tratado de Madri que previa o deslocamento dos indígenas dos Sete Povos para a margem ocidental do rio Uruguai. Foi o silêncio em relação aos seus pleitos desencadeou a Guerra Guaranítica.

No início a guerra pendeu para as gentes da terra, com vitórias sobre as tropas espanholas de José Andonaegui em maio de 1754; em novembro foi a vez dos portugueses de Gomes Freire de Andrade, constrangidos a aceitar uma Convenção de Paz ditada nos termos dos guaranis, numa inédita aliança com charruas, guenoas e minuanos. Só em dezembro de 1755 foi concertado um exército comum formado por portugueses de Andrade, mais as tropas de Andonaegui, de Buenos Aires, e do governador de Montevideu, de José Joaquin Viana, quase 4.700 homens. Este contingente obrigou os indígenas a uma guerra de movimento, mas em 7 de fevereiro de 1756 sucumbiu um dos principais chefes, Sepé Tuaraju. Três dias depois houve a grande batalha de Caiboaté, com o extermínio de 1.500 indígenas

²¹ Os acidentes geográficos descritos, mesmo com as imprecisões de época, mostram uma trajetória muito aproximada aos descritos para a definição da Ilha Brasil. Uma interessante hipótese seria de que os portugueses buscavam nas suas expedições mapear e depois controlar divisores de águas.

²² Arno Kern estudou o papel da militarização dentro organização administrativa das Missões. KERN op. cit. Mais recentemente Eduardo Neumann criou uma nova interpretação a partir do conceito de “fronteira tripartida” onde mostra uma “elite missioneira” letrada e capaz de interpelar a corte espanhola por seus interesses. NEUMANN, Eduardo S. Uma fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz A.; KÜHN, Fábio; GUAZZELLI, Cesar A. B. & NEUMANN, Eduardo S. (Organizadores). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2004, p. 11-23. A Guerra Guaranítica foi também pesquisada por militares. Ver: ASSIS BRASIL, Ptolomeu. *Batalha de Caiboaté, Episódio Culminante da Guerra das Missões*. Brasília: Senado Federal, 2005.

chefiados por Nenguiru. Em maio foram desfeitas as últimas resistências, e o território missioneiro foi incorporado aos domínios lusitanos²³.

Aqui não me furtarei algumas especulações que talvez fujam – mas nem tanto – ao espectro de uma História Política. A primeira delas diz respeito às Comissões Demarcatórias. É muito provável que tenham servido para que alguns de seus membros identificassem terras com bons pastos, aguadas, com gado chimarrão etc. Também é possível que recebessem benesses das autoridades centrais por serviços prestados, na forma de *mercedes de tierra* no lado espanhol, e de sesmarias no caso português. Portanto, a Guerra Guaranítica pode ter sido um estímulo para a presença do binômio “comandante-estancieiro”, origem dos caudilhos no espaço platino. Na mesma vaza, também se pode atribuir à soldadesca a origem de peões ou de desertores que se internassem nos campos para viverem como *hombres sueltos*. Por outro lado, guaranis extraviados também estariam em condições semelhantes, tanto para se conchavarem como trabalhadores nas estâncias, ou para incrementar o rol daqueles que viviam ao léu. As *chinas*, também sem o abrigo das antigas reduções, vagando pelos campos seriam tomadas por homens livres e gerariam mestiços, também compondo esta população difusa, mas que é referida por documentos de variadas procedências no século XVIII. E então é neles que encontro os *gauchos* e gaúchos do passado!²⁴

De 1756 a 1763 aconteceu a Guerra dos Sete Anos, que envolveu os países europeus e suas colônias. De um lado a França, tendo entre seus aliados a Espanha; de outro, a Grã-Bretanha, tendo Portugal como associado. Assim, foi em meio a este grande conflito que tentavam acordar as fronteiras platinas. As questões dos limites entre Portugal e Espanha não tinham se resolvido com o Tratado de Madri. Muitos lusitanos não aceitaram a perda da Colônia do Sacramento, ao mesmo tempo em que a ocupa-

²³ Noutro texto, Neumann salienta que estes chefes guerreiros tinham sido homens letrados que tentaram resolver as questões em termos diplomáticos. NEUMANN, Eduardo S. Episódios de rebelião na fronteira: a Guerra Guaranítica (1752-1756). In: NEUMANN, Eduardo S. & GRIJÓ, Luiz A. *O Continente em Armas*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 21-44.

²⁴ A primeira menção à palavra foi num documento do comandante de Maldonado para o Vice-Rei Vértiz em 1771. ASSUNCAO, Fernando. El Gaucho. In: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo: 1958-1959, Tomo XXIV, p. 716. O autor salienta que antes de “gaucho” documentos oficiais diversos mostraram outros termos que seriam equivalentes: “vagabundos” e “cuatrero” em 1642, “changador” em 1729 e “gaudério” em 1745”. E os que defenderam as Missões até a morte? Depois de morto, Sepé tornou-se santo popular no Rio Grande do Sul. GUAZZELLI, Cesar A. B. Rio da Prata, século XIX: fronteiras espaciais, textuais e ficcionais. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 173-206, jan.-abr./2014, p. 176-205.

ção das Missões Orientais havia sido tão malsucedida que gerou a Guerra Guaranítica, com elevados prejuízos para os contratantes. Assim, muitas turbulências entre os reinos ibéricos desenharam e redesenharam os limites das respectivas colônias.

Em fevereiro de 1761 foi firmado o Tratado de El Pardo que, num texto muito enxuto, anulou tudo que havia sido conveniado em 1750²⁵. Os espanhóis, no entanto, atacaram em 1762 e, sob o comando de Ceballos, retomaram Colônia e ocuparam Rio Grande. No ano seguinte, o Tratado de Paris, que encerrou a Guerra dos Sete Anos, devolveu Colônia aos portugueses, mas os espanhóis permaneceram em Rio Grande. A contraofensiva lusitana só aconteceria em 1775, com a retomada de Rio Grande e a tomada das praças fortes de Santa Tecla e Santa Teresa, próxima ao Chuí. Uma nova grande operação chefiada por Ceballos em 1776 ocupou novamente Colônia e Rio Grande, e mais ao norte a ilha de Santa Catarina.

Foi então que novos arranjos dinásticos nas cortes ibéricas facilitaram outro grande tratado: sobrinha do Rei Carlos III de Espanha, Maria I de Portugal, que recém recebera o trono, favoreceu a aproximação dos dois reinos. Em outubro de 1777 foi firmado o Tratado de Santo Ildefonso. Basicamente ele devolvia Rio Grande e Santa Catarina a Portugal, mas garantia à Espanha tanto as Missões quanto Colônia do Sacramento; criava ainda os Campos Neutrais, uma área situada entre os banhados do Taim e o Chuí, que não seria ocupada por nenhum dos países²⁶. Chamo a atenção que estas guerras eram grandes oportunidades para crescimento econômico e político daqueles chefes de milícias locais, que se apropriavam de gados e terras, recebendo prebendas por serviços prestados ao reino. Para tais homens, os interesses privados valiam mais que os tratados, e as linhas dos tratados não eram obstáculos aos seus negócios. A ausência crônica de tropas regulares fazia deles uma necessidade para a garantia das fronteiras, mesmo que suas lealdades não fossem asseguradas.

O final do século assistiu na fronteira um projeto colonizador que teria grande importância no futuro do espaço platino. O ilustrado espanhol, Félix de Azara, fundou São Gabriel do Batovi, onde pretendia estabelecer pequenas propriedades agrícolas como forma de ocupação eficiente do espaço. Influenciado pela fisiocracia, pensava que os donatários destas pequenas posses seriam industriais, buscariam seus lucros individuais

²⁵ TRATADO DE EL PARDO. In: *Tratados Antigos...* op. cit.

²⁶ TRATADO DE SANTO ILDEFONSO. Id. *ibid.*

e o benefício seria coletivo. Era acompanhado pelo oficial de milícias José Artigas, que teve aqui a inspiração para seu futuro projeto agrário. Azara publicou um texto lapidar sobre seu experimento; além disto, chama atenção para as autoridades espanholas sobre a capacidade de organização e a rapidez como se processava a ocupação de terras pelos portugueses²⁷.

Em maio de 1801 outro conflito entre Portugal e Espanha desandou numa guerra de dimensões restritas na Europa, com algumas avançadas espanholas na fronteira lusitana. No mês de junho essas questões seriam acertadas pelo Tratado de Badajoz. Numa ação independente, um chefe militar rio-grandense ocupou as Missões Orientais durante a brevíssima duração da guerra; embora no tratado de paz nada referente à região missioneira tenha sido tratada, esta ocupação de fato não seria revertida²⁸. Estava montado o cenário para que, no início do oitocentos, o reino português evoluísse a um novo império em terras americanas, enquanto o rival espanhol seria convulsionado por uma revolução de grandes proporções.

Portugal se mudou!

O título parece uma piada antiga, mas aconteceu! E Sua Majestade Britânica realizou a mudança! Esta insólita situação deveu-se à intrincada política europeia, envolvendo as principais potências e seus aliados. Decisiva contra os planos expansionistas de Napoleão Bonaparte, a derrota da esquadra francesa na Batalha de Trafalgar em 21 de outubro de 1805 manteve o Reino Unido como dominador dos mares. Para impedir que os britânicos pudessem manter seus negócios de ultramar, em 21 de novembro de 1806 Napoleão decretou o Bloqueio Continental, que impedia que os países europeus e suas colônias negociassem com a Inglaterra. Em 7 e 9 de julho de 1807, Napoleão negociou respectivamente com a Rússia e a Prússia os Tratados de Tilsit, na cidade russa homônima, para garantir o apoio destes impérios ao bloqueio; num dos artigos havia o acordo de uma ocupação francesa dos reinos ibéricos, com o fim simultâneo da casa portuguesa de Bragança e dos Bourbon na Espanha²⁹.

²⁷ AZARA, Félix de. Memória. In: MANUSCRITOS DA COLEÇÃO DE ANGELIS VII. *Do Tratado de Madrid à Conquista dos Sete Povos (1750-1802)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969, p. 443-459.

²⁸ TRATADO DE BADAJOZ. In: *Tratados Antigos...* op. cit.

²⁹ SEPÚLVEDA, Cristovão A. de Magalhães. Invasão de Junot em Portugal I. In: *História orgânica e política do Exército Português, Provas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, Vol. XVII, p. 92-93.

Portugal mantinha sólidas ligações comerciais com os ingleses e negou-se a participar do bloqueio. Assim, temendo antecipadamente uma invasão por tropas francesas, o reino português em 22 de outubro 1807 assinou uma Convenção Secreta com o Grã-Bretanha, obtendo dela a garantia de proteção por sua esquadra à transferência da Corte portuguesa para o Brasil³⁰. Poucos dias depois, em 27 de outubro, Espanha e França firmaram o Tratado Secreto de Fontainebleau, que comprometia os signatários atuarem em conjunto para conquista e posterior divisão de Portugal, ao tempo em que permitia o trânsito de tropas francesas pelo território espanhol para atacar o país³¹. Ou seja, a coroa portuguesa estava sob alto risco. E de fato, em 23 de novembro chegava à Corte a notícia da invasão de 30.000 homens do exército combinado de franceses e espanhóis; no dia 29, a família real acompanhada de 15.000 reinóis partia para o Brasil a bordo de 16 navios, cuidados por quatro naus inglesas, de acordo com o combinado.

Em 24 de janeiro de 1808 desembarcaram em Salvador, Bahia. Quatro dias depois o Príncipe João, em sua primeira Carta Régia, decretava a abertura dos portos liberando o comércio, extinguindo o “Exclusivo Comercial” que fundamentara o Pacto Colonial entre Brasil e Portugal³². Este documento traria para a Grã-Bretanha mais fôlego no enfrentamento ao Bloqueio Continental vigente na Europa. Por outro lado, Ana Cristina Araújo salienta que a abertura comercial do Brasil “isolava” Portugal no espaço europeu, invertendo a balança econômica e política dos dois polos do império lusitano. Ou seja, a Grã-Bretanha investia na aliança com o reino português do outro lado do Atlântico³³.

De Salvador a comitiva portuguesa seguiria para o Rio de Janeiro, onde arribaram em 8 de março. Já na nova sede de governo, bem distante do teatro de guerras da Península Ibérica, os portugueses declararam guer-

³⁰ CONVENÇÃO SECRETA ENTRE O PRÍNCIPE REGENTE O SENHOR DOM JOÃO E JORGE III REI DA GRAN BREITANHA. In: *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Atos Públicos entre a Coroa Portuguesa e as Mais Potências desde 1640 até o Presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857, Tomo IV, p. 236-246.

³¹ TRATADO SECRETO ENTRE EL REY DE ESPAÑA Y EL EMPERADOR DE LOS FRANCESES, RELATIVO A LA SUERTE FUTURA DE PORTUGAL. In: QUEIPO DE LLANO, José María (Conde de Toreno). *História del Levantamiento, Guerra y Revolución de España*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2008, p. 18-20.

³² CARTA RÉGIA DO PRÍNCIPE REGENTE DE PORTUGAL em 28 de janeiro de 1808. In: GARCIA, Eugênio Vargas. *Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 59.

³³ ARAÚJO, Ana Cristina. Um império, um reino e uma monarquia na América: às vésperas da Independência do Brasil. In: JANCSÓ (2005) op. cit. p. 253.

ra à França em 1.º de maio, estreitando ainda mais suas relações de dependência com a Grã-Bretanha³⁴. A política externa adotada pela Corte seguia um modelo que Amado Cervo definiu como “sistema de tratados” que articulavam Portugal com outros centros europeus, em especial com os britânicos; esta política se estendeu do período colonial, passando pela elevação a Reino Unido, e mantendo-se ao longo de todo o Primeiro Reinado do Brasil já como império independente³⁵. Esta lógica ficou muito explícita em dois tratados que Portugal concretizou com a Grã-Bretanha em 19 de fevereiro de 1810: o de Aliança e Amizade sedimentava o mútuo apoio político e militar, além de afirmar o compromisso de Portugal em abolir o tráfico de escravos; o de Comércio e Navegação reforçava a parceria comercial dos dois reinos, sem limites temporais³⁶. Pode-se dizer que a transferência do poder régio para a América gestava a principal característica da política externa lusitana e mais tarde brasileira: dependência e submissão ao Império Britânico, associada a uma postura expansiva e agressiva em relação ao espaço platino³⁷.

A ocupação militar de Portugal pelos franceses não encerrou os conflitos ibéricos. Voltando-se contra seus aliados, as tropas francesas tomaram várias posições-chave da Espanha e ocuparam suas principais cidades. A abdicação forçada do rei Carlos IV em nome do filho Fernando VII não trouxe a tranquilidade esperada para os franceses, que confinaram o herdeiro e seu pai na cidade francesa fronteiriça de Bayonne, aprisionando o soberano. A tomada do país provocou reações extremadas e não esperadas, e as represálias foram muito violentas, como os massacres de 2 e 3 de maio de 1808, com centenas de vítimas em Madrid e em outras cidades³⁸. Milíci-

³⁴ DECLARAÇÃO DE GUERRA AOS FRANCESES. *Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional (on-line), sem data. Helga Piccolo identifica aqui uma postura imperial *avant la lettre* do Príncipe Regente, renunciando as intenções lusitanas no espaço americano: PICCOLO, Helga I. Lanfgraf. A Guerra dos Farrapos e a Construção do Estado Nacional. In: DACANAL, José H. *A Revolução Farrroupilha: História & Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 31.

³⁵ Entre 1810 e 1831 foram firmados 16 tratados, seis deles com a Grã-Bretanha. CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. UnB, 1981, p. 20-27.

³⁶ TRATADO DE ALIANÇA E AMIZADE ENTRE PORTUGAL E GRÃ-BRETANHA. In: GARCIA op. cit. p. 61-67. TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO ENTRE PORTUGAL E GRÃ-BRETANHA. Id. *ibid.* p. 68-84. Ana Cristina Araújo assinala que esses tratados também eram lesivos aos interesses metropolitanos: ARAÚJO op. cit. p. 265.

³⁷ WERNECK DA SILVA op. cit. p. 9-12.

³⁸ O testemunho mais candente destas ocorrências é *Los Fusilamientos del Trés de Mayo*, quadro pintado em 1814 por Francisco Goya. (Talvez tenha criado o mesmo impacto que *Guernica*, pintura de Pablo Picasso de 1837.)

as populares combateram os soldados invasores praticando emboscadas e atalaias, usando o conhecimento do meio para ataques e fugas rápidos. (Esta forma de luta de resistência foi chamada pejorativamente de *guerrilla*: se ao soldado regular mostrava-se respeito, ao *guerrillero* esperava apenas o julgamento sumário. Isto, aliás, é prática ainda hoje!) A ausência do poder real levou ao fortalecimento das formas mais tradicionais de organização política, com a retomada e reforço das antigas *juntas de gobierno*. E para o tema que nos interessa, elas também recrudesceram nas Américas, e aqui o foco volta-se para o Vice-Reinado do Rio da Prata, especialmente sua capital Buenos Aires, centro do movimento de maio de 1810, marco inicial da luta pela independência³⁹.

Antes disto ocorreram as Invasões Inglesas, antecedentes decisivos para a criação na capital do Vice-Reinado do Rio da Prata de anseios autonomistas. Para minar o império colonial espanhol, submetido a Napoleão, em 27 de junho de 1806 tropas britânicas ocuparam Buenos Aires, provocando a fuga do Vice-Rei Sobremonte para Córdoba. Sem contar com as tropas metropolitanas, os *criollos* organizaram milícias e derrotaram os invasores em 12 de agosto, capitaneados por Liniers, um francês que ocupara vários cargos administrativos no Vice-Reinado. Em 16 de janeiro de 1807 uma nova expedição inglesa ocupou Montevidéu, e novamente Sobremonte fugiu à luta. Foi o preâmbulo da segunda campanha contra Buenos Aires, atacada em 5 de julho; foram uma vez mais derrotadas pelos locais, que também desocuparam Montevidéu. Liniers foi nomeado Vice-Rei interino, destituído o espanhol que abandonara a luta.

Na Espanha tinha se organizado em Sevilha a Junta Suprema Central que administrava as regiões que resistiam à ocupação francesa. A Junta em 1809 enviou Cisneros, que assumiu o Vice-Reinado. Enfrentou movimentos autonomistas no Alto Peru e oposição dos liberais de Buenos Aires, mas não resistiu à insurreição causada pela chegada em 14 de maio de 1810 das notícias de que havia caído a Junta de Sevilha e sua sucedânea em Cádiz. A agitação popular terminou com a formação em 25 de maio da Primeira Junta, que assumiu o poder local e tratou de enviar expedições para obter adesões em outras partes. Criavam-se as Províncias Unidas do Rio da Prata.

³⁹ A bibliografia sobre o processo de Independência no Rio da Prata é imensa. Dentre muitas destacamos: HALPERIN DONGHI, Tulio. *Argentina. De la revolución de independencia a la coconfederación rosista*. (Colección Historia Argentina dirigida por Tulio Halperin Donghi, 3). Buenos Aires: Paidós, 1989. GOLDMAN, Noemí (Dirección de Tomo). *Revolución, República, Confederación (1806-1852)*. (Nueva Historia Argentina, tomo 3). Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

Porém, como em outras plagas americanas, no Rio da Prata, em meio aos projetos liberais dos grupos dominantes locais, apareceram radicalismos perigosos também para a Corte portuguesa do Rio de Janeiro, motivando ações diplomáticas preventivas, que evoluíram para projetos ambiciosos de expansão colonial, muito além dos limites daquela mitológica Ilha Brasil. Tratava-se de avançar em terras que haviam sido de Espanha. Aqui é importante observar que havia consciência da heterogeneidade da já extensa América lusitana, e de que os vínculos destes distintos espaços foram “tecidos” pela metrópole. Assim, para uma ampliação portuguesa no continente faziam-se cada vez mais necessárias ações que reforçassem o poder da Corte no exílio⁴⁰.

Foram dois os movimentos radicais no Prata: um liberal e burguês *avant la lettre*, e outro propondo uma profunda reforma agrária. O primeiro foi levado a cabo por Mariano Moreno, secretário da Primeira Junta de governo de Buenos Aires. Pensando num Estado Nacional centralista e autossuficiente, Moreno pensou na expropriação das propriedades espanholas como forma de financiar a formação de um país independente, e suas propostas foram levadas até o extremo norte de Vice-Reinado, quando seu seguidor Castelli realizou uma repartição de terras entre os indígenas até então submetidos a diferentes formas de servidão pela metrópole. Seus projetos incluíram uma expansão para a América portuguesa, otimista em uma adesão pelos turbulentos caudilhos da fronteira rio-grandense⁴¹.

No entanto, Moreno recebeu a oposição dos principais líderes⁴², que pensaram em soluções moderadas, alguns deles propondo uma solução monárquica com a irmã do rei espanhol aprisionado, a Carlota Joaquina, esposa do Príncipe Regente lusitano. A infanta dos Bourbon, por seu turno, buscou aliados entre os políticos de Buenos Aires e até da Inglaterra, em nome de uma ordem desejável para o espaço platino⁴³. Por seu turno, Dom

⁴⁰ JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ (2005), p. 17.

⁴¹ MORENO, Mariano. *Plan Revolucionario de Operaciones*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1975. A ação de tomar os bens dos latifundiários e comerciantes monopolistas disponibilizando-os para a exploração dos *criollos*, ou seja, expropriar uma classe em favor de outra, caracterizaria uma Revolução Burguesa: PASO, Leonardo. *Los Caudillos y la Organización Nacional*. Buenos Aires: Futuro, 1965.

⁴² Moreno era muito influenciado pelo Iluminismo, autor da primeira tradução em castelhano do *Contrato Social* de Rousseau. Morto em circunstâncias misteriosas em sua viagem de exílio para a Inglaterra, foi chamado de “Robespierre americano” e de “Jacobino”.

⁴³ Ao contrário da *leyenda negra* criada em torno de Carlota que a mostrava como vulgar ninfomaniaca a colocar cornos no Regente, ela manteve ativa correspondência com Belgrano, Castelli e até Wellington. Ver: AZEVEDO, Francisca L. N. *Carlota Joaquina Na Corte do Brasil*. Rio

João defendia um plano de expansão para a casa dos Bragança, e tratava de articular-se com Javier de Elío, comandante espanhol que ocupava Montevideo⁴⁴. Observo que, ao longo de 1810, depois dos tratados entre Portugal e Espanha, se desenvolveram dois projetos distintos de expansão para o Rio da Prata, um de recolonização, e outro de disseminação dos ideais revolucionários!

A Junta portenha declarou guerra contra Elío em 13 de fevereiro; dois dias depois receberia o apoio de José Artigas, chefe das milícias formadas na população campeira da Banda Oriental. Em abril, com o auxílio de tropas de Buenos Aires, Artigas iniciou o cerco a Montevideo, aclamado como *Primer Jefe de los Orientales*. Chegava a ocasião para o avanço lusitano: a pedido de Elío, em julho de 1811, quatro mil soldados do “Exército Pacificador da Banda Oriental” cruzou a fronteira para combater os homens que sitiavam o reduto espanhol. Esta foi primeira invasão do território da Província Oriental, que recebeu de parte dos luso-brasileiros a designação de Primeira Guerra Cisplatina. Eram tropas regulares estacionadas no Rio Grande que, somadas às milícias de chefes da fronteira, combateram na Banda Oriental até 1812⁴⁵. E todos quiseram ficar!

Oriental ou Cisplatina? Uma província, muitos donos!

Em outubro, Javier de Elío negociou um armistício com o governo de Buenos Aires, agora um Triunvirato no lugar da Junta. Sem este apoio,

de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Id: *Carlota Joaquina – Cartas Inéditas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. Já em fins de 1808 a Infanta pretendia, contrariando o Regente e a Grã-Bretanha, viajar em pessoa a Buenos Aires para reivindicar seu mando sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata em nome da Coroa de Espanha. CARTA DO PRÍNCIPE DOM JOÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1808. In: Garcia op. cit. p. 60

⁴⁴ Elío tinha sido Governador de Montevideo em 1807, e em 1811 foi nomeado Vice-Rei pela Junta de Cádiz. Esta posição foi desconsiderada pela Junta de Buenos Aires, que passaria a hostilizá-lo.

⁴⁵ Os nomes têm significados importantes: para Buenos Aires e outras regiões platinas, a expressão Banda Oriental ou Província Oriental indica o pertencimento de um território a leste do Rio da Prata; por outro lado, Cisplatina – que significa “aquém do Rio da Prata” – evoca para os luso-brasileiros um deslocando para outro “limite natural”. Nesta campanha militar houve rio-grandenses que viviam na Banda Oriental e apoiaram Artigas, inclusive o próprio Bento Gonçalves no início da guerra. Ver: OSÓRIO, Helen. La capitania de Rio Grande en la época de la revolución artiguista: economía y sociedad. In: FREGA, Ana Frega & ISLAS, Ariadna (Org.). *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*. Montevideo: UDELAR, 2002, p. 163-178. OSÓRIO, Helen. A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. (Org.). *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática – número especial*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 3-32.

Artigas retirou-se do cerco e comandou o êxodo de todos os 16.000 habitantes da Banda Oriental para a província de Entre Rios – episódio conhecido como *La Redota* – mostrando sua ascensão sobre a plebe rural do país. Este prestígio se estendeu às demais regiões do *Litoral*⁴⁶, o que faria de Artigas ao mesmo tempo um formidável adversário para Buenos Aires e um perigoso chefe contra os interesses de Portugal no espaço platino.

O armistício durou pouco. Elío havia sido substituído por Gaspar de Vigodet, que exigia uma ruptura dos Buenos Aires contra Artigas para negociar a retirada dos aliados portugueses. O Triunvirato, no entanto, deu seu apoio ao chefe oriental e a partir de abril de 1812 retomou o assédio a Montevideo, agora sob o comando de Carlos María de Alvear, ao mesmo tempo em as milícias artiguistas combatiam os luso-brasileiros por toda a Banda Oriental. Numa situação indefinida que prejudicava seus negócios, a Grã-Bretanha mediou uma pacificação entre as Províncias Unidas e Portugal, que se retirou das Banda Oriental em junho⁴⁷. Foi uma retirada estratégica, aguardando uma melhor ocasião para reocupar o território oriental.

Mesmo isolados, os espanhóis só entregariam Montevideo aos soldados de Carlos Alvear em junho de 1814, sem o apoio do principal chefe oriental, o que enfraqueceu seu mando na cidade ocupada. Também em 1814, Artigas criou a *Liga Federal*, formada pela Banda Oriental mais as províncias de Entre Rios, Santa Fé, Córdoba, Corrientes e os guaranis missioneiros. Reconhecido como *Protector de los Pueblos Libres*, principal defensor das autonomias provinciais contra o centralismo de Buenos Aires, que substituíra o Triunvirato por um Diretório. A ascensão de Artigas levou Carlos de Alvear a entregar Montevideo em janeiro de 1815 aos orientais. Buenos Aires e Portugal tiveram maus presságios quanto ao futuro da região. Em com razão!

Mas os ventos libertários enfrentariam forte oposição, na América e fora dela. Na Europa, após a queda de Napoleão em abril de 1814, realizou-se o Congresso de Viena, até junho de 1815. Organizado pelos vence-

⁴⁶ *Litoral* designa o território da grande planície de aluvião formada pelos rios Paraná e Uruguai, os grandes tributários do estuário do Prata. Corresponde às províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Rios, Corrientes e Misiones.

⁴⁷ TRATADO RADEMAKER-HERRERA, 26 de maio de 1812. In: COMISIÓN DEL ARCHIVO DE ARTIGAS. *ARCHIVO DE ARTIGAS*. Montevideo: Ministerio de Cultura, 1968, Tomo Octavo, p. 256-257. Esta foi a primeira de muitas negociações entre o governo de Buenos Aires com Portugal, e depois com o Império do Brasil, decidindo sobre os assuntos da Banda Oriental, e mais tarde Estado Oriental do Uruguai.

dores, Áustria, Rússia e Prússia, o congresso contou também com a presença ativa dos britânicos e da própria França; os países ibéricos tiveram representantes acompanhando as discussões e, eventualmente, apontando algumas questões. Desta reunião resultou a Santa Aliança, assinada em setembro de 1815 pela Áustria, Rússia e Prússia, implementando políticas regressivas, absolutistas e muito antiliberais, o que afastou a Grã-Bretanha do acordo⁴⁸.

Estes sucessos não interferiram na radical proposta agrária de Artigas que, somada ao seu federalismo extremado, trouxe pânico aos latifundiários do Rio da Prata e vizinhanças. Em setembro de 1815 o chefe oriental daria luz ao *Reglamento de Tierras de 1815*, pelo qual expropriava as estâncias de espanhóis, bonaerenses e orientais adversários, dividindo-as em lotes pequenos para a plebe da campanha, incluindo negros, mulatos e indígenas⁴⁹. A pretexto de incrementar a depauperada pecuária uruguaia por conta de um estado beligerante quase permanente na campanha, o caráter revolucionário do *Reglamento* era muito claro pela transferência dos meios da propriedade da terra, principal bem de produção, de uma classe para outra. Muito mais extremada que o plano de Moreno, que limitava a transferência para os grupos dominantes. Na ideia de formação de pequenas propriedades foi importante sua anterior experiência junto ao ilustrado Félix de Azara na fundação do Batoví!

As reações não se fizeram esperar, e elas tiveram Portugal como principal ator. Um ato político já apontava para isto: inspirado pela Santa Aliança e visando reforçar a posição do reino português no turbulento cenário republicano na América, o Príncipe Regente em 16 de dezembro de 1815 elevou a Colônia do Brasil a Reino, criando o mais pomposo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nesta condição, a Corte lusitana na América buscava recuperar para si o papel, outrora ocupado por Lisboa, de criar uma “moldura” para a heterogeneidade das partes que conformavam o Brasil⁵⁰. Com a morte da Rainha Maria I Em 20 de março de 1816, o herdeiro tornou-se o Rei Dom João VI, retomando o antigo interesse na incorporação da Província Oriental.

⁴⁸ TRATADO DA SANTA ALIANÇA, 26 de setembro de 1815. In: *Textos e Documentos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de História (on-line).

⁴⁹ REGLAMENTO PROVISORIO DE LA PROVINCIA ORIENTAL PARA EL FOMENTO DE SU CAMPAÑA Y SEGURIDAD DE SUS HACENDADOS. In: SALA DE TOURON, Lucía & al. *Artigas y su Revolución Agraria (1811-1820)*. México: Siglo XXI, 1978, p. 151-156.

Em torno dos planos expansivos joaninos se associaram diversos agentes: Vigodet, o governador espanhol deposto em 1814, contando com uma restauração do poder real que representava; chefes militares e políticos unitários das Províncias Unidas que haviam sido derrotados por Artigas; diversos membros dos antigos grupos dominantes orientais prejudicados pelo *Reglamento*: e, mais que todos, o próprio Diretório, poder máximo da república. As Províncias Unidas do Rio da Prata em 9 de julho de 1816, por ocasião do Congresso de Tucumán, proclamaram formalmente a independência. Juan Martín de Pueyrredón, Diretor Supremo desde 29 de julho, transmitiu à Corte do Rio de Janeiro o interesse numa ocupação da Banda Oriental pelos portugueses; era um mal menor perder uma província do que comprometer a centralização das demais em torno de Buenos Aires.

Por outro lado, em 1814 se encerrava a Guerra Peninsular que, desde 1807, opunha tropas portuguesas e seus aliados britânicos contra o exército de ocupação francesa associado aos espanhóis. Nela destacou-se Carlos Frederico Lecor, comandante da Divisão Portuguesa no final da guerra. Em 1815 foi criada a Divisão de Voluntários Reais com veteranos da Guerra Peninsular, colocada sob o mando de Lecor em maio de 1816. Em outubro iniciou a Segunda Guerra Cisplatina com a invasão da região costeira pelo exército de Lecor, que tomou Montevideo em 20 de janeiro de 1817. As forças artiguistas, que enfrentavam seus opositores das Províncias Unidas, combateram milicianos rio-grandenses em território oriental e também na região missioneira do próprio Rio Grande⁵¹. Apenas em 20 de janeiro de 1820 ocorreu a vitória definitiva sobre Artigas, que se retirou para Entre Rios, perdendo o apoio dos seus principais lugar-tenentes, que mais tarde iriam aderir ao exército invasor⁵².

⁵⁰ CARTA DE LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1815. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 62-63 (Biblioteca Digital da Câmara). Havia a intenção de dar mais centralidade ao governo português na América criando um Império, mas a diplomacia britânica não apoiou a formação de uma unidade política com um peso que pudessem trazer problemas para si. Ver: JANCSÓ (2005) op. cit. p. 42-43.

⁵¹ Os guaranis missioneiros foram uma vez mais protagonistas desta campanha, comandados por Andrés Guazurari, o Andresito, adotado como filho por Artigas. As tropas guaranis foram liquidadas em 6 de junho de 1819, e Andresito foi o único chefe artiguista capturado, morrendo na prisão no Rio de Janeiro.

⁵² Juan Antonio de Lavalleja foi capturado em abril de 1818 e enviado preso para a Corte; Fernando Otorgués foi aprisionado por Bento Gonçalves em maio de 1819, tendo o mesmo destino de Lavalleja. Já Fructuoso Rivera, logo após a derrota de Artigas rendeu-se a Bento Manoel Ribeiro, tornando-se depois comandante do Regimento de Dragões. Em 1821 Lavalleja, Otorgués e outros orientais foram libertados e se incorporaram aos dragões de Rivera.

A presença de Artigas, mesmo fora da Banda Oriental, ainda preocupava. No *litoral* ele ainda tentava rearticular sua Liga na luta contra Buenos Aires, cúmplice da ocupação portuguesa. Seus comandados Francisco Ramírez e Estanislao López, governadores de Entre Rios e Santa Fé, em 1.º de fevereiro de 1820 aplastaram o exército de Buenos Aires, ocuparam a cidade, destituindo o Diretório e fechando o Congresso⁵³. Nas negociações, tendo acordado com os portenhos um regime federalista, os dois chefes não cumpriram uma exigência de Artigas, a participação portenha numa guerra pela libertação da Banda Oriental. A partir de então Ramírez passou a guerrear Artigas, até a vitória final em fins de julho; em setembro o antigo *Protector* asilou-se no Paraguai, de onde não mais retornou.

A Banda Oriental, desde a tomada de Montevideo, passou a ser governada por Lecor, que atraiu todos os opositores de Artigas: latifundiários e comerciantes, orientais ou estrangeiros, eclesiásticos e políticos temerosos do projeto popular, aplaudiram as ações do comandante português que restabelecia a “ordem” atingida pelo *Reglamento*. Em pouco tempo ele assumiu o controle do país apoiado pelos setores dominantes da Montevideo, criando-se um séquito chamado de *Club del Barón*, referência ao título de Barão da Laguna que recebera em Portugal. Desfazer o projeto agrário radical motivara o apoio das oligarquias orientais e das Províncias Unidas, assim como afastava do Rio Grande qualquer risco às estâncias dos homens da fronteira. Este equilíbrio permitiu que em 31 de julho de 1821 o Congresso, formado pela oligarquia aderida a Lecor, fosse unânime na votação para que o território oriental fosse incorporado ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves com o nome de Província Cisplatina.

O texto desta decisão tinha pontos fundadores. Apesar de pertencer ao conjunto provincial do Reino Unido, a Cisplatina teria tratamento diferenciado: era assegurada uma representação no Congresso Nacional⁵⁴, mas eram assegurados os princípios que viessem a ser votados por uma futura Constituição, específica para a província. Os limites que existiam antes da

⁵³ Tornou-se folclórico o fato de Ramírez e López, assim como seus soldados, terem amarrados seus cavalos na Pirâmide de Maio, o primeiro monumento público depois da Revolução de 1810. Mesmo sendo uma ocupação ordeira, Buenos Aires jamais perdoou este ato de “barbárie”. (Portanto, a cena dos cavalos atados ao obelisco no Rio de Janeiro ao final da Revolução de 1930 tinha antecedentes!)

⁵⁴ A expressão Congresso Nacional aqui se trata daquele formado por representantes das províncias do Brasil. No texto, a palavra Congresso isolada diz respeito aos membros da Cisplatina. Não tenho notícias, mas é possível pensar em deputados falando castelhano no Congresso brasileiro!

intervenção brasileira seriam aqueles fixados. Para as classes dominantes importavam os seguintes: manter-se-iam as leis existentes, assim como a preservação dos privilégios, direitos e costumes, de autoridades e particulares; os poderes civis seguiriam independentes e não submetidas às autoridades militares; todas as atividades econômicas da oligarquia seriam liberadas de impostos e taxas dos tempos de Artigas, e os naturais da província seriam isentados de contribuições ou recrutamentos compulsórios. No entanto, autoridade máxima da província mantinha-se com o Capitão-General, Lecor; só depois de elaborar uma Constituição, o Congresso Cisplatino indicaria um Síndico Procurador em substituição ao comando estrangeiro. Em nome da paz e da estabilidade, aparentemente garantindo a autonomia da província, o Congresso Cisplatino submetia os orientais à dominação do reino vizinho⁵⁵.

As boas-vindas ao Barão e aos luso-brasileiros eram pragmáticas, e se deviam aos interesses econômicos das camadas dominantes orientais. A Espanha tinha sido incompetente no enfrentamento contra Artigas, e as autoridades metropolitanas sediadas em Montevideo fracassaram. Por outro lado, tampouco os militares enviados por Buenos Aires tiveram sucesso, e também abandonaram a então Província Oriental anas mãos dos artiguistas. Assim, as tropas de ocupação apareciam como uma garantia para recuperação da pecuária e do comércio externo, seriamente comprometidos pelos anos de guerra quase ininterrupta. No entanto, foram desiguais os benefícios distribuídos por Lecor a orientais e brasileiros. Tinha sido decisivo o apoio das milícias recrutadas pelos caudilhos rio-grandenses, que viam na ocupação a oportunidade de aumentarem as propriedades e também drenarem a produção para as charqueadas brasileiras⁵⁶.

A República contra-ataca!

A partir de 1822 as Províncias Unidas do Rio da Prata tiveram pela frente um império, resultado do processo tardio de independência no/do

⁵⁵ TRATADO INCORPORANDO O ESTADO DE MONTEVIDEO AO REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGRAVES, SOB DENOMINAÇÃO DE PROVÍNCIA CISPLATINA, EM 31 DE JULHO DE 1821. In: GARCIA op. cit. p. 101-108. Há uma prolífica e canônica discussão sobre o tema: PIVEL DEVOTO, Juan E. *El Congreso Cisplatino (1821)*. Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1937.

⁵⁶ PIMENTA, João Paulo. O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828). In: JANCSÓ (2005), p. 755-789. Sobre a predação da campanha oriental pelos militares do Rio Grande, ver: ALONSO ELOY, Rosa & al. *La Oligarquía Oriental en la Cisplatina*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1970, p. 121-122.

Brasil. Antes de abordar a grave crise na Cisplatina, quero referir com brevidade alguns dos principais aspectos. Em 1820 ocorreu a Revolução Liberal em Portugal, que resultou numa grande reunião das Cortes Gerais e Extraordinárias, com foros de Assembleia Constituinte. As Cortes exigiram o retorno do Rei Dom João VI, voltando o trono real para Portugal. Permanecia no Brasil Dom Pedro, o primogênito do rei, na condição de Príncipe Regente. Também ele seria convocado pela Cortes para retornar à Europa, parte de um processo de retomada do antigo Pacto Colonial. A recusa do Príncipe em janeiro de 1822 prenunciava a ruptura entre Brasil e Portugal, que se substanciou na Proclamação da Independência no Sete de Setembro. É importante salientar que, sendo o Brasil um conjunto muito heterogêneo de capitanias primeiro e províncias depois, o projeto de um Estado independente – levado a cabo pelas elites do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, aquelas atreladas ao comércio externo, portanto interessadas no livre comércio – precisou ser levado a outras plagas, por vezes com uso da força⁵⁷.

Houve situações críticas em muitas partes. As principais manifestações contra a Independência partiram de militares portugueses, como foram os casos da Bahia e da Cisplatina. Portanto, para construir o Império do Brasil era necessário formar um Exército, o que exigiu não apenas a adesão de parte dos oficiais lusitanos no país, como também a contratação de mercenários alemães⁵⁸. Outra arma fundamental para o Império era a Marinha, também formada por mercenários, neste caso almirantes e capitães ingleses. Estes marinheiros também eram contratados por outros movimentos anticolonialistas na América Latina, cumprindo ainda o papel de

⁵⁷ Dentre muitos textos, indico alguns que compõem “A Independência nas Partes do Brasil” em JANCSÓ (2005). Como exemplos, aponto os seguintes trabalhos: MACHADO, André Roberto de A. As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. In: Id. p. 235-270. WISIAK, Thomas. Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821-1823). In: Id. p. 447-474. PICCOLO, Helga I. L. O processo de independência numa região fronteiriça: o Rio Grande de São Pedro entre duas formações históricas. In: Id. p. 577-633. SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). In: Id. p. 915-934.

⁵⁸ Um importante relato da experiência destes mercenários é a narrativa da Guerra da Cisplatina realizada por um soldado alemão: ANÔNIMO. *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. Coleção Reconquista do Brasil, v.24, 1975. Sobre este texto ver: THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Visões da Cisplatina: a Criação do Estado Oriental – por Lavalleja e Anônimo. *AEDOS. Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, v. 2, n. 3, s/p, 2009 (on line).

favorecimento dos negócios britânicos nos antigos espaços coloniais espanhóis; Lord Thomas Cochrane, o comandante da Armada Imperial do Brasil, já participara ao lado de Bolívar na guerra de independência do Peru em 1818.

Nos parâmetros que propus, tratarei dos eventos na Província Cisplatina após a Independência. O apoio que o Barão da Laguna recebera por ocasião do Congresso Cisplatino sofreu muitos desgastes por conta da própria desunião das tropas lusitanas estacionadas na província. Lecor apoiou a ruptura com Portugal já em 10 de setembro, mas estava em manobras fora de Montevideo; intimou aos Voluntários Reais, que estavam na cidade sob comando de Álvaro da Costa, que embarcassem para Lisboa, mas foi desatendido. Uma vez mais Montevideo seria uma cidade sitiada! Em 4 de outubro, o Cabildo da cidade se rebelou contra a autoridade de Lecor, se declarando “Representante” dos orientais, e ficou ao lado dos Voluntários sitiados; este grupo era formado pela burguesia comercial de Montevideo, por alguns proprietários de terras prejudicados pela política fundiária dos ocupantes, e até mesmo alguns antigos artiguistas. Ao lado do Barão – que aclamou e reconheceu Dom Pedro como Imperador do Brasil em 17 de outubro, estavam os principais burocratas e os grandes chefes militares, como Rivera e Lavalleja⁵⁹.

A partir de janeiro de 1823 Lecor decretou o bloqueio de Montevideo, e a capital ficou isolada da campanha. Buscando mais alianças entre as elites orientais, o Barão facilitou mais os negócios para aqueles que ficaram a seu lado, usando dos recursos também honoríficos que a Corte proporcionava para manter controlada a Cisplatina, como o caso de nomear Rivera como Brigadeiro-General do Exército Imperial. Por outro lado, tanto em Buenos Aires como nas províncias vizinhas as lideranças políticas observavam esta dupla face da ocupação portuguesa: um crescente atrito pelas disputas de terras e gados na campanha oriental; a crise de poder, pois Montevideo cercada recusava a autoridade do Imperador. Afastado já há muito o perigo artiguista, a presença dos lusitanos na margem oriental do Prata tornava-se mais incômoda, e cobravam do Barão maior atenção a

⁵⁹ ALONSO ELOY op. cit. p. 138-139. Os autores salientam que as camadas populares de Montevideo tinham escassa participação, e que a plebe rural, mesmo sento antilusitana e antibrasileira, passado o ciclo de Artigas, voltara a formar nas milícias dos caudilhos. Sobre as questões do Império na Cisplatina, ver: PIMENTA, João Paulo. *A Independência do Brasil e a Experiência Hispano-Americana (1808-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2015.

alegados desmandos na campanha, que poderiam trazer prejuízos a produtores e comerciantes das Províncias Unidas. A cizânia entre “portugueses do Brasil” e “portugueses de Portugal” era uma das questões levantadas⁶⁰.

O final da insurgência dos Voluntários Reais ocorreu por intervenção do próprio Rei de Portugal ordenou Álvaro da Costa que retornasse a Lisboa com seus soldados. Em 28 de fevereiro de 1824 os Voluntários desocuparam a cidade e, em 2 de março, o Barão retornou a Montevideo depois de ano e meio fora dela. O fim de dissidência afirmou o poder do Império e acalmou os rumores que desde Montevideo se espalhavam pelas Províncias Unidas; ainda que já houvesse sinais de resistência à presença lusitana na província, ainda eram precárias as condições para uma luta contra o exército de ocupação. No entanto, alguns orientais importantes já migravam para terras das Províncias Unidas, como foi o caso de Juan Antonio de Lavalleja em 1824. De lá retornaria no ano seguinte trazendo trinta e dois homens e três anos de guerra!

Em 1825 a oligarquia pecuarista de Buenos Aires apostou nas chances de um levantamento na Banda Oriental que a trouxesse para o redil das Províncias Unidas. O fim eventual da ocupação lusitana afastaria sua concorrência na produção de gado e charque não apenas na Cisplatina como também no Rio Grande. Assim, apoiar o plano de Lavalleja pareceu uma solução interessante, e o principal incentivo financeiro foi dado por Juan Manuel de Rosas, futuro criador da Confederação Argentina. Os *Treinta y Tres Orientales* desembarcaram em 19 de abril de 1825 e iniciaram de imediato a “Cruzada Libertadora” mobilizando a população rural da província. Receberam logo a adesão de Rivera, o mais importante chefe de armas da Cisplatina, que abandonou seu posto no Exército Imperial e em 5 de maio lançou em conjunto com Lavalleja uma *Proclama* convocando à luta pela libertação da Banda Oriental⁶¹.

Vitórias em diversos combates contra forças luso-brasileiras na campanha libertadora pressionaram o Congresso Argentino que, em 25 de outubro de 1825, votou uma incorporação da Banda Oriental nas Províncias Unidas. A resposta brasileira veio em 10 de dezembro, quando o Império do Brasil declarou guerra às Províncias Unidas, que retribuíram a declara-

⁶⁰ GUAZZELLI (2013) op. cit. p. 31-40.

⁶¹ ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. *Memorias de la Expedicion de los 33*. Divisão de Publicações e Divulgação, Vol. 88, 1968, p.20.

ção em 1.º de janeiro de 1826⁶². Chamada de Guerra da Cisplatina no Brasil, o conflito foi nomeado *Guerra del Brasil* nos países do Prata.

Não é objetivo do texto dar conta dos eventos bélicos. A Marinha Imperial que tinha superioridade material expressiva, não teve o peso esperado: o bloqueio ao porto de Buenos Aires não aconteceu porque as águas eram pouco profundas, impedindo a aproximação dos navios; por outro lado, aos navios argentinos tocou apenas o suprimento dos soldados que lutavam na campanha oriental, pois Montevidéo e Colônia estavam ocupadas pelos imperiais. Assim, foram as tropas terrestres que definiram a guerra. O Exército Imperial contava com aproximadamente 12.500 soldados, dos quais uns 4.000 estacionados na Província Cisplatina, a maior parte deles em Montevidéo. Na fronteira do Rio Grande do Sul a maior parte dos combatentes estava sob comando do Marquês de Barbacena, um português com escassa experiência militar espaço platino. O Império contava ainda com as milícias rio-grandenses, mas elas eram numericamente muito inferiores às orientais e argentinas somadas.

Depois de disputas no território oriental, o teatro de guerra deslocou-se para o Rio Grande do Sul, e o exército argentino comandado por Carlos Maria de Alvear somou-se às forças de Lavalleja e Rivera para um grande enfrentamento na Batalha do Passo do Rosário, chamada de *Batalha de Ituzaingó* pelos platinos, em 20 de fevereiro de 1827. Depois de onze horas de combate, o Exército Imperial debandou com grandes perdas militares, especialmente a destruição da cavalaria rio-grandense. No entanto, as tropas vitoriosas não conseguiram manter controle das posições por falta de recursos materiais, e apenas a região missioneira do Rio Grande foi ocupada por Rivera⁶³.

⁶² DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1825. *COLLEÇÃO DE DECRETOS, CARTAS IMPERIAES E ALVARÁS DO IMPERIO DO BRAZIL. 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 94 (*COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados).

⁶³ Há um imenso anedotário sobre a Batalha do Passo do Rosário, um tema recorrente na literatura do Rio Grande do Sul. O resultado insatisfatório para os dois lados foi atribuído aos comandantes: tanto Alvear quanto Barbacena foram submetidos a Cortes Marciais. Os chefes das milícias de cavalaria do Rio Grande acusaram o Marquês de incompetência, mas também tiveram seus prestígios militares abalados. E uma história pitoresca: nos atos oficiais em que comparece o Presidente da Argentina, é tocada a *Marcha de Ituzaingó*: reza a lenda que se tratava era uma peça composta pelo próprio Imperador Pedro I – músico talentoso como comprova o nosso “Hino da Independência” – com o nome de “Marcha da Vitória”, que havia dado a partitura para Barbacena, que deveria comemorar com ela a vitória que não veio; encontrada no campo de batalha, fez parte do espólio dos vencedores!

Ao longo de mais de um ano persistiram escaramuças com vitórias de parte a parte, sem desfechos significativos. Atendendo uma vez mais aos interesses e sob mediação das autoridades britânicas, apenas no ano seguinte foi resolvido o conflito entre as principais potências sul-americanas. A Convenção Preliminar de Paz ou Tratado do Rio de Janeiro foi assinada nesta cidade em 27 de agosto de 1828⁶⁴. O papel criava o Estado Oriental do Uruguai, país independente, garantida sua autonomia pelos próprios litigantes interessados em sua incorporação. Sem contemplar os principais anseios de brasileiros e argentinos, as tratativas também não atenderam muitas das elites orientais: para os comerciantes e invernadores terem seu próprio porto sem depender de Buenos Aires era conveniente, mas para os criadores mais tradicionais não havia vantagens, especialmente porque a questão dos limites entre os países permaneceria por resolver, e a presença de brasileiros em campos orientais se mantinha elevada⁶⁵.

Última maluquice do Imperador

O diplomata britânico Lord Possomby dissera que independência do Estado Oriental seria como “um algodão entre cristais”, reduzindo os atritos entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. Não foi! As instabilidades se acentuaram no espaço platino, envolvendo as disputas políticas orientais com as argentinas, iniciando um longo ciclo de guerras civis que atravessaria quase todo o século XIX. Mesmo o Império, com sua decantada unidade, sofreu um abalo importante com repercussões graves na estremadura sulina. Assuntos fronteiriços moviam caudilhos orientais e rio-grandenses nem sempre ao sabor das vontades dos respectivos governos. O Império se retirara da margem oriental do Prata e se recolhera às fronteiras anteriores à Cisplatina. Dom Pedro, no entanto, mantinha ainda grandes ambições na América e na Europa, e procurou conciliá-las numa grande missão diplomática.

A empreitada europeia era uma questão sucessória. Dom João VI falecera em março de 1826 e o herdeiro era Pedro. Na impossibilidade de

⁶⁴ CONVENÇÃO PRELIMINAR DE PAZ. *Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Coleção Varela, Diversos. Maço 66, Lata 77.

⁶⁵ GUAZZELLI (2013) op. cit. p. 40-47. PRADO, Fabrício. A presença luso-brasileira no Rio da Prata e o período cisplatino. In: NEUMANN & GRIJÓ op. cit., p. 69-95. Existem muitas publicações argentinas e uruguaias sobre o tema. Entre tantas: NEVARES, Guillermo F de. *Cómo se desintegró el Virreinato del Río de la Plata (y se consolidó el Brasil)*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1987.

portar duas coroas, abdicou em nome da primogênita, Maria da Glória, que tinha seis anos. Acordou então com o irmão Miguel, que vivia em Viena, que este casar-se-ia com a sobrinha, aceitando os termos constitucionais que o próprio Pedro determinara para Portugal em nome da princesa, agora Maria II. Em 1828, Miguel com o apoio da mãe, a sempre atuante Carlota Joaquina, e das irmãs usurpou o poder, restabelecendo o absolutismo no país. Recebera para tanto o apoio da Santa Aliança. Um dos objetivos da diplomacia na Europa era reverter esta política, obtendo um aval para Maria na sucessão ao trono. E esta foi a primeira parte da assim da missão incumbida a José Egídio Alves Moreira, o Marquês de Santo Amaro, que viajaria à França e Inglaterra com instruções secretas transmitidas pelo Ministro de Negócios Exteriores do Império em 21 de abril de 1830⁶⁶.

A segunda parte da Missão visava uma nova investida em solo americano, desta vez muito além do Rio da Prata. Bem ao gosto da Santa Aliança, a ideia a ser levada para juízo dos destinatários afirmava que o caos na América hispânica era incontrolável, prova o fracasso da Espanha em sua campanha de recolonizar os países independentes. O território americano fora fragmentado em muitas repúblicas, todas elas turbulentas, e era necessária uma grande intervenção das potências europeias para convertê-las em monarquias. Talvez temeroso de um novo grande Estado monárquico que fizesse frente ao seu Império, o documento menciona “nascentes orgulhos nacionais” para justificar a manutenção entidades separadas, nominando explicitamente México, Colômbia, Peru, Chile, Bolívia e as Províncias Unidas como monarquias possíveis. Propunha ainda que os soberanos fossem escolhidos na Europa, recomendando “membros da augusta família Bourbon”; este típico projeto de herança joanina fazia também um afago à parentela de Carlota Joaquina, apesar da sua hostilidade a Pedro.

Em relação ao Prata, os termos sugeridos são mais duros. O Império daria apoio matéria e financeiro, além de forças militares de mar e terra, estacionadas que estavam na fronteira sulina. O Estado Oriental, no entanto, seria novamente reincorporado ao Brasil por não ter condições de manter-se independente e ter sido parte do país⁶⁷.

⁶⁶ INSTRUÇÕES SECRETAS A MARQUÊS DE SANTO AMARO, PELO MINISTRO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA, EM 23 DE ABRIL DE 1830. In: GARCIA op. cit. p. 178-186. Ver também: CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império. Volume II – O Primeiro Reinado*. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 471-475.

⁶⁷ Id. *ibid.* GARCIA op. cit. p. 126-127. CALÓGERAS op. cit. p. 476-478.

Santo Amaro chegou à França justo quando a Revolução de 1830 derrubara o absolutista Carlos X e assumido Luiz Filipe, contrário aos desígnios da Santa Aliança. Na Grã-Bretanha morrera o rei George VI, e seu sucessor, William VI, tampouco estava interessado em aventuras americanas, eventualmente custosas, e certamente arriscadas para os negócios. Santo Amaro permaneceria ainda na Europa aguardando por melhor conjuntura internacional, mas a Abdicação do Imperador em 1831 esvaziou de vez a Missão tão bem urdida. Não aconteceu a ocupação do Continente pela Ilha, mas as intenções eram bem claras nesta última “maluquice do imperador⁶⁸”.

Enfim sós?

A Regência precisou muitas energias para manter a unidade do Império, ameaçado por sedições de sul a norte. Havia reduzido o Exército Imperial a não mais que 6.000 homens, pouco mais do que os ocupantes da Cisplatina! Entraram em cena as Guardas Nacionais, muito ligadas aos poderes locais para serem confiáveis à Corte. O Império manteve-se em “neutralidade expectante” em relação aos problemas do continente. No Segundo Reinado foram reconstituídas as Forças Armadas e novamente o Brasil voltou-se para o Prata: atuou na derrubada dos presidentes do Estado Oriental e da Confederação Argentina, e muito depois protagonizou a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Mas esta é outra longa História...

⁶⁸ A Missão Santo Amaro é pouco estudada pela historiografia. São textos importantes: CALÓGERAS op. cit. p. 460-484. SILVA op. cit. p. 33-41. Recomendo ainda uma obra não acadêmica: SETÚBAL, Paulo. *As Maluquices do Imperador*. Porto Alegre: Saraiva, 2008. (Não resisti em usar o título deste livro para nomear a última parte do texto: Setúbal não escreveu sobre a Missão de Santo Amaro, mas as outras maluquices de Dom Pedro constituem uma narrativa imperdível.).

GUAZZELLI, C. A. B. • Uma linha, uma ilha e um continente:
nas fronteiras terra adentro, um reino pariu um império (1530-1830)

ANEXO

Convênios Internacionais de Portugal e do Brasil (1493-1830)

| DOCUMENTO | ANO | SIGNATARIOS | Questão Internacional |
|----------------------------------|------|---------------------------|--|
| Bula <i>Et Coetera</i> | 1493 | Portugal e Espanha | Divisão das terras encontradas no Novo Mundo |
| Tratado de Tordesilhas | 1494 | Portugal e Espanha | Divisão das terras encontradas no Novo Mundo |
| Convenção de Zaragoza | 1519 | Portugal e Espanha | Divisão das terras encontradas no Novo Mundo |
| Tratado de Madri | 1750 | Portugal e Espanha | Límites entre as terras colonizadas na América |
| Tratado de El Pardo | 1761 | Portugal e Espanha | Límites entre as terras colonizadas na América |
| Tratado de Santo Ildefonso | 1777 | Portugal e Espanha | Límites entre as terras colonizadas na América |
| Tratado de Badajoz | 1801 | Portugal e Espanha | Límites entre as terras colonizadas na América |
| Convenção Secreta | 1807 | Portugal e Grã-Bretanha | Proteção da frota portuguesa pela Marinha Real Britânica |
| Tratado Secreto de Fontainebleau | 1807 | Espanha e França | Conquista e partilha de Portugal entre Espanha e França |
| Carta Régia de Dom João | 1808 | Portugal | Abertura dos portos do Brasil |
| Declaração de Guerra | 1808 | Portugal | Declaração de Guerra à França |
| Tratado de Aliança e Amizade | 1810 | Portugal e Grã-Bretanha | Aliança defensiva-ofensiva militar e política |
| Tratado de Comércio e Navegação | 1810 | Portugal e Grã-Bretanha | Favorecimentos em parcerias comerciais |
| Tratado Rademaker-Herrera | 1812 | Portugal e Argentina | Retirada das tropas portuguesas da Banda Oriental |
| Tratado da Santa Aliança | 1815 | Áustria, Rússia e Prússia | Restauração do Absolutismo na Europa |
| Carta de Lei de 16 de dezembro | 1815 | Portugal | Criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves |
| Congresso Cisplatino | 1821 | Província Cisplatina | Incorporação da Banda Oriental ao Império do Brasil |
| Decreto de 10 de dezembro | 1825 | Brasil | Declaração de Guerra à Argentina |
| Convenção Preliminar de Paz | 1828 | Brasil e Argentina | Acordo de paz e criação do Estado Oriental do Uruguai independente |
| Instruções Secretas | 1830 | Brasil | Missão de Santo Amaro na Europa |

Nas margens do Estado: a transgressão da fronteira e a construção do Estado Nacional ao sul do Brasil Império

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores

Como ponto de partida, considerando ser essa uma publicação numa coletânea destinada a abordar questões concernentes à história política, preciso referir que minhas análises sobre criminalidade e fronteira sempre se realizaram pela perspectiva da história social. Contudo, dentro desse marco amplo, sempre estabeleci conexões, e não de forma lateral, com questões caras ao campo da história política, como a estruturação de órgãos burocráticos de repressão e controle fazendário e a construção do Estado Nacional nos espaços limítrofes. Dessa forma, ao considerar a fronteira por sua natureza política, de delimitação territorial, se está tratando de um marco, de um elemento basilar, da configuração dos Estados Nacionais modernos. Quando se aborda a criminalidade na fronteira, se está analisando uma forma de transgressão a esse espaço, que constitui o limite do território do Estado, e, por conseguinte, um conflito, mais ou menos explícito, com o poder instituído. Sendo assim, parece que nada mais vinculado com história política que tratar de temas relativos à fronteira.

Rui Cunha Martins¹, ao destacar o paradoxo fim/início da fronteira, chama atenção para o fato de que, ao delimitar, a fronteira está naturalmente apontando o que lhe é externo, mas, sobretudo, está explicitando o “invólucro que ela delimita²”, que é “a entidade patrocinadora da ativação dos limites³”. Ao delimitar, portanto, a fronteira designa sua referência, o alcance de seu centro de poder. Nesse sentido, a fronteira não é o contrário do centro, mas sua reserva, ou sua outra natureza.

¹ MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008, p. 112-116.

² *Ibidem*, p. 112.

³ *Ibidem*, p. 113.

A fronteira é, portanto, a tentativa permanente de sinalizar uma sede. Diz-se “tentativa permanente de sinalizar” porque o fato de estar em constante contato com outra soberania requer de seu autor (aquele que a fronteira designa/referencia) a tarefa continuada de sua elucidação. Isso porque a fronteira carrega também um caráter instável, a *contingência*, que articula uma heterogeneidade de experiências e trajetórias e possibilita sua duplicação, sobreposição, apagamento, reposição. Dessa forma, trata-se de uma tarefa constante e para a qual não há previsão de conclusão, já que a fronteira referência nunca vai se impor à fronteira contingência; no entanto, o efeito da fronteira se dá na ação incessante de elucidação e não no resultado. Seu método de ação é progressivo, contínuo e sempre na tensão entre a designação da referência e a ação da contingência⁴. Assim, a fronteira é um espaço periférico, mas não marginal, não foge ao controle do centro.

Dessa maneira, ao sabermos que o Estado (autor, referência, aquele que designa) se estende de forma específica para suas franjas e continuamente se institui e reitera naquele espaço⁵, compreendemos que sua linha demarcatória, o limite político em si, embora abstrato, cumpre função concreta na vida dos fronteiriços. Essa percepção só foi possível por verificar na documentação que os fronteiriços reconheciam a linha por onde a fronteira passava e demonstravam nítida clareza de que circular do seu lado, ou do outro lado, acarretava diferentes ações e questões a serem levadas em conta.

Para tanto, compreende-se os criminosos dessa fronteira não como membros de uma subcultura criminosa, nem tampouco como indivíduos atuando ideologicamente contra o avanço do estado e do capitalismo, mas como partilhantes de um substrato cultural em franco desajuste com certas normatizações advindas do estabelecimento da burocracia de estado, que cria leis que inventam crimes, mas que não se abatem sobre a sociedade como instrumentos explícitos de dominação de classe e sim como campos que permitem disputas e manejos.

A ocorrência de crimes na fronteira corresponde ao fato de que esses espaços tendem a ser intrinsecamente instáveis, conflitivos e violentos e tais

⁴ MARTINS, Rui Cunha. *O método da fronteira: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Edições Almedina, 2008, p. 23.

⁵ *Ibidem*. Para Rui Cunha Martins, o Estado torna-se “facto notório” através do estabelecimento de marcos fronteiriços e das cerimônias que os envolvem (p. 113), pelo exercício das funções burocráticas do Estado levadas a cabo pelos poderes locais que se mostram, surpreendentemente, conservadores e não tendem a mostrar grande desalinho com o centro, já que acabam sendo os grandes beneficiários dos estímulos econômicos proporcionados pela fronteira (p. 35).

práticas, embora incorporadas ao cotidiano, não chegam a serem naturalizadas, banalizadas ou livres de conotação delitiva. Por isso, através da análise de crimes e da sua repressão é possível apreender uma faceta do processo de construção do Estado Nacional nas suas margens.

Nas margens é onde essa análise se localiza, seja pelo tema do crime, referente a uma prática social marginal, seja pelo recorte espacial, na fronteira do Estado, seja pelas fontes em que se baseia, processos crimes que registram a ocorrência dos delitos.

A análise de crimes de fronteira passa pela prática de contrabando, a qual configura inquestionavelmente um crime de fronteira, já que se trata de um delito que só pode ocorrer onde há um limite político, ou por haver o atravessado em algum momento, mesmo que seja apreendido já muito longe da fronteira propriamente dita.

Os processos de apreensão de contrabando serviram para traçar como se caracterizava essa prática. O contrabando não constituía uma prática homogênea e, sendo assim, também não se trata de um crime restrito a populares. Na realidade, os contrabandistas que de fato movimentavam o comércio da região tratavam-se de grandes comerciantes que, não raro ocupavam cargos públicos de destaque local. Concomitantemente havia os pequenos contrabandos que não dispunham de um aparato muito elaborado para sua execução e tinham finalidades diversas como revenda, consumo ou encomendas feitas entre conhecidos. Já os grandes carregamentos de contrabando buscavam abastecer as casas de comércio com produtos importados, por um custo bastante inferior ao que se tivessem passado regularmente pela Alfândega. Eles não eram simplesmente contrabandistas ou comerciantes, eram, justamente, “comerciantes-contrabandistas⁶” e mobilizavam consideráveis recursos para a importação e atravessamento das mercadorias: homens armados e bem montados, carretas, embarcações, etc.

Entre as mercadorias que entravam, a maior incidência de importação era, sem dúvida, de fazendas de todos os tipos: das mais baratas e comuns às mais refinadas e dispendiosas. Os demais artigos, tais como uten-

⁶ Zacarias Moutoukias, referindo-se ao contrabando colonial no Rio da Prata no século XVII, alerta para a questão da “romantização” do contrabando. Mesmo se tratando de outro contexto diferente deste, seu alerta é bastante pertinente. Nassuaspalavras, “[c]uando se aborda el tema del contrabando en la historia comercial de la Hispanoamérica colonial, es casi un acto reflejo imaginar a sus protagonistas organizados en bandas antes que en compañías o sociedades comerciales.” MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII: Buenos Aires, el Atlántico y el espacio peruano*. Buenos Aires: Centro Editor de la América Latina, 1987. p. 98.

sílios domésticos (panelas, louças), bebidas, baralhos, chapéus, sapatos, cortes de roupas e objetos para senhoras como meias de seda e pregadores de cabelo, também iam de produtos acessíveis, ou comuns, aos mais refinados. A esses se somavam produtos de fabricação ou beneficiamento local, a maior parte derivados de produção primária, que se serviam das mesmas rotas pluviais⁷.

De maneira muito simples podemos dizer que o caminho percorrido pelas mercadorias importadas, que movimentavam o comércio na fronteira oeste do extremo sul do Império do Brasil, era entrar pelo Rio da Prata, pelos portos de Montevideu ou Buenos Aires, e seguir por uma rota fluvial evidente rio acima até encontrar o Rio Uruguai e descarregar nos portos fluviais de Uruguaiana, Itaqui ou São Borja, ou ser descarregada um pouco antes e seguir por terra, em carretas, sendo introduzida pelas fronteiras secas com o Estado Oriental. Ao longo desse percurso, agregavam-se as produções locais nos entrepostos fluviais articulados a esse trajeto mercantil.

O levantamento dos processos crimes de apreensão de contrabando correspondentes aos municípios de Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento e Quaraí, localizados na fronteira oeste do Brasil meridional, na segunda metade do século XIX, revelaram, no entanto, uma realidade documental mais restrita do que se esperava, mesmo sabendo-se da dimensão de sub-registro própria a esse tipo de fonte. Num período de 44 anos (1845-1889) apenas 45 registros de apreensão foram encontrados no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, volume muito inferior ao que se supõe ter sido a dimensão da prática de contrabando naquela região. Aliados a esses registros de apreensão foram cruzados processos de responsabilidade, muito mais numerosos, que apontavam como réus funcionários públicos, frequentemente empregados na Alfândega de Uruguaiana e envolvidos com permissividades no controle da fiscalidade daquela repartição.

Desde o século XVIII os jesuítas já utilizavam a rota Rio Uruguai – Rio da Prata para enviar suas produções de erva-mate, mel e couros para Buenos Aires⁸. O comércio de produtos brasileiros para a Argentina e o Estado Oriental devia ser feito entrando oficialmente pelos portos de Buenos Aires e Montevideu – sendo que o primeiro deteve por muito tempo o

⁷ MEDRANO, Lília Inês Zanotti de. *A livre navegação dos Rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 1989, p. 3.

⁸ MEDRANO, Lília Inês Zanotti de. *A livre navegação dos Rios Paraná e Uruguay...*, Op. Cit., p. 147.

monopólio da navegação e do envio das mercadorias aos mercados compradores – ou por contrabando. Contudo, devido ao conflito existente entre as províncias argentinas e Buenos Aires por autonomia, já havia uma série de exceções, sobretudo por parte de Corrientes e Entre Rios, que permitiam o comércio direto com o Rio Grande do Sul⁹.

A instalação da Alfândega em Uruguiana, em 1849, se deu em função de que o destacado desenvolvimento comercial daquela vila demandava a instalação de um órgão permanente de fiscalização a fim de coibir o contrabando e arrecadar sobre as promissoras transações comerciais¹⁰.

Após o decreto da Livre Navegação dos rios da Bacia do Prata, em 1852, que assegurava livres de taxação as mercadorias introduzidas por Buenos Aires com destino aos países vizinhos, o comércio que já era vantajoso tornou-se ainda mais lucrativo, e o aumento do volume de transações foi vertiginoso¹¹.

Nesse contexto comercial, estudar a atuação da Alfandega foi fundamental para a compreensão da dinâmica mercantil e, mesmo que pareça contraditório, revelou-se fundamental também para compreender o comércio ilícito, tanto nas ocasiões em que ele foi apreendido, quanto nas que não foi, seja por falta de condições, inoperância ou permissividade da Alfandega que se somava às estratégias utilizadas pelos comerciantes-contrabandistas que contavam com a corrupção de empregados públicos desta repartição, para realizar com sucesso o comércio ilícito.

Contudo, mesmo essa larga margem de autonomia tinha limitações impostas pelo poder do Estado. Ao fim e ao cabo havia ali uma repartição

⁹ MEDRANO, Lília Inês Zanotti de. *A livre navegação dos Rios Paraná e Uruguay: uma análise do comércio entre o Império Brasileiro e a Argentina (1852-1889)*. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 1989, p. 149-150.

¹⁰ A intensa atividade mercantil da região foi apontada por viajantes como Nicolau Dreys, quando por ali passou, entre 1817 e 1838, e Ave-Lallemant, em 1858. DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961. p. 126. AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Bertold. *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980. p. 236.

¹¹ Algo que denota o incremento do comércio após a Regulamentação de 1852 foi que a livre navegação estimulou iniciativas privadas e incentivos governamentais para o desenvolvimento de transporte de carga e de passageiros. Foi a partir desse momento que enormes Companhias Fluviais começaram a aparecer na Argentina. Ver: MEDRANO, Lília Inês Zanotti de. *A livre navegação dos Rios Paraná e Uruguay...*, Op. Cit., p. 221. Da mesma forma, em 1857, vemos a proposta para a instalação do Vapor Uruguai no Rio Uruguai justificada como muito mais eficiente para o comércio e trânsito de pessoas que as embarcações a vela; ela seria realizada por Antonio Rodrigues Chaves Filho, que contava com 10 contos de réis de subvenção do governo para tal empresa. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Fazenda. Uruguiana. Maço 490. s/nº. 1857.

que representava o poder central e que, embora ajustada aos interesses locais, fazia-se sentir garantindo que as mercadorias de comércio lícito ou ilícito passassem sob seu controle e taxaço (mesmo que subtaxados). Além disso, quando parecia que se havia extrapolado a autonomia aceitável, Comissões de fiscalização eram instaladas para regularizar seu funcionamento. A partir de 1844, são criadas Comissões para fiscalização das arrecadações, escriturações e regularidade dos empregados no exercício de suas funções nas Alfandegas. Foi em função da atuação da primeira Comissão na Alfandega de São Borja, devido às inúmeras irregularidades encontradas, que esta repartição foi suprimida, em 1849, e transferida para Uruguaiiana juntamente com a criação das Mesas de Renda de Jaguarão, Itaqui, e São Borja, sendo que as duas últimas ficaram sob jurisdição de Uruguaiiana. Enquanto a Alfandega esteve sediada em São Borja, os respectivos inspetores se deslocavam pela fronteira (Uruguaiiana, Quaraí e Itaqui) e, de cada localidade, despachavam usando a denominação daquele lugar.

Conforme referido, sabe-se que a transferência da sede da Alfandega de São Borja para Uruguaiiana não se deu apenas em função das irregularidades encontradas pela Comissão de fiscalização de 1849. Havia uma grande demanda para tal mudança. A transferência para Uruguaiiana respondia à necessidade do crescente comércio que por ali se formava sem, contudo, dispor de um meio de fiscalização. Nesse sentido, a criação da Alfandega em Uruguaiiana deveu-se, não apenas a uma tentativa de coibir o contrabando, mas a uma possibilidade de arrecadação em um lugar onde o comércio desenvolvia-se a passos largos.

Uma vez estabelecida a Alfandega em Uruguaiiana, esperava-se, por certo, que a arrecadação dos impostos comerciais se incrementasse. Contudo, é necessário considerar a deficiência técnica enfrentada pela repartição, no sentido de precárias condições de trabalho, o que gerava consequências diretas no cumprimento satisfatório de suas atribuições. Nesse sentido, era comum que o quadro de empregados raramente estivesse completo, e a carencia de funcionários gerava o acúmulo de funções. Os funcionários atuavam como substitutos, na falta de alguém especificamente nomeado para determinada função, ou como interinos, quando do impedimento de algum funcionário para exercer o cargo.

Se a falta de condições de trabalho pode justificar muito da deficiência da atuação da Alfandega de Uruguaiiana, contudo, não pode ser responsabilizada por todo o problema. A não apreensão de contrabandos também se deveu, muitas vezes, à corrupção dos empregados públicos que estabele-

ciam alianças com grupos de interesse ligados ao comércio. Estes se relacionavam de diferentes formas com a estrutura alfandegária, dependendo do inspetor que estava no comando, mantendo uma estrutura, de certa forma, solidificada de funcionamento entre o comércio local e a estação fiscal, com alguns padrões de procedimento que mantinham protegidos os interesses dos negociantes. O contrabando podia se dar pela passagem de mercadorias por passos de fronteira desguarnecidos, mas também era passível de ser passado por dentro da própria Alfandega, valendo-se de estratégias consolidadas que aparecem permanentemente ao longo das diferentes gestões de inspetores.

Para compreender como esses procedimentos se sedimentaram no funcionamento da repartição é preciso ter em conta que os funcionários da Alfandega de Uruguaiana, desde sua instituição, variaram muito pouco. Eram pessoas, nem sempre naturais do lugar, mas estabelecidas na região em função de serem empregados públicos e de terem se atrelado aos diferentes grupos de interesse existentes. Nesse contexto, a cada novo inspetor que assumia a chefia da Alfandega deveria haver um período de ajuste entre o recém-chegado, os empregados que já estavam lá situados e as redes sociais locais.

Há uma constante no sentido de que um Inspetor que pretendesse moralizar efetivamente o funcionamento da fiscalização não conseguiria permanecer por muito tempo no cargo. Mesmo sendo um funcionário que desfrutava de respaldo político, haja vista que os Inspetores de Alfandega eram nomeados pelos altos escalões do poder, por indicação do Ministro da Fazenda e anuência do Presidente da Província e Inspetor Geral, caso resolvesse pelo enfrentamento com os “locais”, poderia sofrer diversos tipos de retaliação, ameaças, atentados contra sua vida e/ou ver-se envolvido em processos como os Autos de Responsabilidade. Esses processos corriam, muitas vezes, apenas localmente, não saíam da Comarca, desse modo os Inspetores poderiam ficar enfraquecidos politicamente nessa disputa.

Considerando que a afirmação de Stuart B. Schwartz¹² a respeito da incrível habilidade da sociedade colonial para “abrasileirar” os burocratas possa ser colocada para a sociedade imperial, no sentido da capacidade de cooptação de funcionários enviados pelo poder geral pelas redes locais, podemos inferir que a maior parte dos inspetores designados para a Alfan-

¹² SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

dega de Uruguaiana tenham se acomodado nessas redes. Na realidade, tratava-se de uma “mão de duas vias”. Se para sua permanência no cargo os inspetores precisavam se atrelar às redes locais, por outro lado, as redes locais também precisavam do respaldo de pessoas que ocupavam determinados postos de poder. Segundo João Fragoso, em sociedades pré-industriais o sucesso dos negócios dependia da “boa vontade” de sujeitos que ocupavam importantes cargos públicos¹³. Nesse sentido, alianças eficientes deveriam ser polivalentes, atuando em diferentes meios políticos e econômicos, funcionando como um “mecanismo de defesa e coesão do elitismo¹⁴”.

Uma forma, que encontrei, de me aproximar das relações estabelecidas de aceitação, ou não, dos inspetores foi através dos posicionamentos da Câmara de Vereadores em relação a eles. Tomei a Câmara de Vereadores como parâmetro, pela razão óbvia de que ela constitui a representação do poder político do município por excelência, sendo espaços respeitados e disputados, mas, especialmente nesse caso, porque percebi que a Câmara de Vereadores agia como interlocutora dos interesses da praça comercial em muitos casos.

A correspondência da Câmara destinada ao gabinete da presidência da província é um dos meios pelos quais se pode ter acesso ao posicionamento dessa elite política e econômica local, em relação às diferentes inspetorias, à medida que eles expõem suas reclamações, ou bajulações, a respeito dos inspetores para o poder central da província. Ao longo dos Autos de Responsabilidade, outros representantes do poder local, como juizes de paz, juizes municipais, delegados e subdelegados de polícia também se manifestam positiva ou negativamente em relação aos inspetores da Alfândega.

¹³ FRAGOSO, João. “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supracapitanias, no Setecentos. In: *OptimaPars – Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005. p.146.

¹⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p.28.

Quadro 1: Relação de Inspectores da Alfândega de São Borja

| Nome | Entrada | Saída |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Estanislau José de Freitas | 30/09/1844 (nomeação) | – |
| Manoel Joaquim d'Almeida | xx/03/1849 (nomeação) | – |
| José Joaquim Fernandes Pinheiro da Cunha (interino) | xx/xx/1849 | – |
| Felipe Betbezé d'Oliveira Néri (interino) | 25/06/1849 | 03/12/1849 (demitido) |
| José Gomes Ferreira Guimarães Cabeça | 04/12/1849 | – |

Quadro 2: Relação de Inspectores da Alfândega de Uruguaiana entre 1854 e 1864

| Nome | Entrada | Saída |
|---|--|-------------------------------------|
| Thomaz Francisco Flores | 24/04/1852 (adido) 13/03/1853 (nomeação) | 06/10/1854 (demitido) |
| Candido Martins dos Santos Vianna Junior (interino) | 19/08/1854 (nomeação) 20/01/1855 (assume) | 16/05/1855 |
| Caetano de Sousa Pinto | 06/10/1854 (nomeado) 16/05/1855 (assume) | 28/10/1857 (demitido) ¹⁵ |
| Marcelino Antonio da Silva | – | 23/03/01857 ¹⁶ |
| Comissão de Rio Grande – Joaquim Manoel de Azevedo e Abel Pires de Oliveira ¹⁷ | 27/03/1857 | |
| João Cesário de Abreu (cargo em comissão) | 28/10/1857 | 11/12/1858 |
| João do Espírito Santo Araújo (substituto) | 11/12/1858 | |
| Antonio José Caetano da Silva | 05/02/1859 (nomeação) 09/05/1859 (assume) | – |
| Eleutério Augusto de Atahyde | xx/xx/1860 | xx/xx/1860 |
| Herculano Eugenio Sampaio | xx/01/1861 | – |
| Comissão | 15/11/1861 | 26/12/1861 |
| Antonio Campos Junior | – | xx/04/1863 |
| João Correa Leães (interino) | xx/04/1863 | 01/07/1863 |
| Sebastião Marques de Sousa | 01/07/1863 (nomeação) | – |
| AntonioTello Barreto Filho | 27/02/1864 (nomeação) 03/06/1864 (assume) | – |

Fontes: BARBOSA, Eni. *O Órgão Fazendário no Rio Grande do Sul (1831-1859)*. Porto Alegre: PUCRS, 1979. Dissertação de Mestrado. Anexo 13. p.334,335. AHRGS. Fazenda. Alfândega de Uruguaiana. Maço 490.

¹⁵ Data da demissão formal, pois já estava afastado.

¹⁶ Data em que pediu o afastamento do cargo.

¹⁷ Com o afastamento e pedido de demissão de Marcelino Antonio da Silva, os dois membros da comissão revezaram na inspetoria. Primeiro Joaquim e depois Abel.

Thomaz Francisco Flores foi, efetivamente, o primeiro Inspetor da Alfandega de Uruguaiana. Sua indicação para o cargo, feita pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda, Rafael Arcanjo Galvão, foi justificada em função de sua “luta aberta contra a fraude habitual de lugares tão distantes da Capital aonde parece que apenas havia notícia, mas não se sentirão nunca os efeitos da Legislação Fiscal”.

Sua primeira ação, de que se tem conhecimento à frente da Alfandega de Uruguaiana, foi, ainda funcionando como adido, a investigação de “um plano formado entre diversas pessoas”, incluindo funcionários da Alfandega, que através de denúncias falsas de contrabando chantageavam comerciantes para que a denúncia fosse retirada. Para tanto, reuniu declarações de onze comerciantes estabelecidos em Uruguaiana, que teriam sido vítimas da armadilha ou que sabiam do ocorrido, e, juntamente com um ofício esclarecendo os fatos, encaminhou a reclamação por punição dos criminosos ao Inspetor da Fazenda para que chegasse ao Presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. A resposta do Palácio da Presidência veio em um ofício de 27 de abril de 1853 e tratava de responsabilizar o escrivão da Alfandega, Anacleto Nolasco Rodrigues Paz, que estava envolvido no crime¹⁸.

Rapidamente a Camara buscou meios de demonstrar sua insatisfação com esse inspetor, que interferia no andamento das questões locais. Em 4 de janeiro de 1853, a Camara enviou correspondência ao inspetor para reclamar da sua atitude de cobrar impostos sobre a carne fresca e “outras miudezas comestíveis” vindas do outro lado do rio.¹⁹

Contudo, no dia 18 do mesmo mes, o inspetor respondeu à Camara justificando o porque permaneceria cobrando as taxas de importação das “miudezas comestíveis”. Segundo ele, a livre passagem desses alimentos (batata, mandioca, milho e queijo) “he o quanto basta para não só matar alguma indústria semelhante neste Município, como alimentar nele a preguiça e a ociosidade (...)”. Diante da intransigência do inspetor, a Camara se fez representar através de ofício encaminhado ao gabinete do Presidente da Província, em 12 de março de 1853, denunciando as indelicadezas de Thomaz Flores de quem dizem “não saber apreciar as localidades e a posi-

¹⁸ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Alegrete – Maço 78, nº 2754, ano 1853.

¹⁹ AHRGS. Camara Municipal de Uruguaiana – Correspondência Expedida 1850/1858. A.MU-337 Cx 182. nº 220.

ção dos lugares” e, dessa forma, vinha interferindo no funcionamento consolidado das coisas: “Não questiona Exmo. Snr esta Camara se a Lei authoriza ou não a cobrança indicada, estranha tão somente que ella nunca estivesse em uso antes, e que agora este Inspector enverga-se mais que as seus antecessores²⁰”.

A orientação das atitudes de Thomaz Flores na Alfandega não pareceu ter sido abalada em função da oposição que sofreu por parte do poder local e, dessa forma, empreendeu sua próxima ação sobre um empregado da Alfandega, Antonio Vianna de Andrade, em outubro de 1853.²¹

Antonio Vianna de Andrade era Guarda da Alfandega e, segundo o officio do Inspetor para o Juiz Municipal Luiz Carlos Magalhães, no dia 1o de outubro de 1853, foi preso em flagrante por ter proferido injúrias, calúnias e feito ameaças ao Inspetor na presença de testemunhas. Além disso, declarou que não reconhecia a Thomaz Francisco Flores como seu superior. Os reverses em decorrência dessa postura aconteceram rapidamente.

Thomaz Francisco Flores foi apontado como réu em um Processo Crime de Tentativa de Homicídio²², em fevereiro de 1854, por ter desferido um tiro em Fernando Viera de Carvalho, escrivão da Alfandega desde 08 de maio de 1850. No decorrer do processo, descobre-se que havia uma premeditação por parte de vários desafetos do inspetor para que uma determinada situação ocorresse e culminasse com o disparo (não mortal, uma vez que o cartucho só estava carregado com pólvora) pelo Inspetor contra o escrivão Fernando, o que possibilitava a abertura de um processo contra Thomaz. As “perseguições” empreendidas pelo Inspetor ainda renderam mais reações. Em dezembro de 1853, Thomaz recebeu uma ameaça de morte vinda de Salto Oriental que dizia:

Um amigo de voçamerce lhe previne que se ponha em salvo que lhe consta que haí um complo tramado para assassinar porque disem que voçamerce he mui de mau coração para com todos e que suas Arbitrariedades não tem termos porque todos os dias estai tomando medidas de despotismo e fasedo barbaridades de toda a classe, em fim aqui lhe posso assegurar é que

²⁰ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Alegrete – Maço 78, nº 2754, ano 1853.

²¹ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Uruguaiana – Maço 60, nº 2341, ano 1854.

²² APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Uruguaiana – Maço 60, nº 2338, ano 1854.

voçamerce vai morrer assassinado mui pompto por vairiospatrícios que hão vindo dessa lhe hão dito aqui a gritos e sem reserva²³.

Na trama dessa rede de alianças e oposições, fica evidente que o problema fundamental foi o fato de Thomaz Francisco Flores ser alguém de fora da paróquia, mas que não representava diretamente os interesses locais e que não quis se enquadrar de todo nos usos do comércio da região. Nesse sentido, na Portaria de Suspensão de Fernando Vieira de Carvalho, um dos motivos apontados pelo Inspetor para esse procedimento é que a insubordinação do Escrivão se deve ao fato de que ele queria ter assumido o cargo de Inspetor quando Thomaz foi nomeado em substituição de José Gomes Ferreira Guimarães Cabeça, que havia sido suspenso. Se tivesse assumido a inspetoria, Fernando Vieira de Carvalho poderia dar seguimento a orientação que a Alfândega vinha tendo sob o comando do inspetor anterior, já que Fernando e Cabeça provavelmente transitavam no mesmo grupo de interesse. Manoel Gomes Guimarães Cabeça, filho de José Gomes Ferreira Guimarães Cabeça, por exemplo, teve um contrabando apreendido no dia 1º de outubro de 1853. Nesse mesmo dia, Antonio Viana de Andrade também havia sido preso por ordem do Inspetor²⁴ e apontou o citado Manoel como seu fiador para sair da prisão.

O inspetor acabou absolvido no processo de tentativa de homicídio, no entanto, isso não desanimou seus opositores, pelo contrário, abriu um novo e último capítulo nessa disputa. Exatamente um dia após a sentença final, Thomaz Francisco Flores foi acusado novamente em um Auto de Responsabilidade²⁵.

A autoria do processo é da Justiça, através do Promotor Público Manoel Joaquim de Almeida. Esse foi o último processo sofrido por ele, enquanto Inspetor da Alfandega de Uruguaiana, já que foi demitido em 6 de outubro deste mesmo ano. São apontados também como réus nesse processo o empregado da Alfandega José Vicente de Oliveira e o ex-guarda da mesma repartição Antonio Vianna de Andrade. Contudo, suas participações nesse processo foram meramente figurativas já que haviam cumprido ordens dadas pelo Inspetor da Alfandega e por isso não poderiam ser responsabilizados diretamente.

²³ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Uruguaiana – Maço 60, n° 2338, ano 1854.

²⁴ Consta no processo n° 2341 já relatado.

²⁵ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Alegrete – Maço 79, n° 2785, ano 1854.

Baseado no fato de que o Inspetor mantinha um comportamento irascível e, inclusive “pela mais simples causa ameaçava com prisões”, e no fato de que aparentemente mantinha alguns comerciantes como seus protegidos, esse processo estava justificado nos seguintes termos: “O Inspetor Thomaz Francisco Flores tem causado graves perdas aos interesses da Fazenda Nacional pondo obstáculos ao comércio lícito com grandes entraves, e assim protegendo o contrabando”.

O Promotor baseia a denúncia no fato de que o Inspetor teria mandado prender a vários comerciantes aparentemente sem motivo. De sua parte, o inspetor Flores contesta a acusação e afirma terem sido cabíveis todas as prisões efetuadas, sendo que uma delas lhe rendeu especial tormento e outra ameaça de morte: a prisão de Nicolau Sicardi, o Garibaldi, ou, segundo Thomaz Flores, “*o tamanduá da plebe da Uruguayana contra o Inspetor d’Alfândega*”. Este comerciante estrangeiro foi preso no dia 20 de junho de 1853, tendo permanecido nessa condição cerca de quatro dias e meio. O motivo era detê-lo em repreensão a delitos cometidos anteriormente, averiguar sobre a existência de “*uma tal Companhia dos 10%*” e prevenir a efetivação de um plano de contrabando que seria realizado no dia 23 de junho. Os crimes antecedentes que cita são de contrabando. Um deles ocorrido na noite de 7 de janeiro de 1853, composto de 22 volumes de fazendas estrangeiras, de propriedade dos comerciantes Irmãos Monjardim de Uruguaiana, não foi possível de ser apreendido pois que a tripulação do barco de Garibaldi estava armada e em maior número que os guardas da Alfândega. Dias depois, na noite de 28 de janeiro, o Inspetor conseguiu apreender 57 peças de morim contrabandeadas por Garibaldi.

Para o Inspetor, Nicolau Sicardi era um dos agentes mais fortes do contrabando daquela região e mantinha relações com diversos comerciantes daquela praça em especial com os citados Irmãos Monjardim. Nesse sentido, era apontado como o organizador de um grupo que vinha sendo investigado por Thomaz Flores, a chamada “Companhia dos 10%” “*em que entram comerciantes, barqueiros e, não há que duvidar, algum empregado desta Alfândega, mediante a retribuição em dinheiro de 10% do valor das mesmas mercadorias contrabandeadas*”. No último dia 19, um antes da prisão de Garibaldi, Thomaz Flores foi informado do plano de “*um desembarque de contrabando para o dia 23 entre o arroio Imbahá e o porto, favorecido pela distração dos festejos de véspera de São João*”. Por esses dias também, o Inspetor foi avisado da intenção do comerciante italiano de assassiná-lo. Coincidência ou não, pou-

co depois foi afixado em sua porta um “*pasquim*” ameaçando-o. O texto da ameaça é o que segue:

Teus inimigos que são muitos, formão couzasorreros: amigos não tens que te defendão, por que patrícios e estrangeiros não desejão mais que berse libre de V. M. Barrabás.
Deja este poubo em santa paz,
Opressor da humanidade;
Por que o remédio será a
Eternidade, eternidade, eternidade!²⁶

Assim que Nicolau Sicardi foi preso, começaram a reunir-se um grupo de pessoas no porto, pronunciando-se a favor de Garibaldi e contra o Inspetor. Entre eles estavam o subdelegado Cesarino dos Santos Guterres, Francisco José da Cruz, Manoel Dória da Luz, Isidro Brunet, Monjardim, Antonio Soares Leães e José Gomes Guimarães Cabeça. O Inspetor afirma ter sido avisado de que “*nessa noute de 20 de junho ia ser atacado em sua própria casa por essa população amotinada*”. O temor do Inspetor não se dava por pouco, uma vez que havia um antecedente em que a população quis “*tomar contas a hua autoridade*”. Em 1851, o Capitão Fortunato Francisco da Silva, comandante da guarnição da Vila, foi atacado no quartel por um grupo insurgente da população, onde também participaram Francisco José da Cruz e Manoel Dória da Luz, na época juiz municipal, com o intuito de que o capitão libertasse cinco presos.

No entendimento do Promotor Público essas prisões e expulsões da Alfândega, feitas por Thomaz Flores a comerciantes, constituíam os motivos para imputar um processo de responsabilidade ao Inspetor, alegando que, dessa forma, ele havia colocado obstáculos ao comercio licito e, conseqüentemente, favorecido o ilícito.

Thomaz Flores permaneceu suspenso, desde 21 de fevereiro de 1854, em decorrência do processo de tentativa de homicídio, e só reassumiu seu cargo na inspetoria em 21 de julho do mesmo ano. Contudo, acabou sendo demitido em 6 de outubro.

A partir da demissão de Thomaz Flores, assumiu interinamente a Inspeção da Alfândega o escrivão Candido Martins dos Santos Viana Junior. Poucos dias depois, em 14 de outubro de 1854, Caetano de Sousa Pinto foi nomeado o novo Inspetor da Alfândega de Uruguaiana. Ao que tudo indica, o inspetor Caetano de Sousa Pinto manteve um bom relacio-

²⁶ APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Alegrete – Maço 79, nº 2785, ano 1854.

namento com as representações locais, pelo menos não sofreu retaliações através da instauração de Autos de Responsabilidade como seu antecessor. É possível arriscar que o motivo para o Inspetor Caetano ter cumprido dois anos no cargo sem esse tipo de incomodo deva-se ao seu ajuste às praticas do comércio da fronteira oeste. Nesse sentido, ao contrário de Thomaz Francisco Flores, que era destrutado nos ofícios que a Camara de Vereadores encaminhava ao poder provincial, Caetano desfrutava de boa aceitação.

Em um ofício, de 27 de maio de 1857, encaminhado ao Presidente da Província para reclamar da Comissão que seria instalada ali posteriormente para fiscalizar os procedimentos da Alfandega de Uruguaiana, os vereadores se manifestaram em relação a Caetano em um tom de pesar pelo seu afastamento:

Veio porém administrar essa Alfandega o honrado e inteligente empregado Caetano de Souza Pinto, que estabelecendo ordem na administração da Alfandega, facilitando os despachos e sobre tudo, sua urbanidade, moderação e probidade atrahindo as simpathias do commercio, chamou-o a Alfandega e se não conseguiu extinguir de todo o contrabando o que é mesmo impossível, elle tornou-se insensível e inteiramente reprovado. Então esta Villa e seu Commercio principiou a prosperar, e a definhar a Povoação em frente, crescendo rapidamente as Rendas da Alfandega; retirou-se porem esse Snr. deixando Geral pezar em todos commerciantes e particulares (...) ²⁷.

Não se trata de duvidar de que os rendimentos da Alfandega tenham realmente aumentado no período do inspetor Caetano; contudo, considerando que são os mesmos comerciantes regulares os que empreendem o contrabando, e que boa parte do comércio ilícito passa por dentro da própria Alfandega, então, se o comércio e a arrecadação da Alfandega crescem, o contrabando deve crescer nas mesmas proporções. Sendo assim, fica esclarecido porque que Caetano teria caído “nas graças” dos fronteiriços.

No mesmo sentido, em relação a Marcelino Antonio da Silva, empregado da Alfandega que sucedeu Caetano na inspetoria, a Camara também se refere com boas lembranças: “(...) havendo lhe [refere-se a Caetano de Sousa Pinto] succedido o honrado Snr Capitão Marcellino Antonio da Silva sob cuja administração continuou o crescimento nas rendas da Alfandega, e a prosperidade desta localidade”.

Não é possível precisar quando e porque Caetano se afastou, ou foi afastado, da Inspetoria. A data de sua demissão formal, em 28 de outubro

²⁷ AHRGS – Camara Municipal de Uruguaiana – Correspondencia Expedida 1850/1858. A.MU-337 Cx 182. n° 272.

de 1857 (BARBOSA, 1979, p. 335), foi muito depois do seu afastamento, e, enquanto isso, Marcelino ficou a frente da repartição até 23 de março de 1857. Em 27 de março de 1857, chegou em Uruguaiana uma Comissão de fiscalização composta por dois funcionários de Rio Grande, Joaquim Manoel de Azevedo e Abel Pires de Oliveira, para coordenar e investigar esta Alfandega.

A Comissão havia sido designada através de portaria, de 28 de fevereiro, da Tesouraria da Fazenda para examinar os despachos feitos na Alfandega de Uruguaiana. Segundo o ofício do chefe da Comissão ao Inspetor da Fazenda, a Alfandega de Uruguaiana tinha se tornado “uma verdadeira casa de comércio, onde os negociantes ajustavam com o chefe e o Feitor Conferente o preço por que devião pagar suas facturas”.

A atuação da Comissão, cotejada com as manifestações da Camara de Vereadores em relação a ela, deixa transparecer que sua intenção era a de, mais uma vez, tentar implementar uma cobrança efetiva das taxas de comércio pela Alfandega de Uruguaiana. O aborrecimento causado pela Comissão é comparado repetidas vezes aos que foram causados ao comércio local no tempo do inspetor Flores, o que pode sugerir que ambos períodos foram marcados pela atuação de pessoas a frente da Alfandega, que não se harmonizaram com os procedimentos do local.

Em 27 de maio de 1857, os vereadores apresentaram os problemas enfrentados pelo comércio fronteiriço e seu profundo descontentamento, senão desespero, com a atuação da Comissão, através de um ofício encaminhado à presidência da província.

Ilmo Exmo. Snr. A Câmara Municipal desta Villa solicita em levar ao conhecimento de V. Ex.^a todos os males do seo Município que demandão remédio, não pode deixar de representar com todo o respeito contra o procedimento da Comissão que pela Thesouraria da Província foi mandada por examinar a administrar a Alfândega desta Villa pelos grandes males de que já se recente esta Povoação, e toda a Fronteira. (...) ²⁸.

A resposta vinda da Presidência da Província, em 18 de junho, respaldou a atuação da Comissão e julgou que a Câmara de Vereadores excedeu suas funções ao interferir em assuntos fiscais. Vendo que sua reclamação junto ao presidente da província não surtiu efeito, prontamente a Câmara insistiu no mesmo procedimento e contestou em 10 de julho:

²⁸ AHRGS – Câmara Municipal de Uruguaiana – Correspondência Expedida 1850/1858. A.MU-337 Cx 182. nº 272.

Ilmo Exmo Snr. A Câmara Municipal desta Villa tendo recebido o officio que V. Ex^a foi servido dirigir lhe com data de 18 passado sob n^o 6 em resposta a representação que derigio a V.Ex^a em officio de 27 de maio delibero trazer ainda com todo o respeito as seguintes considerações. Prezenciando esta Câmara as continuadas queixas do Commercio e do povo contra administração da Comissão mandada pela Thesouraria para administrar a Alfândega desta Villa, e tendo perfeito conhecimento que o procedimento dessa Comissão anima e põem em voga o pernicioso Commercio de contrabando aniquilando o Commercio licito; e que este proceder da Comissão e os boatos seguramente infundados, porem que o procedimento da Comissão tem tornado em crença popular faria julgarem uma necessidade a prestarem toda a proteção ao ilícito contrabando; tendo plena certeza destes factos, entendo, que pelas dispozições do art.º 71 e 72 da Constiuição do Império e do art.º 1º da Lei de 12 de agosto de 1834 era de seu rigoroso dever levar tudo do conhecimento de V. Ex^a. (...) A Comissão que em vez de fiscalizar hoje administra despoticamente a Alfândega ainda não encontrando parte desta Câmara o menor óbice as suas medidas mesmo ilegales. Pode esta Câmara estar em erro porem entende, que representar a Autoridade superior acerca de um mal de pernicioso consequência para seu Município, posto que derive da má administração da Alfândega, não é ingerir-se em dita administração. E permitirá V ex^a de ainda fazer a respeito as seguintes ponderações: Tendo esta Câmara julgado do seo dever levar ao conhecimento de V. Ex^a os acontecimentos momentosos, que se tem dado neste Município e em todo o commercio do Uruguay, com a completa e rápida inversão que estabeleceo a Comissão que veio administrar a Alfândega teve de historiar os factos occorridos afim de que V. Ex^a pudesse bem apreciar a natureza e origem dos males que soffremos: procurou unicamente os consignar com verdade, fundando-se na notoriedade publica. Só quis demonstrar o que é patente isto é 1º que a administração da Alfândega anterior a do Snr. Sousa Pinto, fez definhar o commercio desta Villa, tornando-se a Povoação em frente a esta, na provincia de Corrientes, o emporio do commercio do Uruguay e vulgar o contrabando, que todos os dias tomava maior vulto zombando das medidas fiscaes, e mesma das violências praticadas pelo então administrador da Alfândega. 2º que com a administração do Snr Sousa Pinto, quase que se extinguiu o contrabando florecendo o Commercio d'esta Villa, tornando-se o deposito do Uruguay e crescerão consideravelmente as rendas d Alfândega. 3º que com a inversão que estabeleceo ultimamente a Comissão, que de fiscalizadora passou a ser administradora estagnou-se o Commercio desta Villa, com notável detrimento mesmo para as rendas Municipaes tornou-se o Povo em frente outra vez o empório do commercio do Uruguay, e o contrabando toma amplas proporções. (...) Cumpre mais a esta Câmara notar que tendo sido essa Comissão nomeada para fiscalizar esta Alfândega, desde que encumbio-se de sua administração perdeu o caráter de fiscalizadora da administração, porque, por que seria irrizoria a fiscalização que farião a seus próprios actos, havendo portanto a urgente necessidade de ser a seu turno fiscalizada. Finalmente esta Câmara pensando unicamente cumprir com seu dever attendendo a magnitude do negocio, e para que a todo tempo seus municipes não tenham o direito de ataxarem de indifferente, é que pela ultima vez ainda ocupa a attenção de V. Ex^a com estes

negócios esperando que desculpará seos erros se sem querer tem excedido de sua atribuições²⁹.

O descontentamento com a administração da Comissão era absoluto, e tão pouco teve repercussão junto ao poder provincial, haja vista que a Alfândega de Uruguaiana permaneceu ainda por algum tempo nessa condição. No período em que vigorou a gestão da Comissão na Alfândega, passaram vários inspetores que não necessariamente estavam designados para esta função e, muitas vezes, exerceram o cargo por falta de outra pessoa que o fizesse, ocorrendo frequentemente o acúmulo de cargos por parte dos membros da Comissão. Ocorreu a nomeação de João Cesário de Abreu para o cargo de Inspetor em comissão em 28 de outubro de 1857, que permaneceu até sua exoneração em 11 de dezembro de 1858³⁰, sendo que, nesse mesmo dia, assumiu em substituição João do Espírito Santo Araújo, cuja data de saída não se sabe.

O período da Comissão se conclui quando foi nomeado, em 5 de fevereiro de 1859, o inspetor Antonio José Caetano da Silva, que assumiu o cargo em nove de maio deste ano. Novamente a Alfandega de Uruguaiana dispunha de um inspetor efetivamente designado para aquele cargo depois de dois anos sob o comando de inspetores improvisados durante a vigência da Comissão. Teve início, outra vez, um período de grande estabilidade, no que se refere à manutenção das lógicas comerciais locais, e instabilidade, no sentido de sucessivos inspetores apontados, por grupos de interesse não beneficiados, como envolvidos em práticas de corrupção em função do contrabando.

Isso posto, a relação do contrabando e do papel desempenhado pela Alfandega deixam em evidência a ação e os limites do Estado. Essa vida comercial intensa, fosse ela lícita ou ilícita, tornava indispensável a existência de uma Alfândega nesse local, sobretudo, porque as Alfândegas eram as maiores estações fiscais em termos de arrecadação, e o Império não podia desdenhar dessa possibilidade de incrementar sua receita³¹. Dessa maneira,

²⁹ AHRGS – Câmara Municipal de Uruguaiana – Correspondência Expedida 1850/1858. A.MU-337 Cx 182. n° 276.

³⁰ Também exerceu as funções de: 3° Escriturário da Tesouraria da Fazenda (nomeado em 20/09/1845), 3° Escriturário da Contadoria da Fazenda (nomeado em 03/10/1845), 2° Escriturário da Contadoria da Fazenda (nomeado em 27/07/1849), 2° Escriturário da Tesouraria da Fazenda (nomeado em 06/12/1851) e 1° Escriturário da Tesouraria da Fazenda (nomeado em 27/09/1854). BARBOSA, Eni. Op.cit. Anexo 13.

³¹ Segundo José M. de Carvalho, a cobrança de impostos de importação e exportação era o que de fato alimentava os cofres imperiais e, apesar de muitas discussões políticas para suspendê-los e, assim, dinamizar o comércio, constituíam-se na forma mais fácil e eficiente de arrecada-

a Alfândega existia nesse confim de território e os inspetores que a chefiaram eram homens de fora, nomeados pelo poder provincial ou imperial que precisavam atuar entre a boa convivência com os comerciantes locais e a justificação de sua existência legítima e pertinente naquelas paragens perante o poder central. Uma alfândega que não arrecadasse não tinha razão de existir, de ser mantida em funcionamento. Por outro lado, uma alfândega de funcionamento totalmente rígido e íntegro tampouco garantiria sobrevivência e um bom convívio local. Dessa forma, a Alfândega de Uruguaiiana estabeleceu um *modus operandi* que acomodava diversos interesses: o contrabando devia passar por dentro da própria alfândega pagando um valor de imposto que, embora ficasse muito aquém do valor referente ao carregamento real, garantia alguma arrecadação validando a função da repartição fiscal naquele lugar. O corolário dessa conjuntura era o fato de que se o comércio lícito crescia o contrabando também crescia. Um inspetor que coibisse as irregularidades na Alfândega dificultando os despachos de mercadorias, além de sofrer uma série de hostilidades, acabava contribuindo para o crescimento do contrabando “tradicional”, já que impossibilitados de fazê-lo por dentro da Alfândega, os comerciantes viam-se obrigados a contrabandear pela fronteira desguarnecida, na calada da noite, munidos de bandos armados para escoltar as mercadorias. Ainda assim, pode-se reforçar que a licença desfrutada pela Alfândega de Uruguaiiana sofreu contenções quando o Estado julgou que o grau de autonomia daquela repartição pública havia extrapolado a transgressão consentida. A Alfândega de Uruguaiiana sofreu pelo menos três vezes a instalação de Comissões de fiscalização cujo objetivo era avaliar a probidade dos procedimentos dos funcionários daquela repartição, uma em 1849, quando da transferência de São Borja para Uruguaiiana, a segunda em 1857 e outra em 1861³². Nenhuma delas foi bem recebida pela comunidade de comerciantes conforme discussões travadas nas correspondências da Câmara Municipal endereçadas ao Presidente da Província.

Portanto, independente de como chegava a ação do estado nas suas bordas territoriais, ela não é desprezível ou inexistente e desempenha funções concretas no cotidiano desse contexto fronteiriço.

ção devido à falta de agentes para a cobrança de outros tipos de taxação (como a *per capita* ou imposto territorial rural) e porque os “resultados eram imediatos e o contribuinte não percebia que estava pagando”. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: teatro de sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 269.

³² APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Uruguaiiana. Maço 62, nº 2402, ano 1857. APERS. Poder Judiciário. Cível e Crime. Processos Crime. Uruguaiiana. Maço 64, nº 2470, 1862. Relatório da Comissão de Inspeção da Alfândega de Uruguaiiana de 1861.

Cultura política, guerra e projeto nacional: uma discussão sobre a política imperial e os proprietários brasileiros no Uruguai (1845-1863)

Carla Menegat

A relação entre público e privado foi tônica constante na historiografia sobre o Brasil Imperial. Os debates acerca de temas como o clientelismo, a patronagem e o caudilhismo, este último em relação direta com a fronteira meridional, permeiam a produção intelectual que buscou interpretações sobre o Brasil oitocentista. Especialmente, aqueles que buscaram entender as formas de organização política das elites dentro do sistema político monárquico, estabeleceram subsídios que ainda hoje informam os trabalhos que surgem sobre o tema.

As contribuições recentes ao debate, concentradas em análises mais específicas que as abordagens macroestruturais que predominavam até pouco mais de uma década vem rompendo com alguns dos lugares-comuns repetidos sem comprovação empírica, ou baseados em pesquisas, que apesar de sua parcialidade, se pretendiam como explicações completas¹. A proposta do debate aqui apresentado é repensar, desde a análise de uma realidade específica e circunscrita, que é a da fronteira meridional do Império, e da presença de súditos do Império com propriedades no Estado Oriental do Uruguai, as formas de participação e inserção das elites regionais no sistema político Imperial, especialmente a relação entre público e privado. Para isso, vamos tratar de um desses lugares-comuns no discurso historiográfico usado como explicação, tanto pela historiografia regional quanto por aquela que pretende explicar o centro do Império, para a pequena pre-

¹ CUNHA, Alexandre Mendes. “Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.” In: *História*. São Paulo, v.25, n.1, p.226-247, 2006.

sença de indivíduos oriundos da Província nos mais altos postos do Império: o caráter belicoso dos líderes políticos ligados à produção pecuária.

Aos historiadores locais² coube a percepção de que o Estado era sumamente ineficiente para garantir as reivindicações dos estancieiros, o que permitia que esses se sentissem no direito de executar a justiça por si. Aos historiadores do centro do país³, o uso das armas na defesa das reivindicações políticas e o quase permanente estado de campanha de guerra em que a Província se encontrava fazia dos líderes políticos locais, seres desprovidos de condições de se inserirem no quadro político Imperial. De toda forma a questão é que esse discurso reforçava a percepção de que os estancieiros rio-grandenses eram perfeitos caudilhos. Além de tudo, caudilhos conservadores que, ao utilizarem a força para resolver seus conflitos impediam a instauração do moderno estado de direito. O que muitas vezes foi considerado por esta historiografia foi o fato marcante que a presença mais clara do Estado na região sempre se deu através da guerra e que residia nela um dos acessos privilegiados daqueles estancieiros ao poder central, num contexto em que carreira militar e carreira política estavam profundamente associadas⁴. Eis que chegamos ao ponto em que o lugar-comum tem que ser reavaliado, em sua dimensão e significado.

Uma *cultura política* e uma cultura de armas

A trajetória dos homens da Província foi marcada por conflitos armados. Desde a anexação da Cisplatina em 1821, até o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, foram quatro guerras e apenas 23 anos de paz, menos da metade do período. A fixação das fronteiras era disputada desde o período colonial, e as lealdades nacionais não estavam garantidas. Especialmente num espaço que permitia o fluxo de pessoas, a possibilidade de propriedades em mais de um país e sob mais de um regime governamental e legal. Além disso, a população originada do processo de povoação de uma

² PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Política Rio-Grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: UFRGS, 1974. KLIEMANN, Luíza H. Schmitz. *RS: Terra & Poder. História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

³ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁴ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem atrás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

terra inóspita, mas abundante, composta por indivíduos sem origem nobre, ou ligações mais sólidas com o centro do poder na Coroa Portuguesa, refletiu numa população com pouca experiência nos mecanismos do Estado durante o primeiro Império – a exceção dos habitantes das vilas mais antigas, como Rio Grande, Porto Alegre, Viamão e Rio Pardo, acostumados às Câmaras – e que foi acompanhando a chegada desses instrumentos de participação e organização política e estatal durante o governo de Dom Pedro II.

A origem dos primeiros integrantes da Assembleia Provincial do Rio Grande de São Pedro foi muitas vezes evocada no que toca à quase inexistência de indivíduos com algum diploma do ensino superior. O acesso a esse espaço através da educação formal passou a ser um padrão somente meio século depois⁵. Não só a distância das primeiras faculdades do país, ou mesmo a óbvia dificuldade de enviar um filho à Coimbra, ou seus custos elevados eram fatores que inibiam o investimento em tal formação, mas também a pouca familiaridade com os espaços de atuação dos graduados podem ser apontados como dados importantes para compor o quadro a ser explicitado. Em 1822, a Província contava com cinco municípios, e às vésperas da Revolução Farroupilha, com quatorze. Era um reduzido espaço para vivenciar a administração do público, e poucos tinham experiência anterior, considerando-se a distância entre os primeiros municípios localizados quase todos no litoral e a campanha onde se desenvolvia a pecuária. Mas sobre a expansão do aparato administrativo do Império na Província, nos concentraremos mais adiante.

Diminuídas as qualidades a serem oferecidas pelos líderes políticos locais nesse quesito, temos de explicitar a principal qualidade que apresentavam: a experiência militar no terreno que ocupavam. Provada especialmente durante a secessão farroupilha, os líderes locais ofereciam o conhecimento de uma topografia militar única e do uso específico da tática da cavalaria ligeira⁶. Num espaço fronteiriço, onde a necessidade de manter vigilância era constante, mobilizando sempre atenção do poder central, o valor dessa formação bélica era ampliado. A mobilização de tropas foi uma constante.

⁵ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte. Os mediadores e as estratégias familiares da política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010. MARTINS, Maria Fernanda V. *A Velha Arte de Governar – Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

⁶ SOUZA, Adriana Barreto. *Duque de Caxias: o homem atrás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Se a familiaridade com a administração pública ainda era rara ao ser deflagrada a Revolta dos Farrapos, na década que se seguiu ao seu fim, teve de dar conta de uma expansão que duplicaria a quantidade de municípios. A expansão da estrutura foi tamanha, que durante toda a década de 1850, os presidentes da Província não davam conta de elaborar estatísticas precisas, por que a realidade não correspondia à norma. Alguns municípios não conseguiam preencher os cargos de juiz municipal satisfatoriamente, nem mesmo a nomeação de substitutos atendia às necessidades; os corpos da Guarda Nacional tinham dificuldades em se organizar, com disputas imensas em torno das qualificações; as eleições eram acompanhadas de tumultos e acusações: na maior parte das vezes os personagens se repetiam.

O processo de aprendizado da elite que ocupava os postos políticos em relação a esse aparato burocrático se estendeu por todo o período que antecede a Guerra do Paraguai, mudando o perfil dos indivíduos que ocupavam funções públicas, tanto no nível local, quanto na forma de se relacionar com o centro de poder. É nesse momento que vamos nos manter nessa análise, para tentar entender a cultura política que permeou a atuação desses indivíduos, seus projetos políticos e os projetos com os quais disputavam atenções. Para isso, vamos completar o quadro que compúnhamos, explicitando a relação desses indivíduos com o Estado monárquico e com a guerra.

A partir de 1850, a estrutura da Guarda Nacional passa a sofrer maior controle do poder central, com a criação de Comandos Superiores conforme a importância do ponto a ser defendido. No caso da Província, foram dez os Comandos Superiores que, na sua maioria, contaram com a nomeação de um importante personagem do poder local pelo poder central. A exceção estava no Comando de Porto Alegre, que contava com um membro da família do Duque de Caxias, Luis Manoel de Lima e Silva. A possibilidade de articulação provincial não estava de todo excluída, já que o Presidente de Província podia indicar candidatos. Também era a ele, e ao Ministro de Justiça que os Comandantes se reportavam. Nos postos de fronteira, velhos guerreiros assumiram o poder de governar as forças locais: David Canabarro, que havia sido comandante farroupilha, na fronteira do Quaraí e Livramento; João da Silva Tavares, Barão de Serro Alegre, na de Bagé e Jaguarão; os Mena Barreto, família de militares, controlando a de Uruguaiana.

Ainda, a situação especial de fronteira se materializou numa legislação específica para a Guarda Nacional nas províncias limítrofes, datada de 1857 e sugerida pelo Barão de Caçapava, militar da mais alta graduação e

que dirigia a Comissão de Demarcação de Limites entre Brasil, Uruguai e Argentina. O Barão, como a maior parte dos servidores que o Império enviava para os mais altos postos da Província, como o de Presidente – que ele havia ocupado em 1840 e de 1848 a 1852 – tinha uma expressiva trajetória militar, o que acabava por corresponder também aos padrões da elite com que teriam que lidar. Não por acaso, o Presidente da Província, mormente, acumulava o cargo de Comandante de Armas. Mas no caso de Francisco José de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, temos um dado a destacar, o de que sua carreira iniciara ainda em Portugal e, como muitos dos estancieiros sul-rio-grandenses, havia participado da Campanha da Cisplatina, o que provavelmente o levou a reconhecer na fronteira um importância estratégica.

Tanto pensava a fronteira que tinha suas próprias propostas de ocupação do espaço, pensando em dividir os latifúndios em pequenas propriedades, administradas por trabalhadores livres, confrontando os projetos dos próprios estancieiros⁷. Mais significativo ainda da sua percepção da importância da fronteira para a defesa do território nacional, são os relatórios que apresentou na abertura anual dos trabalhos na Assembleia Provincial, onde o item “Tranquilidade e Segurança Pública” mesclavam relatos das perturbações nos países vizinhos, incidentes de fronteira, estatísticas de criminalidade nos municípios e dados das prisões. A linha que separava a criminalidade comum dos conflitos políticos não estava clara e muito menos a que separa a afronta individual do confronto entre nações.

Nesse sentido, a implantação da Guarda Nacional nos municípios do Rio Grande do Sul também enfrentava seus percalços. André Atila Fertig, em estudo que focou três Comandos Superiores da Província, indica as dificuldades enfrentadas para a formação de Corpos da Guarda Nacional, especialmente pela dificuldade na realização das qualificações⁸. A constante mobilização da Guarda Nacional para proteger a fronteira, fazia com que a qualificação para o serviço ativo tivesse outras finalidades, como o destacamento para patrulhar o contrabando, a substituição de corpos do exército, enfim, uma série de atividades que deveriam ser extraordinárias para a Guarda Nacional.

⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulani Letra&Vida, 2010.

⁸ FERTIG, André Atila. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

A confusão entre o papel da milícia civil e do exército, entre segurança e ordem pública e defesa do território nacional, acaba se confundindo com a dificuldade daqueles homens visualizarem uma dissociação entre público e privado. Apesar da legislação que especificava quem podia ser dispensado do serviço na Guarda Nacional, as pesquisas tem mostrado o entrelaçamento entre o poder sobre o recrutamento na milícia e a criação de redes de clientela⁹.

Por outro lado, a criação dos Comandos Superiores teve um efeito pouco comentado pela historiografia. Ao criar um mecanismo com o intuito de aumentar seu próprio controle, o Império instituiu um canal de relação direta com os líderes políticos locais, ampliando seu prestígio e seu campo de atuação. As reclamações de Presidentes da Província em 1856, Barão de Muritiba, de que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos estivesse sonhando informações, e que preferia tratar diretamente com os Comandos Superiores, ou com os Comandos Militares de Fronteira, mostra como a possibilidade de evitar intermediários era utilizada em assuntos que podiam significar um grande acúmulo de prestígio no serviço ao Império.

Projetos políticos, clientelas e indivíduos

David Canabarro se tornou Comandante Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Livramento em 1850. Seu histórico farroupilha pareceu não incomodar o Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós. Canabarro provavelmente contou com a indicação de um antigo conhecido, o Conde de Caxias, que após ter pacificado a Província, soube reconhecer aqueles que dentre os revoltosos, poderiam ser úteis ao Império. E as utilidades de tais homens podiam se tornar extraoficiais. Mas tratemos delas mais adiante. Por enquanto nos detenhemos nos aspectos formais da relação entre os senhores guerreiros locais e a Corte.

Canabarro havia adquirido uma grande sesmaria de terras, conhecida por São Gregório, em Livramento, logo após a assinatura da paz de Ponche Verde. Lá se recolhera no incremento de seus negócios pecuários, bastante negligenciados durante os dez anos de batalha dissidente. Ao mes-

⁹ RIBEIRO, José Iran. *Quando o Serviço os chamava. Milicianos e Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul(1825-1845)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2005. FERTIG, André Atila. *Clientelismo Político em Tempos Belicosos*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

mo tempo, a expansão da burocracia Imperial chegava aquelas paragens distantes, e não somente municípios eram instituídos, como com eles, espaços políticos surgiam. Por outro lado, a proximidade com as Províncias Unidas do Rio da Prata permitia um fluxo de bem e pessoas pouco controlado, sem contar a proximidade com o Paraguai, que vinha se tornando outro vizinho incômodo. Canabarro usufruía de uma interessante rede de informações sobre as movimentações políticas desses territórios limítrofes, tanto que havia se favorecido dela durante o período farroupilha. E depois, por seu papel nas negociações que levaram ao fim da revolta, passou a possuir contato direto com Caxias, chegando até a nomeação para o Comando Superior da Fronteira de Quaraí e Livramento.

O serviço que prestava foi garantindo seu prestígio. Permaneceu no cargo até a invasão paraguaia em 1865. Mas não foi preciso tanto tempo até que a confiança dos agentes do Império fosse conquistada. E foi graças a essa confiança que foi escolhido para prestar outros tipos de favores ao governo. Quando os trabalhos da Comissão de Demarcação de Limites chegaram à região, foi construída uma proposta que possibilitaria uma resolução mais a contento do Império em relação a uma sesmaria localizada num trecho de terras ainda não demarcado. A proposta estava baseada em dois fatos: o primeiro, o de que os representantes dos outros países na Comissão não conheciam a propriedade do terreno em questão; o segundo, o de que a propriedade das terras pertencia a uma viúva que tinha como procurador o mais respeitado líder local, David Canabarro. A proposta, formulada pelo Barão de Caçapava e mandada executar pelo Ministro Paranhos, consistia na compra do terreno, usando como testa de ferro o agente local do Banco Mauá. Depois de garantido o pagamento das dívidas que colocavam a sesmaria em hipoteca, se venderia as terras que poderiam causar mais polêmica se reivindicadas como brasileiras e se dividiria em parcelas definitivamente localizadas em território nacional, garantindo ao Império bom lucro.

A operação – da qual só foi encontrada a proposta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – envolveria diferentes espaços da política nacional e, diferentes níveis de relação com a Província. Canabarro estava no nível mais local, e sumamente importante para que o mecanismo funcionasse. Seu prestígio, adquirido como comandante militar e depois, reforçado pelo posto de oficial da Guarda Nacional do Império, permitiu que se tornasse pessoa confiável para ser o procurador da viúva endividada. Provavelmente a relação de ambos remontava a uma rede de proteção e favores no nível

local, mas não podemos desprezar o fato de que Canabarro também entendia muito da administração de uma propriedade de produção pecuária.

Articulado com esse nível local estava o agente do Banco Mauá. Se o agente referido trabalhava em território nacional ou no Uruguai, fica difícil precisar. De toda forma, estava habituado a esse tipo de operações, já que parte dos negócios do Banco envolvia tanto hipotecas quanto especulação¹⁰. Por sua vez, o próprio Barão de Mauá tinha suas ligações com a região, sejam familiares, já que Irineu Evangelista de Souza era ele mesmo oriundo de uma família de estancieiros, em outros tempos, os de comerciante, havia controlado parte das conexões comerciais da região. Tinha tantas ligações que havia sido eleito pela Província para a Câmara de Deputados. Naquele momento, era o único banqueiro estabelecido no Uruguai – depois de prestar outro serviço extraoficial ao Império, financiando a luta contra Rosas e o fim do cerco à Montevideo.

Os serviços extraoficiais eram extremamente arriscados. Cada queda de gabinete poderia desfazer toda a movimentação, e retirar investimentos e garantias. O financiamento do governo uruguaio foi assim. O pagamento dependia da pressão brasileira, que dependia de uma série de relações de força no Rio da Prata. E antes das vitórias em 1851 e 1852, nada garantia o retorno do investimento. A rigor, Irineu Evangelista de Souza havia emprestado dinheiro a uma parcela da elite uruguaia, contando que ela se estabelecesse no poder e assumisse a dívida como do Estado. O transcurso dos acontecimentos poderia ter levado o investimento junto com a derrota. A operação arriscada se justificava pelo fortalecimento dos laços com importantes políticos imperiais, pelo atendimento dos desejos dos estancieiros sul-rio-grandenses – seus clientes – e principalmente, pelo prestígio que a ajuda ao Império lhe renderia.

O que se empenhava nestes serviços extraoficiais era a lealdade ao Império, e com ela, a graça de prestar um serviço, que sim, atendia sua Majestade Imperial, mas antes passava pelas vistas de todo o centro de poder. Se essa constatação pode ser aplicada à Mauá e seus projetos individuais, serve da mesma forma à Canabarro. Depois de dez anos liderando tropas revoltosas, Canabarro certamente foi o rebelde que mais facilmente se reincorporou ao sistema político do Império. Certamente teve de retomar velhos contatos, reforçar outros tantos e o papel que teve na pacifica-

¹⁰ CALDEIRA, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ção da Província lhe rendeu oportunidades de demonstrar suas qualidades. Mas o peso da suspeita nunca abandonou os revoltosos totalmente. Seja nos pronunciamentos dos Presidentes da Província, seja na literatura¹¹, ou ainda no ostracismo em que muitos líderes caíram, é possível perceber como a desconfiança ainda grassava quando se tratava dos envolvidos na revolta. Em 1865, quando do processo que avaliou sua postura mediante a invasão das tropas Paraguaias, Canabarro ainda sentiria o rescaldo desse sentimento¹².

Mauá, através de sua ligação com a maçonaria, se viu prestando ajuda a farroupilhas presos ou foragidos na Corte, o que à época da revolta causou sérias desconfianças sobre sua lealdade ao Império. Provavelmente, aí conheceu David Canabarro, ou pelo menos, o contato entre ambos poderia ser travado a partir de uma série de conhecidos em comum. Anos se passaram e Mauá abandonou o comércio e partiu para a arriscada atividade industrial. O estabelecimento da Ponta D'Areia exigiu investimento político para garantir sua instalação, num país onde o governo controlava todos os negócios privados que não fossem fazendas. Irineu Evangelista de Souza mobilizou todos os conhecidos, entre eles, José Maria da Silva Paranhos, irmão maçom e então, liberal como ele.

Paranhos viria a se tornar um moderado com o passar dos anos e das revoltas armadas, sua grande contrariedade com os liberais radicais. Sua postura política e seu trabalho como jornalista, discutindo as questões na região do Rio da Prata, o levaram a ser nomeado Ministro Plenipotenciário em Montevideo, pelo conservador Honório Hermeto de Carneiro Leão. Fez jus a confiança ao conseguir firmar o Tratado de Aliança Internacional que comprometia Brasil, Uruguai e as províncias argentinas rebeldes de Entre Ríos e Corrientes, além de um semelhante com o Paraguai, em 1851. O reconhecimento de tal atuação brilhante lhe rendeu o Ministério da Marinha, que viria a acumular a partir de 1855 com o dos Negócios Estrangeiros, onde mantinha contato estreito com os comandantes de fronteira, a Comissão de Demarcação de Limites e o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse momento, também caminhava Para-

¹¹ GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

¹² GUAZZELLI, Cesar Augusto B. "A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata." In: *Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351 (Texto publicado com o pseudônimo de Pedro Dornelles de Bivar).

nhos em passos largos para se tornar um dos principais líderes do Partido Conservador.

O contato estreito com o Barão de Caçapava podia ter se dado em qualquer momento desde sua nomeação como Ministro Plenipotenciário em Montevideo, seja pelos laços estreitos que a Província mantinha com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, seja pela atuação militar de Caçapava, seja por sua postura política ligada aos conservadores, ou talvez, por todas elas. As ligações de Caçapava com Mauá são menos óbvias. Como engenheiro militar, Caçapava pensava na necessidade de infraestrutura para defesa, tônica de sua atuação como Presidente da Província. Encomendou equipamentos como pontes e lanternas para faróis, pequenos fornecimentos de materiais para obras e para o arsenal de guerra da capital, tudo direto do estabelecimento da Ponta D'Areia, o grande empreendimento de Mauá ao largar a carreira de comerciante. Além disso, as cartas entre ambos revelam que a simpatia sob o estabelecimento fazia com que o então Conselheiro e Senador do Império Francisco Soares de Souza de Andréa fosse um dos políticos que ofereciam atenção ao empreendimento.

Por fim, Manuel de Vieira Tosta, Barão de Muritiba, não só era conservador, como tinha uma trajetória marcante no que se referia a combater revoltas e insurgências armadas. Além disso, já havia ocupado a pasta da Guerra e a da Marinha, e mais tarde se tornaria um dos políticos do Império do mais alto prestígio, tendo a honra de frequentar o Palácio de São Cristóvão e tendo sua mulher o título honorífico de Dama do Paço. Sua passagem pela Presidência da Província foi marcada por desconfianças, tendo em sua correspondência um número significativo de cartas de Ministros afirmando não estarem sonhando informações em relação ao Prata e aos Comandos Superiores da Guarda Nacional, o que pode indicar que na prática o hábito informativo fosse diferente na Província em relação às experiências anteriores de Muritiba.

De toda forma, sua relação com os demais envolvidos parecia se resumir à formalidade do cargo, à exceção de Paranhos. Seu perfil não militar pode ser um indicador de sua pouca articulação com a elite provincial no tocante à fronteira. Muritiba tinha a origem de sua carreira na atuação como magistrado e certamente, desempenhou seu trabalho de forma particular. Enfrentou com competência a epidemia de cólera-morbo e soube resolver o problema da dispersão das tropas da Força Auxiliadora, retirada do Uruguai, garantindo a tranquilidade pública, especialmente nas áreas urbanas, o que apesar de um mérito, talvez não fosse exatamente um ele-

mento prestigiador para a elite ligada à produção de gado e à posse de terra na região fronteira da Campanha.

Seu sucessor, Jerônimo Francisco Coelho soube contornar tal situação com mais habilidade. Ao receber a solicitação do Ministro Paranhos de que redigisse um relatório completo sobre o tema da fronteira e dos proprietários brasileiros estabelecidos em território do Estado Oriental, convocou outros prestigiados políticos como o Coronel da Guarda Nacional e Deputado Provincial Antônio Joaquim da Silva Mariante e o Desembargador Luís Alves de Oliveira Belo para o auxiliarem. O relatório reflete boa parte dos anseios dos proprietários brasileiros estabelecidos na fronteira ou em terras do país vizinho e foi a referência fundamental da política executada nas negociações de um novo Tratado de limites. Jerônimo Coelho teve a disposição de levar as reivindicações dos estancieiros e com isso, a destreza de receber o respeito da elite provincial e sua colaboração.

Paranhos tomou, como já fazia desde 1851, conforme fica claro em sua correspondência com o Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental na Corte Andres Lamas – depositada no Archivo General de La Nación, em Montevideo –, os desejos dos proprietários brasileiros estabelecidos ao sul da fronteira nacional como uma reivindicação da nação. Nem os percalços das atitudes isoladas daqueles que preferiram recorrer à ação individual e violenta ao invés de esperar os meios legais fizeram o Ministro desistir de sua perspectiva. Em relação ao Uruguai, sua postura foi sempre a de que os interesses brasileiros, vistos como os dos estancieiros, não poderiam ser prejudicados. Parece óbvio que os interesses a serem defendidos eram os dos súditos imperiais, mas na verdade a questão a se levantar é a de quais súditos e que projetos precisavam ser privilegiados. Uma observação mais detalhada de outra parte da documentação de Andres Lamas, a correspondência pessoal, mostra que os súditos do Império tinham desejos diferentes em relação ao Uruguai.

Os desejos do governo do Estado Oriental, ou mais precisamente suas necessidades entravam em rota de colisão com as dos estancieiros brasileiros. Confrontando o relatório de Jerônimo Coelho, as cartas de Lamas e as cartas de Paranhos, é possível compreender que o que era a falta de receita das aduanas orientais era o lucro dos estancieiros e charqueadores sul-riograndenses. Os estabelecimentos de charque de Pelotas e Rio Grande voltaram a produzir numa escala talvez superior inclusive à de antes da Revolução Farroupilha. A crise de abastecimento na Corte fazia com que o produto escoasse do porto de Rio Grande diretamente para as senzalas das fazen-

das de produção cafeeira no sudeste do país¹³. Para prover a manufatura da carne salgada, muitos produtores traziam seus rebanhos, criados em propriedades com pastos mais ricos no país vizinho. Outros, simplesmente a compravam, favorecidos pela isenção de impostos para esses produtos.

Antes dessa retomada, alguns charqueadores estabeleceram provisoriamente seus empreendimentos na margem uruguaia da Lagoa Mirim. A dificuldade de criar gado em meio à Revolução Farroupilha, tornou essa alternativa atraente. Depois, a partir de 1842, foram os cidadãos do Estado Oriental que o fizeram, fugindo das requisições de gado da Guerra Grande, o conflito civil que dividiu o país, até 1851. Vendiam suas mercadorias pelo porto de Rio Grande, transportando-a pela Lagoa Mirim, evitando assim atravessar o país em guerra para chegar a um porto que se encontrava sobre forte cerco. A versão do relatório de Jerônimo Coelho sobre o fechamento desses estabelecimentos dizia que a paz havia os feito retornar às proximidades de Montevideo.

A versão de Lamas era menos tranquila. Segundo a representação uruguaia, o gado do país era todo escoado para as charqueadas sul-riograndenses e com isso, decretava a morte da produção de charque no Estado Oriental. A isso, Jerônimo Coelho e Paranhos rebatiam com os dados das propriedades brasileiras na zona de fronteira: numa faixa paralela à fronteira, de trinta léguas, o predomínio era das propriedades de brasileiros. O gado, de propriedade de brasileiros era todo enviado as charqueadas de brasileiros. A ideia de taxar o gado brasileiro engordado em terras uruguaias era considerada um absurdo por ambos. Lamas, projetava a medida em seu discurso como uma forma de defender a indústria nacional.

Mas havia outro súdito do Império com uma proposta divergente da defendida por Paranhos. O Barão de Mauá, financiador do governo do Estado Oriental do Uruguai opinava muito incisivamente na política fiscal daquele país. Para ele, a única forma de obter receita era taxar o gado e seus produtos na saída do país. Estabelecer aduanas fortes nos postos de fronteira, taxar as importações de produtos industrializados e reprimir o contrabando. Suas opiniões não eram apenas ouvidas como requisitadas. E obviamente seu interesse maior era o de receber o pagamento da dívida que o país tinha consigo, seja em valores monetários, seja em concessões. Mauá incentivava Lamas a bancar essa política frente ao governo brasileiro, inclu-

¹³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia: crises, organização e investimentos do comércio de subsistência da Corte (1850-1880)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.

sive sugerindo que o Ministro retornasse a Montevideo e ascendesse a cargos mais altos na política de seu país. Para Mauá, o projeto dos estancieiros brasileiros era um entrave, considerando-se que seus lucros bancários subiriam se a economia uruguaia recuperasse o fôlego. Um súdito do Império tinha outros projetos para o Uruguai. A nação preferiu o dos estancieiros.

O problema de como garantir o atendimento de reivindicações pelo poder central sempre esteve presente. Se na década de 1850, o Império tomou atitudes que garantissem os direitos dos estancieiros brasileiros com propriedades no Estado Oriental, antes disso, por mais que reconhecesse como legítimas suas reivindicações, a postura era vacilante. Seja pela desconfiança que os políticos sul-rio-grandenses inspirassem, seja pelo receio de que as turbulências das repúblicas vizinhas no Rio da Prata se imiscuissem no território nacional, o governo imperial sempre tratou com muita cautela do assunto. E frente à ineficiência do apelo, muitas vezes autoridades locais usufruíram de seu prestígio para buscar fazer valer a justiça por si. Um caso exemplar foi o da formação de tropas particulares pelo Barão do Jacuí.

Militar com fama de bons serviços ao Império e reconhecido prestígio na Província desde sua atuação contra os farroupilhas, Francisco Pedro Buarque de Abreu, o Barão do Jacuí, pediu baixa do exército logo após o fim da secessão, por não se adaptar ao serviço das tropas regulares. Porém, seus serviços ao Império não cessam. Em uma série de correspondências entre o Presidente da Província, Manoel Antônio Galvão, e o Ministro dos Negócios do Estrangeiro, Antônio Paulino Limpo de Abreu, encontramos interessante discussão sobre a atuação que o Barão de Jacuí tinha na fronteira. Inicialmente, os documentos tratam da necessidade de enviar à Corrientes e Entre Ríos, províncias argentinas rebeldes, um agente que, em missão extraoficial, avaliasse a possibilidade de se construir alianças com líderes políticos, ou nas palavras do Ministro, “para avaliar o estado do espírito público em tais províncias”.

O Barão de Jacuí foi o escolhido para tal missão. Porém, sua execução não seguiu a mesma concepção pensada na Corte. A partir de 1848 começam a correr rumores de que o Barão se aliou aos irmãos Madariaga, conhecidos adversários de Juan Manoel Rosas, governador de Buenos Aires. Suas ações iniciaram com patrulhas de fronteira, buscando conter o avanço do exército de Manoel Oribe – General que havia derrotado as forças de Rivera no Estado Oriental, e que era apoiado por Rosas – sobre os rebanhos de gado em território brasileiro. A partir de 1849, já destituído de sua missão pelo governo imperial, o Barão passa a invadir território uruguaio com tro-

pa própria, para recuperar o gado roubado. Suas ações, obviamente geraram reação do governo central. As relações no Rio da Prata se conturbavam cada vez mais e as ações do Barão invalidavam reivindicações pelos meios legais. A guerra civil no país vizinho chegava ao seu ápice. Ambos os lados da contenda atacavam propriedades dos brasileiros lá estabelecidos.

As motivações de Chico Pedro, como era conhecido o Barão, eram as mesmas que fizeram com que muitos homens se juntassem a ele: a desconfiança de um mundo que não fosse garantido pelas armas. Estando acostumado às guerrilhas montadas da região, e desconhecendo outra presença do Estado que não essa, desconfiava de outros mecanismos. Mas mais importante que sua cultura de participação política escorada na participação na Guerra, talvez seja o fato da legitimidade que contava receber do Império. Fora agraciado com o título de Barão, recebera uma missão extraoficial, contava defender seus concidadãos. Aliás, fora o exercício da batalha que o permitira receber tal legitimidade, como poderia acreditar que sua missão não envolvesse tal atuação. Além disso, a dinâmica das informações sempre inspirara certo senso de autonomia no serviço de Sua Majestade, assim as distâncias exigiam.

As percepções sobre o que era um bom serviço prestado a Coroa estavam em mudança naquele momento, especialmente em relação ao Rio da Prata. A atuação diplomática surgiria como uma alternativa e a carreira de José Maria da Silva Paranhos é exemplo disso. Anteriormente, tratamos do fato de que sua atuação como Ministro Plenipotenciário no Uruguai o levou aos mais altos postos ainda na década de 1850. Os anos que se seguiram, entremeados de conflitos, viram mais uma vez sua atuação. Negociou o quanto pode a postergação dos conflitos na região. Como Ministro da Fazenda – no gabinete presidido por Caxias, de quem era amigo próximo – preparou as finanças imperiais para a Guerra iminente. A responsabilidade de organizar o governo paraguaio ao fim da Guerra ficou com o Visconde de Rio Branco, título que recebeu. A capacidade de falar de nação a nação sem passar pelas armas passou a ser um serviço importante.

Construindo projetos: lealdades nacionais e escolhas individuais

O processo de formação do Estado Nacional brasileiro foi permeado por uma divisibilidade pouco clara entre público e privado. Foi na expansão do aparato burocrático e no recrutamento de novos agentes que essa

realidade se constituiu. Mas ao contrário das dicotomias que opõem elites regionais – ora vistas como tiranizadas por um Estado centralizador, ora vistas como corpos sociais retrógrados que impedem a consolidação de um Estado moderno – ao poder central, foi na interação dessas duas dimensões que se conformou um conjunto de relações que permitiu que projetos privados se tornassem projetos nacionais.

Questionar por que determinados projetos foram escolhidos para a nação, quando vimos que houve outros concorrentes, talvez nos leve novamente aos lugares-comuns. Exercício mais frutífero quiçá seja invertermos a interrogação e nos perguntarmos por que alguns projetos simplesmente não foram desenvolvidos sob outra lealdade nacional. Obviamente a questão só está colocada pela proximidade da fronteira, mas ela fica mais evidente se pensarmos no estatuto de proprietários que tem os súditos imperiais de que tratamos. Em algumas situações estes proprietários estavam estabelecidos no país vizinho desde um quarto de século e tinham relações sólidas na vida das localidades onde se instalaram. Por que simplesmente não se tornavam cidadãos do Estado Oriental do Uruguai? A força do exército brasileiro contava, certamente, mas não pode ser tomada como única explicação.

Se o Estado no Império estava em formação, com uma presença ainda débil, o Estado Oriental parecia inexistente. Mesmo após a pacificação do país com o término da Guerra Grande, blancos e colorados – as duas facções políticas que disputavam o poder – seguiam em suas escaramuças. Ainda que falha, a justiça no Império permitia que litígios de terras fossem resolvidos, e a segurança das propriedades sempre assegurada. Além disso, talvez a mais importante diferença entre ser brasileiro e ser oriental – como os uruguaios se chamavam à época – estava na noção de propriedade. A criação de gado demandava largas extensões de terra, mas o prestígio de um proprietário não estava apenas ligado ao tamanho de suas posses, mas à qualidade delas. No Brasil, um grande proprietário era também senhor de escravos. No Estado Oriental do Uruguai, desde 1842, homens de cor eram cidadãos livres, com direitos legais.

Dos treze tomos que documentam a atuação de Andres Lamas como Ministro Plenipotenciário do Estado Oriental do Uruguai na Corte do Rio de Janeiro, dois são única e exclusivamente dedicados aos problemas enfrentados por “homens de cor”. São petições, cartas e relatórios sobre cidadãos uruguaios escravizados por brasileiros, denúncias de propriedades de brasileiros que mantinham escravos sob o disfarce de contratos, litígios em torno de identidades nacionais.

Por outro lado, as reclamações encaminhadas pelo Comando da Fronteira de Bagé e Jaguarão, além das inúmeras referências que o Ministério dos Negócios Estrangeiros fazia em suas correspondências, nos mostram que assim como a passagem de gado de um país a outro era considerada pelos estancieiros como um direito de propriedade, a de escravos se equivalia. Os estancieiros, mais fortemente os que tinham terras lindeiras à fronteira, ou que as atravessavam, acreditavam que enquanto transitassem por suas terras, não deviam explicações a autoridades nacionais, não importando muito de que lado estivessem.

As reivindicações não se restringiam à proprietários de terra, o que pode nos mostrar que o fator de unidade estava concentrado tanto mais na propriedade de escravos que na de terra ou gado. Em 1848, Domingos José de Almeida, líder farroupilha que havia perdido considerável fortuna durante o conflito, contando com o acordo secreto de pacificação que previa indenizações pelas dívidas da República Rio-Grandense, Almeida, que havia sido seu Ministro da Fazenda, pediu ressarcimento por 40 escravos que havia encaminhado à Montevideo em 1838. O aluguel dos escravos garantiu mantimentos para as tropas farrapas até o fim da escravidão no país vizinho e uma concordata ao seu antigo proprietário, que viu seu bem mais precioso tomado.

A indenização que recebeu nos anos que se seguiram à Ponche Verde, – não mais como parte das dívidas que a República Rio-Grandense tinha a cobrir, mas como reivindicação por perdas ocasionadas pelos conflitos no país vizinho – indica que a sensibilidade política no que tocava ao país vizinho estava intimamente ligada a identidade escravista do Império. Um rebelde como Almeida, poderia ser reintegrado no seio da Nação, e seus direitos serem amplamente amparados, especialmente se os direitos de propriedades exigidos fossem sobre um bem tão tipicamente nacional. Sob outro aspecto, a reivindicação de indenização somente era possível no Brasil. O Estado Oriental teve política rígida sobre o tema, condenando a escravidão¹⁴.

A identidade nacional e sua reivindicação neste caso estão condicionadas a um projeto político claro, que envolvia profundamente as elites

¹⁴ GRINBERG, Keila; “Escravidão e Liberdade na fronteira entre o Império do Brasil e a República do Uruguai: notas de pesquisa.” In: *Cadernos do CHDD (FUNAG)*, v. 5, p. 91-114, 2007; _____.”Senhores sem escravos”: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial. *Almanack Braziliense*, v. 6, p. 01, 2007.

brasileiras. E assim como o estatuto de propriedade do escravo conflitava com sua condição humana, a divisão entre público e privado era confusa, quando não inexistente na percepção dos senhores de escravos. A fronteira, a legislação do país vizinho, o desenvolvimento de novas estruturas da burocracia estatal e, principalmente, a transformação da prática política produziram seus choques e exigiram adaptações de uma elite acostumada a exercer seus negócios com autonomia. Certamente, o ir e vir das guerras fez com que algumas questões, como essa, se perdessem em meio a questões de demarcações e impostos. Provavelmente àqueles homens importasse mais que a nós as conexões entre as diferentes dimensões de poder e seus consensos. A escravidão era talvez fosse o mais forte deles.

Um projeto convergente

As pesquisas de sobre a presença de escravos em estâncias de brasileiros no norte do Uruguai¹⁵ nos dão conta de movimentos em que a fronteira ofereceu recursos que foram manipulados de forma não apenas consciente, mas bastante intencional. Com a eclosão da Revolução Farroupilha em 1835, um quadro geral de instabilidade sobre a propriedade se estabeleceu na Província do Rio Grande do Sul, especialmente em relação aos escravos e ao gado. Os primeiros podiam ser recrutados pelas tropas rebeldes, ou arrematados por ordem do governo imperial, o segundo confiscado pelos adversários.

O refúgio encontrado foi levar escravos e gado para o território do país vizinho, como estratégia de preservação, prática adotada inclusive por farroupilhas. Esse movimento foi tão grande que gerou reações de ambos os lados da fronteira, especialmente pela retirada dos escravos, que também eram vistos em território imperial como importante fonte de recrutamento em tempos de revolta. Bento Gonçalves, na qualidade de presidente da República Rio-grandense publicou um decreto no qual ameaçava com a perda de cidadania aqueles que retirassem seus escravos para o Estado Oriental, o que não impediu que muitos migrassem e criassem “sólidas posições econômicas em terras uruguaias¹⁶”.

¹⁵ CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai. (1830-1860)* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

¹⁶ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “A República Rio-Grandense e o Rio da Prata: a questão dos escravos libertos.” *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre, 2005, p.10-11.

O governo uruguaio não ficou alheio à questão, elaborando medidas que impunham certo controle. O objetivo não era impedir a propriedade escrava, ou não a reconhecer, mas dar conta de atender as disposições de inibição do tráfico, tal como decretado em 1837. Ao legitimar a migração dos escravos junto aos senhores, as disposições buscavam criar maior controle sobre o número e as condições da introdução desses escravos através da fronteira¹⁷. Os escravos passaram a ser registrados mesmo antes do decreto de 1836, devendo ser apresentados à polícia local pelo senhor, que também tinha que garantir que não efetuaría transferência da propriedade ou deixaria o escravo ao se retirar do território oriental, sob pena de ser enquadrado como traficante¹⁸.

A lógica reinante nessas disposições era a de que o escravo que entrava com seu senhor, estaria com ele para prestar serviços pessoais. Essa perspectiva se confirma quando se observa o dado de que esses escravos deveriam ser retirados do país no prazo de um ano a contar de sua introdução e que se buscava controlar o número de forma a reduzi-lo¹⁹. Muitas e muitas vezes desrespeitada, essa lógica não vigorou, especialmente porque a queda de Oribe em 1838 permitiu uma suspensão dos debates sobre a regulação desse trânsito fronteiriço.

Em 1842, quando o conflito evoluiu para o cerco de Montevideu e as possibilidades de recrutamento se esgotaram, levando à abolição pelo engajamento nas tropas, muitos dos proprietários brasileiros que tinham estabelecido *saladeros* no Buceo se viram em situação perigosa. Alguns conseguiram retirar seus escravos rapidamente, levando-os a navios de guerra brasileiros²⁰, outros perderam todos os escravos²¹. O movimento de retirada foi mais rápido e possibilitou uma redução das perdas na fronteira entre Brasil e Uruguai quando Oribe realizou seu decreto. A fronteira seria ultrapassada novamente como refúgio para a propriedade escrava, inclusive por aqueles que não haviam realizado a primeira migração.

¹⁷ CAÉ, Rachel da Silveira. *Escravidão e liberdade na construção do Estado Oriental do Uruguai. (1830-1860)* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p.68

¹⁸ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Esclavitud y trabajo. Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya. 1835-1855*. Montevideo, Pulmón Ediciones, 2004. p.109.

¹⁹ PALERMO, Eduardo. "Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil." In: *Memorias del Simposio – La ruta del esclavo en el rio de La Plata: su historia y sus consecuencias*. Montevideo: UNESCO, 2005. p. 109.

²⁰ BORUKI, Alex; CHAGAS, Karla; STALLA, Natália. *Op. cit.* p. 41.

²¹ MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.p. 182.

A racionalidade de tal estratégia se faz inegável. Mas temos de atentar aos limites desse uso consciente dos recursos, que não controla todos os fatores, nem é capaz de avaliar os revezes conjunturais, como o acirramento da disputa entre *colorados* e *blancos*, o papel que o recrutamento desenvolverá sobre a libertação desses escravos, as possibilidades de que a instabilidade e insegurança tomem outras formas. Vale dizer que esses proprietários usaram da melhor avaliação que puderam produzir para tentar manter suas posses, mas não tinham condições de acompanhar todos os fatores existentes naquele contexto em seus diferentes momentos²².

Os dois lados da fronteira: vários projetos

As diferenças entre ser cidadão no Estado Oriental e no Império do Brasil eram muitas em meados do século XIX e significavam inclusive o direito à propriedade escrava ou não, mas só podem ser mensuradas quando observamos numa escala reduzida a sua conformação nas práticas. Foram as leituras e usos que os indivíduos fizeram das diferenças que as colocarão como instâncias de conflito ou de convergência.

O caso do então Coronel Diego Eugenio Lamas nos traz mais elementos para pensarmos sobre a necessidade de uma leitura ampla e livre de preconceitos. Aparecendo na documentação de quase toda a fronteira em regiões diferentes como Dom Diogo Lamas – a grafia portuguesa –, ocupando diferentes posições políticas e militares, desde meados de 1840 até o fim o início da Guerra do Paraguai, esse indivíduo que chegará a ocupar o Ministério da Guerra do Estado Oriental como parte do governo *blanco* de Bernardo Berro na década de 1860, foi figura importante nos casos de embargo de propriedades, confisco de gado e recrutamento forçado²³. Ainda, aparece nas listagens de proprietários de 1850²⁴ como responsável por diversos confiscos – de fato, é o único além do General Oribe – podendo ser visto como um grande rival da presença brasileira no Estado Oriental e como executor da violência e desordem apontada por muitos proprietários como causa da instabilidade que atingia seus negócios durante a Guerra Grande.

Curiosamente, Dom Diego Lamas era o oficial encarregado da região fronteiriça próxima ao Quaraí quando o Barão do Jacuí, Francisco

²² BARTH, Frederik. *Op. cit.* p. 178.

²³ MENEGAT, Carla. “*Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha*”: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (ca. 1845-1865). Tese de doutorado, UFRGS, 2015.

Pedro de Abreu, fez suas famosas *califórnicas* para apresar gado em território uruguaio a partir de 1848. Vendo a situação apenas com estes dados, aqueles que a historiografia tem reproduzido por décadas, facilmente pode-se fazer algumas afirmações envolvendo Diego Lamas, como a de que os *blancos* eram naturalmente refratários aos brasileiros, perseguindo-os, ou constatar a impossibilidade de que houvesse cooperação entre autoridades brasileiras e orientais e que o conflito era a única possibilidade colocada.

Observar a parcialidade das fontes evita que realizemos um julgamento precipitado. Tanto a lista de 1850, quanto as reclamações de cidadãos brasileiros à sua legação tem intenções claras: a de se estabelecer como vítimas e atrair a atenção do Estado imperial a um inimigo que os reclamantes querem construir como comum, os *blancos* partidários de Oribe, como veremos mais adiante. Curiosamente, documentos das municipalidades fronteiriças reportando ao Ministério de Negócios do Estrangeiro incidentes de violência²⁵ que não envolviam propriedades mostram o mesmo Dom Diego Lamas colaborando com as autoridades brasileiras na prisão de criminosos de todos os tipos: baderneiros, assassinos, ladrões. Sua relação de cooperação com as autoridades brasileiras pode ser mapeada em mais de uma localidade do Uruguai e se estendeu por toda a década de 1850.

Podemos discutir outros aspectos da personalidade política de Diego Lamas, que compunham pontos de conflito ou de aproximação com os brasileiros, estabelecidos ou não no território do Estado Oriental, e desta forma compreender que as identidades não são estanques e que a fronteira, ao mesmo tempo que as produz, não determina sua condição como conflitiva ou concordante, mas as coloca em perspectiva, de forma relacional. O fato de que, o Coronel Lamas, em 1850, era um político *blanco* em ascensão na sua carreira militar nos remete ao seu papel como agente de um dos lados da contenda e como parte de uma estrutura estatal que tentava se impor como única e central. Ao mesmo tempo, foi justamente essa mesma identidade de *blanco* que o levou a cooperar com as autoridades brasileiras

²⁴ Relatório da Repartição de Negócios do Estrangeiro, 1850.

²⁵ Essa documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty se encontra no fundo das correspondências com a Província de São Pedro, e acaba se complementando com outras correspondências encontradas no AHRs (Correspondências das Câmaras Municipais) e com dados que outros pesquisadores encontraram em outras documentações, como processos-crime e as dos Comandantes de Fronteira. FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. FARINATTI, Luís Augusto E. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

na perseguição de criminosos, como parte da perspectiva de formação de um Estado Nacional.

A existência de uma estrutura estatal na fronteira referendando um centro de poder é uma característica importante para entender o quanto a constituição de um corpo de funcionários que regula as relações de Estado nessa fronteira, ao mesmo tempo a delimita como fim do território e a inclui como parte desse território²⁶. A própria existência de uma parte importante da documentação analisada nesta pesquisa foi fruto desse movimento que amplia e torna mais complexa a presença do Estado brasileiro na fronteira. Comandos militares, alfândegas, estabelecimentos diplomáticos, todos esses mecanismos compõem a fronteira, colaboram para a classificação do outro como estrangeiro.

Se por um lado esse aparato estatal é fundamental para reconhecer a fronteira, não inviabiliza seu caráter dinâmico. As relações, a constituição de redes de solidariedade, comércio e política não se estancam pela presença ou não do Estado, assim como não ignoram o limite fronteiriço. Em parte podemos dizer que a forma como essas relações se constituem influi muito sobre a organização da fronteira, assim como alterações de legislação ou de organização estatal implicam em reordenações das relações que envolvem a fronteira²⁷. Por isso a historicidade de cada contexto deve ser respeitada e compreendida em suas múltiplas variações²⁸. Situação que pode permitir entender melhor essa característica foi a dos produtores de charque estabelecidos nas margens do Jaguarão ao longo da década de 1840.

Boa parte desses produtores de charque migrou sua produção durante o decênio da Revolução Farroupilha, buscando proteção contra o conflito e tranquilidade para seguir com sua produção. Muitos desses produtores tinham terras para criação de gado bovino no Estado Oriental, mas boa parte de suas conexões de comércio se encontravam ligadas ao porto de Rio Grande, do qual dependiam para o escoamento de seus produtos. Através da Lagoa Mirim podiam chegar ao porto sem maiores empecilhos, e criando seu gado no lado uruguaio da fronteira se livravam dos confiscos tanto de rebeldes farroupilhas, quanto de legalistas.

²⁶ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 71.

²⁷ YOUNGER, Joseph. "Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata." *Revista Aedos*, v. 1, n°1, p.290-311, 2008.

²⁸ FLORES, Mariana F. C. T. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 69.

O negócio se mostrou tão lucrativo e viável que muitos desses produtores se mantiveram produzindo desta forma mesmo depois de encerrado o conflito. Em 1848, alguns desses proprietários reclamarão vigorosamente contra a proibição dos *blancos* de que essas charqueadas eram um embuste para transitar gado até a Província do Rio Grande do Sul. O trânsito de gado havia sido proibido naquele ano por Oribe. De fato, alguns realmente produziam no território oriental, mas estando às margens da Lagoa, imediatamente escoavam a produção para território brasileiro.

Outros produtores usaram de um artifício mais elaborado: tendo terras dos dois lados da fronteira, abatiam as reses em solo oriental, atravessavam a carne por pequenas embarcações através do rio Jaguarão e beneficiavam o produto em solo brasileiro, portanto, burlando os fiscos das duas nações. Essa interpretação tão particular do papel da fronteira no manejo dos negócios só foi possível (e necessária) durante o período final da Guerra Grande, quando a passagem de gado em pé de um país a outro foi muito rigorosamente impedida pelos *blancos*. Tal situação demonstra a importância da percepção de que cada momento dessa relação se faz único e precisa ser amplamente explorado.

Na fronteira também se encontram presentes as disputas por projetos nacionais²⁹. No caso do Uruguai, durante a Guerra Grande essa disputa estava bastante clara graças a sua condição de conflito bélico, muito embora tenhamos que levar em consideração que essa disputa não tornava a situação dual, mas sim múltipla. Não se tratava de dois projetos nacionais, representados por cada país, mas da convivência entre diferentes projetos dentro de cada país e dos projetos para além das fronteiras.

²⁹ Uma boa discussão sobre essa construção do Estado Nacional e sua relação com a fronteira pode ser vista em FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Impérial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

A Argentina no horizonte da grande estratégia de Rio Branco

Adelar Heinsfeld

Há pouco tempo, em artigo assinado por Diogo Bonomo, gerente executivo de comércio exterior da Confederação Nacional da Indústria, o jornal *O Estado de São Paulo* afirmava:

Todo país precisa de uma grande estratégia, em particular aquele que é ou tem vocação para tornar-se potência. Essa estratégia reflete os interesses de longo prazo da nação, independe do governo no poder e expressa a visão geopolítica do país. Nesse contexto, a política externa é a execução da estratégia por meio da perseguição a dois objetivos: assegurar a existência e autonomia do Estado e ampliar o seu poder e influência na ordem internacional¹.

Um século antes, o mesmo jornal, em edição do dia posterior à morte do Barão do Rio Branco, enaltecia o “grande morto”, destacando que o mesmo, como ministro das Relações Exteriores por uma década, havia pensado estrategicamente o futuro do Brasil. Informava ainda que em Buenos Aires, o jornal *La Razón*, que se notabilizou pelos ataques ao Brasil, dizia que Rio Branco coroou a obra de independência do Brasil e preparou o país para a guerra sem, contudo, perturbar a paz².

Em meio a estas duas edições separadas por 103 anos, *O Estado de São Paulo* vai publicar um artigo do brasilianista Stanley Hilton em que o mesmo afirma que nenhum tema está presente na história política internacional sul-americana como o da rivalidade entre Brasil e a Argentina, em que ambos lutam pela supremacia continental. “Nenhum fenômeno tem exercido, ao longo dos anos, maior impacto sobre a estratégia brasileira do que a tenaz, incessante e inelutável disputa entre os dois países³”.

Ao longo da titularidade no Ministério das Relações Exteriores Rio Branco traçou uma estratégia que objetivava isolar a Argentina no concerto

¹ BONOMO, Diogo. Grande estratégia e política externa. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 136, nº 44.482, 01 de agosto de 2015, p. 27.

² *O Estado de São Paulo*, ano 38, nº 12.110, 11 de fevereiro de 1912, p. 2.

³ HILTON, Stanley. A disputa pela hegemonia na América do Sul. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, ano 101, nº 32.233, 13 de abril de 1980, p. 196.

das nações sul-americanas, para que o país vizinho não atrapalhasse o projeto brasileiro de conquistar a hegemonia nesta parte do continente.

O termo estratégia em do grego, que significava literalmente “direção de uma expedição armada”. Evoluindo, da preocupação com a guerra, a estratégia chegou a um conceito mais amplo de segurança ou defesa, ultrapassando a simples defesa militar⁴.

Para o general espanhol Agustín Alcázar Segura, entende-se como estratégia “la elaboración de un plan global de medidas encaminadas a alcanzar un objetivo central, de tal manera que permita el control y/o posicionamiento físico de los espacios y dé a quien los posea, ventajas geopolíticas⁵”.

Ao pensar a estratégia brasileira, Rio Branco tinha a convicção de que era necessário o país ser dotado de mecanismos de defesa que garantissem a segurança nacional. E nestes mecanismos de defesa a marinha de guerra ocupou um lugar privilegiado no plano estratégico de Rio Branco

Jullian Sttaford Corbertt, historiador naval britânico e contemporâneo de Rio Branco, defendia que a guerra naval não pode ser compreendida fora do contexto de disputas em terra. Desta forma, a estratégia marítima deve ser baseada no pressuposto de que a guerra no mar é parte da guerra terrestre. Sobre o comando do mar, afirma que está ligado à sua utilização na conquista de objetivos bélicos e existe somente em estado de guerra: “Ao afirmamos que temos comando do mar em momentos de paz, afirmamos retoricamente que temos posições navais adequadas e uma frota adequada para proteger o comando em tempos de guerra⁶”.

Para Corbett, comandar o mar não significa ter liberdade de ação total no mar ou obter o controle de determinadas águas territoriais.

Comandar o mar não significa que o inimigo não possa fazer absolutamente nada, mas sim garantir que ele não possa seriamente interferir com os empreendimentos pelos quais procuramos assegurar nossos objetivos de guerra, ou impor nossa vontade sobre ele⁷.

Não podemos afirmar que Rio Branco leu Jullian Corbett. Há na biblioteca do Itamaraty várias obras do historiador inglês. Sabedores que

⁴ CORREIA, Pedro Pezarat. *Manual de geopolítica e geoestratégia*. Coimbra: Edições Almedina, 2010.

⁵ ALCÁZAR SEGURA, Agustín. Geopolítica y geoestrtegia. *Revista Ejército*, Madrid, n° 868, jul/ago. 2013, p. 36

⁶ CORBETT, Jullian S. *Some principles of maritime strategy*. Londres: Paperback, 1911, p. 318 (tradução livre).

⁷ Idem, ibidem.

Rio Branco era um leitor inveterado e do grande interesse que tinha pela história e pelas coisas relacionadas à arte da guerra, é mais que provável que ele conhecia estas obras, até por que aquela biblioteca foi constituída por determinação dele.

Ainda antes de tornar-se ministro de Estado, o futuro Barão do Rio Branco demonstrou várias vezes interesse pelos assuntos relacionados aos mecanismos que garantissem a segurança nacional. Ele mesmo reconhecia, textualmente, que “desde os bancos do antigo colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois, na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente”.⁸ Com apenas 16 anos, o jovem José Maria da Silva Paranhos Júnior escreveu uma biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata “Imperatriz”, morto em combate aos argentinos, em abril de 1826. Pouco tempo depois publicava *Episódios da Guerra do Prata*, usando o pseudônimo “X”, na Revista do Instituto Científico, em Recife. Em 1865 escreveu a biografia do General José de Abreu, Barão do Serro Largo, que se destacou nas lutas platinas, e que contribuiu para que o território brasileiro no Rio Grande do Sul não sofresse invasão estrangeira⁹. Este trabalho histórico levou-o, dois anos mais tarde, a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No entanto, o mais importante é que, segundo ele,

os sentimentos da minha mocidade para com o nosso exército e a marinha não se arrefeceram nunca, antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam os povos¹⁰.

A região platina, desde muito cedo, foi motivo de preocupações para Rio Branco. Isso se deveu, certamente, à herança paterna, uma vez que seu pai, o Visconde do Rio Branco, enquanto “Homem de Estado”, esteve diretamente envolvido nas questões platinas durante o Segundo Império: em 1851 negociou o tratado de limites entre o Império do Brasil e a República

⁸ RIO BRANCO. Discurso proferido Quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1948, p. 221.

⁹ PARANHOS JR, José Maria da Silva. Esboço Biográfico do general José de Abreu, barão do Serro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, T. 31, parte 2, 1868, p. 62-135.

¹⁰ RIO BRANCO. Discurso proferido Quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO, 1948, p. 222.

do Uruguai, excluindo este país do direito de navegar na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão; em 1853 passou a ser ministro residente em Montevideú; foi Ministro da Marinha, em 1854 e 1856, além de ter ocupado o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pela primeira vez em 1855.

O Prata torna-se objeto privilegiado para Rio Branco Filho em 1870, quando, como secretário, acompanhou o pai, então novamente Ministro dos Negócios Estrangeiros, em missão naquela região. Assim, acompanhou toda a negociação que sobreveio à Guerra do Paraguai, quando o Brasil, através do Visconde do Rio Branco, impediu a Argentina de anexar todo o território paraguaio do Chaco Boreal. O Brasil, aceitando a anexação pela Argentina de um amplo território paraguaio, permitiria o fortalecimento estratégico e geopolítico do seu mais poderoso vizinho na região platina. Para o historiador argentino Miguel Angel Scenna se o Brasil aceitasse que o Chaco Boreal fosse anexado pela Argentina, estava admitindo “dejar metido lo que quedara de la república guaraní encastrado dentro de la Argentina, que tarde o temprano terminaría por deglutirlo”. Isso traria uma série de preocupações para o Brasil, uma vez que “por precaución geopolítica, Brasil cuidaba de no tener extensas fronteras con la Argentina, que podían tornarse peligrosas”. Com a anexação do Chaco Boreal, o território argentino faria divisa com Mato Grosso, “eventualidad inadmisible para Río de Janeiro¹¹”. O futuro Barão do Rio Branco, acompanhando as negociações, compreendeu que a Argentina era o adversário mais forte e perigoso para o Brasil na América do Sul.

Quando ainda se discutia no pós-guerra as fronteiras territoriais do Paraguai com os países vencedores, notadamente com a Argentina, em artigo não assinado para o jornal *A Nação*, intitulado *A paz ou a guerra?* respondendo à publicação de Artistides Lobo, o futuro Barão do Rio Branco firmava que “Por sedutora que seja a perspectiva da paz, há uma condição imprescindível sem a qual não seria a paz desejável. É que ela não seja a humilhação, o aviltamento, menosprezo da soberania nacional”. Naquele momento a Argentina buscava rearmar-se. No entanto, para Paranhos Jr. “os armamentos de que sabidamente se premune a República Argentina não são indícios de guerra contra o Brasil”. Para ele, o país vizinho estava muito mais preocupado com as rebeliões provinciais frequentes que ameaçavam o poder de Buenos Aires.

¹¹ SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil: Cuatro Siglos de Rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975, p. 216.

Mesmo que o rearmamento argentino não tivesse como objetivo um enfrentamento com o Brasil, pensando numa grande estratégia Paranhos Jr era veemente: “A nenhuma grande nação podem ser indiferentes os armamentos de Estados vizinhos”. Esta indiferença, para ele, “não seria uma inépcia; seria um crime¹²”.

Quase uma década depois, quando era cônsul em Liverpool, em 1882 Paranhos Jr. externava a preocupação com a segurança nacional, levando em consideração a Argentina. Ao Barão de Penedo, escrevia: “Penso que tratando desta nova e gravíssima complicação devemos mostrar firmeza, embora estejamos sem esquadra, sem torpedos, e sem exército, por que fazendo cara feia al enemigo, talvez este recue, acreditando que estamos muito fortes e valentes¹³”. Não possuindo força militar, era imprescindível fazer o inimigo acreditar numa força inexistente. Naquela época, Rio Branco estava propondo o que F. S. Northedge chama de um “bluff”, uma prática muitas vezes utilizada por quem atua no campo da diplomacia, que pretende intimidar o oponente, aparentando uma força que na realidade não possui¹⁴. A mesma preocupação aparece quando, no mesmo mês, escreveu a Joaquim Nabuco:

Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos assim, á mercê da República Argentina, sem exército, sem esquadra e sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso. Pensa-se no Brasil que cantando o Brava gente brasileira podemos vencer os argentinos. Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência dos nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e humilhações... A nossa esquadra não faz evoluções, como o nosso exército não faz manobras de campanha. Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer guerra¹⁵.

Uma semana depois, essa sua preocupação era compartilhada com o Barão Homem de Mello:

Fico muito inquieto com nosso negócio de Missões, por que se os argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedo, não temos exércitos, e os argentinos têm tudo isso¹⁶.

¹² *A Nação*. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1873.

¹³ Carta de Liverpool, 5 de agosto de 1882. In: VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959, p. 113 (sublinhado no Original).

¹⁴ NORTHEDGE, F. S. *El uso de la fuerza en las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1986, p. 19.

¹⁵ Carta de Liverpool, 29 de agosto de 1882. In: VIANA FILHO, 1959, (sublinhado no original).

¹⁶ Carta de Liverpool, 5 de setembro de 1882. In: VIANA FILHO, 1959, p. 114.

Como se percebe, Rio Branco desde cedo, geopoliticamente, via a Argentina como a grande preocupação em relação à segurança brasileira na América do Sul. Portanto, toda estratégia brasileira deveria ser pensada levando em consideração o vizinho platino.

Quando chegou da Europa para assumir o Ministério das Relações Exteriores, no discurso que fez no Clube Naval, Rio Branco alertou que como Ministro não serviria a nenhum partido,¹⁷ expressando o desejo de ver o Brasil como uma nação unida, forte e respeitada, não apenas no Continente, mas no mundo¹⁸. Deixa explícita, como estadista, sua preocupação com o fortalecimento do Estado¹⁹, bem como com a Segurança Nacional.

Como Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco concebia uma marinha de guerra forte como instrumento da sua política internacional. Somos levados a acreditar que esta postura de Rio Branco era decorrente do contato que teve com as ideias de autores como Ratzel²⁰ e Mahan²¹, que estavam sendo discutidas na Europa e EUA, respectivamente, quando lá esteve, na qualidade de diplomata, servindo o Brasil.

Em 1904, na Mensagem Presidencial encaminhada por Rodrigues Alves ao Congresso Nacional, fica latente a posição de Rio Branco: “A nossa Marinha não está aparelhada para satisfazer as justas aspirações do povo brasileiro que a deseja converter em importante fator de defesa nacional²²”.

¹⁷ O desejo de não envolver-se em questões da política interna já havia sido expresso por Rio Branco em correspondência de Berlim, em 25.06.1902, ao futuro presidente da República, Rodrigues Alves, quando resolveu aceitar o convite para Ministro das Relações Exteriores. “Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo então deixado o Brasil com o propósito de me não envolver, nem mesmo em tempos relativamente calmos, como eram aqueles, na questão de nossa política interna.” (NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as Relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, p. 143.)

¹⁸ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Naval, 01.12.1902. In: RIO BRANCO. *Discursos*. 1948, p. 52.

¹⁹ Podemos perceber no discurso de Rio Branco, as concepções que norteavam o pensamento geopolítico da época. Não sabemos se Rio Branco leu alguma das obras de Kjellén, mas é nítida a semelhança na concepção do papel do estadista, entre Rio Branco e o político sueco: “La misión de todo estadista debiera ser la desarrollar las potencialidades de su país en las distintas direcciones...” (KJELLÉN, Rudolf. *Autarquia*. In: RATTENBACH, Augusto Benjamin (Comp.) *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1985, p. 61).

²⁰ O geógrafo alemão na defesa que fazia de um Estado poderoso, afirmava que “os povos fortes visam alcançar o mar ou a estender sobre este seu domínio.” (RATZEL, F. *Geografia do Homem (Antropogeografia)*. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990, p. 102.

²¹ MAHAN, Alfred Thayer. *Influencia del Poder Naval en la Historia*. Buenos Aires: Editorial Partenon, 1946.

²² ACD (Anais da Câmara dos Deputados). Mensagem Presidencial de Rodrigues Alves – 1904.

Na concepção estratégica de Rio Branco o Brasil estava isolado na América Latina, cercado de inimigos em potencial: “contra o Brasil há na América espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador. No México e na América Central²³”. Os países hispânicos que não tinham prevenções eram os que não tinham limites territoriais com o Brasil. Assim, pode-se afirmar que as preocupações com o fortalecimento dos mecanismos de defesa, por parte de Rio Branco, eram um complemento às suas ações no estabelecimento das fronteiras territoriais.

Com todos os potenciais inimigos, o país precisava sempre estar preparado, pois,

A paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados [...] Depende também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam [...] Para que algum dos nossos vizinhos se não anime a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos, é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários á defesa nacional não só com o material, mas com uma força perfeitamente instruída e exercitada,...

Ao utilizar argumentos geopolíticos da época, Rio Branco via a necessidade de modernizar as forças de defesa, para que estas fossem capazes de acudir rapidamente “aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral²⁴”.

A possibilidade de guerra com a Argentina era uma constante nas preocupações de Rio Branco com a defesa nacional e por isso preconizava que a marinha brasileira estivesse pronta para qualquer emergência²⁵. No entanto, a preocupação existia também em relação aos outros países com os quais o Brasil tinha problemas fronteiriços.

Isso aparece por ocasião do arbitramento internacional com a França, decorrente dos limítrofes com a Guiana Francesa. Ao escrever ao Ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, em 1896, afirmava que “os meios persuasivos são, a meu ver, os de lançar mão, para sair-se bem de negociações delicadas como esta, uma nação como o Brasil, que ainda não

²³ Apud LINS, Alvaro. *Rio-Branco*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965, p. 352.

²⁴ RIO BRANCO. Discurso proferido no Quartel do 13º Regimento de Cavalaria: 09.10.1909. In: RIO BRANCO. *Discursos*, op. cit., p. 233.

²⁵ AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty). Despacho para a Embaixada brasileira em Washington, 12.12.1906; Telegrama para a Embaixada brasileira em Washington, 07.12.1908.

dispõe de força suficiente para impor a sua vontade a uma grande potência militar²⁶”.

Na negociação com a Bolívia em torno do Acre, Rio Branco propôs ao ministro da marinha, Almirante Julio de Noronha, a compra de um cruzador couraçado que a Argentina tinha mandado construir nos estaleiros italianos e que estava sendo oferecido por um milhão de libras esterlinas. Seria uma solução paliativa, enquanto Noronha não concluisse o seu programa naval²⁷.

No ano seguinte, durante as negociações com o Peru, que reivindicava territórios considerados brasileiros, novamente aparece a preocupação:

Ontem conversei com o presidente sobre a necessidade de encomendarmos já e já dois bons encouraçados, porque o Peru pode romper conosco logo que haja feito as suas encomendas – se é que já as não fez – e nesse caso ficaremos impossibilitados de fazer as nossas, pois nenhum estaleiro as poderá aceitar. [...] Poderíamos também procurar comprar já o Chacabuco aos chilenos. Há patriotismo nesta terra, e o Congresso e a nação sem dúvida aprovarão a todos os atos de previdência praticados com o fim de evitar a guerra ou de a aceitar com a superioridade de forças que podemos e devemos ter²⁸”.

Com a posse do governo de Afonso Pena, o ministro das Relações Exteriores lamentava ao seu novo colega de ministério, o almirante Alexandrino de Alencar:

Desde 1903 tenho pedido que cuidemos rapidamente de ter no Amazonas uma flotilha numerosa e eficaz, em caso de necessidade de conter os nossos vizinhos peruanos, os quais muito metódicamente e com todas as possíveis reservas se vão armando [...] Estamos na Amazônia em condições de inferioridade que hão de tornar mais intransigentes os nossos contendores²⁹.

Em nova correspondência ao ministro da marinha, questionando o estado em que se encontrava a marinha, os lamentos de Rio Branco chegavam à raia do desespero:

Quando teremos aqui uns 16 destroyers? Dentro de dois meses? E uma esquadilha de 16 canhoneiras protegidas em Mato Grosso e dois bons encouraçados de rio? Dentro de 4 meses? E no Amazonas, uma boa flotilha de canhoneiras protegidas? Antes do fim do ano? E dois bons navios de combate comprados para esperar os três grandes?

Concluía seu lamento ao colega de ministério, com o início da frase que simbolizava o princípio da paz armada: “*Si vis pacem...*”³⁰”.

²⁶ Carta de 23 de julho de 1896. In: VIANA FILHO, L. Op. cit., p. 234.

²⁷ AHI. Ofício reservado n° 1, à Noronha, 31.08.1903.

²⁸ AHI. Ofício de Rio Branco a Julio de Noronha, 12.05.1904.

²⁹ AHI. Ofício reservado n° 9, de Rio Branco à Alexandrino de Alencar, 16.10.1907.

³⁰ AHI. Ofício confidencial (minuta) de Rio Branco à Alexandrino de Alencar, 20.03.1908.

Quando se discutia em Buenos Aires o reaparelhamento da marinha de guerra daquele país, Rio Branco escreve ao Ministro Plenipotenciário em Buenos Aires, Cyro de Azevedo: “É natural que aí se pense em reformar e melhorar o material da marinha de guerra. Nós também pensamos nisso.” Preocupado com a segurança continental, acrescentava: “O Brasil, a Argentina e o Chile devem pensar seriamente em aumentar ou melhorar os seus elementos de defesa militar contra possíveis perigos do exterior³¹”. Um ano antes, Cyro de Azevedo, comunicava que o Presidente argentino, General Julio Roca, havia sondado se “o Brasil não desejaria adquirir os navios de guerra que o seu governo mandou construir e que ainda se encontram nos arsenais da casa italiana encarregada da encomenda.” De acordo com o General Roca, o Chile também estaria disposto a vender dois encouraçados que estavam quase prontos nos arsenais da Inglaterra. Cyro de Azevedo, além de comunicar, recomendava a aquisição, “para equilibrar nossas forças com as das duas nações amigas.”³² Esta oferta era decorrente do Pacto firmado entre Argentina e Chile em Maio de 1902, estabelecendo a equivalência das duas esquadras, pondo um término na carreira armamentista e na “paz armada” desenvolvida nestes dois países.³³ Rio Branco, juntamente com o Ministro da Marinha, intercedeu junto ao Presidente Rodrigues Alves para que fosse feita aquela aquisição, mas segundo o chanceler brasileiro “o Presidente achou que as despesas com a recuperação do território do Acre aconselhavam o adiamento das que seriam necessárias para a reorganização da nossa armada³⁴”.

O “olhar do vizinho” influenciou nos ânimos de Rio Branco ao defender a necessidade do país possuir mecanismos fortes de defesa. De Buenos Aires, Cyro de Azevedo escrevia: “aqui nos consideram, por agora, um fator secundário, sob o ponto de vista militar, já por que a nossa marinha de guerra é inferior, já por que nos sabem ocupados com incidentes internacionais que nos obrigam a mobilizar forças para o extremo Norte, longe, portanto, do lugar dos sucessos possíveis³⁵”. Para Rio Branco, que em 1882 já defendia que se o país não estivesse armado era necessário fazer “cara feia al enemigo” para demonstrar uma força que na realidade não possuía,

³¹ AHI. Despacho 4 – à Legação brasileira em Buenos Aires, 12.11.1904.

³² AHI. Ofício nº 5 – confidencial – da Legação brasileira em Buenos Aires, 17.07.1903.

³³ GÜIRALDES, Alfredo Serres. *La Paz armada: história de los conflictos con Chile. Geopolítica: hacia una doctrina nacional*, Buenos Aires, nº 11/12, sep./dic. 1977, 7-38.

³⁴ AHI. Despacho 4 – à Legação brasileira de Buenos Aires, 12.11.1904.

³⁵ AHI. Ofício 4 – confidencial (Reservadíssimo) – da Legação de Buenos Aires, 15.08.1904.

deve ter sido extremamente doloroso saber que o inimigo desprezava seu país por achá-lo fraco.

Enquanto isso, no Brasil, já tramitava na Câmara dos Deputados o projeto de reorganização naval³⁶, desenvolvido pelo Ministro da Marinha, Almirante Julio de Noronha, e apresentado pelo deputado Laurindo Pitta (SP). Quando o projeto é aprovado e transformado em lei, em 14 de dezembro de 1904, Rio Branco tem condições de afirmar: “O Brasil vai aumentar, embora lentamente, a sua armada por que tem um litoral imenso e Estados onde as comunicações só se fazem pelas vias fluviais³⁷”. Quando faz referência à extensão do litoral, poder-se-ia dizer que estão presentes as ideias de Alfred Mahan, que estabelecia uma relação entre a extensão do litoral de um país e a necessidade de possuir uma esquadra proporcionalmente equivalente³⁸. Acrescentava Rio Branco: “Precisamos restabelecer o nosso poder naval, consideravelmente enfraquecido depois da revolta de 6 de setembro de 1893. Quando éramos a primeira potência naval da América do Sul, as nossas esquadras nunca foram um perigo ou uma ameaça para a República Argentina³⁹”. Defendia a necessidade dos países possuírem um respeitável poder naval para afastar possíveis perigos em um futuro próximo, resultado da política expansionista de certas nações. A política imperialista europeia o preocupava. Percebe-se também que o clima da “paz armada” existente, principalmente, na Europa, onde o ciclo da corrida armamentista foi iniciado, sendo que os alvos nacionais imediatos eram puramente defensivos⁴⁰, fazia sentir seus efeitos na política adotada por Rio Branco. Para o ministro brasileiro, aumentar as forças militares era necessário a fim de estar em condições de resistir a qualquer “guerra preventiva”.

O Ministro Plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, Cyro de Azevedo, comunicava que no plano de reorganização naval da Argentina, estava previsto a aquisição de navios de combate couraçados de 14.000 toneladas, superiores, portanto, aos navios brasileiros constantes no Plano de

³⁶ “Art. 1º – Fica o presidente da República autorizado a encomendar à indústria, pelo Ministro da Marinha, os navios seguintes: 3 couraçados de 12.500 a 13.000 toneladas de deslocamento; 3 cruzadores couraçados de 9.200 a 9.700 toneladas; 6 caça-torpedeiros de 400 toneladas; 6 torpedeiros de 130 toneladas; 6 torpedeiros de 50 toneladas; 3 submarinos; 1 transporte para carregar 6000 toneladas de carvão” (Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 07.06.1904).

³⁷ AHI. Despacho 1 – à Legação em Buenos Aires, 09.01.1905.

³⁸ MAHAN, A. Op. cit., p. 40-41.

³⁹ AHI. Despacho 1 – à Legação em Buenos Aires, 09.01.1905.

⁴⁰ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: DIFEL, 1967, p. 446.

Reorganização Naval de 1904. A possibilidade de a marinha argentina adquirir navios maiores que os brasileiros, e o resultado da Guerra do Oriente, entre Japão e Rússia, em que ficou demonstrada a utilidade dos grandes navios, fez com que o programa naval brasileiro fosse modificado em 1906, passando a fazer parte do mesmo navios mais poderosos⁴¹. Assim, Rio Branco, visivelmente satisfeito, pode comunicar à Legação Brasileira em Buenos Aires que “os contratos foram modificados para o fim de ser aumentado o deslocamento e a força dos encouraçados encomendados.” Já antevendo a polêmica que isto causaria, procura orientar o Ministro Plenipotenciário brasileiro na capital portenha: “estes navios, pelo seu grande porte e calado servirão para a defesa do nosso vastíssimo litoral, mas em caso algum poderão operar no Rio da Prata⁴²”. É possível afirmar que a posse de grandes encouraçados, modelo Dreadnought, serviria para o Brasil demonstrar poder ou seja, contribuiriam para a política de Rio Branco de fazer o Brasil buscar prestígio internacional. Ou como afirma João Paulo Soares Alsina Júnior, “o Brasil armava-se não para agredir algum vizinho, mas para dissuadir eventuais ameaças e projetar-se como primeira potência da região⁴³”.

No final de 1908, talvez o ano mais difícil nas relações com a Argentina, Rio Branco queixava-se à Domicio da Gama, que “quanto ao nosso estado de defesa: É o mais lastimável possível. Há dias verificou-se que a nossa fraquíssima esquadra está quase sem munições para combate.” Enquanto o programa naval brasileiro estava em execução, “poderia o tresloucado Governo Alcorta pensar em alguma agressão ao Brasil”. Diante desta ameaça, Rio Branco sugeriu ao presidente Rodrigues Alves a compra de uns navios de guerra ingleses, “compra que nos daria logo esquadra superior à Argentina, pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto”. No entanto, queixava-se: “Nada consegui”. A preocupação de Rio Branco não era somente em relação às forças navais. Salientando que “por terra não estamos em menos deploráveis condições,” alegava que as linhas telegráficas em construção, estradas de ferro e de rodagem projetadas, miseráveis picadas, tudo era considerado estratégico pelos vizinhos. E concluía desolado: “com isso tudo, nada temos⁴⁴”.

⁴¹ “3 encouraçados de 19.281 toneladas. 3 scouts de 3.100 ton. 15 caça-torpedeiros de 650 ton. 1 navio mineiro de 1.500 ton. 3 submarinos. 1 navio hydrographico”. (ACD. Sessão de 21.08.1906).

⁴² AHI. Despacho 21 à Legação Brasileira em Buenos Aires: 15.04.1907.

⁴³ ALSINA JR, João Paulo Soares. *Rio-Branco: grande estratégia e o poder naval*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 330.

⁴⁴ AHI. Despacho 31 – à Legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.

Se formos acreditar no que escreveu, cheio de queixumes, a Domicio da Gama, ele não teve influência alguma na adoção dos planos de rearmamento naval. “Não fui ouvido sobre o primeiro plano naval, nem tampouco sobre o segundo”. A análise que faz a seguir dos planos navais brasileiros é sob o ponto de vista estratégico:

Pelo primeiro teríamos seis encouraçados; pelo segundo deveríamos ter três muito maiores. Com isso e o barulho que faz pela imprensa, assustamos a Argentina. Com seis encouraçados estaríamos melhor. Poderiam operar no Rio da Prata. Se perdêssemos um ou dois em combate, ficariam quatro ou cinco para combater. E com os três monstros? Desarranjados ou destruídos 2, ficaríamos apenas com um⁴⁵.

No entanto, Rio Branco se calava em relação aos outros navios menores que faziam parte do plano naval de 1906: principalmente os 15 caçatorpedeiros que seriam excelentes para operar no Rio da Prata no caso de um conflito.

Rio Branco admite, no entanto, em várias ocasiões, ter sugerido ou solicitado a aquisição de armamentos. Uma delas foi quando se discutia a questão limdeira com o Peru: “porque insisti muito em 1904 quando o Peru encomendou seis baterias de seis canhões de tiro rápido, fizemos igual encomenda.” Mesmo sendo verdade que não influiu na escolha do tipo de rearmamento adotado, Rio Branco não ficou alheio ao processo de rearmamento do país. “Há meses [...] propus a compra imediata de dois navios da armada inglesa.” Argumenta que o presidente Affonso Penna estava inclinado a essa proposta, mas o então Ministro da Marinha, Alexandrino de Alencar “mostrou-se decididamente contrário a ela, receiando que a compra viesse prejudicar a inteira execução do seu programa de navios mais modernos e perfeitos⁴⁶”.

Outra queixa de Rio Branco era em relação à divulgação que se fazia dos armamentos encomendados pelo Brasil. Tudo era dado a conhecer, “por mais que eu peça aos Ministérios Militares que guardem reserva sobre os melhoramentos empreendidos”. Esta divulgação toda fazia com que “alarmamos os vizinhos produzindo a impressão de que nos armamos até aos dentes, quando a verdade é que muito pouco fazemos e com grande lentidão e enorme despesa”. Segundo Rio Branco, o Ministro da Fazenda, David Campista articulava a venda para a Inglaterra do segundo dreadnought

⁴⁵ AHI. Despacho 31 – à Legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

ght que estava sendo construído. Para ele, isto representaria a total desmoralização nacional. “Todo o mundo dirá e a Argentina espalhará que cedemos à pressão do Governo de Buenos Aires.” Assim, para recuperar a posição de prestígio no continente, havia a necessidade de dar-se continuidade ao projeto de rearmamento, pois “depois de todo o ruído feito do nosso lado, e das ameaças dos órgãos do atual Governo argentino, entendo que recuar, modificando o plano, é um vergonhoso desastre e um golpe mortal do nosso prestígio⁴⁷”. Como geopolítico, Rio Branco não admitia a mínima possibilidade do “inimigo” sair fortalecido.

Em homenagem prestada pelo exército, Rio Branco deixa claro sua adesão ao princípio da paz armada, ao afirmar que “o nosso amor a paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas⁴⁸”.

Em outro momento, cinco anos depois, nos últimos meses de vida, continuava a acreditar no mesmo princípio: “não se pode ser pacífico sem ser forte”. E acrescentava: “Querer a educação cívica e militar de um povo [...] não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas”. Rio Branco argumentava que os povos que “desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota⁴⁹”.

Aos adversários que o acusavam de militarista, neste seu último discurso proferido, Rio Branco deixou claro que nunca defendeu o predomínio de uma classe sobre outra, sempre combatendo o antagonismo ou divisão entre civis e militares. Ao mesmo tempo, sempre foi absolutamente contra a intervenção militar na vida política do país. Usando a tribuna do Clube Militar, fazia a sua defesa: “Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar e nem distrair do caminho do dever profissional⁵⁰”. Aos que o acusavam de imperialista, dava sua resposta: “jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe

⁴⁷ AHI. Despacho 31 – à Legação Brasileira em Buenos Aires, 12.11.1908.

⁴⁸ RIO BRANCO. Discurso proferido na homenagem prestada pelo exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op.cit.,

⁴⁹ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Militar: 15.10.1911. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op. Cit.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

expressamente a conquista e impõe o recurso do juízo arbitral, antes de qualquer apelo às armas⁵¹”.

Como afirma uma dos seus maiores biógrafos, Álvaro Lins, “o que desejava para as forças armadas era o engrandecimento técnico, a vitalidade delas dentro dos seus próprios quadros e fins. Caracterizava-se antes de tudo como elementos de defesa nacional, ordem e disciplina⁵²”. Lembra ainda o biógrafo de Rio Branco, que o primeiro discurso enquanto Ministro das Relações Exteriores, foi feito no Clube Naval e seu último discurso foi proferido no Clube Militar, criando-se “assim um simbolismo para o historiador entusiasta do Exército e da Marinha⁵³”.

Mesmo que o Brasil não estivesse projetando nenhuma guerra de conquista, não poderia ficar alheio a sua defesa, pois isto “não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas”. Ao defender a necessidade de um país possuir mecanismos fortes de defesa, argumentava que “não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais.” Rio Branco afirmava que “diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio”, utilizando o argumento que praticamente todos os teóricos da Geopolítica utilizaram.

A necessidade de reaparelhamento militar era ditada pelas teses geopolíticas da época, às quais as concepções de Rio Branco estavam em conformidade:

Mesmo os Estados neutralizados [...] cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques. A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo dos vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que às vezes só a força pode dar. Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar para a nossa marinha a posição que antigamente ocupava⁵⁴.

Um dos seus auxiliares mais próximos, Araújo Jorge, ao escrever sobre seu ex-chefe, afirmou que as ações de Rio Branco como Ministro das

⁵¹ RIO BRANCO. Discurso proferido no Clube Militar: 15.10.1911. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op. Cit.

⁵² LINS, 1965, p. 465.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ RIO BRANCO. Discurso proferido na homenagem prestada pelo exército: 10.11.1906. In: RIO BRANCO. *Discursos*. Op.cit.,

Relações Exteriores objetivavam “a reconquista da antiga hegemonia política e militar que o Brasil manteve, em outros tempos⁵⁵”.

Sempre preocupado com o estado da defesa do Brasil, Rio Branco escreve ao presidente Nilo Peçanha, em 22 de dezembro de 1909.

Acho indispensável fazer reforçar as nossas guarnições no Rio Grande do Sul e Mato Grosso e quanto antes reunir forças respeitáveis nas fronteiras de Quaram, Sant’Ana, Bagé e Jaguarão, sobretudo nos primeiros, para impedir que grupos armados tentem fazer a invasão da República Oriental passando pelo nosso território ou organizando-se nele.(...) Segundo informações que tenho de militares, é deplorável a situação em que se acham os nossos meios de defesa no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso.(...) Mas se trabalha (na Argentina) com afinco para se manter na situação, em que desde anos se acha, de grande superioridade militar sobre o Brasil, é fora de dúvida. E também devemos ter presente que campanha movida na imprensa de Buenos Aires pelos partidários da guerra com o Brasil pode, dentro de algum tempo, trazer-nos essa guerra e grandes desastres, se eles não souberem que estamos preparados para uma pronta e enérgica repulsa⁵⁶.

A repercussão das preocupações de Rio Branco com o reaparelhamento da marinha de guerra e, por conseguinte, da defesa nacional, foi intensamente discutida no Congresso Nacional brasileiro,⁵⁷ bem como por toda a imprensa nacional⁵⁸.

Quando o Brasil recebeu o primeiro navio modelo Dreadnought, a imprensa inglesa vai enaltecer a conquista brasileira: o *Times* teria dito que o *Minas Gerais* “não só é o mais poderoso, como é o mais belo couraçado que jamais se construiu.” Por sua vez, para o *Observer* o couraçado brasileiro “é incontestavelmente o mais poderoso navio de guerra do mundo, e, além disso, um dos mais belos navios que existem, sob o ponto de vista da construção naval⁵⁹”.

O Brasil foi o terceiro país a incorporar este tipo de navio à sua esquadra, após Inglaterra e EUA. Como afirma Lawrence Sondhaus, “como as armas nucleares nas últimas décadas do século XX, a posse de dreadnought

⁵⁵ JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 210.

⁵⁶ Apud VIANA FILHO, op. cit., p. 472-473.

⁵⁷ HEINSFELD, Adelar. O Congresso Nacional Brasileiro diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anais da XXIII Reunião Anual da SBPH*. Curitiba: SBPH, 2003, p. 319-325.

⁵⁸ HEINSFELD, Adelar. A Imprensa Brasileira diante da corrida armamentista entre Brasil e Argentina na primeira década do século XX. In: *Anales de 1º Congreso de Relaciones Internacionales del IRI*. La Plata: IRI, 2002. CD-ROOM.

⁵⁹ ACD. Sessão de 03.11.1909.

ghts significava que um país contava para algo nos equilíbrios global e regional de poder⁶⁰”.

A posição de Rio Branco em defesa de uma política que fortalecesse militarmente o Brasil fez com que na Argentina se desenvolvesse uma desenfreada campanha pró-armamentos, dirigida por Estanislau Severo Zeballos, antigo desafeto de Rio Branco e que em 1906 voltava ao ministério das Relações Exteriores.

Para Zeballos, a política desenvolvida por Rio Branco tinha por objetivo atacar a Argentina. A Roque Sáens Peña, ministro plenipotenciário argentino em Madrid, Zeballos comunica que “tenía las pruebas escritas y firmadas por el mismo Barón de Rio Branco, de que se prepara a agredir a la república Argentina, una vez que tenga su supremacía naval absolutamente asegurada: son sus palabras.” Diante das provas concretas da agressão brasileira, “desarrollé un plan político de diplomacia defensiva para aislar al Brasil y robustecer el ambiente moral de nuestro país.” Assim, ele relata seu último plano como Ministro: proporia ao Brasil uma negociação diplomática, “para exigirle la división de su escuadra con nosotros”. O Brasil teria que ceder à Argentina um dos grandes navios couraçados que estavam em construção. Nesta negociação, “comenzaríamos con discreción y amabilidad para evitar rozamientos de amor próprio”. Caso o Brasil não aceitasse este plano, a Argentina daria um *ultimatum* e “entonces le daríamos al Brasil ocho días de plazo para resolver su situación”, ao final dos quais a marinha argentina atacaria o Rio de Janeiro, “que según los Ministros de Guerra y Marina, era un punto estudiado y fácil, por la situación indefensa del Brasil”. Este plano foi discutido em reunião do ministério com o presidente Figueroa Alcorta em 10 de junho de 1908. Dois dias depois Zeballos apresentaria ao Congresso Nacional a documentação secreta e o plano de operação, objetivando “pedirle los fondos necesarios para la movilización del ejército y de la escuadra”. No entanto, para surpresa de Zeballos, já no dia 11 de junho, no *La Nación*, começou a aparecer detalhes do plano, que deveria ter sido mantido em sigilo, abortando assim o referido plano. Zeballos encontrou no Ministro da marinha o culpado pelo fracasso: “el Ministro Betbeder, roquista, que había votado el plan muy satisfecho y lamentado que no se hubiera puesto en práctica en Abril, cuando la escuadra estaba movilizada, había hecho la revelación con el propósito de

⁶⁰ SONDHHAUS, Lawrence. *Naval warfare, 1815-1914*. New York: Routledge, 2011, p. 201.

sublevar la opinión en contra mía⁶¹”. Devido a intensa pressão política, o presidente Figueroa Alcorta tentou relocar Zeballos para o Ministério da Justiça e Instrução Pública; este não aceitando a proposta, comunicou ao presidente sua renúncia ao ministério, em 16 de junho de 1908.

Zeballos ao renunciar afirmou possuir documentos firmados por Rio Branco em que ficava explícita a política agressiva brasileira. Em setembro de 1908, o ex-Ministro argentino novamente ataca a política “pacifista” de Rio Branco. “Desgraciadamente los armamentos del Brasil dicen lo contrario y lo dice explícitamente además, la cancillería de Itamaraty”. A política oficialmente pacifista, segundo Zeballos “es mantenida a fin de gestionar, de uniformar hasta extremos peligrosos para el Brasil mismo, *el odio y el ardor bélico del pueblo brasileño contra la República Argentina*”⁶². A pretensa-documentação seria um telegrama de Rio Branco à Legação brasileira no Chile. Este telegrama foi interceptado por ordem de Zeballos e seu conteúdo foi divulgado de forma distorcida. Diante deste episódio, a tensão entre os dois países chegou ao ápice.

Mesmo fora do governo, Zeballos continuou a fomentar a campanha armamentista, influenciando no posicionamento da imprensa argentina, como resposta ao suposto plano de Rio Branco que a qualquer momento atacaria a Argentina.

A campanha armamentista nos dois países somente foi esmaecer no governo de Roque Saenz Peña, quando o ministro plenipotenciário da Argentina no Brasil, Ramón Cárcano, conseguiu negociar com o Barão do Rio Branco e o presidente Hermes da Fonseca, um acordo para limitar os armamentos. A princípio, Cárcano propôs um pacto de equivalência naval, que foi rechaçado por Rio Branco. A proposta aceita foi de “que el Brasil suprima la construcción del tercer monstro y la Argentina no firme el contrato ya preparado para la construcción de su homónimo”⁶³. Diante disso, o Brasil abriu mão do terceiro Dreadnought – o Rio de Janeiro⁶⁴ – que

⁶¹ Correspondência confidencial y muy reservada a Roque Sáens Peña, 27.06.1908, publicado por ETCHEPAREBORDA, Roberto. *História de las Relaciones Internacionales Argentinas*, p. 43-51.

⁶² ZEBALLOS, E.S. Diplomacia Desarmada. *Revista de História, Derecho y Letras*. T. XXXI, Sep. 1908, p. 116. (Grifo nosso).

⁶³ CÁRCANO, Ramon. *Mis primero ochenta años*. Buenos Aires: Editorial Sudamérica, 1943, p. 285.

⁶⁴ Este Dreadnought seria mais poderoso que os seus antecessores – o Minas Gerais e o São Paulo – tinha 27.500 toneladas de deslocamento. “Así que puesto a remate, lo adquirió el Imperio Otomano por 13.625.000 dólares y rebautizándolo Sultán Osmán I. Sin embargo, al comenzar las hostilidades en 1914, el Reino Unido, ante la posición ambigua de los turcos,

estava em construção. Da mesma forma, a Argentina comprometeu-se a não construir o terceiro encouraçado, que estava previsto no seu programa de rearmamento naval.

* * *

Rio Branco ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, em 1902, vai colocar em prática durante a década em que esteve à frente do ministério a sua grande estratégia, que estava baseada na consolidação das fronteiras territoriais com os países vizinhos, na projeção internacional do prestígio brasileiro, e na conquista da hegemonia na América do Sul⁶⁵. Para colocar em prática esta estratégia era importante o fortalecimento do poder militar do país, principalmente do poder naval.

Para Rio Branco, a definição de uma estratégia eficiente de segurança militar para o Brasil não podia se basear em conceitos abstratos, mas sim na análise da realidade, perspectiva e dinâmica do cenário mundial e da América do Sul. Esta estratégia devia ter como inspiração o mundo que desejava contribuir para criar e que papel desejava para o Brasil no mundo da época e no futuro.

Sendo o objetivo maior da grande estratégia de Rio Branco a conquista da hegemonia da América do Sul, a posse de mecanismos de defesa militar poderosos, particularmente uma marinha de guerra modernizada, era essencial para dissuadir a Argentina a perseguir o mesmo objetivo.

pronto enemigos, lo adquirió compulsivamente, denominándolo a su vez Agincourt; esa nave tendrá durante el conflicto una destacada actuación, particularmente durante la batalla de Jutlandia” (ETCHEPAREBORDA, Roberto. Zeballos y los debates secretos de 1914 en la Cámara de Diputados. *Historia*. Buenos Aires, nº 3, set/nov. 1981, p. 30, nota 8).

⁶⁵ HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica do Barão: as ações de Rio Branco e seus reflexos na Argentina*. Curitiba: Prismas, 2015.

História política e relações internacionais: uma abordagem sobre o segundo governo Vargas (1951-1954)

Ana Luiza Setti Reckziegel

Esse capítulo tem o objetivo de abordar as ações de políticas externas implementadas no transcorrer do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) no contexto do sistema de poder interamericano, verificando, concomitantemente, o contrapeso que a política interna representou na definição desse ambiente internacional. A análise empírica centrou-se na triangulação Brasil-Argentina-Estados Unidos, então as maiores economias americanas à época. Em termos teórico-metodológicos, a temática foi desenvolvida a partir do viés da renovação da História Política que colocou as Relações Internacionais como possibilidade de pesquisa e na qual o uso da documentação oficial de governo a governo se estabelece com um novo sentido que não aquele da tradicional história diplomática¹. O cruzamento da História Política com as Relações Internacionais no contexto analisado forneceu preciosos subsídios para o entendimento das diretrizes norteadoras da política interna brasileira e elementos essenciais para compreender a dinâmica com a qual o governo brasileiro conduziu a política externa.

Quando se analisa as relações internacionais de um país, há que se identificar, em primeiro lugar, as partes. De acordo com Robert Wendzel², existem dois tipos de participantes: os Estados e os atores não-estatais. A historiografia tem destinado grande parte da atenção ao estudo do primeiro e será também o caso da abordagem desse capítulo. Isto é, a análise terá como foco os atores estatais e no contexto das disputas pela proeminência política no âmbito político sul-americano, o país que confrontou o Brasil

¹ Foge ao propósito do capítulo abordar o movimento de renovação da História Política ocorrido a partir dos anos 1970. Sobre esse ponto ver JULLIARD, Jacques. A política. In LE Goff, Jacques e NORA, Pierre (orgs). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 180-196.

² WENZDEL, Robert. *Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1985.

naquele momento foi a Argentina, historicamente concorrente pela liderança regional.

No âmbito conceitual, Relações Internacionais constitui um campo acadêmico de conhecimento interdisciplinar que estuda as relações internacionais como um dado empírico. De acordo com Williams Gonçalves, a ambiguidade é que as Relações Internacionais estudam as relações internacionais. Isto é, a disciplina e a realidade que essa disciplina busca conhecer têm o mesmo nome. Para contornar essa ambiguidade e, dessa forma, possibilitar o entendimento do discurso, os estudiosos convencionaram diferenciar o nome da disciplina do nome do objeto mediante o uso de iniciais maiúsculas para a primeira (Relações Internacionais) e de iniciais minúsculas para o objeto do conhecimento (relações internacionais)³.

Como aponta o historiador Estevão de Rezende Martins, trata-se de um campo do conhecimento que, a despeito de sua autonomia, é marcado por uma profunda interdisciplinaridade, influenciado pelo direito, pela economia, pela história, pela ciência política, assim como por outros saberes. No Brasil, a renovação metódica e inovação temática da pesquisa em relações internacionais desde a década de 1980 superou os paradigmas prevalentes nos Estados Unidos. No lugar da segurança e dos conflitos armados, autores como Amado Cervo, Clodoaldo Bueno, Raúl Bernal-Meza, ganhou proeminência a questão do desenvolvimento e autonomia econômica e as relações regionais foram objeto de pesquisas ampliadas. Parafraseando Estevão Martins, as relações internacionais são, pois, um campo de estudos autônomo, caracterizado pela pluralidade de orientações teóricas que dialogam entre si em meio às viragens e continuidades das análises das relações internacionais, destaca-se que seu objeto se deslocou gradativamente das relações eurocêntricas, ou euro-americanas, e passou a lidar com as diversas áreas do mundo⁴.

O campo da história das relações internacionais constitui o *locus* em que o longo prazo dos processos e de seus desdobramentos prima sobre o mero registro das ocorrências isoladamente e, também, o campo do mundo político, no qual tem lugar a reação dos povos à conformação de suas insti-

³ GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*, 2011, p. 7. Disponível em http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf Acesso em 20 de dezembro de 2016.

⁴ Cf. MARTINS, Estevão de Rezende. *História das Relações Internacionais*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ricardo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012., p. 85.

tuições internas e dos atos de seus protagonistas políticos a partir de suas necessidades (reais ou interpretadas) de seus valores, de suas prioridades e de suas preferências. Nele, aparecem também as reações das sociedades quando se contrapõem a outras e projetam olhar e experiência para além de suas fronteiras. O trabalho dos historiadores reflete essa pesquisa de múltipla face⁵.

Um dos fatores que compõem as relações internacionais é a política externa. Sendo mediante a sua formulação, que o Estado define as prioridades, expectativas e alianças para atuar no quadro das relações internacionais⁶. Os trabalhos dos cientistas políticos, como Raymond Aron, e de sociólogos, como Marcel Merle, levaram à história política a também se debruçar sobre pesquisas que articulavam o que se passavam “do lado de dentro e o ambiente internacional, entre as escolhas de política interna e as que se supõe ligadas aos assuntos externos”⁷.

O postulado de que não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre *o interior e o exterior*, mas interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo, que muitos representantes da escola francesa de história das relações internacionais colocaram, explicitamente ou não, no centro de sua problemática, decorre que os historiadores do “político” e historiadores “internacionalistas” têm em comum um imenso repertório de pesquisa e de reflexão onde se pode, efetuar avanços paralelos⁸.

Dentre as variáveis que influenciam as relações internacionais, Jean-Baptiste Duroselle considera a política interna dos Estados como uma das principais chaves de explicação do jogo internacional. Para esse autor, não existe nenhum ato político exterior que não tenha um aspecto de política interna. Todo ato que visa ao exterior tem um aspecto interno e, portanto, toda teria das relações internacionais implica um estudo aprofundado da política interna⁹.

⁵ Cf. MARTINS, Estevão de Rezende. História das Relações Internacionais. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ricardo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 90.

⁶ GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais*, 2011, p. 7. Disponível em http://www.cedep.ifch.ufgrs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

⁷ MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In RÉMOND, René (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 366.

⁸ Idem, p. 370.

⁹ Cf. DUROSELLE, Jean Baptiste. *Tudo império perecerá*. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 56-59.

A escola francesa da história das relações internacionais fez do tema da “política interna”, tomada no sentido lato, um dos pivôs de sua problemática¹⁰. Pierre Milza aponta que as relações entre a chamada política *interna* dos Estados e os relacionamentos que estes mantêm com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional constituem um campo de pesquisa e reflexão em que se cruzam com uma frequência cada vez maior os métodos e os trabalhos provenientes de duas “escolas”: a da história “política”, propriamente dita, e a das relações internacionais contemporâneas¹¹.

Para fins desse estudo que ora realizamos, é fundamental recuperar o cenário no qual se desenrolou a política interna brasileira a fim de vincularmos as ações desenvolvidas no âmbito de suas relações internacionais. A dimensão histórica das relações internacionais do Brasil no período será observada a partir do procedimento metódico citado por Estevão Martins que parte da análise na qual se deve tentar reconstituir os contextos políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem e engendram as circunstâncias em que as ações políticas internas e externas-estatais ou não-foram realizadas¹².

Relações internacionais no sul da América

A década de 1950 se apresentaria para as relações Brasil-Argentina como de aparente simetria. De um lado, os dois países passaram a dispor dos requisitos básicos que lhes permitiram rápidos processos de industrialização. Apesar de manterem fortes vínculos de dependência com o sistema econômico internacional, tanto Brasil como Argentina foram capazes de realizar um processo de substituição de importações, durante os anos trinta, que, ao ser mantido a longo prazo, poderia conduzir a uma transformação estrutural de suas economias. Por outro lado, ambos se viram, diretamente ou não, envolvidos na inserção da América Latina em um projeto político internacional.¹³ No que se refere aos contextos políticos, a orienta-

¹⁰ Ver especialmente as obras de René Girault e Robert Frank, *La puissance em Europe* (1938-1940). Paris: Publications de la Sorbone, 1984.

¹¹ Cf. MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996, p. 365.

¹² Cf. MARTINS, Estevão de Rezende. História das Relações Internacionais. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ricardo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

¹³ Ver HIRST, Mônica. Vargas y Perón: las relaciones argentine-brasileñas. *Tudo és História*. Buenos Aires, dic., 1985.

ção populista-nacionalista e a estrutura “obreira” parecia também aproximá-los. Evidentemente, essa similitude político-ideológica dos governos Vargas e Perón, não significou, de forma alguma, o abandono de uma postura competitiva entre as duas nações.

Ao lado dessas semelhanças havia, entretanto, diferenças que poderiam ser localizadas na condução das respectivas políticas externas. Apesar disso, essa identificação inicial acabou por estimular a melhoria das relações argentino-brasileiras, significativamente comprometidas no governo Dutra. O momento áureo desse novo contexto seria a formulação de uma proposta integracionista, configurada no que ficou conhecido por Pacto ABC, uma reedição adaptada do ABC de Rio Branco, agora uma proposta de integração econômica e política entre Argentina, Brasil e Chile que, na verdade, nada mais era do que a expressão da política peronista de formação de blocos regionais que se contrapusessem a potência hegemônica central, os Estados Unidos.

Essa proposição de formação de blocos regionais estava coadunada com o que ficou conhecido como a Terceira Posição. Ainda que tenha sofrido variações de escala e força em nível mundial e no âmbito regional e nacional, a política exterior argentina durante a década peronista pode ser caracterizada como o intento de definir a inserção internacional do país, no mundo bipolar criado pela Guerra Fria, através da chamada Terceira Posição, pela qual pretendia balancear o peso considerável dos Estados Unidos, procurando um maior protagonismo na América Latina, consolidando a tradicional conexão com a Europa e estabelecendo laços diplomáticos com o bloco soviético, ainda esse último não significasse abandonar a ligação com o Ocidente¹⁴.

Não só o histórico de rivalidade entre Brasil e Argentina impunha dificuldades para a concretização do ABC peronista. O Pacto, no âmbito brasileiro, acirrou as controvérsias e teve significativas repercussões para o governo Vargas, nas quais estavam contidas, além do velho conflito pela supremacia sul-americana, o próprio germe das dissensões internas: o alinhamento incondicional aos Estados Unidos ou a busca por uma autonomia relativa no âmbito do sistema de poder capitalista.

Se havia consenso a respeito da necessidade de o Brasil impor-se como liderança regional, as formas de encaminhamento da questão variaram no

¹⁴ Cf. RAPOPORT, Mario. *Tiempo de crisis, viento de cambio*. La Argentina y el poder global. Buenos Aires: Norma, 2002.

próprio âmbito do poder executivo, em evidente discordância entre o presidente Vargas e seu ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. Por sua vez, nem ao menos no Itamaraty havia consenso sobre a estratégia a ser adotada pelo Brasil a fim de afirmar-se como país líder na região. Esse foi o caso da grave dissonância entre o ministro Neves da Fontoura e o embaixador na Argentina, Batista Lusardo. O cerne do desacordo entre a linha do ministro e do embaixador residia na esfera do encaminhamento do protagonismo isto é, se deveria ser pleiteada frente à nação hegemônica do sistema, os Estados Unidos, ou em nível das nações do bloco regional.

Interações entre política interna e política externa

De acordo com Estevão Martins, dentre os eixos principais de reflexão elaborada no Brasil, dos anos 1990 em diante, estão as relações entre política interna e política externa e a busca da estruturação e consolidação de uma posição de liderança do país no âmbito regional¹⁵. Partindo dessa premissa, tentaremos demonstrar as condições nas quais se desenrolava a política interna nesse período a fim de estabelecer as articulações que foram, ou não, possíveis de estabelecer no âmbito externo.

Quando Getúlio Vargas (1882-1954) retornou ao poder em 1951, como presidente constitucional eleito pelo voto popular, voltou-se para uma questão que considerava fundamental para o sucesso de sua administração: o desenvolvimento da industrialização. Para isso precisava contar com o auxílio dos empréstimos estrangeiros, visto que o Brasil não dispunha de condições para arcar com os investimentos necessários a esta empreitada.

As dificuldades referentes à política econômica foram encaradas por Vargas de forma ambivalente: de um lado aceitava as regras tradicionais do sistema internacional e procurava adequar-se a elas e de outro estimulava uma postura nacionalista, não tendo sido raras as vezes em que atacou o capital estrangeiro, condenando, por exemplo, a remessa de lucros para fora do país.

Por seu turno, os Estados Unidos estavam pouco interessados em fomentar o desenvolvimento de nações periféricas. Com o intuito de obter estes empréstimos, Vargas se apoiava no próprio espaço criado pela Guerra

¹⁵ Cf. MARTINS, Estevão de Rezende. *História das Relações Internacionais*. In CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ricardo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 86.

Fria e defendia uma política de relativa reciprocidade com os Estados Unidos no seguinte sentido: os norte-americanos liberariam os empréstimos necessários ao projeto de desenvolvimento econômico de Vargas e este se manteria fiel à proposta pan-americanista.

O entrave nas negociações dos empréstimos com os Estados Unidos levou Vargas a adotar como estratégia de pressão a aproximação com a Argentina, que defendia para os países periféricos uma maior autonomia de ação no sistema internacional de poder através da formação de blocos regionais independentes.

Procurando esclarecer a posição brasileira a fim de evitar equívocos, logo nos primeiros meses de governo, Neves da Fontoura foi em missão conversar com o Secretário de Estado norte-americano, Miller. A decorrência dessas conversações foi a promessa de abertura de um crédito na ordem de US\$ 250 milhões, menos da metade requisitada pelo ministro da Fazenda, Lafer, mas o suficiente para animar o ministro Neves.

Na verdade, explicitavam-se duas situações: se, por um lado, tentava-se evitar uma associação direta entre a posição brasileira no sistema de poder e a cooperação econômica externa, por outro lado, não havia como desconectar uma coisa da outra. Decorrente disso, a apreensão de Neves de que uma definição pró-Perón viesse a prejudicar o projeto desenvolvimentista brasileiro, numa ocasião em que qualquer entrave a aceleração do desenvolvimento econômico significaria, também, o enfraquecimento da oportunidade da realização da liderança regional.

Essa forma de agir do presidente Vargas, que encetava uma espécie de duplo jogo frente à Argentina e aos Estados Unidos, provocou imediata reação no âmbito do governo brasileiro. Uma das primeiras manifestações ocorreu quando o ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura (1887-1963), exonerou-se, no final de junho de 1953. Defensor do que chamava de pan-americanismo solidário, Neves da Fontoura insistia num alinhamento incondicional aos Estados Unidos e encarava qualquer tentativa de formação de blocos regionais como uma ameaça potencial de desestabilização nas relações Brasil-Estados Unidos. O ministro deixava de considerar que aquele ambiente internacional poderia constituir um espaço de permanente negociação no âmbito do sistema de poder. No âmbito regional, ambos os países, Brasil e Argentina, adotavam, em graus distintos, políticas nacionalistas e de industrializações quais se contrapunham em alguma medida com a política externa preconizada pelos Estados Unidos no sentido de limitação do estatismo e do nacionalismo econômico. É certo

que os Estados Unidos admitiam que um certo desenvolvimento industrial e diversificação produtiva na América Latina fortaleceriam a influência norte-americana, impulsionando as exportações e a inversão de seus capitais. No entanto, esse desenvolvimento deveria enquadrar-se com as políticas liberais advogadas por aquele país¹⁶.

Se em termos de política interna, Vargas percebeu, desde os anos 1930, a industrialização como estratégia de desenvolvimento capitalista e de consequente obtenção da liderança regional, o ministro Neves da Fontoura perdeu de vista as articulações que poderiam ter sido feitas frente aos Estados Unidos diante da proposta de aproximação com a Argentina através do Pacto ABC, proposta pelo presidente Juan Domingo Perón (1895-1974). Parece-nos claro que o ministro comprometeu um contexto oportuno para barganhar com os norte-americanos a não-adesão brasileira ao projeto de blocos regionais em troca da efetiva cooperação econômica norte-americana esperada pelo presidente Vargas.

Essa divergência de estratégias de política externa no âmbito das relações com a nação líder do sistema, os Estados Unidos, e com a região, a Argentina, acabou por distanciar definitivamente Vargas e Neves da Fontoura, culminando na renúncia do ministro, em junho de 1953, e na denúncia que faria em março do derradeiro ano de 1954.

Em uma tentativa de amenizar a crise interna que se processava, Vargas optou por uma reforma ministerial, realizada em meados de 1953, com ênfase especial às duas pastas cuja orientação dependia o sucesso da política governamental, ou seja, o ministério da Fazenda, para o qual foi designado um antigo colaborador de Vargas, Oswaldo Aranha, e o ministério do Trabalho, entregue a João Goulart, político petebista, de fácil trânsito nas áreas sindicais. Goulart, tinha, porém, o grave inconveniente de ser extremamente suspeito aos olhos das elites políticas e de certos setores militares. Na visão destes, estaria ligado à ameaça de *peronização*, colocando em risco a ordem social vigente. Sobre isso, em carta anônima, pronunciavam-se os setores oposicionistas “o Jango tem muito contato com Argentina e certamente quer manietar o Exército pela massa do povo como demonstraram os descamisados que paralisaram tudo¹⁷”, em clara referência aos movimentos grevistas no país vizinho.

¹⁶ Cf. RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. *Relaciones Tumuluosas*. Estados Unidos y el primer peronismo. Buenos Aires: Emecé, 2009.

¹⁷ Carta anônima. CPDOC/FGV, GV 52.00.00/58.

A escolha de Aranha, por outro lado, poderia ter agradado mais a oposição, uma vez que eram conhecidas suas posições pró – Estados Unidos. Entretanto, numa análise mais apurada, constatamos as diferenças de orientação do novo ministro com um dos setores oposicionistas, a UDN, preconizadora de um alinhamento incondicional aos Estados Unidos. As próprias palavras de Oswaldo Aranha revelam a diferença: "as nossas relações com os Estados Unidos, sejam quais forem as vicissitudes mundiais, os acidentes de nossa vida continental e até a conduta norteamericana para conosco, devem ser conduzidos por nós, ditados pelos nossos interesses¹⁸".

Evidente que a falta de coesão do governo em termos de condução da política externa, foi um golpe nas pretensões nacionalistas de Vargas porque também se refletia no reforço das posições do grupo pró-Estados Unidos que logo a seguir acusaria o presidente de traição nacional.

Protagonismo brasileiro e alinhamento aos Estados Unidos

Os desacertos em termos de condução da política externa culminaram na acusação que o ex-ministro Neves da Fontoura fez ao presidente Perón. Tomando como prova da traição um discurso atribuído ao presidente argentino Juan Domingo Perón, realizado na Escola Superior de Guerra em Buenos Aires, datado de dezembro de 1953, Neves da Fontoura provocou uma das mais graves crises no âmbito das relações internacionais interamericanas do Brasil naquela década. Segundo o ex-ministro, Perón teria afirmado que as tratativas sobre o Pacto ABC haviam começado por ocasião da eleição de Vargas sendo que este "esteve total e absolutamente de acordo com essa ideia e em realizá-la assim que assumisse o poder¹⁹". Ainda para Neves da Fontoura, o pronunciamento de Perón denunciava a cada parágrafo o comprometimento de Vargas com a adesão ao ABC e revelava que o presidente brasileiro concordara em ter um encontro com seu colega argentino: "quando Vargas subiu ao poder, prometeu-me que nos reuniríamos em Buenos Aires ou no Rio de Janeiro e faríamos esse tratado", teria esclarecido Perón²⁰.

¹⁸ Conferência pronunciada por Oswaldo Aranha na Escola Superior de Guerra, 1953. CPDOC/FGV, DA 53.00.00/2.

¹⁹ FONTOURA, João Neves da. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estudo 14, maço 20, cx 10.

²⁰ FONTOURA, João Neves da. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estudo 14, maço 20, cx 10.

Segundo o pronunciamento citado por Neves da Fontoura, Vargas teria protelado o encontro alegando dificuldades na condução da política interna e, diante disso, Perón o consultou sobre a possibilidade de avistar-se primeiro com o presidente do Chile, Carlos Ibañez del Campo (1877-1960). Em 21 de fevereiro de 1953, Perón assinou com Ibañez a Ata de União Econômica Argentino-Chilena, que seria a primeira medida antes de uma futura união aduaneira entre os dois países. Esse tipo de acordo, que encetava a possibilidade de formação de um bloco regional que pudesse negociar com mais força com os Estados Unidos, gerava um crescente temor na diplomacia norte-americana. Em seguida da assinatura da Ata de Santiago, o Departamento de Estado implantou uma ativa campanha através da imprensa e dos meios diplomáticos confidenciais, a fim de neutralizar uma potencial integração econômica e política sul-americana²¹.

Quando Neves da Fontoura veio a público denunciar as tratativas do ABC, as quais Vargas teria aderido, Perón se encontrava novamente no Chile tentando assinar o pacto com o presidente Ibañez. Surpreendido perante a representação chilena, Perón acabou por regressar a Buenos Aires visivelmente contrariado. Ali foi procurado pelo jornalista Geraldo Rocha, desafeto de Neves, que trazia, a pedido de Vargas, um recado: de que a situação no Brasil estava muito difícil e de que ele não podia mandar no seu então ex-ministro. Tendo, aparentemente, aceitado a explicação do presidente brasileiro, Perón proclamara que “essa união, senhores, está em plena elaboração²²”.

Em termos continentais, a posse do presidente Eisenhower (1890-1969) no início de 1953, marcou certa alteração na forma de tratamento que os Estados Unidos dispensavam à região. O secretário John Foster Dulles (1888-1959) admitia que o Departamento de Estado havia descuidado da América Latina. Em escala regional, tanto Brasil quanto Argentina passavam por complexos processos de crise econômica, com inflação e queda do poder aquisitivo da população e, principalmente, recursos reduzidos para promover a ampliação da indústria pesada em seus países. Nesse mesmo ano, o Departamento de Estado decidiu, unilateralmente, encerrar as atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. As concessões econômi-

²¹ Cf. MORGENFELD, Leandro Ariel. *Vizinhos em conflito*. Argentina y Estados Unidos em las Conferencias Panamericanas (1880-1955). Buenos Aires: Continente, 2011.

²² FONTOURA, João Neves da. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Estudo 14, maço 20, cx 10.

cas esperadas por Vargas tornavam-se gradativamente mais problemáticas, na mesma proporção em que a corrente antinacionalista exacerbava seus temores e críticas sobre o modelo varguista, que preconizava uma política externa com margem de relativa autonomia, negando o modelo tradicional de exportação e de associação internacional, e que agilizava a política de massas, componente fundamental da sua política interna.

O nó górdio do problema era que Vargas seguia preocupado com a forma pela qual um programa de desenvolvimento econômico nacional precisava levar em conta os sistemas políticos e econômicos mundiais. A cada passo se colocava o problema da manutenção ou do aprofundamento das rupturas externas²³. A esse respeito Moniz Bandeira aponta que os serviços de inteligência norte-americanos previam que, por fracassar na obtenção dos financiamentos, o governo Vargas poderia enveredar por uma rota cada vez mais independente, em questões econômicas e que o poder de barganha *vis-à-vis* os Estados Unidos tornar-se-ia importante fator na política externa do Brasil, compelindo-o a estreitar relações com a América Latina, bem como a incrementar seu comércio e mesmo estabelecer relações diplomáticas com a URSS²⁴.

A dificuldade em negociar os empréstimos com os Estados Unidos, crucial para o programa de desenvolvimento brasileiro, aproximaria, de certa forma, o Brasil da Argentina. Essa estratégia em direção à nação vizinha, por si só talvez não trouxesse dividendos. Porém, enquanto elemento de pressão sobre os Estados Unidos, temerosos quanto à possibilidade de formação de blocos regionais, poderia vir a oportunizar uma espécie de “troca”, por meio da qual, em função dos empréstimos, o Brasil manter-se-ia fiel à proposta pan-americanista. Esse ponto da política do presidente Vargas ofereceu renovada munição para os setores oposicionista, que passaram a propagar o temor da formação de uma república sindicalista, à feição peronista.

Procurando demonstrar uma margem considerável de autonomia na condução da política interna e, ao mesmo tempo, reagindo contra decisão do Eximbank de não conceder mais do que cem milhões de dólares em relação aos duzentos milhões solicitados pelo governo brasileiro e prometi-

²³ Cf. IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 63.

²⁴ BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 39.

dos pela administração Truman, Vargas, em janeiro de 1954, assinou o decreto-lei n. 34.839, que restringia as remessas de lucros e dividendos em até 10% ao ano, impondo às empresas estrangeiras a obrigatoriedade de se cadastrarem na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) como requisito para gozarem das vantagens oferecidas pelo governo. A medida sobre a remessa de lucros foi o ponto culminante da postura nacionalista. A partir daí a dissensão entre os dois modelos econômicos, os que desejavam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado a organizações externas) e os que pretendiam acelerar o desenvolvimento independente, foi total.

As manifestações de Neves da Fontoura sobre o pronunciamento de Perón datam de março de 1954, portanto alguns meses depois do discurso do presidente argentino, em dezembro de 1953. Por que demorou o ex-ministro em denunciar? Justificando sua reação tardia, Neves da Fontoura alegava que teria dado um prazo para que Vargas se manifestasse sobre as calúnias de Perón, ao mesmo tempo em que esperava provas da veracidade do discurso, o que teria sido obtido através de um grupo de argentinos exilados em Montevidéu.

As autoridades argentinas, no entanto, negaram a autenticidade do discurso. Apesar disso, Neves da Fontoura não tinha dúvidas de sua veracidade por coincidir com o estilo de Perón e por este já ter mencionado o Pacto ABC em outras ocasiões. Alegava o ex-ministro, que, embora não houvesse prova documental da transação entre os dois presidentes, era verossímil que Vargas tivesse se comprometido com o ABC, disfarçado inicialmente de integração econômica.

O fato de a ligação Vargas-Perón significar para o Brasil o risco de o país transformar-se em mero caudatário da Argentina era negado pelos partidários de Vargas que alegavam que “o presidente Getúlio Vargas nunca precisou da orientação do governo Perón, nem de outro qualquer governo para nortear os destinos do Brasil²⁵”.

A denúncia de Neves da Fontoura e a polêmica que se seguiu, dificultou a estratégia de Vargas e ao mesmo tempo paralisou todos os seus movimentos de defesa. A alternativa final, assim, pareceu ser seu próprio silêncio. Além de afirmar que as cartas trocadas com Perón consistiam em *simples cortesia*, Vargas não fez nenhuma tentativa no sentido de esclarecer as acusações feitas contra ele.

²⁵ Anais da Câmara, 1954, p. 136.

A defesa do presidente ficou a cargo do chefe da casa Civil, Lourival Fontes (1899-1967), que dava o caso por encerrado tomando como pressuposto principal o desmentido da Embaixada da Argentina sobre a autenticidade das declarações atribuídas a Perón, consideradas falsas. Partindo, entretanto, do princípio de que o discurso fosse autêntico, ficaria evidenciado que Vargas havia manipulado Perón. Se a verdade consistia no fato de que o Pacto ABC havia sido mais um expediente no rol das manobras políticas as quais Vargas era dado, esse caso era delicado demais para ser admitido.

Porém, o recrudescimento da campanha contra Vargas ocorreu por ocasião de novas declarações de João Neves, em abril de 1954, abrindo a oportunidade para um embate direto entre as facções *nacionalistas* e *entreguistas*. A UDN, com sua declarada adesão aos Estados Unidos, via no binômio Vargas-Pacto ABC o pretexto para colocar em questão a idoneidade do presidente, sendo que até o *impeachment* foi cogitado.

Mesmo não tendo sido aprovado o *impeachment*, as acusações sobre a conivência de Vargas com o Pacto ABC significaram um golpe gravíssimo no seu já tão abalado mandato. A partir desse momento, o mutismo do presidente se intensificou. A intrincada estratégia adotada por Vargas impedia qualquer explicação: como dizer que a possibilidade de adesão ao Pacto ABC consistiu um lance do jogo de pressão sobre os Estados Unidos para que estes liberassem os empréstimos para o fomento do desenvolvimento industrial do Brasil? Como explicar que ao invés de pactuar com Argentina e Chile, Vargas pensava em impor a liderança brasileira na região, visto ser a nação economicamente mais poderosa? Como sair desse emaranhado sem causar um atrito nas relações com a Argentina, de tão longa data marcadas pelo estado de rivalidade?

As contradições internas comprometeram gravemente a condução da política externa, enfraquecendo a estratégia de pressão e barganha frente ao governo norte-americano. Nesse plano de ação, Vargas poderia apoiar-se no próprio espaço criado pela Guerra Fria e na proposta de formação de um bloco de poder regional, de feição anti-norte-americana. Entretanto, ignorando que desse contexto poderia advir a chance de realização da autonomia regional, setores de oposição, notadamente reunidos na UDN e na concorrente antinacionalista, ou entreguista, das Forças Armadas, desarticulou a estratégia de política externa do presidente Varga.

Não há dúvida de que no agravamento das contradições da política interna as denúncias do ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, acerca do suposto pacto entre Argentina, Brasil e Chile, o Pacto

ABC. Tanto as relações com os Estados Unidos, quanto com o bloco sul-americano, em particular com a Argentina, passaram a ser mais do que um problema de política externa, mas um fator mobilizador da política interna brasileira.

Procurando mais detidamente as razões da posição de Neves da Fontoura em prol dos negócios com os Estados Unidos em detrimento da formação de um bloco regional, chegamos ao vínculo que o ministro tinha com a *Standard Oil*. A gigante petroleira norte-americana vinha desde a década de 1940 em um processo de expansão de negócios na América Latina. Fazia ofensivas na área de exploração de petróleo junto aos governos brasileiro e argentino. Evidente que era perturbador para Washington a expansão das nacionalizações que se fazia em ambos os países por Perón e Vargas²⁶. Por seu turno, Neves da Fontoura era um dos diretores da Ultragas, subsidiária da *Standard Oil* no Brasil, o que o tornava no mínimo suspeito na tomada de decisão acerca da política externa brasileira naquele ambiente internacional²⁷. Essa situação vem corroborar o que aponta Estevão de Rezende Martins quando afirma que “o Estado, ainda que permaneça sendo um ator de destaque no âmbito das relações internacionais está colocado, para fins de procedimento metódico, na perspectiva da dinâmica que articula o local, o regional e o global, extrapolando em muito a dimensão doméstica²⁸”.

Divisões internas projetaram-se claramente sobre a condução da política externa, a qual, examinada na perspectiva do subsistema regional, permite antever que, no centro das divergências colocava-se a questão das relações com a Argentina como um risco de retração nas relações com os Estados Unidos, na medida em que estes não aprovavam a política de blocos regionais.

Protagonismo brasileiro e o bloco regional

O jogo internacional no qual se moviam os agentes políticos governamentais foi marcado por percepções excludentes. Se, como já apontamos, o ministro Neves da Fontoura preconizava que a obtenção do papel

²⁶ Cf. RAPOPORT, Mario; SPIGUEL, Claudio. Op. cit.

²⁷ Cf. RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *O Pacto ABC*. As relações Brasil-Argentina na década de 1950. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

²⁸ MARTINS, Estevão de Rezende. Op. cit, p. 85.

de líder sul-americano pelo Brasil estava diretamente ligada à capacidade de interlocução com Washington, para o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Batista Lusardo, a liderança regional deveria ser obtida primeiramente.

Ao atentarmos para os fatos que envolvem a nomeação de Lusardo para a Embaixada em Buenos Aires, podemos evidenciar as dissensões que havia no âmbito governamental sobre a orientação das relações com a Argentina. A designação de Lusardo ocorreu em meio a resistências diversas. Se o Embaixador via de forma atraente a possibilidade de voltar a ocupar o cargo em Buenos Aires, onde gozava de excelentes relações diplomáticas e de amizade, determinados círculos políticos brasileiros opunham-se a essa nomeação, alegando que a excessiva “simpatia” de Lusardo pela Argentina poderia interferir na defesa dos interesses brasileiros.

O ministro Neves da Fontoura apresentou resistência ao nome de Lusardo, pois considerava que, devido às estreitas relações de amizade que mantinha com Perón, seu desempenho em Buenos Aires poderia sofrer influência dos interesses locais em detrimento dos brasileiros. Preocupava o ministro, também, o fato de que a indicação de um elemento próximo a Perón poderia repercutir desfavoravelmente em relação aos Estados Unidos, que tenderiam ver a situação como uma manobra em direção à formação de alianças regionais desfavoráveis aos negócios norte-americanos. Esse, talvez, fosse para Neves da Fontoura o argumento de maior peso contra a nomeação de Lusardo: diante da suspeita de uma aliança Brasil-Argentina, os Estados Unidos retirariam seu apoio ao Brasil, que veria, então, prejudicada a possibilidade de pleitear a condição de interlocutor preferencial desse país na região.

Sintoma da articulação entre a política interna e política externa está no fato de que a nomeação do embaixador Lusardo só foi oficializada em junho de 1951, quando há muito os cargos da diplomacia brasileira já haviam sido definidos. Uma vez no cargo, o embaixador deixaria clara sua linha de atuação ao afirmar: Argentina e Brasil têm de andar juntos. Ou se compreendem e todo o continente retratará essa compreensão, ou não se entendem a padecerão todos, no continente, desse desentendimento²⁹. Partindo dessa contestação, Lusardo passará a adotar uma política de apoio irrestrito à aproximação entre ambos os países, o que era defendido, princi-

²⁹ Carta de Batista Lusardo a Vargas, 27.09.1951, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 51.09.27/3.

existente entendimento entre o Brasil e a Argentina. Irritado com a morosidade da consecução do acordo comercial, Lusardo advertia Vargas: “Tome ação, pois senão o fizer as relações entre Brasil e Argentina poderão ir por água abaixo³⁵”. Lusardo insistia, pelo que se infere, em que o ponto crucial das relações com a Argentina, estava calcado no intercâmbio comercial. A via de integração era, portanto, antes de ser política, econômica. Os acordos comerciais firmados entre Brasil e Argentina tinham no embaixador brasileiro um grande incentivador que via na aproximação comercial o primeiro passo para uma integração política, a qual defendia.

Nesse particular, havia profunda divergência entre o embaixador e o ministro Neves da Fontoura, que julgava que convênios como o do trigo e do café seriam uma fase preparatória para a dominação política da Argentina sobre o sul do continente³⁶. Os objetivos da Argentina em liderar o bloco sul, em um momento em que se falava de pactuar, apareciam, ao mesmo tempo como uma ameaça e como uma incongruência. Vargas, entretanto, não teria motivo para alarme, pois entendia que a liderança regional seria dada naturalmente a quem dominasse economicamente, o que era a pretensão brasileira.

O intenso desenvolvimento das relações exteriores argentinas como, por exemplo, o acordo comercial previsto com a URRS, a visita de Perón ao Chile, a vinda de Milton Eisenhower, irmão do presidente norte-americano, à Argentina levavam Lusardo a prevenir o presidente Vargas de que em razão do protagonismo de Perón em termos de política externa, o Brasil poderia ter dificuldades de se impor como nação líder na região. E ainda solicitava ao presidente que prestasse atenção “às coisas verdadeiramente sérias, em vez de tanto nos preocuparmos com campanhas inúteis de imprensa³⁷”. O embaixador Lusardo considerava que os ataques sistemáticos que a imprensa oposicionista³⁸ fazia ao peronismo pudesse ser responsável pela perda de prestígio e, principalmente, da influência do Brasil na Argentina.

A denúncia do ex-ministro Neves da Fontoura, nos primeiros meses de 1954, repercutiu gravemente sobre a linha de atuação do embaixador

³⁵ Carta de Batista Lusardo a Vargas, 28.01.1953, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 53.01.09/4

³⁶ Essa versão também encontrou eco no exterior. A imprensa britânica, por exemplo, manifestou-se no sentido de que “os novos tratados com a Argentina têm o propósito evidente de provocar modificações de alto relevo nas relações com os países incluídos em seu novo império”. *Correio do Povo*. Porto Alegre. 13, março, 1954.

³⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre. 13, março, 1954.

³⁸ Praticamente toda a grande imprensa brasileira era contra Vargas, excetuando-se o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer.

Lusardo em Buenos Aires. Somada a isso, a falta de comunicação com Vargas o exacerbava como se constata pela correspondência na qual implorava “estou inteiramente sem notícias suas e desconheço assim seu pensamento, o seu ponto de vista sobre todos esses assuntos de magna importância! Mandeme dizer alguma coisa, escreva ou dite, mas não me deixe em suspenso!³⁹”.

A situação do Embaixador era de isolamento crescente, o que é comprovado e resumido nas suas próprias palavras quando afirmava “eu próprio sofri e estou sofrendo consequência de uma atitude que nunca consegui entender. Sem apoio do meu próprio Ministro, e sendo amigo do Presidente Perón, quem não havia de sentir-se à vontade para me atacar?⁴⁰.O isolamento de Lusardo coincidiu com o enfraquecimento de Vargas. Os atritos internos, decorrentes de sua política nacionalista-populista, eram substancialmente agravados pela aproximação, via acordo comercial, com a Argentina, o que levantava suspeitas de *peronização* do Brasil.O episódio da renúncia do embaixador Lusardo mantém-se, até certo ponto, envolto em dúvidas. Seu isolamento paulatino e a ignorância que revelava a respeito dos propósitos de Vargas sobre a Argentina, é indiscutível. No entanto, não encontramos registro na documentação analisada se a iniciativa da renúncia foi do próprio embaixador, ou, se partiu de uma decisão de Vargas, que teria sentido a inconveniência em manter um elemento declaradamente alinhado com o peronismo na Argentina enquanto dependia dos capitais norte-americanos para fomentar o desenvolvimento industrial do país.

Considerações finais

Ficou evidenciado que a definição da política externa do presidente Vargas decorria em larga e decisiva escala, dos arranjos da política interna. Desse modo as postulações de Neves da Fontoura, no sentido do boicote às ligações regionais e em especial à política de blocos autônomos, encontrou ressonância na conjuntura interna, o que acabou por truncar decisivamente a aproximação com a Argentina. A razão dos temores de Neves fundamentava-se na desconfiança com que a comunidade internacional via o peronismo e a “terceira força”, a qual os franceses intitulavam “terceira farsa”, e na prevenção advinda da política de formação de blocos regionais autônomos preconizada por Perón. Portanto, a possibilidade de uma liga-

³⁹ Correio do Povo. Porto Alegre. 13, março, 1954.

⁴⁰ Carta de Batista Lusardo a Vargas, 06.07.1953, Buenos Aires. CPDOC/FGV, GV 53.07.06/1.

ção mais estreita entre Brasil e Argentina seria, na sua ótica, desfavorável ao projeto de associação ao projeto de unidade continental dos Estados Unidos. Prosseguindo na defesa da política de concessões aos Estados Unidos o ex-ministro seria um dos pilares de desestruturação do governo nacional-populista de Vargas e do recrudescimento no antagonismo das relações Brasil-Argentina.

Tem-se, então, que a diplomacia brasileira do período oscilou em torno de percepções divergentes o que foi altamente prejudicial à afirmação de uma estratégia de política externa unívoca e capaz de colocar o país no protagonismo da região. As ações desencadeadas no âmbito externo foram elemento crucial no aprofundamento da crise com que Vargas se deparou no ano de 1954, cuja culminância foi o suicídio político em agosto.

Os Estados Unidos por sua vez, em documentação do Departamento de Estado, apontava a "recusa do Presidente em definir sua posição em questões de maior importância, que por si a consequência de sua personalidade política e métodos de administrar." Reiteravam que o estilo centralizador de Vargas "deixa seus membros de Gabinete e outros importantes funcionários do governo completamente dependentes dele nos assuntos de política. Desde que nenhum funcionário pode alguma vez, mesmo em seu próprio campo, estar seguro da política global do Presidente⁴¹". Essas impressões iam ao encontro do que ocorrera em relação ao ministro Neves da Fontoura e ao embaixador Batista Lusardo sobre os quais pode-se dizer que, de certa maneira, tatearam por si próprios percursos divergentes em relação à política externa, alheios aos intuitos do presidente Vargas, o que acabou por fragilizar a estratégia de obtenção da liderança regional.

Ao final, pensamos ter demonstrado nesse capítulo que no processo de reconstrução da história política desse período, o campo das relações internacionais configurou-se como locus de investigação indispensável para os historiadores estabelecerem os nexos causais em relação ao ambiente interno e externo. Admite-se que a interpretação acerca das articulações entre o *interior* e o *exterior* revela-se tarefa complexa para os estudiosos dessa área, para os quais a análise das múltiplas escalas – local, regional, global – reveste-se de importante ferramenta teórico-metodológica para a compreensão dos contextos históricos.

⁴¹ Embaixada EUA. Rio de Janeiro. s/d. CPDOC/FGV, DE 50.01.23/1.

PARTE 3

Trajetórias e Protagonistas

“A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”: imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890)

Carina Martiny

É comum, em trabalhos que tratem da história do Rio Grande do Sul do período inicial da República, encontrar referências a Júlio Prates de Castilhos. Afinal, ele se tornou a grande liderança republicana no Rio Grande do Sul durante a década de 1890. Após a instalação da República, em 1889, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), mesmo minoritário, chegou ao poder no estado. Em consequência, Castilhos, uma das lideranças do PRR, assumiu papel central na política estadual. Ocupou o cargo de presidente do estado entre junho e novembro de 1891 e de 1893 a 1898 e, mesmo quando não ocupava o Executivo, acompanhava de perto as decisões tomadas pelo sucessor que indicou para o cargo, Borges de Medeiros.

Após seu falecimento, em 1903, foi Borges de Medeiros quem se encarregou de manter a imagem do chefe para a posteridade com a construção de monumentos glorificadores. Segundo Elisabete da Costa Leal, uma semana após a morte de Castilhos, Medeiros escreveu a Décio Villares “encarregando-o de fazer os monumentos fúnebre e público” de Júlio de Castilhos, obras patrocinadas pela Secretaria de Obras Públicas do Estado. Segundo a autora, na década que seguiu à morte do chefe republicano “foram construídos os veículos de glorificação cívica de Castilhos, com biografias, monumentos cívico e fúnebre (feito por Villares), bustos em bronze, romarias ao túmulo e criação do Museu onde foi sua casa¹”. Em grande parte dos municípios sul-rio-grandenses, o chefe republicano passou a ser homenageado: não raro, ruas e avenidas principais levam seu nome.

¹ LEAL, Elisabete da Costa. *Filósofos em Tintas e Bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006. p.256; 252.

Durante o século XX, diversos autores trataram de biografá-lo. Corrorespondem, na grande maioria das vezes, a uma produção apologética, heroificante, podendo ser enquadrada no tipo de biografia que bem traduz a ideia de *ilusão biográfica*, como definiu Pierre Bourdieu². São trabalhos que atribuem à vida de Castilhos uma coerência que, na realidade, nunca existiu. Expressam a ideia de projeto, como se todo o desenrolar dos acontecimentos ao longo da vida visassem ou estivessem direcionados a atingir um determinado fim previamente traçado. É o caso dos trabalhos de Othelo Rosa³ e Sérgio da Costa Franco⁴, que escreveram as duas obras mais conhecidas sobre Castilhos, mas também de Esther Cohen⁵ e do trabalho organizado por Cláudio J. B. Todeschini⁶. Também na historiografia, seu nome aparece com destaque. Trabalhos que tratam da Primeira República no Rio Grande do Sul apontam Castilhos como a grande liderança política do período e, por vezes, o apresentam como liderança republicana brasileira, especialmente por sua filiação às ideias positivistas⁷.

Diante da centralidade de Castilhos na história da política republicana, tanto estadual quanto federal, a pergunta que se impõe é: como a liderança política de Castilhos foi construída? As respostas às perguntas que um historiador faz, como aponta Marc Bloch, nunca são simples. Para Bloch, a explicação histórica “busca fluxos de ondas causais e não se assusta

² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos & Abusos da história Oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

³ ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos*. Porto Alegre: Globo, 1928.

⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. Originalmente publicado em 1967.

⁵ COHEN, Esther. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

⁶ TODESCHINI, Cláudio J. B. (org.). *Júlio de Castilhos: Poliantéia mandada publicar pelo Museu Júlio de Castilhos, por ocasião dos 75 anos do falecimento de seu patrono*. Porto Alegre: EMMA/SEC; DAC; IEL, 1978.

⁷ Como exemplos, pode-se citar: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. Originalmente publicado em 1971; FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. Originalmente publicado em 1987; e alguns textos da Coleção História do Rio Grande do Sul (RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). *República: República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128, v. 3, t. 1). Nas últimas décadas surgiram alguns trabalhos que exploraram dimensões diversas da atuação de Castilhos. São exemplos: BAKOS, Margaret Marchiori. *Júlio de Castilhos: Positivismo, Abolição e República*. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 2006; AXT, Gunter et al. (org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005; VELHO, Keter. *Teu amigo certo: Júlio de Castilhos correspondência inédita*. Porto Alegre: Edijuc, 2013. Este último trabalho, apesar de ser composto pela transcrição de cartas escritas por Castilhos, explora algumas dimensões ainda pouco trabalhadas, como sua relação com o escravismo.

[...] ao encontrá-los múltiplos⁸”. Assim, se aceita que os fatores envolvidos na construção da liderança política de Júlio de Castilhos são diversos e interdependentes. Derivam de uma conjuntura histórica anterior à própria proclamação da República e são também resultado de ações individuais e familiares⁹. Nos limites deste texto, exploro apenas um dos fatores envolvidos na construção dessa liderança, qual seja, a relação entre a imprensa republicana, especificamente o jornal *A Federação*, e a posição de liderança que Castilhos foi adquirindo no interior do partido e na política estadual ao longo da década de 1880.

Através da correspondência pessoal e política de Castilhos e de edições do jornal *A Federação*, analiso seu envolvimento com a formação e consolidação da imprensa partidária. Demonstro que sua atuação política através delalhe assegurou papel de destaque, tanto no partido quanto no contexto político mais amplo. O jornal atuou em prol da projeção de Castilhos como liderança política.

“A Federação por cá provoca entusiasmo de todos”: a fundação do jornal republicano *A Federação*

Na convenção regional convocada pelo Clube Republicano de Porto Alegre, em 1882, na qual foi criado o PRR, Castilhos foi designado para a comissão de imprensa partidária. Segundo Franco, a experiência de Júlio no jornalismo acadêmico pesou nesta indicação¹⁰. No Colégio Ferreira Gomes, em Porto Alegre, onde estudou na década de 1870, já havia feito sua estreia como escritor mas, foi em São Paulo, entre os anos de 1877 e 1881, quando era aluno na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que Júlio teve maior atuação, como redator de dois jornais acadêmicos: *A Evolução* e *A República*¹¹.

⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 157. Publicado originalmente em 1949.

⁹ Tais aspectos são trabalhados na tese de doutorado que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.

¹⁰ FRANCO, op. cit., p. 27.

¹¹ O jornal *A Evolução* circulou entre abril e setembro de 1879, em um total de dez números, redigidos por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa. Já o jornal *A República* era o Órgão do Clube republicano Acadêmico. Castilhos escreveu neste jornal entre junho e agosto de 1880. Sobre a atuação de Castilhos na imprensa acadêmica ver: PICCOLO, Helga I. L. Júlio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo. In: AXT, Gunter et al. (org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 85-95.

Assim, retornando a sua província e se inserindo no movimento republicano que nela já existia e que estava em expansão, coube a ele, junto com outros companheiros, a tarefa de fundar a imprensa republicana, na qual viria a ser assíduo escritor. A imprensa teria, para o PRR, o importante papel de fortalecer o partido, mobilizando a base de apoio existente nos mais diferentes municípios da província. Como se verá, as lideranças republicanas existentes nos municípios foram chamadas a participarem prol da imprensa que estava em formação.

Em 1883, no primeiro Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense ficou determinada a fundação do *A Federação*. Segundo Otelo Rosa, foi Castilhos quem redigiu o projeto, que contou com a assinatura de Antônio de Farias e Assis Brasil¹². O próprio Castilhos admitiria, mais de uma vez, que a imprensa nascera de um projeto seu. A Tito Prates, seu primo e correligionário explicava que *A Federação* era “Filha de um projeto por mim elaborado, é uma folha o alos (sic) do meu empenho atual como republicano, e a ela dedico, por assim dizer, o amor de pai¹³”. A Honorato Mercado, afirmava, depois que o jornal já circulava:

Têm trabalhado com afinco na redação o Venâncio, o Ramiro e este pobre diabo que te está a escrever. Dedico meu melhor tempo ao nosso órgão. Também, desde que vim da Academia, lutei, lutei muito pela organização da imprensa, elaborei um projeto meditado, trabalhei com esforço para a sua execução, e agora que – post tantos labores – vejo criada a folha, é meu dever redobrar de esforços e dedicação. É o que faço¹⁴.

Como se percebe, em cartas a amigos e companheiros de partido, Castilhos sustentava um discurso que assinalava seu protagonismo à frente do movimento. Ele sinalizava todos os empenhos e esforços que fizera para que a imprensa se tornasse uma realidade, o que justificaria o lugar de destaque que passaria a ocupar a partir desse período. Esse discurso auto elogioso e ao mesmo tempo afirmativo, de quem sacrificara interesses pessoais em prol do partido e da República, será uma constante em seus escritos. É possível que esta tenha sido uma estratégia utilizada por ele para se promover entre os próprios correligionários.

¹² ROSA, op. cit., p. 37.

¹³ Carta de Júlio de Castilhos a Tito Prates. Porto Alegre, 7 de dezembro de 1883. Apud VELHO, Keter. *Teu amigo certo*: Júlio de Castilhos correspondência inédita. Porto Alegre: Edijuc, 2013, p. 137.

¹⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Honorato Mercado. Porto Alegre, 19 de janeiro de 1884. Apud VELHO, op. cit., p. 140.

Elaborado o projeto, o passo seguinte seria angariar o capital necessário à criação do jornal. Conforme apontam Rosae Franco, tratava-se de 30 contos de Réis¹⁵. Para termos uma ideia, no inventário de Carolina Prates de Castilhos, mãe de Júlio, datado de 1890, as 2.461 reses de criar xucas que possuía foram avaliadas em 29 contos, 532 Réis, praticamente o capital inicial da empresa¹⁶. Não era, portanto, um pequeno valor. Entretanto, em sua correspondência Castilhos explicava que para a empresa iniciar suas atividades precisava da metade deste valor, ou seja, 15 contos de Reis, o que ainda era um valor considerável.

Assim, após o Congresso de março, o ano de 1883 foi destinado a angariar o capital necessário. A estratégia para reunir os 15 contos de Réis era vender ações a outros republicanos. Em diversas cartas, Júlio relatava a dificuldade que encontrava para vendê-las. A Theodoro Ribas escreveu: “A folha republicana (cuja redação, como deve saber, não quis aceitar apesar das insistências dos amigos) aparecerá de novembro até janeiro sem falta. Trataremos agora de passar o resto das ações, o que tem sido difícil¹⁷”. Para Vale Machado, usava o mesmo tom queixoso:

E mais: a folha republicana aparecerá com certeza de novembro a janeiro. Estamos tratando de passar o resto das ações, tarefa que tem sido difícilima. Tal é a razão por que ainda não se deu princípio à publicação da folha. É infalível, porém, que de novembro a janeiro tenhamos imprensa, e ótima. Comunique a todos que tomaram ações¹⁸.

No início de agosto, cerca de 145 ações, no valor de 50 mil Réis cada, haviam sido subscritas: cem na capital, oito ou dez em Cachoeira, 27 em Jaguarão e 8 em Pelotas. Em outubro, o número de ações passadas chegou a 400, o que somaria 20 contos de Réis. Destas, entretanto, poucas haviam sido pagas, segundo apontava Castilhos¹⁹. Assim, tendo conseguido reunir com as ações seis contos de Réis, e faltando outros nove para completar os quinze necessários ao início do funcionamento da folha, a solução encon-

¹⁵ ROSA, op. cit.; FRANCO, op. cit.

¹⁶ Inventário. Inventariada: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, Júlio de Castilhos, Inventário, Ano 1890, maço 11, n. 277, f. 64.

¹⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Theodoro Ribas. Porto Alegre, 2 de agosto de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 35.

¹⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Vale Machado. Porto alegre, [ilegível] de agosto de 1883. Apud Ibid., p. 40.

¹⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Eduardo Lima. Porto Alegre, 18 de outubro de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 89-91.

trada por alguns dos envolvidos no movimento foi conceder à empresa uma espécie de “empréstimo” ou “adiantamento”. Foi o que explicou Castilhos a Antônio Augusto Uflacker:

Em face da execução excessivamente morosa que vai tendo o respectivo projeto, em virtude de circunstâncias ocasionais, alguns cidadãos cheios de fé e de boa vontade resolveram abreviar o aparecimento da folha, adiantando à empresa o dinheiro suficiente para perfazer a quantia de 15:000\$000, isto é, a realização do capital da 1ª prestação²⁰.

Os empréstimos seriam pagos pela folha republicana “à medida que se for efetuando a cobrança das ações já subscritas e das que forem d’ora em diante²¹”. Os “companheiros audazes e resolutos” que “resolveram apressar a cousa, adiantando à empresa o dinheiro suficiente para perfazer a quantia de 15:000\$000 que é o indispensável para o aparecimento da folha, isto é, a realização do capital da 1ª prestação” foram, além do próprio Júlio, José Dias Costa, Luís Leseigneur, Vitorino Carneiro Monteiro, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos, Gabriel Pinto Motta, Sebastião Pereira Barros, Henrique Martins Chaves, Cândido Pacheco Júnior, Júlio Pacheco²². Os seis primeiros adiantaram a quantia de um conto de Réis cada, de modo que se pode deduzir que os outros cinco dividiram entre si ações que no total somavam três contos de Réis²³.

Dos onze nomes acima citados, quatro foram membros da Comissão Executiva do PRR durante a década de 1880²⁴. Luís Leseigneur fez parte da Comissão Provisória de 1882, foi suplente nas comissões de 1884 e 1885 e membro da Comissão Executiva de 1886; Demétrio Ribeiro compôs todas as Comissões Executivas do partido de 1882 até 1886; Ramiro Barcelos era membro da Comissão de 1882 até 1885; e, Júlio de Castilhos, por sua vez, foi membro de 1883 a 1886. Outros três nomes ainda aparecem como suplentes da Comissão Executiva: José Dias da Costa e Sebastião Barros em 1884 e Júlio Pacheco em 1885. Ou seja, os subscritores da folha republicana que adiantaram capital para que o projeto se tornasse realidade faziam parte da cúpula do PRR no período.

Ainda que tenha havido alguma dificuldade para reunir o capital necessário, como Castilhos apontava em muitas de suas cartas, deve-se obser-

²⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio Augusto Uflacker. Porto Alegre, 26 de agosto de 1883. Apud Ibid., p. 56-57.

²¹ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio Augusto Uflacker. Porto Alegre, 26 de agosto de 1883. Apud Ibid., p. 56-57.

²² Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud Ibid., p. 43.

²³ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud Ibid., p. 44.

var que este capital foi reunido em menos de um ano. O valor de 50 mil Réis de cada ação não constituía pouco capital. Mais uma vez comparando valores, tem-se que 50 mil Réis correspondia ao valor de quatro reses de criar xucas²⁵. No caso dos republicanos que emprestaram um conto de Réis, significa que estavam emprestando um valor correspondente a 83 reses de criar xucas. Isso nos permite concluir que se tratava de indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade rio-grandenses, em condições de despendar uma quantia considerável em prol de um partido político e/ou uma causa.

Ao buscarmos informações sobre esses “audazes e resolutos” que subcreveram o adiantamento à empresa republicana, notamos que além de profissionais liberais – um engenheiro (Demétrio Ribeiro), um médico (Barcellos) e três advogados (Castilhos, Chaves e Monteiro) – havia ainda um relojoeiro (Leseigneur) e cinco comerciantes (os irmãos Pacheco, Motta, Costa e Barros). Tratava-se de profissionais liberais que, mesmo atuando no mundo urbano, não estavam desvinculados do mundo rural. Assim, fica evidente que a reunião, no interior do partido, de grupos ligados ao setor mais tradicional da economia sul-rio-grandense (pecuária) e de setores comerciais e urbanos foi essencial para a sobrevivência do partido e para a criação de uma imprensa republicana. Era um grupo minoritário, disposto a financiar a imprensa partidária que, segundo Castilhos, teria tornado o projeto possível. Como se lê no trecho da carta abaixo transcrito, a dificuldade em reunir o capital necessário junto aos correligionários estava relacionado a dois fatores:

A que é devida essa marcha trôpega do nosso projeto. Em parte à falta d’uniformidade d’esforços dos companheiros que se incumbiram da tarefa na campanha, e em parte à crise monetária que bateu às portas dos correligionários de fora devida a péssima safra de gados que tivemos²⁶.

Sobre o primeiro ponto – a falta de uniformidade de esforços de companheiros – é preciso considerar que o grupo envolvido tanto no fortaleci-

²⁴ Trabalhamos apenas com as Comissões Executivas do PRR de 1882 até 1886, pois foi o período para o qual encontramos indicações dos membros, tanto na bibliografia quanto no jornal *A Federação*.

²⁵ No inventário de Carolina Prates de Castilhos cada res de criar xuca foi avaliada em 12 mil Réis (Inventário. Ver: Inventariada: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, Júlio de Castilhos, Inventário, Ano 1890, maço 11, n. 277, f. 64).

²⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Pereira da Costa. Porto Alegre, 20 de julho de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 24.

mento do partido quanto no projeto de criação da imprensa era bastante heterogêneo. Republicanos históricos que militavam desde a década de 1870, os jovens bacharéis que se inseriram na década de 1880 ao projeto republicano no estado e, ainda, alguns conservadores que, descontentes com a política imperial, se somavam ao grupo. Tudo isso resultava na existência de diferentes projetos de republicanismo e de ação política que, como percebeu Castilhos, se tornavam um empecilho para o bom andamento do projeto do PRR.

Em relação ao segundo ponto – a crise monetária – Castilhos fazia referência aos problemas que atingiam as charqueadas no Rio Grande do Sul naquele momento e que também causavam prejuízos aos criadores de gado. Como muitos republicanos estavam envolvidos com o universo dos negócios com animais, Castilhos acreditava que a empreitada de venda de ações sofria também o impacto desse cenário. Assim, o capital urbano, advindo das atividades comerciais, parece ter sido fundamental para a realização da folha. Mais do que isso, o trecho acima transcrito valorizava ainda mais o esforço do grupo de republicanos que “emprestou” capital ao jornal, entre os quais estava ele próprio. Há, de novo, uma tentativa de autovaloração de suas próprias ações, o que o ajudava a demarcar seu próprio espaço dentro do partido.

Note-se que seu nome estava entre os que emprestaram capital. Dado os recursos de que dispunha, não lhe seria tão custoso emprestar a quantia ao jornal. Entretanto, naquele mesmo mês de agosto tentou se livrar do compromisso assumido. Escreveu a Joaquim Francisco de Assis Brasil pedindo que, ao invés de enviar ao tesoureiro o dinheiro das ações que passasse, o fizesse a ele, Júlio, “para desempenhar-me do compromisso”. Assim, não precisaria “ter de adiantar dinheiro do meu bolso, o que me seria em extremo penoso, tanto mais quanto nem o tenho agora disponível²⁷”. Em diversas ocasiões Castilhos solicitava ao irmão Francisco, seu sócio nos negócios de criação e venda de animais, o envio de alguma quantia²⁸. Assim,

²⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 44; 43.

²⁸ Depois da morte do pai, Francisco Ferreira de Castilhos, em 1871, Júlio e o irmão Francisco passaram a criar animais que eram vendidos às charqueadas. Depois que Júlio retornou de São Paulo, formado em Direito, e se estabeleceu em Porto Alegre, era o irmão, Francisco, quem cuidava dos negócios ligados à pecuária. Sobre as solicitações de dinheiro que fez ao irmão Chiquinho ver: Carta de Júlio de Castilhos ao irmão Francisco (Chiquinho). Porto Alegre, 30 de julho de [1883]. Apud VELHO, *ibid.*, p. 27-30; Carta de Júlio de Castilhos ao irmão Francisco Ferreira (Chiquinho). Porto Alegre, 4 de agosto de [1883]. Apud *Ibid.*, p. 44-46.

poderia muito bem tê-lo feito para efetuar o empréstimo ao jornal. Mas, mais uma vez, percebe-se, na carta a Assis Brasil, a tentativa de construir uma imagem de sacrifício em prol da causa.

Fazer seu nome constar no grupo dos signatários que tiravam de seu bolso em prol da causa era essencial para assegurar uma posição central no interior do partido. Era uma forma de reforçar a ideia de que era ele o grande promotor da realização da folha. E fazia questão de expor isso, como o fez na carta a Tito Prates, em que se diz pai do *A Federação*, e em outra enviada a Honorato Mercado, depois que o jornal já havia entrado em circulação:

Dedico o meu melhor tempo ao nosso órgão. Também, desde que vim da Academia, lutei, lutei muito pela organização da imprensa, elaborei um projeto meditado, trabalhei com esforço para a sua execução, e agora que – post tantos labores – vejo criada a folha, é de meu dever dobrar de esforços e dedicação. É o que faço²⁹.

Por outro lado, buscava demonstrar que o que fazia em prol da causa representava um grande sacrifício pessoal. Era esse o duplo discurso que construía. Para além do interesse em firmar posição no interior do partido através da imprensa, cumpre destacar que Castilhos reconhecia a importância da folha para a existência do movimento e do partido republicano. Ele já havia atuado na propaganda republicana via imprensa acadêmica e compreendia o papel essencial que ela possuía para o movimento. Como revelou em carta a Ernesto Alves, considerava que “Da organização d’uma grande imprensa depende, na presente fase dos espíritos na província, o rápido crescimento do jovem partido³⁰”. Assim, fazia o que fosse necessário para tal.

A Joaquim Pereira da Costa, a quem chamava de Quinca, revelava sobre a necessidade de conseguir adiantar o valor das ações: “Era necessária esta medida ou outra semelhante, à vista da morosidade extraordinária com que se ia executando o projeto d’imprensa. A deixar as cousas continuarem na mesma marcha, não teríamos jornal tão cedo, com grave prejuízo do partido³¹”. Atingida a primeira meta de conseguir os 15 contos de Réis e encomendar, da Europa, o material tipográfico, em outubro de 1883, Castilhos escrevia a Antônio Augusto Uflacker e Venâncio Ayres, respectiva-

²⁹ Carta de Júlio de Castilhos a José Maria Honorato Mercado. Porto Alegre, 19 de janeiro de 1884. Apud VELHO, op. cit., p. 140.

³⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Ernesto Alves. Porto Alegre, 7 de setembro de 1883. Apud Ibid, p. 60.

³¹ Carta de Castilhos a Joaquim Pereira da Costa. Porto Alegre, 19 de outubro de 1883. Apud Ibid, p. 88.

mente gerente e redator do jornal, comunicando que estava a enviar o comunicado oficial da Comissão Executiva do PRR convocando-os a estar em Porto Alegre em dezembro, afim de preparar o lançamento do *A Federação* em 1º de janeiro do ano seguinte³². Em outubro também iniciava uma nova tarefa: conseguir assinantes para o jornal.

Com essa intenção, Castilhos escreveu a vários correligionários e amigos, da província e de fora dela. Ao escrever para Eduardo Lima, correligionário de Itaqui, remetia “um crescido número de listas impressas para o fim de angariar assinaturas para o nosso orgam³³”. Ao escrever para Vale Machado, liderança de São Martinho, fazia o mesmo pedido, remetendo as listas e indicando as vantagens que a nova folha apresentaria para seus assinantes:

[...] bem noticiosa, doutrinaria em todos os seus sentidos, perfeitamente moralizada e que se abstenha rigorosamente de toda a polemica pessoal, além, de não ser exclusivamente política. Liberais e conservadores indistintamente aí, como aqui acontece, certamente hão de assiná-la, desde que conheçam qual o espírito d’ela [...] o preço, como verá, é mais que módico, comparativamente ao preço dos demais jornais da província³⁴.

Castilhos também enviou listas de assinantes a Pinheiro Machado³⁵, Venâncio Ayres³⁶, e Assis Brasil. A este último revelava como estava transcorrendo o trabalho de conseguir assinantes:

Na presente ocasião te envio listas impressas para as assinaturas d’A Federação. Convém ativar esse trabalho, porque janeiro aproxima-se. *Temos remetido listas para toda parte*. Aqui na capital já temos regular número d’assinantes, e contamos aumentá-lo. Trabalhamos com esforço aqui. Todos os companheiros estão animados. Ainda bem³⁷.

Em novembro já contava com cerca de “500 ou 600 assinantes” na capital. Segundo Castilhos, esse era “um facto notável e sem precedente

³² Carta de Júlio de Castilhos a Uflacker. Sem local, 12 de outubro de [1883]. Apud VELHO, op. cit. p. 83-84; Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 13 de outubro de 1883. Apud Ibid, p. 84-85.

³³ Carta de Júlio de Castilhos a Eduardo Lima. Porto Alegre, 18 de outubro de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 90.

³⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Valle Machado. Porto Alegre, 20 de outubro de 1883. Apud Ibid, p. 94.

³⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 27 de outubro de 1883. Apud Ibid, p. 100-101.

³⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 27 de outubro de 1883. Apud Ibid, p. 101-201.

³⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 20 de outubro de 1883. Apud Ibid, p. 92. Grifos nossos.

aqui, onde de ordinário as folhas, não contam mai[s] de 400 assinantes” e projetava que “Si na campanha desenvolver-se atividade igual à que estamos aqui desenvolvendo, é de presumir que o nosso órgão começará com 1000 assinantes – pelo menos³⁸”.

Assim, em primeiro de janeiro de 1884 começou a circular *A Federação*. Além do capital recolhido com a venda de ações da empresa e das assinaturas, a folha também contava com os anunciantes. Não tivemos como apurar o valor de um anúncio na folha, mas é possível acreditar que os anúncios constituíam meio importante de manter o jornal. Entre os anunciantes, nomes de lideranças políticas eram comuns. Já em 1884 é possível encontrar anúncios do advogado Francisco da Silva Tavares, líder do Partido Conservador. No mesmo ano, o advogado Germano Hasslocher, então republicano, também anunciava o local de seu escritório³⁹. Um seletto grupo de republicanos ajudava a manter a folha, fazendo regulares anúncios de seus negócios. É o caso do advogado Júlio de Castilhos, do médico João Abbot e do também advogado Henrique Martins Chaves.

Apesar de Castilhos em várias cartas tratar do sucesso da folha, mantinha um discurso que enfatizava as dificuldades financeiras que a folha constantemente enfrentava e ressaltava sua disposição em sacrificar-se em prol da imprensa partidária. Em novembro de 1884, antes mesmo de *A Federação* completar um ano de funcionamento, Castilhos escreveu:

Si é verdade que a Federação por cá provoca entusiasmo de todos, também não é menos certo que há muita falta de dinheiro. De sorte que por este motivo tenho me retraído de importunar os correligionários, que, na maioria, são desprovidos de fortuna. Todavia, tenho recebido algum dinheiro, e tenho esperança de levar uma quantia regular.

Já estive com o Venâncio, que está pronto para tudo.

Escreverei ao Assis Brasil, que também está disposto para o que der e vier, segundo me afirmou o Venâncio⁴⁰.

Em janeiro de 1886, Castilhos escrevia a Leopoldo Teixeira Leite. O destinatário era filho do barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite⁴¹,

³⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 9 de novembro de 1883. Apud Ibid, p. 110.

³⁹ Até onde pudemos apurar, Germano Hasslocher, durante a década de 1880 aderiu ao republicanismo. Na década de 1890, acabou aderindo à ala federalista.

⁴⁰ Carta de Júlio de Castilhos a um amigo [catalogação afirma ser Júlio Pacheco]. Sem Local, 24 de novembro de 1884. AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, caixa 10, maço 47, doc. 992/2.

⁴¹ Conforme Biblioteca Nacional Digital (BN Digital). *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 120, p. 3, 26 de maio de 1884. Esta e as demais referências ao jornal *A Federação* estão disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=>>. Acesso em 11 ago. 2015.

tendo sido colega de Castilhos na Faculdade do Largo de São Francisco.⁴² Assim como outros da mesma geração, também se envolveu com o movimento republicano, sendo um dos fundadores do clube republicano do município de Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro⁴³. Por ocasião da venda de ações para a abertura do jornal, em 1883, Castilhos o chamava de “companheiro”, depois que Leite havia adquirido 10 ações da empresa republicana⁴⁴. Além da compra de ações, havia realizado um empréstimo a Castilhos no valor de 7:103\$340. A motivação de sua escrita ao ex-colega em 1886 era justificar porque ainda não havia quitado a dívida. Mais uma vez, seus sacrifícios pelo jornal republicano eram citados:

Que tais tinham sido os sacrifícios [a mim impostos pela] manutenção da Federação, que não podia dentro do prazo solver o meu debito contigo, obrigado como tinha sido a despesas imprevistas com o órgão do nosso partido, reproduzindo-se mais ou menos o mesmo facto ocorrido em 1884⁴⁵.

Exposição semelhante fez em maio de 1888, em carta a Pinheiro Machado. Relatando que, em novembro do ano anterior, *A Federação* esteve a ponto de desaparecer por questões financeiras, assinalava que ele e outros amigos haviam socorrido a empresa⁴⁶. Como é possível perceber, Castilhos construiu para os companheiros políticos um discurso que ressaltava seus sacrifícios pessoais pelo partido e pela imprensa. Assinalava que havia investido tempo e capital na criação da folha. Seu capital e o de seus amigos.

Mas, se como viemos mostrando até aqui, Castilhos construiu um discurso que o colocava como protagonista da constituição da imprensa partidária republicana, por que teria se recusado a assumir o papel de primeiro redator? Na ocasião do Congresso Republicano de 1883, foi eleito redator da folha, cargo que recusou, tendo sido em seu lugar escolhido Venâncio Ayres. A recusa foi narrada por Castilhos em várias cartas que redigiu. A Antônio da Silveira Soares, correligionário de São Martinho, escre-

⁴² Teixeira Leite pertencia a mesma turma de Castilhos, tendo se bacharelado em 1881. Conforme ARCADAS. Antigos Alunos. Disponível em: <http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php>. Acesso em 25 jul. 2017.

⁴³ A Federação de 9 de julho noticiou a fundação deste clube republicano e cita Leopoldo Teixeira Leite como um de seus fundadores. BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano III, n. 154, p. 1, 9 de julho de 1886.

⁴⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 20 de outubro de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 93.

⁴⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Leopoldo Teixeira Leite. Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1886. Apud VELHO, op. cit., p. 203.

⁴⁶ A carta de Júlio de Castilhos a José Gomes Pinheiro Machado está transcrita em FRANCO, op. cit., p. 53-55.

veu: “Conhece, portanto, as deliberações que foram tomadas, bem como a recusa que fiz do lugar de redator da futura folha republicana. Razões fortes me impediram de aceitar esse lugar. Foi eleito o nosso bom correligionário Venâncio⁴⁷”. Para a namorada Honorina Costa, Júlio escrevia a respeito:

Encerrou-se já o “Congresso republicano”. Do que nele ocorreu comunique apenas o que mais te possa interessar. Fui efetivamente eleito redator da futura Folha republicana, mas, apesar das maiores instâncias dos meus amigos, recusei esse cargo terminantemente. Essa recusa não foi mais do que resultado de uma deliberação anterior, profunda e maduramente meditada. Tive de ser insensível aos delicados e insistentes pedidos dos meus amigos e do meu partido, que queria confiar-me a honra de representa-lo na imprensa. Razões poderosas moveram-me a manter inalterável minha recusa; de viva voz te as exporei. Em meu lugar foi eleito Venâncio Aires⁴⁸.

Os motivos que levaram Júlio a recusar o cargo de redator, não são evidentes⁴⁹. Entretanto, a partir de suas cartas é plausível pensar que as dificuldades que enfrentava em conseguir clientes para seu escritório de advocacia poderiam aumentar se tivesse seu nome figurando na primeira página de um jornal republicano, em um momento em que liberais e conservadores dominavam a política provincial. Além do mais, sabia que assumir a redação da folha roubaria tempo de suas atividades como advogado.

Venâncio Ayres, pouco tempo ficou à frente da redação do jornal. Em fins de 1883 levantava a possibilidade de não se dirigir a capital para assumir a redação da folha, ideia de pronto refutada por Castilhos:

A substituição na redação do nosso órgão é agora mais que inconveniente – para falar-lhe com toda a franqueza. Primeiramente, acontece que não só o partido aqui conta ao certo com V., como também o público; a sua ausência inspirará algum desânimo àquele e casará surpresa a este, que não deixará de comentar a sua substituição repentina. E isto é importante e grave, perturbando de princípio a marcha da folha. Em segundo lugar, de pronto não há aqui quem o substitua. Acredite sem hesitar no que lhe digo, pois é a mais plena verdade, salvo si quisermos que a nossa folha tenha um mau princípio⁵⁰.

⁴⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio da Silveira Soares. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. . Apud VELHO, op. cit., p.33.

⁴⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Honorina Costa. Porto Alegre, 27 de março de 1883. Apud CASTILHOS, Júlio. *Cartas de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL; AGE, 1993, p. 33.

⁴⁹ Sérgio da Costa Franco propõe que sua intenção de casar e constituir família tenha pesado na decisão. Discordando do autor, propomos que foram motivos profissionais que o levaram a recusa (FRANCO, op. cit.).

⁵⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 3 de novembro de 1883. Apud VELHO, op. cit., p. 103-104.

Para evitar que Venâncio Ayres desistisse de imediato da redação, Júlio lhe faz uma proposta:

Mas para conciliar as cousas e evitar completos sacrificios a V., que já tantos tem feito a nossa causa, lembro-me de indicar-lhe um expediente, que me parece eficaz. É isto: – V. assume a redação até que se reúna O Congresso, cuja convocação faremos – na hipótese – mais cedo do que é preciso. O Congresso, ouvindo as suas procedentes razões, elegerá outro⁵¹.

E foi assim que ocorreu⁵². Venâncio assumiu a redação da folha mas, já em maio, foi realizado o Congresso Republicano no qual Júlio de Castilhos foi eleito novo redator⁵³. Permaneceu à frente da redação até 1888. Em fevereiro daquele ano, Castilhos se retirou, alegando dificuldades financeiras, à Fazenda da Boa Vista, no município de São Martinho. As atividades advocatícias não conseguiam o manter na capital e, afinal, era das atividades criatórias que obtinha o sustento. Permaneceu na Boa Vista até fins de julho de 1889. De 20 de abril de 1888 a 1º de agosto do ano seguinte respondeu pela redação da folha Ernesto Alves, ainda que o nome de Castilhos permanecesse estampado como diretor de redação no cabeçalho do jornal. De volta à capital, somente a 2 de agosto de 1889, reassumiria seu posto.

Outro passo importante era garantir a existência de representantes do *A Federação* em vários locais, a fim de que o número de assinantes pudesse crescer. No Rio Grande do Sul, em 37 municípios havia agentes do jornal⁵⁴. Fora do estado, o jornal também contava com agentes, como é possível perceber no quadro abaixo:

⁵¹ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 3 de novembro de 1883. Apud *Ibid*, p. 104.

⁵² Encontramos outras duas cartas em que Castilhos trata do mesmo assunto com Venâncio Ayres, ambas também redigidas em novembro. Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 10 de novembro de 1883. Apud *Ibid*, p. 109; Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 28 de novembro de 1883. Apud *Ibid.*, p. 130-131.

⁵³ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 111, p.1, 14 de maio de 1884.

⁵⁴ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 65, p. 1, 19 de março de 1884.

Quadro 1: Agentes do *A Federação* em outras províncias – 1886

| Agente | Província |
|---|---|
| Alfredo Luiz de Mello | Rio de Janeiro |
| Francisco de Almeida Nobre | São Paulo – Capital |
| Américo Martins dos Santos | São Paulo – Santos |
| Dr. Júlio de Mesquita | São Paulo – Campinas |
| Dr. Diogo de Assis Brasil | Minas Gerais – Ouro Preto |
| José Antônio d’Almeida Lisboa | Minas Gerais – Pouso Alegre |
| Pedro Ivo & Francisco Aureliano | Minas Gerais – Santo Antônio da Jacutinga |
| Capitão José Luiz Campos do Amaral Júnior | Minas Gerais – São Sebastião do Paraíso |
| Octaviano Ferreira de Brito | Minas Gerais – São Joaquim da Serra Negra |

Fonte: BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano III, n. 70, p. 1, 27 de março de 1886.

Como afirmou Tassiana Saccol, esses agentes tinham fundamental importância para o jornal, visto que além de conseguir assinaturas, faziam a distribuição do jornal e as cobranças⁵⁵. Ao nos indagarmos sobre os meios de recrutamento de tais agentes, evidenciam-se as mais diferentes ligações entre eles e os republicanos sul-rio-grandenses.

Alfredo Luiz de Mello era comerciante, residente na capital do Império. Segundo *A Federação*, Mello foi “o grande iniciador da propaganda abolicionista” em Rio Grande⁵⁶. Ainda no Rio de Janeiro, participou, junto a outros republicanos sul-rio-grandenses, da fundação, em 20 de agosto de 1885, do Club Rio-Grandense Vinte de Setembro⁵⁷.

Diogo de Assis Brasil, agente em Ouro Preto, era o irmão mais novo de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Residindo em Minas Gerais a estudos, pode atuar como agente do jornal republicano rio-grandense. Em Campinas, era Júlio Mesquita, que foi colega de Júlio de Castilhos na Faculdade do Largo de São Francisco e que, como ele, também participou, na épo-

⁵⁵ SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

⁵⁶ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 244, p. 1, 18 de outubro de 1884.

⁵⁷ A fundação do Clube Republicano na Corte foi noticiada pelo jornal *A Federação* nas edições de 24 de agosto e 4 de setembro de 1885. (BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano II, n. 191, p. 1, 24 de agosto de 1885; BNDigital. *A Federação*. Porto Alegre, Ano II, n. 201, p. 1, 4 de setembro de 1885).

ca de estudante, do jornal acadêmico *A República*⁵⁸. É muito provável que, em nome da antiga amizade, e incitando os sentimentos republicanos do ex-colega, Castilhos o tenha convidado para ser agente.

Esses três casos sugerem que os agentes eram recrutados entre correigionários residentes em outras províncias ou entre republicanos de outras províncias que possuíam ligação com alguma das lideranças rio-grandenses. O recrutamento de republicanos conhecidos também ocorreu na constituição de uma rede de correspondentes que escreviam ao jornal para fornecer informações a serem publicadas. Castilhos acionou essa rede para compor o grupo de colaboradores do jornal.

Na edição de oito de abril de 1884, *A Federação* apresentava aos leitores seus colaboradores que, de outras províncias, escreviam fornecendo “notícias criteriosas e circunstanciadas de todos os pontos do país”. Eram eles: Bartholomeu de Assis Brasil que escrevia a coluna “Carta de S. Paulo”; dr. Amaro da Silveira, que assinava a coluna “Carta do Rio”; e Lúcio de Mendonça, que escrevia de Minas Gerais⁵⁹. Como apontou Tassiana Saccol em relação ao trabalho de Bartholomeu de Assis Brasil, a escrita destes correspondentes tinha o objetivo de informar “os rio-grandenses sobre os últimos acontecimentos políticos nacionais, trazendo um comentário crítico a respeito deles⁶⁰”.

O recrutamento desses se assentava nas mais variadas relações pessoais entre correspondentes e membros da Executiva do PRR. Enquanto Diogo de Assis Brasil era agente do jornal em Minas Gerais, outro irmão de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Bartholomeu, tornou-se correspondente da folha. Ele residia em São Paulo, onde frequentava a Faculdade de Direito e, assim como o irmão, envolveu-se com o movimento republicano integrando o Clube 20 de Setembro⁶¹.

⁵⁸ Júlio César Ferreira de Mesquita formou-se em 1883, dois anos depois de Castilhos. Ainda assim, frequentaram os bancos da faculdade em um mesmo período. Bacharelado, retornou a Campinas onde se envolveu com a política local (foi vereador de 1887 a 1890) e com o jornalismo (trabalhou nos jornais *Gazeta de Campinas* e *A Província de São Paulo*). Atuava também como correspondente do *A Federação*. Sobre Júlio de Mesquita ver RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbetes MESQUITA, Júlio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da primeira República 1889-1930*. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MESQUITA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2017.

⁵⁹ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 81, p. 2, 8 de abril de 1884.

⁶⁰ SACCOL, op. cit., p. 60-61.

⁶¹ Bartholomeu acabou não se formando. Depois de afastado por atritos que teve com a direção da faculdade, não mais retornou. Sobre o episódio ver VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: Saraiva e Cia, 1924. v.II; e SACCOL, op. cit.

Lúcio de Mendonça também foi aluno da Faculdade de São Paulo. Formou-se em 1877, ano em que Castilhos ingressou na escola sendo possível que ambos tenham convivido e trocado experiências naquele ano. Além do mais, durante a faculdade Mendonça foi colega de Tito Prates da Silva, primo de Castilhos, estreitando ainda mais as relações com os republicanos rio-grandenses. Depois de bacharelado, retornou à província natal, Rio de Janeiro, onde atuou como promotor público. Em 1878 foi transferido a Minas Gerais, participando da fundação de clubes republicanos e colaborando com jornais locais. Foi assim que também se tornou correspondente do jornal *A Federação* em Minas Gerais⁶².

Amaro da Silveira também foi aluno da Faculdade de Direito de São Paulo, tendo se formado algumas décadas antes, em 1842. No período da propaganda já era um político conhecido na província, tendo sido deputado provincial (1846/1864) e deputado geral (1861/1864). Antes, havia sido vereador e ocupado a presidência da Câmara de Pelotas (1853/1856)⁶³. A 13 de abril de 1884, Castilhos escreveu a Amaro para tratar de sua ação como correspondente do jornal. Anunciava que na edição do *A Federação* do dia anterior a segunda carta enviada por Amaro foi publicada⁶⁴. Junto a elogios, reiterava: “Uma [carta] e outra estão simplesmente – magnificas. Só me lembro de fazer esta exigência: que continues sem interrupção a prestar-nos o poderoso auxílio da tua pena⁶⁵”.

Além dos correspondentes nomeados na edição de oito de abril, encontramos outros nomes aos quais Castilhos escreveu diretamente pedindo a colaboração. Trata-se, como é possível perceber pelo teor das missivas, de velhos conhecidos ou então amigos próximos. É o caso do engenheiro Gaspar Reichsteiner e do advogado Alcides Lima. Reichsteiner constituía um correspondente diverso. As cartas que enviava caracterizadas pela “abundancia de notícias políticas”, eram utilizadas por Castilhos em seus escritos no jornal⁶⁶. Além do

⁶² Sobre Lúcio de Mendonça ver JUNQUEIRA, Eduardo. Verbete MENDONÇA, Lúcio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da primeira República 1889-1930*. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MENDON%C3%87A,%20L%C3%BAcio%20de.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2017.

⁶³ FRANCO, op. cit.

⁶⁴ A carta de Amaro da Silveira foi publicada na coluna “Carta do Rio”. BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n.84, p. 1-2, 21 de abril de 1884.

⁶⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Amaro Silveira. Porto Alegre, 13 de abril de 1884. Apud VE-LHO, op. cit., p. 174.

⁶⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Gaspar Reichsteiner. Porto Alegre, 14 de junho de 1885. Apud Ibid, p. 195.

mais, os constantes telegramas que Reichsteiner enviava à Federação contendo “notícias frescas e de palpitante novidade” eram publicados no jornal. Sobre estes, Castilhos escrevia:

Temos recebido sempre telegramas para a Federação, devidos à sua obsequiosidade. São aqui os telegramas que maior confiança merece e que mais cridos são para o público. Dia em que chega telegrama é sempre dia de numerosa reunião de curiosos às portas da Federação, que muito lucra com essa espécie de reclame⁶⁷.

A Alcides Lima, Júlio também havia escrito, em 1884, solicitando auxílio: “Peço com insistência a tua colaboração, ainda que seja por meio de correspondências semanaes ou quinzenaes. A folha reclama o auxílio de todos; tenho certeza que o teu não se fará esperar⁶⁸”.

Alcides de Mendonça Lima frequentou a Faculdade do Largo de São Francisco praticamente no mesmo período que Castilhos, tendo se formado um ano depois dele (em 1882)⁶⁹. Assim como Castilhos, militou nos anos de faculdade, pelo republicanismo e abolicionismo, atuando também no jornalismo acadêmico. Foi também Alcides Lima, junto a Castilhos e Assis Brasil, membro do Club 20 de Setembro⁷⁰. De volta à província, residindo em Santana do Livramento, onde participou da fundação do clube republicano local, Lima era convocado por Júlio para colaborar com a folha republicana. Sua atuação, entretanto, foi para além de colaborador do *A Federação*. Em 1884 era apresentado pelo PRR como candidato à deputação geral pelo 4º círculo⁷¹.

⁶⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Gaspar Reichsteiner. Porto Alegre, 14 de junho de 1885. Apud VELHO, op. cit., p. 195.

⁶⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Alcides Mendonça Lima. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1884. Apud *Ibid*, p. 162.

⁶⁹ Mais informações sobre Alcides de Mendonça Lima ver LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbete LIMA, Alcides de Mendonça. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da primeira República 1889-1930*. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Alcides%20de%20Mendon%C3%A7a.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2017.

⁷⁰ Segundo Sérgio da Costa Franco, os estudantes sul-rio-grandenses da faculdade do Largo de São Francisco organizaram o Clube 20 de Setembro. Nele, “o estudo da revolução Farroupilha e da História Rio-Grandense se tornaria um dos objetivos centrais”. O clube estava vinculado ao ideal republicano (FRANCO, op. cit., p. 22).

⁷¹ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 274, p. 1, 27 de novembro de 1884. Tassiana Saccol explica sobre o funcionamento das eleições na década de 1880, considerando a divisão da província em círculos eleitorais: “A Assembleia Legislativa reunia 30 deputados, sendo 5 para cada um dos 6 círculos eleitorais em que o território do Rio Grande do Sul estava dividido. Nos pleitos, cada eleitor votava em apenas um candidato” (SACCOL, op. cit., p. 155).

Pela carta enviada ao amigo Antonio Mercado a sete de dezembro de 1883, percebe-se que foi Júlio quem buscou constituir um grupo de correspondentes do jornal:

Já que offereces os teus serviços, faço-te o seguinte pedido em nome da redação: podes ser o correspondente da folha ahi em Campinas? Te compromettes a enviar quinzenalmente uma correspondência? E quando não fôr isso possível, ou mensalente? Será um grande serviço que nos prestaria, pois de grande valor são as tuas cartas para o nosso público, que, por intermédio d’ellas, conhecerá a vida gloriosa, não só do partido ahi, como d’essa culta e adiantada província. No caso afirmativo, podes desde logo enviar a primeira carta para ser publicada nos primeiros números⁷².

Em 1879, Antônio Maria Honorato Mercado havia trocado a província natal por São Paulo. Lá, em um ano, cursou os preparatórios. Nos quatro anos seguintes, seria aluno da Faculdade de Direito, vindo a tornar-se bacharel em 3 de março de 1884⁷³. Foi, portanto, contemporâneo de Castilhos no Largo de São Francisco. Ainda no ano de 1884, Mercado seria colaborador do jornal, como faz referência Bartolomeu de Assis Brasil em seus escritos: “Os leitores da *Federação* já estão scientes do estado de quietação em que acha-seactualmente imersa esta ilustre capital, pela ausencia dos frequentadores do velho convento de São Francisco, pois já lhes falou a este respeito o meu hábil companheiro Antonio Mercado⁷⁴”. Em 1889, podemos encontrar seu nome entre os candidatos à deputação provincial de São Paulo⁷⁵, concorrendo pelo 9º distrito.⁷⁶ Em 1892, o Partido Republicano de São Paulo apresentaria Mercado como candidato ao Senado⁷⁷.

⁷² Carta de Júlio de Castilhos a Mercado. Porto Alegre, 7 de dezembro de 1883. VELHO, op. cit., p. 135.

⁷³ Informações sobre a trajetória educacional de Mercado podem ser encontradas em: BNDigital. “Formatura”. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 60, p. 2, 13 de março de 1884.

⁷⁴ BNDigital. BRAZIL, B. A. “Cartas de S. Paulo”. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 56, p. 1, 8 de março de 1884.

⁷⁵ BNDigital. “Candidaturas Republicanas”. *A Federação*, Porto Alegre, Ano VI, n. 232, p. 2, 10 de outubro de 1889.

⁷⁶ A lei eleitoral nº 35, de 26 de janeiro de 1892, criou circunscrições eleitorais dentro dos estados. Segundo a divisão, “os estados que elegiam no máximo cinco representantes para a Casa constituíam um único distrito, enquanto os demais se mantinham divididos em circunscrições de três deputados, respeitando o critério de proporcionalidade (RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, 2014, p. 445). Em 1904, com a Lei Rosa e Silva, surgiram novos critérios de redistribuição de distritos. Os estados que elegiam até sete deputados possuíam apenas um distrito e os que elegiam um número maior de deputados, compunham distritos de cinco deputados por distrito.

⁷⁷ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano IX, n. 55, p. 2, 8 de março de 1892.

Como se percebe, para que *A Federação* pudesse se manter como um grande periódico, noticiando novidades de outras províncias em primeira mão, e chegando às mãos de leitores fora do Rio Grande do Sul, constituiu-se uma grande rede de colaboradores do jornal, que atuaram como financiadores, agentes ou correspondentes. Essa rede estava assentada em relações tecidas por laços de parentesco ou construídas a partir da Faculdade de Direito de São Paulo. Em comum, todos os membros haviam aderido ao republicanismo, boa parte ainda quando estudantes.

Observe-se ainda que parte importante dos agentes e correspondentes era composta por estudantes ou ex-estudantes, muitos dos quais antigos colegas e/ou amigos, ou de Castilhos, ou de alguma outra liderança republicana. Se as faculdades de Direito, especialmente de São Paulo, eram ambientes de propagação das ideias republicanas, do mesmo modo, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, ambas do Rio de Janeiro, e a Escola de Minas de Ouro Preto tiveram especial importância neste momento para o fortalecimento do movimento. Os dados apresentados ilustram uma maior expansão dessa rede, em diferentes províncias.

Retomemos o caso do Clube Vinte de Setembro, fundado no Rio de Janeiro em 1885. Dentre os membros da primeira diretoria do clube estavam o comerciante Alfredo Luiz de Mello na condição de presidente, José Romanguera da Cunha Corrêa (secretário), dr. Álvaro Chaves (orador) e José Barbosa Gonçalves (tesoureiro)⁷⁸. Observe-se que, com exceção de Mello, que era um rio-grandino que instalou uma casa comercial na capital do Império, todos os demais eram estudantes ou ex-estudantes. Nesta condição, constituíam importante contato fora da província para os que, de Porto Alegre, articulavam a propaganda republicana.

Romanguera Côrrea era, na época, estudante na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. José Barbosa Gonçalves, irmão de Carlos Barbosa, encontrava-se na capital do Império naquele momento na situação de estudante do curso de Engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro⁷⁹. O único formado, naquele momento era Álvaro José Gonçalves Chaves. Bacharelou-se em 1883 em Direito, pela Faculdade de São Paulo. Naquele

⁷⁸ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano II, n. 217, p. 1, 25 de setembro de 1885.

⁷⁹ Formou-se engenheiro em 1887. Ver: LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbetes: GONÇALVES, José Barbosa. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). Dicionário histórico-biográfico da primeira República 1889-1930. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES,%20Jos%C3%A9%20Barbosa.pdf>>. Acesso em 15 abril 2017.

ano de 1885 estava instalado no Rio de Janeiro para trabalhar como advogado junto a Saldanha Marinho⁸⁰, um dos republicanos históricos que havia participado, em 1870, da fundação do Clube Republicano do Rio de Janeiro⁸¹.

Assim, é possível perceber que o uso de uma rede de relações que se espalhava por diferentes províncias foi essencial para que Castilhos levasse adiante o projeto da imprensa republicana no estado. Sua capacidade em acionar laços pré-existentes para atuar em prol do partido e da imprensa partidária foi essencial tanto para a sobrevivência do PRR e do *A Federação*, quanto para alcançar projeção dentro do partido.

A Federação teve papel central na construção do papel de liderança que Castilhos viria a assumir no PRR. Como diretor de redação do jornal, o nome de Castilhos figurava na primeira página. E ele sabia que a visibilidade que a folha lhe conferia assegurava importante papel de liderança dentro do partido. Em janeiro de 1884, ao escrever ao irmão Chiquinho e informar que estava assumindo, no lugar de Venâncio Ayres, a redação da folha republicana, afirmava:

Até aqui tenho trabalhado muito na folha; d’ora em diante ficarei acurvado ao peso do trabalho, que é enormemente penoso. Mas...quem não quer ser lobo não lhe vistaa pelle. A minha dignidade pessoal e as minhas convicções políticas impõem-me severamente [palavra riscada] o dever de não recuar diante do perigo. Tenho, pois, de arcar com a laboriosa tarefa de redator da Federação, – a posição de mais responsabilidade no nosso partido, mas também a mais gloriosa. Quem a desempenhar com honra e dignidade, terá a reputação firmada definitivamente no seio do partido e perante o público da província⁸².

Novamente adotando um discurso que ressaltava os sacrifícios que lhe custava o trabalho à frente da imprensa, sua carta ao irmão Chiquinho demonstra que estava ciente da importância que havia em assumir a redação da folha. Era este um meio de firmar posição no interior do partido. Assim, no ano de 1884, o nome de Castilhos passou a figurar com certa frequência nas páginas do jornal republicano, seja como redator chefe, seja como candidato republicano. Foi este o ano em que Castilhos teve lançada sua candidatura à deputação provincial pelo 6º círculo eleitoral.

⁸⁰ BNDigital. *A Federação*, Porto Alegre, Ano VII, n. 45, p. 1, 24 de fevereiro de 1890.

⁸¹ Sobre Saldanha Marinho ver: LOPES, Raimundo Helio. Verbetes: MARINHO, Saldanha. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da primeira República 1889-1930*. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>>. Acesso em 15 abril 2017.

⁸² Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 29 de janeiro de 1884. VELHO, op. cit. p. 142. Grifo nosso.

Deixando temporariamente a redação do jornal para excursionar em campanha eleitoral por diversos municípios, *A Federação* acompanhou as suas atividades como candidato, estampando, na maior parte das vezes em primeira página, relatos do entusiasmo que suas conferências causavam pelos municípios por onde passava.⁸³ A carreira política de Castilhos era, portanto, alçada também pela própria folha republicana, que ajudava a lhe dar destaque, firmando posição dentro do partido.

Considerações finais

O retorno de Castilhos ao Rio Grande do Sul, depois de formado bacharel em Direito pela faculdade de São Paulo, em 1881, inseriu-o no movimento republicano que já existia na província desde a década anterior. Em 1882, participou da fundação do PRR e, no ano seguinte, esteve envolvido com a tarefa de tornar realidade o projeto de um jornal republicano. Para tanto, buscou, junto a outros correligionários do partido, reunir o capital necessário. Lançada a folha em janeiro de 1884, articulou estratégias que garantiriam o funcionamento do jornal como vender assinaturas, instituir agentes representantes da folha e angariar correspondentes dispostos a colaborar fornecendo notícias, todos espalhados por diferentes províncias do Brasil. Para que isso fosse possível, acionou uma série de relações assentadas em laços de parentesco ou coleguismo (especialmente laços construídos a partir da Faculdade de Direito de São Paulo).

Assim, como ficou evidente, em todo o processo de fundação e consolidação do jornal republicano, Castilhos atuou com destaque. Para assegurar esse papel de destaque ele próprio construiu um discurso auto elogioso, que destacava os sacrifícios que a empreitada lhe impunha. O tom desse discurso, presente nas cartas que escrevia a correligionários de partido, auxiliaram na construção da imagem de um indivíduo que se sacrificava em

⁸³ Ver, por exemplo: BNDigital. CASTILHOS, Júlio. Ao sexto districto eleitoral. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 213, p. 1, 16 de setembro de 1884. Neste artigo, Castilhos se apresenta ao eleitorado do sexto distrito e se compromete a percorrer os municípios do sexto distrito, para expor, em comícios, seu programa de candidatura que “é o programa que foi elaborado pelo Congresso do meu partido”. Em outras edições do jornal é possível acompanhar a campanha eleitoral de Castilhos pelos municípios do sexto distrito. Em Triunfo: BNDigital. O dr. Júlio de Castilhos. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 231, p. 1, 7 de outubro de 1884. Em Rio Pardo: BNDigital. Cartas de Rio Pardo. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 238, p. 1, 15 de outubro de 1884. Em Cachoeira: BNDigital. Excursão eleitoral. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 244, p. 2, 22 de outubro de 1884. Em Santa Maria: BNDigital. Conferência republicana. *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 256, p. 1, 6 de novembro de 1884.

MARTINY, C. • “A ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”:
imprensa republicana e liderança política (Rio Grande do Sul, 1880-1890)

prol do partido e da causa. Era uma forma de valorizar suas próprias ações, medida essencial para que seus companheiros de partido reconhecessem seu papel de liderança.

Sua atuação à frente do jornal não somente garantiu proeminência dentro do partido como também lhe assegurou lugar de destaque na cena política da província. Seu nome estava estampado quase que diariamente na primeira página do jornal, seja como redator, seja como candidato em algum pleito. Assim, quando a República foi proclamada, em 1889, e o PRR alçado ao poder no Rio Grande do Sul, o nome de Castilhos já era conhecido não somente no interior do partido como também na política provincial/estadual. Seu envolvimento com a imprensa republicana teve, portanto, papel essencial na construção de sua liderança política. Na década de 1890 Castilhos figuraria como o maior chefe político do Rio Grande do Sul.

Cisões partidárias e jogos políticos: a dissidência republicana de 1907

Tassiana Maria Parcianello Saccol

Considerações iniciais

O cenário rio-grandense posterior à Proclamação da República, como em outras partes do Brasil, foi marcado por intensa instabilidade política e administrativa¹. Apesar de o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ter se mantido no poder até a década de 1930, a agremiação sofrera inúmeras dissidências, que afetaram não só o quadro partidário, mas também o jogo político regional de forma mais ampla.

É possível demarcar a existência de, pelo menos, quatro grandes cisões partidárias, ao longo do período em que o PRR esteve no comando estadual. A primeira ocorreu entre 1890-91 e teve relação direta com a ascensão de Castilhos como principal liderança da agremiação. A segunda esteve vinculada à sucessão do patriarca e a continuidade de Borges de Medeiros no poder, tendo ocasionado as famosas disputas nas eleições estaduais em 1907. A terceira ocorreu nos anos 1915-16, sendo resultado de um contexto de fragilização do PRR, ocasionado tanto pela morte do senador Pinheiro Machado quanto pela enfermidade de Borges de Medeiros, que reavivou as discussões em torno do comando partidário. Por fim, uma quartadissidência ocorreu no momento em que o Estado atravessava grave crise financeira, o que enfraqueceu o poderio de Borges de Medeiros, facilitando também a articulação da oposição².

Para fins deste texto, importa-nos a segunda dissidência, que teve Fernando Abbott como um de seus principais líderes. Junto dele, romperam

¹ Maiores informações a respeito do cenário político nacional relativo à Primeira República podem ser encontradas em LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990; JANOTTI, Maria de Lourdes. *Sociedade e Política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999.

² AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)*. V.3, T. 1. Passo Fundo: Méritos, 2001, p. 89-128.

com o PRR lideranças importantes nos cenários local e regional, a exemplo de Aparício Mariense da Silva e Carlos Maximiliano. Historiograficamente, a maioria dos trabalhos aponta como motivação dessa cisão a competitividade em torno do comando do partido e da presidência do Estado, privilegiando a componente ideológica como motor das disputas, uma vez que a polarização positivistas X liberais foi bastante mobilizada pelos agentes, ao nível do discurso, naquele contexto.

Mais recentemente, contudo, vem se chamando a atenção para outros elementos que também faziam parte do jogo político naquele momento. Luiz Alberto Grijó e Gunter Axt destacaram o faccionismo e a segmentariedade, como chaves importantes para se explicar a dinâmica interna do PRR, apontando que, apesar da imagem de uma suposta união e coesão do partido, na realidade, as disputas entre as diversas facções partidárias eram constantes, gerando dissidências que tanto podiam ser temporárias como definitivas³.

Partindo do pressuposto de que a dinâmica faccional é essencial para a compreensão do jogo político e, mais do que isso, das dissidências republicanas, pretendemos reconstituir o cenário político e como ele começa a se delinear, já depois da morte de Castilhos, até chegarmos a conjuntura de 1907, quando efetivamente se processa a segunda grande cisão no PRR. Nosso fio condutor será o acompanhamento do percurso do líder Fernando Abbott e também de personagens correlacionados que, assumindo novas posições, acabaram por ocasionar uma reconfiguração do jogo partidário e político, criando condições para a formação de uma coalizão⁴ que entrou firmemente na disputa pelo comando do Estado e do partido.

³ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. 1998. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; AXT, Gunter. *Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011. Gunter Axt, por exemplo, avaliando o processo de construção da hegemonia castilhistaborgista, afirmou que este envolvia a cooperação, a competição e o confronto entre as próprias lideranças do partido e entre estas o mandonismo local. Para ele, “como qualquer outro partido na República Velha, o PRR não passou de um somatório de facções dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromissos”, ao que complementa que a única diferença esteve “[...] nos instrumentos de controle mais eficazes, garantidos pela carta de 1891, que podiam ser esgrimidos com mais precisão pela facção assenhorada do poder” (AXT, 2011, p. 103).

⁴ Tomamos como referência a noção utilizada por Jeremy Boissevain, qual seja, a de que uma coalizão é “una alianza temporal entre distintas partes para un proposito definido”. Ainda, para este autor, “Aunquesu estructura y organización interna varíen enormemente, todas las coaliciones están formadas por individuos que, enciertos sentidos, dependen mutuamente. La mera

O material empírico constitui-se de correspondências particulares e artigos de imprensa. O exame da documentação referida indica que a lógica que regia as disputas políticas naquele momento não se restringia a questões ideológicas, mas também tinha relação com questões relativas ao prestígio entre os pares e correligionários, a questões pessoais e, principalmente, a uma disputa em torno do acesso às principais posições de mando.

O texto a seguir divide-se em duas partes: num primeiro momento, trazemos uma breve análise historiográfica, demonstrando as principais questões levantadas a respeito da conjuntura política de 1907 e ao processamento da segunda dissidência. Em seguida, pretendemos demonstrar como, após a morte de Castilhos, aos poucos, vai ocorrendo um reordenamento do jogo político, de modo a possibilitar a formação de uma coalizão que tinha como objetivo tomar para si o comando estadual e partidário. As alianças políticas aí estabelecidas, ao que tudo indica, não tinham como base primordial afinidade ideológica, levando em conta, sobretudo, a amizade, os interesses comuns e as disputas por posições de mando.

As discussões historiográficas sobre a segunda dissidência

A grande cisão ocorrida dentro do PRR no ano de 1907 é bastante referida pela historiografia, seja em trabalhos escritos pelos contemporâneos, seja por estudos produzidos mais recentemente. As interpretações convergem no sentido de relacionar essa segunda dissidência às disputas em torno do controle do partido e do governo do estado, logo após a morte de Castilhos. A maioria dos autores aponta que a liderança de Borges de Medeiros não estava consolidada naquele momento, de modo que as contendas em torno da candidatura ao governo estadual teriam ocasionado o dissídio de Fernando Abbott, que foi seguido por vários correligionários.

Alguns estudos, a exemplo de Hélió Trindade e Maria Antonieta Antonacci destacam as divergências ideológicas e a existência de duas correntes – positivistas e liberais – como fator importante na cisão. Por outro lado, trabalhos mais recentes, produzidos em fins dos anos 1990 e na década seguinte, a exemplo de Gunter Axt e Luiz Alberto Grijó, atribuem maior importância às questões de ordem pessoal, familiar e facciosa, que unidas,

existencia de una coalición depende no sólo de los objetivos concretos y diferentes de los individuos que las componen y de seus recursos, sino también de sus relaciones mutuas, por ellolascoalicionessoninestables.”(BOISSEVAIN, Jeremy. Coaliciones. In: SANTOS, F. R. *Análisis de redes sociales*. Barcelona: SigloVeintiuno, 2003. p. 147)

ocasionavam os dissídios. Vejamos mais de perto como a historiografia vem tratando dessa segunda dissidência.

Entre os contemporâneos, é difícil encontrar referências diretas à motivações dessa segunda dissidência. As narrativas, em geral, demarcam a) que o líder Fernando Abbott reivindicava o cumprimento da Constituição Estadual de 1891; b) as alianças formuladas com antigos dissidentes e setores do Partido Federalista; c) o envolvimento popular na campanha eleitoral e; d) o reposicionamento político de Abbott após a derrota nas urnas, remetendo-se à fundação do Partido Republicano Democrático e a defesa da revisão constitucional.

Exemplo deste tipo de construção é o livro de Joaquim Luís Osório, *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano* (1930). Nele, o autor enumera todas as agremiações aí fundadas, as razões do seu surgimento, seus programas e principais lideranças. Referindo-se a campanha presidencial de 1907, Osório destaca que Fernando Abbott defendia que a Constituição de 14 de julho de 1891 fosse cumprida e aprimorada. Para ele, Abbott “considerava o plano de Júlio de Castilhos interrompido”, bem como “ser preciso reintegrar o Rio Grande do Sul na posse de si mesmo e impor a ele a carta magna do Estado⁵”. Logo, na visão do autor, as disputas giravam em torno da continuidade do projeto positivista de Castilhos e, além disso, de quem deveria levá-lo a cabo.

Um segundo exemplo desse tipo de narrativa é o trabalho de Emílio de Souza Docca, *História do Rio Grande do Sul*. Avaliando a organização partidária rio-grandense na Primeira República, o autor aponta que o Partido Republicano Democrático “nasceu do fracasso da candidatura de Fernando Abbott nas eleições para a presidência do estado em 1907”, complementando que “Abbott, ao lançar sua candidatura se propusera a restabelecer os princípios estatuídos na constituição de 14 de julho de 1891, que segundo ele estavam sendo postergados⁶”. Ainda para o autor, “fracassada, porém, sua candidatura, se declarou amplamente revisionista e aliando-se com Assis Brasil, em 1908, fundou o PRD⁷”.

⁵ OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992, p. 129.

⁶ SOUZA DOCCA, E. F. de. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954, p. 370-371.

⁷ SOUZA DOCCA, E. F. op. Cit., p. 371. Outros exemplos desse tipo de narrativa podem ser encontrados em ALMEIDA, João Pio de. *Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra*. Porto Alegre: Globo, 1928 e FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1965.

João Neves da Fontoura, também contemporâneo, porém, escrevendo à uma certa distância temporal dos acontecimentos, traz outras informações à respeito da origem desse dissídio. Em seu livro de *Memórias*⁸ a cisão de 1907 é apresentada como um processo, inevitável, e que teve como fator desencadeador a morte de Castilhos. A grande divisão se referia ao comando partidário, tendo ainda um componente ideológico que, para o autor, também devia ser considerado. Para ele:

Nem todos os líderes estavam, no fundo, acordes com a entrega do bastão ao sr. Borges de Medeiros. Quanto menos, propunham, *sottovoce*, a volta ao regime das direções plurais.[...] Notoriamente, havia no seio do partido a ala, que se poderia denominar democrática, no sentido de nunca ter aceitado, senão com reservas, a feição sociocrática da Carta de 14 de julho. Só a autoridade de Castilhos é que continha a transformação em protesto público, e até em insurreições partidárias, das críticas que os discordantes não escondiam nas conversações e debates particulares. Era catalisador dessas divergências o Dr. Fernando Abbott, chefe político de São Gabriel, que exercera em hora difícil o governo do estado e que dispunha de largas ramificações de influência em vários pontos do Rio Grande⁹.

Logo, Fontoura aponta as disputas pela liderança partidária, logo após a morte do Patriarca, e as divergências em termos de ideologia (destacando diferenças a ala democrática e os sociocratas) como fatores importantes para a cisão ocorrida dentro do PRR.¹⁰ Ainda a respeito do primeiro aspecto, o autor assinala a importância dos interesses pessoais envolvidos nas disputas, uma vez que, para ele, “os descontentamentos, as ambições insatisfeitas, as pretensões malogradas conspiravam para tornar dificilmente evitável o embate interno¹¹”.

Nas obras de história, sobretudo no que se refere à produção acadêmica dos anos 1970 e 1980, as disputas em torno da liderança partidária e as diferenças filosóficas são reiteradas como motivações da segunda dissidência. Joseph Love, em *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de*

⁸ FONTOURA, João Neves. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. v.1. Editora Globo: Porto Alegre, 1958.

⁹ FONTOURA, João Neves. Op. Cit., p. 19.

¹⁰ Em outro fragmento, ele aponta que: A verdade é que a luta explodira – explosão em silêncio – justo na hora em que Castilhos fechara os olhos. O choque entre os sociocratas e não-sociocratas estava ali. Ninguém o conteria. O sr. Borges de Medeiros sabia disso melhor que todos. [...] Enquanto isso, em São Gabriel, em torno de Fernando Abbott, os democratas do partido preparavam, a larga distância, a campanha de virar a pirâmide de cima para baixo. Não durou a espera nem dois anos. Em 1906 ela estava nas ruas, juntando-se aos reivindicantes do partido os lenços vermelhos dos maragatos” (FONTOURA, 1958, p. 29-30).

¹¹ FONTOURA (1958, p. 74).

1930, aponta que Borges de Medeiros, “como chefe do PRR e governador, não teve de arrostar nenhuma prova real à sua capacidade de dirigir um partido unificado até 1907, ocasião em que se deu outra disputa eleitoral pelo governo”.¹² Ainda para Love, a escolha de Carlos Barbosa Gonçalves como candidato oficial do PRR foi “contestada” por Fernando Abbott, que “afastou-se do partido e entrou na disputa como dissidente republicano”, recebendo o apoio de Assis Brasil e de um grupo de federalistas¹³.

A contestação à autoridade de Borges de Medeiros e à candidatura de Carlos Barbosa à presidência também foram apontadas por Héliogio Trindade, que enfatizou, especialmente, as divergências ideológicas existentes entre os dois grupos em disputa naquele momento. Para este autor, após Borges de Medeiros ter assumido a direção do governo e o comando partidário ocorreria pela primeira vez uma situação competitiva na sucessão presidencial, em 1907. Em suas palavras:

A sucessão de Borges, portanto, deu-se no clima de uma cisão que se delineava no seio do PRR. Esse conflito latente vinha lentamente se preparando nas disputas internas de liderança no Partido. Como observa, em suas *Memórias*, João Neves da Fontoura, este conflito vinha de longe e se traduzia “na surda luta entre a corrente ortodoxa, inspirada nas diretrizes da política positiva, e a que desejava marchar para caminhos diversos, sob a mesma bandeira política”¹⁴.

Assim, na interpretação do autor, as disputas em torno da liderança no partido¹⁵, logo após a morte de Castilhos, bem como a existência de dois posicionamentos ideológicos distintos dentro da agremiação teriam relação direta com essa segunda dissidência. Tal qual no trabalho de Trindade – e fazendo referência a ele – é possível perceber que a questão ideológica seguiu sendo privilegiada como fator importante nos conflitos, em uma série de outros estudos.

¹² LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 89.

¹³ LOVE, op. cit., 89.

¹⁴ TRINDADE, Héliogio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 148.

¹⁵ Em outro trabalho, Trindade afirma: “a reação, no plano político, à concentração do poder governamental com o controle da direção do partido por Borges de Medeiros, após a morte de Castilhos, desencadeará, por ocasião da sucessão à presidência do Estado, em 1907, a dissidência de Fernando Abbott, prestigiado líder republicano, que precedeu duas vezes (1891 e 1892), como vice-presidente em exercício, aos mandatos presidenciais de Castilhos.” (TRINDADE, Héliogio. *Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)*. Porto Alegre: Sulina, 1980, p. 84.)

Maria Antonieta Antonacci, em *RS: as oposições e a Revolução de 1923*, avaliando “a cisão que se instaurou na classe dominante gaúcha ao tempo da Primeira República”, destacou que “não havendo rodízio no aparelho estatal, em torno de um regime ditatorial ou liberalizante giraram as lutas políticas, inclusive dentro do PRR, levando muitos para a oposição¹⁶”. Sobre a cisão republicana de 1907, a autora destaca que “a interferência de Borges de Medeiros em todos os assuntos partidários e estatais” incomodava os demais líderes, assinalando ainda que “havia uma tensão no PRR entre correntes que preconizavam duas formas de regime republicano: regime ditatorial positivista e regime liberal¹⁷”.

Francisco das Neves Alves, em trabalho mais recente, concernente às oposições e às dissidências entre os anos de 1896 e 1908, reitera a interpretação de Antonacci. Para ele, “o autoritarismo castilhistaborgista faria surgir constantes cisões dentro do próprio PRR”, ao que complementa, fazendo menção à existência das duas correntes, positivistas e liberais, motivo de divisão do partido em 1907¹⁸. Citando Antonacci, o autor aponta que:

O grupo liberal dentro do PRR teve sua origem na onipresença do executivo estadual, ou seja, na pessoa de Borges de Medeiros em todos os assuntos partidários e governamentais, estabelecendo uma extrema dependência de suas decisões. Surgiu, enfim, em relação ao controle e a política imprimida por Borges ao PRR e ao Rio Grande do Sul. Fernando Abbott expressou as aspirações deste grupo liberal, manifestando-se contra o arbítrio governamental e a favor da constituição¹⁹.

Sandra Pesavento também reiterou essa interpretação. Em sua biografia de *Borges de Medeiros*, a autora menciona as divergências ideológicas entre os dois grupos em disputa em 1907 e, alude a concentração de poder nas mãos de poucos agentes do PRR como fator de incômodo entre a ala liberal. Além disso, a autora acrescenta à análise vigente a ideia de que essa ala ‘liberal’ defendia interesses de um grupo específico, no caso, os pecuaristas. Para ela:

A cisão de 1907 demonstra o enfrentamento nos quadros republicanos entre uma corrente ortodoxa positivista, autoritária e centralizadora e uma corrente republicana não-positivista, defensora de uma ‘liberalização do parti-

¹⁶ ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1981, p. 10, 23.

¹⁷ ANTONACCI, op. cit., p. 24.

¹⁸ ALVES, Francisco das Neves. *Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação*. *Biblos*, Rio Grande, v. 7, 1995, p. 193.

¹⁹ Idem, p. 198.

do'. A eclosão do grupo liberal teria se dado em função da extrema concentração de poderes nas mãos da elite partidária, da onipresença do executivo em todos os assuntos e da rigidez da orientação positivista do partido. Neste sentido, os dissidentes queriam a circulação mais ampla do poder político no interior da classe dominante, havendo uma divergência quanto ao fundamento e exercício da autoridade. Consideravam que a cúpula do PRR centralizava os poderes, não admitindo divergências de opinião. O PRD ainda postulava do Estado um conteúdo mais nítido de benefício aos pecuaristas²⁰.

Portanto, a base de explicação da autora para a segunda dissidência converge com o esquema visto até então – e que perpassa os trabalhos de Antonacci e Alves, assim como os de Héglio Trindade e João Neves da Fontoura, que identificam como razões da segunda dissidência as disputas em torno da liderança partidária, após a morte de Castilhos e, as divergências em termos de filosofia política, que dividia o partido em duas alas principais, positivistas e liberais – muito embora acrescente em sua análise o fato de que a vertente partidária que rompe com o PRR reivindicava maiores benefícios ao setor pecuarista, incorporando, assim, fatores econômicos à explicação da cisão partidária.

Interpretação diferenciada vem sendo aventada mais recentemente, a partir de dois trabalhos mais específicos, a saber, a dissertação de mestrado de Luiz Alberto Grijó e a tese de doutorado de Gunter Axt. Ambos partem do pressuposto de que interesses familiares, facciosos e clientelísticos eram os movedores da política naquele contexto. Luiz Alberto Grijó, por exemplo, chama a atenção para “outras questões que envolvem a prática do jogo político que pouco ou nada tem de relação com o que se apregoava nos discursos oficiais”, no que destaca “a importância das posições de algumas lideranças na estrutura piramidal do partido²¹”. Para ele, se:

Castilhos logrou ocupar, quanto ao PRR e quanto ao governo do Estado, uma posição central nestas complexas teias de relações que assumiam a forma piramidal, uma vez morto, mesmo tendo preparado um possível sucessor, Borges de Medeiros, era para este último virtualmente impossível herdar a totalidade do espólio do antecessor, pois, ele era um dos componentes do primeiro grau da pirâmide (de cima para baixo) ao lado de vários outros²².

Logo, num momento de redefinição do quadro partidário, membros da velha guarda do PRR estariam tão habilitados quanto Borges de Medeiros a entrar na disputa. Foi o que aconteceu com Fernando Abbott, que

²⁰ PESAVENTO, Sandra. *Borges de Medeiros*. 2.ed. Porto Alegre: IEL, 1996, p. 121.

²¹ GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 104.

²² GRIJÓ, Luiz Alberto. Idem, p. 104.

também havia presidido o Estado no período republicano. Ao romper com Borges, “levou consigo seus próprios seguidores e outros descontentes com a afirmação do novo proponente a líder no poder, mas também velhos dissidentes, como Assis Brasil, ou velhos opositores, como chefes federalistas²³”. Conclui o autor que, apesar do grupo opositor parecer ser “uma espécie de frente ideológica anti-positivista, o que as referências nos discursos formais deixam transparecer”, ele constituiu-se principalmente como “uma facção política *ad hoc* formada para barrar as pretensões de Borges de controlar o partido e o governo do Estado²⁴”.

Portanto, a divisão do partido entre várias facções, comandadas por líderes bastante prestigiados, e que, em algumas oportunidades, disputavam o poder entre si, estariam na raiz dos conflitos e cizânias partidárias, contribuindo para explicar a segunda dissidência republicana. Gunter Axt também relaciona as motivações da cisão de 1907 a uma disputa em torno da herança de Castilhos, aproximando-se nesse sentido, da análise de Grijó. Axt destaca que, no contexto posterior à morte do Patriarca, “Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado disputavam a chefia com Borges” e, “enquanto o primeiro partiu para o confronto aberto em 1907, os outros dois entraram em acordo, cuidando doravante de dirigir a inserção da política estadual no âmbito nacional²⁵”. Tratando dessa segunda dissidência, o autor aponta que:

É carente de sentido a tentativa de explicar a cisão republicana de 1907 como uma disputa entre positivistas ortodoxos (seguidores de Borges de Medeiros) e liberais (capitaneados por Fernando Abbot). Ambos, Abbott e Borges, reivindicavam a condição de herdeiros legítimos de Castilhos. A participação de Abbott fora determinante na implantação do regime castilhista em 1891, quando presidiu o Estado durante a Assembleia Constituinte. Na Revolução de 1893, Abbott foi um ferrenho combatente castilhista, acusado de inúmeras arbitrariedades e atrocidades contra os federalistas. Borges, por sua vez, aproximou-se dos positivistas da SOP apenas a partir de 1907, justamente como forma de legitimar sua condição de herdeiro do castilhismo²⁶.

²³ GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ibidem*, p. 104.

²⁴ GRIJÓ (1998, p. 104). Em outras palavras: “Tratava-se, pois, em grande medida, da cisão de algumas estrelas de primeira grandeza, que antes estavam atreladas à Júlio de Castilhos, constituindo uma facção em torno de Abbott, e que não reconheciam em Borges de Medeiros um sucessor legítimo. Contudo, Borges contava com seus próprios seguidores arregimentados ao longo de seus dois mandatos na presidência do estado. Abriu-se uma disputa entre facções centradas em líderes bem definidos procurando a afirmação de suas posições, arregimentando ‘aliados’ dentro e fora do PRR, restaurando as redes de relações, buscando, no limite, restaurar a teia originalmente centrada em torno de Castilhos” (GRIJÓ, Luiz Alberto. *Op. Cit.*, p. 101).

²⁵ AXT, Gunter. *Gênese...*, p. 104.

²⁶ AXT, Gunter. *Idem*, p. 343.

Portanto, Axt traz já indica que a rivalidade entre dois agrupamentos com bases ideológicas distintas como mote da explicação para a dissidência de 1907 não se sustenta empiricamente. Mais do que isso, tratava-se de uma disputa em termos de liderança partidária e de acesso ao principal posto político no Estado, de modo que, aquele que saísse vitorioso angariaria imenso prestígio para si, mas também poderia distribuir inúmeras benesses à sua facção²⁷. Nesse sentido, existia um jogo de interesses privados por trás das cisões do PRR, já indicado por Axt e Grijó, e que deve ser observado a fim de que se chegue a uma explicação mais aproximada do por que se processavam as dissidências, mas também da própria dinâmica interna do PRR.

A análise que se segue toma por pressuposto o fato de que um novo cenário político epartidário começou a se delinear contemporaneamente à morte de Castilhos. Nesse sentido, as disposições de vários agentes começou a se modificar, convergindo, em 1907, para a formação de uma coalização que fez frente à facção borgiana, instaurada no poder e que nele pretendia se manter. As alianças formuladas entre os membros dessa coalizão tinham por base primordial não as afinidades ideológicas, mas sim a proximidade pessoal e, principalmente, o interesse comum de enfeixar o comando estadual.

Prova disso é a própria instabilidade do discurso apregoado por Abbott, líder da coalização. Do mesmo modo, uma breve análise do apoio concedido por esse agrupamento – depois intitulado *democrata* –, em disputas eleitorais subsequentes à da presidência do estado, reforça nosso argumento de que o jogo político era bastante intrincado, sendo difícil restringir a luta por certas posições a nível local e regional, a rivalidades em termos de ideologia. Vejamos mais de perto como esse cenáriopolítico, pouco a pouco, vai se reordenando, de modo a provocar a segunda grande dissidência do Partido Republicano Rio-Grandense.

O cenário político pós-1903: “Porto Alegre sobre um vulcão”

Tal qual no período de institucionalização republicana, onde a crescente projeção da liderança do Patriarca gerou disputas e dissidências den-

²⁷ Ainda a respeito do período borgista, Axt (2011, p. 157) aponta que “as pretensões de enfeixar a condução unipessoal da política regional, sobrenadando às demais estrelas do partido e manietando a autonomia dos diretórios locais” fariam com que Borges tivesse de enfrentar três grandes vagas contestatórias, engrossadas pela aliança entre facções internas insubordinadas e opositores formais constituídos em outras agremiações partidárias: em 1907, em 1915-16 e 1922-23. [...]”.

tro do PRR, o processo de afirmação de Borges de Medeiros no comando estadual e partidário também seria tumultuado, de modo que a competição entre algumas lideranças ficaram evidentes ainda antes de 1907, momento de radicalização das posições. Já por volta de 1904, a imprensa descrevia um cenário político instável e conturbado, chamando a atenção para a existência de quatro pretendentes dispostos à lutar pela chefia do PRR:

Porto Alegre está sobre um vulcão. Ninguém se entende no meio desta balbúrdia. E muitos poucos, raríssimos, são aqueles que estão a par do que vai pela política castilhista.

Aquela disciplina criada e mantida pelo Dr. Júlio de Castilhos foi com ele para a sepultura.

Hoje os castilhistas agem e deliberam por si, independentemente de qualquer direção unipessoal.

E nem pode ser de outra forma, visto serem quatro os chefes do partido republicano: os Drs. Borges, Pinheiro, Abbott e Cassiano.

Nestas condições, os castilhistas se veem em papos de aranha para saber a quem devem obedecer, atento o desencontro de opiniões de cada um desses pretendentes à chefia suprema²⁸.

O excerto chama atenção para as disputas em torno da liderança partidária, o topo da hierarquia em termos de prestígio, além de espaço privilegiado na distribuição de prebendas. No momento posterior à morte de Castilhos, eram quatro os líderes que pareciam ter condições e chances de herdar o seu lugar. Os anos seguintes, contudo, seriam marcados por inúmeros ajustes de posições – e também de acomodações – no palco político, de modo que Pinheiro Machado e Cassiano do Nascimento continuariam se dedicando à carreira legislativa em âmbito nacional, fazendo com que, em 1907, na primeira eleição posterior à morte de Castilhos, permanecessem na disputa pela presidência apenas Fernando Abbott e Borges de Medeiros (através de seu indicado, Carlos Barbosa Gonçalves), e seus respectivos aliados políticos.

Uma análise do itinerário de Fernando Abbott poderá demonstrar que sua dissidência foi o resultado de um extenso percurso na tentativa de alcançar uma posição de prestígio em específico – a de presidente do estado. Por sua vez, os vários personagens envolvidos nessa coalização (a exemplo de Assis Brasil, Antão de Faria e Aparício Mariense da Silva), que tinham ligação com diferentes ideologias, nos ajudarão a explicar que a lógica que

²⁸ Jornal *A Opinião Pública* (?/?/1904), Anexo em Correspondência de Euclides Moura a Borges de Medeiros, Estação Cerrito, 4/04/1904. Arquivo Borges de Medeiros, nº 1194 (Acervo do IHGRGS).

regia as disputas nesse momento, não se restringia a suposta rivalidade entre positivistas e liberais, tendo relação com questões ligadas ao prestígio e ao acesso à recursos variados por parte dos agrupamentos políticos que compunham o partido.

Observemos o itinerário de Fernando Abbott até princípios do século XX, momento de falecimento de Júlio de Castilhos. Nascido em São Gabriel (região da campanha), no ano de 1857, Fernando Abbott era membro de uma importante família de estancieiros e médicos, envolvidos com a política no cenário local²⁹. Na década de 1870, após realizar os estudos preparatórios, Fernando Abbott daria um de seus primeiros passos no sentido da construção de uma carreira política: a obtenção de um diploma de curso superior³⁰. Aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Abbott teve oportunidade de conhecer mais profundamente as principais doutrinas filosóficas em voga naquele período. Destaca-se, nesse sentido, sua adesão ao positivismo, “moda entre os jovens acadêmicos daquela instituição, entre 1870 e 1889”, tal qual destaca Lycurgo Santos Filho³¹.

Depois de formado, Fernando Abbott retornou a São Gabriel, onde passou a exercer a profissão de médico e, concomitantemente, a participar das reuniões do Clube Republicano local, fazendo, a partir daí, suas primeiras incursões na política gaúcha. Dentro desse cenário, a posse do título acabou por se tornar um atributo importante em relação aos correligionários, que nele reconheciam uma possibilidade de influência social e política e, portanto, de exercício de liderança³². Índicios dessa influência é a reinvin-

²⁹ O Dr. Fernando era filho de Zeferina Fernandes Abbott e do médico e Comendador Jonathas Abbott. Dona Zeferina, a matriarca, era filha do charqueador e estancieiro Joaquim Fernandes Barbosa, o que sugere a vinculação da família com o mundo rural. O patriarca da família fez parte do corpo de saúde do exército, tendo atuado na guerra contra Oribe e Rosas. Finda essa, radicou-se em São Gabriel, onde passou a dirigir o hospital do regimento de artilharia, trabalhando depois como médico particular. A Santa Casa de São Gabriel teve nele um grande idealizador, bem como a Loja Maçônica Rocha Negra, de que foi um dos fundadores. Era oficial da Imperial Ordem da Rosa e comendador da Imperial Ordem de Cristo. Além disso, o Dr. Jonathas esteve envolvido com o movimento abolicionista além de ter sido, também, importante liderança do Partido Conservador do município. (SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Sulina, 1973; FIGUEIREDO, Osorio Santana. *São Gabriel desde o princípio*. 2. Ed. Santa Maria: Pallotti, 1980).

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³¹ SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da Medicina no Brasil* (do século XVI ao século XIX). São Paulo: Editora Brasiliense, 1947, p. 419.

³² De acordo com Edmundo Campos Coelho, a medicina, enquanto profissão, em fins do século XIX, se constituía numa importante fonte de capital político e social. De acordo com este autor, “existe na medicina este componente essencial que a diferencia tanto de outras profis-

dicação dos correligionários para que seu nome constasse nas circulares eleitorais, pois que “ele é médico e tem popularidade inegável nos distritos”; além disso, sua liderança ainda pode ser aferida a partir das várias vezes que foi presidente ou vice-presidente daquela agremiação³³.

Mas, é preciso dizer que Fernando Abbot se projetava como liderança não só em âmbito local, mas também no cenário regional. Tal qual os demais líderes republicanos, é possível detectar em seu itinerário político uma intensa participação no jornal *A Federação*, além de também ter sido representante nos Congressos Republicanos e candidato às deputações pelo PRR na década de 1880. Além disso, em 1889, participou da Reunião da Fazenda da Reserva, oportunidade em que os chefes do partido discutiram a radicalização da estratégia PRR, que a partir dali passou a aceitar a possibilidade da luta armada como meio de garantir a implantação da República. A presença de Abbott nesse encontro indica que ele fazia parte da cúpula partidária, tendo em vista que, dos mais de oitenta líderes da agremiação à época da propaganda, somente treze participaram dessa reunião. Mais do que isso, Abbott integrou o pequeno grupo nomeado para tratar da questão, da forma que melhor lhes aprouvesse³⁴.

Também nos ajudam a dimensionar a influência e o prestígio de Fernando Abbott perante as demais lideranças partidárias e também entre os correligionários, os espaços por ele ocupados, já no período republicano. Afora ter sido um dos Constituintes Federais de 1891 – e também deputado da primeira legislatura –, o Dr. Fernando governou o Estado interinamente em duas oportunidades. Na primeira delas (16/03/1891 a 14/07/1891), Abbott encaminhou e presidiu os trabalhos de organização constitucional do Estado, preparando a eleição que colocou Castilhos na presidência. No segundo período (26/09/1892 a 24/01/1893), o PRR já sofria forte oposição por parte da primeira dissidência e também dos federalistas, tendo, in-

sões: a relação imediata, individualizada e íntima com o paciente, uma das fontes do poder profissional” (COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 200.)

³³ Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel (1881-1887) Acervo do Museu João Pedro Nunes (São Gabriel).

³⁴ O Manifesto assinado na Reunião, dizia o seguinte: “Reconhecendo a necessidade de organizar a oposição em qualquer terreno ao futuro reinado, [...] e a necessidade de preparar elementos para , no momento oportuno, garantir o sucesso da Revolução, declaramos que temos nomeado nossos amigos José Gomes Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Fernando Abbott, Assis Brasil, Ramiro Barcellos e Demétrio Ribeiro para que se consigam aqueles fins, empregando livremente os meios que escolheres” (RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Porto Alegre: UCS/EST, 1980, p. 28).

clusive, o governo do Dr. Fernando ficado marcado pela forte opressão e violência para com os adversários políticos³⁵.

Posteriormente, teve destacada atuação na Revolução Federalista, tendo integrado o comando de uma das forças que mais tiveram sucesso junto aos adversários. O papel exercido naquela conjuntura agregou-lhe ainda mais prestígio político³⁶. Na sequência, entre os anos de 1894 e 1897, esteve vinculado ao governo federal, tendo exercido o posto de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário do Brasil na Argentina. Depois desse período, seus registros biográficos são unânimes em não referir o exercício de nenhum posto político, até a sua dissidência do PRR, ocorrida em 1907³⁷.

Contudo, o material empírico analisado indica que ele foi nomeado, novamente, vice-presidente do Estado, em março de 1900, permanecendo no cargo até meados de 1902³⁸. Embora a vice-presidência possa parecer um importante espaço de influência, na prática – e diferentemente das outras duas oportunidades em que ele assumiu interinamente o comando do estado – o Dr. Abbott não participou de nenhuma ação do governo, visitava a capital esporadicamente, e seguiu chefiando o Partido Republicano de São Gabriel, conforme sugere a leitura do órgão partidário oficial.

Apesar de sua dissidência ter se processado apenas em 1907, já a partir de 1902, sua candidatura à presidência do Estado passa a ser tema de debates na imprensa. Nesse ano, *A Federação* noticiou que o Dr. Aureliano Barbosa – que há pouco havia declarado hostilidade ao governo do estado e à direção central do PRR –, tendo fundado um novo partido em Itaquí, vinha apresentando aos sequazes locais, a candidatura Abbott à eleição presidencial³⁹. Embora nessa oportunidade o Dr. Fernando tenha prontamente declarado que permanecia solidário com o PRR, é importante destacar

³⁵ MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). *Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

³⁶ Nos editoriais de *A Federação*, seu desempenho como uma das principais lideranças da Revolução foi sempre destacado, sendo frequentemente elogiadas a sua lealdade, capacidade de arregimentação e força política naquele momento.

³⁷ Idem.

³⁸ O presidente Borges de Medeiros nomeara Fernando Abbott em razão da vacância do cargo, após a renúncia do Dr. Cassiano do Nascimento, que tornou-se deputado federal (Jornal *A Federação*, 17/03/1900. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB))

³⁹ Jornal *A Federação*. 13/11/1902. Acervo da HDB.

que ali ele já era considerado uma liderança destacada a ponto de poder disputar uma eleição com Borges de Medeiros⁴⁰.

A partir desse momento, começa a se perceber uma série de mudanças de posições políticas por parte de vários agentes, o que inclui rupturas com o PRR e tentativas de formulação de novas alianças que possam fazer frente à liderança partidária de Castilhos e, em seguida, de Borges de Medeiros. Ainda em 1903, antes da morte do Dr. Júlio, o jornal noticiara que Assis Brasil vinha incitando cizânias dentro do PRR. De acordo com a publicação, “depois de uma longa incubação”, em que teria servido de “máquina chocadora” o Dr. Assis Brasil, “saíram do ovo os tico-ticos da dissidência republicana de Bagé”, no que destacam a figura do Dr. Pedro Osório, bastante conhecido desde os tempos da propaganda⁴¹. Em relação à Assis Brasil, o jornal assim afirmava:

Como falido político, o diplomata epicurista necessita de uma reabilitação. Para reabilitar-se, a sua vaidade só lhe sugere um expediente: ser o chefe de um grupo, de uma facção, que hostilize a Júlio de Castilhos. A população de Bagé sabe disso, foi testemunha do ódio, do despeito do Dr. Assis Brasil contra o chefe do partido republicano rio-grandense. Numas conferências, que andou fazendo em Bagé, sobre milho e cavalos, o Dr. Assis Brasil achou ensejo para atacar, com insinuações ridículas a personalidade política do Dr. Júlio de Castilhos. E todos sabem que o Dr. Pedro Osório, ligado intimamente ao nosso diplomata, era o promotor dessas conferências e andava com o Sr. Assis Brasil em charola por toda a parte⁴².

Ressalvado o julgamento e a opinião ácida emitidos pelo órgão partidário, é importante chamar a atenção para a notícia de que o Dr. Assis Brasil circulava pelo interior do Rio Grande, conversando com lideranças políticas diversas, na tentativa de articular um movimento de oposição. Tal como Assis Brasil, igualmente, temos notícia de que neste ano, o dissidente Homero Baptista, mais uma vez intentava organizar um partido de oposição, ao que *A Federação* criticava: “não se passa um ano que aquele patricio

⁴⁰ De fato, bem antes disso, sua influência era bastante reconhecida. Antônio Mercado, em correspondência a Prudente de Moraes, então presidente da República, expunha que os castilhistas tinham o completo domínio da situação política no Rio Grande, destacando que “tentar apeá-los do poder parece atualmente esforço inútil e de resultado negativo, a não ser que o Pinheiro Machado ou talvez também o Fernando iniciasse no seio do partido a cisão” (Correspondência de Antônio Mercado a Prudente de Moraes. São Paulo, 30-07-1897. Lata 598, Pasta 20. Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB).

⁴¹ Jornal *A Federação*, 01/06/1903. Acervo da HDB.

⁴² Jornal *A Federação*, 01/06/1903. Acervo da HDB.

não apareça com o seu inocente fatacaz de fazer partido; mal descansa de uma empreitada e já surge noutra”⁴³, ao que complementava:

Agora, o Sr. Homero enfestou o seu desequilíbrio com o do sr. Aureliano Barbosa. E ambos, ilaqueando a boa fé do velho general Hipólito, e não achando no meio de tantas *oposições* quem com eles embarque na cômica aventura, tiraram-se de seus cuidados, subiram aos seus tamanquinhos e telegrafaram ao leal e íntegro republicano, nosso ilustre amigo, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, de Jaguarão, pedindo-lhe apoio para o tal partido.

O Dr. Carlos Barbosa respondeu nos seguintes termos: ‘Continuo no meu posto de soldado intransigente do partido chefiado pelo Dr. Júlio de Castilhos’.

Eis aí o que se chama buscar lã e sair tosqueado⁴⁴.

A leitura dos jornais indica que foram várias as tentativas de aliança que dissidentes buscaram estabelecer entre si, nesse contexto, tendo, inclusive, se buscado cooptar o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves para a oposição do PRR. Apesar de toda a movimentação que vinha ocorrendo, o Dr. Fernando Abbott permanecia, nessa conjuntura, alinhado ao partido e alheio ao movimento que vinha sendo protagonizado pelos dissidentes. Prova disso é que, logo após a morte de Castilhos, o Dr. Abbott – tratado como uma das principais lideranças partidárias pelo jornal – teria se manifestado a favor da investidura do Dr. Borges de Medeiros como chefe do Partido Republicano⁴⁵.

No ano seguinte, a agitação continuava, sendo possível encontrar registro de articulações entre os Drs. Homero Baptista e Pedro Osório. Assis Brasil, por sua vez, recusou-se a participar do novo partido, em fase de formulação. Em correspondência escrita a Homero Baptista, afirmava que: “enquanto desempenhava comissão de confiança do governo, não poderia cogitar a política militante” e “crer estar aí tudo explicado”⁴⁶. Quanto à posição que tomaria, terminada sua missão junto ao governo federal, assim afirmava:

⁴³ Jornal *A Federação*, 02/10/1903. Acervo da HDB.

⁴⁴ Jornal *A Federação*, 02/10/1903. Acervo da HDB.

⁴⁵ Jornal *A Federação*, 07/11/1903. Acervo da HDB. Ainda, de acordo com esse jornal: “À manifestação solene do ilustre Dr. Abbott, a que se seguiu a de outros chefes locais de valor e influência, juntaram-se desde logo a moção da Assembleia dos Representantes e as afirmações dos membros do Congresso Federal pela voz do eminente diretor, o ínclito senador Pinheiro Machado”.

⁴⁶ Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Homero Baptista. Petrópolis, 29/01/1904. s/n. Arquivo de Joaquim Francisco de Assis Brasil (Acervo do IHGRGS). Nessa oportunidade, ele integrava, junto ao Barão de Rio Branco, a missão diplomática que, em tratativas com a Bolívia, garantiu ao Brasil a posse do atual estado do Acre.

[...] Isso depende muito da observação direta das coisas aí e de conselho de muitos amigos, entre os quais ocupam uns dos primeiros corpos. Ainda, pois, que por dever de honra e cortesia, não me devesse abster enquanto estou a serviço do governo, não me poderia resolver a ação enquanto não fosse aí ver e observar pessoalmente as pessoas e as coisas⁴⁷.

Portanto, interesses pessoais também se mesclavam, a todo momento, a ação política dos dissidentes. Para Assis Brasil, naquela oportunidade, era melindroso juntar-se ao partido que vinha sendo formado por Homero Baptista e Pedro Osório, dadas as funções que vinha desempenhando junto ao governo federal. Diante dessa e de outras recusas e incontinências, o movimento opositor não tomaria grandes proporções naquele momento. Desse modo, na sequência, para a formação de uma coalização oponente de peso, seriam necessários novas modificações no quadro partidário e no cenário político regional.

Nesse sentido, a partir de 1904, momento posterior à morte de Castilhos, procedeu-se uma tentativa de reconfiguração partidária, que visava trazer de volta ao PRR alguns dos membros da primeira dissidência. Assim é que, em setembro de 1904, o Dr. Homero Baptista, “em demorada palestra com o chefe Dr. Borges de Medeiros, na residência deste”, teria tomado a resolução de retornar ao partido, juntamente com o irmão, Álvaro Baptista⁴⁸. No terreno da oposição, permaneciam Francisco Miranda, Antão de Faria e Assis Brasil, lideranças importantes para a coalizão que viria a se formar na sequência.

Para Fernando Abbott, o período posterior à morte de Castilhos seria de crescente afirmação de sua liderança, paralelamente à da dupla Borges de Medeiros-Pinheiro Machado. O ano de 1905 lhe foi bastante agitado, tendo o Dr. Fernando realizado várias viagens a Porto Alegre e excursões ao interior do estado, sendo recebido, em todas elas, com regozijo político. Após essa série de viagens e visitas, em princípios de 1906, surge uma primeira notícia relativa à nova agitação de sua candidatura ao governo do Estado. Respondendo ao *Correio do Povo*, que a havia veiculado, *A Federação* afirmou que, “quase um ano e meio antes da eleição prevista, o eminente Dr. Borges de Medeiros, não é, nem nunca foi, aspirante à reeleição presi-

⁴⁷ Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Homero Baptista. Petrópolis, 29/01/1904. s/n. Arquivo de Joaquim Francisco de Assis Brasil (Acervo do IHGRGS).

⁴⁸ Jornal *A Federação*, 02/09/1904. Acervo da HDB. Nessa oportunidade, também se tentou trazer Francisco Miranda e Antão de Faria novamente ao PRR, no entanto, as tratativas não tiveram resultado positivo.

dencial” e, igualmente, “o nosso ilustre amigo Dr. Fernando Abbott, não autorizou o *Correio do Povo*, ou a quem quer que seja, a promover qualquer agitação em torno do seu nome⁴⁹”.

Em junho do mesmo ano, o burburinho continuava e *A Federação* acusava a imprensa federalista de “fomentar cizânias e intriga, e suscitar pretensões e rivalidades, explorando o nome do Dr. Fernando Abbott⁵⁰”. Dessa vez, diferentemente da anterior, não foi possível encontrar registros de que Abbott tenha reafirmado sua solidariedade ao PRR, sugerindo que uma relativa autonomização vinha ocorrendo de sua parte em relação à direção partidária, no que certamente teve importância o apoio dos antigos dissidentes e de membros do Partido Federalista.

Também é possível depreender a partir da leitura do jornal, que vinha ocorrendo uma aproximação entre o Dr. Fernando e Assis Brasil, antigos aliados políticos. Nessa conjuntura, o Dr. Assis Brasil já havia finalizado sua missão junto ao governo federal, estando, portanto, livre para exercer a atividade militante. Na *Federação*, encontramos menções à trabalhos conjuntos desenvolvidos pelos dois gabrielenses, em âmbito municipal, especialmente em torno de um Centro Gabrielense, que tinha como intuito desenvolver a economia local.

Essa proximidade, ao que parece, passou a preocupar as demais lideranças partidárias, a ponto de o Dr. Vitorino Monteiro oferecer um almoço aos Drs. Fernando Abbott e Assis Brasil, na tentativa de reunir o partido. A recepção foi presidida pelo senador Pinheiro Machado, que, naquela oportunidade, “disse serem conhecidas as suas opiniões, pois sempre apelara para a união e conagração dos batalhadores do regime”, acrescentando ainda que “o estandarte republicano estava desfraldado para abrigar a todos que quiserem colaborar no novo regime⁵¹”.

Apesar da cordialidade aparente do evento promovido aos dois gabrielenses, já parecia ser tarde demais para barrar o movimento político que então se conformava. No mês seguinte ao jantar, Borges de Medeiros recebeu denúncia anônima referente às tratativas que ocorriam nos bastidores, em torno da candidatura do Dr. Fernando. A correspondência dizia o seguinte:

⁴⁹ Jornal *A Federação*, 27/04/1906. Acervo da HDB.

⁵⁰ Jornal *A Federação*, 07/07/1906. Acervo da HDB. De acordo com *A Federação*, vários jornais vinham noticiando essa agitação e insinuando dissensões dentro do PRR, à exemplo do *Diário Popular*, de Pelotas, do *Correio do Povo*, de *A Reforma* e do *Correio Mercantil* (conforme dados retirados de *A Federação*, 27/04/06 e 07/05/06. Acervo da HDB).

⁵¹ Jornal *A Federação*, 06/09/1906. Acervo da HDB.

[...] Muito reservadamente previno ao preclaro Chefe que o Dr. Fernando Abbott está vos traindo.

Houve aqui uma reunião secreta, que ontem descobri. Isto na volta do Fernando da Serra e ficou deliberado definitivamente ele apresentar-se avulso candidato. Fernando está se entendendo com os nossos companheiros de mais prestígio. Escreveu ele a diversos chefes desgostosos.

Antero comprometeu-se com ele reservadamente. Fernando disse que ia à Uruguaiana, se entender com Romaguera – A falta de lealdade é grande pois fala muito do ilustre chefe e diz que Pinheiro é o primeiro a reconhecer. [...] ⁵².

Possivelmente tentando frear a movimentação que se operavamos bastidores, a cúpula partidária, em março de 1907, ainda procurou indicar o Dr. Fernando para uma vaga aberta à senatoria. A cadeira de senador era uma das mais desejadas, logo, constituía-se no principal (talvez o único) trunfo com o qual o PRR contava a fim de encerrar a questão da candidatura Abbott à presidência, bem como de barganhar a permanência do Dr. Fernando no partido ⁵³.

Por outro lado, a vaga gerava certo afastamento de seu ocupante em relação ao cenário regional e igualmente das questões a ele intrínsecas, o que tornava a indicação de Fernando Abbott muito mais conveniente ao PRR do que a ele próprio. A direção partidária registraria a recusa do Dr. Fernando à indicação, esclarecendo aos correligionários que:

[...] Ao tratar a direção do partido do preenchimento da vaga de senador, certamente sua primeira indicação recaiu em um dos dignos veteranos de grandes serviços e reais merecimentos, o ilustre Dr. Fernando Abbott.

Era mesmo antiga aspiração do partido republicano vê-lo na sede da Federação, ao lado de Pinheiro Machado e dos representantes do Estado, na missão gloriosa de dilatar a nossa ação e de estender o nosso regime tipicamente republicano além das fronteiras do Estado [...]

Infelizmente o conspícuo patrício e amigo desejando continuar a exercer a sua leal cooperação fora de funções eletivas ou de nomeação, ofereceu cabal recusa à indicação de seu nome para senador pelo partido republicano do Rio Grande do Sul ⁵⁴.

A Senatoria, naquele momento, não interessava a Fernando Abbott. Tendo sua campanha à presidência do estado sendo agitada em vários mu-

⁵² Correspondência anônima a Borges de Medeiros. Santa Maria, 16/10/1906. Nº 7855, Arquivo Borges de Medeiros (Acervo do IHGRGS).

⁵³ Na escala das indicações partidárias, o posto de senador era o mais alto. Havendo pouca renovação no cargo, inclusive porque se tratavam de menos vagas, comparativamente à deputação, o posto acabava por tornar-se ainda mais cobiçado.

⁵⁴ *Jornal A Federação*, 09/03/1907. Acervo da HDB. Acabou sendo indicado para a vaga de senador o Dr. Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

nicípios, sabedor de sua popularidade junto aos correligionários, consciente do apoio de líderes dissidentes da alçada de Assis Brasil e, de outros adversários do PRR que “há tempos o rondavam”⁵⁵, recusou a posição de prestígio que o partido ora lhe oferecia, a fim de buscar uma outra, a princípio mais conveniente e capaz de trazer maiores benesses à ele e também aos seus aliados políticos.

Assim, as mudanças de posição de vários agentes no cenário regional, a partir de 1903, acabaram criando condições favoráveis para a candidatura Abbott ou, de modo mais amplo, para a constituição de duas grandes coalizações que disputariam, no caso de uns, o acesso ao comando estadual e, no caso de outros, a permanência nele. Não sendo aceita pela direção partidária a candidatura Abbott, processou-se a sua dissidência, que seria acompanhada por vários correligionários, a exemplo do coronel Aparício Mariense da Silva, Carlos Maximiliano e Baptista Xavier. A candidatura Abbott também receberia o apoio, além de Assis Brasil, dos também já dissidentes Arthur Pinto da Rocha e Francisco Miranda. A adesão dos federalistas Pedro Moacyr e Rafael Cabeda à campanha, por sua vez, seriam tão importantes na conquista de votos quanto foi criticada pelos membros do PRR⁵⁶.

Logo, questões referentes à ideologia não pareciam constituir a base da polarização política que ocorria naquele momento. A própria inconsistência dos discursos proferidos e a imprecisão do programa da candidatura de Fernando Abbott é indicativo da insuficiência dessa lógica como movedora das disputas. *A Federação* se pronunciava de forma irônica em relação às “instabilidades” do Dr. Fernando, afirmando que:

Como nauta perdido em negro mar, sem astros e sem lua, o Dr. Fernando Abbott vai vagando conforme à inspiração do momento, arrastado, para rumo ignorado, por correntes desconhecidas. [...].

De Porto Alegre a Cachoeira, de Cachoeira à Santa Maria, de Santa Maria a São Gabriel, de São Gabriel a Bagé, de Bagé a Pelotas, tem desfilado diante do público assombrado um variado e pitoresco cosmorama, em que todas as opiniões, todos os credos, todos os matizes políticos se tem exibido, se

⁵⁵ *Jornal A Federação*, 12/04/1907. Acervo da HDB. Ainda, de acordo com essa publicação “Há um horror de tempo que rondavam em torno de sua pessoa adversários do partido nosso, declarados uns, disfarçados outros, mas no mesmo fito todos, de discórdias semearem pelo campo vasto e fecundo em que nossa atividade expande-se”.

⁵⁶ *A Federação* destacava que Fernando Abbott era presidencialista e anti-revisionista, enquanto que os dois membros do Partido Federalista eram parlamentaristas e revisionistas, apontando a aliança ora estabelecida como uma ‘questão de conveniência política’ (*Jornal A Federação*, 28/04/1907. Acervo da HDB).

tem sucedido, se tem expulsado uns aos outros [...]

Finalmente, já não se pode mais saber o que quer, o que deseja, o que pretende o nosso ilustre patricio no terreno dos princípios: é conservador, é reacionário, é mantenedor da constituição rio-grandense, é revisionista, está dentro do seu partido, declara-se fora dele, orgulha-se de ter combatido inimigos com quem agora se ufana de se ver unido, sustenta num dia um princípio e no dia seguinte dá a sua adesão à antítese, à negação cabal dele.

A única coisa em que até agora não variou, o único ponto em que se há mantido firme é em proclamar, a todo transe, a bondade e a necessidade de sua candidatura⁵⁷.

Desse modo, dentre as motivações da segunda dissidência não parecem ter tido grande peso os desacordos em termos de ideologia, mas sim, as rivalidades em torno do acesso ao principal posto de prestígio partidário/estadual. Em busca dessa posição, aos poucos se constituíram alianças políticas que tinham como base a afinidade de interesses, mas também vínculos de amizade e confiança. Se avaliarmos, individualmente, algumas das alianças estabelecidas naquele no momento da candidatura Abbott e mesmo depois, essa questão pode tornar-se mais clara. Chama atenção, por exemplo, que ainda antes de Fernando Abbott (positivista) tornar-se dissidente, ele já estava alinhado à Assis Brasil (liberal). Por outro lado, Aparício Mariense da Silva (de quem praticamente não se encontra referência à ideologia professada, parecendo estar sempre mais preocupado com as questões da política mais cotidiana) igualmente, tornou-se dissidente, alinhando-se a ambos⁵⁸.

Se observarmos ainda os desdobramentos da conjuntura de 1907, ou seja, as eleições subsequentes à da presidência do estado – a exemplo das disputas à deputação federal de 1908 e às eleições municipais, ocorridas no mesmo ano –, é possível fortalecer o argumento de que a ideologia não era a principal questão definidora das posições políticas. À deputação federal, os (já constituídos como) *democratas* apoiaram a candidatura de Arthur Pinto da Rocha, “chefe da agitação à candidatura Abbott na imprensa da capital⁵⁹”. O Dr. Pinto da Rocha era reconhecidamente comtista e tinha se tor-

⁵⁷ Jornal *A Federação*. 28/05/1907. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

⁵⁸ Em sua declaração pública de apoio à Fernando Abbott, ele afirmava ser contra “a genuinidade da chefia republicana”, ora instaurada, “por deficiência dos órgãos e falta de formalidades da investidura”. (Jornal *A Federação*, 24/07/1907. Acervo da HDB).

⁵⁹ Jornal *A Opinião Pública*, 08/04/1908. Acervo da HDB. Nessa ocasião, o Dr. Arthur Pinto da Rocha disputou uma vaga de deputado federal pelo primeiro distrito eleitoral. O indicado do PRR era o jornalista e coronel Evaristo Teixeira do Amaral, com quem Pinto da Rocha travou intensa polêmica pela imprensa, logo após ter deixado a redação de *A Federação*.

nado dissidentado PRR por volta de 1903, ao que tudo indica, depois de ter sido obstado à reeleição para o mesmo cargo, por parte de Castilhos⁶⁰. Logo, se a impossibilidade do acesso a determinadas posições eram motivos de dissidência, a probabilidade de indicação a esses cargos por parte de uma outra facção que visava se estabelecer no comando estadual também era um pretexto para a configuração de novas alianças.

Chama a atenção também o fato de que os *democratas* indicaram o Dr. Antão de Faria ao cargo de intendente Porto Alegre, em 1908. Acusava *A Federação* a falta de lógica do apoio uma vez que o Dr. Antão era positivista e, disputava a intendência com o Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, a quem o “conluio federo-democrático” direcionava, dentre outras acusações, a de ser positivista. Concluía daí que “o Dr. Antão de Faria está incompatibilizado para substituir o Dr. Montaurayna intendência, porque tem os mesmos defeitos que este”, afirmando ainda que: “o Dr. Antão poderia ser candidato com o apoio de todos, menos dos federalistas e democratas, salvo se renegou o seu passado e as suas doutrinas pela vaga promessa de um cargo que jamais alcançará⁶¹”.

Logo, uma análise das alianças estabelecidas já antes e também a partir da dissidência de 1907, indica que a base da construção do movimento opositor tinha menos relações com supostas afinidades ideológicas do que com interesses outros, ligados a questões pessoais e facciosas, e, sobretudo, à disputa em torno das posições mais vantajosas para os principais líderes da coalizão, mas também para os seus seguidores, que assim tinham maiores acesso a distribuição dos recursos estaduais. Em outras palavras, ainda que a ideologia se fizesse cada vez mais presente nos discursos formais – tanto na formulação da crítica aos oponentes como na concepção de programas e manifestos de candidaturas, por exemplo –, na prática, e para a formação das várias alianças que compunham as coalizões, ainda tinham grande importância lógicas outras, relativas a amizade, ao compartilhamento de interesses e objetivos comuns, essenciais no jogo político de sociedades como o Rio Grande do Sul de princípios do Século XX.

⁶⁰ De acordo com o jornal *A Federação*, datado de 04/11/1907. Acervo da HDB.

⁶¹ Jornal *A Federação*, 10/08/1908. Acervo da HDB.

Considerações finais

A partir da reconstrução do itinerário político de Fernando Abbot – e também levando em conta posições que foram sendo assumidas por outros agentes no cenário estadual ao longo da primeira década republicana – é possível demonstrar que, elementos outros, que iam além de supostas divergências ideológicas, devem ser levados em conta para uma explicação mais precisa acerca da segunda dissidência do PRR e da coalizão ora formada para disputar o comando estadual naquela oportunidade.

A sucessão de eventos aqui reconstituída indica que logo após a morte de Castilhos houve uma série de modificações no cenário político, no que se destaca: a) a reincorporação de antigos dissidentes ao PRR (caso dos irmãos Baptista); b) o regresso de alguns agentes ao cenário regional (caso de Assis Brasil que, ao que tudo indica, integrou todo o movimento de agitação da candidatura Abbott, ao contrário de apenas ter oferecido o seu apoio no momento em que essa já estava consolidada; e c) a mudança de posicionamento de Fernando Abbott, que se alinha a outros líderes políticos formando uma coalizção que entra firmemente na disputa pelo comando estadual e os possíveis benefícios a ele relacionados.

A avaliação, ainda que breve, de algumas alianças e apoios eleitorais conformados naquele momento, indica que a afinidade ideológica, ainda que relevante, não era condição prioritária e/ou essencial para a formulação dos alinhamentos políticos. Nesse sentido, continuavam tendo grande significado para (ou determinando) a formação das alianças e agrupamentos políticos, os vínculos de confiança e amizade, os interesses afins e, sobretudo, o objetivo comum de acessar os principais postos de mando do período.

Entre a história e a política: a trajetória intelectual de João Pinto da Silva

Cássia Daiane Macedo da Silveira

I

João Pinto da Silva nasceu na cidade de Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, em uma segunda-feira de inverno do ano de 1889. Era descrito por seus contemporâneos como um indivíduo de “grossas sobranceiras” e “ironia anatoliana¹”. Não pude descobrir muito a respeito de suas origens familiares, mas se sabe que no tempo em que se tornou homem, na fronteira, a liderança política de Carlos Barbosa Gonçalves era quase incontestável. As primeiras aparições públicas de João Pinto da Silva se deram na imprensa, em sua cidade natal, depois em Porto Alegre. Publicou diversos livros, de variados gêneros: poesias, crítica literária e história. Foi editor do *Almanaque do Globo* junto com Mansueto Bernardi, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, secretário da presidência de Borges de Medeiros e, mais tarde, também o foi de Getúlio Vargas. Foi um indivíduo sempre próximo do poder político, tendo conquistado a confiança de alguns dos homens mais poderosos da Primeira República no Rio Grande do Sul, mas manteve uma carreira intelectual quase sempre vinculada à literatura e à crítica. Quase sempre, exceto por alguns artigos de teor político escritos para *A Federação* e por um ensaio histórico publicado pela Livraria do Globo em 1930.

Sua trajetória não é de fácil apreensão pelo historiador, sobretudo porque João Pinto da Silva deixou rastros esparsos, restando, de fato, a sua obra como dado essencial a ser analisado. Assim mesmo, compreender seu constante trânsito entre diferentes gêneros, e as relações possíveis entre suas obras e os espaços pelos quais circulava mostram-se tarefas duras, que escapam à compreensão. As trajetórias políticas, sejam elas de homens envolvidos dire-

¹ MEYER, Augusto APUD VELLINHO, Camila Lima. *Modernismo e regionalismo na crítica literária sul-rio-grandense*. Porto Alegre, PPG Literatura Brasileira, UFRGS, 2011. p. 41.

tamente na arena político-partidária, como senadores e deputados, ou de intelectuais que, de uma forma ou de outra, se envolveram no debate público e político de seu tempo, têm encontrado grande renovação em anos recentes da historiografia². Tal renovação se sustenta na crença de que uma abordagem desse tipo permite ao pesquisador vislumbrar contornos únicos da realidade que pretende conhecer. Antes de apenas inserir indivíduos nos contextos em que viveram, o estudo de trajetórias supõe que tal perspectiva oferece um ponto de vista distinto sob o qual avaliar o próprio contexto; nesse sentido, a compreensão do indivíduo por si só não é o ponto essencial desse tipo de análise, mas sim aquilo que nos permite vislumbrar do ambiente em que circulava e que ainda desconhecemos. No caso das trajetórias de intelectuais, Jean-François Sirinelli apontou, em estudo já clássico, que elas se situam em um ponto de intersecção entre a história cultural e a história política, querendo com isso ressaltar a atuação dos intelectuais em distintas esferas³. Mas e quando tais esferas não são reconhecíveis como campos autônomos? Como é possível relacionarmos com êxito trajetórias individuais de intelectuais, com atuação, portanto, na esfera mais propriamente da produção de cultura, ao universo político? Em outras palavras, um dos maiores desafios que observo nesse tipo de pesquisa é o de preservar aos intelectuais aquilo que lhes é próprio e fugir à tentação de lhes atribuir intenções políticas das quais não podemos ter certeza. Nesse sentido, resgatar as funções políticas do universo intelectual não é o mesmo que “descobrir” as vinculações político-partidárias, ocultas ou explícitas, em historiadores, poetas e críticos literários. As funções políticas do mundo intelectual, em casos como o do Brasil do início do século XX, podem existir mesmo quando elas não foram intencionais, mesmo quando os indivíduos que estudamos não pensavam que era o que estavam fazendo.

Neste capítulo, me disponho a refletir acerca das vinculações entre os intelectuais e a política no Brasil das primeiras décadas do século XX⁴, pro-

² SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 231.

³ SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 232.

⁴ Daniel Pécaut já demonstrou as funções eminentemente políticas da produção intelectual brasileira no período aqui analisado, ressaltando a crença que possuíam de estarem imbuídos de uma “missão política”. O autor, contudo, não acredita, conforme argumentou Sérgio Miceli, que as simples disposições de origem familiar ou outros traços de suas trajetórias pessoais sejam suficientes para explicar como construíram a ideia de uma tal missão, sendo necessário, para tanto, compreender como interpretavam os percalços a que foram acometidos. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990; MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

curando elaborar modos de compreender as relações inerentes a esses dois mundos naquele contexto, mas buscando resguardar as peculiaridades de cada espaço de atuação. Por meio da trajetória de João Pinto da Silva, meu desafio foi o de compreender os lugares e os contextos em que os aspectos políticos e os intelectuais se cruzaram. O foco principal foi o de analisar a publicação do seu livro de interpretação histórica, *A Província de São Pedro*, de 1930, considerando as diversas inflexões de sua trajetória e as circunstâncias políticas que rodearam o período de escrita e edição da obra. Em tese, seria fácil relacionar o livro, a trajetória de Silva e o contexto político mais imediato de sua publicação: não é de hoje a hipótese de que os intelectuais tiveram uma participação fundamental no prelúdio da formação da Frente Única Gaúcha e da Aliança Liberal, que antecederam a chamada Revolução de 30, protagonizada por Getúlio Vargas⁵. Naquela conjuntura, Silva era o próprio secretário de gabinete de Vargas, membro do Partido Republicano Rio-grandense e historiador. Contudo, além da atribuição de uma relação de causalidade entre eventos não necessariamente interligados, não haveria aí qualquer vestígio de explicação; tampouco haveria capítulo e o leitor ficaria deveras incomodado.

Ao contrário de inserir a obra histórica de João Pinto da Silva naquele contexto político (e, como veremos, editorial) mais geral, como se a mera contextualização fosse suficiente como explicação histórica, pretendo, aqui, refletir, por meio deste caso particular, sobre as possibilidades de trabalho, por parte dos historiadores, com a temática dos intelectuais. Se uma série de agentes, locais ou não, se engajaram de alguma forma na construção da perspectiva da necessidade de um presidente gaúcho, articulando-se em torno da candidatura de Getúlio Vargas, isso se deu tanto na concepção de uma nova imagem a respeito do Rio Grande do Sul, ou seja, por meio de uma transformação intelectual, de uma transformação nas formas de pensamento,

⁵ Ligia Chiappini Moraes Leite argumentou, ainda na década de 1970, em favor da tese do “compromisso ideológico” estabelecido entre textos literários e discursos políticos nos anos 1920 no Rio Grande do Sul, quando o mito do gaúcho herói se ampliou, acompanhando o processo político então em andamento. Mais recentemente, Luciana Murari e Jocelito Zalla, na mesma direção de Leite, também reafirmaram que os sentidos da literatura regionalista, naquele momento, atendia a objetivos e a ideais políticos bem definidos, cumprindo um papel de “legitimação ideológica”. LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Editora Ática, 1978; MURARI, Luciana. “O gênio tumultuário da raça”: guerra e política no discurso histórico-literário de Roque Callage. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n.1, p. 131-152, jan./jun. 2009; ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015.

que deveria, de maneira geral, ser levada ao resto do país; quanto por meio da apresentação dos próprios indivíduos gaúchos ao mundo intelectual, político e empresarial do centro do Brasil, mais especificamente da cidade do Rio de Janeiro⁶. Esse caso me parece, portanto, bastante profícuo para a reflexão a que me proponho, pois nos permite verificar os limites e as possibilidades do estudo de trajetórias intelectuais na compreensão de contextos políticos mais amplos.

Nesse sentido, o fundamental seria tentar analisar as nuances dessa participação política, os modos variados com que os intelectuais se envolveram, os diferentes percursos que os levaram a se vincular de alguma forma a esse “movimento coletivo” e, mesmo, destacar aquelas trajetórias cujo envolvimento episódico não significava, contudo, uma adesão irrestrita a qualquer causa política. Ou seja, entender como a articulação entre os intelectuais se estruturou às vésperas e em consonância com as articulações políticas que levaram à formação da Frente Única Gaúcha e da Aliança Liberal não significa crer na inevitável aprovação, por parte desses intelectuais, dos conluís políticos de Vargas e da “geração de 1907”, nem tampouco acreditar que a existência dessa articulação ou de uma consonância de discursos acerca do Rio Grande do Sul, em geral propondo uma leitura otimista de sua história, significava um “projeto”, no sentido de uma intenção coletiva que seria necessariamente política. Como pretendo demonstrar, embora o envolvimento político fosse inevitável naquele momento, havia outros projetos em andamento, de natureza não especificamente política. Antes de mais nada, assim, passemos à trajetória pública de João Pinto da Silva, àquilo que sobre ele pudemos descobrir e a algumas inferências de cunho mais geral.

II

Em janeiro de 1910, à idade de 20 anos, João Pinto da Silva “ingressou nas fileiras” do Partido Republicano Rio-grandense, como se dizia naquela época. No meio do ano, publicou seu primeiro livro, de poesias, intitulado *Estalactites*. Em outubro, foi nomeado promotor público na cidade de Jaguarão. Sérgio da Costa Franco, referindo-se a outro jaguarense, que também fora promotor público em Jaguarão – o poeta João Rodrigues Bar-

⁶ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. O partido do Rio Grande: redes de relações, mediação e Revolução de 1930. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 179-197, jul. 2016.

bosa Neto – , afirma que “os promotores eram, então, da estrita confiança do presidente do Estado”⁷. Não é difícil, assim, perceber aonde a coisa vai, ou, melhor, de onde ela vem: entre 1908 e 1913, Carlos Barbosa Gonçalves, conterrâneo de João Pinto da Silva, era justamente o presidente do estado e, provavelmente, seu padrinho político. A despeito da importância política que teve Carlos Barbosa no Rio Grande do Sul, ainda há poucos estudos acadêmicos em história a respeito de sua trajetória e da influência de seu clã no município de Jaguarão. Mesmo assim, não é possível desprezar o alcance que as relações de clientela tiveram na sua atuação e a centralidade do seu domínio em Jaguarão. A fidelidade do afiliado deve ter sido avaliada quando, entre 1911 e 1913, João Pinto da Silva foi responsável por uma série de artigos de cunho político no jornal *A Federação*. Em sua maioria, tais artigos objetivavam atacar a oposição federalista, que, naquele momento, se articulava para, em 1913, ter seu primeiro representante eleito na Assembleia dos Representantes, até então com hegemonia absoluta do PRR⁸. Além desses artigos combativos, que expressam alguns dos embates políticos daquela conjuntura, também redigiu um ou outro de cunho mais laudatório, rendendo graças a Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e Carlos Barbosa Gonçalves. Pode-se dizer que ele, à sua maneira, preparava a transição que recolocaria o poder político nas mãos de Borges de Medeiros.

Esse começo, essa inserção intelectual e política de João Pinto da Silva, é marcada por uma lealdade de origem para com as lideranças do Partido Republicano Rio-grandense. Ao mesmo tempo, demarca uma afinidade com a literatura, mais especificamente com a poesia. Naturalmente, era a poesia o gênero intelectual de maior prestígio naquele momento e Silva seguiu a trajetória mais comum e mais provável a qualquer um que desejasse se lançar publicamente no mundo intelectual. Com isso, também angariaria o reconhecimento que uma publicação bem sucedida desse gênero poderia lhe render. Vivenciar aquele meio intelectual e cultural era conhecer suas regras implícitas de aceitação pública e, de um modo ou de outro, participar delas. Para compreender essas regras é necessário observar as regularidades, os caminhos normalmente trilhados, as escolhas mais

⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. Homens de letras e a política: a política rio-grandense ao tempo do castilhismo-borgismo. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, p. 263-271, jul./dez., 2003. p. 265.

⁸ FERTIG, André; JUNIOR, Eduardo Rouston. O Partido Federalista na Assembleia dos Representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v. 26, n. 2, jul./dez. 2010.

prováveis. De todas as obras de ficção publicadas por editoras gaúchas entre 1900 e 1910 (justamente o período da primeira publicação de João Pinto da Silva) consegui localizar 67 na Coleção Júlio Petersen, da PUCRS – mas tenho indícios para pensar que a quantidade total não excedia muito esse número. Dessas 67 obras de ficção, 48 (a maioria) eram de poesia – o restante dividindo-se entre teatro, romances, contos, crônicas e novelas⁹. Ou seja, publicar poesias era a inserção óbvia naquele universo letrado. João Pinto da Silva assumiu o caminho ortodoxo naquele momento, o caminho mais seguro. A busca pela segurança e pela ortodoxia parece ter marcado sua trajetória, e orientado as transformações pelas quais passou, como veremos.

Em 5 de agosto do mesmo ano de 1910, o jornal *A Federação* publicava a única crítica que pude localizar de *Estalactites*. Apesar de reconhecer o talento do jovem que se aventurava na poesia, o crítico reconhecia também suas muitas limitações, faltando ao livro “a essência de uma arte pura”. Além dos julgamentos sobre a obra, o comentador, que não assinou o artigo, também dizia sobre João Pinto da Silva que o conhecia “de nossa terra, que sua também é, onde, nos jornais, ainda há pouco tempo, publicava alguns ensaios de versos e arremedos de rima¹⁰”. Muito embora não haja autoria, é possível supor que o indivíduo que escreve a crítica seja o poeta João Rodrigues Barbosa Neto, o mesmo citado por Sérgio da Costa Franco, nascido em Jaguarão em 1884 e falecido em 1918, sobre quem João Pinto da Silva também veio a redigir ensaios críticos posteriormente¹¹. De todo modo, isso nos mostra, uma vez mais, o papel das solidariedades originadas na cidade natal, das relações lá constituídas, na inserção tanto política quanto poética e crítica de Silva. Foram em espaços já ocupados por seus conterrâneos que João Pinto da Silva começou a construir, igualmente, os seus próprios espaços: ele foi poeta e promotor público em Jaguarão como o foi Barbosa Neto, redigia para o jornal *A Federação* durante o governo de Carlos Barbosa Gonçalves e foi secretário da presidência do Estado, assim como havia sido também outro conterrâneo seu, Aurélio Viríssimo de Bittencourt.

⁹ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República*. Tese de doutorado, Campinas, 2013. p. 22.

¹⁰ A FEDERAÇÃO, “Um livro”, 05/08/1910. p. 1.

¹¹ BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. p. 173.

O fato de João Pinto da Silva ter se mantido vinculado ao universo da literatura, ao publicar outros livros de crônicas, crítica e história literária, além de um livro de história do Rio Grande do Sul, e de ter obtido reconhecimento nessa esfera, ao ser premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1926, indica que não teve apenas uma aproximação ocasional com a literatura, mas que de fato adentrou seu universo e assumiu, também, suas regras. Assim, afirmar que ele trilhou caminhos antes já trilhados por seus conterrâneos, ou que as relações de apadrinhamento e lealdade provavelmente marcaram sua trajetória e sua inserção literária, ou ainda que buscou a ortodoxia e a segurança em sua inserção intelectual, não é o mesmo que reduzir sua obra ao resultado das relações que estabeleceu em sua cidade de origem ou aos processos políticos concomitantes. João Pinto da Silva era um intelectual, antes de mais nada, e embora conhecesse os princípios políticos de sua época, também era um estudioso das convenções literárias e críticas daquele tempo, e podia se movimentar com sucesso nesse meio. Por nunca ter sido um político profissional, de carreira, é de se supor que, apesar de sua série de artigos políticos entre 1911 e 1913, n'*A Federação*, seu interesse intelectual rumava por outros caminhos. De fato, seus trabalhos críticos mereceram grande reconhecimento, uma vez que se diferenciou de seus antecessores na atividade ao definir objetivos e princípios ao que fazia e assumir raramente um tom polêmico. Para Carlos Alexandre Baumgarten, Silva “confere à crítica literária sul-rio-grandense um caráter moderno, destituído de qualquer provincianismo” e, por ser ele “atento às inovações que se processam no campo da literatura ao longo das três primeiras décadas do século”, teria também contribuído para equiparar o Rio Grande do Sul com outros centros intelectuais brasileiros. Sua *História Literária do Rio Grande do Sul*, premiada pela Academia Brasileira de Letras, “registra a primeira incursão abrangente e significativa promovida no Estado no plano da historiografia”, alcançando também prestígio fora do Rio Grande do Sul¹². Também Flávio Loureiro Chaves reconhece que João Pinto da Silva havia sido o primeiro a formular uma consciência da função que exercia como crítico literário, identificando-o como parte de uma nova geração a pensar a crítica, e buscando alguma profissionalização do ofício¹³.

¹² BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. p. 169.

¹³ CHAVES, Flávio Loureiro. *O ensaio literário no Rio Grande do Sul, 1868-1960*. Rio de Janeiro: LTC; Brasília: INL, 1979.

Para além dessas considerações mais gerais sobre suas apreciações críticas e sua história literária, é preciso considerar também outro atributo que sua obra assumia. Segundo Jocelito Zalla, além da busca por registrar todos os escritores gaúchos conhecidos, a *História Literária do Rio Grande do Sul*, de João Pinto da Silva, também se caracterizava por instituir um enfoque bastante específico ao trabalho, revelando “como critério preponderante a manifestação da cor local com as lentes de seu momento, construindo antecedentes, estabelecendo uma tradição [...]”¹⁴. Assim, a perspectiva regionalista ganhava centralidade no seu trabalho intelectual, associada ao ambiente editorial que a Livraria do Globo estabelecia na década de 1920.

Politicamente, sua trajetória foi marcada por uma proximidade contínua com o poder. Como se disse, foi secretário da presidência durante o governo Borges de Medeiros, entre 1919 e 1924. Depois, em 1926, também assumiu o cargo de oficial de gabinete de Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, quando este foi Ministro da Fazenda, tendo sido reconduzido ao antigo posto de secretário da presidência quando Vargas se elegeu presidente do Estado em 1928. Esse cargo, peça-chave na burocracia estadual, já havia sido ocupado, como se disse, durante o período Republicano, por Aurélio Viríssimo de Bittencourt até provavelmente o ano de 1918. Entre a vacância de Viríssimo e a ocupação do cargo por João Pinto da Silva, ocupou-o, ainda, por curto período de tempo, Mansueto Bernardi, seu companheiro na publicação do *Almanaque do Globo*.

Paulo Moreira e outros pesquisadores, interessados na trajetória de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, afirmaram que “o papel dos secretários de governo e dos chefes de seção era fundamental, pois eram eles que conheciam o funcionamento de toda a administração, recebiam e despachavam dezenas de ofícios diariamente e detinham o conhecimento de informações preciosas, podendo, assim, imprimir uma relevante influência nas decisões do chefe palaciano”¹⁵. Nesse sentido, é possível supor que João Pinto da Silva, no final da década de 1910, já havia adquirido a confiança do principal chefe político do PRR, estando apto a assumir grande respon-

¹⁴ ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015. p. 315.

¹⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARVALHO, Daniela Vallandro de; VARGAS, Jonas Moreira; SANTOS, Sherol dos. “Percursos biográficos de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849/1919)”. In: *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Política e poder nos primeiros anos da República*. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. vol. 19. p.21.

sabilidade. Outro aspecto relevante a respeito dessa função tão pouco estudada é o fato de seus ocupantes terem sido em geral homens de letras, com atuação pública destacada enquanto intelectuais. A respeito de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, diz ainda Moreira que sua proeminência advinha da “liderança que possuía sobre os pequenos empregados das secretarias, a sua aproximação com a vida religiosa na capital e a sua ascendência entre os populares¹⁶”. Não se pode afirmar o mesmo a respeito de Bernardi ou de Silva, embora haja indícios importantes da projeção tanto de um quanto de outro sobre comunidades e grupos de imigrantes. João Pinto da Silva, por exemplo, atuou por vários anos como jornalista do jornal *O Diário*, de Porto Alegre, que foi, por certo período de tempo, propriedade de um grupo de alemães, tendo sido depredado em uma manifestação com o início da Primeira Guerra Mundial¹⁷. Além disso, como se sabe, Bernardi era proveniente de família italiana e chegou a ser intendente de São Leopoldo.

De resto, o que os une é, sem dúvida, sua posição intelectual na cidade de Porto Alegre: Aurélio Viríssimo foi membro da *Sociedade Partenon Literário*, ainda no século XIX, e Mansueto Bernardi e João Pinto da Silva eram parte do que se convencionou chamar de “Grupo da Globo”, devido à vinculação com a Livraria e Editora que mais cresceu no Rio Grande do Sul durante a década de 1920¹⁸. Além disso, Silva foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul no ano de 1920, instituição na qual Bernardi ingressou em 1926. O IHGRGS era responsável pela produção historiográfica oficial: ainda que não fosse oficialmente um órgão do estado do Rio Grande do Sul, sempre esteve muito próximo às suas iniciativas. Um exemplo de tal proximidade nos é oferecido por Jefferson Teles Martins quando informa que o próprio Borges de Medeiros fora escolhido sócio honorário daquela instituição. Além disso, ainda conforme o mesmo autor, o Instituto também esteve contemplado no orçamento do Estado em alguns momentos¹⁹. Em outro trabalho, Martins ana-

¹⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; CARVALHO, Daniela Vallandro de; VARGAS, Jonas Moreira; SANTOS, Sherol dos. “Percurso biográfico de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849/1919)”. In: Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Política e poder nos primeiros anos da República. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. vol. 19. p. 21

¹⁷ STEYER, Fábio Augusto. *Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1896-1930)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 167.

¹⁸ BERNARDI, Mansueto. “Vida e obra de Eduardo Guimaraes”. In: GUIMARÃES, Eduardo. *A Divina Quimera*. Porto Alegre: Globo, 1944. p. 14.

¹⁹ MARTINS, Jefferson Teles. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo ‘campo’ intelectual rio-grandense na década de 1920*. p. 43.

lisa, ainda, por meio das publicações na Revista do IHGRGS, as hierarquias instituídas entre os membros do Instituto, enfocando não o conteúdo, mas os autores. Para ele, a Revista era um meio de exercer controle sobre o discurso institucional e de garantir posições de poder na instituição. Entre 1921 e 1937, ele encontra 21 autores responsáveis por 213 títulos, de um total de 419 – ou seja, mais de 50%²⁰. Assim, encontramos uma “elite” responsável por efetivamente manter a revista funcionando e sustentá-la com publicações. Embora estivesse entre os membros fundadores, João Pinto da Silva não era parte desta elite. Ele chegou a ser eleito membro da Seção de Arqueologia, Etnografia e Paleontologia do IHGRGS, mas não há registros de sua atuação nesse espaço²¹.

Assim mesmo, esteve, ainda que de maneira menos central, ou mais reservada, em todos os empreendimentos intelectuais oficiais do Rio Grande do Sul durante as décadas de 1910 e 1920. Se João Pinto da Silva, ele próprio, não chegou a ter publicações na Revista do Instituto Histórico, isso não significa que se eximiu do debate intelectual constituído na década de 1920. Além dos trabalhos de crítica e de história literária, nos quais mobiliza conceitos fundamentais para compreendermos a sua concepção de história do Rio Grande do Sul, no ano de 1930 ele publica, ainda, o volume *A Província de São Pedro*, uma interpretação histórica do Rio Grande. Essa transformação do seu interesse original, sobretudo pela literatura, para a história já no começo da década de 1930, pode ser entendida como fruto do aumento do prestígio da história, em função da ação do próprio Instituto Histórico e de sua revista ao longo da década de 1920: é ainda Jefferson Teles Martins que nos mostra como, mesmo aqueles intelectuais ligados ao Instituto que apresentavam interesse majoritário em literatura e crítica, migraram para a História entre o fim dos anos 1920 e o início dos anos 1930²². Uma vez mais, João Pinto da Silva seguia o caminho da ortodoxia.

Assim, se, como vimos, João Pinto da Silva constituía uma trajetória firmada na adoção das regras e práticas mais bem estabelecidas tanto em

²⁰ MARTINS, Jefferson Teles. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956). PUCRS, Porto Alegre, Tese de Doutorado, 2015. p. 99.

²¹ FERREIRA, Bruno Escalante. *“Ainda não é o Prata e já não é, tampouco, o Brasil”*: uma análise da escrita da história do Rio Grande do Sul de João Pinto da Silva. Unipampa. Trabalho de Conclusão de Curso. Jaguarão, 2016. p. 29.

²² MARTINS, Jefferson Teles. Op. Cit.

seu perfil político quanto em seu perfil historiográfico e literário, que possibilidades tinha ele de ser outra coisa que não ortodoxo, caso desejasse? Quais as chances ele tinha de poder escolher outros caminhos naquela conjuntura? Quais alternativas estavam disponíveis a ele, e, por conseguinte, a outros como ele, naquele contexto, a fim de formar sua própria arte ou sua própria concepção de história? Ou ainda, em outras palavras, qual o espaço de liberdade João Pinto da Silva possuía para escrever sua obra? Já afirmei, aqui, que uma das grandes dificuldades encontradas no tipo de pesquisa que realizo é a de preservar aos intelectuais aquilo que lhes é específico, sem lhes outorgar intenções – políticas – impossíveis de serem perscrutadas. Ao mesmo tempo, é inegável o papel político dos intelectuais que, inclusive, vem lhes definindo novos contornos na historiografia recente. Como conciliar a posição de intelectual que determinado indivíduo ocupa, sua produção escrita, com interesses ou circunstâncias políticas específicas? E como fazê-lo sem ocultar sujeitos e obras nos contextos mais abrangentes, como se tais contextos, por si só, fossem autoexplicativos?

No caso aqui analisado, temos João Pinto da Silva, autor de uma obra poética, crítica e histórica, e suas relações variáveis com o poder. Temos, por um lado, os percursos de sua trajetória, os caminhos identificáveis que atravessou deixando os registros de suas tomadas de posição. Mas não temos acesso às suas intenções, no sentido daquilo que ele queria, ou desejava, quando publicou suas obras ou quando se aproximou da esfera política. Seria absurdo, além do mais, atribuir a João Pinto da Silva a intenção de, por exemplo, promover a candidatura de Getúlio Vargas, mesmo que chegássemos à conclusão de que as posições que ocupava lhe permitiriam isso. Nesse ponto, cabe perguntar-nos o que podemos dizer da relação entre intelectuais e o poder, o que os vestígios escritos de suas vidas nos permitem afirmar. É nesse ponto, ainda, que devemos refletir sobre a noção de “intenção”, para utilizar um termo polêmico.

III

O contexto em que João Pinto da Silva migrou de Jaguarão para a capital do estado não era propício para a oposição às convenções históricas e literárias vigentes. No Rio Grande do Sul, a estética dominante durante a Primeira República era a do regionalismo literário, marcado, naquele momento, por uma perspectiva de construção de uma “idade do ouro” para o

Estado²³. Assim, os autores de teor regionalista dedicavam-se a constituir uma identidade social para o Rio Grande do Sul e seu povo, recorrendo a uma série de elementos históricos e à oralidade e às lendas populares²⁴. Em outro trabalho, demonstrei como um grupo de escritores da nova geração literária, que não estava interessado na estética regionalista, mas sim em uma escrita considerada mais “cosmopolita”, migrou para o Rio de Janeiro no começo do século XX a fim de se consolidar como parte dos grupos culturais da capital da República²⁵. As dificuldades estavam tanto na ordem da inserção dos novos escritores nos restritos lugares de consagração disponíveis no Rio Grande do Sul, quanto na adequação estética às convenções mais geralmente aceitas. É possível, portanto, que João Pinto da Silva não tenha tido as mesmas possibilidades de migrar para o Rio de Janeiro, caso essa fosse sua vontade, a julgar sobretudo pelo fato de que suas redes de relações de início de carreira eram bastante limitadas à sua cidade natal.

Se na primeira década do século XX coexistem mais de 20 casas editoras apenas na cidade de Porto Alegre, a maioria delas ligadas a jornais ou a livrarias, garantindo publicações variadas associadas a grupos diversos de escritores²⁶, esse quadro parece ir se transformando no decorrer da Primeira República. O grupo de escritores gaúchos mais consagrados, naquela primeira década, girava em torno do *Correio do Povo*, com publicações em diversas casas editoras²⁷. Em 1928, a situação já era outra bastante diferente. Segundo Jocelito Zalla, “a Globo respondeu naquele ano por quase 70% da produção gaúcha, em literatura, história, ciências, livros jurídicos e de administração: 21 de 31 novos títulos. Apenas mais três livros foram editados por outras empresas de Porto Alegre”²⁸. Ainda de acordo com esse

²³ LEITE, Lígia Chiappini Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Editora Ática, 1978; MURARI, Luciana. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 159-183, dez. 2010; ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015.

²⁴ MURARI, Luciana. Op. Cit.

²⁵ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Tudo é novo sob o sol: modernidade e trocas literárias entre Rio de Janeiro e Porto Alegre nas primeiras décadas da República*. Tese de doutorado, Campinas, 2013.

²⁶ Conforme levantamento realizado pela autora com base na coleção Júlio Petersen, da PU-CRS, e no compêndio biobibliográfico de Ari Martins. MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, 1978.

²⁷ SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Op. Cit. Ver principalmente o primeiro capítulo.

²⁸ ZALLA, Jocelito. Op. Cit. p. 315.

autor, é, sobretudo, após a Revolução Assisista de 1923 que o regionalismo ficcional torna-se hegemônico no Rio Grande do Sul, apesar das suas manifestações recorrentes em períodos anteriores²⁹. Conforme Jefferson Teles, por exemplo, entre 1925 e 1930 nenhum livro não rio-grandense foi publicado pela Globo³⁰. É na Seção de Obras e Edição da Livraria do Globo, criada em 1918 e administrada até 1930 por Mansueto Bernardi, que os jovens escritores e os consagrados passam a publicar sobretudo literatura de caráter regionalista. Para Zalla, é incontestável que a proposta editorial da Globo, nesse período, responde a interesses políticos, no sentido de se encarregar da “produção de símbolos comuns aos grupos antes em conflito”, sem esquecer da existência, além disso, de um público “disposto a consumir imagens da região, fornecidas pela ficção ou pela memória histórica oficial³¹”.

Assim, se o meio editorial local crescia, por um lado, com o crescimento da Livraria do Globo, por outro lado, ele também se restringia na medida em que a Globo criava um projeto editorial bastante objetivo e que atendia às expectativas políticas vigentes. O espaço que João Pinto da Silva possuía para publicação, portanto, oferecia poucas alternativas, estando elas vinculadas, majoritariamente, ao projeto regionalista da Globo. A literatura regionalista, porém, não constitui um todo homogêneo, e, apesar de compartilhar temáticas e problemas – o chamado “*check list* identitário³²” –, havia alguma margem para movimentação no interior de suas premissas. Essa margem, assim mesmo, era limitada, pois dependendo do teor das ideias defendidas, os temas referentes ao Rio Grande não bastavam para garantir a publicação pela Livraria do Globo, mesmo por parte de escritores já consagrados. Esse é o caso, por exemplo, de Roque Callage. Callage contestava a política republicana borgista e sua produção, de cunho majoritariamente regionalista (exceto pelas crônicas que publicava no *Diário de Notícias*), sempre encontrava as circunstâncias de demarcar tal oposição.³³ Assim mesmo, boa parte de sua obra, na década de 1920, foi publicada pela

²⁹ ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015. p. 315.

³⁰ MARTINS, Jefferson Teles. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo ‘campo’ intelectual rio-grandense na década de 1920*. p. 113.

³¹ ZALLA, Jocelito. Op. Cit. p. 315.

³² MURARI, Luciana. A construção da identidade social na literatura regionalista: o caso sul-rio-grandense. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 159-183, dez. 2010

³³ MURARI, Luciana. “O gênio tumultuário da raça”: guerra e política no discurso histórico-literário de Roque Callage. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n.1, p. 131-152, jan./jun. 2009.

Livraria do Globo – com exceção do livro *O drama das coxilhas*, sobre a Revolução Assisista, não por acaso publicado em São Paulo, pela editora Monteiro Lobato³⁴.

Além das possibilidades editoriais locais, a produção de caráter regional parece ter sido valorizada, a partir da segunda metade da década de 1920, para além das fronteiras do Rio Grande do Sul. Antes da *História Literária do Rio Grande do Sul*, de João Pinto da Silva, receber o prêmio de “erudição” na Academia Brasileira de Letras, o volume de contos *No Galpão*, de Darcy Azambuja, igualmente fora premiado em sua categoria pela mesma instituição³⁵, além de receber outras premiações alternativas³⁶. Se o caráter regional parece ter sido quase indiscutível naquele contexto, João Pinto da Silva poderia ainda ter liberdade para se deslocar entre gêneros diferentes, uma vez que o mercado editorial e o interesse do público parecem ter sido bastante abertos quanto a isso³⁷. Mesmo assim, quando o fez, também agiu por meio de escolhas ortodoxas, migrando para a história quando tal gênero já havia alcançado certa popularidade, e quando seus pares em geral faziam o mesmo. É difícil dizer, assim, se havia possibilidades reais de deslocamentos nos destinos mais comuns dos homens de letras daquele período, no Rio Grande do Sul. É preciso, nesse momento, recorrer a outras ferramentas, para além de identificar o contexto histórico imediato em que João Pinto da Silva produzia.

O historiador da arte Michael Baxandall argumenta que é possível buscar a “intencionalidade” nas obras de arte – nos “objetos” – muito mais do que nas pessoas, nos criadores dessas obras. Sua ideia de “intenção”, contudo, foge à clássica busca dos estados de espírito, desejos e perfis psicológicos dos autores, uma vez que não é possível ou interessante para o pesquisador resgatar tais facetas dos produtores das obras. Para ele, ainda que o autor tenha deixado escrito os motivos pelos quais realizou certo empreendimento, não necessariamente precisamos, enquanto pesquisadores, asseverar a opinião do autor a respeito de suas próprias realizações. Baxandall oferece, na verdade, uma estratégia para a análise das obras de arte, em

³⁴ MURARI, Luciana. “O gênio tumultuário da raça”: guerra e política no discurso histórico-literário de Roque Callage. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 131-152, jan./jun. 2009; ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015.

³⁵ ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015.

³⁶ A FEDERAÇÃO, “Livros”, 18/08/1925, p. 3.

³⁷ ZALLA, Jocelito. Op. Cit.

geral, ou seja, dos produtos da criação humana e artística, que leve em conta tanto as convenções e outros aspectos do contexto de produção das obras – como temos feito até agora – quanto as capacidades ou habilidades dos seus autores, abrangendo “a lógica interna da instituição ou das condutas que contribuíram para essa [uma dada] predisposição³⁸”. Assim, para ele, “a intenção não é um estado de espírito reconstituído, mas uma relação entre o objeto [no caso aqui estudado, o livro] e suas circunstâncias³⁹”. Seguir sua proposta nos auxilia a resguardar aquilo que é próprio de certo intelectual e de sua trajetória, na relação com seu contexto histórico mais imediato, sem recair em armadilhas de explicações pretensamente “psicológicas” ou “pessoalizadas” e “voluntaristas” para seus atos, ou ainda sem acreditar na “transcendência” da obra de arte ou do gênio de seu criador, mas sem também fazer desaparecer a trajetória estudada num contexto mais amplo, perdendo aquilo que o estudo de percursos individuais nos possibilita de mais caro: a perspectiva de encontrar os limites e as possibilidades de atuação, de agência, em dado período de tempo e em dado espaço geográfico. Não interessa, nesse sentido, vincular, de maneira simplista, livros a acontecimentos políticos, como se dizer apenas que determinada obra existe porque se insere em um contexto de campanha para uma candidatura presidencial ou qualquer que seja o contexto em questão, fosse suficiente para analisá-la ou compreendê-la. Tais procedimentos não são suficientes para fornecer uma explicação mais complexa das obras, de seus autores e, mesmo, do próprio contexto, que não é, em tal sorte de estudos, questionado ou testado. Nesse sentido, o que busco, aqui, são alternativas que nos permitam fugir da construção de estudos de trajetória que apenas acrescentem novos indivíduos às tramas já conhecidas da história, mas que, ao invés disso, efetivamente nos permitam observar outros aspectos do que já é sabido.

IV

Existem muitas formas de contar a história. Em primeiro lugar, não precisamos necessariamente contar a história de um lugar específico. A história pode ser contada partindo-se também das pessoas ou, como demonstraram alguns, da geografia, da própria natureza, de eventos particulares.

³⁸ BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 81

³⁹ BAXANDALL, Michael. Op. Cit. p. 81.

Não nos interessa, porém, enumerar todas as possibilidades de construção da narrativa histórica, o que nos interessa é assumir que a escolha por um ou outro caminho narrativo não é casual e fortuita, mas que ela responde a uma determinada *forma* de pensar o passado. A fim de compreender o papel político da publicação de sua obra, é preciso compreender de onde João Pinto da Silva parte. Nesse momento, deixemos João Pinto da Silva de lado e partamos para sua obra.

O livro *A Província de São Pedro* foi publicado no ano de 1930, quando João Pinto da Silva era já um intelectual consagrado em mais de um gênero narrativo. Apesar de ser um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, esse é seu primeiro escrito de caráter propriamente histórico conhecido, se desconsiderarmos sua *História Literária do Rio Grande do Sul*. O contexto da redação e edição de *A Província de São Pedro* se deu na iminência da campanha política presidencial, quando os ânimos em torno da candidatura de Getúlio Dornelles Vargas estavam mais acirrados. Apesar das implicações políticas que seu texto necessariamente apresentou, como, de resto, os escritos históricos costumam, por regra, apresentar, acredito que havia outras pretensões presentes nessa empreitada, pretensões mais condizentes com disputas propriamente intelectuais.

Para Jefferson Teles Martins, o contexto da década de 1920 no Rio Grande do Sul foi marcado pela tentativa, por parte dos intelectuais gaúchos, de construir seu próprio campo de atuação, firmando um espaço de características mais marcadamente intelectuais. Assim, para ele, a atuação política e ideológica desses agentes não seria um empecilho à constituição de uma identidade própria, mas sim um caminho necessário a ser trilhado na construção e fixação de tal identidade⁴⁰. Como crítico, João Pinto da Silva também se envolveu nas questões específicas da sua atividade, sendo capaz de identificar e de se engajar nas controvérsias que permeavam o espaço de produção do conhecimento histórico da sua época. Conforme Jocelito Zalla, o passado gaúcho, compartilhado tanto pela história quanto pela literatura, naquele momento necessariamente passava pelo tratamento de três temas: a) a gênese da sociedade gaúcha, notadamente seu passado fronteiriço; b) a natureza das relações sociais no campo; e c) a Revolução Farroupilha⁴¹. João

⁴⁰ MARTINS, Jefferson Martins. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo 'campo' intelectual rio-grandense na década de 1920*. p. 46.

⁴¹ ZALLA, Jocelito. O Rio Grande da Globo: temporalidades regionalistas e edição de livros (1924-1960). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 19, n. 3, p. 313-324, set./dez. 2015. p. 317.

Pinto da Silva, na escrita de sua interpretação da história do Rio Grande do Sul, não fugiu desses três eixos centrais, sustentando sua característica ortodoxa. Mas, mesmo se atendo a essas três temáticas principais, o modo como João Pinto da Silva construía seus argumentos era igualmente ortodoxo? Como eram os argumentos comuns à época para pensar esses três temas?

João Pinto da Silva admitia que a literatura e a história compartilhavam das mesmas funções cívicas: sendo a história uma “serva do patriotismo”, a literatura era, igualmente, um agente da pátria. Também parecia aceitar, contudo, a relatividade da verdade histórica e, nesse sentido, toda a orientação didática que certo literato ou historiador atribuísse ao seu trabalho poderia ser contestada, mais dia menos dia, com outra tese, com novos argumentos. Assim foi que ele próprio parecia estar revendo alguns dos argumentos vigentes na época para explicar as três mais importantes questões dos historiadores gaúchos. Dois anos antes da publicação de *A Província de São Pedro*, era publicada a obra *A Formação do Rio Grande do Sul*, de Jorge Salis Goulart, sendo o autor, então, admitido como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁴². Jefferson Teles Martins já apontou para a polarização de ideias entre os dois historiadores, mas cabe ainda explorar um pouco mais as circunstâncias dessa polarização. É conveniente observar, contudo, a grande vitalidade da obra de Salis Goulart que, mesmo 27 anos após sua publicação ainda merecia reconhecimento como uma das mais importantes explicações do Rio Grande do Sul⁴³.

Para João Pinto da Silva, o Rio Grande como um todo seria uma grande fronteira: uma fronteira entre o Brasil e o Prata; fronteira zoológica, apresentando uma fauna de “transição” entre aquela encontrada no Brasil e aquela do Prata; apresentaria uma “dualidade meteorológica”, ficando localizado entre dois climas (o que traria, segundo ele, grande vigor e saúde aos habitantes do estado); entre outras coisas. Assim, a fronteira, como em geral os historiadores costumavam notar naquele período, constituía o modo como o Rio Grande do Sul, sua história e seus habitantes, haviam se conformado. Além da relevância da fronteira física, climática, geográfica, a fronteira também era considerada fundamental para a formação histórica do Rio Grande enquanto fronteira política. Por isso a grande ênfase delega-

⁴² MARTINS, Jefferson Martins. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart*: uma incursão pelo ‘campo’ intelectual rio-grandense na década de 1920. p. 110.

⁴³ Idem. *Ibidem*. p. 124.

da ao espírito militar, o que também era bastante compartilhado por seus contemporâneos⁴⁴.

Contudo, a proximidade com o Prata não era vista com otimismo, mas como um ambiente que oferecia um contraponto ao Brasil, um modelo negativo do qual o Rio Grande do Sul sempre se servia. Era observando as experiências do Uruguai e da Argentina que o habitante do Rio Grande, o gaúcho, observava as desvantagens do caudilhismo e percebia a importância da manutenção da unidade política. A construção dos argumentos de João Pinto da Silva, em geral, se dá em uma relação de causalidade com os acontecimentos do Prata, conformando um estranho paralelismo de oposição. Há, contudo, dois de seus argumentos que eu gostaria de analisar com mais vagar, e em relação aos argumentos de Jorge Salis Goulart: a formação étnica do Rio Grande do Sul e as origens da democracia rio-grandense. Ambos são temas partilhados por boa parte dos contemporâneos, indispensáveis em qualquer análise sobre a história regional naquele contexto, mas, como veremos, podiam apresentar perspectivas bastante divergentes.

Para João Pinto da Silva, assim como para muitos dos historiadores de sua época, o elemento indígena teve pouca importância na composição étnica do estado, o que teria, para ele, se revelado um bem, uma vez que no Uruguai e na Argentina tal “mescla” teria se vincado no “caráter” da população. O que nele se diferencia de outros historiadores de seu tempo, como é o caso de Jorge Salis Goulart, é a pequena dimensão atribuída ao elemento açoriano na composição do gaúcho. Muito embora admita a presença do português como de grande importância, esse português não seria o ilhéu, mas o “soldado”, o português engajado na defesa da fronteira. O açoriano, para Silva, teria sido pouco numeroso e sua área de disseminação, muito pequena. O português ocupado em defender a fronteira, por outro lado, teria apresentado um contato maior e mais profundo, no tempo, no espaço e na variedade, com a população em geral. Assim, Silva vincula seu argumento da centralidade militar no Rio Grande do Sul àquele da ocupação do território e da formação do povo. A centralidade militar ainda aparecia em outro de seus argumentos: as bases da democracia rio-grandense.

⁴⁴ MURARI, Luciana. “O gênio tumultuário da raça”: guerra e política no discurso histórico-literário de Roque Callage. *Letras*, Santa Maria, v. 19, n.1, p. 131-152, jan./jun. 2009; MARTINS, Jefferson Martins. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo ‘campo’ intelectual rio-grandense na década de 1920.*

Para João Pinto da Silva, as estâncias teriam sido as primeiras articulações do Rio Grande do Sul, o início de sua existência coletiva. Porém, ao contrário de seus contemporâneos, Silva não atribui à estância o “primeiro passo” para a democracia rio-grandense. Em Salis Goulart, por exemplo, a estância aparece como o lugar, por excelência, da constituição de tal democracia, uma vez que ali peões e patrões viveriam em comunidade.⁴⁵ Para Silva, ao contrário, ali teria sido o começo da aristocracia: “A característica inicial da aristocracia é, com efeito, a posse do solo. A propriedade imobiliária, por si só, confere certa hegemonia automática. A base da ascendência de uma classe sobre as outras, é a riqueza⁴⁶”.

Ao fundamentar seu argumento, Silva se utiliza, entre outras estratégias retóricas, da referência ao debate historiográfico então vigente, lembrando que tanto Salis Goulart quanto Alcides Lima propunham interpretação bastante distinta da sua. Ou seja, é em referência a esses debates que João Pinto da Silva se coloca em sua escrita, na qual, aliás, demonstrava uma perspectiva nada inocente quanto à vida na estância:

As estâncias não foram, nunca, entre nós, baluartes da democracia, mas reviviscências do feudalismo. Elas eram o latifúndio, que exige pendor para o mando, o exercício da autoridade, sobre os que dele dependem ou a ele se ligam, dentro ou à margem da lei, por mera cobiça ou instinto de conservação. A indisciplina daquela fase elementar impunha aos recentes proprietários da terra a aplicação de métodos enérgicos. Sabe-se que eles os empregaram e como os empregaram. Cada fazenda era um Estado no Estado. O estancieiro foi um centro de convergência, um condensador das queixas e aspirações dos grupos locais. Era, por isso, o leader nato dos proletários, junto ao governo, armando-os muita vez, ora contra este, ora a favor, para a defesa sua, deles ou da Pátria. A sua influência era a soma das dedicações pessoais com que contava, por simpatia, por temor, pelas relações de parentesco, por gratidão, ou por simples dependência de interesses⁴⁷.

Assim, se João Pinto da Silva se mantinha como um intelectual ortodoxo em toda a sua trajetória, aproximando-se de diversas posições convenientes do poder político e participando do mesmo ambiente ideológico

⁴⁵ MARTINS, Jefferson Martins. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart*: uma incursão pelo ‘campo’ intelectual rio-grandense na década de 1920. p. 128.

⁴⁶ SILVA, João Pinto da. *A Província de São Pedro*: interpretação da história do Rio Grande. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. p. 78.

⁴⁷ SILVA, João Pinto da. *A Província de São Pedro*: interpretação da história do Rio Grande. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930. p. 80.

que antecipava o pleito do qual participaria Vargas, quando se engajava na atividade intelectual também estava respondendo a alguns interesses que eram próprios do espaço intelectual de produção e, muitas vezes, podia manifestar posições, no interior desse espaço, mais heterodoxas. Embora, no todo, os debates intelectuais constituíssem um “clima” ideológico peculiar, quando analisamos tais debates mais de perto constatamos as diferenças internas entre seus autores e, conseqüentemente, aquilo que era específico ao jogo dos intelectuais. Nesse sentido, é preciso reafirmar, constantemente, tanto a necessidade de nos mantermos atentos às questões e interesses específicos da área de atuação dos indivíduos que estudamos, mesmo quando tais questões e interesses não nos parecem tão visíveis ou definidos (sob pena de submetermos tudo ao político), quanto preservar os protocolos específicos do objeto e das fontes com que trabalhamos, que em muitos casos necessitam abordagens distintas.

Apontamentos sobre a trajetória política de Alberto Pasqualini: da Faculdade de Direito ao Partido Libertador (1928-1937)

Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Introdução

Teórico e doutrinador do trabalhismo. Foram essas, provavelmente, as principais identificações, e, sem dúvida, as mais conhecidas atribuídas a Alberto Pasqualini. Nos jornais que trataram de informar a sua morte, ocorrida em junho de 1960, os reiterados epítetos do teórico e do doutrinador tornaram-se praticamente unanimidade. Diferente dos políticos ou, até mesmo, acima deles, Pasqualini seria aquele que via os problemas pela sua “face concreta” e, portanto, distanciado dos conchavos, acomodações e acordos propriamente políticos. Ligando, assim, a teoria ao teórico e a doutrina ao doutrinador, essas alusões ganharam centralidade em muitas publicações nos jornais nos dias que se seguiram da sua morte e continuaram, sob outras modalidades, nas pesquisas de cunho historiográfico que se detiveram ao estudo de sua atuação.

As alusões da imprensa da época podem ser entendidas, em grande parte, como uma síntese da imagem *fetichizada* de um personagem que esteve “ligado à biblioteca e ao conhecimento”, “aos livros e às ideias” e que apareceu frequentemente confrontada com outra imagem: a do político ligado aos pactos de ocasião, preocupado somente em garantir eleições ou cujos interesses não iriam além de uma mobilização meramente político-partidária¹. “Desinteressado” pelo poder, Pasqualini não seria propria-

¹ Tendo em vista o papel dos jornais enquanto atores políticos é interessante ao menos apontar algumas considerações sobre o contexto no qual ocorreu a morte de Pasqualini: as eleições de 1960 mobilizaram os diferentes espectros político-partidários da época. O jogo político de disputa se agudizava na medida em que os candidatos, os seus adversários e os seus aliados, tornaram-se “vozes” importantes nas páginas dos jornais. No pleito realizado em 1960, João Goulart, além de então vice-presidente eleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) em 1955 com Juscelino Kubitschek, lançava-se novamente candidato a vice-presidente na chapa do Marechal Henrique Teixeira Lott do PSD (Partido Social Democrático). Tendo em vista que a

mente um político; suas funções seriam, ao contrário, restritas, seletas, reservadas e muito mais prodigiosas, próprias de um “teórico e doutrinador” e, portanto, “diferente” ou mesmo “acima” do político.

Essa associação que marcou fortemente a imagem pública de Alberto Pasqualini ganhou certo destaque também nos textos de caráter histórico-historiográfico que se detiveram, de algum modo, ao estudo da sua atuação. Deve-se dizer, na verdade, que a noção de “doutrinador” ganhou reforço a partir do arcabouço teórico-conceitual das ciências políticas, ainda muito influenciadas pelos “grandes modelos de interpretação”, e que se dedicaram a estudar o período da atuação de Pasqualini, embora não o tivessem como foco principal de suas análises. Nesses trabalhos de pesquisa, a imagem de “sábio doutrinador” e de “desinteressado pelo poder”, já bastante sedimentada na imprensa, foi reforçada pelo incremento do conceito de *intelectual*, postulado por meio de referências de uma literatura política de tendência gramsciana².

O objetivo central do texto que segue é contribuir para uma problematização da trajetória de Alberto Pasqualini explorando sua dimensão

Constituição de 1946 permitia o voto em separado para vice e para presidente, os jornais inimigos de Juscelino ou que desconfiavam de João Goulart não deixariam de emitir opiniões a respeito no conteúdo de seus editoriais. É interessante notar que a notícia da morte de Alberto Pasqualini foi frequentemente politizada dentro desse cenário e rótulos como os de “doutrinador” e “teórico” foram confrontados, positivamente, com o “político”, representando, neste caso, elementos negativos associados à figura política de João Goulart. As noções de teoria e doutrina, associadas a Pasqualini apareceram enquanto sinônimos de “coerência” e de “ordem” ao contrário da “política” e dos “políticos” que seriam ou estariam apenas em “fruto de acordo de ocasião”. Acerca dessas informações ver: *Última Hora*, 4 de junho de 1960, p.1; *Jornal do Brasil*, 4 de junho de 1960, p.2; *Correio do Povo*, 5 de junho de 1960, p.8 e *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1960, p.1.

² Foram trabalhos de pesquisa pioneiros e expoentes de um contexto as produções de: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989; BODEA, Miguel. *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. Nas duas produções o Partido Trabalhista Brasileiro teria passado por duas fases distintas: a primeira, vinculada ao getulismo e a segunda ao reformismo. No texto de Delgado (1989), uma vez passada a “fase” do getulismo, as lideranças reformistas aparecem como mais “autênticas” que os políticos dos primeiros tempos do PTB que só desejavam o poder; Nas considerações de Bodea (1992), essa “autenticidade” é “regionalizada” na seção estadual do “PTB gaúcho”, onde as lideranças que se configuraram como “autênticas”, “fortes”, “coesas”, são todas provenientes do estado do Rio Grande do Sul. Ainda em Bodea, a atuação de Pasqualini aparece como oposta ao “pragmatismo” que caracterizaria a atuação de Getúlio Vargas, por exemplo. Embora não tenha sido o foco de suas análises, tanto em Bodea quanto em Delgado, Pasqualini aparece entendido a partir da sua dimensão enquanto “ideólogo” ou “intelectual” por meio de uma leitura gramsciana do período estudado, surgindo enquanto um dos elementos que diferenciaria as “duas fases” do PTB, indo em direção às “bandeiras reformistas” ou que diferenciaria os tipos de liderança exercidos por Pasqualini e Vargas.

eminentemente política, sem deixar de considerar, no entanto, a imagem pública de ideólogo, doutrinador e pensador, surgida, de modo mais intensificado, depois de sua atuação no PTB. Para isso, traçam-se apontamentos em relação a momentos ainda muito pouco estudados de sua trajetória, anteriores a 1945-46 quando do surgimento dos “partidos políticos nacionais”: i) a sua ligação com a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, no final dos anos 1920; ii) o seu ingresso e atuação no PL (Partido Libertador), agremiação de caráter regional do estado do Rio Grande do Sul, bem como seus envolvimento político-partidários com as principais lideranças da época. Espera-se, assim, compreender a atuação de Pasqualini além de seu conhecido percurso no PTB, fornecendo alguns subsídios para se pensar o processo de construção de sua persona pública vinculadas às identificações de “teórico” e “doutrinador”³. Sua ligação com a Faculdade Livre de Direito comportou os percursos tanto de aluno quanto de professor; sua atuação no PL foi tanto de oposição direta como indireta em relação a outras lideranças e partidos políticos importantes da época. Ambos os percursos, do campo acadêmico e do campo político-partidário, mantiveram estreita relação, já que Pasqualini procurou converter os dividendos simbólicos de sua ligação com a Faculdade de Direito para se inserir no terreno político da época⁴.

³ Recentemente, foram publicados outros estudos e interpretações sobre a trajetória de Alberto Pasqualini: SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: trajetória política e pensamento trabalhista*. Tese de Doutorado. Niterói: Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2012; ANGELI, Douglas Souza. Eleições, partidos e ideias. In: *Anais do XIII Encontro Estadual de História*, ANPUH-RS. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Santa Cruz do Sul-RS, 2016; ANGELI, Douglas Souza. O candidato do povo: imagem, mobilização e popularidade nas campanhas eleitorais de Alberto Pasqualini (1947-1954). In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História: contra os preconceitos, história e democracia*. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017. As produções de Angeli (2016, 2017) têm procurado salientar a dimensão propriamente política de Alberto Pasqualini, discutindo o contexto no qual se deram suas campanhas a governador do estado do Rio Grande do Sul nos pleitos que foram realizados em 1947 e 1954, elementos até então pouco explorados pela historiografia em relação ao personagem.

⁴ Pensar esses momentos da trajetória política inicial de Alberto Pasqualini pode significar problematizar e redimensionar o escopo de análise historiográfica acerca de sua persona pública, compreendendo as continuidades e descontinuidades, as rupturas e as permanências em sua trajetória formada por elementos justapostos, de uma ativa e intrínseca ligação com contextos sociais e políticos específicos que marcaram fortemente os anos 1920-30. Sobre o conceito de trajetória ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996; Sobre as práticas sociais individuais como atividade sintética de relação ativa com o contexto social compreendendo a vida como uma prática que se apropria das relações sociais ver: FERRAROTTI, Franco. *Iparadossedel sacro*. Roma: Laterza, 1983; Sobre as noções de capital social ver: BOUR-

A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre

Pensar o papel determinante da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre na trajetória política de Alberto Pasqualini e na construção de sua persona pública significa também considerar a centralidade desta instituição na formação acadêmica daqueles que integrariam grupos político-partidários, bem como os quadros burocráticos estatais nos anos subsequentes⁵. O papel admitido pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre insere-se, dentro de um ponto de vista mais amplo, na influência que as instituições de ensino jurídico e seus agentes tiveram nos rumos da história política brasileira durante boa parte dos séculos XIX e XX. Os cursos de formação jurídica tiveram centralidade não somente por fornecer o pessoal que viria a integrar os quadros dirigentes do Estado, mas também por formar as futuras lideranças político-partidárias.

A importância da formação jurídica para o alcance de posições de evidência na sociedade brasileira foi tematizada por alguns pesquisadores: desde os estudos sobre o próprio processo de estruturação dos quadros burocráticos do Estado, que nascia depois da independência política, aspecto comum do teor das discussões na época da instalação das Faculdades entre os séculos XIX e XX; até interpretações acerca da influência do cotidiano escolar na formação dos egressos, além do engajamento político-partidário de alunos e professores⁶. Se a instalação das primeiras escolas de ensino

DIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989; Sobre os pressupostos para pensar as ligações e possibilidades entre o campo acadêmico e político no Brasil: CORADINI, Odaci Luiz. A formação da elite médica no Brasil e seu recrutamento: confronto com o caso francês. In: *Cadernos de ciência política (série pré-edições)*. Porto Alegre: UFRGS-Programa de Pós-graduação em ciência política, n.11, 1998.

⁵ As proposições desta primeira parte do conteúdo que segue decorrem de considerações preliminares e parcialmente desenvolvidas anteriormente em: ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Alberto Pasqualini e a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre: algumas considerações de pesquisa. *Historiae*. Rio Grande. n.7, vol.2, 2016. p.161-190, de onde tornou-se um contributo central o estudo realizado por GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907"*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1998.

⁶ Além das análises desenvolvidas por José Murilo de Carvalho (1996) sobre a construção da elite imperial no Brasil do século XIX e o seu papel na viabilização da estruturação do Estado em seu corpo burocrático, estudos como o de Sérgio Adorno (1988) destaca-se por problematizar como se deu, efetivamente, a formação jurídica nas escolas de direito. No caso específico da Faculdade de São Paulo, o critério que mediou as relações “no interior daquela instituição” (o próprio cotidiano escolar) foi mais a “militância política” onde a ação política deveria ser orientada por “critérios intelectuais”. Na imprensa veiculavam-se “grandes modelos de pensamento” que conferiam forma à prática política de defender ou de atacar. Essas instituições se tornaram uma “escola de costumes”, pois tratou de disciplinar “o pensamento no sentido de

superior no Brasil teve relação com as movimentações do quadro político do processo de independência; na república, a expansão do ensino superior também se alinhava ao quadro de disputas entre os estados inseridos no jogo político federativo. A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre insere-se nesse mesmo contexto⁷. Os objetivos seriam semelhantes aos que levaram as elites do período da independência a fundarem as primeiras escolas de direito: formar lideranças e pessoal apto para as funções públicas e “preparados” para ocupar posições no quadro político-partidário. Nesse aspecto vale salientar que a Constituição estadual do Rio Grande do Sul, de 1891, contemplava a liberdade do exercício profissional, ou seja, os diplomas não eram totalmente imprescindíveis para atuação profissional. A simples escolha por uma “carreira profissional” não explica, por si só, o acesso e frequência às instituições de ensino superior da época⁸.

permitir pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais”. Sobre a constituição da elite imperial ver: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume-Dumará, 1996. p. 72-74. Sobre as relações entre as escolas de direito e a política partidária ver especialmente: ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 154-155. Sobre o engajamento político-partidário de professores nas escolas de Recife e São Paulo ver: SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. *Bacharéis na política e a política dos bacharéis*. São Paulo (tese de doutorado) p. 99.

⁷ A instalação das escolas de ensino superior no Brasil esteve profundamente ligada ao contexto político de rompimento com a metrópole. Durante o período colonial a ação da metrópole era deliberadamente centralizadora na formação acadêmica dos quadros burocráticos que atuavam no Brasil, restrito aos egressos da Faculdade de Coimbra; com a independência política em relação a Portugal, consolidada em 1822, iniciou-se a criação daquelas que se tornariam, ao longo do século XIX, os principais centros de formação de bacharéis em direito: a Faculdade de Direito de Olinda – que posteriormente foi transferida para Recife – e a Faculdade de Direito de São Paulo. Sobre isso ver: VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 40-45. Sobre a instalação das faculdades durante o regime republicano e a questão da disputa no jogo político federativo, incluindo o papel de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, bem como do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) consultar especificamente as considerações de: GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política-partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005. p.81-88.

⁸ Não parece coincidência, neste caso, que Alberto Pasqualini tenha se filiado ao Partido Libertador (PL) na iminência de sua formatura no curso de bacharel em direito e que tenha se lançado, apenas alguns anos depois, ao primeiro cargo político que concorreu: deputado federal no pleito realizado em 1934. Embora não tenha sido eleito, tendo ficado apenas como suplente, é interessante notar que, já na sua primeira disputa eleitoral, Pasqualini tenha se lançado no jogo político nacional, em cargo mais prestigioso do que outros, como o de vereador, por exemplo. É interessante ainda notar que o fato aparentemente banal de que os políticos tendem a atribuir pesos diferenciados aos cargos que podem vir a ocupar, optando muitas vezes por aqueles que consideram mais importantes ou prestigiosos, tem sido pouco analisado pela ciência política. Sobre isso considerar especificamente: MIGUEL, Luis Felipe. *Capital político e*

Quando analisada de modo mais específico, a ligação entre Alberto Pasqualini e a Faculdade de Direito de Porto Alegre comporta dois momentos principais: o primeiro, enquanto egresso laureado da turma de formandos de 1928; o segundo, como professor de disciplinas do curso de direito entre 1934 e 1935. Esses dois momentos, além de intercalados pelo sua inserção no jogo político partidário, com o seu ingresso no PL do estado do Rio Grande do Sul e sua candidatura no pleito de 1934 para deputado federal, mantêm relação entre si, já que a sua admissão como docente foi justificada com o fato de Pasqualini ter sido egresso laureado.

Pasqualini formou-se com distinção no curso de bacharel em direito em 1928, embora a cerimônia de formatura tenha ocorrido apenas em abril de 1929. Recebera uma espécie de “prêmio de honra ao mérito”, distinção que era concedida ao aluno que finalizava seu percurso acadêmico de alguma forma entendido superior ou diferenciado dos demais. A outorga da láurea acadêmica foi uma prática que se configurou no Brasil junto da instalação das primeiras faculdades de direito. Desde o século XIX, era destinada uma sala especial nas “academias” de direito, chamada de “Panteão” ou “Panteon acadêmico” – em referência ao Panteon Romano – onde ficavam expostos e emoldurados os retratos dos alunos que satisfaziam as exigências regimentais para obtenção da distinção⁹.

As informações acerca dos possíveis motivos da láurea acadêmica concedida a Alberto Pasqualini são desconstruídas, mas podem fornecer pistas. Dois de seus colegas relataram alguns traços do percurso de Alberto Pasqualini como estudante do curso de bacharel em direito. Os relatos permitem, senão chegar a conclusões definitivas, pelo menos depreender que a concessão da sua láurea não esteve ligada apenas à obtenção de notas superiores aos demais alunos, como se poderia inicialmente pensar. Flores Soares, um dos seus colegas de turma, relatou que a distinção concedida a Al-

carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n.29, jun. 2003, p.115-134. Sobre esses e outros traços biográficos da vida pública de Alberto Pasqualini e sua candidatura a deputado federal, consultar: DUTRA, Milton. *O trabalhismo de Alberto Pasqualini*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

⁹ A sala do “Panteão” da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre foi “inaugurada” com o retrato do primeiro egresso laureado: Joaquim Maurício Cardoso, no dia 12 de dezembro de 1908. É interessante salientar que não necessariamente a outorga da láurea tinha relação somente com a obtenção de “notas distintas”. Os critérios eram os mais variados, desde dados objetivos como a presença de “no mínimo dois terços das disciplinas” a noções de caráter mais subjetivo como a de que o formando possuísse “conduta irreprimível”. Sobre isso e, especificamente, sobre as normas para a concessão da láurea ver: SANTOS, João Pedro. *A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua História*. Porto Alegre: Síntese, 2000. p.145.

berto Pasqualini tinha relação com as suas frequentes “demonstrações de erudição”. Conforme Flores Soares, também os exames de Pasqualini foram considerados, por professores e colegas, “verdadeiros tratados”¹⁰. Outro colega de turma, Eloy José da Rocha, relatou queteria sido em função de Alberto Pasqualini ter tentado conciliar os estudos com as atividades de professor em cursos secundários noturnos, o motivo de seus atrasos frequentes para o horário das aulas, obrigando-o a prestar uma prova denominada de “exame de segunda época”. No que diz respeito especialmente ao que se chamou de “demonstrações de erudição”, em relação aos acadêmicos que concluíam o curso da Faculdade de Direito de Porto Alegre, João Neves da Fontoura, também ele um dos egressos que recebeu a láurea na turma de 1909, observou em suas *Memórias* que os estudantes compartilhariam, na época, de uma espécie de “sede de notoriedade” estimulada pela “prática oratória”: desejo que tinham de saciar-se nas fontes de oratória, muito mais recheada de palavras do que ideias”. Assim, tanto a “prática oratória” quanto os “duelos” não se caracterizariam somente enquanto um meio de se discutir “ideias”, mas também como uma forma considerada mais “elegante” de “vencer” o adversário¹¹. Ao longo de seu percurso acadêmico como estudante de direito, Pasqualini conquistou determinada notoriedade, seja por meio do valor atribuído ao conteúdo de seus escritos, possivelmente realizados em exames ou provas de “segunda época”, como também pela “elegância” com a qual “vencia” seus “adversários” nos chamados “duelos oratórios”. A questão dos prêmios e mesmo o estímulo à competição, além da centralidade dada pelos memorialistas para a questão das láureas e prêmios, demonstra, na verdade, a ideia de que a partir daquela instituição, se pretendia formar aqueles que fariam parte da “elite”¹².

¹⁰ Na época dessa declaração, realizada durante o pronunciamento em plenário, Flores Soares, egresso da turma de 1928 e ex-colega de Pasqualini, já era deputado federal eleito em 1960 pela UDN (União Democrática Nacional). Sobre isso ver: FLORES SOARES, *Diário do Congresso Nacional*. Rio de Janeiro: 5 de junho de 1964. p. 43-44.

¹¹ FONTOURA, João Neves da. *Memórias*: Borges de Medeiros e seu tempo. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 68-69.

¹² É interessante salientar que os memorialistas da Faculdade de Direito reservaram capítulos específicos somente para tratar dos prêmios concedidos a alunos e professores, bem como do prestígio e do significado assumido por esses prêmios. Além disso, relatam que “nem sempre” a distinção da láurea possuía relação direta com o alcance do “número de notas para aquela honraria”. Além das láureas acadêmicas, outros prêmios também foram instituídos e conferidos aos alunos que “se distinguiram” nos “estudos acadêmicos”. A relação estabelece tanto motivações de caráter propriamente acadêmico, quanto político, incluindo a participação de dirigentes municipais, por exemplo: i) o Prêmio Alcides Cruz, uma medalha de ouro e de um diploma de pergaminho que destinava-se ao aluno do quinto ano que, no decorrer do ano

Além da honraria de distinção, pela ocasião de sua cerimônia de formatura, Alberto Pasqualini foi também o orador da turma, realizando um discurso que sintetiza, em grande parte, o incremento à ideia de que o direito era muito mais um instrumento de ação política do que uma profissão estritamente técnica relacionada tão somente às atividades do advogado ou mesmo às do jurista, como elaborador teórico de “doutrinas”:

Senhores:

Em todas as ciências e em todas as artes, disse Aristóteles, o objetivo formal é a consecução de um bem, e o maior de todos os bens encontra-se na ciência mais elevada. A ciência mais elevada, a ciência *scientiarum*, era, para o filósofo, a política que hoje denominamos sociologia ou ciência social, e acrescentava que o bem se colima em política é a justiça e que a justiça é a unidade geral. [...] Vós podereis deslocar o eixo da sociedade. Tendes uma alavanca poderosa que é o pensamento e um ponto seguro de apoio que é a ciência. E se assim fizerdes, e se assim fizermos, haveremos de exultar um dia, porque, senhores, a natureza nos fez de tal maneira que só nos podere-mos sentir felizes quando tivermos cumprido o nosso dever.¹³

O discurso de formatura pronunciado por Pasqualini procurava ressaltar, dentre outros aspectos, que a “ciência” era o “porto seguro” do pensamento e da ação política. Esses trechos específicos sintetizam, em boa medida, uma determinada apropriação das relações sociais que se estabeleceram nas faculdades de direito no Brasil desde a independência política, no período imperial, e que ganharam novo fôlego, embora sob roupagens diversas, também ao longo do período republicano e, sobretudo, em meados de 1920-1930.

O diploma de bacharel em direito ao lado da láurea acadêmica recebida fariam da figura de Pasqualini uma espécie de “distinto entre os distin-

letivo, apresentasse por escrito o melhor trabalho original versando sobre Direito Administrativo ou Ciência da Administração. Érico Ithamar Baumgarten, da turma de 1936, e Geraldo Octávio Brochado da Rocha, da turma de 1937, foram os únicos bacharelandos que conquistaram o prêmio; ii) o Prêmio André da Rocha, para o melhor trabalho de Direito Comercial; iii) o Prêmio Sepúlveda, conferido aos alunos das escolas superiores de Porto Alegre que elaborassem trabalho original sobre o Direito Municipal. O prêmio era representado por uma medalha de ouro e por um pergaminho assinado pelo prefeito e presidente da Câmara de Vereadores, sem sessão solene. Sobre isso ver especificamente: SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre: subsídios para sua História*. Porto Alegre: Síntese: 2000, p.153; RODRIGUES TILL, *História da Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-2000)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2000.

¹³ PASQUALINI, Alberto. Discurso aos formandos da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Pronunciado no São Nobre da Faculdade de Direito. Originalmente publicado no *Correio do Povo* em 21 de abril de 1929.

tos”. Era um dividendo simbólico que foi transformado em dividendo político pelo próprio Pasqualini e pelos litigantes de seu espólio político¹⁴.

Se a possibilidade de obter o diploma de bacharel em direito, mais do que apenas restrito à profissionalização, se configurava acentuadamente na aquisição de prestígio para atuar nas esferas de poder na sociedade, Pasqualiniobtinha, ainda por cima, a distinção da láurea, tornando-se, portanto, detentor de um capital político delegado pela instituição na qual concluíra o curso de bacharel em direito. Em um intervalo de vinte anos, todos os distintos, no total de dez alunos, entre 1908 e 1937, exerceram funções no serviço público. A maior parte deles, cerca de dois terços, exerceu cargos eletivos, desde deputado estadual e federal, senador, prefeito e vice-prefeito. Além disso, pelo menos sete deles, dos dez laureados até 1937, exerceu atividades docentes na mesma instituição em que concluiu seu curso. Pasqualini foi também um desses docentes, exercendo atividades entre 1934 e 1935¹⁵.

Desde a sua criação, a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre teve, em seu corpo docente, nomes que haviam ocupado cargos públicos, muitos em relação a cargos político-partidários. Assim, o exercício de atividades de docência na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre não deixava de ser também uma atividade que poderia se transformar em capital simbólico: um meio de exercer mais uma atividade considerada de “prestígio social” e o aumento considerável das possibilidades de obter mais um “título”, ou seja, mais um espaço de “consagração social” e de ampliação

¹⁴ O capital de notoriedade pode, ou não, ser convertido em capital político. Não é o agente que detém o capital político, mas sim a instituição a qual o agente está de alguma forma ligado. Assim, a concessão da láurea a Alberto Pasqualini, bem como o fato de ter sido orador da turma em um evento prestigioso, noticiado pela imprensa, contribuíram para a conversão ou o aumento considerável de capital político. O seu discurso foi publicado na íntegra pelo jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre e a cerimônia de colação de grau foi descrita como um evento prestigiado pelas elites políticas locais e estaduais. A força simbólica desse episódio na trajetória de Pasqualini pode ser medida, dentre outros fatores, pelo fato de que os litigantes de seu espólio político frequentemente se utilizaram do conteúdo de seu discurso de formatura para associar Alberto Pasqualini às identificações de “teórico” e “doutrinador” compreendidas enquanto sinônimos de “coesão”, “coerência” e “força”. Pedro Simon, Tarso Genro e Miguel Bodea, por exemplo, são considerados alguns dos atores mais interessados no espólio político de Alberto Pasqualini, conforme o trabalho de pesquisa desenvolvido por: GRILL, Igor Gastal. Bases sociais e intérpretes da tradição trabalhista no Rio Grande do Sul. In: *DADOS, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 48, n. 3, 2005. p. 525-557. Acrescenta-se à lista, embora menos conhecido, o livro de Milton Dutra publicado já no final dos anos 1980. Sobre isso consultar: DUTRA, Milton. *O trabalhismo de Pasqualini*. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

¹⁵ Os dados foram catalogados a partir dos capítulos que memorialistas reservaram em especificamente para relatar sobre os prêmios concedidos pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Sobre isso ver: SANTOS, Op.Cit. RODRIGUES TILL, Op.cit.

de capital de notoriedade que poderia ser convertido ou vir como suplemento do capital político já obtido, granjeado ou acumulado. Ou seja, as retribuições e ganhos simbólicos poderiam ser acumulados pelos professores ligados à Faculdade de Direito para serem convertidos no jogo político-partidário e, ao mesmo tempo, no próprio desempenho das atividades profissionais de advogado, que poderia se tornar ainda mais economicamente rentável em função justamente do dividendo simbólico associado¹⁶.

Alberto Pasqualini ingressou no quadro permanente de professores da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em meio às mudanças e alterações dos estatutos que regiam a contratação de professores na instituição. Grande parte dessas modificações vinha das reformas de Francisco Campos, em 1931, que reorganizavam o Estatuto das Universidades Brasileiras e dispunham sobre o ensino superior, tendo como referência a Universidade do Rio de Janeiro que deveria servir de modelo para as outras instituições do país.

Desde 1933, os professores puderam, oficialmente, ter disciplinas, independente da realização de concurso. Com fundamento no decreto de 1931, a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre iniciava o processo de contratação de professores sem concurso, embora essa prática já ocorresse antes do decreto, que só fez normatizá-la:

A congregação da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, tendo em consideração:

- 1.º) Que existem diversas vagas no corpo docente, e muito convém preenche-las a fim de regularizar o serviço de aulas e o próprio funcionamento da Congregação dos lentes; e mais
- 2.º) Que o decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, permite no artigo 56, que, independente de concurso, e por dois terços de votos da Congregação, seja nomeado professor catedrático, profissional insigne, autor de obra doutrinária ou inventor de descoberta de alta relevância; e, ainda
- 3.º) Que, anunciado concurso para as diversas cadeiras, atualmente vagas, ninguém se inscreveu para as provas de capacidade; e, por último
- 4.º) Que existem nesta cidade, bem conhecidos da Congregação, profissionais de reconhecida idoneidade moral e comprovada capacidade intelectual para o desempenho das funções do magistério superior nesta Faculdade;

¹⁶ Bastante ilustrativo a esse respeito foi o que aconteceu em 1908, quando o prédio onde funcionava a Faculdade de Direito passou por reformas. Na ocasião, por exemplo, os professores passaram a lecionar “gratuitamente sem qualquer retribuição pecuniária”, fator que parece atestar, inclusive, que as retribuições simbólicas poderiam, em casos limites, até mesmo substituir completamente a retribuição financeira. Isso ocorria, também, em função do contexto de baixa profissionalização que havia na época. Sobre isso consultar: SANTOS, Op.Cit.; RODRIGUES TILL, Op.Cit.

Resolve:

1.º Que o preenchimento das cadeiras de Direito Civil do 3.º, 4.º e 5.º anos, da cadeira de Direito Público Constitucional do 2.º ano, e das cadeiras de Direito Judiciário Penal e Direito Administrativo do 5.º ano, atualmente vagas, seja feito pelo voto de dois terços dos membros da Congregação, com sua atual composição.

2.º Que ao sufrágio da Congregação serão submetidos os nomes indicados pelo Sr. Diretor, ou por qualquer dos lentes em exercício.

Porto Alegre, 21 de janeiro de 1933.

(a.) Leonardo Macedônia¹⁷

Pasqualini ingressou na Faculdade de Direito como professor em substituição a Armando Câmara que havia pedido demissão em 1934. Câmara tivera uma trajetória escolar muito próxima da de Pasqualini: também havia realizados estudos secundários no Colégio Anchieta, era nascido em 1898, apenas três anos antes de seu substituto, tendo obtido o diploma de bacharel em direito também pela Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre em 1925¹⁸. O parecer do pedido de demissão de Armando Câmara foi lido pelo diretor André da Rocha:

[...] que fez sentir ao mesmo, por intermédio do Dr. Eloy Rocha, portador do referido ofício, que não procedia esse motivo, visto que toda a Congregação manifestara a respeito de sua capacidade e mérito de um modo altamente elogioso, concitando-o, assim, a desistir de seu pedido de demissão. Entretanto, como persistisse nesse propósito e dada a necessidade de ser preenchida a cadeira, convidara a Dr. Alberto Pasqualini para assumir a sua regência, atendendo a que se trata de um aluno laureado de grande valor¹⁹

Pasqualini foi então admitido pela Faculdade de Direito tendo em vista o pedido de demissão de Armando Câmara e considerando o que

¹⁷ O documento foi reproduzido, na íntegra, em RODRIGUES TILL, 2000. Op.Cit. p. 280

¹⁸ Armando Câmara fora aluno do Ginásio Anchieta e membro da congregação mariana dos estudantes. Era originário de um grupo familiar eu contara entre seus membros com o visconde de São Leopoldo, o primeiro presidente da província do Rio Grande do Sul depois da independência e o ministro signatário da lei de criação de cursos jurídicos no Brasil em 1927. Neto paterno do visconde de Pelotas, marechal do exército imperial e primeiro presidente do estado do Rio Grande do Sul no período republicano. Câmara é visto como um caso emblemático da inserção da chamada “geração católica” na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Sobre isso ver: GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 226-227; ENGELMANN, Fabiano. A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Dissertação em Ciência Política PPGCP-UFRGS, 2001. p. 130-140; TRINDADE, Fernando Casses. Uma contribuição à história da faculdade de filosofia da UFRGS. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-UFRGS. Porto Alegre, IFCH-UFRGS, ano X, 1982, p.39.

¹⁹ RODRIGUES TILL, 2000. Op.Cit. p. 285.

dizia o artigo 4.º da resolução de 1933. A láurea funcionou, portanto, como uma espécie de “passe” para dentro da instituição; mas que não deixaria de ser utilizado para sua conversão também em capital político. Depois disso, Pasqualini somente se afastaria das atividades docentes para assumir a posição de vereador e de liderança do PL (Partido Libertador), quando da sua eleição no pleito realizado em 1935. De modo semelhante ao da Faculdade de Direito, a Câmara Municipal detinha visibilidade prestigiosa e servia, dentre outros aspectos, para alçar a visibilidade dos políticos que dela faziam parte²⁰.

O Partido Libertador (PL)

Pensar a atuação de Alberto Pasqualini no PL significa considerar as mudanças no quadro político-partidário e suas articulações entre o estadual e o nacional, sobretudo no processo que levou Getúlio Vargas ao epicentro do poder nacional em 1930²¹. Entre 1928 e 1937 ocorreram movimentações entre as principais lideranças políticas da época, bem como nos partidos políticos que, de uma forma ou de outra, estiveram envolvidos no movimento da Aliança Liberal. Nesse contexto, destacou-se o papel desempenhado pela FUG (Frente Única Gaúcha) composta por membros do PRR e do PL, formada em 1928, meses após a posse de Vargas como presidente do estado do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Borges de Medeiros (PRR) e de Assis Brasil (PL). Assim, em 1929, a FUG integraria a campanha da Aliança Liberal na disputa pela presidência da república tendo Ge-

²⁰ Os vereadores não recebiam qualquer tipo de remuneração ou retribuição pecuniária, elemento que atesta, possivelmente, a centralidade e a importância dos “retornos” simbólicos dessa função.

²¹ O período 1930-37 se caracterizou mediante um quadro de imprevisibilidades no campo político. Esse ambiente de indefinições que compreendeu o intervalo entre a crise da influência dos partidos regionais da Primeira República e o fechamento político que culminou com o Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos políticos radicais e mobilizadores que tentaram convencer a sociedade brasileira a partir da ideia de mudança. Além de todas as “idas e vindas” dos partidos e das lideranças políticas que já estavam de alguma forma inseridas no quadro político daquele cenário, dois outros projetos também disputavam lugar: de um lado, a AIB (Ação Integralista Brasileira); de outro, a ANL (Aliança Nacional Libertadora). Ambos tinham críticas profundas aos preceitos liberais da Primeira República e também aos descaminhos da chamada Revolução de 1930. Sobre isso ver os textos de Marcos Chor Maio e Roney Cytrynowicz sobre a AIB; e o de Marly de Almeida Vianna sobre a ANL e o PCB (Partido Comunista do Brasil), ambos contidos em: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-62; p. 63-106.

túlio Vargas como candidato. No entanto, essa unidade representada pela FUG era bastante frágil e não tardaria a declinar²².

1932 foi um ano importante para o rompimento de algumas lideranças políticas do apoio formal ao governo provisório. Alguns dos membros do PRR mantiveram sua fidelidade à liderança de Borges de Medeiros, defendendo o retorno à ordem legal no país; outros preferiram continuar apoiando Vargas e defendendo a manutenção de seu poder pessoal como forma de garantir certa estabilidade e a ordem no país. Este foi o caso de Flores da Cunha, nomeado como interventor no Rio Grande do Sul por meio da escolha direta do presidente Getúlio Vargas, a quem devia sua permanência no cargo. Sua atitude desencadeou a criação do PRL (Partido Republicano Liberal) como uma das bases de sustentação do governo provisório. Auxiliando no combate aos dissidentes nos níveis estadual e federal, o governo do Rio Grande do Sul tornava-se um “aliado mais do que necessário”²³. Na ocasião, mesmo que grande parte da elite partidária estadual tenha se lançado, inclusive em conflitos armados, contra o governo provisório, Flores da Cunha conseguiu conter os motins rebeldes. Divergindo da orientação de seu partido, o PRR, acabou fundando o PRL. O novo partido, criado pelo então interventor estadual, surgia no sentido de preservar e legitimar o posicionamento dos que mantinham o apoio ao governo provisório²⁴.

²² Há referências de que Borges de Medeiros, do PRR, demonstrava bastante preocupação acerca desse assunto, recomendando, de maneira enfática, que as forças então aglutinadas em torno dos membros do PRR deveriam ser organizadas pelos seus próprios chefes partidários e não pelos membros do PL. Deixando que os libertadores se ocupassem de seus próprios seguidores, Borges intencionava garantir a preponderância do PRR na direção do movimento revolucionário. Por outro lado, alguns líderes do PL passaram a se sentir excluídos do movimento. Raul Pilla, na ocasião, redigiu uma carta a Osvaldo Aranha, cujo conteúdo versava sobre as articulações revolucionárias: “Não posso ver em tudo isso senão o desígnio de arredar o Partido Libertador de qualquer influência, transformá-lo num simples caudatário da revolução e quiçá leva-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos”. Sobre isso ver: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 246; *Carta de Raul Pilla a Osvaldo Aranha*. 28 de agosto de 1928. Arquivo Raul Pilla. NUPERGS-UFRGS.

²³ Sobre isso consultar: CAMPOS, Derocina Alves. *Federalismo versus centralização: a década de 30 no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001. p.25; ABREU, Luciano Arone de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p.82-84.

²⁴ É interessante notar que mesmo entre expoentes significativos do PL, não havia consenso sobre o apoio ou não ao governo provisório até 1932. Na correspondência trocada entre Raul Pilla e Assis Brasil, ambos lideranças do PL, ficava evidente o posicionamento dispar: enquanto Assis Brasil tentava evitar a “guerra” e desejava a “pacificação” com o apoio ao governo provisório; Raul Pilla expressava o seu incômodo em não apoiar os “democratas paulistas”, o que resultaria em um “golpe no prestígio” dos libertadores. Sobre isso consultar: *Carta de Assis Brasil a Raul Pilla*. 12 de agosto de 1932; *Carta de Raul Pilla a Assis Brasil*. 1 de fevereiro de 1932. NUPERGS-UFRGS.

O estado do Rio Grande do Sul encontrava-se em uma situação bastante singular após o movimento de 1930: saía vitorioso e, por meio do presidente Getúlio Vargas, era o melhor posicionado junto ao governo provisório. Em contrapartida, para que Vargas exercesse odomínio sobre seu estado natal, precisava manejar disputas internas entre partidos e líderes, além de confrontar-se com lideranças significativas e de relevância no cenário político regional. A partir dos pleitos eleitorais de 1933 e 1934, onde, inclusive, o governo do PRL de Flores da Cunha se fez majoritário, a aliança do governo estadual com o federal começou a ser abalada. Fortalecido nas eleições, o chefe do executivo no Rio Grande do Sul buscou projetar-se na política nacional e aumentar sua influência no âmbito federal. Acabou interferindo nas questões internas de vários estados, tentando, ainda, adentrar em assuntos militares, desenvolvendo intensa pressão, por exemplo, para que o então General Góis Monteiro fosse demitido do Ministério da Guerra. Assim, as tentativas de interferência por parte de Flores da Cunha, geraram, a partir de 1935, fortes atritos entre as esferas estadual e nacional²⁵. Novamente Vargas precisaria tentar recompor a aliança com os membros da FUG, antigos aliados que, no novo cenário de 1935, encontravam-se, em sua grande maioria, na oposição ao governo provisório. De certa forma, o “revide” do presidente Vargas em Flores da Cunha viria com o auxílio daqueles que haviam “desembarcado” do apoio ao governo provisório depois de 1932.

As tratativas, por parte de Vargas, de uma composição de acordos com a FUG no sentido de desestabilizar o governo de Flores da Cunha e livrar-se da ameaça por ele representada, se delinearam, sobretudo, a partir da metade de 1936. Enquanto no quadro político-partidário estadual vivia-se um momento de certa “pacificação” tendo em vista o acordo assinado entre FUG, PRL e governo estadual²⁶, algumas lideranças da FUG, repre-

²⁵ A referência principal, neste caso, vem das considerações de: CAMARGO, Aspásia. (Org.). *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p.76. Porém, outras pesquisas recentes vêm problematizando e, inclusive, revisando algumas das interpretações sobre o período concedendo um maior detalhamento das ações políticas do contexto, incluindo nova documentação. Sobre isso consultar: LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2016.

²⁶ O acordo ficou conhecido como “modus vivendi” e tinha relação com o cenário sócio-político nacional depois de 1935 e da Lei de Segurança Nacional, bem como do interesse dos envolvidos de que nenhuma liderança dos partidos que compunham o acordo tentasse se projetar mais fortemente no cenário político-partidário. Sua assinatura ocorreu em janeiro de 1936. No entanto, na prática, essa “pacificação” foi bastante frágil, além de representar, também, uma tentativa de cooptação da FUG para o apoio a Flores da Cunha. Sobre isso ver: LAPUENTE, Op. Cit. p.138

sentantes do PRR e do PL, e também descontentes do PRL iniciaram uma série de conversas com Getúlio Vargas. Foi nesse cenário, entre os anos 1936-37, que ocorreu a atuação de oposição político-partidária direta e indireta por parte de Alberto Pasqualini ao governo Flores da Cunha e aos seus apoiadores. De maneira indireta, sua atuação na Câmara de Porto Alegre se deu no sentido de refrear qualquer tentativa das lideranças do PRL local de se projetarem politicamente em suas falas no plenário durante as sessões realizadas entre 1936-37. De mododireto, Pasqualini foi um dos principais interlocutores dos interesses de Getúlio Vargas na desestabilização do governo de Flores da Cunha no estado do Rio Grande do Sul. A atuação de Alberto Pasqualini no PL comportou, portanto, a mescla de elementos que combinaram tanto estratégias de conversão dos dividendos simbólicos de um egresso da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, como aluno laureado e professor; quanto uma atuação eminentemente político-partidária ligada às tratativas que teve com o presidente Getúlio Vargas e outros importantes políticos da época, para isolar o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, sobretudo a partir de 1936.

O antagonismo entre dois grupos políticos na distribuição das cadeiras ocupadas pelos vereadores na Câmara Municipal refletia, em parte, os confrontos pela definição de espaços de poder e influência no cenário estadual em fins de 1935, quando o pleito foi realizado²⁷. A distribuição das cadeiras entre as siglas mostra a preponderância do PRL em relação ao PL e ao PRR: o partido de Flores da Cunha era a síntese daquele momento, pois, se Vargas havia continuado no poder foi graças, dentre outros motivos, às ações do PRL no Rio Grande do Sul, quando conteve os levantes e conflitos armados organizados pela oposição. Além disso, em 1933 e 1934 o PRL vencia a FUG com mais de 75% dos votos. Em abril de 1935, o próprio Flores da Cunha passaria de interventor nomeado pelo presidente

²⁷ No pleito realizado em 1935, foram eleitos os vereadores: pelo PRL, Jayme da Costa Pereira, Fernando Ortiz Schneider, Ludolfo Boehl, Elysio de Souza Feijó, Manoel José Pereira Filho, Curt Mentz e Salathiel Soares de Barros; pela FUG, Alberto Pasqualini e Germano Petersen Júnior. Especificamente sobre a nomenclatura utilizada, PFU (Partido Frente Única), cabe um esclarecimento: a denominação refere-se nas produções historiográficas, à Frente Única Gaúcha (FUG), ou simplesmente à FU (Frente Única). Embora não se constituísse enquanto partido político, mas sim como união de partidos políticos, no caso o PL e o PRR, consta registrado dos anais da Câmara Municipal de Porto Alegre o nome de “Partido Frente Única” (PFU) como oposição ao “Partido Republicano Liberal” (PRL). Sobre isso consultar: *Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. Porto Alegre, 1936 e 1937.

a governador constitucional do Rio Grande do Sul. Seu posto passava a ser garantido pela constituição e não sendo mais resultado de sua “fidelidade” ao governo federal²⁸. Tratou-se de um momento de crescimento eleitoral do PRL nas eleições municipais e estaduais como um todo.

Especificamente no plenário da Câmara Municipal, os vereadores discutiam os mais diversos assuntos relacionados às questões de Porto Alegre: obras públicas, nomes de ruas, ações da prefeitura, dentre outras. Reuniam-se cerca de três vezes na semana e não recebiam qualquer retribuição pecuniária, o que reforça a ideia de que a eleição para vereador representava desde o primeiro voo na política até as possibilidades de obter outros tipos de benesses nas esferas estadual e nacional, ou mesmo exercer mais uma atividade prestigiosa no cenário local. Um dos temas permanentes durante a realização das sessões referia-se a questões orçamentárias: das petições que solicitavam o “perdão” ou “cancelamento” de dívidas e impostos de contribuintes em relação ao poder público do município. Pasqualini participou numerosas vezes como relator de pareceres que negavam ou deferiam essas petições²⁹. Além de questões relacionadas ao orçamento do município, os vereadores não deixariam de discutir alguns assuntos das esferas estadual e nacional. Em numerosas ocasiões, vereadores do PRL utilizavam-se da tribuna do plenário para fazer comentários sobre o cenário político ou mesmo render homenagens a lideranças político-partidárias da época. Flores da Cunha tinha “fiéis seguidores” dentre os vereadores eleitos pelo seu partido no município de Porto Alegre. Pasqualini, nestes casos, não deixaria de se posicionar, embora não deixasse também de estrategicamente procurar converter os dividendos simbólicos de sua identificação como “conhecedor de leis”. Não se manifestando em nome de seu partido, tampouco declaradamente enquanto oposição partidária, mas, ao contrário, de modo indireto, ao se inserir enquanto um “conhecedor da legislação” interpelava seus adversários políticos quando estes tentavam inserir manifestos e homenagens aos seus próceres nas transcrições que iriam com-

²⁸ As consequências mais imediatas desse novo cenário político-partidário foi uma postura ainda mais impositiva do governador do Rio Grande do Sul a partir de 1935. Flores da Cunha passaria a projetar-se em nível nacional, interferindo em diversas questões ligadas ao governo federal. O aumento de seu prestígio fez com que o rompimento entre ele e Vargas fosse definitivo em setembro de 1935. Sobre isso ver especificamente: LAPUENTE, Op.cit.

²⁹ Acerca da crise econômica que afligia o Rio Grande do Sul e suas repercussões entre a população de Porto Alegre são importantes as considerações de: BAKOS, Margaret Marchiori *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.

por os anais das sessões³⁰. Aliás, nota-se, no conteúdo das falas dos vereadores, a preocupação em relação à transcrição de seus pronunciamentos. Não poucas vezes, quando julgavam importante um discurso lido ou uma determinada fala, solicitavam verbalmente que a transcrição fosse feita. Nesse sentido, portanto, de modo indireto, Pasqualini reprimia qualquer tentativa de projeção das lideranças locais do PRL.

A sessão de 11 de maio de 1937 é bastante ilustrativa de como ocorreu a atuação de Pasqualini na oposição. Ludolfo Boehl, vereador eleito pelo PRL iniciou lendo um texto previamente elaborado:

Sr. Ludolfo Boehl (*Lê o seguinte discurso*): Sr. Presidente, a Câmara Municipal de Porto Alegre, encarnando, na representação liberal de sua maioria, o pensamento democrático de seus postulados partidários, consubstanciados em seu programa político, não pode, nem deve ficar muda ante o ato de verdadeira democracia, praticado pelo chefe supremo de seu partido, o ilustre Gal. Flores da Cunha, qual seja apresentar, num manifesto sereno e criterioso, como candidato à presidência da República, porque não dizê-lo, o maior democrata brasileiro, o ilustre homem público, Eng.º Armando Salles Oliveira, filho do grandioso estado de São Paulo. É, sem dúvida, um nome que se impõe ao respeito e ao acatamento da Nação Brasileira³¹.

Ludolfo Boehl, uma das lideranças do PRL em Porto Alegre, fazia o uso da tribuna para defender posições político-partidárias e, em vários momentos, utilizou-se do espaço para amplificar ou ratificar as definições de espaços de poder das lideranças políticas de seu partido, sobretudo no caso do então governador Flores da Cunha. A preocupação com os registros também aparecia de modo significativo, já que a passagem da fala para a linguagem escrita, de certa forma, “eternizava” o que era dito na tribuna:

E, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, para que fique bem assinalado neste momento histórico da democracia brasileira a conduta do Partido Republicano

³⁰ Houve, naquele contexto, uma acentuada preocupação dos vereadores com os registros de suas falas nos Anais da Câmara. Alberto Pasqualini detinha-se significativamente a interpelar, na forma de *aportes*, os demais vereadores, sobretudo do PRL, que solicitavam a inclusão de manifestos ou textos previamente elaborados nos Anais da Câmara, mostrando-se, na maioria das vezes, contrário às transcrições. Não poucas vezes estabeleceram-se polêmicas entre os vereadores do que “poderia” ou “não poderia”, afinal, ser transcrito nos Anais. Esse ponto da atuação de Pasqualini parece evidenciar a preocupação que tinha em manter uma imagem pública de coesão em relação aos divididos de seu percurso profissional e acadêmico como egresso laureado e professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Assim, como “perito de leis” ou enquanto, “profundo conhecedor de doutrinas e estatutos”, Pasqualini estaria, portanto, “acima” de questões de ordem político-partidária, embora o “conhecimento” fosse subterfúgio para se inserir como oposição.

³¹ Sobre isso ver: *Anaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. p. 55-59.

Liberal, nesta Câmara, peço a V. Exa. seja transcrito, nos Anais desta Casa, o manifesto lançado ontem, pelo eminente Gal. Flores da Cunha, incontesteste Chefe do nosso Partido, ao Rio Grande do Sul e ao País, manifesto, repito, que abre uma senda luminosa, indicando uma Vitória próxima da verdadeira e sã democracia. Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem. Palmas, O orador é abraçado)³².

O vereador do PRL seguia as orientações de seu partido no sentido de inserir as dinâmicas de disputa de poder político nas esferas estadual e nacional para o cenário local, sobretudo depois de 1933-34 quando o partido de Flores da Cunha sairia vitorioso do primeiro embate eleitoral. Entre 1936-37 definiram-se os candidatos à sucessão presidencial, nas eleições previstas de janeiro de 1938. O candidato “oficial”, apoiado por Vargas, foi José Américo de Almeida, conhecido como “tenente civil”, tinha sido ministro de viação e obras públicas. Já na outra ponta de candidaturas, Plínio Salgado, representante remanescente dos integralistas e, ainda, Armando Salles de Oliveira, do PC (Partido Constitucionalista) aglutinado em torno do PD. O governador Flores da Cunha não apoiava, portanto, o candidato “oficial”. Essa situação, que era fruto da articulação política entre o estadual e o nacional, manifestou-se também nas falas dos vereadores na Câmara de Porto Alegre, sustentáculo do poder local do PRL:

O Sr. Alberto Pasqualini – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente – Tem a palavra o nobre Vereador.

O Sr. Alberto Pasqualini – Sr. Presidente, o meu voto é contrário ao requerimento formulado pelo meu ilustre colega, Sr. LudolfoBoehl, porque o manifesto é, por si, um documento de natureza estritamente político-partidário.

Sempre entendi que a Câmara Municipal não é uma corporação política, devendo, portanto, abster-se de semelhantes manifestações.

O Sr. Presidente – Continua em votação.

O Sr. Germano Petersen Junior – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Germano Petersen Junior – Sr. Presidente, estou de acordo com o que acaba de declarar o meu nobre colega Sr. Alberto Pasqualini, mas não vejo inconveniente que seja transcrito nos Anais desta Casa, o recente manifesto do Gal. Flores da Cunha³³.

A atuação de Alberto Pasqualini como vereador pelo PL-FUG pode ser traduzida pelas suas intervenções durante as sessões e os debates travados entre os vereadores. São numerosas as ocasiões em que Pasqualini intervivia, em *aparte*, nas falas dos demais vereadores, sobretudo do PRL. Se a

³² Sobre isso ver: *Anaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. p. 55-59.

³³ Idem.

intervenção de Pasqualini no pronunciamento do vereador Ludolfo Boehl ocorria no sentido de mostrar-se em contrariedade à transcrição do manifesto de Flores da Cunha nos anais da Câmara, Pasqualini o fez a partir de um subterfúgio que não o ligava necessariamente ao partido de oposição, mas que o inseria no debate a partir do olhar “técnico” e aparentemente “neutro” de um “jurista” no que toca questões político-partidárias.

Em outra polêmica, dentre as numerosas ocasiões em que situações semelhantes ocorreram no plenário da Câmara de Porto Alegre, Pasqualini se mostrou contrário a uma “homenagem” que funcionários municipais fariam a Jayme da Costa Pereira, vereador do PRL. Essa “homenagem” se caracterizaria por meio da “instalação” de um “retrato” do vereador do PRL em uma das dependências da “Casa Legislativa”:

O Sr. Alberto Pasqualini – Desejo pergunta se a homenagem é extensiva à Câmara.

O Sr. Presidente – É extensiva à Câmara, porém, concretizada na pessoa do Sr. Jayme da Costa Pereira, Presidente desta Casa, mas vou submeter à votação da Casa, exclusivamente a homenagem pessoal, ao vosso ilustre presidente.

Está em votação.

O Sr. Alberto Pasqualini – Neste assunto, Sr. Presidente, nada temos a deliberar.

O Sr. Presidente – Temos que consentir na colocação do retrato do Sr. Jayme da Costa Pereira numa das salas da Câmara.

O Sr. Presidente – Se assim fosse, eu o faria com a máxima satisfação.

O Sr. Presidente – Não pus em votação a homenagem dirigida à Câmara, mas sim dirigida ao Dr. Jayme da Costa Pereira, Presidente desta Casa, que consiste na colocação do seu retrato e uma das nossas salas. Em toda parte assim se faz. Na Faculdade de Medicina não se coloca um retrato em uma de suas salas, não se permite que o corpo discente homenageie um Professor sem que o Conselho Técnico seja ouvido

O Sr. Alberto Pasqualini – Isso na Faculdade³⁴.

³⁴ A sessão iniciou com o pronunciamento do vereador LudolfoBoehl, também do PRL, que leu o teor do pedido de homenagem realizado pela Associação de Funcionários Municipais (AFM): “A presença desse prestigioso consórcio de legisladores, render-lhes as suas altissonantes homenagens de muito sentido e reconhecimento e inobscurecível gratidão. Em termos tais, a serem dia e hora que V V. Excias. houverem por bem determinar a serem ratificados de viva voz e na eloquência que lhe é peculiar, por um ilustre consórcio a quem nossa coletividade muito se honrará em delegar poderes para tanto solicita a A.F.M.; lhe seja concedida permissão, para, concretizando na personalidade dinâmica do seu primeiro presidente constitucional, esse *mui justo* preito testemunhal ao complexo singular do nosso superior Legislativo Municipal, fazer inaugurar na sala dos trabalhos da Câmara, ao encerrar as suas sessões da presente reunião, cuja transcendente operosidade desde logo, se incorpora à história dos acontecimentos mais luminosos e acalantarem o serventuário da coisa pública do Município, o retrato *mui nobre* Sr. Dr. Jayme da Costa Pereira”. Sobre isso consultar: *Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937, p. 390.

Ao interpolar o presidente da mesa, vereador Pereira Filho, também do PRL e professor da Faculdade de Medicina, Pasqualini se mostraria contrário à instalação do retrato. Mais adiante, Pasqualini colocou ainda:

[...] eu compreendo a nobre intenção que tiveram os Srs. Funcionários municipais ao desejar prestar esta homenagem. No que respeita propriamente a Câmara, tomada coletivamente, desejaria que ela ficasse apenas nessa intenção, porquanto quero lembrar aos meus nobres colegas ser esse mesmo Estatuto do Funcionalismo, por cuja elaboração e votação, nos são trazidos esses agradecimentos, que veda ao funcionalismo homenagear os seus superiores hierárquicos³⁵.

Enquanto vereador do PL, Alberto Pasqualini exerceu forte oposição política ao PRL, reprimindo, por meio de seu “conhecimento das regras, das leis e dos estatutos”, qualquer tentativa de projeção das lideranças do PRL em âmbito local, bem como quando estas prestavam homenagens a si mesmas ou aos seus próceres na intenção de inflar seu próprio prestígio pessoal e visibilidade.

A *performance* de Pasqualini no plenário da Câmara de Porto Alegre refletia, na verdade, a participação direta que teve na desestabilização do governo Flores da Cunha no estado do Rio Grande do Sul entre 1936-37. Coadunado a Getúlio Vargas e outras lideranças do PL, remanescentes do PRR e descontentes do PRL, seu grupo procurou colocar em prática um plano para enfraquecer o poder e a influência do governador do sobre as forças políticas estaduais. Vargas, mesmo sem se expor diretamente, admitiu interlocutores e aliados entre as lideranças políticas no estado do Rio Grande do Sul. Alberto Pasqualini e Benjamin Vargas foram alguns dos principais que, a mando do presidente, procuraram acabar com o pacto de pacificação assinado em janeiro de 1936³⁶. Pasqualini, membro do PL, ali-

³⁵ Sobre isso consultar: *Annaes da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937, p. 391-398.

³⁶ Benjamin Vargas, irmão do presidente e dissidente do PRL e Loureiro da Silva, também dissidente liberal estavam articulados juntos a Pasqualini no sentido de desestabilizar o governo Flores da Cunha, incluindo entrevistas e pronunciamentos através da imprensa. Os entendimentos entre Loureiro da Silva e o grupo pró-Vargas que se formou ao longo de 1936 se deram, sobretudo, pela influência de Pasqualini, que buscou apoio também do PRR, via Maurício Cardoso. Sobre isso especificamente o capítulo 4 sobre o declínio de Flores da Cunha em LAPUENTE, 2017, Op.Cit. p. 205-237. O dissidente Loureiro da Silva, por exemplo, em declaração ao *Diário de Notícias*, disparou: “Veja-se, agora, a inconsistência das razões disciplinares que se quer invocar para deslustrar o nosso ponto de vista: no acordo político processado em janeiro, o Partido não foi ouvido, nem cheirado, efetivando-se as combinações e o jogo de interesse à revelia de todas as comissões municipais que nunca foram consultadas. E quando a bancada liberal foi apenas avisada dessa resolução do chefe, alguns deputados manifestaram-se contra as ‘demarches’ encaminhadas advertindo o perigo que daí poderia decorrer para a

ado no movimento de 1930 e relativamente afastado depois dos ocorridos em 1932, foi um dos principais artífices, portanto, dos entendimentos entre os dissidentes liberais e os aliados da FUG, dentre eles, Maurício Cardoso, do PRR.

Vargas buscava se aproximar das forças políticas do Rio Grande do Sul com a intenção de cooptar dissidentes do PRL e membros da FUG, relativamente distantes do presidente depois de 1932, a fim de desestabilizar o acordo de “pacificação” política que fora assinado em janeiro de 1936. A projeção de Flores da Cunha, portanto, mudava o quadro de aglutinação das forças políticas que passaram, então, a conspirar contra o governador. As tratativas não aconteceram diretamente. Vargas não se expunha. Tudo se deu por meio de interlocutores do PRL e da FUG. Esses interlocutores relatavam ao presidente o “passo a passo” da situação política estadual. Alberto Pasqualini foi um dos principais informantes do presidente naquele cenário, além de relatar minuciosamente o que vinha fazendo para auxiliar no enfraquecimento do governo de Flores da Cunha. No teor de um desses telegramas, Pasqualini informava a Vargas da sua aproximação com Loureiro da Silva, dissidente liberal:

A dissidência liberal existe, e, o que é mais grave, será obrigada a definir-se por ocasião da reabertura dos trabalhos na Assembleia. Falta, entretanto, organizá-la e nucleá-la, afim de poder, eventualmente, articular-se com a F.U.. É evidente que os dissidentes liberais só poderão agir apoiados, isto é, de conformidade com o pensamento de V. Excia., ou, pelo menos, não contra ele. Julgo que seria de grande interesse a ida de Loureiro da Silva ao Rio. Ele poderia esclarecer a posição exata dos elementos do PRL³⁷.

Além de informar o presidente, Pasqualini participou diretamente da elaboração de um “plano de ação” com o “passo a passo” da desestabilização do governo de Flores da Cunha. No teor do “plano”, mostrava-se o delinear gradual de ações: inicialmente, à FUG ficaria reservada a combater o acordo estadual de pacificação – o “modus vivendi” – ressaltando suas

vida do Partido, desde uma vez que este ainda não possuía razões de tradição. Foi quando bastou para que o chefe ameaçasse os referidos parlamentares de expulsá-los, discricionariamente, da agremiação partidária liberal. [...] Praticamente desde então me considerei desligado da chefia política do sr. General Flores da Cunha. Sobre isso ver: *Diário de Notícias*, 18 de outubro de 1936.

³⁷ *Telegrama de Alberto Pasqualini a Getúlio Vargas*. Arquivo Getúlio Vargas (AGV). CPDOC-FGV, 12 de março de 1936. É interessante notar que a aproximação efetuada por Pasqualini com Loureiro da Silva para os planos de desestabilização ajudou a garantir a posição de uma liderança da dissidência liberal nas importantes declarações realizadas na imprensa nos meses posteriores, conforme já demonstrado.

“incoerências” e “imoralidade”; aos dissidentes liberais aconselhava-se apenas fazer “restrições” ao pacto, mas publicamente aceita-lo; enquanto o governo federal deveria manter-se “vigilante”, tomando medidas “discretas” de caráter militar e fortalecer seu prestígio no estado. Posteriormente, o fim da FUG deveria ser acelerado, promovendo uma aliança com o governo federal coadunado com os dissidentes para atacar Flores da Cunha³⁸.

A atuação de Alberto Pasqualini no PL comportou dois modos distintos e, ao mesmo tempo, complementares de oposição política ao PRL. De caráter mais direto, nas articulações para a derrubada do governo Flores da Cunha no estado do Rio Grande do Sul, tratando da aproximação entre os dissidentes liberais e os membros da FUG. Nos bastidores, enviaria telegramas, manteria contatos e acordos político-partidários com as lideranças políticas no sentido de conspirar contra a projeção e o caráter impositivo da figura política de Flores da Cunha que, cada vez mais, buscava projetar-se no cenário político nacional. Justamente durante o andamento dessas articulações e de sua aproximação com Vargas, Pasqualini ganhou projeção no PL, ocupando o importante cargo de secretário-geral do partido, muito próximo de lideranças importantes daquele cenário como Raul Pilla e Batista Lusardo, respectivamente presidente e vice-presidente da agremiação dos libertadores. De caráter indireto, ao longo do andamento das sessões na Câmara de Porto Alegre, suas falas e intervenções tratavam de reprimir as tentativas de projeção dos vereadores do PRL, salientando, neste caso, a preocupação que tinham com os registros de suas falas nos anais. Além disso, o modo de oposição era também um modo de inserção, já que Pasqualini não se expunha como opositor político ou sobre as posições do PL ou da FUG, mas sim, utilizava-se do “expediente técnico” que lhe garantia o reconhecimento público como um “perito de leis” ex-professor da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

Conclusão

Alberto Pasqualini passou à história e à memória como doutrinador e teórico do trabalhismo. Políticos e memorialistas, interessados no seu espólio político, trataram de converter os rótulos como sinônimos de “coerência” distanciados do “político”. Entre os trabalhos de pesquisa, a associação

³⁸ Sobre isso: *Arquivo Getúlio Vargas (AGV)*. CPDOC-FGV – 1936.04.08-1. Também reproduzido na íntegra em: LAPUENTE, 2017, Op.Cit. p. 365-369.

ganhou reforço com a adição do conceito teórico de *intelectual*. Entre política, memória e história, os epítetos recorrentemente associados a Pasqualini obliteraram sua atuação anterior ao PTB, além de colocar em segundo plano a dimensão propriamente política de sua trajetória, mesmo a que veio depois de 1945, lembrando o fato de ter sido candidato, por duas vezes, a governador do estado do Rio Grande do Sul em, pelo menos, duas oportunidades: nos pleitos de 1947 e 1954. Além disso, as suas relações com Getúlio Vargas, exploradas apenas no cenário de disputa de lideranças internas do PTB, na verdade, já existiam em contextos anteriores, como no caso da articulação para atacar o governo de Flores da Cunha. Um ponto que, inclusive, mereceria melhor exame, é o de pensar, até que ponto, afinal, essa ligação de Pasqualini com Vargas lhe garantiu os cargos que ocupou nas interventorias estaduais durante o regime do Estado Novo (1937-1945).

Para além da figura pública do “pensador”, a dimensão propriamente política da trajetória de Alberto Pasqualini, sobretudo a anterior ao processo de democratização de 1945-46, mostrou-se tanto a sua preocupação de manter uma persona pública ligada à ideia do “professor de direito”; quanto uma atuação propriamente político-partidária de bastidores e nas sessões da Câmara de Porto Alegre. A partir, portanto, de uma imagem pública adquirida pelo acesso à Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre como aluno laureado e, depois, como professor, Pasqualini se lançaria com mais “legitimidade” ao campo político, do qual a própria instituição fazia parte.

Assim, se no teor de suas falas na Câmara de Porto Alegre não deixaria de lado a estratégia primordial de se inserir como um “conhecedor de leis” ou mesmo enquanto “perito técnico” nos diversos assuntos tratados pelos vereadores, exercendo um modo específico de inserção e de oposição indireta ao PRL; fora da Câmara, sua atuação, mais direta junto a Getúlio Vargas foi fundamental para a demarcação da influência de poder político do presidente em seu estado natal e a gradual destruição de seus inimigos políticos, incluindo o governador Flores da Cunha, abrindo caminho para a decretação do Estado Novo em 1937. Do exercício de uma oposição direta e indireta a Flores da Cunha e, por conseguinte, também ao PRL, a atuação de Pasqualini conformou uma postura pragmática coadunada a do presidente Getúlio Vargas na derrubada do governo estadual que de fato ocorreu em outubro de 1937 com o exílio de Flores da Cunha e a afirmação do poder varguista no Rio Grande do Sul, distante, portanto, da imagem de um pensador “desinteressado pela política-partidária”.

PARTE 4

Partidos e Eleições

O processo de formação e atuação do Partido Libertador (décadas de 1920 e 1930): notas de pesquisa

Rodrigo Dal Forno

Considerações iniciais

Este artigo tem como objetivo central apresentar alguns aspectos e reflexões relativos à minha pesquisa de tese de doutorado¹. O estudo, em etapa de desenvolvimento, versa sobre o processo de formação e atuação do Partido Libertador (PL) e sua participação na política regional do Rio Grande do Sul, assim como na esfera de poder nacional, durante as décadas de 1920 e 1930, com destaque para trajetória de suas principais lideranças e sua aliança com os históricos adversários do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na composição da Frente Única (FU).

O partido foi fundado oficialmente no mês de março 1928 através da unificação de diversos setores e tendências de oposição político-partidária ao governo de Borges de Medeiros do PRR, grupo hegemônico no poder estadual durante a Primeira República. A formação da agremiação oposicionista insere-se em um processo de aliança partidária iniciado a partir da campanha em favor da candidatura de Joaquim Francisco Assis Brasil² nas eleições para presidente do estado no ano de 1922, perpassa pela deflagração da guerra civil de 1923 e pela construção da Aliança Libertadora (AL)

¹ Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGH/PUCRS) com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e sob orientação do Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

² Assis Brasil nasceu em São Gabriel/RS em 1857 e faleceu em 1938. Foi bacharel em Direito e compôs a geração de republicanos históricos que fundou o PRR ao lado de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e outros. Durante a década de 1890 rompeu com o partido e aliou-se aos setores oposicionistas, sendo candidato ao governo estadual em 1922, eleito deputado federal pela Aliança Libertadora em 1927 e fundador e presidente do PL em 1928. Durante a década de 1930 ocupou diversos cargos do governo federal de Getúlio Vargas e foi deputado na Assembleia Constituinte de 1933/1934 quando se despediu da vida política.

em 1924. Dentre aos principais líderes deste processo, encontram-se o próprio Assis Brasil, além de João Baptista Lusardo³, Raul Pilla⁴ e outros.

A trajetória histórica do partido compreende duas fases históricas específicas: a primeira, objeto da investigação de tese de doutorado, envolve sua fundação na década de 1920 até a dissolução com o advento do Estado Novo em 1937; por sua vez, a segunda⁵, vincula-se com a reabertura política de 1944 e a refundação da agremiação por iniciativa e comando exclusivo de Raul Pilla, perdurando até o momento de sua extinção definitiva com o golpe da Ditadura Civil-Militar na década de 1960.

Dessa forma, o artigo está estruturado em três segmentos principais. No primeiro deles, procedo uma breve delimitação do objeto de estudo e problema de pesquisa, descrevendo o recorte e tema, assim como discutindo os objetivos, questionamentos e hipóteses que norteiam a investigação. Em um segundo momento, exponho alguns dos caminhos teóricos que a investigação tem adotado, bem como uma listagem das fontes e acervos arrolados para o desenvolvimento do estudo. E por fim, em um terceiro e último tópico, lanço uma breve discussão sobre o estágio atual da pesquisa, com destaque para uma problematização e debate com a historiografia política que abordou o tema, mais especificamente, uma preocupação em re-visitar determinados argumentos e explicações produzidas pelos estudiosos da política partidária no Rio Grande do Sul durante a Primeira República ao advento do Estado Novo.

³ Lusardo nasceu em 1892 no interior do município de Uruguaiana/RS e faleceu no ano de 1982. Graduou-se em Direito e Medicina e teve participação ativa na guerra civil de 1923 e nos conflitos de 1930 e 1932. Foi deputado federal pelos “libertadores” em 1924/26, 1927/29, 1930 e 1933. Posteriormente foi chefe de polícia no Distrito Federal, Embaixador no Uruguai e na Argentina, deputado federal pelo Partido Social Democrático em 1946 e presidente da Caixa Econômica Federal, seu último cargo público.

⁴ Pilla nasceu em Porto Alegre/RS no ano de 1892 em e faleceu em 1973. Foi filiado ao Partido Federalista e um dos principais fundadores e articuladores do PL. Participou dos episódios de 1930 e foi deputado federal nos anos de 1933 e 1935/37. Também foi Secretário da Agricultura do governo estadual de Flores da Cunha. Após a abertura política do Estado Novo liderou a refundação do PL pelo qual foi deputado federal entre as décadas de 1945 a 1966, quando divergiu dos militares e abandonou a política brasileira.

⁵ Sobre esta etapa do partido, ver: TAUFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

O Partido Libertador e os “libertadores”: questões e reflexões de análise

Conforme destacado anteriormente, a proposta de tese concentra-se na compreensão do processo de formação e atuação do Partido Libertador e de suas principais lideranças, os chamados “libertadores”⁶, na política regional e sua inserção no âmbito nacional durante as décadas de 1920 e 1930. O termo “libertadores” refere-se ao apelido pelo qual ficaram conhecidos os adeptos oposicionistas rio-grandenses durante os anos de 1920, em alusão a um suposto objetivo e luta por “libertar” o estado do Rio Grande do Sul de uma então denunciada e criticada “ditadura Borges de Medeiros”, concepção amplamente difundida pelos adversários do partido situacionista, principalmente, durante os episódios da chamada Revolução de 1923.

Esta guerra civil colocou em confronto os rebeldes oposicionistas⁷ (popularmente chamados de “maragatos) e os legalistas do PRR (apelidados de “chimangos”). O conflito, caracterizado por pequenas batalhas e movimentações armadas⁸, ocorreu de janeiro à dezembro daquele ano e se encerrou através de um acordo mediado pelo Ministro de Guerra Setembrino de Carvalho, enviado pelo presidente Arthur Bernardes para solucionar a contenda. O acordo, intitulado “Pacto de Pedras Altas”, alterou alguns pontos centrais da constituição estadual⁹, proibindo a reeleição para

⁶ Apesar de se tratar de um tema cunhado e utilizado na e pela época, utilizarei a nomenclatura entre aspas, afim de evitar qualquer juízo de valor ou interpretação equivocada sobre seus usos.

⁷ Sobre as reivindicações oposicionistas e o contexto de deflagração da guerra civil, consultas as contribuições de Maria Antonacci, ver: ANTONACCI, Maria Antonieta. *A Revolução de 1923: as oposições na República Velha*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 229-253; ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

⁸ Relatos sobre os movimentos e episódios da luta armada podem ser encontradas nas narrativas de personagens que tomaram parte do conflito, como por exemplo, as contribuições dos rebeldes Antero Marques e Zeca Netto, e do legalista Flores da Cunha. Ver: FLORES DA CUNHA, José Antônio. *A Campanha de 1923*. Brasília: Senado Federal, 1979; NETTO, José Antônio. *Memórias do General Zeca Netto*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983; MARQUES, Antero. *Mensagem a Poucos e do Ibirapuitã ao Armistício*. Porto Alegre: Edigal, 2005.

⁹ O tema da Constituição Estadual de 14 de Julho de 1891, escrita exclusivamente por Júlio de Castilhos, foi desde a revolta federalista de 1893 o alvo das principais queixas e protestos por parte dos opositores ao PRR. Durante a revolta de 1923, a modificação de pontos estratégicos do documento significou uma pequena vitória aos rebeldes, tendo em vista que o principal objetivo, a deposição imediata de Borges de Medeiros, acabou não sendo alcançado. Sobre as negociações da pacificação e as minutas do documento de Pedras Altas, ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *A pacificação de 1923: as negociações de Bagé*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

presidente do estado e para intendentess municipais, prevendo a adequação das eleições estaduais à legislação federal, garantindo a representação das minorias na Assembleia e no Congresso, concedendo anistia aos revolucionários e entre outros aspectos.

Em tempos partidários, o contexto da guerra civil significou um pequeno avanço na aliança entre as diversas facções vinculadas às oposições regionais, em um movimento de união que congregou desde seguidores de Assis Brasil e Fernando Abbot (também conhecidos como “assisistas” ou “democratas republicanos”¹⁰), adeptos de determinadas alas do Partido Federalista (PF) (vinculadas a Raul Pilla, Baptista Lusardo, Antônio Moraes Fernandes, Rafael Cabeda e outros) e também alguns dissidentes do PRR de um período mais próximo da década de 1920 (como por exemplo, as famílias Pinheiro Machado, Menna Barreto e etc.). A construção desta união entre diferentes tendências e lideranças oposicionistas¹¹ perpassou por praticamente toda a década de 1920: se iniciou com campanha em favor de Assis Brasil nas eleições para presidente do estado em 1922, teve continuidade com a consequente guerra civil de 1923, posteriormente pela formação da Aliança Libertadora e a disputa das eleições federais de 1924 e enfim foi consolidada através da fundação do Partido Libertador no Congresso de Bagé de 1928, sendo possível identificar a existência de um processo político-partidário das oposições que percorreu toda a década de 1920¹², caracterizado por aproximações e avanços, mas também rupturas e dissídios.

Para compreender a fundação e atuação do partido e de suas lideranças é de vital importância considerar alguns aspectos e acontecimentos his-

¹⁰ O apelido derivava da participação de alguns líderes no Partido Republicano Democrático (PRD) criado em 1908 sob iniciativa de Assis Brasil e Fernando Abbot durante a cisão deste último com Borges de Medeiros e o PRR. A agremiação teve pequeno alcance na política partidária regional e duração de vida efêmera.

¹¹ Durante minha dissertação de mestrado analisei o processo de construção de uma ideia de coesão e união entre estes diversos e fragmentados setores oposicionistas, objetivo amplamente presente na publicação de um álbum fotográfico em homenagem aos rebeldes da guerra civil de 1923, o chamado “Álbum dos Bandoleiros”. Ver: DAL FORNO, Rodrigo. *O “Álbum dos Bandoleiros” da Revolução de 1923: Uma análise de Política e Imagem do Rio Grande do Sul da década de 1920*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

¹² Além disto, é importante considerar a existência de múltiplas tentativas de construção de um movimento oposicionista unificado e competitivo durante a Primeira República, como por exemplo, através da proposta de união entre o Partido Republicano Federal do dissidente Demétrio Ribeiro com o Partido Federalista no final do século XIX; do PRD com os federalistas no início do século XX e entre diversos outros momentos de busca por aproximação entre lideranças de oposição.

tóricos ocorridos naquele contexto e nos quais o grupo teve participação destacada. Na trajetória dos “libertadores” destacam-se episódios, tais como: o apoio aos levantes tenentistas durante os anos de 1920; as relações com o Partido Democrático de São Paulo e a tentativa de constituir um partido nacional de oposição, que no ano de 1927 daria origem ao Partido Democrático Nacional; o movimento de aliança com os históricos adversários do PRR na composição da Frente Única durante a formação da Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas para o cargo de Presidente da República em 1929; o envolvimento com os episódios das chamadas Revolução de 1930 e a projeção ao poder nacional; o dissídio com o governo provisório, a luta pela reconstitucionalização e o apoio a causa paulista através da adesão a Revolução de 1932; as aproximações e distanciamentos com o interventor estadual Flores da Cunha e com governo Vargas durante a década de 1930, etc.

Os pontos de partida para o estudo desta problemática residem em alguns incômodos e questionamentos pessoais a respeito de determinadas linhas argumentativas propostas pela historiografia para compreender esta conjuntura. Esta preocupação pode ser resumida em duas frentes principais: primeiro, a percepção de uma espécie de “sobrevvalorização da dimensão ideológica” nos estudos sobre o tema, debate em evidência neste texto; e a lacuna de estudos sobre os grupos oposicionistas, de maneira geral, ignorados ou excluídos em favor de estudos sobre o partido situacionista.

De acordo com grande parte dos estudos que atentaram para estas questões, um dos principais fatores encontrados para compreender a atuação das lideranças, grupos e disputas daquele contexto está relacionado ao componente ideológico e sua preponderância e determinação no sistema político-partidário rio-grandense. Voltarei a este assunto específico no terceiro tópico de discussão. Neste momento cabe destacar uma destas abordagens fundamentais na delimitação dos pontos de discussão propostos pela pesquisa.

Um dos principais estudos sobre este aspecto foi proposto pelo cientista político Helgio Trindade no final da década de 1970 e início dos anos 1980¹³. Em seu esquema interpretativo, Trindade propôs que o Rio Grande do Sul republicano teria sido demarcado pela cisão na oligarquia regional

¹³ Helgio Trindade desenvolveu sua pesquisa sobre o tema durante a década de 1970. Em parceria de seus colaboradores foi responsável pela organização de importante documentação sobre política partidária do período, depositada no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS).

no plano político-ideológico, o que teria dividido estado em duas grandes famílias extremamente fiéis aos seus ideais: os “conservadores-autoritários” do PRR e os “conservadores-liberais” vinculados aos federalistas e, mais tarde, “libertadores”. Embora ambos estivessem assentados em modelos políticos conservadores, os grupos possuíam posturas “antagônicas” e “irreconciliáveis” sobre a forma de organização do Estado e o seu relacionamento com a sociedade civil¹⁴. Esta cisão e antagonismo ideológico foram responsáveis tanto pelo estabelecimento de um padrão de polaridade partidária, quanto uma tradição de embates na Assembleia, deflagração de duas guerras civis e diversos enfrentamentos no âmbito local.

A explicação em torno dos “conservadores autoritários e conservadores liberais”, bem como outras interpretações similares, focadas na valorização e na forte determinação dos aspectos ideológicos ou doutrinários nos diversos episódios e problemas políticos da história sul rio-grandense tornaram-se um lugar comum nos estudos sobre o tema e influenciaram sucessivas gerações de pesquisadores que acabaram por assimilar e reproduzir determinadas concepções e explicações sem proceder uma análise crítica ou confrontação empírica da validade destes argumentos para aquela realidade histórica.

Além disto, os grupos oposicionistas, enquanto objeto de análise principal, foram alvos de escassos estudos, sendo constantemente preteridos em favor de abordagens sobre o partido hegemônico no governo estadual durante todo o período em análise. A listagem de estudos que se detiveram a analisar temas relativos ao PRR é bastante extensa e diversificada¹⁵, na medida em, por outro lado, os estudos que analisaram as agremiações oposicionistas, entre elas o Partido Federalista ou o Partido Libertador, são relativamente poucos. Ademais, apesar da existência de algumas pesquisas acerca destes objetos¹⁶, o recorte das décadas de 1920 e 1930, que envolve a

¹⁴ TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882 – 1937). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

¹⁵ Os próprios estudos clássicos analisados na terceira parte do texto demonstram esta nítida preferência pela análise do PRR.

¹⁶ É possível destacar alguns estudos relevantes neste sentido: KIELING, José Fernando. *Política oposicionista no Rio Grande do Sul (1924-1930)*. São Paulo: USP, 1984. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984; FRANCO, Sergio da Costa. *O Partido Federalista do Rio Grande do Sul (1892-1928)*. Cadernos de História, Memorial do Rio Grande do Sul, 2006; FLORES, Ericson. *Um posto de combate e uma tribuna de doutrina: o Partido Libertador e o jornal Estado do Rio Grande (1929-1932)*. Passo Fundo: UPF, 2009. Dissertação (Mes-

atuação específica dos “libertadores” e sua relação com a Frente Única, foi alvo de pouquíssimas investigações, permanecendo como uma lacuna historiográfica a ser suprida por novas abordagens.

Diante do quadro exposto, a pesquisa propõem responder alguns questionamentos principais. Primeiro deles, tendo em vista a frente unificada de oposicionistas que originou o PL ser composta por indivíduos provenientes de diferentes setores (dissidentes do próprio PRR, facções do Partido Federalista e seguidores de Assis Brasil, Abbot e outros) e com, segundo diversas análises historiográficas, “orientações político-ideológicas antagônicas e irreconciliáveis”, como é possível explicar a formação e articulação dos oposicionistas em um partido único? Quais elementos auxiliam na compreensão e explicação dos vínculos, práticas e recursos políticos destes agentes? Percorrendo esta mesma lógica, como explicar que os projetos ditos tão divergentes, antagônicos e de histórica rivalidade entre PRR e seus adversários estivessem reunidos em uma coalizão partidária, a Frente Única, durante e após os episódios de 1930? Trata-se de questões que, apesar de presentes nos diversos estudos sobre o tema, permaneceram pouco aprofundadas ou apresentaram respostas insatisfatórias.

Ao propor estas questões parto de algumas hipóteses de investigação. Em primeiro lugar, acredito na necessidade de buscar explicações para as articulações e disputas políticas através das relações de poder e sociais entre as lideranças e seus partidos. Obviamente, esta escolha não significa negar a importância da dimensão ideológica, ou do plano das ideias e doutrinas, na composição do Partido Libertador e em suas tomadas de posição assumidas ao longo do período, muito menos invalidar tantas análises proficuas construídas a partir deste elemento. Outrossim, objetiva-se perceber outras possibilidades interpretativas e explicativas sobre o tema. Neste sentido, sugiro a hipótese principal de que determinados elementos, como por exemplo, os recursos e capitais sociais das lideranças, as relações pessoais de clientela e patronagem, as origens e vínculos socioeconômicos, familiares e profissionais, as alianças político-partidárias, os interesses e a busca pelo poder do aparelho do estado, entre outros fatores e elementos que precisam ser levados em consideração na compreensão da política partidária da Pri-

trado em História). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2009; ROUSTON JR., Eduardo. “*Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito*”: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924). Porto Alegre: PUC, 2012. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012; DAL FORNO, Rodrigo, op. cit.

meira República ao advento do Estado Novo, características presentes tanto na composição interna dos “libertadores”, como em sua união com os históricos adversários do PRR. Dessa forma considera-se que o plano das ideias e ideológicas, aspecto ampla e repetidamente explorado pela historiografia foi apenas um, entre os diversos recursos e aspectos atuantes no jogo político-partidário das primeiras décadas do regime republicano no Brasil.

Considerações teóricas e fontes de pesquisa

Diante das questões e hipóteses assumidas pela pesquisa, tenho realizado algumas escolhas de caminhos teóricos e metodológicos. Dentre estas, é possível destacar, principalmente, uma aproximação com uma perspectiva de história social da política, tendência de estudos ainda não muito bem definida pela historiografia, mas diante da qual alguns estudiosos vem elaborando seus estudos e sugerindo ferramentas para refletir sobre novas possibilidades de uma proposta de história política¹⁷. Em meu entendimento, esta postura significa buscar instrumentos e aportes conceituais tanto em estudos históricos que produziram algo similar ao que pretendo fazer, mas também em dialogar com outras áreas do conhecimento, tais como, a Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Neste sentido, algumas pesquisas colocam-se como fonte de inspiração para a construção do quadro teórico da análise, com destaque para as contribuições de Odaci Coradini¹⁸, Mário Grynszpan¹⁹, Luiz Alberto Grijó²⁰, Jonas Vargas²¹ e entre outros.

¹⁷ Me refiro as abordagens de Maria Fernanda Vieira Martins e Jonas Vargas sobre a política brasileira no período imperial e de Luiz Alberto Grijó sobre o período republicano. Ver: MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006; VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: UFSM, 2010; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

¹⁸ CORADINI, Odaci Luiz. “Grandes famílias” e elite “profissional” na medicina no Brasil. *Cadernos de ciência política* (série: pré-edições), Porto Alegre, UFRGS/PPGCP, n. 2, 1995; CORADINI, Odaci Luiz. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul. *História, ciências e saúde – Manguinhos*, IV (2):265-286, jul.-out., 1997; CORADINI, Odaci Luiz. *Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001.

¹⁹ GRYSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista brasileira de ciências sociais*, n. 14, p. 73-90, out., 1990; GRYSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

²⁰ GRIJÓ, op. cit.

²¹ VARGAS, op. cit.

Além destes referencias, tenho procurado me apropriar das reflexões em torno de alguns conceitos propostos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, principalmente em uma utilização e problematização das noções de *capital*²² e *habitus*²³, assim como das considerações gerais do autor sobre os mecanismos de funcionamento do mundo político²⁴. A noção de capital pode ser compreendida como uma série de recursos cuja posse por parte dos agentes indica o acesso a determinadas vantagens e posições, e que se apresentam, principalmente, através de algumas espécies fundamentais, tais como, capital cultural, econômico, político, social, simbólico, entre outros. Para o caso de análise da atuação de agentes como Assis Brasil, Baptista Lusardo, Raul Pilla e outros, me parece fundamental considerar duas espécies destes recursos: o capital escolar, na figura do diploma de ensino superior, principalmente o de bacharel em direito e a sua importância para projeção e ascensão na carreira político-partidária e no acesso a cargos de poder²⁵; e o capital social, relativo ao conjunto de relações e rede de amigos, colegas de profissão, correligionários, familiares, etc., o qual uma liderança é capaz de acionar e mobilizar para atingir objetivos e resultados diversos.

Por sua vez, o conceito de *habitus* aponta para os esquemas de percepção e apreciação, possibilidades, limites, condições e necessidades que garantem e norteiam os modos dos agentes de perceber e agir no e sobre o mundo, auxiliando na compreensão daquilo que pode ser entendido como uma lógica prática, envolvendo estratégias e representações que orientam as práticas e concepções dos agentes sobre o espaço político, além de permitir a reflexão sobre as regras e recursos válidos, socialmente legítimos e aceitos para atuar neste mundo, ou seja, os critérios de sucesso ou fracasso

²² Sobre o conceito de capital em Bourdieu, ver: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. *Respostas*. Por uma antropologia reflexiva. Grijalbo: México, 1995; BOURDIEU, Pierre. (1980). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

²³ Sobre a ideia de *habitus*, ver: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Seculo – Edições, Sociedade Unipessoal, Lda, 1984; ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Atica, 1994.

²⁴ Sobre considerações do autor sobre o mundo político, destacam-se dois textos fundamentais: BOURDIEU, Pierre. *Pensar a política*. Tradução para fins didáticos de *Penser la politique. Actes de la recherche en sciences sociales*, p. 2-3, junho, 1988; BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015.

²⁵ Para o caso do Brasil durante o final do Império e na Primeira República é perceptível o predomínio dos “bacharéis” na política partidária e nos postos de poder do aparelho do Estado, aspecto já amplamente reconhecido e explorado pela historiografia brasileira. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, RelumeDumará, 1996.

para a ascensão no jogo político-partidário do Brasil durante as décadas de 1920 e 1930. Através desta discussão é possível refletir sobre as concepções e visões dos agentes vinculados ao PL sobre a política daquele período.

Sobre os documentos históricos arroladas na pesquisa, é possível dividi-los em quatro segmentos principais. O primeiro deles, diz respeito ao conjunto de documentos pessoais de lideranças (correspondências, bilhetes, telegramas, etc.) que permite mapear e discutir sobre as relações pessoais, alianças e clientelas das elites partidárias, além das concepções e percepções dos agentes sobre a política e suas ideias e visões de mundo. Sobre este tipo de documentação cabe destacar dois acervos históricos fundamentais²⁶: o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS)²⁷, guardião de uma importante documentação organizada pelo pesquisador Helgio Trindade durante a década de 1970. O acervo possui documentos pessoais de lideranças como Assis Brasil e Raul Pilla, que interessam diretamente ao caso de estudo, mas também de políticos do PRR, como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas e entre outros; um segundo acervo trata-se do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)²⁸ no Rio de Janeiro/RJ, este arquivo possui boa parte de sua documentação disponível no formato online e de acesso gratuito, assim como é possível encomendar a digitalização da documentação e receber via e-mail através do pagamento de uma taxa ou optar pela consulta na sede da instituição. Com certeza este é um dos principais acervos para o estudo da política do Brasil Republicano e dispõem de uma enorme variedade de documentos de diversos políticos daquele período, dos quais alguns são vitais para o desenvolvimento de minha pesquisa, como por exemplo, documentos de João Baptista Lusardo, Assis Brasil, Antunes Maciel e entre outros.

Um segundo grupo de fontes é relativo a imprensa político-partidária, coleções de jornais que permitem mapear manifestos e artigos de lideranças, além de investigar notícias e informes sobre a criação e mobilização

²⁶ Além destes, cabe mencionar a importante documentação dos acervos do Arquivo Histórico do Rio Grande Sul (Porto Alegre/RS) e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS).

²⁷ O núcleo dispõem de um site com algumas informações sobre o acervo. Ver: <http://www.ufrgs.br/nupergs/>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

²⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

²⁹ Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

das agremiações. Particularmente, quatro jornais são importantes ao estudo: *A Federação*, *Correio do Povo*, *O Estado do Rio Grande* e *O Libertador*. Os dois primeiros foram produzidos e impressos em Porto Alegre/RS durante o período e encontram-se disponíveis para a pesquisa em instituições diversas: a coleção completa d' *A Federação* encontra-se disponível na plataforma de pesquisa online da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/RJ²⁹; *O Correio do Povo* está disponível para a pesquisa no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS)³⁰, abarcando um largo período de sua circulação no formato de microfimes. Além destes, destaca-se os dois jornais diretamente vinculados ao Partido Libertador: *O Estado do Rio Grande* e *O Libertador*. O primeiro foi órgão do diretório central do partido e dirigido pessoalmente pelo Raul Pilla em Porto Alegre, tratando-se de uma fonte de acesso mais complexo, tendo em vista que as coleções são dispersas e com falhas de períodos, sendo possível localizar exemplares no Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho (Porto Alegre/RS)³¹, no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre/RS)³² e também algumas edições no acervo de obras raras da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)³³. O segundo, órgão de imprensa dos “libertadores” da cidade de Pelotas, encontra-se disponível em sua coleção completa no arquivo histórico da Biblioteca Pública Pelotense (Pelotas/RS).

O terceiro grupo de fontes são os relatos de biografias e memórias de personagens envolvidos com a política partidária do contexto e, mais precisamente, com o grupo “libertador”. Para além das dificuldades e problemas que estas fontes podem apresentar, já que geralmente apresentam uma abordagem apologética ou detrativa sobre líderes e grupos, justamente por serem produzidas, na maioria das vezes, por partidários ou simpatizantes, ainda assim é possível através delas coletar dados e informações valiosas sobre as trajetórias de agentes, seus vínculos e origens sociais, relações de

³⁰ Para maiores informações sobre o acervo, ver: <https://www.ufrgs.br/nph/>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

³¹ O arquivo conta com um blog com alguns dados do acervo e seu acesso. Ver: <http://ahpoa.blogspot.com.br/>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

³² O museu possui um domínio na internet no qual é possível acessar o catálogo dos periódicos disponibilizados para a pesquisa. Ver: <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

³³ A base de dados da biblioteca encontra-se disponível para a consulta através do site: omnis.pucrs.br. Acessado em: 09 Jun. 2017

amizades, familiares e profissionais, atividades econômicas e etc. Da mesma forma, através delas é possível colher elementos sobre os bastidores das agremiações e eleições, das tomadas de posição sobre diferentes acontecimentos, da organização de reuniões e congressos, organização de levantes armados, atuação durante o exílio político, entre diversos outros aspectos. As obras utilizadas na pesquisa foram adquiridas pelo autor, mas são possíveis de serem encontradas em sebos ou em acervos de bibliotecas públicas. Dentre elas, é possível elencar algumas de maior destaque em termos de riqueza de informações e relatos, como por exemplo, a biografia produzida por Glauco Carneiro sobre João Baptista Lusardo³⁴, escrita em parceria com o próprio biografado que prestou depoimentos e cedeu documentos pessoais ao autor, publicada em dois volumes durante o final da década de 1970; e os livros de memória escritos pelo político e membro do PL, Mem de Sá³⁵ que publicou as obras “A politização do Rio Grande” e “Tempo de Lembrar”, compostas de excelentes relatos e informações sobre o período em que viveu.

Por último, um quarto segmento de fontes utilizadas na investigação são os anais e diários da câmara federal que permitem analisar as tomadas de posição e manifestações da bancada de deputados “libertadores” durante diferentes acontecimentos e problemas daquele período. O acervo permite acompanhar as manifestações oficiais dos líderes em momentos políticos de destaque na política nacional, como os levantes tenentistas, a revolta de 1930 e 1932, as discussões sobre a reconstitucionalização do país, os processos de sucessão presidencial, etc. A documentação encontra-se integralmente disponível e de fácil acesso através do site da Câmara Federal³⁶ que disponibiliza um instrumento de pesquisa bastante satisfatório para a realização de buscas em torno de datas e termos específicos.

³⁴ CARNEIRO, Glauco. *Lusardo – O último caudilho*. v.1: Revolução de 1923. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; CARNEIRO, Glauco. *Lusardo – O último caudilho*. v.2: Entre Vargas e Peron. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

³⁵ SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973; SÁ, Mem de. *Tempo de Lembrar*: Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

³⁶ Os anais e diários da Câmara dos Deputados federais encontra-se disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/diariosdacamara>. Acessado em: 09 Jun. 2017.

A historiografia sobre o sistema político partidário sul rio-grandense: contribuições e questionamentos

Um dos principais aspectos presentes na investigação de tese diz respeito a uma crítica e revisão acerca da literatura sobre o tema. A importância dessa discussão justifica-se por seu destaque na construção do projeto de pesquisa que originou o presente estudo. Conforme apontado anteriormente, partiu-se de um ponto de partida básico em torno de determinados incômodos historiográficos, dentre eles, a preocupação com a necessidade de revisitar algumas linhas de argumentos e interpretações propostos por estudiosos supracitados na bibliografia sobre o tema, no qual, em grande maioria, evidenciou um elemento explicativo central: o fator ideológico como fonte de compreensão e explicação para todos os problemas políticos analisados.

Neste sentido, a pesquisa vem procurando analisar e problematizar determinados estudos que podem ser considerados como fundamentais na análise da política partidária regional da Primeira República ao advento do Estado Novo. Nesta perspectiva de discussão, não se trata de fazer uma simples revisão bibliográfica sobre o conteúdo destas obras, mas sim de explorar suas linhas argumentativas e problematizar suas conclusões, e, a partir disto, demarcar minhas próprias posições e opiniões neste debate. Dessa forma, compreende-se que, através da identificação dos esquemas explicativos e das classificações propostas pela historiografia em torno dos grupos político-partidários e suas lideranças, bem como suas avaliações sobre o mundo político de maneira geral, é possível pensar a formação e atuação dos PL, assim como sua coligação com os históricos adversários através da FU.

No procedimento de delimitação e mapeamento dessa historiografia³⁷ é possível identificar diferentes tipos de abordagem que se propuseram realizar análises, sínteses ou narrativas descritivas sobre o tema. Um primei-

³⁷ Como toda e qualquer seleção ela trata-se de um recorte parcial e subjetivo assumido pela pesquisa diante de alguns critérios estabelecidos e da impossibilidade de abarcar a vasta totalidade de obras produzidas sobre o tema. Além disto, alguns levantamentos e discussões historiográficas realizados por outros autores serviram como inspiração para esta empreitada. Ver: GUTFREIND, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998; PESAVENTO, Sandra. *O velho/novo positivismo*. GRAEBIN, Cleusa; LEAL, Elisabete (orgs.). *Revisitando o positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p. 59-64; AXT, Gunter. Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexos entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistas-borgistas. *Métis (UCS)*, Caxias do Sul, v. 1, n.1, p. 39-70, 2002; PEZAT, Paulo Ricardo. O positivismo na abordagem da recente historiografia gaúcha. *Anos 90 (UFRGS)*, v. 13, p. 255-285, 2006;

ro conjunto de contribuições trata dos relatos de memórias produzidos por contemporâneos ao período, em grande parte membros ou simpatizantes dos partidos políticos, e que propuseram leituras sobre a época em que viveram, como por exemplo, as contribuições de José Antônio Flores da Cunha³⁸, João Neves de Fontoura³⁹, Antero Marques⁴⁰, Mem de Sá⁴¹ e entre outros.

Em segundo conjunto destacam-se os estudos históricos produzidos por historiadores não profissionais (políticos, jornalistas, advogados, literatos, etc.) e com algum vínculo aos grupos partidários em disputa, com destaque para as obras de Wenceslau Escobar⁴², Joaquim Luís Osório⁴³, Victor Russomano⁴⁴, Gustavo Moritz⁴⁵, Arthur Ferreira Filho⁴⁶, entre outras contribuições.

Além destes, é possível ainda identificar as contribuições de outros historiadores não profissionais, mas com relativo distanciamento político e temporal com o objeto de estudo, tais como, Sérgio da Costa Franco⁴⁷, Riograndino da Costa e Silva⁴⁸, José do Patrocínio Motta⁴⁹, Mozart Pereira Soares⁵⁰ e outros.

³⁸ FLORES DA CUNHA, op.cit.

³⁹ FOUNTOURA, João Neves da. *Memórias – Borges de Medeiros e seu tempo*. Volume 1. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958; FOUNTOURA, João Neves da. *Memórias. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Volume 2. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.

⁴⁰ MARQUES, op.cit.

⁴¹ SÁ, op.cit.

⁴² ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamento para a História da Revolução Rio-grandense de 1893*. Brasília: UNB, 1983. (A obra original foi publicada em 1920); ESCOBAR, Wenceslau. *Trinta anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Bayern, 1922.

⁴³ OSÓRIO, Joaquim Luis. *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

⁴⁴ RUSSOMANO, Victor. *História Constitucional do Rio Grande do Sul*. 2ed. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1976. A primeira edição foi publicada em 1932.

⁴⁵ MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II*. Organização de Gunter Axt [et al.]. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2005. Os textos originais do autor datam de 1939.

⁴⁶ FERREIRA FILHO, Arthur. *Revolução de 1923*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1973; FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul: 1503-1974*. Porto Alegre: Globo, 1974; FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e Caudilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

⁴⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 5ed. Porto Alegre: Renascença, Edigal, 2013. A primeira edição foi lançada em 1967. O autor possui ainda diversos estudos sobre temas relativos a política da Primeira República.

⁴⁸ COSTA E SILVA, da Riograndino. *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968.

⁴⁹ MOTTA, José do Patrocínio. *República Fratricida: Revoluções Rio-Grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

⁵⁰ SOARES, Mozart Pereira. *O positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte*. Porto Alegre: AGE, Ed UFRGS, 1998.

Por último, situam-se às análises desenvolvidas no âmbito acadêmico por pesquisadores da área da História, Ciência Política e Filosofia, estudos que gostaria de me deter exclusivamente no presente texto. Nesta linha-gem de pesquisas acadêmicas é possível destacar algumas contribuições relevantes ao debate proposto, principalmente aquelas produzidas durante as décadas de 1970 e 1980⁵¹, geração de estudos que recebeu ares de clássicos e ainda hoje baliza às discussões de novos pesquisadores. Neste sentido, é possível colocar em destaque⁵² as investigações de Joseph Love⁵³, Carlos Cortés⁵⁴, Helgio Trindade⁵⁵, Sandra Pesavento⁵⁶, Nelson Boeira⁵⁷, Maria Izabel Noll⁵⁸, Ricardo Vélez Rodríguez⁵⁹, Maria Antonieta Antonacci⁶⁰, Céli Regina Jardim Pinto⁶¹ e Loiva Otero Félix⁶².

Para além dos pontos que pretendo questionar e debater sobre estas obras é importante demarcar o pioneirismo e a enorme riqueza de suas abordagens. Não se trata aqui de sugerir a invalidade destes estudos, muito pelo contrário, existe uma enorme dívida dos estudiosos do assunto peran-

⁵¹ De acordo com Joseph Love, em entrevista à Flavio Heinz, a história praticada por pesquisadores profissionais no Rio Grande do Sul encontrava-se muito pouco desenvolvida até a década de 1970, quando publicou seu estudo e viu surgir os esforços de Helgio Trindade e outros estudiosos que representaram uma redescoberta da história política regional com uma nova roupagem acadêmica. Ver: HEINZ, Flávio; LOVE, Joseph. Entrevista com Joseph L. Love. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 32, n.32, p. 165-177, 2003. Além disto, a maioria destes estudos recebeu publicação em livro através da *Série Documenta* promovida pela editora Mercado Aberto, na célebre coleção de obras com o título de “RS:”.

⁵² Seria impossível dar conta e trazer para o debate toda a bibliografia acadêmica produzida sobre o tema, dado o grande volume de obras e autores. Dessa forma, conforma destacado anteriormente, optou-se por uma seleção diante de determinados critérios estabelecidos pelo estudo de tese, como por exemplo, relevância do estudo ao debate proposto, abordagem sobre o objeto em análise, etc.

⁵³ LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

⁵⁴ CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930 – 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

⁵⁵ TRINDADE, op. cit.

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra. República Velha gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

⁵⁷ BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (org). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 34-59.

⁵⁸ NOLL, Maria Isabel. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul – 1928-1937*. Porto Alegre, UFRGS, 1980.

⁵⁹ VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *Castilhismo, uma filosofia da República*. Porto Alegre: EST, 1980.

⁶⁰ ANTONACCI, op. cit.

⁶¹ PINTO, Celi Regina Jardim. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: LPM, 1986.

⁶² FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

te às profícuas contribuições destes autores. Não à toa são supra citados e podem ser considerados como leituras obrigatórias na historiografia política da Primeira República⁶³, já que foram os principais responsáveis por uma série de aspectos vitais ao estudo do tema, como por exemplo, localizar e tornar disponível diversos documentos históricos que ainda hoje são as principais fontes para o estudo; propor significativos avanços através de novas abordagens e interpretações em relação às gerações de estudos anteriores; estabelecer um conjunto de argumentos que influenciaram os estudos de sucessivas gerações de mestrandos e doutorandos na área; e entre tantas outras características positivas que poderiam ser mencionadas à respeito das contribuições apresentadas por estes pesquisadores.

Diante deste quadro, gostaria de destacar algumas questões que tem chamado a atenção e direcionado minhas discussões sobre o assunto. Embora as considerações aqui esboçadas sejam inacabadas e encontra-se em fase de desenvolvimento, acredito ser importante esboçar preliminarmente alguns destes argumentos a guisa de uma tentativa de crítica e reflexão. Um primeiro ponto central percebido na leitura e análise destas obras, é de que apesar de se trataram de estudos relativamente diversos em determinados aspectos (formação dos pesquisadores, perspectivas teóricas e metodológicas, questionamentos e objetivos propostos, objeto de investigação, etc.), suas análises se aproximam intimamente por um elemento em comum: em sua grande maioria buscaram ou exploraram em alguns elementos, tais como, ideologia⁶⁴, doutrina, “famílias político-ideológicas”, “influência do pensamento positivista”, “conservadores-autoritários versus conservadores-liberais”, “castilhismo positivista”, “autoritarismo positivista”, “liberais versus positivistas”, “liberalismo”, o principal componente para compreender e explicar a política e os políticos do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

⁶³ Embora sem realizar um levantamento sistemático sobre o tema, é possível indicar que estes autores aparecem, continuamente, como aqueles mais citados e referenciados por pesquisadores do assunto no final do século XX e início do XXI.

⁶⁴ O termo ideologia aparece constantemente na análise dos autores, geralmente utilizado para se referir ao conjunto de ideias, princípios e projetos políticos dos chamados “positivistas” do PRR ou “liberais” da oposição. Embora não seja objetivo do trabalho entrar em discussões conceituais sobre isto, cabe assinalar que o conceito de ideologia possui variados significados e acepções em diferentes momentos históricos e com larga tradição de discussão e reflexão nas ciências sociais e humanas. Uma boa síntese do problema pode ser encontrado em: MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972; THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

A grande maioria destes estudos partiu deste aspecto central para compreender uma série de outros problemas e acontecimentos políticos, assim como para responder a maioria das perguntas levantadas em suas análises. Dessa forma, conforme identificado e problematizado por diversos pesquisadores, caiu-se no risco de transformar determinadas noções, como por exemplo, principalmente o positivismo, em um “marco redutor e explicativo de toda uma realidade”⁶⁵, ou em um “engodo e camisa-de-força para os pesquisadores”⁶⁶, tendo em vista a preocupação em encaixar diferentes aspectos e agentes em classificações político-ideológicas fechadas e estanques.

Esta perspectiva desdobra-se em um segundo tópico relevante e que no entendimento da minha tese é central: estes estudos contribuíram para a construção daquilo que classifico como sendo uma sobrevalorização da dimensão ideológica nos estudos de história política da Primeira República. Neste sentido, é importante destacar que esta constatação já foi levantada de diferentes maneiras e em diferentes graus por outros estudiosos, como por exemplo, por Sandra Pesavanto ao revisitar seu próprio tema de estudo em artigo publicado no final da década de 1990⁶⁷, Nelson Boeira ao avaliar o conjunto de investigações sobre positivismo⁶⁸ e, posteriormente, pelas novas abordagens presentes nas análises de Luiz Alberto Grijó⁶⁹ e Gunter Axt⁷⁰. A reflexão sobre este problema historiográfico não se trata de uma discussão inédita, tendo sido alertada anteriormente, o que venho propondo no entanto, é aprofundar este debate, objetivando perceber se estes argumentos convergem ou divergem em relação aquilo que percebo através do caso de estudo do PL e suas lideranças e das minhas hipóteses construídas em torno disto.

⁶⁵ PESAVENTO, op. cit., p. 94

⁶⁶ BOEIRA, op. cit., p. 240

⁶⁷ PESAVENTO, op.cit.

⁶⁸ BOEIRA, op cit.

⁶⁹ GRIJÓ, op.cit; GRIJÓ, Luiz Alberto. A “Estância de São Pedro”: concepções de política e sociedade no Rio Grande do Sul. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). RS: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 139-159; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil*: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Rio de Janeiro: UFF, 2005. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

⁷⁰ AXT, Gunter. O Coronelismo Indomável: O Sistema de relações de poder. In: AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritus, 2007; AXT, Gunter. *Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Porto Alegre: Paiol, 2011; AXT, Op cit.

Alguns trechos de argumentos de determinados autores sobre este debate servem de exemplo para destacar brevemente este problema historiográfico. O cientista político Helgio Trindade percebeu como característica básica da classe dirigente do Rio Grande da Primeira República ao Estado Novo, uma profunda cisão por radicalismos ideológicos. Neste sentido, o autor objetiva explicar os diferentes partidos através da presença de antagonismos de ideias e projetos, uma “*clivagem ideológica entre duas ‘famílias políticas’ que se confrontam através de diferentes movimentos e estruturas partidárias*”, os “*conversadores-autoritários e conservadores-liberais*”, vinculados, respectivamente, ao PRR e as oposições (federalistas e, posteriormente, “libertadores”). Nesta divisão reside o principal argumento do autor: a percepção de um fosso ideológico que dividiu “o setor dominante da sociedade” entre situação e oposição, incompatíveis e antagônicos em termos de visão sobre “a organização do Estado” e o “relacionamento deste com a sociedade civil”, os primeiros defendendo um regime republicano de cunho autoritário, os segundos defendendo a República Liberal⁷¹. Em sentido aproximado, Céli Pinto defendeu que a divisão entre os grupos de situação e oposição estava, principalmente, em suas bases doutrinárias, tendo o positivismo, em contraposição aos posicionamentos do liberalismo, permitido ao PRR apresentar-se como capaz de incorporar interesses sociais diversos, além de fornecer uma justificação às tomadas de posição do grupo, tendo o partido, ao contrário das demais agremiações do período, se destacado por governar “a partir de princípios ideológicos definidos e que serviam realmente como base para a tomada de decisões⁷²”.

O que proponho com esta discussão é pensar caminhos alternativos aos então amplamente difundidos e reproduzidos pela historiografia, no sentido de atentar com mais cuidados conforme alertado por Luiz Alberto Grijó, com uma ênfase exclusiva na dimensão ideológica como um elemento catalisador das posições político-partidárias e das disposições para o enfrentamento bélico no Rio Grande do Sul republicano⁷³, tendo em vista que, conforme sugerido pelo autor, ainda que se possa verificar alguma “divergência em termos de filiações explícitas a correntes ideológicas” através dos discursos formais dos agentes, os dirigentes desses grupos possuíam uma “visão de mundo baseada em princípios comuns e que se traduzia em

⁷¹ TRINDADE, 1979, op.cit, p. 15-18, p. 119, p. 187, grifos meu.

⁷² PINTO, 1986, op.cit, p. 12-13, p. 67-68.

⁷³ GRIJÓ, 1998, op. cit, p.166.

práticas políticas nas quais os princípios ideológicos contavam pouco ou quase nada”. Ou seja, tratavam-se de princípios de classificação do mundo social, formas de exercício do mando e valores e concepções de política e sociedade universalmente aceitos, tanto pelas elites governistas como pelas oposicionistas⁷⁴.

No mesmo sentido, conforme problematizado por Jonas Vargas para o caso da política rio-grandense na segunda metade do século XIX, não se trata de afirmar que os discursos políticos e os programas partidários não possuíam importância, mas sim em considerar que uma análise que privilegie o papel dos indivíduos, dos grupos e das famílias pode trazer novas contribuições para a compreensão desses objetos, tendo em vista que os partidos políticos também são formados por um aglomerado de redes de relações sociais, em que as ideias eram apenas “um dos fatores dentre muitos outros”⁷⁵, ou ainda, conforme adverte Grijó, os partidos são atravessados por redes de relações como forma de atendimento de demandas, com isto, existiram outras questões no sistema político-partidário rio-grandense, como por exemplo, as complexas teias de relações sociais que “muito pouco ou nada tinham a ver com os discursos ideológicos e oficiais”⁷⁶ além de diversos outros elementos, como trocas de favores e amizades, grupo profissional e familiar, origem e interesse socioeconômico, etc.

Para além do problema central da sobrevalorização ideológica nos estudos, outros aspectos também podem ser brevemente e superficialmente destacados como amplamente presente na grande maioria destes estudos. O primeiro deles trata-se de a constatação de uma tradição de bipolaridade na política regional, constantemente dívida estritamente em dois lados⁷⁷ (republicanos versus federalistas; republicanos versus “libertadores”, etc.). Um segundo ponto diz respeito ao encontro com uma tese da especificidade da história política rio-grandense. Esta singularidade residiu em diferentes elementos que tornaram o estado rio-grandense “diferente” ou “superior” aos demais: a consistência e esclarecimento ideológico dos partidos; a suposta “ausência” ou “fraca influência” do coronelismo no estado; a existência de

⁷⁴ GRIJÓ, 2002, op.cit, p.140-141.

⁷⁵ VARGAS, 2010, op.cit, p. 27-28, p.116.

⁷⁶ GRIJÓ, 1998, op.cit, p.16, p.101-102.

⁷⁷ Este aspecto parece ser recorrente desde os relatos de memorialistas até as análises acadêmicas. Em estudo anterior, tive a oportunidade de demonstrar de que forma a questão era mais complexa que uma simples bipolaridade entre “chimangos versus maragatos” no episódio da Revolução de 1923 e contexto político de início da década de 1920. Ver: DAL FORNO, op.cit.

uma oposição combativa e atuante frente ao sistema amorfo dos partidos únicos nas demais regiões; a ideia de uma politização acentuada por parte da população; e a lealdade ao chefe partidário e ao partido acima de tudo. O terceiro ponto, amplamente identificado na historiografia, é a centralidade adquirida pelos personalismos nas explicações da política partidária. Para diversos autores, personalidades como Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Silveira Martins ou Assis Brasil possuíam um “brilhantismo” e “superioridade” acima dos demais e descolada da sua realidade, o que serviria para compreender e explicar diferentes questões daquele período.

Diante desta diversidade de questões e aspectos preliminarmente identificados como recorrentes na tradição historiográfica é possível perceber a relevância de propor uma revisão e debates com as múltiplas matrizes interpretativas sobre o tema, com o objetivo de melhor compreender da história política republicana, bem como para analisar o PL e suas principais lideranças.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo apresentar alguns aspectos de uma pesquisa de doutorado em fase de desenvolvimento, demonstrando a construção de algumas hipóteses e caminhos de análise e argumentação. Neste sentido, preceuei-me em destacar, introdutoriamente, alguns tópicos centrais do estudo, como por exemplo, a delimitação do objeto e problema de pesquisa, as opções teóricas e metodológicas assumidas e uma listagem de fontes históricas previstas para o desenvolvimento do estudo.

Não obstante, procurei, fundamentalmente, chamar atenção para leitura e discussão historiográfica que venho realizando no estágio atual da investigação, com o objetivo de mapear algumas linhas argumentativas identificadas na literatura sobre o tema, percorrendo as contribuições desde contemporâneos aos episódios até as análises desenvolvidas no âmbito acadêmico e que se tornaram, em determinada medida, “hegemônicas” nos estudos sobre o tema. Neste conjunto de estudos é perceptível uma preferência e preocupação maior em relação a determinados fatores e argumentos em detrimento de outros, como por exemplo, o estudo do PRR e a predominância do fator ideológico como instrumento explicativo central.

As classificações propostas pela historiografia, consubstanciadas, principalmente, em torno da descrição de dois “grupos políticos-ideológicos”, os “liberais” e “positivistas”, como principal ferramenta explicativa da po-

lítica partidária do período, não permite compreender dois conjuntos de temas-problemas fundamentais e objeto de análise de minha tese. Neste sentido, questiona-se de que forma, através destas categorias estanques de posicionamentos ideológicos irreduzíveis e completamente antagônicos, pode ser possível explicar o Partido Libertador, grupo composto de agentes provenientes de diferentes tendências partidárias (republicanos dissidentes, democratas republicanos, federalistas, etc.). Ou ainda, o que é mais complexo de ser concebido seguindo o modelo explicativo proposto por grande parte da bibliografia, como entender que os adversários históricos de PRR e PL, completamente “antagônicos e divididos pelas suas diferenças de ideias e projetos”, viessem a se aliar e compor uma mesma frente política ao final dos anos 1920 e durante a década de 1930.

Talvez a resposta para estas questões encontre-se em outros fatores, recursos e relações amplamente identificáveis no mundo político e que, por vezes, foram tangenciados ou ignorados pela historiografia em decorrência da proeminência do plano ideológico nas propostas explicativas. Neste sentido, trata-se de buscar perceber o que a análise sobre a trajetória dos “libertadores”, tanto em sua esfera institucional (de formação e atuação do partido), quanto no âmbito de participação de suas lideranças (seus percursos, relações, capitais, etc.), à luz de uma proposta de história social da política, tem a nos dizer sobre um tema tão visitado pelos estudiosos, mas ainda com lacunas a preencher, argumentos a revisar e pergunta a responder.

Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática

Douglas Souza Angeli

Considerações iniciais

Entre 1945 e 1964, o Brasil viveu sob o regime democrático. Uma democracia que, imperfeita e incompleta como sempre, foi gradualmente constituindo uma esfera de ação na qual os cidadãos puderam exercer o seu papel ao mesmo tempo em que aprendiam a exercê-lo. Este tipo de experiência encontrou o lugar importante que ocupa atualmente na historiografia a partir da renovação dos estudos da História Política – quando uma história que tratava somente das elites dirigentes teve de dar conta da emergência destes novos agentes. Já não é novidade a assertiva de René Rémond de que os processos de democratização ao longo do século XX são fatores explicativos, embora não exclusivos, dessa renovação dos estudos políticos: a velha História Política teria sido condenada pelo advento da entrada das camadas populares ao mundo da política¹.

Por sua vez, a experiência democrática no Brasil, marcada pela incorporação das camadas populares às práticas eleitorais, acabou por condenar um modo de fazer política até então vigente: embora as práticas clientelistas perdurassem, a necessidade da conquista do voto dos trabalhadores – cada vez mais presentes no eleitorado – exigiu das elites políticas a adoção de práticas de mobilização não baseadas na coerção. Como evidência da constatação dessa irreversível emergência, Angela de Castro Gomes destacou a frase de José Lins do Rego: “Não era possível mais fazer cálculos sem contar com o povo”².

¹ RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

² GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 292.

O objetivo deste texto é apresentar algumas das questões, fontes e possibilidades de análise pertinentes ao estudo da mobilização eleitoral no período da experiência democrática a partir dos resultados da pesquisa do mestrado e do doutorado em andamento. A dissertação de mestrado intitulada *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)* buscou compreender as práticas de mobilização que foram empreendidas nesse município da região metropolitana de Porto Alegre em suas primeiras experiências eleitorais – que coincidiram com um expressivo crescimento populacional e com a alteração de seu perfil de rural para urbano ou suburbano³. No doutorado, o objetivo é pesquisar as três primeiras eleições estaduais no Rio Grande do Sul após o Estado Novo tendo como fio condutor o candidato petebista Alberto Pasqualini (1901-1960) e as práticas de mobilização de suas campanhas eleitorais.

O elo das duas pesquisas vai além do recorte temporal: o intuito sempre presente é o de compreender o papel das campanhas eleitorais na construção do eleitor dessa experiência democrática. O ponto de partida teórico está em Michel Offerlé, com a ideia de construção do eleitor: a mobilização eleitoral é um conjunto de empreendimentos que buscam incitar nos possíveis eleitores um interesse pela competição política a fim de convencê-los a se tornarem eleitores⁴. Esse processo é significativo nos momentos em que o voto ainda não é algo naturalizado. E isto nos permite pensar, seguindo a indicação de Antônio Lavareda⁵, que o alvorecer da experiência democrática corresponde, na história política do Brasil, a este ponto crucial no qual, ampliado o corpo eleitoral, é necessária essa mobilização em torno do voto e do tornar-se eleitor. O surgimento dos partidos políticos nacionais, a ampliação e modificação do perfil do eleitorado e a realização periódica de eleições em um sistema eleitoral competitivo foram fatores importantes na modificação das relações entre candidatos e eleitores na vigência da República Democrática (1945-1964)⁶.

³ ANGELI, Douglas Souza. *Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963)*. Dissertação [Mestrado em História]. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

⁴ OFFERLÉ, Michel. *Perímetros de lo político: contribuciones a una sócio-historia de la política*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

⁵ LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

⁶ Para Angela de Castro Gomes, a experiência democrática de 1945-1964 propiciou um “aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”. GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al]. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilí-

Quando se fala em mobilização eleitoral, trata-se de um conjunto de empreendimentos que vão além das práticas de conquista do voto pelos candidatos e partidos. Além do sentido amplo que envolve a construção do eleitor, é preciso considerar que há outros agentes envolvidos nessa mobilização: jornalistas, editores de periódicos, membros de associações, grupos religiosos, Justiça Eleitoral. Além dessa multiplicidade de agentes envolvidos, é necessário entender também as próprias campanhas eleitorais (no sentido mais estrito, lideradas por partidos e candidatos) como um empreendimento não homogêneo e a propaganda eleitoral como algo polifônico – em que pese a importância do papel exercido pelas elites dirigentes dos partidos e dos próprios candidatos na elaboração dos programas, propostas, manifestos, notas, anúncios e discursos.

Primeiramente, é necessário ter em conta o contexto dos meios de comunicação desse período em que a televisão ainda não exercia o papel proeminente que exerceria após a década de 1970 – conforme já salientado por Lavareda⁷. Além da centralidade da utilização do rádio e dos jornais (com força da imprensa local e regional), disso resultava uma campanha eleitoral mais dependente do contato direto com os eleitores. Segundo aspecto a ser considerado: não estamos lidando com as campanhas eleitorais profissionalizadas como as surgidas após a década de 1980⁸ e, na ausência dos profissionais do *marketing*, o papel dos apoiadores locais, das relações pessoais, da propaganda descentralizada e dos mais variados empreendimentos de campanha que se davam sem a coordenação de um comitê central, não pode ser negligenciado. Isso tudo explica o título do presente texto: *Santinhos, comícios e apertos de mão*.

A mobilização eleitoral e seus diferentes agentes

A pergunta de Michel Offerlé para o contexto francês do final do século XIX parece válida para compreensão do processo de democratiza-

zação Brasileira, 2009, p 2009, p. 48. Por esta razão, Jorge Ferreira chama o período de 1945 a 1964 de República Democrática, sendo este um período importante para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira. FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

⁷ LAVAREDA, Antonio. Op. Cit.

⁸ A consolidação do marketing político no Brasil ocorre a partir do início da década de 1980. Cf CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues. “Marketing político”: a construção do “mercado eleitoral” no Brasil (1954-2000). Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2014.

ção no Brasil pós-Estado Novo: “Como levar os cidadãos a se tornarem cidadãos, a se inscrever e votar?”⁹”. Começando pela delimitação do corpo eleitoral, tal mobilização envolve diferentes agentes que buscam construir um interesse pela competição política. Michel Offerlé destaca:

Para que haja eleições é preciso que se realize um trabalho de delimitação da categoria de cidadão, faz-se necessário um trabalho que dê forma e atuação a esta categoria (investimentos materiais, jurídicos e simbólicos), é preciso, enfim, que os protagonistas da eleição encontrem um interesse suficiente que os leve a agir: eleitores, candidatos, comentaristas¹⁰.

Na passagem do Estado Novo para o período democrático, foram convocadas eleições presidenciais e para a formação da Assembleia Nacional Constituinte a serem realizadas em dezembro de 1945. Em maio daquele ano, Getúlio Vargas baixou um decreto-lei regulamentando as eleições, conhecido como Lei Agamenon. O decreto previa que o alistamento e o voto seriam obrigatórios para homens e mulheres, com exceção dos inválidos, dos maiores de 65 anos, dos brasileiros a serviço do país no estrangeiro, dos oficiais das Forças Armadas em serviço ativo, dos funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio, dos magistrados e das mulheres que não exercessem profissão lucrativa.

Conforme John French, a Lei Agamenon criou mecanismos para favorecer a participação eleitoral das classes trabalhadoras urbanas. Assim, como parte de seu esforço para criar um contrapeso urbano-industrial ao poder de influência dos coronéis sobre as populações rurais, Getúlio Vargas manteve o requisito da alfabetização para o direito ao voto¹¹. Isso se articulava à manutenção de uma modalidade de alistamento já prevista no Código Eleitoral de 1932: o alistamento *ex-officio*, sistema que foi utilizado em larga escala pelos interventores estaduais e pelos sindicatos. Como resultado, 15% da população compareceu às urnas para votar em dezembro de 1945¹².

⁹ OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 353.

¹⁰ Idem, p. 345.

¹¹ FRENCH, John D. Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). *Populismo e neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77.

¹² NICOLAU, Jairo Marconi. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543.

O Código Eleitoral de 1950 ainda licitava aos partidos políticos, por meio de seus delegados, apresentarem aos cartórios eleitorais requerimentos de inscrição dos eleitores. Na pesquisa do mestrado, o estudo da imprensa local permitiu observar esse movimento. Vários anúncios dos diretórios do Partido Social Democrático (PSD) em Canoas foram publicados no jornal *O Democrata*, contendo chamamentos deste tipo: “Na residência do Sr. Venerando Gomes de Oliveira, onde está sediado o subdiretório de Chácara Barreto, serão atendidos os interessados que desejarem se habilitar ao exercício do voto nas próximas eleições¹³”.

Nas páginas da imprensa local também foi possível encontrar anúncios conclamando os eleitores a retirarem seus títulos eleitorais: “O eleitor que ainda não está de posse do seu novo título, não deverá aguardar os últimos momentos, evitando assim os inconvenientes atropelos, que às vezes, chegam a registrar incidentes desagradáveis¹⁴”. Também na imprensa de circulação estadual, há mostras desse trabalho de mobilização articulado à Justiça Eleitoral. Como exemplo, a edição do *Correio do Povo* de 4 de janeiro de 1947 trazia informações sobre a requisição de segunda via do título de eleitor e de títulos apreendidos no pleito anterior nos casos de voto em separado, reproduzindo nota enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral¹⁵.

Assim, percebe-se o papel do Estado, por meio da Justiça Eleitoral, e dos partidos políticos bem como da imprensa local e regional, nos esforços para incentivar a inscrição dos eleitores, algo indispensável nas práticas eleitorais que se consolidavam à medida que a democracia se dava a experimentar. A Igreja Católica foi outro agente interessado na mobilização eleitoral e que aparece nas fontes.

A Arquidiocese de Porto Alegre publicava o *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*¹⁶. Nele é possível encontrar circulares assi-

¹³ PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. *O Democrata*. Canoas, 15/07/1950, p. 02. Unidade de Patrimônio Histórico de Arquivo Municipal de Canoas/RS [UPHAM].

¹⁴ PROCURE seu título eleitoral. *Canoas em Marcha*. Canoas, out, 20. 1951. Contracapa. [UPHAM].

¹⁵ AVISOS do Tribunal Regional Eleitoral. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 04/01/1947, contracapa. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa [MCSHJC]. Informações sobre os procedimentos do eleitor no dia do pleito foram publicadas na contracapa desse periódico em grande quantidade até o pleito de 19/01/1947.

¹⁶ RODEGHERO, Carla. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Dissertação [Mestrado em História]. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Conforme a autora, o boletim era enviado às paróquias da arquidiocese, às dioceses do estado e às congregações religiosas. Nele eram publicadas resoluções, circulares, discursos de arcebispo e notícias relativas à Igreja Católica.

nadas por D. Vicente Scherer concernentes ao interesse da Igreja nas eleições estaduais, tais como esta enviada em 17 de dezembro de 1946:

O dia das próximas eleições cairá em plena época de veraneio, o que, infelizmente, favorecerá o abstencionismo. Por isso é mister que V. Revma., sem perder tempo, faça o quanto segue:

1º Aproveite todas as ocasiões, principalmente as missas aos domingos e dias santos (inclusive Natal) para inculcar a obrigação do voto, a qual se estende também, com toda sua gravidade, às pessoas em viagem ou veraneio¹⁷.

Esta circular, similar a tantas outras dos meses que antecederam às eleições de 1947, 1950 e 1954, evidencia o interesse da cúpula da Igreja Católica do Rio Grande do Sul na mobilização eleitoral, pois os padres foram orientados a “inculcar a obrigação do voto” entre os católicos. Além disso, demonstra que além da imprensa escrita, do rádio e dos comícios, havia outro meio de comunicação importante na construção de um interesse pelo voto: a missa, recurso exclusivo da Igreja. É importante salientar que, apesar de contar com diversos periódicos de orientação católica nesse período, entrevistas realizadas por Carla Rodeghero indicam, ao menos na memória dos entrevistados, uma relação mais recorrente entre o combate ao comunismo e os sermões dos padres nas missas do que com a imprensa católica. Entretanto, a autora lança uma hipótese: o jornal teria “um poder significativo na construção do imaginário anticomunista, mas quando passado pela mediação da leitura e pela intervenção dos padres¹⁸”.

Para trazer um exemplo de interpelação do eleitor na imprensa católica, pode-se recorrer ao *Correio Rio-Grandense*, editado em Garibaldi/RS pelos monges capuchinhos. A edição de 18 de dezembro de 1946 é paradigmática: a parte superior da capa traz um artigo intitulado *Deixar de votar é votar no inimigo*. Ao lado, não fazendo parte do artigo mas articulando-se a ele, há uma reprodução de fotografia cuja legenda afirma tratar-se de comunistas durante a guerra-civil espanhola. Eles seguram cabeças decepadas, ilustrando a informação da legenda acerca de “meio milhão de católicos” mortos pelos comunistas¹⁹. No artigo, José Bizotto, redator do jornal, argumenta: “Cada eleitor que deixa de comparecer às urnas, vota nos inimigos, porque enfraquece a força dos bons ao mesmo tempo que reforça as linhas dos

¹⁷ CIRCULAR nº 21. *Unitas*, Porto Alegre, n. 1-3, Janeiro-Março de 1947, p. 64. Arquivo da Arquidiocese de Porto Alegre [AAPA].

¹⁸ RODEGHERO, Carla. Op. Cit, p. 187-188.

¹⁹ *Correio Rio-Grandense*, Garibaldi, 18/12/1946, capa. Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul [CMCMCS].

maus”. Não é preciso dizer que o inimigo, no caso, tratava-se do comunismo e de tudo o que, naquele imaginário, correspondia ao comunismo.

Dessa forma, percebe-se que o início da experiência democrática foi marcado pela atuação de diversos agentes, como projetos políticos distintos, mas todos interessados na construção do eleitor. O estudo da mobilização eleitoral exige ter em conta que, além dos partidos e dos candidatos, cumprem um papel importante na construção de um interesse pelo voto agentes como Justiça Eleitoral, Igreja e imprensa – isso levando em consideração apenas os mencionados nos exemplos anteriores. Parece interessante, portanto, refletir um pouco mais sobre o papel da imprensa nesse processo.

Imprensa e mobilização eleitoral

A utilização da imprensa como fonte para os trabalhos de História Política proporciona vantagens: além de fornecer uma periodização dos acontecimentos e temas que movimentaram o cenário político em cada contexto, partidos, candidatos, governantes e lideranças políticas em geral utilizaram os periódicos para fins políticos, lançando mão de notas, anúncios, a pedidos, concedendo entrevistas e publicando artigos²⁰. Interesse do meio político em publicar na imprensa, necessidade da imprensa de produzir conteúdo sobre a política, vínculos mais ou menos estabelecidos entre os periódicos com os diferentes grupos políticos, variados posicionamentos e vínculos partidários de jornalistas, colunistas e articulistas, venda de espaços para propaganda política de diversas tendências, tudo isso transformava as páginas dos grandes periódicos, especialmente nos períodos de campanha eleitoral, em campos minados onde o sentido do presente era politicamente disputado em cada página e a cada edição diária.

É interessante notar que, quando se estuda a mobilização eleitoral na experiência democrática brasileira, lida-se com um período em que a ampliação do eleitorado e um sistema eleitoral competitivo forçaram partidos e candidatos à adoção de novas técnicas de persuasão, embora a propagan-

²⁰ A imprensa não servia apenas de canal de comunicação com o público, mas como meio pelo qual se buscava pautar o debate político e um espaço pelo qual se podia medir forças. Políticos faziam uso da imprensa para “recados implícitos ou demonstrar força perante seus concorrentes políticos, ao mesmo tempo em que buscam mobilizar o público leitor mais amplo” (ANGELI, Douglas Souza; ANDRADE, Iamara Silva. Dificuldades, possibilidades e cuidados metodológicos na utilização da imprensa como fonte para a história política. *Aedos*, Porto Alegre, v. 8, n. 19, 2016, p. 387-392).

da política ainda não estivesse profissionalizada como passaria a estar a partir da década de 1980. Ainda encontrando na imprensa escrita seu principal canal de propaganda, é preciso salientar também que, se não prenomina-va mais o estilo de “jornal-tribuna”, a profissionalização do jornalismo e da imprensa também seguia de forma lenta e sua relação com a política se dava nos mais variados graus: de uma vinculação estreita entre periódicos e grupos políticos até articulações mais sutis sob um discurso de suposta objetividade e neutralidade²¹.

No caso da pesquisa do mestrado, os jornais de Canoas logo demonstraram um padrão interessante: surgiam às vésperas das eleições municipais, seus editores e jornalistas possuíam vínculos com grupos políticos locais e, dependendo do resultado das urnas, tornavam-se veículo da publicidade oficial da Prefeitura Municipal ou logo desapareciam. Essa imprensa local cumpriu importante papel na construção de um interesse pela competição eleitoral, divulgando o alistamento, as convenções partidárias, as listas de candidatos, bem como propostas, anúncios, e notícias relacionadas à campanha eleitoral. Por meio dela, candidatos e partidos buscaram mobilizar os possíveis eleitores, estabelecendo relações entre o voto e as demandas locais²².

Dessa forma, ao mesmo tempo em que serve de fonte preciosa para a História Política, a imprensa também pode ser considerada como parte do objeto de pesquisa: no caso da mobilização eleitoral, jornalistas, editores, comentaristas, articulistas, colunistas, fotógrafos e proprietários dos veículos de imprensa cumpriram um papel ativo tanto na construção de um interesse do público pela competição política quanto na conquista do voto. Especialmente os jornais e revistas tiveram um papel importante na produção de sentidos acerca das eleições. Como no caso da *Revista do Globo*, que produziu uma reportagem sobre as eleições de 1945, quando

Alguns milhões de brasileiros compareceram às urnas [...] pela primeira vez em treze anos ou em suas vidas, a fim de elegerem pelo voto secreto um presidente da República, senadores e deputados. Se o voto foi secreto, muito mais indevassável terá sido o resultado das eleições até que a última urna revele seu segredo²³.

²¹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; e RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

²² ANGELI, Douglas Souza. Op. Cit, p. 193.

²³ NOSSA democracia em ação. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 08/12/1945, p. 33. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa [MCSHJC].

Na ocasião das eleições estaduais de 1947, a *Revista do Globo* produziu reportagens com os três principais candidatos a governador do Rio Grande do Sul: Alberto Pasqualini (PTB), Décio Martins Costa (PL) e Walter Jobim (PSD), oferecendo ao público imagens distintas sobre cada um²⁴. Também às vésperas das eleições de janeiro de 1947, a coluna política do *Correio do Povo*, na contracapa, buscava promover entusiasmo com relação ao pleito, como na edição do dia 11 de janeiro daquele ano: “Intensifica-se a campanha eleitoral, empenhando-se todos os partidos e seus candidatos em intensa atividade política não só na capital como também no interior, onde a expectativa, igualmente, é grande²⁵”. Há vários editoriais atribuindo sentidos ao pleito e ao voto tanto no *Correio do Povo* quanto no *Diário de Notícias*²⁶.

Embora o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* tenham definido, no Rio Grande do Sul, um “novo regime jornalístico, cuja chave do fortalecimento foi a organização empresarial²⁷”, é preciso entender o discurso de objetividade e neutralidade como um elemento dessa estratégia comercial, mas também buscar compreender o papel de cada veículo no jogo político. Estudando as disputas eleitorais do PTB e do PSD nas páginas do *Diário de Notícias*, Marcos Jovino Asturian salientou a atuação do veículo como um importante agente político: “Levando em consideração somente a produção editorial, percebe-se o referido jornal como um mecanismo de elaboração de representações possuidoras de conteúdo político²⁸”. Isto, conforme o autor, não impedia que ambos os partidos utilizassem o jornal para suas construções simbólicas²⁹. Sobre diferentes momentos, como na escolha do

²⁴ As reportagens foram analisadas por CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul*. Dissertação [Mestrado em História]. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

²⁵ INTENSIFICA-SE cada vez mais a campanha para o pleito de domingo próximo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/01/1947, contracapa [MCSHJC].

²⁶ LUTA e grandeza. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14/11/1946, p. 2; O GOVERNO e as eleições. *Diário de Notícias*, 27/12/1947, p. 4; PELO Brasil. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01/01/1947, p. 4; FUGA à um dever cívico. *Diário de Notícias*, 04/01/1947, p. 4; ELEIÇÕES na data marcada. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11/01/1947; ORDEM e liberdade. *Correio do Povo*, 19/01/1947, p. 3. [MCSHJC].

²⁷ RÜDIGER, Francisco. Op. Cit, p. 80-81.

²⁸ ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pesedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Dissertação [Mestrado em História]. Passo Fundo: UPF, 2011. O *Diário de Notícias* passou a integrar, em 1929, os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, que por sua vez esteve em oposição à Getúlio Vargas e às políticas reformistas em diversas ocasiões. A sede do jornal foi um dos alvos dos protestos ocorridos em Porto Alegre em 24 de agosto de 1954, sendo destruída.

²⁹ Idem, p. 120.

candidato a governador pelo PTB em 1950 e em 1954, Maura Bombardelli, ao estudar a trajetória de Fernando Ferrari no partido, identificou abordagens diferentes entre *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, sendo este último mais enfático no destaque das divergências entre os trabalhistas³⁰.

Percebe-se, em todo o período da experiência democrática, uma larga utilização da imprensa para fins de propaganda eleitoral, desde pequenos anúncios até publicações de páginas inteiras com programas, reprodução de discursos e fotografias dos comícios, críticas a adversários e respostas, adesões de apoiadores e a pedidos, tanto dos candidatos a governador ou senador quanto dos candidatos a deputados estaduais e federais. Houve também significativa utilização do rádio nas campanhas eleitorais, pelo menos desde dezembro de 1946, quando na programação da rádio Farroupilha havia dois horários para o PSD: um das 13h05min às 13h30min, e outro de 5 minutos com início às 20h05min³¹. Por sua vez, o PTB veiculou propaganda na rádio Farroupilha, nas semanas de janeiro que antecederam ao pleito, com dois programas de 15 minutos nas noites de segunda a sábado³². O exame dos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Folha da Tarde* nos traz indícios da utilização do rádio por diversos partidos, como PSD, PTB, UDN, PL e PRP nas sucessivas campanhas eleitorais.

Outra estratégia foi a criação de jornais partidários ou com tendência política explícita. Como exemplos em Porto Alegre, podemos citar o jornal *O Estado do Rio Grande*, do Partido Libertador, que circulou entre 1929 e 1937 e retomou as atividades entre 1946 e 1960, sempre com interrupções³³. Também o *Correio da Noite*, órgão do PSD que circulou em 1945. No mesmo ano, apareceu o jornal *Libertação*, do Comitê Municipal do Partido Comunista. Foi substituído pelo “mais destacado periódico comunista do Rio Grande do Sul³⁴”: a *Tribuna Gaúcha*, cujo nome mudou para *A Tribuna* em 1950. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) lançou *A Luta* em 1949. A revista *Hoje*, que circulou em 1954 e 1955, tinha tendência socialista e vínculos

³⁰ BOMBARDELLI, Maura. *A trajetória de Fernando Ferrari no PTB: da Formação do Partido ao “Trabalhismo Renovador” (1945-1960)*. Dissertação [Mestrado em História]. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

³¹ RÁDIO – Programa de hoje. Farroupilha. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13/12/1946, p. 06 [MCSHJC].

³² PROGRAMAS radiofônicos do PTB. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 07/01/1947, p. 08 [MCSHJC].

³³ LEITE, Carlos Roberto da Costa. *O Estado do Rio Grande*. In: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa. 30 anos. Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 38.

³⁴ MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: autor, 2008.

com o PSB. Por sua vez, o PTB fez circular a *Folha Trabalhista*, lançada em 1949, e *O Clarim*, dirigido por Leonel Brizola em 1955³⁵.

Apesar da importância da propaganda eleitoral por meio da imprensa, é preciso salientar que ela se articula a uma série de outras práticas de campanha eleitoral empreendidas por partidos, candidatos e apoiadores. Da distribuição de panfletos aos comícios, das visitas à inauguração de comitês, há um conjunto de práticas de mobilização que não podem ser negligenciadas.

Partidos políticos e campanhas eleitorais

Um dos focos da dissertação dizia respeito às práticas de campanha eleitoral empreendidas por partidos e candidatos na busca por conquistar o voto dos eleitores. Os períodos que precediam às eleições caracterizavam-se por aquilo que uma das edições do jornal *Canoas em Marcha* chamou de “plena efervescência política”: “Os partidos se movimentam, realizando sessões uma após a outra, diariamente – nos seus respectivos diretórios, estudando e acertando a propaganda dos seus candidatos³⁶”. Debates em torno de nomes, alianças e coligações caracterizam o início das campanhas eleitorais e os momentos que às antecedem são propícios à formação de dissidências no seio dos partidos. Intensa atividade partidária demarcava o período: arregimentação de filiados, qualificação eleitoral, reuniões, inaugurações de retratos, formação de núcleos e abertura de subdiretórios faziam dos partidos o centro dessa efervescência. As atividades promovidas pelos partidos e pelos comitês de apoiadores dos candidatos podem ser entendidas como estratégias de mobilização do eleitorado e, conforme vistas pela imprensa local, como uma medida da força de cada sigla ou coligação.

Dessa forma, a compreensão de um processo eleitoral não pode se resumir ao exame de seus resultados, pois as campanhas eleitorais colocam em cena estratégias, cálculos dos políticos diante da receptividade de suas candidaturas e da ação dos adversários. René Rémond salientou a importância do estudo das campanhas eleitorais, pois elas demarcam “a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”. A reconstituição do desenrolar circunstancial de

³⁵ MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: autor, 2008.

³⁶ FESTIVA a posse da nova executiva municipal do PTB. *Canoas em Marcha*, Canoas, 18/08/1954, contracapa [UPHAM].

algumas campanhas auxiliaria na compreensão do processo eleitoral, pois a campanha “modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças³⁷”. Seus eventos típicos, bem como aqueles que antecedem a este período, cumprem um importante papel na definição dos rumos da vida política. No dia da eleição, os eleitores escolhem dentre as opções que se apresentam a eles, mas, antes mesmo dos candidatos serem escolhidos por seus partidos, reuniões, articulações, convenções, alianças, divergências e boatos são acontecimentos que contribuem para a construção de tais opções³⁸.

Com o objetivo de conquistar o maior número de votos, os diferentes partidos traçavam estratégias para a campanha eleitoral de seus candidatos. Como exemplo, o caso do PTB em Canoas, que em 14 de agosto de 1963 teve reunida sua executiva municipal para discutir as ações da campanha eleitoral para prefeito e vereadores. A *proposta de orientação da campanha eleitoral* incluía a apresentação dos candidatos a autoridades civis, militares e eclesiásticas, a organização de um roteiro de propaganda e uma reunião entre os candidatos e os dirigentes do partido visando ao lançamento da campanha em 24 de agosto – dia dedicado à memória de Getúlio Vargas³⁹. Após quatro eleições municipais, entremeadas por diversas campanhas para deputados, senadores, governador e presidente, os dirigentes do PTB local faziam uso da experiência adquirida na tentativa de vencer mais um pleito.

Desde a primeira experiência, em 1947, as campanhas eleitorais em pleitos municipais envolveram eventos, cerimônias, festividades, ações na busca de dar visibilidade aos candidatos e de mobilizar seus correligionários e eleitores. A caminhada do candidato Arthur Pereira de Vargas pelas ruas do centro de Canoas, tendo ao seu lado o prefeito Nelson Paim Terra e o governador Walter Jobim, constitui registro significativo da campanha realizada pelo PSD – partido vitorioso naquele ano. A partir daí, caminhadas, comícios, inaugurações de comitês, reuniões e churrascos tornaram-se eventos constantes nessas campanhas eleitorais, sempre marcados pelo entusiasmo dos discursos, dos aplausos e dos fogos de artifício.

As notícias do jornal *O Democrata*, em 1947, também evidenciam a existência de algumas destas práticas já na primeira eleição municipal de Canoas. O encontro partidário promovido pelo PSD na vila Niterói, às

³⁷ RÉMOND, René. As eleições. In: _____. Op. Cit., p. 49.

³⁸ ANGELI, Douglas Souza. Op. Cit., p. 164.

³⁹ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 35 (executiva municipal). 14/08/1963. Museu e Arquivo Histórico La Salle – Canoas [MAHLS].

vésperas das eleições de 1947, revela a importância, já naquele pleito, de capilarizar a campanha eleitoral: com subdiretórios e comitês inaugurados nas vilas e nos distritos, com reuniões e comícios realizados nas zonas mais afastadas do centro da cidade e com a ação dos cabos eleitorais, as diferentes candidaturas formavam tentáculos capazes de aproximá-las daquele numeroso eleitorado. Desde muito cedo, o PSD local soube se fazer presente nos diferentes redutos do município: em 1950 seus onze subdiretórios serviram de postos de qualificação eleitoral⁴⁰. Em 1953, o presidente do diretório municipal da sigla, Oscar Andrade, alertava para a necessidade da criação de subdiretórios nos pontos estratégicos da cidade, “colocando em suas direções valorosos e leais companheiros⁴¹”.

Quanto aos marcos legais, destaca-se o artigo 151 do Código Eleitoral aprovado em 1950, que regravava a propaganda eleitoral, sendo permitido aos partidos políticos e aos candidatos, independentemente de licença da autoridade pública e de qualquer tributo, instalar alto-falantes nas suas sedes e dependências, assim como em veículos em trânsito, das 14 às 22 horas; fazer a propaganda própria ou dos seus candidatos, mediante cartazes e faixas afixados em qualquer logradouro público, sendo que o Poder Público deveria garantir um lugar adequado para a sua colocação. Além disso, cartazes e faixas poderiam ser afixados em prédios particulares, dependendo para isto da prévia autorização do proprietário ou do locatário. O mesmo valia para os prédios públicos, desde que consentido pela autoridade responsável e estendido o direito aos demais candidatos e partidos. Já o artigo 129 autorizava, durante os três meses de campanha, a propaganda mediante comícios, rádio e reuniões públicas até 48 horas antes da eleição⁴².

As campanhas dos candidatos a deputado estadual e federal, sempre apoiados por lideranças locais, serviam de prévia, enquanto mobilização, para as campanhas locais – que ocorriam no ano seguinte. Na obra *O diário político de Sereno Chaise*⁴³, há referências à organização e às práticas da campanha no plano local: “Mapas dos comitês dos bairros de Canoas. Vila Mathias Velho, Niterói, Rio Branco, comitês em cada rua e avenida, propaganda boca-a-boca. [...] Naquele tempo se fazia muita política nos bares. [...] O pessoal no

⁴⁰ *O Democrata*, Canoas, 20/05/1950, capa; *O Democrata*, Canoas, 15/07/1950, capa [UPHAM].

⁴¹ EXTRAORDINÁRIA demonstração de confiança nas hostes do Partido Social Democrático. *Canoas em Marcha*, Canoas, 30/09/1953, contracapa [UPHAM].

⁴² Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

⁴³ A obra *O diário político de Sereno Chaise – 60 anos de história*, foi escrita pelo jornalista Luciano Klöckner e publicada em 2007, a partir do depoimento daquele político trabalhista.

final da tarde passa, toma o seu *traguinho*⁴⁴". A campanha de 1958 é resumida como um exemplo da efervescência política daquele período:

Em resumo, a campanha de 1958 consumiu muita energia ao PTB, mas se concluiu totalmente exitosa. Lembro que viajava muito, ia de jipe, a cavalo, de trem... [...] Anoitecia em Cacequi e amanhecia em Rio Pardo. Viajava para Montenegro e em Canoas estava diariamente. O mesmo ocorria nos outros municípios citados. Foi uma campanha muito bonita. Claro, trabalhava para mim, mas, sobretudo, para o candidato a governador, que era o Brizola⁴⁵.

Pontos de referência para reuniões, celebrações e distribuição de propaganda dos candidatos, os comitês foram peça importante na capilarização das campanhas eleitorais. Os comícios e reuniões públicas também cumpriam seu papel na relação entre candidatos e eleitores, e estiveram presentes em Canoas desde a primeira eleição municipal. Sua divulgação, seja na imprensa – escrita e falada – ou por meio de panfletos, era importante para a adesão de um grande público⁴⁶.

Aprendendo a mobilizar

Fotografias e publicações da imprensa, bem como depoimentos, são reveladores da gradual adoção de práticas e de instrumentais necessários à mobilização. Por exemplo, um comício exigia uma série de cuidados prévios, não somente no sentido da mobilização, feita por meio de convites pessoais, panfletos e anúncios na imprensa, mas também no tocante aos equipamentos, aos recursos: montagem do palanque, iluminação, microfones, caixas de som, fixação de cartazes e faixas. Além disso, um comício exigia dos candidatos a arte da retórica, algo valorizado conforme as diversas menções, na imprensa e nos depoimentos, aos oradores capazes de entusiasmar seus correligionários e arrancar aplausos do público. Para estes, as sucessivas campanhas eleitorais foram uma oportunidade para a aquisição das competências necessárias às funções de representação política.

No caso das eleições estaduais, as *caranavas* das campanhas eleitorais percorriam o interior do estado, sendo os candidatos a governador, senador, deputados estaduais e federais festivamente recebidos pelos apoiadores nas ocasiões em que se realizavam grandes comícios. Essas caravanas eram planejadas de forma a abranger as diferentes regiões do estado, realizar comícios

⁴⁴ KLÖCKNER, Luciano. *O diário político de Sereno Chaise*. Porto Alegre: AGE, 2007, p. 51.

⁴⁵ Idem, p. 54.

⁴⁶ ANGELI, Douglas Souza. Op. Cit., p. 169-170.

nos principais municípios e contar com a presença de determinadas lideranças e candidatos pertinentes a cada localidade⁴⁷. Esses roteiros de campanha conformavam um conjunto de práticas que forneciam as imagens a serem publicadas nos panfletos e nos anúncios na imprensa, bem como os discursos a serem veiculados nos jornais e nas emissoras de rádio, sendo fundamentais na construção de uma imagem de popularidade por parte dos candidatos.

É interessante pensar como as campanhas eleitorais desse período propiciaram aos candidatos, dirigentes partidários e correligionários um aprendizado acerca das práticas de mobilização. Em julho de 1954, quando foi lançada pela segunda vez a candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, o senador petebista recebeu algumas sugestões e instruções de correligionários. Essas cartas dizem muito sobre as práticas de campanha eleitoral do período. Como exemplo, Pinto de Godoy⁴⁸ enviou, em período próximo ao início da campanha eleitoral, algumas sugestões a Pasqualini: primeiramente, era preciso seguir determinadas “normas de boa política”, o que incluía não deixar de responder toda a correspondência, enviando sempre palavras de estímulo aos correligionários, e fazer um levantamento de datas de aniversários de lideranças do partido, transmitindo-lhes telegramas de congratulações.

Pinto de Godoy previa que chegariam pedidos a Pasqualini e que era preciso atendê-los quando possível, encaminhando as demandas recebidas às autoridades competentes, “desde que razoáveis”. Previa também que chegariam pedidos de empregos e nomeações, e para tal

Seria interessante fazer um levantamento de cargos para os quais é possível a nomeação etc, a fim de evitar perda de tempo no encaminhamento de pedidos cuja solução já se sabe impossível. [...] Poderia também ser estabelecida a norma de encaminhar os pedidos de emprego ao Diretório Estadual ou Nacional do PTB⁴⁹.

O excerto acima acaba sendo ilustrativo dos constrangimentos intrínsecos ao meio político no qual Pasqualini e os demais candidatos estavam inseridos. Além dessa questão das demandas, Pinto de Godoy sabia que a campanha eleitoral exigiria o contato direto com apoiadores e eleitores. Era preciso incumbir Leocádio Antunes, assessor de Pasqualini, de trans-

⁴⁷ Candidatos que interessam acompanhar as caravanas do senador Pasqualini. [1954]. [Acervo Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS].

⁴⁸ Mais tarde assessor do presidente da República João Goulart (1961-1964).

⁴⁹ AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Pinto de Godoy a Alberto Pasqualini. [Contém timbre do PTB]. [1954]. [Acervo Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS – AAP-PMI].

mitir “palavras de confiança” pessoalmente ou por telegramas aos “companheiros” e de dizer que havia recebido tal incumbência do próprio senador e que este em breve iria abraçá-los pessoalmente. Além disso, era preciso organizar um programa de visitas às principais entidades de classe, com discursos e debates sobre as principais demandas. Quanto à propaganda, era necessário estabelecer contatos com veículos de imprensa e o candidato deveria gravar mensagens para difusão nas emissoras de rádio⁵⁰.

Diante disso, há uma questão importante para a qual ainda não contamos com elementos capazes de fornecer uma resposta satisfatória: quais eram as fontes de patrocínio das campanhas eleitorais nesse período? A ausência de prestações de contas oficiais e mesmo de menções ao tema na legislação eleitoral não impede, entretanto, que possamos nos aproximar do assunto. É fato que mesmo as campanhas eleitorais no plano local e regional geravam custos, que poderiam ser supridos pelos próprios candidatos, por apoiadores, lideranças e pelos diretórios dos partidos⁵¹. Quando o tema aparece nas correspondências, é citado de maneira vaga, sem fornecer detalhes, como no caso de uma carta enviada por Dinarte Dornelles e que se encontra no arquivo de Getúlio Vargas:

Estamos lutando com falta absoluta de recurso. Peço mandares com urgência alguma coisa a respeito. [...] Os gastos de campanha irão muito além do que esperava e já estamos completamente esgotados. Teremos grandes possibilidades de vitória se formos auxiliados. Tu sabes bem o que custa uma campanha dessas, assim, peço-te conseguires que nos mandem importância para chegarmos ao fim⁵².

Esta e outras cartas do arquivo de Getúlio Vargas não solucionam a questão sobre a origem dos recursos, embora permitam inferir que estes não provinham apenas das contribuições recebidas pelos partidos. No esboço do segundo volume de *Getúlio Vargas, meu pai*, Alzira Vargas do Amaral Peixoto apresenta um diálogo com Getúlio Vargas, em 1948, no qual o tema das doações de dinheiro para as campanhas aparece de forma tangen-

⁵⁰ AAP-PMI. Pasta 9.2. Carta de Pinto de Godoy a Alberto Pasqualini. [Contém timbre do PTB]. [1954]. [Acervo Alberto Pasqualini – Prefeitura Municipal de Ivorá/RS – AAP-PMI].

⁵¹ No caso da União Democrática Nacional (UDN) do Rio Grande do Sul, os livros-caixa com doações ao partido estão disponíveis no acervo do Núcleo de Pesquisa em História Política do Rio Grande do Sul da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPERGS – UFRGS). Os registros de contribuições financeiras vão de 1947 a 1961. Não encontramos documentação similar para outros partidos do período.

⁵² Dinarte Dornelles era primo de Getúlio Vargas. O arquivo consultado foi o do Centro de Pesquisa e Documentação de História Política da Fundação Getúlio Vargas. GV c 1946.12.10/4 (CPDOC-FGV).

cial: “Li em voz alta a carta de um acreano seringalista que lhe recordava benefícios recebidos no início de seu governo e oferecia agora sua atividade e sua fortuna nas próximas eleições⁵³”.

Em certos casos, é possível encontrar registros de coleta de contribuições de apoiadores dos candidatos ou de filiados dos partidos visando às campanhas eleitorais. No acervo de José Diogo Brochado da Rocha encontra-se, por exemplo, um livro de recebimento de contribuições que, embora com poucas doações registradas, serve de indício dessa prática⁵⁴. Nesse caso específico, nota-se a clara tentativa de utilizar a imagem de Getúlio Vargas como estratégia de mobilização, visto que o livro de doações possuía uma foto de José Diogo com o ex-presidente colada na primeira página⁵⁵.

No caso da candidatura de Alberto Pasqualini ao Senado, em 1950, há um relatório de contribuições e gastos da campanha, registrando doações de políticos petebistas, como Egídio Michaelson (Cr\$ 2.500,00) e João Goulart (Cr\$ 3.000,00), da Executiva Estadual do PTB (Cr\$ 1.000,00), comerciantes como N. Lang, da Casa Lira da rua dos Andradas (Cr\$ 1.000,00), entre outros, além do próprio Pasqualini (Cr\$ 1.000,00). O total arrecadado teria sido 20.950,00 cruzeiros⁵⁶.

Mesmo não fornecendo uma resposta definitiva sobre a origem do dinheiro que patrocinava as campanhas eleitorais desse período, as poucas fontes sobre gastos de campanha trazem consigo evidências sobre as práticas e providências necessárias à mobilização. Os registros no relatório do Diretório Alberto Pasqualini aludem a gastos em papelarias e tipografias, publicações pagas na imprensa e inserções no rádio, gastos com transporte, fotógrafos, serviço de telefonia, correios, confecção de faixas, alimentação de fiscais, delegados e “outros companheiros” no dia da eleição, etc⁵⁷.

⁵³ Recentemente a obra, originalmente publicada em 1960, foi relançada em edição contendo também o segundo livro, até então inédito, e que aborda o período de 1937 a 1954, embora os escritos relativos aos anos de 1945 a 1954 sejam em sua maior parte anotações e esboços. PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai. Memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

⁵⁴ Acervo de José Diogo Brochado da Rocha (AJDBR). Pasta 028.1. Memorial do Legislativo – ALERGS.

⁵⁵ José Diogo foi eleito deputado federal pelo PSD em 1945, sendo o terceiro mais votado do partido. Após atritos com a cúpula pessedista, passou a atuar na estruturação do PTB no Rio Grande do Sul. Junto com Loureiro da Silva, foi um dos responsáveis pelas migrações de getulistas do PSD para o PTB (BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 29-30).

⁵⁶ Diretório Alberto Pasqualini. Relação das contribuições recebidas pelo Diretório Alberto Pasqualini para a campanha de 3 de outubro de 1950. Porto Alegre, 23/10/1950. [AAP-PMI].

⁵⁷ Idem.

Nesse mesmo sentido, um documento com instruções para a propaganda eleitoral do Partido de Representação Popular (PRP), em 1954, trata detalhadamente sobre como tornar as ações de propaganda eleitoral mais eficazes: as faixas deveriam conter o mínimo possível de informações, destacando assim o nome do candidato e sua colocação deveria ser feita em locais de grande circulação de pessoas. Quanto à colagem de cartazes, seria mais eficaz encher completamente um muro ou um tapume do que colar cartazes de forma esparsa, e para evitar que fossem rasgados, os mesmos deveriam ser colados em pontos mais altos. Além disso, convinha utilizar a pintura de muros por ser um recurso relativamente barato, priorizando esquinas e estradas de maior movimento⁵⁸.

As imagens que circulariam durante a campanha eleitoral, em cartazes, anúncios e panfletos, ou seja, nos *santinhos*, são exemplos de diligências necessárias aos envolvidos com a campanha. As formas mais utilizadas para popularizar os nomes e os rostos dos candidatos eram os cartazes e os famosos *santinhos*, panfletos nos quais constava, geralmente, a fotografia, o nome e o cargo pretendido pelo candidato, e, eventualmente, a sigla a qual pertencia e alguma frase ou adjetivo que pretensamente o definia. Voltando ao caso de Canoas, temos como fonte o livro-caixa do Partido Democrata Cristão (PDC).

Os *santinhos* dos candidatos do PDC para as eleições municipais de 1963 apresentam um padrão quanto ao tamanho (20cm x 12cm), à localização dos elementos gráficos (*Para vereador* na parte superior, a foto no centro, o partido nas laterais e o nome do candidato na parte inferior). Além destes elementos, parece ter sido orientação do partido aos candidatos a indicação de frases e de demandas das comunidades a serem defendidas pelos possíveis futuros vereadores (luz, água, ginásio, etc). E isto não se deu ao sabor do acaso, pois os recibos e os registros de caixa do PDC indicam que foi o partido quem patrocinou a propaganda de seus candidatos a vereador nas eleições de 1963⁵⁹.

O livro de registros contábeis do PDC nos indica a preocupação do partido com a propaganda, pois os gastos com as gráficas formaram a maior parte das despesas da sigla entre julho e novembro de 1963. Outras despesas também nos apontam alguns recursos materiais necessários à campa-

⁵⁸ Fundo 2, série 6, 6.1.9.3. Recomendações sobre propaganda. 1954. [AIB-PRP / DELFOS PUCRS].

⁵⁹ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Livro caixa. 1963-1964 [UPHAM].

nha e aos trabalhos do dia da eleição: mandou-se imprimir 4.000 listas com a relação das mesas eleitorais; foi comprado papel para elaboração das credenciais para os delegados do partido; foram impressos 2.000 panfletos do tipo *cédula* e 8.000 *santinhos* para cada candidato a vereador; também foram pagos os clichês necessários à impressão dos *santinhos*⁶⁰.

Dessa forma, é possível afirmar que embora as campanhas eleitorais desse período não tivessem atingido o grau de profissionalização que atingiriam mais tarde, candidatos, apoiadores e dirigentes dos partidos, diante da necessidade de conquistar o voto de um eleitorado mais amplo e diverso, aprenderam paulatinamente a traçar estratégias e tomar as providências necessárias à mobilização dos eleitores em um processo de aprendizado propiciado pelas sucessivas campanhas eleitorais.

Campanhas eleitorais e construção do eleitor

Com a ampliação do corpo eleitoral e a democratização, criou-se ambiente para eleições mais disputadas entre os diversos concorrentes. Aos candidatos, tornava-se necessário a construção da popularidade perante o eleitorado. Além da construção simbólica, por meio de discursos, artigos, notícias, anúncios, textos e imagens publicados, havia um conjunto de práticas voltadas à visibilidade dos candidatos. Visitar autoridades, empresários e jornalistas, publicar notas na imprensa, conceder entrevistas, tirar fotografias, caminhar nos bairros e cumprimentar eleitores tornaram-se práticas inerentes à campanha eleitoral.

Como a visibilidade nos meios de comunicação e produção de propaganda por si só não bastavam, era preciso fazer com que a campanha atingisse a todos os possíveis eleitores, e não só na zona central das cidades ou na capital do estado – o que explica a proliferação dos comitês e a realização dos comícios no interior. A disputa pelo voto de eleitores mais numerosos, e o contexto dos meios de comunicação da época, faziam da caça ao voto algo trabalhoso, que dependia do prestígio dos candidatos em suas comunidades e também de um trabalho de aproximação com os eleitores que não os conheciam.

Nas fontes relativas às campanhas eleitorais em Canoas (1947-1963), foi possível identificar uma série de práticas voltadas à mobilização dos eleitores:

⁶⁰ Conforme os registros do partido, os recursos tinham origem em doações mensais de pessoas físicas. PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Livro caixa. 1963-1964 [UPHAM].

eventos pré-eleitorais, como a abertura de postos de qualificação, as reuniões, formação de alianças, convenções e inaugurações de subdiretórios nos bairros; ações durante a campanha, como inaugurações de comitês, caminhadas, visitas, comícios, confecção e distribuição de propaganda, churrascos, publicações na imprensa, campanha no rádio, debates e entrevistas; além das repercussões dos resultados pela imprensa, partidos e nos debates da Câmara Municipal.

Além de propiciarem aprendizado e incorporação de novas práticas ao *métier de* candidatos e dirigentes partidários, as campanhas eleitorais cumpriram um papel importante na construção de um interesse dos eleitores pela competição política e pelo voto. Nos períodos eleitorais, jornalistas, articulistas, editores, agentes do Estado, grupos religiosos, partidos políticos e candidatos manifestaram concepções sobre o voto e tentativas de apreender discursivamente os anseios dos eleitores. Na tentativa implementar seus projetos políticos na sociedade por meio da conquista do voto, eles construíram uma interpretação acerca do eleitorado e de como ele deveria se comportar politicamente.

Por sua vez, a imprensa cumpriu um importante papel na construção de um interesse pela competição eleitoral, divulgando o alistamento, as convenções partidárias, as listas de candidatos, bem como propostas, anúncios, entrevistas e notícias relacionadas à campanha eleitoral. Por meio dela, candidatos e partidos, mas também Igreja e Justiça Eleitoral, entre outros agentes, buscaram mobilizar os possíveis eleitores, estabelecendo relações entre o voto e as demandas da população. Havia uma disputa pela construção do eleitor na qual projetos concorrentes buscavam delimitar os papéis a serem exercidos pelos integrantes do corpo eleitoral desde o alistamento até o depósito do voto na urna.

O estudo da mobilização eleitoral nos permite atingir um grau de compreensão maior acerca das práticas que se tornaram necessárias com a expansão do sufrágio, sendo possível compreender as notícias, os artigos e os anúncios publicados na imprensa, bem como o instrumental de mobilização das campanhas eleitorais, não apenas como estratégias de conquista do voto, mas também como práticas que suscitam no eleitor um interesse pela competição eleitoral e estabelecem uma relação entre o voto e a vida cotidiana. Assim, é possível dizer que a experiência democrática que se seguiu ao fim do Estado Novo, em 1945, propiciou um aprendizado político de mão dupla: as elites políticas precisaram aprender a disputar o voto do eleitor em um sistema eleitoral competitivo; os eleitores, em número até então inédito na história brasileira, aprenderam a votar e passaram a sentir os sabores e os dissabores da democracia.

Contrapontos: petismo, peemedebismo e a polarização em torno de projetos políticos distintos no Rio Grande do Sul (1994-1998)

Rafael Saraiva Lapuente

Introdução

Durante a década de 1990, o sistema político do Rio Grande do Sul, concatenado com o contexto nacional, assistiu a ascensão do projeto neoliberal em 1994 com a eleição de Antônio Britto para governador, simultaneamente com a vitória de Fernando Henrique Cardoso que, em escala nacional, representou o mesmo projeto. Ressalvando-se, obviamente, as especificidades deste processo em escala regional em relação ao nacional, é possível afirmar que, nos dois casos, houve conjuntamente a ascensão de um projeto político cujo objetivo era resistir ao procedimento de redução do estado e de privatizações. E, no caso do Rio Grande do Sul, a vitória de Olívio Dutra e Lula em 1998, justamente na eleição em que FHC venceu no primeiro turno, contribuiu para formar uma resistência mais articulada, que conseguiu brechar o projeto representado por Antônio Britto, pelo PMDB e partidos aliados, junto com o apoio majoritário do empresariado gaúcho.

Mas como aconteceu esse processo? Para investigar isso, usaremos de dois métodos: analisaremos como, no Rio Grande do Sul, os candidatos à presidência da república se saíram nas eleições. Também buscaremos estudar os resultados para governador do estado e a composição parlamentar definidas pelos sufrágios, visando compreender como foi a relação das administrações com a Assembleia Legislativa. Isto é, se os governos possuíam maioria parlamentar e, no caso de minorias, se buscaram aumentar a base de apoio no legislativo. Junto a isso, observaremos a relação entre os partidos políticos, tendo em vista conhecer seus posicionamentos em relação ao executivo no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o período recortado para este *paper* abarca as eleições que levaram Antônio Britto (PMDB) e Olívio Dutra (PT) para o Palácio Piratini. Esse artigo faz parte de um trabalho maior, cujo objetivo é investi-

gar a relação entre os poderes executivo e legislativo durante o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul. Os resultados aqui expostos são parciais e, portanto, passíveis de modificações no decorrer do Doutorado.

A importância desse estudo se justifica porque a década de 1990 trouxe mudanças importantes na política regional. O cenário gaúcho, dominado por PMDB, PDT e PDS, assistiu a ascensão gradual do Partido dos Trabalhadores a partir da conquista pouco esperada, por parte da sigla, em 1988, da Prefeitura de Porto Alegre e das vitórias de Lula contra Collor no segundo turno de 1989, em 1994 e 1998. Também ocorreu, pela via parlamentar, a ascensão do Partido Trabalhista Brasileiro, *puxado* pelo radialista Sérgio Zambiasi. Junto a isso, concatenado com o contexto nacional, houve o aumento da fragmentação partidária no Rio Grande do Sul, resultado da ampliação no número de siglas em espectro nacional que se refletia também no estado, ainda que em menor escala.

Qual foi o reflexo das articulações partidárias no Rio Grande do Sul? Qual o peso da influência do cenário político nacional no estado? Quais os campos antagônicos aos governos Antônio Britto e Olívio Dutra? Que pontos provocaram e embasaram essas divergências? Qual a consequência das mudanças mencionadas acima nas disputas políticas no Rio Grande do Sul? Buscaremos responder, ao menos parcialmente, a essas questões neste artigo.

A política gaúcha dividida – reflexos do contexto nacional em solo rio-grandense

As eleições de 1994 marcariam a ascensão eleitoral do PT em escala regional. A partir desse pleito, o partido sempre estaria entre as siglas eleitoralmente mais fortes no Rio Grande do Sul, colocando a sigla como uma das principais agremiações do estado e consolidando seu crescimento eleitoral que, apesar de tímido nos anos 1980, era gradualmente maior a cada eleição para governador. Pela primeira vez, um partido fora da tríade PDT-PMDB-PDS disputaria com chances de vitória eleitoral o governo do estado. Se, por um lado, o leitor poderá associar a ascensão do PT com o crescimento do partido em escala nacional, há de se ressaltar que esse dado não pode ser visto de maneira mecânica. O PSDB, por exemplo, é um dos partidos mais importantes dentro da política brasileira e não conseguiu ter a mesma colocação que o PT teve no cenário partidário gaúcho.

1994 também traria uma maior complexidade no sistema partidário do Rio Grande do Sul, com o aumento de siglas em disputa eleitoral. Por

fim, há de se ressaltar que, também nessa eleição, pela primeira vez, uma candidatura eleita ao senado não sairia de PPB/PDS-PMDB-PDT. Foi se utilizando de um “capital midiático” convertido que Emília Fernandes elegu-se senadora pelo PTB, partido cada vez mais relevante no parlamento, embora não conseguisse ter a mesma presença eleitoral em disputas majoritárias.

Apesar disso, a eleição acabou se dividindo entre dois blocos majoritários: a Frente Popular (PT, PSTU, PPS, PSB, PV e PCdoB) e o Movimento Rio Grande Unido e Forte (PMDB, PL e PSDB). Junto a estes, também concorreram, no primeiro turno, Sereno Chaise (PDT-PMN-PP), Celso Bernardi (PFL-PPR), Irapuan Teixeira (PRONA) e José Luiz Gomes (PRN)¹. Estes candidatos, contudo, estavam concorrendo com menor expressão.

Maria Izabel Noll e Hélió Trindade assim definem o contexto inaugurado a partir da eleição de 1994. Os autores ressaltam que essa eleição seria a primeira de três que colocaria PT e PMDB em posição antagônica, devido a existência de segundo turno, e definiria as coalizões partidárias no jogo político regional pelo menos até 2002, quando Germano Rigotto (PMDB) venceu a eleição.

O sistema de segundo turno vai colocar frente a frente PMDB e PT, em três eleições, confirmando a alternância já identificada nos períodos anteriores e um bipartidarismo de fato com a formação de um bloco anti-PT. Em 1994 o PMDB sairá vitorioso coligando-se com os partidos conservadores, deixando à Frente Popular (PT + aliados de esquerda) as bandeiras de luta contra o projeto neoliberal da candidatura Fernando Henrique Cardoso e da resistência da sociedade organizada. Provavelmente o êxito do Plano Real (determinante para a vitória de FHC no plano nacional) pesou também regionalmente para o eleitor referendar um aliado no governo federal².

A campanha acabou ganhando o contorno de defesa e propaganda da gestão petista em Porto Alegre e crítica ao projeto de privatização de estatais no cenário nacional, pela Frente Popular. Já o Movimento Rio Grande Unido defendia a reestruturação da máquina pública gaúcha, além de centrar-se na defesa do Plano Real. As campanhas visaram também atacar as candidaturas adversárias. Por parte de Olívio Dutra, candidato petista ao governo do estado, os ataques partiram para a gestão de Antônio

¹ FILOMENA, César Luciano. A gênese da construção do discurso antipetista: análise da eleição para governador do estado do Rio Grande do Sul no ano de 1994. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, maio-agosto 2008.

² NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, p. 111-112.

Britto quando ele esteve no comando do ministério da Previdência Social. Já o PMDB visou, por diversas vezes, associar o PT ao autoritarismo e fascismo, utilizando como mote as disputas internas no partido, que possuíam ampla cobertura midiática naquele contexto. Isso, em especial, porque o PT ficou conhecido por ser dividido em dois grupos, que abarcavam diversas tendências e transformavam a agremiação em um partido tensionado³. Um bloco, conhecido como “moderado”, era tido como a *direita* do PT. O outro, mais à esquerda, era jocosamente chamado de *xiita*. Em espectro nacional, raramente os ditos *xiitas* comandaram o PT. Já no Rio Grande do Sul, naquele momento, eles comandavam a sigla e deram suporte para a candidatura de Olívio Dutra, tanto em 1994 como em 1998.

O resultado da eleição, em primeiro turno, deu a vitória a Antônio Britto, com 49,2%. Logo em seguida, Olívio Dutra fez 34,7% dos votos, e os demais – Celso Bernardi, 8,7%; Sereno Chaise, 5,7%; Irapuan Teixeira, 1% e José Gomes, 0,6%⁴ – tiveram votação bastante menor, formando um contexto favorável à polarização encabeçadas pelo PT e PMDB. Foi neste cenário que ocorreu o segundo turno entre Olívio Dutra e Antônio Britto, aumentando o tom de acirramento da campanha.

Nesse sentido, enquanto Antônio Britto buscava atacar as administrações de Olívio e Tarso Genro na prefeitura de Porto Alegre, com o objetivo de reverter a vitória larga obtida pelo ex-prefeito da capital na cidade, a candidatura do PT usou mão de denunciar o peemedebista como *elitista* e *neoliberal*, além de insinuar em horário eleitoral que o candidato do PMDB possuía o apoio da Rede Brasil Sul. Britto alegaria que não faria privatizações, contrariando a assertiva de Olívio Dutra. Pontos como a extinção do Instituto de Previdência do Estado, privatização da CRT e manutenção do Calendário Rotativo, que o PT afirmava que seriam medidas tomadas por Britto se fosse governador, eram desmentidas pelo PMDB. Na outra ponta da disputa, Britto utilizou-se do apoio obtido por Fernando Henrique Cardoso, eleito no primeiro turno, convocando o eleitorado a votar no candidato do PMDB. Ainda que Lula tivesse vencido FHC no Rio Grande do Sul⁵, os

³ NOLL; TRINDADE, op. cit., p. 111-112; FILOMENA, op. cit.; MENDES, Gabriel. *Da Frente Brasil Popular à aliança capital/trabalho: as campanhas de Lula a Presidente de 89 a 2002*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Rio de Janeiro, IUPERJ, 2004.

⁴ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

⁵ FILOMENA, César Luciano Augusto. *Agente político, articulação e políticas públicas: o antagonismo posicional na política do Rio Grande do Sul (1995-2002)*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2015; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO

dizeres do presidente recém-eleito buscavam mostrar ao eleitor que a União apoiaria um eventual governo de Britto.

No segundo turno, o “apoio quente” de Celso Bernardi para Antônio Britto dava à candidatura do PMDB uma importante aliança. Não somente porque Bernardi foi o terceiro mais votado, mas devido ao fato de o PDS/PPR ser a sigla com o maior número de prefeituras no interior desde os anos 1980, revezando por vezes com o próprio PMDB⁶. Isto é, as duas siglas juntas formavam uma “cortina de ferro” no colégio eleitoral do interior para fazer frente ao sucesso petista na Região Metropolitana. Além disso, houve a simbólica questão de se superar a rivalidade herdada do período militar e que esteve bastante presente quando Jair Soares (PDS) e Pedro Simon (PMDB) governaram. Nestas administrações, o PDS foi o principal antagonista do PMDB e vice-versa. Agora, frente à candidatura Olívio Dutra, formaram uma aliança inédita e, em determinado ponto, surpreendente naquele contexto.

Por outro lado, é bem verdade que o apoio do situacionismo veio ao PT, mas de forma tímida. O PDT “oficialmente” chamou votos para Olívio, mas estava longe de um consenso: além de a maioria dos prefeitos do partido prestarem apoio explícito a Antônio Britto, o próprio governador Alceu Collares, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, foi taxativo ao afirmar que considerava o PT um *inimigo* dos trabalhistas⁷. A relação entre Collares com o PT foi marcada sempre por um clima de rivalidade. Ele, salvo exceções, se posicionou, ao longo dos anos 1990, de forma pública como contrário a alianças com o PT, mesmo quando o PDT decidia pelo apoio, como ocorreu, por exemplo, em 1998.

Apesar de Olívio Dutra vencer na capital com quase 65% dos votos, Britto manteve a hegemonia no interior, como o aguardado. Isso porque o círculo eleitoral petista estava na capital e, no interior, PMDB e PPR eram os mais fortes, como vimos. Assim, venceu a eleição com 52%, contra 47% de Dutra⁸. A partir disso que se inicia um período de grande polarização

GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*. Arquivo digitalizado do TRE-RS; HORÁRIO ELEITORAL. *Propaganda da Frente Popular*. Porto Alegre: TV Bandeirantes, 14.08.1994. HGPE. Disponível em: <https://goo.gl/gFRSH3>. Acesso em 30.09.2017. (Autor possui cópia). Há de se ressaltar que Lula só perderia no Rio Grande do Sul a partir de 2006. Entre 1989 até sua eleição, Lula só não venceu o primeiro turno de 1989.

⁶ SANTIN, Ricardo João. *Construção de um partido político: a trajetória política e a estabilidade eleitoral do PP gaúcho*. Porto Alegre: Berthier, 2005.

⁷ FILOMENA, op. cit.

⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Ata das eleições de 1994*. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

política, com o PT se projetando ainda mais, sendo o principal partido de oposição aos projetos do governo Britto. Nesse contexto, há de se ressaltar que Olívio Dutra havia sido derrotado no segundo turno, mas tinha diminuído a diferença de votos para o candidato do PMDB em relação ao primeiro. Esse era um ponto importante, haja vista que formava um contexto ainda mais propício para o acirramento de posições durante o mandato do peemedebista.

Entre os pontos que fomentaram a polarização durante o governo encontram-se, principalmente, o projeto de privatização de estatais gaúchas, da elaboração do chamado Plano de Demissão Voluntária (PDV) e de ingresso do Rio Grande do Sul na chamada *Guerra Fiscal*, com o estado promovendo renúncias em favor da vinda de multinacionais em disputa com outras unidades regionais da federação. O PT gaúcho se alinharia com as bandeiras do partido em nível nacional, que se postava como principal antagonista, junto ao PDT de Brizola, a políticas semelhantes implantadas por FHC.

Na verdade, havia indícios entre a similaridade dos projetos. Vejamos o disse Antônio Britto nove dias antes da eleição, em texto publicado na Folha de São Paulo:

Uma viagem pela realidade e pelos números do Rio Grande do Sul pode deixar qualquer analista diante de uma curiosa constatação: caminhamos, aqui, simultaneamente pelo Primeiro e pelo Terceiro Mundos. [...] É urgente que o Brasil descubra o que, com tristeza, os gaúchos hoje sofrem: envelhecimento da máquina pública estadual, sua reduzida capacidade de investimento e perda de dinamismo de várias economias regionais gerando bolsões de pobreza e de miséria presentes em boa parte do Estado. [...] Ou promovemos imediatas atualizações e reformas da estrutura pública, de modo a gerar mais investimentos e melhores serviços ou, de forma crescente, apenas sobreviverão no Estado empreendimentos e regiões absolutamente independentes do que seja público, da telefonia à energia, da educação às estradas. [...] Ou aquelas atualizações e reformas geram a capacidade de novos ciclos de desenvolvimento, distribuídos entre as diversas geografias gaúchas, ou teremos o agravamento das condições sociais que já nos impedem de dizer que somos diferentes de outros Estados brasileiros em matéria de saúde ou de habitação, por exemplo. [...] Sinto, com alegria, que é grande a determinação de olhar para a frente, participar com firmeza do processo de desenvolvimento que se abre ao Brasil⁹.

Essa assertiva estava concatenada com a chamada Reforma Gerencial do Estado, defendida por FHC e integrante do programa de estabilização

⁹ Jornal *Folha de São Paulo*. 06 de novembro de 1994. Arquivo Folha de São Paulo.

do Plano Real. O sucesso deste Plano Real que, por sinal, explica boa parte do bom desempenho na eleição, tendo em vista que Lula era o favorito nas pesquisas de intenção de voto no início da campanha. De todo modo, o plano convergia com a assertiva de Antônio Britto na medida em que previa mudanças constitucionais, privatização de estatais e concentração do serviço público naquilo que não poderia ser delegado, na visão do governo FHC, à iniciativa privada, como justiça, policiamento e arrecadação. O ato simbólico da Reforma Gerencial do Estado viria em 1995, quando o Plano de Concessões foi definido por Fernando Henrique como o fim da Era Vargas, “para que o Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo”, disse também à Folha de São Paulo¹⁰.

O perfil semelhante seria confirmado durante os mandatos simultâneos. Em 1998, Sérgio da Costa Franco, um importante intelectual gaúcho, chegou a dizer que “Lula está para Olívio como FH está para Britto”. Olívio, no debate da TV Bandeirantes ocorrido no segundo turno de 1998, chamou o governo do PMDB de “xerox no Rio Grande do Sul” do governo federal e “subordinado” ao FHC. Os pontos de semelhança entre os governos fizeram, inclusive, com que FHC viesse a tentar cooptar Antônio Britto para o PSDB¹¹, o que acabou não ocorrendo por pouco, segundo o *Diário* do ex-presidente, tendo em vista que o governador do Rio Grande do Sul estaria insatisfeito dentro do PMDB.

Construindo maioria para a reforma do Estado: o governo Antônio Britto e a formação da “patrola” na ALERGS

Como foi dito, o projeto representando por Antônio Britto, em linhas gerais, defendia a redução do papel e do tamanho do estado. César Filomena assim definiu as linhas gerais do governo Britto:

a agenda de políticas públicas seguiu as diretrizes apresentadas por Britto para o governo [...] A primeira, por políticas ligadas à reforma administrativa e, por consequência, à redução do comprometimento dos recursos do

¹⁰ Jornal *Folha de São Paulo*. 14 de fevereiro de 1995. Arquivo Folha de São Paulo; BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Reforma do estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. Brasília: Enap, 1998.

¹¹ FRANCO, Sérgio da Costa. “Polarização atípica e resistência à mudança”. *Jornal Já*. Porto Alegre. 1º a 15 de novembro de 1998. Edição histórica. Arquivo Pessoal do autor; CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da presidência (1995-1996)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015; DEBATE TV Bandeirantes. Eleições 1998 (segundo turno – governador do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://goo.gl/7ZH2s4>. Acesso em 26.10.2017.

Estado, cujos programas representativos concentraram-se no de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público e à Reconversão Funcional de Servidores Públicos Estaduais (PDV), no de Reforma do Estado (PRE) – que incluiu a privatização de empresas estatais, no de Concessões Rodoviárias (PECR) e na própria renegociação da dívida mobiliária com a União. A segunda, dependente para sua consecução da primeira, através de programas de fomento à indústria: o Fundo Operação-Empresa (FUNDOPEM-RS), o Fundo de Fomento Automotivo (FOMENTAR-RS) e o Fundo de Desenvolvimento para Complexos Industriais (FDI-RS)¹².

Segundo o mesmo autor, a oposição ao PRE e as potenciais vendas da CEEE e CRT, atreladas com a extinção da Caixa Econômica Estadual, a concessão das rodovias por meio de pedágios e a renegociação da dívida estadual junto a União provocaram um acirramento das oposições, em especial do PT e do PDT. As críticas não se voltaram apenas nas tribunas do parlamento, sendo veiculadas em jornais por meio de “a pedidos”, com a formação de “frentes amplas” em defesa da manutenção das empresas públicas, incluindo entidades privadas e membros de diferentes partidos, passando a articular ações, como a que pedia para os clientes da CRT retirar os telefones do gancho, por exemplo. O ponto alto da oposição, segundo Filomena, foi a publicação do *cheque da GM*, onde Flávio Koutzii denunciou a transferência de recursos públicos antecipados à montadora, aumentando o nível de críticas para a política de incentivos às multinacionais. Segundo o deputado estadual do PT, com essa atitude “não afundei o navio, mas mandei uns torpedos no seu casco”¹³, ilustrando a repercussão que a divulgação da transferência de recursos públicos antecipados pelo estado à montadora trouxe.

Nesse sentido, é importante mencionar aquilo que o grupo de Antônio Britto argumentava para defender a atração de empresas multinacionais mediante a política de isenções fiscais e de privatizações. Segundo César Busatto, secretário da fazenda e um dos *homens fortes* do governo, as iniciativas da gestão peemedebista visavam atrair conglomerados “com tecnologia de ponta” para “modificar a matriz produtiva” gaúcha, propondo “um novo surto econômico de desenvolvimento” que seria incentivado pela ação estatal, para fazer frente à estrutura agrícola que, segundo ele, estaria obsoleta¹⁴. Desta forma, Busatto justificava a *cruzada* traçada pelo governo Britto em

¹² FILOMENA, op. cit., 2015.

¹³ FILOMENA, op. cit., 2015; ENTREVISTA de Flávio Koutzii para César Filomena. DVD ROM-5. Disponível em: <https://goo.gl/rvMkG3>, acesso em 25.10.2017; Jornal *JÁ*, 01 a 15 de novembro de 1998. Arquivo Pessoal do autor.

¹⁴ BUSATTO, César. *Os incentivos fiscais como instrumento de uma política de desenvolvimento econômico e social*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2001.

defesa das ações empreendidas enquanto esteve à frente da pasta da fazenda, cujo objetivo, segundo ele, era pautado na modernização do setor produtivo gaúcho, que estaria, em sua visão, arcaico naquele contexto.

O governo Antônio Britto, para efetuar as reformas que prometia, lançou mão de uma postura diferente da vista por Alceu Collares, buscando construir uma coalizão majoritária na Assembleia Legislativa. Ao fim da eleição, Britto possuía 26 cadeiras, contando com os partidos que o apoiou no segundo turno. 11 deputados, sendo 10 do PTB, declararam-se como “neutros” e 18 ficaram na oposição, representando os partidos que apoiaram Olívio Dutra. A estratégia lançada por Britto foi tentar cooptar o PTB, o que ocorreu a partir da segunda metade do mandato – o que *teria* sido puramente formal, haja vista que o partido já vinha votando com o governo quando se dizia “neutro”. A busca por maioria, por sinal, já era admitida por Britto ainda durante o período eleitoral, conforme o jornal *Zero Hora* havia noticiado em 1994¹⁵. Assim, o governador do PMDB teve supremacia para fazer aprovar seus projetos de reforma do estado.

É possível afirmar que Britto fez o primeiro governo em que se buscou explicitamente formar maioria no legislativo com o objetivo de aprovação de projetos que necessitavam de ampla maioria na Assembleia estadual, transformando a base do governo no parlamento gaúcho em uma verdadeira “patrola”, como se diz popularmente, passando por cima de qualquer resistência ensaiada pela oposição naquele espaço, principalmente pelo PT, que foi o partido mais fechado para o diálogo com Antônio Britto.

Mas, no entanto, essa estratégia cedeu espaço até para tentar, sem sucesso, uma aproximação com a bancada petista. Segundo Marcos Rolim, deputado estadual do PT naquela legislatura:

Sim, tentou. Tentou [uma aproximação com o PT]. Eu me lembro do começo do governo o Britto foi pessoalmente até a Assembleia e propôs reunião com todas as bancadas, inclusive com a do PT. Nós aceitamos fazer a reunião com ele, havia certa resistência da bancada, mas se avaliou que ficaria muito ruim o governador pedir uma reunião com a bancada e a bancada se recusar a participar. A bancada foi para a reunião, mas foi para ouvir. Ouviu respeitosamente e saiu. A decisão de fazer oposição estava tomada¹⁶.

¹⁵ PASSOS, Manoel Araújo. *Estabilidade e rotatividade do secretariado do Rio Grande do Sul: 1991-2002 – governos de minoria e governos de maioria*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Porto Alegre, UFRGS, 2013; PEREIRA, André. *Por baixo dos panos: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo*. Vitória: Edufes, 2014; Jornal *Zero Hora*, 23 de Outubro de 1994. Arquivo MUSECOM.

¹⁶ ENTREVISTA de Marcos Rolim para César Filomena. DVD-ROM-6. Disponível em: <https://goo.gl/BEYniM>, acesso em 25.10.2017 (autor possui cópia).

Nesse sentido, é possível afirmar que as dificuldades encontradas por Collares para a aprovação de projetos seriam menores durante o governo Antônio Britto, que controlava majoritariamente a Assembleia Legislativa. Até porque, não houve no governo Britto uma atitude “kamikaze” como teve Collares em 1993, quando o governador do PDT ainda rompeu com os únicos dois aliados que possuía em função da CPI da propina¹⁷. A formação da coalizão foi bem sucedida para o governo do PMDB, e possibilitou colocar o projeto de reforma do estado em prática. Lançou mão, assim, da mesma manobra utilizada por FHC ao ampliar sua base no Congresso para colocar em prática *o fim da Era Vargas*, definido por ele mesmo.

Também criou um contexto favorável para o bloco *anti-neoliberal* usar de diversos meios para denunciar o que se chamava de “desmonte” do Estado gaúcho. Foi nisso que, por exemplo, Flávio Koutzii se destacou novamente na oposição – haja vista sua atuação como líder da CPI da propina contra o governador Alceu Collares. Assim como naquela ocasião, parte de suas críticas foram publicadas em um livro. Este, no caso, chamado *Contra Corrente: desmascarando o governo Britto*¹⁸.

Ainda que não ocupasse nenhum cargo institucional, Olívio Dutra, que era a principal figura política do PT naquele contexto, sintetizou as críticas do partido à gestão gerenciada pelo PMDB também em uma publicação, intitulada *Nas pegadas da utopia*. Nesse sentido, o livro de Dutra permite tirar algumas conclusões sobre a postura do PT, que permitiu ao partido chegar em 1998 como a principal sigla a desbancar o PMDB.

Segundo Olívio Dutra, “o governo Britto está adaptado aos ditames do neoliberalismo globalizado. Seja por opção política e/ou incompetência administrativa. Em campanha disse que não venderia a CRT e a CEE, e as vendeu irresponsavelmente”, protestando contra a política de privatizações. Dizia que era contrário à política de renúncia fiscal para atrair as montadoras, sendo favorável à sua instalação no Rio Grande do Sul por recursos próprios. Olívio ainda criticava o que chamava de subserviência de Britto. Para ele, “entre defender o Estado e servir FHC, Britto ficou com FHC e com os grandes empresários”, dizendo que ambos “representavam os interesses do grande capital nacional e internacional”. Nesse sentido,

¹⁷ PEREIRA, op. cit.; PASSOS, op. cit.

¹⁸ Cf. KOUTZII, Flávio. *Contra corrente: desmascarando o governo Britto*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, [s.d.].

¹⁹ DUTRA, Olívio. *Nas pegadas da utopia*. Porto Alegre: Tomo editorial, 1998, p. 15; 16; 26; 61-62.

“denunciava” o aumento da dívida pública estadual, taxando o governo Britto como *exterminador do futuro*, que tomava medidas de acordo com o *impacto publicitário* e anunciando que tentaria reverter as privatizações caso fosse eleito em 1998. Procurando vincular Britto a FHC, Olívio Dutra dizia que o governo estadual era uma “cópia em papel carbono da política econômica federal”, que “privatiza o patrimônio público e escancara de forma indiscriminada nossas fronteiras para o capital internacional¹⁹”.

A forma com que a oposição a Britto se formou é bem ilustrada pelo ex-secretário César Busatto, homem de confiança do governo:

Nós fomos caracterizados de tudo que se possa imaginar, de traidores, de vendilhões, de corruptos, de ladrões, e, daí, para pior. [...] Eu respondi mais de vinte ações populares, para ter uma ideia. Quer dizer, não foi só o PT, mas um conjunto de movimentos sociais que se articularam em torno do projeto do PT, que naquele momento era um projeto reluzente, com toda uma pureza política, de quem recém estava iniciando sua trajetória de poder, que não teve espaço para conversação. [...] Diariamente o governo Britto era taxado de um governo que vendeu o Rio Grande, que vendeu o patrimônio público²⁰.

Há de se ressaltar que, particularmente a respeito das oposições, o PT era visto não só como o mais destacado, mas também tachado de intransigente no parlamento estadual. Isso fica ilustrado na fala de Antônio Britto, durante o debate eleitoral de 1998, chamando a atuação petista de “sectária e radical na Assembleia Legislativa”, comparando com a postura dos demais partidos de oposição que, por vezes, votaram com o governo. Busatto, citado acima, disse que não conseguiu “ver outra força política relevante naquela época que fazia oposição fora o PT, porque o PT ele tinha uma posição hegemônica naquele momento de oposição. E tinha quadros muito preparados, o Koutzii, o Raul Pont, eram os mais destacados²¹”. Na fala de ambos, feitas em momentos distintos – Britto em meio a um debate eleitoral buscando a reeleição e Busatto mais de uma década depois – é possível perceber que destacam a postura do PT como central na atuação do bloco antagonista a Britto, secundarizando as demais.

Junto ao oposicionismo do PT ao governo Britto, há de se ressaltar que, em 1996, os petistas passaram a governar mais cidades no Rio Grande

²⁰ ENTREVISTA de César Busatto para César Filomena. DVD-ROM-2. Disponível em: <https://goo.gl/JJaNBe>, acesso em 25.10.2017 (autor possui cópia).

²¹ ENTREVISTA de César Busatto, op. cit.; DEBATE TV Bandeirantes. Eleições 1998 (segundo turno – governador do Rio Grande do Sul). Disponível em: <https://goo.gl/7ZH2s4>. Acesso em 26.10.2017.

do Sul: de sete, o partido venceu em 25 localidades no interior, além de eleger 19 vice-prefeitos em coligação.²² O processo de irradiação do PT para as demais cidades, ainda que tímido se comparado com o “cinturão de ferro” de PPR-PMDB, apontou para um amadurecimento eleitoral da sigla.

Um ponto que comprova a consolidação do Rio Grande do Sul como uma referência para o PT foi ilustrada pela matéria *A estrela dos pampas*, publicada pela revista Teoria e Debate, de circulação nacional que era editada pelo partido. O artigo, escrito por Ricardo de Azevedo, tinha o objetivo de tentar explicar porque o partido, em solo gaúcho, era forte. No texto, havia o destaque para os resultados eleitorais do PT, sempre melhores em cada eleição, com a expansão de cidades governadas pela sigla. Por isso, segundo Azevedo, “o PT gaúcho é hoje, sem sombra de dúvida, o mais forte do país” e, naquele momento, estava avançando sobre parcelas expressivas do eleitorado pedetista que, ao contrário do Partido dos Trabalhadores, demonstrava diminuição de votos²³. Deste modo, é possível perceber a relevância que o PT gaúcho ganhava dentro do contexto nacional e a própria expectativa que se criava em torno dos resultados que o partido poderia obter no Rio Grande do Sul, em especial na eleição de 1998.

É necessário fazer o destaque também para o fato de que, apesar da existência das críticas, a projeção do projeto liderado por Antônio Britto foi rondado de muita expectativa e euforia por setores políticos e de parte das classes empresariais no Rio Grande do Sul. Dentro desse processo, inclusive, havia a finalidade de colocar o Rio Grande do Sul como um dos estados mais desenvolvidos da federação com o objetivo político de alçar Antônio Britto como um presidenciável em 2002, na sucessão de FHC. É possível depreender isso por meio da fala de César Busatto, secretário da fazenda do governo peemedebista:

Estávamos com o sonho de fazer o Britto o candidato a Presidente da República. Nós tínhamos a ideia de reelegê-lo. E se nós reelegêssemos o Britto, nós achávamos que estávamos em condições [...] com razão da GM, da Ford, da Siemens, da General Electric, a Pirelli, a Goodyear, nós estávamos trazendo um bloco industrial pesado que nos permitia a nós nos colocar com força no patamar da disputa dos grandes rumos do país. E o Britto era o nosso ícone a esse projeto²⁴.

²² SINGER, op. cit.

²³ AZEVEDO, Ricardo de. A estrela dos pampas. *Teoria e Debate*. Edição 34. Março de 1997. Arquivo virtual Teoria e Debate.

²⁴ ENTREVISTA de César Busatto para César Filomena, op. cit.

É cercado por esse contexto, marcado pela resistência petista ao projeto liderado pelo PMDB com críticas direcionadas pelo PT ao governo do estado, junto com o processo que visava alçar o governador do Rio Grande do Sul no contexto político nacional, objetivo pelo qual passava inevitavelmente pela reeleição de Antônio Britto, que ocorreu a eleição de 1998. Destacamos aqui a importância de compreender essa eleição para entender o contexto político que permeou não somente o governo Britto, que esteve em pauta durante todo o período eleitoral, mas também os quatro anos de mandato de Olívio Dutra.

A reedição do embate: as eleições de 1998

A atuação do PT e o perfil do governo Antônio Britto, atrelada com a apertada vitória do candidato do PMDB em 1994, indicavam o agravamento da radicalização entre as posições. Soma-se a isso o novo embate, em espectro nacional, entre FHC, apoiado por Britto, e Lula, candidato do PT, que protagonizariam novamente a disputa da eleição anterior. *Grosso modo*, é possível afirmar que o cenário político parecia uma repetição de 1994, com a diferença de que os vencedores daquele ano enfrentariam os vencidos com a condição de defender a continuidade de seus respectivos governos, situação inédita na história política do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Deve ficar claro ao leitor que, se o desenho de 1998 acabou sendo um “espelho” de 1994, essa não era uma “previsão” tão óbvia. Especialmente pelo lado do PT, que transformou a escolha de seu candidato em um *caso à parte*, haja vista que as prévias do partido foram marcadas por um forte embate entre Olívio Dutra e o também ex-prefeito Tarso Genro. As plenárias de escolha do candidato petista acabaram tomando grandes repercussões nas coberturas dos meios de comunicação regionais, pois a disputa entre os dois ficou vista como uma batalha entre o “radical” Olívio Dutra contra o “moderado” Tarso Genro, não somente pelo perfil de ambos, mas pelas tendências internas que os apoiaram.

Além disso, outro ponto que se estendeu foi sobre o apoio do PDT ou não para uma candidatura petista. Este ponto esteve atrelado ao apoio do PT à candidatura Anthony Garotinho no Rio de Janeiro e à composição da chapa Lula-Brizola para a presidência da república. No estado fluminense, parte do PT se negava a compor uma chapa com Garotinho. No Rio Grande do Sul, uma ala do PDT, liderada por Alceu Collares, resistiu a uma coligação com o PT no Rio Grande do Sul. Por parte do PT gaúcho,

uma tendência encabeçada pela deputada estadual Luciana Genro rechaçava *ipsis literis* qualquer aproximação com os trabalhistas. O boicote ao PDT, por sinal, chegou ao ponto de seu grupodentro do PT, a Corrente Socialista dos Trabalhadores, se recusar a integrar o governo Olívio pela presença dos brizolistas no secretariado.

Se a formação da chapa encabeçada pelo PT passou por uma “engenharia”, o bloco de Antônio Britto foi menos turbulento. O governador conseguiu levar, em coligação já no primeiro turno, todo o escalão que deu base de sustentação à sua gestão. Se, no PSDB, uma “longa investida de quase nove meses do vice-governador Vicente Bogo em favor de uma candidatura alternativa ao Palácio Piratini” não surtiu efeito e teve posição contrária até de FHC²⁵, o PDS/PPR, histórico adversário do PMDB e, junto com este partido, a maior agremiação no interior do estado, apoiou Britto desde o primeiro turno. O bloco governista viria coeso. Já a esquerda, no primeiro turno, ficou fragmentada, com o lançamento da senadora Emília Fernandes para o governo do estado pelo PDT.

O período eleitoral foi marcado uma rivalidade intensa, exceção dada ao *armistício* entre as candidaturas do PDT e PT, fruto da coligação em nível nacional e que foi fundamental para a aproximação das siglas no segundo turno. O conflito entre Britto e Olívio Dutra marcou uma série de ações judiciais dasduas partes, envolveu acusações direcionadas aos veículos de comunicação e denúncias em horário de televisão e por meio de *a pedidosem* jornais. A candidatura petista por diversas vezes acusou Britto de ser apoiado pela RBS, enquanto o governador processou o Correio do Povo por estar *ausente* das matérias do jornal, alegando boicote. Os conflitos no âmbito jurídico, acima da média em relação às outras eleições, forçaram o TRE a criar uma *força-tarefa* com o objetivo de julgar todas as ações, originando multas a partidos e candidatos. Até mesmo a detenção ao deputado estadual do PT Ronaldo Zulke foi expedida pelo crime de difamação, resquício da campanha de 1994. Ao todo, mais de 800 processos foram expedidos entre as partes²⁶.

²⁵ Jornal *Correio do Povo*, 15 de Junho de 1998. Arquivo Correio do Povo; CARDOSO, op. cit., 2015.

²⁶ Jornal *Correio do Povo*, 21 de Junho e 14 de agosto de 1998. Arquivo Correio do Povo; OBSERVATÓRIO da imprensa. *Antônio Britto processa Correio do Povo por boicote*. Disponível em <https://goo.gl/UN47Bn>, acesso em 09.10.2017; Jornal *JÁ*, 01 a 15 de novembro de 1998. Arquivo Pessoal do autor. A crítica ao posicionamento da RBS não era novidade. Na avaliação da campanha de 1994, o PT, em autocrítica, dizia ser “necessário pensar com mais profundidade o enfrentamento ao poderio dos meios de comunicação de massa, especialmente ao monopó-

Um dos pontos que veio a motivar críticas aos meios de comunicação diz respeito ao uso e divulgação das sondagens de intenção de voto. A proximidade entre os candidatos durante todo o período eleitoral nas pesquisas prenunciava que a eleição seria disputada, sendo que em nenhum momento Dutra ou Britto tiveram quedas significativas. Essas críticas, inclusive, fizeram a RBS contratar dois institutos de pesquisa, cuja legitimidade era defendida pela empresa como de “reconhecida credibilidade e independência”, como contraponto ao fato de o *Correio do Povo* manter o seu próprio órgão de sondagens. *Zero Hora*, por sua vez, contratou Ibope e Datafolha, instituições de abrangência nacional. Ponto alto dos ataques do PT foi quando o periódico da RBS divulgou que Britto estaria na frente de Olívio na capital do estado, motivando os petistas a atacarem veículo de comunicação nas páginas do próprio jornal. Nesse caso, o PT acusou o grupo de ter obtido vantagens com o governo Britto, como ser “dona da CRT, a maior empresa pública gaúcha construída com recurso público de gerações”. Em sua dissertação, por sinal, Maria Lussani defendeu que o posicionamento da RBS foi favorável à eleição de Antônio Britto ainda no primeiro turno. Não apenas pela divulgação das pesquisas, mas pelas manchetes, editoriais e matérias que, segundo a autora, eram favoráveis ao governador²⁷.

Apesar da expectativa gerada em diversos momentos de uma vitória de Britto ainda no primeiro turno, o candidato do PMDB venceu com pouco menos de 50%²⁸. Com isso, Britto foi para o segundo turno com Olívio Dutra. O resultado da eleição indicou uma vitória apertada de Britto, por meio por cento em relação ao candidato do PT. Prosseguindo, Emília Fernandes fez 6,19%, sendo que os demais fizeram menos de 1%. Nesse sentido, a “terceira força” da eleição já sinalizava apoio ao candidato do PT²⁹, seguindo a lógica de aproximação com o partido conforme a conjuntura nacional já havia indicado com a chapa Brizola-Lula.

lio do grupo RBS. [...]. Ainda que no geral tenhamos acertado em termos de linha política, o partido não demonstrou a firmeza que o assunto exige”. Cf. Arquivo Partido dos Trabalhadores. *Acervo Sindbancários*. Doc n° c4.5_0063_0018.

²⁷ *Jornal Zero Hora*, 04. 06 e 09 de setembro de 1998. Arquivo MUSECOM; LUSSANI, Maria. *O CR-P nas eleições de 1998 para o governo gaúcho: a vitória da contra-hegemonia*. Dissertação (mestrado em comunicação social), Porto Alegre, PUCRS, 2003.

²⁸ *Jornal Zero Hora*, 06, 07 e 27 de setembro de 1998. Arquivo MUSECOM; *Jornal Correio do Povo*, 03 de Outubro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*

²⁹ *Jornal Correio do Povo*, 5 e 7 de Outubro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*. Além destes, havia sido eleito Pedro Simon para o senado com ampla margem, que manteve do início ao fim da campanha.

Por sinal, a vitória de Fernando Henrique Cardoso em primeiro turno faria com que os partidos de oposição dessem mais atenção para os estados onde o pleito ainda não havia sido definido. Um destes casos seria o Rio Grande do Sul, não somente pela pequena diferença entre os candidatos, mas também por Lula-Brizola terem derrotado FHC no estado com um desempenho, inclusive, superior aos seus candidatos ao governo do estado.

Sustenta essa assertiva a matéria veiculada pelo *Correio do Povo*, intitulada *Lula tenta transferir votos a Olívio*. Nela, é possível perceber o prestígio da candidatura Lula no Rio Grande do Sul, que teve mais votos do que o candidato do partido ao governo do estado, e a preocupação da cúpula petista em assegurar a vitória ao governo gaúcho. Segundo o jornal, a vinda de Lula visava “convencer os 165.034 eleitores que votaram nele, e não em Olívio Dutra, a transferirem o voto ao candidato da Frente Popular ao governo. Lula ficou com 2.460.537 votos contra 2.295.503 de Olívio, representando 3,13% a diferença a favor do candidato à Presidência da República³⁰”.

Assim, as articulações em torno de apoios para o segundo turno começaram. O PDT era visto como o partido que poderia ser o *fiel da balança* pelo eleitorado mais significativo que conquistou junto à pequena diferença entre os candidatos no primeiro turno. Antônio Britto não teve alianças para costurar no segundo turno, além de manter o mesmo grupo que deu sustentação à campanha no primeiro. Com o apoio do PDT a Olívio, a estratégia lançada por Britto foi de sondar e buscar adesões de prefeitos trabalhistas individualmente. Ao todo, 18 prefeitos do PDT apoiaram Britto e foram expulsos, mostrando que não havia coesão em relação ao apoio à Frente Popular no partido. Outra estratégia adotada pelo candidato do PMDB foi delegar deputados eleitos em regiões onde sua votação foi baixa. Contudo, sondagens diferentes indicaram que a intenção dos eleitores de Emília Fernandes para votar em Olívio Dutra no segundo turno variou entre 66% a 75%, ratificando a afirmação de Luiz Marques, de que “a campanha recebeu um fôlego com o apoio do trabalhismo³¹”. Isso possibilita supor, portanto, que o eleitorado *pedetista* migrou maciçamente para Olívio Dutra, apesar das dissidências surgidas na sigla trabalhista em favor de Britto que não trouxeram uma cizânia expressiva no PDT.

³⁰ Jornal *Correio do Povo*, 14 de Outubro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*.

³¹ Jornal *Correio do Povo*, 07 e 14 de Outubro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*; MARQUES, J. Luiz. *Rio Grande do Sul: a vitória da esquerda*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 99.

Durante a campanha do segundo turno, o tom de críticas seguiu alto. Ilustra isso as declarações de Odacir Klein e Pedro Simon. O primeiro tachava Olívio de *radical*, comparando-o com Tarso Genro, o qual era visto como mais aberto ao diálogo. Já Pedro Simon questionava como Olívio Dutra governaria com minoria no parlamento e tendo FHC na presidência, e não Lula. Ambos utilizavam como argumento o fato de o Rio Grande do Sul ter traçado um *projeto de desenvolvimento* com Britto, que seria descartado pelo PT. Já a campanha petista seguiu a mesma risca: criticar as privatizações e as isenções fiscais para a atração das multinacionais, voltando seu projeto econômico para os setores “tradicionais” do estado. Paulo Moura definiu a campanha de Olívio, neste quesito, como *conservadora* em relação à de Britto, apelando para a manutenção da sua *vocação produtiva tradicional*. Isso, segundo Moura, teria viabilizado uma inserção eleitoral do PT com maior capilaridade em setores rurais do que o projeto industrializante de Britto. Posteriormente, figuras como Otomar Vivian, do PPR, viriam a elogiar a campanha do PT. Para ele, o partido conseguiu convencer que “aquilo era algo ruim para as pessoas e ruim para o estado”³².

Além disso, há de se ressaltar que parcela significativa do empresariado passou a cerrar fileiras em favor de Britto. Uma circular da FIERGS, emitida na semana do segundo turno, dizia para o empresariado se reunir com os seus funcionários para falar “sobre as consequências da eleição, buscando a definição conjunta do melhor candidato, isto é, aquele que tenha a melhor proposta e as melhores condições de governar o estado, sob o ponto de vista do interesse da empresa e dos que dela dependem”, induzindo para que se conversasse “em particular, ou, não havendo tempo, reunindo-se em grupo. Fazer isso entre hoje e amanhã”³³, apontando para uma inclinação em favor de Antônio Britto. Além disso, ilustrando o grau de envolvimento e polarização que acabou englobando a participação de amplos setores.

Entretanto, apesar do acirramento, *todas* as pesquisas do segundo turno indicavam a *virada*: vitória de Olívio Dutra, sempre por volta de 5% de

³² MOURA, Paulo. *O gauchismo no marketing de Olívio Dutra*. Porto Alegre: PGM, 2006; MOURA, Paulo. *PT: comunismo ou social-democracia?* Porto Alegre: Soles, 2001. ENTREVISTA de Otomar Vivian para César Filomena. DVD-ROM-3. Disponível em: <https://goo.gl/V4wXe6>, acesso em 25.10.2017 (autor possui cópia).

³³ Jornal *Já*, 01 a 15 de novembro de 1998. Arquivo Pessoal do autor. Sobre a relação da FIERGS com o PT-RS e com o governo Lula, cf. CANDONA, Marco André. *Burguesia industrial no Rio Grande do Sul e o governo Lula: os posicionamentos políticos da FIERGS nas eleições presidenciais de 2002*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 19-39, jul/dez 2014.

vantagem em relação a Britto, conforme as seis pesquisas publicadas no *Correio do Povo* por três institutos de pesquisa diferentes entre os dias 16 e 25 de outubro.³⁴ Mas, apesar desse indicativo, a vitória da candidatura petista foi apertada. A diferença de votos em favor de Olívio Dutra foi de 1,5%. Vencia o PT para governar o estado do Rio Grande do Sul, consolidando a força petista no extremo sul do Brasil. Vitória que foi encarada como a mais importante, até então, na história do PT, que teria também o controle da capital do estado.

A vitória petista: compondo governo em situação de minoria

A vitória de Olívio Dutra significou o ápice de uma ascendente eleitoral do PT, que registrou nas cinco eleições estaduais que disputou sempre resultados melhores que o sufrágio anterior. Além disso, era o primeiro partido fora da tríade PMDB-PPR/PDS-PDT a governar o estado. Estas três siglas mantiveram desde a redemocratização a hegemonia eleitoral no Rio Grande do Sul, o que foi rompido pelo Partido dos Trabalhadores. Além disso, sinaliza o espraiamento do voto no PT para fora da capital, onde havia vencido por três eleições. E isso era um desafio para o partido não só no Rio Grande do Sul, mas em escala nacional, já que o PT assentou-se eleitoralmente em grandes centros urbanos. A vitória petista, em círculos onde tradicionalmente o eleitorado sufragava candidaturas conservadoras, mostrava o avanço geográfico-eleitoral do PT.

O PT enfrentaria, como governo, uma série de dicotomias em relação a sua atuação enquanto partido oposicionista. Uma das principais era a de governar com minoria no parlamento, permanecendo ideologicamente “puritano”, isto é, coerente com a lógica de não fazer composições em troca de governabilidade como finalidade, como havia defendido quando era oposição. E isso foi representado pelo fato de governar Porto Alegre sempre sem possuir maioria no legislativo local. Mas o partido, agora, teria o desafio de fazer o mesmo em escala regional, cuja complexidade era mais aguda.

Quando o primeiro turno finalizou, a formação da Assembleia Legislativa ficou composta por PT, PPB, PTB, PMDB, PDT, PFL, PSDB e PSB, respectivamente, por 12, 11, 10, 10, 7, 2, 2 e um deputado. Destes, 20 deputados eram aliados de Olívio Dutra³⁵. Apesar de o PT possuir a maior

³⁴ *Jornal Correio do Povo*, 16, 18, 21, 24 e 25 de Outubro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*.

³⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. Ata das eleições de 1998. Arquivo digitalizado do TRE-RS.

bancada eleita, 35 deputados pertenciam a siglas que deram sustentação ao governo e à campanha de Antônio Britto, o que, inclusive, virou argumento de campanha do candidato do PMDB, como vimos na fala de Pedro Simon. Oito siglas possuíam representação parlamentar, seguindo a tendência de aumento da fragmentação parlamentar.

Ainda que algumas alterações nessa configuração ocorressem, devido a nomeações de deputados estaduais para o secretariado, o desenho partidário das bancadas não se alterou nos primeiros meses de governo. E a posição do PT foi intransigente: não faria “concessões” ou buscaria a ampliação da bancada em torno da “governabilidade”. André Pereira destaca que, diferentemente de Collares e Simon, Olívio Dutra não enfrentou uma “oposição bilateral”, isto é, dividida em dois blocos ou mais, o que, por vezes, facilita para o governo compor maiorias em determinadas matérias, tendo em vista a divisão em suas fileiras. Além disso, o autor ressalta que o PT gaúcho tinha como característica a divisão em inúmeras tendências internas, o que dificultava a união do partido. Como ponto final da amostra de que o governo gaúcho não visou ampliar sua base de apoio, Pereira destaca a declaração do deputado Ivar Pavan. Em janeiro de 1999, o líder da bancada do PT dizia que a bancada teria os oito votos finais pela “pressão popular” e pelas “metas definidas pelo OP”. A declaração de Pavan foi uma resposta a Sérgio Zambiasi, líder do PTB, que afirmou ser possível seu partido votar com o governo, o que daria ao PT a maioria na Casa legislativa³⁶, mostrando também a crença existente por parte do governo eleito de que o Orçamento Participativo, sozinho, seria suficiente para suprir a falta de apoio parlamentar, baseando-se na experiência obtida enquanto executivo na Prefeitura de Porto Alegre.

Recorremos novamente a uma fala de Marcos Rolim para ilustrar a posição do PT naquele contexto. Segundo Rolim, deputado federal eleito e membro do Comitê de Transição,

Nós não apostamos na ampliação do governo. O PTB, havia certo momento onde poderia se puxar o PTB, senão todo, uma parte dele viria. Até, talvez, pelo fisiologismo, mas poderiam vir. Isso teria constituído uma condição política na Assembleia razoável para o governo Olívio. Teria condições de transitar, de apoiar projeto. O PT desprezou isso, desprezou, de novo a ideologia. O tema das alianças. Aquela era uma época que a DS defendia aliança com o Partido Operário. Raul Pont: ‘aliança com partido burguês não’. Essas cabeças de osso para fazer sopa. Quer dizer, uma postura muito dog-

³⁶ PEREIRA, op. cit.

mática, muito apolítica. Eu acho que o Olívio Dutra é um pouco vítima disso, de um purismo ideológico³⁷.

A esse contexto de inflexibilidade da base governista, complementa-se o cenário com a relação dos deputados oposicionistas, representados na declaração dos deputados do PPB e do PMDB que, juntos, possuíam 21 parlamentares. Isto é, mais de um terço do parlamento e formaram a principal base legislativa do governo Britto. Giovani Feltes, deputado estadual do PMDB e líder da bancada, disse que o “partido não está disposto a dar trégua alguma ao novo governo”. Vilson Covatti, por sua vez, dissera que o PPB tinha que assumir a posição de principal partido de oposição, sendo “o inimigo número um do PT³⁸”. Uma conjuntura, portanto, que apontava para a continuidade e acirramento dos conflitos, e não por uma via que assinalava a abertura de maior diálogo e conciliação entre os blocos.

Soma-se a essa assertiva a conjuntura desenhada pelo período pós-eleitoral, tanto pela oposição, mas, também, pelo próprio bloco vencedor da eleição de 1998. Primeiro, pela animosidade gerada em alguns setores mais “radicais” do PT com a possibilidade de ingresso do PDT no secretariado. Junto a isso, o processo de composição do governo foi dificultado pelo PDT exigir secretarias de maior peso político do que as que lhe foram oferecidas e pela atitude do PT em se retirar, em dezembro 1998, da votação que envolvia a aprovação das contas do governo Collares. Essa ação provocou protestos de Collares e Brizola: o primeiro passou a articular explicitamente a saída do PDT do governo petista e o segundo ameaçou José Dirceu, presidente nacional do PT, de retirar o partido da administração Olívio Dutra. No PT, as tendências “moderadas” protestaram contra a distribuição na divisão de cargos políticos. Ilustra isso a declaração de Esther Grossi, do PT Amplo e Democrático. Ela alegou que sua tendência representava 32% do diretório regional, criticando a “reduzida participação no futuro governo estadual³⁹”, mostrando que o PT estava dividido em relação ao loteamento do governo.

As dificuldades com a base aliada não eram o único problema do governo que sequer havia tomado posse. Os partidos de oposição anuncia-

³⁷ ENTREVISTA de Marcos Rolim para César Filomena, op. cit. A DS, mencionada por Rolim, é a Democracia Socialista, tendência interna do PT com muita expressão no PT-RS, embora não produza, dentro do partido em nível nacional, a mesma força.

³⁸ *Jornal Correio do Povo*, 1º de dezembro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*.

³⁹ *Jornal Correio do Povo*, 29 de outubro, 10 e 14 de dezembro de 1998. Arquivo *Correio do Povo*; *Jornal Zero Hora*, 30 de novembro de 1998. Arquivo MUSECOM.

ram, em novembro, que iriam excluir a Frente Popular da presidência da ALERGS. Para legitimar sua posição de comando na Assembleia Legislativa, os partidos reunidos diziam “ter o aval dos eleitores para fazer oposição a Olívio. E, como maioria, podem também eleger os presidentes”. Beto Albuquerque definiu como “violência à democracia” a medida. Já Flávio Koutzii ameaçou com o boicote do PT à Mesa Diretora⁴⁰, iniciando as primeiras tensões entre governo e parlamento.

Remeteu-se no mesmo contexto a crise ocorrida entre as equipes de transição de governo. O bloco que assumiria em janeiro de 1999 solicitou a suspensão de projetos com cunho de incentivo fiscal à Britto, que se negou a fazê-lo. Pontos altos das divergências foram a aprovação do Orçamento de 1999, feito pelo governo Britto, e a transição de governo. A Frente Popular acusava o governo de “sonegar dados”. Já o governo Britto revidava, denunciando que o PT estaria *interferindo* na administração que ainda não findou. Como resumiu *Zero Hora*, “o PT usa o argumento de que o projeto de Britto foi derrotado nas urnas para pedir a suspensão de atos que contrariem sua filosofia. Britto reage lembrando que foi eleito para governar até 31 de dezembro e diz que não abdicará do poder antes”, ilustrando a estrutura dos conflitos entre governo e transição. *Zero Hora* aproveitou o ensejo para destacar que essa havia sido a transferência de mandato mais turbulenta do período democrático. O ápice dessas divergências foi marcado pela ausência de Britto na solenidadetransição pela primeira vez. Essa decisão foi criticada pela Frente Popular, por membros do PMDB e de setores midiáticos, como o editorial de *ZH* em 24 de dezembro⁴¹.

Em meio a um contexto turbulento que o governo Olívio Dutra manteve a posição intransigente, contrário em ampliar o leque de aliados, tanto nesta fase como durante o mandato. Por sinal, como veremos, durante o governo Olívio Dutra ocorreriam ainda mais duas dissidências: a saída do único deputado do PSB para a oposição e de toda a bancada do PDT, afastamento vinculado com as eleições municipais de 2000, que esvaziou o governo para um número ainda menor: de 20 deputados, o governo passaria a ter 12, enquanto a oposição pulou de 35 para 42 em um universo de 55 deputados. Mesmo que alguns deputados do PMDB migrassem para o PPS,

⁴⁰ *Jornal Zero Hora*, 06 e 26 de novembro de 1998. Arquivo MUSECOM.

⁴¹ *Jornal Zero Hora*, 12, 13, 23, 24 e 25 de dezembro de 1998. Arquivo MUSECOM; *Jornal Correio do Povo*, 03 de dezembro de 1998. Arquivo Correio do Povo. Sobre as exigências feitas pelo PT para Antônio Britto, ver: *Jornal Zero Hora*, 17 de novembro de 1998. Arquivo MUSECOM.

há de ser ressaltado que isso não motivou uma mudança de postura. Em porcentagem, portanto, a oposição teria 76% das cadeiras, controlando com folga o legislativo. Em outras palavras, o governo passaria a ficar em condições ainda mais difíceis na Assembleia Legislativa.

Considerações finais

Buscamos neste capítulo analisar disputas envolvendo a política regional entre os governos Antônio Britto e Olívio Dutra. Assim, destacamos aqui as principais forças políticas durante a década de 1990, entre elas a ascensão do PT como uma novidade na conjuntura política regional a partir da eleição de Olívio Dutra em 1988 na capital, procedida de uma hegemonia na cidade durante quatro mandatos consecutivos, transformando o Rio Grande do Sul como principal baluarte político do Partido dos Trabalhadores na década de 1990. Como desafio, o governo Olívio Dutra, liderado pelas alas chamadas de *radicais* do PT, tinha o de colocar em prática não apenas o discurso de campanha, mas também a posição *anti-neoliberal* que sustentou durante o governo Britto e, com menor intensidade, contra Collares, onde se pautou em defesa de uma posição mais “moralista”.

Naquilo que foi exposto, procuramos deixar explícito ao leitor o fato de Olívio Dutra e Antônio Britto conceberem projetos antagônicos que motivaram a polarização política. Com a ascensão do PT na cena política gaúcha, atrelado ao projeto do PMDB influenciado pelo contexto nacional de redução do tamanho do estado, Britto e Olívio representariam em 1994 e 1998 não apenas uma polarização, mas junto a ela um radicalismo que se agravaria na medida em que a vitória do PT abortaria alguns projetos, em especial o que ficou conhecido como *o caso da Ford*, e da tentativa pouco sucedida de implantar o Orçamento Participativo, que teve forte oposição parlamentar por meio de críticas, boicotes e na criação de outros mecanismos, como o *Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional*.

PARTE 5

Crises e Golpes

O início do fim: o ano de 1962 como estopim internacional do Golpe de 1964

Charles Sidarta Machado Domingos

Introdução

O ano de 1962 não tem sido tratado com a devida ênfase pela historiografia brasileira que se preocupa com o governo Goulart e o Golpe de 64. Em razão disso, nesse capítulo, descortinarei de forma mais detalhada a relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos ao longo daquele ano. Demonstrarei como a posição da Política Externa Independente do governo Goulart em relação a Cuba ao longo de 1962 foi a causa principal do afastamento entre Goulart e Kennedy e a razão da política de desestabilização patrocinada pelos Estados Unidos da América no Brasil.

A partir de pesquisa realizada em fontes importantes para o estudo da História Política – como a documentação oficial produzida pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro, os pronunciamentos do presidente João Goulart, a grande imprensa, as cartas trocadas entre os presidentes Goulart e Kennedy e em documentos produzidos pelo governo dos EUA – foi possível perceber como as tensões internacionais que se desenvolveram no ano de 1962 foram importantes para a preparação do Golpe de 64.

João Goulart visita os Estados Unidos

Aproximadamente quatro meses após a posse de João Goulart como presidente do Brasil teve início a VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este (Uruguai) no período compreendido entre 22 e 31 de janeiro de 1962. A reunião foi convocada a partir de um pedido da Colômbia ao Conselho da Organização dos Estados Americanos (OEA) em razão do discurso de Fidel Castro ocorrido em 2 de dezembro de 1961 no qual o primeiro-ministro cubano se declarava marxista-leninista. A solicitação da Colômbia estava relacionada aos inte-

resses dos Estados Unidos da América (EUA), representados na VIII Reunião de Consulta pelo secretário de Estado Dean Rusk e que tinham como objetivo central aprovar a exclusão de Cuba da OEA e a ruptura coletiva das relações diplomáticas dos países do continente com a ilha. Contrário a essa perspectiva estavam alguns países importantes no âmbito político como Argentina, Brasil e México. E a liderança desse “grupo que discordava de medidas punitivas” era desempenhada por San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores do governo Goulart¹.

Após longos debates e diversas manifestações de pressão², a reunião acabou aprovando a exclusão do governo cubano – o que deixava claro que o problema era Fidel Castro e não o seu país – da OEA. O Brasil, acompanhado da Argentina, Bolívia, Chile, Equador e México, absteve-se de votar a exclusão do governo cubano, Cuba votara contra, e os demais 14 países votaram favoravelmente³. Esse pode ser considerado o resultado objetivo da reunião. Subjetivamente, no entanto, a participação da delegação brasileira na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos colocou em grande evidência a política externa do governo Goulart – denominada Política Externa Independente (PEI) – tanto na esfera política interna quanto externa, contribuindo para a radicalização das posições no país⁴ e gerando uma insatisfação do governo Kennedy com a Política Externa Independente do governo Goulart⁵.

¹ FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.48, n. 2, jul./dez. 2005, p. 140.

² Franchi Neto menciona inclusive uma controvérsia a respeito do voto do Haiti e financiamento por dólares estadunidenses. FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.48, n. 2, jul./dez. 2005, p. 142.

³ QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 75.

⁴ San Tiago Dantas recebeu grande apoio dos setores portadores de uma cultura política de pós guerra e severa oposição dos grupos que se organizavam em torno de uma cultura política ocidentalista. Essa radicalização foi, inclusive, uma das razões para sua não aprovação como primeiro-ministro em junho daquele ano.

⁵ Paulo Vizontini, associando o resultado da VIII Reunião de Consulta com a encampação da ITT realizada no início de fevereiro pelo governador do Rio Grande do Sul afirma que “foi grande o impacto desses acontecimentos. Punta del Este e as encampações afetavam seriamente as relações com os EUA”. VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Relações internacionais e desenvolvimento: o nacionalismo e a Política Externa Independente*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 250. Para Luiz Alberto Moniz Bandeira, “a expulsão de Cuba da OEA constituiu, no entanto, o mais importante fator de conflito entre o Brasil e os EUA”. MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7. ed. ver. e ampl. Rio de

Mesmo assim, o Brasil era considerado país estratégico para o bom andamento da Aliança para o Progresso⁶. Em razão disso, Lucius Battle sugeriu ao departamento de Estado que “Jango fosse convidado a encontrar-se com Kennedy em Washington [...] dada a relevância de nosso êxito no Brasil para todo o programa da Aliança para o Progresso, é nosso interesse tentar convencer Goulart de que a cooperação conosco atende melhor a seu interesse a ao do Brasil⁷”.

Era a segunda vez que Goulart partia em missão oficial aos Estados Unidos – a primeira vez fora em 1956, quando era vice-presidente no governo Kubitscheck. Naquele período emblemático da Guerra Fria, também estivera na URSS e na China, faltando ter viajado apenas para Cuba. Nessa segunda ocasião nos Estados Unidos, Goulart fora recebido pelo presidente John Kennedy em Washington e na mesma cidade esteve na OEA; em Nova York, esteve na Organização das Nações Unidas (ONU); e em Omaha, esteve no Comando Aéreo Estratégico de Defesa dos EUA⁸.

Após dois encontros com o presidente John Kennedy, um “comunicado conjunto dos presidentes dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América” foi divulgado à imprensa. Nessa declaração, era enfatizado que as reuniões entre os dois presidentes se desenvolveram em “um espírito de franqueza, cordialidade e compreensão mútua⁹”.

Temas que se mostravam importantes aos dois países estavam presentes na declaração, como o respeito à democracia, a busca pelo desenvolvimento social e a defesa da paz. Isso gerava uma ideia de aproximação, tanto entre os dois países quanto entre seus dois presidentes. Além disso, também houve espaço na declaração para a “democracia política, a independência e a autodeterminação nacional, a liberdade individual¹⁰” como princípios políticos que ambos os países comungariam. Dessa forma, valores muito caros a

Janeiro: Revan, 2001, p. 69; Jorge Ferreira afirma que “a posição brasileira [em Punta del Este] criou tensões entre Washington e Brasília”. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 272.

⁶ A Aliança para o Progresso era um projeto do governo Kennedy para auxiliar a América Latina que, coincidentemente, tinha sido aprovada também em Punta del Este no mês de agosto de 1961 por todos os países latino-americanos com exceção de Cuba, representada naquela reunião por Ernesto “Che” Guevara. AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 140.

⁷ QUINTANEIRO, Tânia. *Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente*. Belo Horizonte: UFMG, 1988, p. 82.

⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 5.

⁹ Idem, p. 33.

¹⁰ Idem.

ambos os governos estavam presentes. Sem mencionar Cuba ou a VIII Reunião de Consulta, aparecia o princípio de autodeterminação – um dos princípios basilares da política externa de Goulart – o que representava que o governo brasileiro não recuara em sua Política Externa Independente. Ao mesmo tempo, as noções de democracia política e liberdade individual, extremamente caras ao governo dos EUA, também representavam que aquele país não retrocedera em relação ao seu entendimento a respeito de Cuba.

O comunicado conjunto também mencionava a importância que Estados Unidos e Brasil conferiam à Aliança para o Progresso, à ideia do desarmamento e à Carta da OEA. Também era mencionado, ainda que indiretamente, o problema das encampações de empresas estadunidenses:

o Presidente do Brasil declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento em outros setores importantes, para o desenvolvimento econômico do Brasil. O Presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação¹¹.

A postura do presidente brasileiro se mostrava de negociação. Aceitava alguns pontos de interesse dos EUA e mantinha certos pontos de vista próprios em evidência. Não era do interesse do governo Goulart o confronto; inclusive, porque o Brasil não tinha condições objetivas de prescindir da relação com os EUA. Antes pelo contrário, a posição do governo brasileiro era de manutenção das relações entre os países em bom nível, procurando recuperar a confiança dos EUA que ficara desgastada com as questões de Punta del Este e das encampações, pois o governo brasileiro precisava de recursos financeiros, sob a forma de empréstimos. Em virtude dessas negociações, ficara acertado que o dinheiro destinado às empresas encampadas não sairia do Brasil, sendo reinvestido no país.

Já na Organização dos Estados Americanos, o presidente Goulart enfatizara o princípio da PEI consoante a autodeterminação dos povos: o de não-intervenção. Se tomara cuidado para não mencionar esse aspecto fundamental de sua política externa no comunicado conjunto com o presidente Kennedy, na OEA – mesmo que também sem fazer referência direta ao problema cubano – Goulart assim se manifestava:

A força e o prestígio desta Organização repousam sobretudo em princípios que constituem a razão mesma de sua existência e dos quais ela não poderá

¹¹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 35.

jamais se afastar sem se trair. Só o respeito de todos à soberania de cada um pode associar dignamente Estados livres e independentes. **O princípio que rege, acima de todos, a nossa convivência e que torna possível a nossa unidade, é o princípio da não-intervenção.** [...] A criação da Organização dos Estados Americanos representa, portanto, o reconhecimento formal por parte de todos os governos que a integram de que a cooperação entre Estados soberanos, por mais íntima que seja, não dá o direito a nenhum deles, nem mesmo à Organização que compõem, de atuar em terreno reservado exclusivamente à soberania interna das nações¹².

O presidente brasileiro marcava posição dentro do hemisfério. Projetava sua política externa aos demais países do continente através da OEA como caixa de ressonância. E para os setores que habitualmente apoiavam seu governo, demonstrava força e protagonismo do Brasil no exterior.

Em que pese os resultados financeiros da viagem aos Estados Unidos terem sido insuficientes – algo em torno de 30 milhões de dólares¹³ – em termos políticos parecem ter sido benéficos para o governo Goulart. Publicação oficial do Itamaraty demonstra a repercussão da viagem nos principais jornais do país: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Última Hora*¹⁴. Na grande maioria das matérias – inclusive em muitas de *O Estado de São Paulo*, sistemático opositor do governo Goulart – se observa o apoio e o contentamento com a postura exercida pelo presidente brasileiro nos EUA.

Ao regressar para o Brasil, depois de ter se encontrado com o presidente do México, Adolfo López Mateos, João Goulart foi recebido em um clima muito positivo. Afinal, era o presidente brasileiro que conversara de igual para igual com o presidente dos EUA, que naquele momento ainda contava com grande admiração tanto em seu país quanto no Brasil¹⁵. No

¹² BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 11-12. Grifos meus.

¹³ Idem, p. 179.

¹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 63-193.

¹⁵ Até então, a única ação que desabonava a imagem de Kennedy era sua participação nos episódios da Baía dos Porcos. Ele era tido como um jovem, idealista e competente líder político de ideias progressistas – tais quais a Aliança para o Progresso e sua política para os direitos civis em seu país. Sua verdadeira política para Cuba; a máfia orbitando seu governo; as denúncias a respeito de sua eleição; sua participação na política para o Vietnã seriam de conhecimento público apenas na década seguinte ao seu assassinato, em especial a partir de 1975, quando foi instaurada a Comissão Church (seu presidente era o senador Frank Church) no Senado dos EUA para investigar ações da CIA. HERSH, Seymour. *O lado negro de Camelot*. Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 194-210.

jornal *O Estado de São Paulo* foi publicado um telegrama de Kennedy para Goulart que colaboraria ainda mais para o clima de boas relações:

Em nome do povo dos EUA e no meu próprio nome, apresento-lhe os votos mais cordiais de um retorno feliz e seguro ao seu País. Nós e nossos povos nos tornamos melhores amigos e vizinhos em virtude de sua visita. Essa visita fortaleceu nos Estados Unidos a consciência da fidelidade inabalável do Brasil aos princípios da liberdade e da sua dedicação aos ideais da democracia, do progresso econômico e da justiça social. Antevejo com prazer encontrá-lo novamente quando de minha visita ao seu País ainda este ano¹⁶.

Uma mensagem desse teor colaborava bastante para que os setores portadores de uma cultura política mais afinada com os valores dos Estados Unidos se tranquilizassem em relação ao governo do Brasil. Some-se a isso, o fato de o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ter criticado duramente Goulart pela sua visita aos EUA, o que colaborava na intenção de demonstrar que “não havia fundamento para acusar de comunista um presidente recebido como aliado pelo governo dos Estados Unidos – e repudiado pelos comunistas brasileiros¹⁷”. Parecia uma grande vitória do governo Goulart.

As eleições de outubro de 1962 e a ausência de John Kennedy

Assim, a visita do presidente dos Estados Unidos era esperada para breve, já no mês de julho, mesma época em que o secretário-geral da ONU, Tray Sithu U-Thant, estivera no país e fora recepcionado com as devidas honrarias pelo presidente Goulart¹⁸. O primeiro-ministro agora era Brochado da Rocha e o governo Goulart começava a se preparar para as eleições de outubro e acreditava que a presença do presidente dos Estados Unidos seria importante para obter bons resultados naquele pleito – pois a campanha de desestabilização política do governo já vinha em grande desenvolvimento, principalmente através do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). O que o governo Goulart não sabia, entretanto, era que muito do financia-

¹⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Viagem do Presidente João Goulart aos Estados Unidos da América e ao México*. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 125.

¹⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 100.

¹⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 244.

mento desses órgãos provinha de dinheiro do governo dos EUA¹⁹. Carlos Fico traz a dimensão dessa campanha de desestabilização:

Além de tudo isso, nunca houve na história brasileira um presidente da República que tenha enfrentado uma campanha externa de desestabilização tão grande como Goulart: “a campanha de Kennedy contra [Fidel Castro], [João] Goulart e [o premiê da Guiana Inglesa, Cheddi] Jagan não teve precedente na história das relações interamericanas.[...] Ou seja, podemos comprovar amplamente que uma enorme campanha de desestabilização foi patrocinada, desde, pelo menos, 1962, por organizações brasileiras e norte-americanas (sobretudo o USIS, o serviço de informações, mas outras agências Estados Unidos também atuaram)²⁰.

O governo Goulart investia bastante nos bons resultados da eleição de outubro. A sua estratégia era que, conquistando maioria na Câmara dos Deputados, obtivesse melhores condições para fazer aprovar as Reformas de Base – pelo menos desde 1º de maio, em seu pronunciamento em Volta Redonda, Goulart já mencionava a necessidade de “reformas – que o povo se habituou a identificar como reformas de base²¹”. Nesse momento, o presidente mencionava a importância da eleição de 7 de outubro, propondo que, inclusive, esse pleito se destinasse a escolha de membros de uma Assembleia Constituinte para que as reformas de base pudessem ser realizadas:

Muitas dessas reformas dependem de leis ordinárias, mas muitas delas só poderão ser alcançadas se antes se reformar parcialmente a Constituição de 1946. Não poderíamos, sem reforma constitucional, defender a ordem econômica contra certos abusos que comprometem o verdadeiro interesse nacional. Se o atual Congresso entende que não é possível, de parte da sua última reunião legislativa, realizar a reforma constitucional, que normalmente demanda o tempo de duas sessões, estará ao seu alcance um gesto de sabedoria política, de caráter eminentemente popular, tomar a iniciativa de outorgar, aos mandatários que a Nação vai eleger a 7 de outubro, poderes que lhes permitam promover esta reforma. [...] Antevendo, por isso, a possibilidade de serem atribuídos poderes constitucionais ao novo Congresso, sinto que, tomada esta patriótica atitude pelos legisladores desta atual legislatura, encontraremos o caminho certo de uma eleição decisiva para os destinos do país e acredito que através dela vamos chegar às reformas tão ansiosamente

¹⁹ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 83; FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p.77.

²⁰ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p.75-76.

²¹ Discurso do Presidente João Goulart durante comemorações do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1962 *apud* FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 243.

reclamadas, já não só pelos trabalhadores, mas por todos os setores da vida nacional²².

Em razão dessa *eleição decisiva para os destinos do país* a presença do “reverenciado, nos EUA e também no Brasil, John Kennedy²³” era importante, pois reforçaria um certo afiançamento do governo Goulart com setores mais vinculados ao governo dos Estados Unidos. Mas o governo Kennedy entendia isso muito bem. E não estava disposto a colaborar com o sucesso de Goulart:

Essa outra instituição, o IBAD, atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava, utilizando como seu agente um certo Ivan Hasslocher. Ela mantinha íntima conexão com uma empresa de publicidade – S.A. Incrementadora de Vendas Promotion – e, embora fundada em 1959, suas atividades somente se intensificaram a partir da posse de Goulart na Presidência da República. Em 1962, com a criação da Ação Democrática Popular (ADEP), o IBAD interveio abertamente na campanha eleitoral, subvencionando candidaturas de elementos direitistas, que assumiam o compromisso ideológico de defender o capital estrangeiro e condenar a reforma agrária bem como a **política externa independente do governo brasileiro**²⁴.

Além desse apoio ilegal aos candidatos de oposição ao governo Goulart e sua Política Externa Independente, o presidente John Kennedy resolveu adiar sua vinda ao Brasil para depois das eleições – com isso, impedindo que Goulart obtivesse ganhos eleitorais com sua presença, estando de acordo com a “preocupação de Gordon de que a vinda de Kennedy, tão popular entre os brasileiros, mesmo favorecendo a imagem dos EUA, pudesse beneficiar Goulart, que insistia para que ela se realizasse²⁵”.

Não restara, portanto, ao presidente Goulart saída senão divulgar que a visita do presidente dos Estados Unidos da América fora adiada para 12 de novembro, ante a justificativa da realização das eleições nos dois países e de problemas internos do presidente John Kennedy.

As vésperas da eleição de 7 de outubro, a visita do presidente dos Estados Unidos voltava a ser notícia no país. Porém, dessa vez, se estabelecia uma associação entre Kennedy e o governador da Guanabara, Carlos Lacer-

²² Discurso do Presidente João Goulart durante comemorações do Dia do Trabalho em 1º de maio de 1962 *apud* FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 244-245.

²³ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p.158.

²⁴ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 83. Grifos meus.

²⁵ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p.161.

da – o principal opositor do presidente João Goulart – enfatizando que o presidente dos EUA gostaria de ter um novo encontro com o governador da Guanabara, dado que já haviam conversado na Casa Branca em 1961.

Recorda-se que o presidente Kennedy, na ocasião, quebrou o protocolo da Casa Branca, ultrapassando em mais de 50 minutos a palestra que manteve com o governador da Guanabara, na presença de seus principais assessores e do embaixador Roberto Campos²⁶.

Politicamente, procurava-se criar uma aproximação pública entre o presidente John Kennedy e o governador Carlos Lacerda. Com isso, nesse contexto pré-eleitoral imediato, objetivava-se fragilizar a noção de proximidade entre o presidente Goulart e o presidente Kennedy, tão desejada pelo presidente brasileiro naquele momento. Além do que, o estado da Guanabara era, junto a alguns estados do Nordeste, grande beneficiário dos recursos da Aliança para o Progresso, dentro da estratégia para desestabilizar o governo de Goulart que criava as “ilhas de sanidade administrativa²⁷”.

O governo Goulart, no entanto, parecia ainda acreditar que o governo dos EUA buscava uma relação de proximidade com o governo brasileiro, subestimando que naquele momento estava ocorrendo, em Washington, a Reunião Informal dos Chanceleres, e a posição defendida pelo governo brasileiro não era a esperada pelo governo dos EUA.

No mesmo dia da eleição, 7 de outubro, o representante do governo brasileiro na ONU – e que também representou o país na Reunião Informal de Chanceleres – senador Afonso Arinos de Melo Franco, enviava um telegrama destinado ao presidente Goulart e ao primeiro-ministro Hermes Lima. Nessa mensagem, trazia uma informação que, até então, era totalmente inesperada para o governo Goulart:

Soube, por fonte absolutamente idônea, que Stevenson informa haver dúvidas, em Washington, sobre a visita do Presidente Kennedy ao Brasil. Segundo ele, o assunto “estaria sendo examinado”. Referiu-se à situação do comunismo integrado na posição do Governador Brizola e na questão de Cuba²⁸.

²⁶ *O Estado de São Paulo*, 04 de outubro de 1962, p. 3. Biblioteca do Senado Federal (BSF). Brasília/DF.

²⁷ PEREIRA, Henrique Alonso de Albuquerque Rodrigues. *Criar Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil (1961-1966)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

²⁸ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 44. SECRETO. URGENTE. Assunto: *Visita do Presidente Kennedy ao Brasil*. Data: 07 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

A notícia era tão inesperada que o próprio Afonso Arinos descrevia no telegrama sua surpresa e alguma dúvida a respeito da informação: “Parece-me notável essa conversa de Stevenson porque, em Washington, soube que o Protocolo do Departamento de Estado informava esta sendo preparado o programa e circula a notícia de que Salinger estava no Brasil examinando os pormenores da viagem²⁹”.

Se antes o governo Goulart ainda desconsiderava o impacto que a posição do Brasil na Reunião Informal de Chanceleres causara sobre os EUA, a partir do aviso de Arinos – e que ressaltava com clareza à questão de Cuba como uma das causas – o Itamaraty passaria a acompanhar a situação com mais atenção. Para tanto, enviara um telegrama ao embaixador Roberto Campos, em Washington, mencionando haver conhecimento de notícias a respeito da possibilidade do presidente Kennedy estar considerando “um novo adiamento para a sua projetada visita ao Brasil³⁰” e solicitava que o embaixador realizasse gestões “cercadas de grande cautela e discrição” no sentido de “evitar que venha a concretizar-se uma decisão cujo efeito traria sérios embaraços ao fortalecimento das boas relações entre os dois países³¹”.

O governo brasileiro instruía o embaixador Roberto Campos a mencionar o “aspecto crescente da estabilidade da presente administração” e o sucesso na consecução das eleições do dia 7, além de enfatizar que o país é o “exemplo mais frisante do respeito às liberdades públicas e de obediência à ordem constitucional³²” como forma de convencimento para a manutenção da visita de John Kennedy.

Como última cartada, autorizava Roberto Campos a mencionar os seguintes aspectos:

a visita do Presidente Kennedy na data fixada viria a dar uma demonstração prática para todo o hemisfério do desejo que tem este país de ver consolidado o regime democrático nas Américas e contribuiria para criar no Brasil um clima extremamente favorável para a solução de vários problemas pendentes ainda entre os dois países³³.

²⁹ Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 44. SECRETO. URGENTE. Assunto: *Visita do Presidente Kennedy ao Brasil*. Data: 07 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

³⁰ Despacho telegráfico para a Embaixada em Washington. Num. 538. SECRETO. Assunto: *Visita do Presidente Kennedy*. Data: 10 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF.

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ Idem.

Mesmo tendo obtido bons resultados na eleição, o governo brasileiro sentia a forte campanha de desestabilização a que vinha sendo submetido nos últimos meses. Goulart acreditava que a presença de Kennedy no Brasil lhe conferiria maior tranquilidade política. E também entendia que um novo adiamento da visita representaria um desgaste a mais para seu governo. Na tentativa de evitar isso, ofereceu o que podia: a reafirmação do compromisso do Brasil com a *democracia* – o que seria uma forma de amenizar a questão de Cuba – e a *solução de vários problemas pendentes entre os dois países* – que passava, inequivocamente, pela questão das encampações de empresas de capital estadunidense no país.

A justificativa é a Crise dos Mísseis

No dia 15 de outubro, foi confirmada a visita do presidente John Kennedy ao Brasil. O embaixador Roberto Campos relatava ter feito gestões diretamente ao vice-presidente Lyndon Johnson em sua estância no Texas que teria confirmado, além das “fontes governamentais em diversos níveis em Washington, que confirmam que todos os preparativos estão sendo feitos para que a viagem presidencial se realize a doze de novembro, indicando, sem sombra de dúvida, que a data fixada é final³⁴”.

Além disso, Roberto Campos comunicava que partiam nessa data para o Brasil “um grupo de cerca de trinta funcionários civis e militares, chefiado por Ralph Dungan, assistente especial do Presidente, a fim de assentar as medidas preparatórias³⁵”. O presidente dos EUA queria encontrar-se com o presidente Goulart, mas também com os governadores Carvalho Pinto de São Paulo, Carlos Lacerda do Rio de Janeiro e Aluísio Alves do Rio Grande do Norte. A razão do encontro com os dois últimos era assinar convênios para liberar recursos para programas da Aliança para o Progresso³⁶.

É importante ressaltar que, até então, o presidente dos Estados Unidos ainda não fora notificado sobre a existência de mísseis soviéticos em

³⁴ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 743. SECRETO. Assunto: *Visita do Presidente Kennedy ao Brasil*. Data: 15 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF

³⁵ Idem.

³⁶ *O Estado de São Paulo*, 14 de outubro de 1962, p. 8. BSF. Brasília/DF. Também estava sendo programada uma visita de Jacqueline Kennedy ao bairro “Aliança” onde o estado da Guanabara “constrói casas para favelados com recursos da Aliança para o Progresso”. *O Estado de São Paulo*, 21 de outubro de 1962, p. 7. BSF. Brasília/DF.

Cuba. Ele só tomaria conhecimento dessa situação na manhã de 16 de outubro. Portanto, mesmo que descontente com a posição defendida pelo Brasil na Reunião Informal de Chanceleres, Kennedy ainda pretendia vir ao Brasil conferenciar com Goulart. Uma das razões para isso pode ser depreendida a partir do encontro realizado no dia 17 de outubro, entre o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon e o presidente Goulart para tratar da visita do presidente Kennedy ao país. Nessa ocasião, teria sido anunciado pelo porta-voz da presidência da República que “entre os assuntos, deverá figurar o da encampação das empresas norte-americanas concessionárias de serviços de utilidade pública no Brasil³⁷”.

Até que chegou a noite de segunda-feira, 22 de outubro, quando o presidente dos Estados Unidos realizara um pronunciamento na televisão anunciado que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estava instalando armamentos nucleares em Cuba e que o seu país reagiria a essas ações. Apesar disso, no dia 23 de outubro, o secretário de Imprensa dos EUA, Pierre Salinger, em resposta aos questionamentos sobre a crise com Cuba e seus desdobramentos, afirmava “que não foram alterados os planos para a visita do presidente Kennedy ao Brasil de 12 a 14 de novembro³⁸”. No mesmo dia, o primeiro-ministro Hermes Lima recebendo o mesmo questionamento afirmara “que, até ontem, o Governo não recebera informe algum de Washington sobre um possível adiamento ou suspensão da viagem do presidente norte-americano³⁹”.

Entretanto, já no dia seguinte, 24 de outubro, a situação fora modificada. Salinger já não mais afirmava que a viagem se realizaria nas datas programadas e declarou que “embora os planos de viagem do presidente não tenham sido modificados até agora, todas as suas viagens vão ser examinadas tendo em vista a presente situação internacional” sendo “possível que ocorram fatores suscetíveis de modificar esses planos⁴⁰”. Muito bem-informado, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava que “cerca das 21 horas chegavam ao Itamaraty as notícias – não oficiais – do reexame das atividades de Kennedy até o fim do ano, diante dos problemas surgidos com a crise cubana⁴¹”.

³⁷ *O Estado de São Paulo*, 18 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

³⁸ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

³⁹ *O Estado de São Paulo*, 24 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁴⁰ *O Estado de São Paulo*, 25 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁴¹ *Idem*.

Um dia depois – portanto em 25 de outubro – em Washington, a Casa Branca informava que “devido à tensão internacional, foi anulada a visita oficial do presidente Kennedy ao Brasil⁴²”. Também era mencionado que o embaixador Lincoln Gordon “entregou hoje ao sr. João Goulart carta do presidente dos Estados Unidos, informado-o de que precisou adiar a visita que faria ao Brasil em 12 de novembro deste ano, prometendo marcar nova data em janeiro de 1963⁴³”.

Nessa correspondência, o presidente dos Estados Unidos lamentava junto com sua esposa por terem tido de adiar a visita que fariam em julho ao Brasil e afirmava que tinha envidado esforços para que pudesse estar no país de Goulart em novembro. Contudo, Kennedy dizia que isso não seria possível e justificava sua nova ausência da seguinte maneira:

Infelizmente, o recente desafio à paz e à segurança deste Hemisfério, apresentado pelo evento do poderio militar soviético em Cuba, exige minha presença nos Estados Unidos e força-me a solicitar a sua aquiescência a um novo adiamento da nossa visita ao Brasil⁴⁴.

No mesmo dia, o presidente brasileiro respondia à carta do presidente dos Estados Unidos. Aludindo às causas apresentadas pelo presidente Kennedy, o presidente Goulart assim respondera:

Reconhecendo que a gravidade da conjuntura não lhe permite outra alternativa, só me cabe dizer-lhe que minha esposa e eu fazemos sinceros votos para que, o mais depressa possível, cessem os motivos que estão determinando o adiamento da visita de v. exa. e da sra. Kennedy ao nosso país⁴⁵.

Contudo, se investigarmos mais à fundo, podemos nos aproximar de uma outra situação, que acreditamos estar mais de acordo com o que de fato se passara. O presidente John Kennedy, com certeza, já sabia da existência do armamento nuclear soviético em Cuba desde a manhã do dia 16 de outubro. No dia 22 anunciara ao seu país e ao mundo o que estava acontecendo na ilha caribenha. Até então, manteve todos os procedimentos para sua viagem ao Brasil. A decisão de desmarcar a visita oficial foi tomada, possivelmente, no dia 24 de outubro, dado que sua correspondência ao presidente Goulart fora enviada no dia 25. Entre o dia 23 e 24, houve dois

⁴² O Estado de São Paulo, 26 de outubro de 1962, contracapa BSF. Brasília/DF.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Carta do presidente John Kennedy ao presidente João Goulart *apud O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁴⁵ Carta do presidente John Kennedy ao presidente João Goulart *apud O Estado de São Paulo*, 27 de outubro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

acontecimentos que certamente não contribuíram para que o presidente dos EUA considerasse Goulart como um aliado privilegiado: a posição do Brasil na votação da OEA (dia 23) e a carta enviada pelo brasileiro a Kennedy (dia 24). Em ambas situações o Brasil expressava suas reservas – para dizer o mínimo – em relação as posições do presidente estadunidense a respeito do governo cubano. Esse descontentamento de Kennedy também aparece em documentação da época, em telegrama enviado pelo embaixador Roberto Campos ao Itamaraty:

Fonte da Casa Branca, que ainda não consegui identificar, teria expressado suspicácia em relação à missão do General Albino Silva, que interpreta como destinada a facilitar a sobrevivência de Castro, **acrescentando ainda que o Brasil e a Itália teriam sido no mundo ocidental os países menos cooperativos na crise presente**⁴⁶.

Apesar da dificuldade para estabelecer a origem da fonte, fica bastante evidente que, dentro da Casa Branca, portanto, alguém bastante próximo do poder nos EUA, desconfiava do governo brasileiro em relação aos reais objetivos da missão Albino Silva e, principalmente para o que nos interessa, entendia o Brasil como um dos dois países que menos *cooperaram* com os EUA na Crise dos Mísseis. O mesmo documento ainda aponta que o presidente Kennedy questionara diretamente o embaixador Roberto Campos acerca das “inclinações ideológicas” do general Albino Silva⁴⁷. Desse modo, há fortes indícios de que a razão para o adiamento da viagem de John Kennedy ao Brasil, mais do que a necessidade de estar em seu país em 14 de novembro em função da Crise dos Mísseis, era seu descontentamento com a Política Externa Independente do governo brasileiro e sua aplicação na questão de Cuba⁴⁸.

Em 16 de novembro, o embaixador Lincoln Gordon encontrara-se “demoradamente” com o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Hermes Lima. A grande imprensa ainda insistia para saber a respeito da visita de John Kennedy ao país – assim como Goulart, que precisava me-

⁴⁶ Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 815. SECRETO. URGENTE. Assunto: *Questão de Cuba*. Data: 01 de novembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty. Brasília/DF. Grifos meus.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Também fortalece nossa interpretação o fato de que no dia 30 de outubro, quando já estavam sendo implementadas as negociações Kennedy-Kruschev, o presidente dos Estados Unidos recebera na Casa Branca 80 oficiais brasileiros membros da Escola Superior de Guerra – que, em geral, mantinha aversão a respeito do nacional-reformismo de João Goulart e de seus subprodutos como a Política Externa Independente. *O Estado de São Paulo*, 31 de outubro de 1962, p. 2. BSF. Brasília/DF.

lhorar suas relações com o governo dos EUA. Porém, o tempo da política se modificara e o governo dos EUA perdera o interesse em negociar com o país e ter o governo central como parceiro da Aliança para o Progresso.

O embaixador, por sua vez, disse que nem com o sr. Goulart nem com o primeiro-ministro debateu aspectos da visita do presidente Kennedy ao Brasil. As conversas a esse respeito, acrescentou, só serão iniciadas em janeiro, isto é, depois do plebiscito “quando o regime estiver consolidado⁴⁹”.

Além de tirar da agenda a visita ao presidente Goulart, no fim do mês de novembro – quando a quarentena sobre Cuba já tinha sido levantada – o presidente John Kennedy dava continuidade a receber setores de oposição ao presidente brasileiro, como fizera com os militares vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG). Dessa vez, Kennedy recebeu o recém-eleito governador de São Paulo, Ademar de Barros. Após o encontro, Ademar de Barros se jactava de ter vencido nas eleições o “candidato pró-Cuba, sr. Jânio Quadros, com uma plataforma abertamente filonorte-americana”. Também elogiara o presidente dos EUA “por sua ação no caso cubano” e teceu considerações sobre a importância da “amizade entre o Brasil e os Estados Unidos⁵⁰”. Se para Ademar de Barros o seu encontro com Kennedy colaborava na sua projeção política, para o presidente estadunidense era mais uma forma de desestabilizar o governo Goulart.

Kennedy chega ao Brasil, mas não o John

O presidente brasileiro tinha consciência de que as relações com o governo de John Fitzgerald Kennedy não iam bem. O adiamento sem data da visita de do presidente estadunidense, somado aos episódios como a atenção dispensada por Kennedy aos oficiais da ESG e ao governador eleito de São Paulo reforçavam ainda mais esse entendimento do presidente João Goulart. O que ele não sabia, no entanto, é que o interesse pelo Brasil tinha motivado uma reunião do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional – o mesmo órgão que assessorou o presidente no transcorrer da Crise dos Mísseis – no dia 11 de dezembro na qual o país foi o único assunto da pauta⁵¹.

⁴⁹ *O Estado de São Paulo*, 17 de novembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF.

⁵⁰ *O Estado de São Paulo*, 30 de novembro de 1962, p. 3. BSF. Brasília/DF.

⁵¹ Nessa reunião, além do presidente dos EUA, participaram o vice-presidente Lyndon Johnson, o secretário de Defesa Robert McNamara, o secretário de Estado Dean Rusk, o secretário do Tesouro Douglas Dillon, o procurador-geral Robert Kennedy, o diretor da CIA John McCone, o chefe da Junta Militar Maxwell Taylor, o conselheiro especial de Segurança Nacional McGeor-

Nessa reunião, o ExComm se preocupou tanto com a política interna quanto a política externa que o Brasil vinha desenvolvendo sob o governo de João Goulart. Na avaliação que predominou na reunião, era uma “condição necessária” a de que o governo brasileiro alterasse essas políticas para obter a “colaboração dos Estados Unidos⁵²”. Já sabendo que ocorreria um encontro de Goulart com representante estadunidense, os EUA apresentariam as seguintes posições para o governo brasileiro:

Dentro das próximas duas semanas, antes do natal de 1962, haverá uma discussão com o presidente Goulart em termos gerais, que refletirá os pontos de vista do presidente Kennedy e que enfatizará (a) as preocupações dos Estados Unidos com os desenvolvimentos políticos e econômicos do Brasil; (b) o desejo de colaboração dos Estados Unidos com o Brasil nas áreas econômica e política; e (c) a convicção dos Estados Unidos de que tal colaboração será prejudicada enquanto persistirem certas dificuldades⁵³.

A ata da reunião enfatizava a preocupação do governo estadunidense com a “estabilização econômica e clima para investimentos privados internacionais”, ou seja, estavam preocupados com o endividamento externo do país e com casos como o da ITT. Porém, havia também um grande destaque para a Política Externa Independente, em especial sua atuação na questão de Cuba, onde recomendava-se que o representante dos EUA levasse a seguinte posição ao governo brasileiro:

Ações que os Estados Unidos poderão iniciar na OEA com respeito a Cuba para os propósitos de proteção dos interesses nacionais e hemisféricos não devem ser evitadas por meio de uma reação adversa brasileira⁵⁴.

Desse modo, o governo de Kennedy queria deixar claro para o governo Goulart que mesmo que esse mantivesse sua Política Externa Independente os Estados Unidos não deixariam de manter sua política externa para Cuba. Não deixava de ser uma ameaça ao governo brasileiro, procurando

ge Bundy, o secretário assistente de Assuntos Interamericanos Edwin Martin, os conselheiros especiais Ralph Dungan e Arthur Schlesinger Jr e o embaixador no Brasil Lincoln Gordon. SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 197.

⁵² Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil *apud* SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 198.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

enfraquecer sua posição em relação à questão de Cuba, pois Kennedy fazia questão de ressaltar que os EUA não recuariam no assunto.

Em relação a visita do presidente Kennedy ao Brasil, o ExComm decidira que ela “deve ser transferida para longo prazo⁵⁵”. Desse modo, a expectativa do presidente Goulart de receber o governante dos EUA seria frustrada. Não se trataria mais de tomar uma decisão logo após o plebiscito. O que o governo dos EUA pretendia era utilizar a possibilidade da visita como mais uma forma de pressão.

Uma confrontação com o presidente Goulart **em relação a suas políticas internas e externas podem produzir uma mudança de rumo**, mas é improvável que isso ocorra imediatamente. Será necessário manter a pressão e continuamente discutir com ele tópicos específicos⁵⁶.

O escolhido para essa *confrontação* foi Robert Kennedy, o homem em quem John Kennedy mais confiava em seu núcleo de poder. Desse modo, Robert Kennedy se encontraria com João Goulart menos de uma semana após a reunião do ExComm. O emissário estadunidense também ficaria incumbido de ponderar ao presidente Goulart as “preocupações do governo estadunidense em relação ao que os oficiais norte-americanos consideravam como ‘desenvolvimentos esquerdistas’ no interior do governo brasileiro⁵⁷”.

Além disso, o ExComm avançava ainda mais em suas recomendações, ao ponto de exercer pressões que chegavam ao ponto de agredir a soberania do governo brasileiro:

Recomendava-se que o interlocutor do presidente Kennedy em tal encontro advertisse Goulart sobre os “perigos” relacionados à opção de seguir um caminho diferente daquele “recomendado” pelos Estados Unidos⁵⁸.

No dia 16 de dezembro, era noticiado que Robert Kennedy viria ao Brasil se encontrar com o presidente Goulart. Mas muitas dúvidas ainda pairavam a respeito do encontro. Na mesma matéria, era noticiado que a visita fora “proposta pelo embaixador Lincoln Gordon em comunicação telefônica que manteve com o sr. Goulart sexta-feira [dia 14 de dezembro]

⁵⁵ Políticas de Curto Prazo dos Estados Unidos para o Brasil *apud* SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, p. 198.

⁵⁶ *Idem*, p. 200. Grifos meus.

⁵⁷ *Idem*, p. 202.

⁵⁸ *Idem*, p. 203.

à tarde” e que a “viagem deveria ser sigilosa” em contraste com a informação obtida de “fontes bem informadas no gabinete de Kennedy e no departamento de Estado declararam que o procurador-geral iria ao Brasil officiosamente, a convite do presidente João Goulart”, entretanto, sem que houvesse “indicações em Washington quanto ao motivo do governo brasileiro⁵⁹”.

Autores como Moniz Bandeira e Jorge Ferreira afirmam que o emissário do presidente dos Estados Unidos chegou ao Brasil “sem que houvesse convite do governo brasileiro⁶⁰”, chegando ao Brasil de forma “inesperada⁶¹”. Contudo, se antes da Crise dos Mísseis o governo de Goulart já procurava melhorar as relações entre os dois países através da recepção a Kennedy no Brasil, após a Crise dos Mísseis esse desejo se transformava em necessidade. Em razão disso, e ante a impossibilidade da presença de John Kennedy, o governo brasileiro vinha negociando uma visita que fosse capaz de levar ao presidente estadunidense argumentos no sentido de retomar uma maior aproximação entre os dois países: “Atendendo a convite do Presidente João Goulart, deverão chegar aí na próxima segunda-feira procedentes do Panamá os senhores Robert Kennedy e Edwin Martin⁶²”.

De fato, na segunda-feira, dia 17 de dezembro de 1962, foi realizado em Brasília um encontro entre o presidente João Goulart e o procurador-geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy. Houve grande repercussão desse encontro à época, conforme pode ser avaliado a partir da cobertura jornalística do evento. Contudo, houve também uma aura de mistério a respeito do teor das conversações entre os representantes dos dois países. Existe uma versão desse encontro publicada por Lincoln Gordon como apêndice em seu livro sobre o desenvolvimento econômico-social do Brasil no século XX⁶³. Esse apêndice não se trata de uma lembrança ou das memórias

⁵⁹ *O Estado de São Paulo*, 16 de dezembro de 1962, p. 6. BSF. Brasília/DF.

⁶⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 7. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p. 95.

⁶¹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 318.

⁶² Telegrama da Embaixada em Washington. Num. 921. URGENTE. Assunto: *Visita ao Brasil dos Senhores Robert Kennedy e Edwin Martin*. Data: 13 de dezembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

⁶³ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 371-392

de Lincoln Gordon, que andam bastante desacreditadas, por sinal⁶⁴. Mas sim de um registro produzido pelo embaixador dos EUA e enviado ao departamento de Estado de seu país em 19 de dezembro de 1962. Nesse documento, Gordon afirma que estava presentes ao encontro pelo lado brasileiro apenas o presidente João Goulart e junto a Robert Kennedy e a ele também estava o intérprete do departamento de Estado José de Seabra⁶⁵.

Em linhas gerais, o documento se referia que Robert Kennedy mencionava que “os acontecimentos dos últimos oito meses no Brasil criaram enormes dúvidas” quanto ao desejo de bom relacionamento estabelecido entre os presidentes na visita de Goulart aos EUA em abril⁶⁶. E que essas dúvidas estavam relacionadas a infiltração comunista “ou de nacionalistas da ala da extrema esquerda” no governo, no exército, nos sindicatos e entidades estudantis⁶⁷; a “omissão do próprio presidente Goulart na adoção de um claro posicionamento público contra as posições violentamente anti-americanas assumidas por brasileiros influentes, alguns deles dentro do governo⁶⁸”; em relação a deterioração da economia brasileira⁶⁹; e a ausência “de justificativa para expropriar sem uma indenização adequadas” as empresas estadunidenses “como acontecera no caso da IT&T⁷⁰”. Cabe ressaltar que esses quatro pontos estavam previstos na reunião do dia 11 de dezembro do ExComm.

Segundo o documento produzido por Gordon, “o presidente Goulart deu início então a uma resposta muito extensa, que durou mais de uma hora⁷¹”. O presidente brasileiro respondera as dúvidas de Robert Kennedy e destacava que os grupos nacionalistas, em geral, “não alimentam nenhuma animosidade pessoal contra o presidente Kennedy; sempre se opuseram as políticas preconizadas pelo Partido Republicano, mas depositaram

⁶⁴ James Green e Abigail Jones publicaram um interessante artigo no qual confrontam as memórias de Gordon com a documentação diplomática que foi sendo liberada pelo governo dos Estados Unidos recentemente e que fora produzida pelo próprio embaixador. GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.29, n.º 57, 2009, p. 67-89.

⁶⁵ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 371-392.

⁶⁶ *Idem*, p. 372.

⁶⁷ *Idem*.

⁶⁸ *Idem*, p. 373.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ *Idem*.

⁷¹ *Idem*, p. 371-392

grandes esperanças no governo de Kennedy⁷²". Tudo leva a crer que realmente Goulart tivesse essa avaliação naquele momento sobre a tendência nacionalista da vida política brasileira, haja visto seu grande interesse em que John Kennedy viesse ao Brasil.

De acordo com o documento produzido por Lincoln Gordon, teria sido o presidente brasileiro quem tocara na questão de Cuba durante a conversa:

Sobre a política internacional, prosseguiu o presidente João Goulart, não há de parte do governo brasileiro uma predisposição contrária às políticas americanas. Pelo contrário. **É bem verdade que o problema cubano criou dificuldades para nós**, porque havia muita simpatia no Brasil por esse pequeno país e sua revolução popular. Mas por duas razões Castro perdeu em grande parte essa simpatia do povo brasileiro: sua declaração aberta de simpatia pelo marxismo-leninismo e a clara intervenção russa em outubro⁷³.

É possível que o presidente brasileiro tenha realmente utilizado essa argumentação. A política externa de seu governo procurava uma posição de independência no teatro da Guerra Fria – mas o palco era muito estreito.

Robert Kennedy se manifestou a respeito da política internacional seguida pelo governo brasileiro. De uma forma cuidadosa, procurava respeitar a soberania brasileira ao mesmo tempo em que exercia uma pressão sobre o presidente Goulart utilizando a assistência financeira que os EUA poderiam fornecer ao Brasil. Mesmo sem citar nominalmente, Robert Kennedy criticava a Política Externa Independente do governo Goulart.

Quanto à assistência do bloco soviético, se o presidente João Goulart e o povo brasileiro julgam que essa seria a solução para o Brasil, têm perfeitamente o direito de procurar essa solução. Se o Brasil deseja obter assistência dos Estados Unidos em estradas e projetos siderúrgicos e de energia, estamos certamente preparados para estender essa assistência. Mas só poderemos fazê-lo se trabalharmos com autoridades que desejem cooperar conosco. Não podemos cooperar com os que sistematicamente se opõem a nós. **Uma política destinada a provar a independência do Brasil através da hostilidade sistemática aos Estados Unidos não pode se conciliar com um bom relacionamento entre os dois países.** Os Estados Unidos não querem controlar a política brasileira, e cooperarão em uma base bilateral. **Mas se todas as autoridades brasileiras atacam constantemente os Estados Unidos ou silenciam diante de tais ataques, essa cooperação não será possível**⁷⁴.

⁷² Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 371-392.

⁷³ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 382. Grifos meus.

⁷⁴ *Idem*, p. 385. Grifos meus.

Não obstante, o presidente João Goulart estava empenhado em melhorar a relação com os Estados Unidos e, apesar de algumas divergências, procurava amenizar o teor do encontro, porém, sem abrir mão da presença do presidente dos EUA no Brasil. De uma forma bastante ativa para quem estava em uma situação desfavorável, Goulart praticamente exigiu a presença do presidente Kennedy.

Algumas das dificuldades atuais podem ser superadas por um maior entendimento público. Nesse particular, a visita do presidente Kennedy ao Brasil é absolutamente indispensável. Sua omissão será explorada pelos elementos hostis aos Estados Unidos. Ele deve vir logo que possível, e pode estar certo de que será recebido com entusiasmo. Não deve haver um terceiro adiamento. A data deve ser escolhida de acordo com a conveniência do presidente Kennedy, mas, uma vez fixada, a visita deve ser realizada conforme previsto⁷⁵.

De acordo com o estabelecido na reunião do ExComm, Robert Kennedy respondeu “que o presidente dissera que deseja vir em algum momento de 1963”, sem mencionar nenhuma data que, como vimos anteriormente, deveria *ser transferida para longo prazo*. Para inspirar confiança no governo dos EUA, Goulart convidou para que almoçasse junto com ele e Robert Kennedy o conceituado economista Celso Furtado que estava preparando o Plano Trienal.

Poucos dias depois, era destacado, com notícias provenientes de Washington, que o governo dos EUA se mantinha preocupado com a Política Externa Independente.

Todavia, as questões políticas são as que dão origem as maiores incertezas. Em primeiro plano, há a preocupação sobre a política exterior brasileira, que o governo chama de “independente” mas que, na opinião de Washington, parece às vezes tender para um tipo perigoso de neutralismo. [...] Um exemplo disso ocorreu na recente crise cubana, quando o Brasil tentou agir como “mediador” entre os EUA e o regime de Fidel Castro, enganando-se completamente sobre o fato de que a situação há muito deixara de ser uma disputa entre os EUA e Cuba, tornando-se uma confrontação direta entre o primeiro país e a União Soviética⁷⁶.

Nesse quadro de desconfianças por parte do governo Kennedy e ocupação do governo Goulart com a situação política interna, onde as opo-

⁷⁵ Registro da conversa ocorrida entre o presidente João Goulart e o procurador-geral Robert Kennedy, no Palácio da Alvorada, em Brasília, no dia 17 de dezembro de 1962, das 11h15 às 14h30 *apud* GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002, p. 390.

⁷⁶ O *Estado de São Paulo*, 20 de dezembro de 1962, contracapa. BSF. Brasília/DF. Interpolações minhas.

sições, contando com apoio estadunidense, mantinham a política de desgaste do governo, era encerrada, oficialmente, a Crise dos Mísseis, através de um acordo firmado entre as duas superpotências na ONU em 07 de janeiro de 1963. De forma praticamente concomitante, com o plebiscito de 06 de janeiro, encerrava-se, também, o parlamentarismo no Brasil republicano. O que estava longe de representar uma trégua para Goulart.

Considerações finais

O golpe de 1 de abril de 1964 foi perpetrado pela própria sociedade brasileira. Parcelas importantes da sociedade civil apoiaram e colaboraram com a fração dos militares que executaram a tomada do poder. Contudo, a desestabilização política do governo Goulart empreendida por John Kennedy contribuiu para o sucesso dos golpistas brasileiros de 1964.

A política exterior de João Goulart desagradou ao governo Kennedy. Em especial, através de seus princípios de autodeterminação e não-intervenção. Princípios que iam de encontro a política estadunidense de forma geral, mas mais detidamente em relação a Revolução Cubana e a América Latina.

O ano de 1962, tão descuidado pela nossa historiografia, foi o momento em que opções foram tomadas. E que tiveram grandes consequências em um curto período. Era ainda o início dos governos de Kennedy e Goulart – mais desse do que daquele. Para o brasileiro, era importante manter boas relações com o líder dos EUA, que tinha imensa popularidade na época. Mas também era importante mostrar ao mundo as potencialidades do Brasil, através de uma política exterior ativa e independente. Tudo isso em um momento no qual a Revolução Cubana era ator protagonista daquele tempo.

Goulart estava procurando melhorar a relação com os EUA: a partir de determinado momento, passou a ser sabido por seu governo que havia apoio dos Estados Unidos à campanha de desestabilização que enfrentava. Mesmo assim, João Goulart tinha grande confiança em que o plebiscito daria vitória esmagadora ao “não” ao regime parlamentarista – afinal, os grandes líderes políticos, inclusive da oposição, queriam o retorno do presidencialismo com vistas às eleições de 1965 – e, desse modo, precisaria contar com apoio do governo Kennedy, ou ao menos com o fim de sua atuação no desgaste do seu governo, para desempenhar suas políticas com mais tranquilidade. Todavia, a posição do seu governo após Fidel Castro se declarar marxista-leninista, em 2 de dezembro de 1961, e durante a Crise dos

Mísseis foram de enfrentamento às pressões dos EUA, de forma mais intensa em janeiro e mais moderada em outubro. Mesmo com intensidades diferentes, em nenhuma dessas situações o seu governo acatou a vontade dos Estados Unidos, mesmo sofrendo fortes pressões nos dois casos.

Sem sombra de dúvida, a posição da Política Externa Independente, mesmo com a sua moderação na questão de Cuba, constituiu o ápice do desgaste entre os dois governos. Com a ruptura da dualidade existente no governo estadunidense entre negociação/desestabilização e Aliança para o Progresso/Doutrina da Contrainsurgência – passando a ter largo predomínio na política de Kennedy o segundo elemento de cada relação em detrimento do primeiro – as condições para o enfraquecimento do governo Goulart estavam iniciadas. Como resposta, o presidente brasileiro esvaziaria a sua política externa a partir da resolução da Crise dos Mísseis, esperando assim granjear maior apoio interno dos setores mais ao centro da vida política.

Agora, era disputar para ver qual dos lados venceria o outro na luta política interna do Brasil.

Que tempo (ainda) presente é esse? Os cinejornais da Agência Nacional e a propaganda política no governo Castelo Branco (1964-1967)

Tatyana de Amaral Maia

Introdução

Este artigo me impôs um desafio inicial. As minhas pesquisas se concentram no período da ditadura civil-militar. Seria este um período ainda possível de qualificar como “Tempo Presente”? Afinal, quais objetos pertencem ao Tempo Presente? Qual o seu corte cronológico? A História do Tempo Presente teria nos acontecimentos e, portanto, na curta duração o seu principal objeto de análise? E o debate promovido pela Escola dos *Annales* acerca das conjunturas e estruturas como o lugar central de uma pesquisa histórica que pretenda ir além da superfície das coisas? No exercício do meu ofício, as questões de epistemologia me são caras, sejam nas atividades de docência, onde atuo como professora nas cadeiras de Teoria e Metodologia na PUCRS, ou ainda na pesquisa, lugar onde a produção do conhecimento histórico exige o domínio do arcabouço teórico na construção de uma narrativa que se pretende científica, com todas as questões e problemas que esta adjetivação nos coloca.

Este texto possui, então, desde o seu início uma dificuldade imposta pelos inúmeros desafios que se apresentam aos historiadores dedicados ao “presente”. Primeiro, é preciso vencer as “falas” que ainda põem em dúvida se o “presente” pertence ao campo da História. Após quase quarenta anos da criação do Institut d’Historire du Temps Présent, na França, é possível ainda ouvirmos vozes que questionam nossa capacidade de investigar nosso próprio tempo. Quarenta anos não foram suficientes para romper com nossa dificuldade em lidar com o tema. Talvez, por isso, esse artigo, na sua primeira parte, esteja sobrecarregado de questionamentos. O debate introdutório que proponho sobre o Tempo Presente enquanto campo de

pesquisa tem limites bem definidos. Trata-se, sobretudo, de um exercício de provocação ao leitor que leve à reflexão sobre o tema. Faço esse exercício com o interesse de despertar a curiosidade, estimulando novas pesquisas no campo que acredito tem muito a contribuir com a função social da História num presente lamentavelmente marcado pela ascensão dos radicalismos políticos e do neoliberalismo.

Na segunda parte do artigo, proponho uma análise sobre a propaganda política no governo Castelo Branco através dos cinejornais da Agência Nacional, considerando que as narrativas elaboradas no imediato pós-golpe ainda se fazem presentes nas memórias coletivas. Mas, afinal, a ditadura civil-militar brasileira ainda cabe no Tempo Presente? Não seria ela parte dos eventos passados? A ideia de que uma intervenção militar é a solução para as constantes crises políticas do país e que as Forças Armadas estão aptas para garantir o retorno à normalidade ainda circula socialmente. Dezenas de pessoas saíram às ruas nos últimos dois anos pedindo o retorno da ditadura militar. A existência de uma memória positiva sobre o período autoritário nos demonstra que este passado ainda está presente e é constantemente acionado como alternativa política possível. A construção de uma imagem pública das Forças Armadas como instituição de valores superiores em defesa da pátria circulou através de diversos suportes durante toda a República. Na ditadura civil-militar, o controle da máquina administrativa e a censura favoreceram a circulação dessas imagens, auxiliando a consolidação da percepção dos militares como agentes políticos habilitados para o exercício do poder.

Tempo Presente, esse hipertrofiado tempo....

Toda experiência humana, individual e coletiva, ocorre num contexto histórico definido, quer dizer, num espaço e tempo situados. Aos historiadores caberia interpretar as ações humanas imersas no tempo. Da valorização do acontecimento à valorização das estruturas, ou seja, da definição da História pela chamada escola metódica à revolução epistemológica encabeçada pela Escola dos *Annales*, o tempo é estruturante na produção do conhecimento histórico. A História, então, como sintetizaria Marc Bloch é “a ciência dos homens, no tempo”¹. Mas, aos jovens iniciantes cabe um

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 54-55. Tradução: André Telles

alerta inicial: os historiadores não lidam com qualquer tempo; ao contrário, propõem a existência de um tempo qualificado: o tempo histórico. Dizer tempo histórico significa que há outros tempos e que a qualidade histórica do tempo impõe alguns constrangimentos ao exercício do nosso ofício.

José Carlos Reis, a partir das leituras de Paul Ricoeur, afirma que nem todo o tempo pode ser enquadrado na categoria de histórico. O tempo histórico, para Reis, seria um “terceiro tempo” em diálogo constante com outros tempos (o natural e o filosófico). Para Reis, o tempo histórico é aquele dedicado à compreensão dos homens em suas mudanças e permanências, passível de descrição e análise, uma construção dos homens para organizar suas vivências no mundo. As datas celebrativas, o relógio, os marcos temporais, o calendário seriam representações que trariam a sensação de concretude e domínio sobre o tempo, dotando a vida humana de coerência, possibilitando a construção de uma ordem ao caos da multiplicidade de experiências vividas, selecionando e hierarquizando aquelas que precisam de constante lembrança. O controle sobre o tempo também é uma fonte de poder constante no mundo moderno. Isso significa que nossa percepção sobre o tempo é um exercício dialético entre as representações do mundo cultural ao qual estamos imersos e as influências das escolas históricas que orientam o exercício da profissão².

O tempo histórico foi construído pelas diferentes escolas históricas na modernidade a partir das compreensões epistemológicas de cada fase da Ciência-História. A tradicional história política priorizou o acontecimento, a ruptura, a mudança. A Escola dos *Annales*, sobretudo, a partir da 2ª Geração, com Fernand Braudel, irá estabelecer a dinâmica entre os tempos históricos, priorizando as estruturas na orientação das pesquisas históricas, ou seja, aquilo que permaneceria ao longo do tempo, dotando o mundo social de inteligibilidade. Aí residiria o tempo sobre o qual o historiador debruçaria suas forças investigativas. A pluralidade dos tempos (curta, média e longa duração), ainda que pusesse o tempo em diálogo também o hierarquizava. A quase imutabilidade do tempo estrutural e a excessiva diluição das ações individuais no coletivo se tornaram insuficientes para compreender as rápidas transformações vivenciadas ao redor do globo nas últimas décadas do século XX. A 3ª geração dos *Annales*, a renovação da História Política, a crise do marxismo e a emergência do presente como tempo

² REIS, José Carlos. “O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos *Annales*: uma articulação possível.” *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 23, n. 73, 1996, pp. 229-252

qualificado, ampliaram os campos de investigação dos historiadores, multiplicando os canteiros da História. As conjunturas e os acontecimentos emergiram nas pesquisas históricas, o tempo tornou-se mais dinâmico³.

As leituras braudelianas sobre o tempo tornaram-se insuficientes para compreender as rápidas mudanças vivenciadas após a 2ª Guerra Mundial e, em especial, a partir das últimas três décadas do século XX. Uma certa percepção de aceleração do tempo marcou o mundo do pós-guerra. As rápidas inovações tecnológicas, a reorganização política provocada pela 3ª onda de redemocratizações e a crise do comunismo, a emergência de múltiplas bandeiras política no cenário mundial, os conflitos no mundo árabe, o avanço da globalização e, mais recentemente, a crise econômica no centro nervoso do capitalismo e os radicalismos políticos, afetaram indistintamente, ainda com gradações específicas, os países do globo. A este processo de aceleração do tempo associado à ampliação da vida presente, François Hartog chamou de presentismo, considerado pelo autor como a crise dos tempos (ou pelo menos, a crise da relação entre os tempos construída pela modernidade)⁴.

O ordenamento da vida humana ocorreria a partir de uma relação entre continuidade/ruptura, entre o campo de experiência e o horizonte de expectativas. No mundo moderno, essa representação acerca do tempo, marcada pela tensão constante entre experiência e expectativa, ambas constitutivas do que somos no presente, foi marcada pela valorização do futuro. Para Koselleck, a modernidade inaugurou uma nova de representação do tempo histórico. Assim, os sujeitos históricos no presente preocupar-se-iam sobremaneira com os projetos de futuros, sempre apresentados como diferentes e qualitativamente melhores do que a vida pregressa. Nesta perspectiva, a síntese da relação passado-futuro no presente é marcada pela superioridade do tempo futuro em comparação com o tempo passado. O tempo presente não existiria em si mesmo, mas apenas como lugar de encontro entre os outros dois tempos. O futuro ainda que desejo, que expectativa do vir-a-ser, aparece como projeto, mobilizando forças produtivas. O passado apresenta-se como experiência vivida. O presente, ao contrário dos outros dois tempos, é apresentado como entretempos (sua característica é de acomodar a tensão contínua entre as experiências e as expectativas). Historia-

³ DOSSE, François. *A História em migalhas. Dos Annales à nova História*. Bauru: Edusc, 2003

⁴ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

dores dedicados à construção do tempo na epistemologia da História têm destacado que essa (in)definição na área acerca do tempo presente é, sobretudo, uma dificuldade em definirmos o hoje, o agora, o instante⁵. Seria o presente apenas aquilo que ainda experimentamos como vivência em curso ainda não ultrapassada por uma nova condição de estar e sentir-se no mundo?

Hartog, apropriando-se da noção de tempo histórico moderno de Koselleck, propõe que as sociedades vivem em regimes de historicidade. O conceito funcionaria como um instrumento analítico do historiador que ao acioná-lo poderia estabelecer parâmetros sobre como os sujeitos históricos lidam com o tempo, organizando suas vivências individuais e coletivas, ou seja, quais representações em determinado contexto histórico orientam a compreensão do(s) tempo(s). Nesta proposição, todas as sociedades viveriam imersas em regimes de historicidade mais ou menos estáveis, ainda que em uma mesma sociedade seja possível perceber a coexistência de mais de um regime de historicidade. O regime de historicidade moderno seria marcado pela valorização do futuro em detrimento às experiências vividas⁶.

No pós-2ª Guerra Mundial, o regime de historicidade moderno teria entrado num processo de esgotamento. O futuro não seria mais o tempo almejado. As crises econômicas, os conflitos bélicos, as rápidas transformações tecnológicas, as migrações forçadas, os radicalismos políticos, enfim, a aceleração do tempo, lançaram os homens numa espécie de “presente único”. A relação tensionada no presente entre o passado e o futuro foi substituída por uma “hipertrofia do presente”, ainda que experimentada de maneira distinta pelas diversas comunidades e grupos sociais ao longo do globo. O futuro já não se apresentaria como o tempo desejado, ou ainda, novo. A novidade está no presente e rapidamente é substituída por outro “novo”. Novas formas de se relacionar, novas formas de organização do mundo do trabalho, novas formas de fazer política integram esse presente “hipertrofiado”. Estaríamos vivendo então aquilo que Hartog qualificou como um “tempo onipresente”, “onipotente”, “único tempo possível⁷”. A condição de “crise” provocada pelo presentismo torna os argumentos de

⁵ PEREIRA, Mateus H. de F. e MATA, Sérgio. “Introdução: Transformações da Experiência de Tempo e pluralização do Presente.” VARELLA, Flávia et all. *Tempos presente & Usos do Passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. pp. 9-30

⁶ HARTOG, François. Op. Cit.

⁷ Idem.

François Hartog titubeante. O historiador não assume claramente que o presentismo seria a inauguração de um novo regime de historicidade; ao contrário, nos faz uma provocação, ao colocar em dúvida a própria crise da modernidade. Afinal, não seria o presentismo o aprofundamento dessa modernidade inaugurada no final do século XVIII ao invés de um indício de seu esgotamento?

Essa hipertrofia do presente nos coloca ainda outras questões: afinal, como definir o tempo presente? Se a ampliação do presente reduziu o diálogo entre os tempos, como explicar a vasta produção cultural dedicada aos usos do passado? A presença do passado na produção cultural é apenas um processo reativo e, portanto, corrobora com a ideia de que vivemos uma hipertrofia do presente? E a História do Tempo Presente reforça a ideia de que estamos sob a lógica do presentismo? Quando inicia cronologicamente o Tempo Presente? Seria a partir da 2ª Guerra? A definição de Tempo Presente deve caber nas amarras da tradicional linha do tempo? Mateus Pereira e Sérgio da Mata reconhecem a dificuldade em definir o que pertence ao tempo presente e propõem uma reflexão inicial:

Eventos já ocorridos são um “presente” para nós pelo tempo em que nosso interesse por eles estiver aceso. Para empregar o jargão fenomenológico: enquanto eles se mantêm no foco do nosso fluxo de consciência⁸.

A proposição de Mateus Pereira e Sérgio da Mata nos coloca outro problema epistemológico: seria o acontecimento o objeto central da História do Tempo Presente? Como definir na multiplicidade de acontecimentos cotidianos aqueles que merecem ganhar o status de “acontecimento histórico”, ou seja, relevante para o conjunto da sociedade? O retorno do acontecimento na narrativa histórica pressupõe reconhecer o caráter de mudança presente na História. É preciso requalificar as relações entre os acontecimentos, as conjunturas e estruturas que forjam a teia social ao longo do tempo, recolocando novamente essa tríade no centro dos debates no campo da Teoria da História. É fundamental integrar os eventos a uma larga teia de outros eventos dotando-lhes de sentidos para além de si mesmos. A História do Tempo Presente reconhece a importância dos eventos que em diálogo com outros tantos eventos nos revelam as conjunturas e as estruturas presentes na dinâmica social.

O passado também se faz presente.

⁸ PEREIRA, Mateus e MATA, Sérgio. Op. cit. p. 14

Um passado ainda presente. “Civismo”, “legalidade” e “reconstrução nacional” no governo Castelo Branco (1964-1967)

Nas manifestações que ocorreram nas capitais brasileiras, a partir do ano de 2015 pelo *impeachment* da presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff, foi comum observarmos faixas e cartazes que solicitavam a presença das Forças Armadas nas ruas e o retorno da ditadura civil-militar⁹. O regime ditatorial que durou vinte e um anos (1964-1985) ainda é considerado por muitos brasileiros um período de estabilidade política, de combate à corrupção e de desenvolvimento nacional. Em recente pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Paraná Pesquisa em todo o país, o número de brasileiros que defenderam o retorno da ditadura militar foi surpreendente. De acordo com a revista Exame, o Instituto apurou que 35% dos brasileiros defende o retorno temporário dos militares ao poder através de um regime ditatorial. Chama atenção à faixa etária dos entrevistados que mais defendem a intervenção militar:

O maior percentual de pessoas que defenderam a volta de uma intervenção está nos grupos com entrevistados de 45 a 59 anos (39,6%) e de 60 anos ou mais (39,3%), que vivenciaram a Ditadura Militar do Brasil e viram as violações de direitos humanos vividas durante o regime¹⁰.

Os discursos em favor de uma intervenção militar estão associados à percepção de que os políticos brasileiros são incapazes de exercer os cargos públicos para os quais foram eleitos (todos facilmente qualificados como “corruptos”). Contudo, também é preciso considerar a crença circulante entre setores civis mais conservadores na capacidade das Forças Armadas assumirem o comando político do país. Como é possível que, após trinta e dois anos de retorno à democracia política, ainda circule socialmente a ideia de que a ditadura militar foi benéfica e que o retorno dos militares ao poder seria a saída para a crise atual? Como se construiu a imagem dos militares como agentes politicamente qualificados para assumir o poder?

⁹ A grande imprensa noticiou com ampla cobertura as inúmeras manifestações que desde 2015 exigem intervenção militar no país. O número de participantes nessas manifestações é bastante variável. No you tube, canais de vídeo disponível na internet, encontramos vários vídeos que registram manifestações que pedem o retorno dos militares ao poder como resposta à crise política recente. Em geral tais manifestações são lideradas pelo Movimento Brasil Livre e pelo movimento “Nas ruas” Ver: Jornal “Estadão”, online, de 12 de abril de 2015. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacao-a-favor-de-intervencao-militar-divide-protesto-em-porto-alegre,1668341> acesso: 29 de novembro de 2017.

¹⁰ <<https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>>. Data do acesso: 28 de novembro de 2017.

As inúmeras ações promovidas pelo Estado brasileiro recentemente e por setores organizados da sociedade civil dentro do quadro de “Justiça de Transição” ainda não foram suficientes para consolidar nas memórias coletivas a existência de graves violações de Direitos Humanos promovidas pelo Estado durante o regime e das nefastas políticas implementadas no período autoritário. As ações do Estado brasileiro, a despeito da sua importância, estão circunscritas a políticas de reparação e políticas de acesso à informação¹¹. A Comissão Nacional da Verdade não favoreceu a mobilização social em torno do tema. Assim, as ações promovidas pelo Estado ainda se mostram tímidas na construção de uma consciência histórica sobre o período. Soma-se a isso, uma cultura política autoritária que leva ao rápido abandono dos valores democráticos e sua substituição por um regime ditatorial como alternativa às crises políticas que abalam constantemente a República brasileira. Esses fatores indicam a baixa qualidade da nossa democracia e a facilidade com que os discursos autoritários e conservadores irrompem o espaço público. A grande mídia colabora com a simplificação do jogo político ao reduzi-lo a negociações espúrias e ao encher as páginas de jornais e as televisões com um noticiário cuja confiabilidade das informações pode ser questionável, em geral, pela condição incipiente de várias investigações.

Até recentemente, vários historiadores e cientistas políticos afirmavam que era praticamente inexistente a possibilidade de retorno à ditadura. Hoje, essa percepção encontra-se em suspenso e exige cautela analítica¹². O recente *impeachment* de Dilma Rousseff colocou em suspenso qualquer prognóstico acerca do futuro da nossa democracia. Os pedidos de intervenção militar, ainda que com pouco número de signatários, não tornam nossos dias mais tranquilos. Ao contrário, reforçam a percepção de que há uma memória circulante que considera a ditadura militar com um período positivo na História política republicana, acionando os militares como alternativa. A persistência dessa memória se deve a uma multiplicidade de fatores de amplo espectro analítico. Considero, no entanto, que a imagem pública

¹¹ Sobre o tema ver a coletânea organizada por Cecília Santos, Edson Teles e Janaína Teles em dois volumes. SANTOS, Cecília. TELES, Edson. TELES, Janaína. *Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil*. São Paulo, Editora Hucitec, 2009, volumes 1 e 2

¹² Carlos Fico, em seu livro sobre o golpe civil-militar de 1964, propôs que era pequena a probabilidade de uma nova ditadura no Brasil. O próprio historiador em postagem recente no seu blog reviu sua afirmação inicial. FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014 p. 121

que as Forças Armadas construíram sobre si mesma ao longo do período republicano e, em especial, durante a ditadura militar corrobora com outros fatores para a crença circulante entre alguns segmentos da sociedade civil de que a intervenção militar seria a saída para a crise política brasileira.

No Brasil, desde o início do período republicano, as lideranças políticas já demonstravam interesse no uso da informação como propaganda. Contudo, é a partir do Estado Novo (1937-1945), com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP¹³, que a propaganda se tornou um instrumento sistemático de difusão de imagens e narrativas que destacavam as ações de Getúlio Vargas e de seu projeto de nação¹⁴.

Assim, certa cultura visual sobre o país e os brasileiros, em tempos de fortalecimento do Estado-nação, foi elaborada pelos agentes estatais responsáveis por essa propaganda, associada ao nacionalismo, ao otimismo, à cordialidade das gentes, e a traços de uma cultura política autoritária até o final dos anos de 1970. Cabe lembrar que a cultura visual oficial concorreu com outros espaços de produção de imagens acerca do projeto de modernização em curso, altamente disputado por diferentes clivagens político-ideológicas existentes no período.

Nesse quadro, os cinejornais foram um importante veículo de produção de uma imagem pública oficial ao lado das fotografias, notícias de jornais, documentários e filmes publicitários. Como propõe Renata Gomes, trata-se de um noticiário de curta duração composto por várias reportagens sobre assuntos recentes. Nos cinejornais, a narrativa se sobrepõe à imagem. É o narrador quem dá sentido ao acontecimento capturado pela câmera através de enunciados que ordenam as imagens apresentadas¹⁵.

Em 1945, em substituição ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criada a Agência Nacional, destinada à promoção da co-

¹³ O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado em 1939 e centralizou as ações de propaganda e censura do Estado Novo (1937-1945). Ao longo de sua existência, foi o órgão responsável pela construção da imagem pública de Getúlio Vargas, tornando-se o principal porta-voz do regime. GOMES, Angela de Castro. *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 125

¹⁴ BERNARDET, Jean Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 27; MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. "A historiografia do cinejornalismo no Brasil." In: *Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: UFOP, 2009, pp. 1-10; p. 2.

¹⁵ GOMES, Renata Vellozo. "Cotidiano e cultura no Rio de Janeiro na década de 1950: os cinejornais da Agência Nacional". In: CAVALCANTI, Ana (org.). *Arte & Ensaios* n. 15. Rio de Janeiro, PPGAV/EBA, UFRJ, 2007: 40-45. p. 41

municação oficial. A Agência, desde o início de suas atividades, ficou responsável pela produção e divulgação de notícias através de filmes, documentários, cinejornais, fotografias e programas radiofônicos dedicados aos temas considerados de interesse nacional¹⁶.

Ao longo da ditadura militar, a Agência passou por várias reformulações, aumentando consideravelmente sua produção audiovisual. O executivo não descuidou da AN. Ao contrário, foram promulgados vários decretos que alteravam sua estrutura administrativa e ampliavam suas atribuições e presença nos estados brasileiros, o que demonstra certa importância da Agência para o regime. Em 1979, a Agência Nacional seria substituída pela Empresa Brasileira de Notícias¹⁷.

A ditadura militar evitou o uso ostensivo da propaganda política, esquivando-se da comparação com outros regimes autoritários. No entanto, a necessidade de manutenção e, quiçá, ampliação do apoio social ao regime favoreceu o investimento na elaboração de imagens públicas que valorizassem o processo de modernização em curso, capitaneando as ideias-forças que circulavam no cenário nacional desde antes do golpe e mobilizavam setores expressivos da opinião pública, como modernização, nacionalismo, integração nacional e desenvolvimento.

As pesquisas sobre a propaganda política durante a ditadura têm se concentrado na criação e funcionamento da Assessoria Especial de Relações Públicas, AERP, posteriormente, Assessoria de Relações Públicas, ARP, subordinada à presidência da República. Um dos trabalhos pioneiros sobre a Assessoria foi a tese de doutorado de Carlos Fico¹⁸. O historiador buscou compreender como a propaganda na ditadura incorporou algumas características daquela realizada no Estado Novo e no período democrático (1946-1964), em especial, através do reforço do nacionalismo e do otimismo, ao mesmo tempo em que se afastava das práticas de personificação do poder

¹⁶ CASTRO, Clarissa C. M. M. *O governo democrático de Getúlio Vargas através dos Cinejornais*. dissertação de mestrado. PPGH:UFF, 2013. mimeo. p. 57

¹⁷ Ao longo dos anos de 1967, 1968, 1969, 1971, 1973, 1974 e 1979, a Agência Nacional sofreu alterações através de decretos-lei e portarias. Tais documentos alteravam o estatuto da agência ou sua condição na administração pública federal. Em 23 de maio de 1979, a lei n. 6.650, que criou a Secretaria de Comunicação Social, transformou a Agência Nacional em empresa pública, surgindo, pelo decreto complementar n. 83.993, de 19 de setembro de 1979, a Empresa Brasileira de Notícias. fonte: SIAN/Arquivo Nacional.

¹⁸ FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo*: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

do período anterior, evitando comparações com as lideranças civis ditas “populistas”¹⁹.

Para além da Aerp/Arp, outros espaços também atuaram na promoção de uma imagem pública sobre o regime e seu projeto de modernização da nação. Assim, destacamos no conjunto de veículos de comunicação oficial, os cinejornais “Atualidades”, “Brasil Hoje” e “Cinejornal Informativo”, no período entre 1964 e 1979, considerando-os importantes fontes audiovisuais na produção de uma imagem pública oficial do regime e do país.

O acervo dos cinejornais referente ao governo Castelo Branco disponibilizado pelo portal Zappiens possui 42 números dos cinejornais “Atualidades” e “Cinejornal Informativo”. Nesses cinejornais prevalece a estratégia de construção de uma imagem pública sob o regime marcada pelas ideias-força de normalidade política, legitimidade política e civismo. Durante todo o regime, ainda que com ênfases distintas, o Executivo e seus aliados insistiram no caráter democrático do governo militar, nomeando o golpe civil-militar de 1964 de “revolução democrática”.

A construção de uma imagem de aparente legalidade foi uma preocupação constante do governo Castelo Branco, tornando-se um tema recorrente no período. O mesmo não ocorreria em outros governos militares, como por exemplo, durante a Presidência de Costa e Silva, onde predominou a insistência na capacidade das Forças Armadas de conduzirem o país no processo de modernização. Assim, neste artigo, proponho que a construção de uma imagem pública oficial para o Governo Castelo Branco esteve alicerçada na ideia de retorno à estabilidade política, ao civismo e à legalidade. Constrói-se a imagem de uma intervenção militar necessária como salvaguarda da democracia e de um governo em busca de normalidade institucional. Aliás, a ditadura civil-militar optou por fortalecer a imagem de um regime institucionalizado, cujas ações discricionárias eram uma resposta à ameaça “subversiva” em nome da manutenção da normalidade política.

Para fins de análise selecionamos os cinejornais que apresentam as seguintes ideias-força: apoio popular; defesa da democracia; retorno à normalidade política; salvacionismo; ação patriótica das Forças Armadas; legalidade ecivismo.

¹⁹ FICO, Carlos. *Reinventado o Otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 89

O primeiro cinejornal que encontramos no acervo da plataforma Zappiens produzido pela AN no governo Castelo Branco foi o Cinejornal Informativo, edição especial, sem número, com 7 minutos e 9 segundos. Das quatro notícias, três eram dedicadas às comemorações oficiais do 01 de maio de 1964, exatamente um mês após o golpe civil-militar que derrubou o presidente eleito João Goulart (1961-1964). Pelas lentes do cinejornal “Informativo”, da Agência Nacional foram transmitidas as imagens e narrativas que traduziriam o significado da intervenção militar. Em destaque, na abertura das reportagens as palavras-chaves “Libertação do Trabalhador” e “Apotese do Trabalhador”. As festividades no Rio e em São Paulo incluíram passeios de barco para as famílias organizados pela marinha; palanque público na praça da Sé com a presença de Castelo Branco; e, finalizando um jogo de futebol amistoso entre Flamengo e Santos no estádio do Maracanã no Rio de Janeiro²⁰.

A primeira reportagem sobre aquele 1º de maio de 1964 iniciava com o título “Libertação do Trabalhador”, num claro diálogo com a situação dos trabalhadores no período anterior. O título da reportagem aparece fixo na imagem de abertura da notícia por alguns segundos, em destaque sobre um fundo preto. Ouve-se novamente o som da banda marcial. Logo surgem as primeiras imagens de trabalhadores no ato comemorativo. Esta reportagem é dedicada a um passeio nos navios da marinha pela Baía de Guanabara que atraiu dezenas de famílias. Como afirmava o narrador aquele era o fim do período anterior, da “(...) demagogia e mistificação a que estavam submetidos” os trabalhadores. As palavras “alegria”, “família”, “libertação”, “democracia”, “progresso”, “esperança” e “vocação” integram um discurso que desde o início do regime foi elaborado para a construção do apoio e do consenso.

A segunda reportagem versava sobre as comemorações do 1º de maio em São Paulo, contando com a presença do presidente Castelo Branco (1964-1967) e do governador de São Paulo Ademar de Barros. As comemorações oficiais ocorrem na praça da Sé, centro da cidade de São Paulo, com a participação de centenas de homens, mulheres e crianças, identificados pela

²⁰ Para uma análise detalhada sobre as comemorações do 1º de maio durante a ditadura civil-militar através dos cinejornais da Agência Nacional ver: MAIA, Tatyana. “As comemorações cívicas do 1º de maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura civil-militar (1964-1979)”. *Transversos*, vol.1, n. 9, 2017. pp. 280-299. Retomamos algumas análises do artigo, aprofundando nossas reflexões sobre o tema.

reportagem como trabalhadores e suas famílias. Ao seu lado, as autoridades políticas civis aparecem aplaudindo o seu discurso. No meio da multidão é possível identificar faixas de apoio ao governo de Castelo Branco. Algumas imagens de crianças empunhando a bandeira nacional, ainda que timidamente, também são retratadas pelas câmeras. No geral, prevalece a imagem de uma multidão anônima, atenta ao discurso de Castelo Branco. O locutor, novamente, narra o evento, construindo-lhe um sentido:

No maior centro industrial da América Latina o Dia do Trabalho é comemorado com brilho excepcional. O ponto alto das festividades é a concentração popular na Praça da Sé, a que está presente o chefe de estado marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Milhares de pessoas saíram às ruas não apenas para celebrar o dia do operariado nacional, mas principalmente para se regozijar diante das novas perspectivas abertas ao desenvolvimento e a emancipação definitiva das massas obreiras do Brasil. São Paulo é uma forma de criação continua no terreno da cultura, da técnica, do trabalho, enfim, um dos alicerces do grande edifício da civilização brasileira; foi em São Paulo que o presidente Castelo Branco reafirmou os mais altos propósitos de seu governo visando o progresso, a riqueza do país e a dignidade do trabalhador brasileiro²¹.

Após o encontro com os trabalhadores na praça da Sé, o cinejornal se dedica ao encontro de Castelo Branco com as “classes produtoras”. O evento foi organizado pelo governador Ademar de Barros. No encontro, como afirma o locutor, Castelo Branco reafirmava o seu compromisso com o desenvolvimento do país e a relação de parceria que pretendia ter com o empresariado. O governo Castelo Branco, apesar de seus dispositivos discricionários e da repressão sistemática, buscou manter e ampliar esse apoio com os diferentes segmentos sociais, fortalecendo o processo de institucionalização do novo regime. Além disso, não se apresentava como um momento de hiato na política nacional, reforçando constantemente a perspectiva de retomada de “sua destinação histórica de progresso, riqueza e liberdade”. Qual seria o momento de hiato? O hiato, então, seria o período anterior, onde as movimentações de diversos segmentos sociais exigindo a ampliação dos direitos civis e sociais eram identificadas como uma ameaça ao nosso destino histórico de progresso dentro da ordem edificada. A terceira e última reportagem encerrava com entusiasmo as comemorações oficiais do Dia do Trabalho. Sob o título: “Apoteose do Trabalhador”, o noticiário

²¹ Cinejornal Informativo, n. VI, 1964. http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiuhRVPS4bfKcBDGVPS4V09QjVpOK_bW5KugauoS6wRM.&idRepositorio=0&modelo=0 acesso em: 20 de março de 2017

apresentava o estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, superlotado para o jogo de futebol amistoso entre Flamengo, clube carioca, e o Santos, clube paulista.

As comemorações do dia do trabalho na Guanabara tiveram seu ponto alto o grandioso espetáculo cívico e esportivo realizado no maior estádio do mundo, mais de 130 mil pessoas afluem ao Maracanã e em homenagem ao trabalhador tem os seus portões abertos ao público nesta tarde festiva abrihantada pelas demonstrações da banda marcial dos fuzileiros navais, depois das cerimônias cívicas concernentes a data e o jogo preliminar, o público espera ansioso pelo grande encontro do torneio Rio-São Paulo entre as equipes do Flamengo e Santos²².

É importante observarmos o jogo discursivo do cinejornal. Se o noticiário iniciava a transmissão das comemorações oficiais com a chamada “Libertação do Trabalhador”, encerrava com a “Apotese do Trabalhador”. Sim, após sua libertação das influências políticas consideradas pelos militares como nocivas ao trabalhador, num claro discurso anticomunista, vinha sua apoteose: divertir-se apreciando uma partida de futebol, lazer identificado como preferido das camadas populares, em especial, dos homens. Tais cinejornais constroem uma ideia de retorno à normalidade da vida cotidiana, dentro daquilo que consideravam um processo de reconstrução nacional.

A normalidade na vida cotidiana somava-se à retomada da normalidade política e administrativa. O “Cinejornal Informativo” n. 47, com 7m e 38 seg, de 1964, um dos primeiros produzidos no governo Castelo Branco, é um ótimo exemplo das temáticas que recorrentemente serão encontradas nesses noticiários: a organização institucional do regime, com posses de ministros e nomeações para os cargos mais importantes do segundo e terceiro escalão do governo; a ideia de reconstrução nacional; adoção de uma política de organização do Estado a partir de critérios técnicos; o fortalecimento das instituições e de uma política democrática (a despeito dos expurgos, prisões arbitrárias, censura, Inquéritos Policiais-Militares e Atos Institucionais promovidos pelo governo), e o papel das Forças Armadas como instituição em defesa de supostos valores cívicos nacionais superiores.

No cinejornal “Atualidades” n. 47 de 1964, dedicado à posse de novos ministros, deu-se ênfase no processo de escolha dos nomes que iriam compor o alto escalão do executivo. A escolha teria sido realizada a partir

²² Cinejornal Informativo, n. 6, 1964.

de critérios meritocráticos, levando-se em consideração a competência profissional dos escolhidos. Essa ideia de institucionalização do Estado a partir de critérios aparentemente a-políticos, a-partidários, livre de conflitos e, portanto, visando exclusivamente o bem-público através daquilo que se considera o máximo da objetividade, a meritocracia, foi constantemente repetida pela propaganda política dos cinejornais.

O novo gabinete é composto das figuras mais representativas dos meios técnicos, culturais e administrativos do país e a ele foi dada a ordem inicial do chefe da nação, trabalhar intensamente na obra de reconstrução nacional. O titular da Justiça, o senador Milton Campos, a quem está aberta a tarefa de recompor e fortalecer as instituições políticas e democráticas do país²³.

Durante todo o governo Castelo Branco, a ideia recorrente foi de que aquele governo estava preocupado com a “reconstrução nacional”, atuando em defesa da democracia e da liberdade civil. Dos quarenta e um cinejornais analisados, quinze trazem o tema da democracia, insistindo no caráter revolucionário do golpe. Essa imagem de uma intervenção militar cujo objetivo seria salvaguardar a democracia associa-se a uma suposta missão das Forças Armadas ao longo da República. Ao narrar o desfile militar realizado durante as comemorações da Semana do Exército de 1965 na cidade de Duque de Caxias no estado do Rio de Janeiro, os cinejornais destacaram o papel das Forças Armadas no cenário nacional. A partir de jargões como “sacerdócio”, “heroísmo” e “patriotismo”, o “Cinejornal Informativo” n.12 foi construindo uma imagem pública das Forças Armadas como representantes dos interesses nacionais e da sua responsabilidade na manutenção da trajetória histórica brasileira identificada por características políticas como “democracia”, “liberdade” e “boa convivência internacional”. Enquanto as imagens registram o desfile militar com a presença de Castelo Branco, as narrativas recorriam a memória militar do Duque de Caxias associando-ao importante papel desempenhado pelos militares diante dos desafios de um país que caminhava para um futuro de progresso:

Na Praça do Pacificador realiza-se agora o desfile militar em homenagem à Caxias. Soldados do Brasil estão atentos à figura de Duque de Caxias e seus gloriosos feitos pela consolidação da Paz e da grandeza do Brasil. A velha província vive um dia de grande civismo exatamente na cidade que hoje é

²³ Cinejornal n.47 de 1964, Acervo; Arquivo Nacional/ Portal Zappiens. http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiTjS-ke1P2oybH1yjgc3kTPeBMDnMw5lVIMjg0CLDH4c.&idRepositorio=0&modelo=0 acesso em: 20 de março de 2017

um símbolo da pujança e do desenvolvimento nacional. (...) O povo também compareceu para prestar solidariedade e seu afeto à grande figura de Caxias que soube interpretar como verdadeiro patriota o ofício de soldado, o sacerdócio militar que tem a responsabilidade de receber um legado do passado e transmiti-lo ao futuro com vistas à grandeza do Brasil, de sua civilização e de seu destino de grande potência mundial. (...) ²⁴.

Essa visão otimista sobre a condição intrínseca do Brasil como futura potência mundial, como investigada por Carlos Ficonas propagandas políticas do regime, pode ser associada aos traços da utopia autoritária, esta última proposta por Maria Celina D’Araujo, Gláucio Soares e Celso Castro para compreender a atuação dos militares durante a ditadura. Conforme definem os autores, a partir da eleição de Costa e Silva, “essa utopia autoritária estava claramente fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral²⁵”. Contudo, a partir da análise dos cinejornais já é possível reconhecermos a presença desse ideário desde o governo Castelo Branco. Vejamos como aparecem as ideias de “patriotismo”, “conhecimento da realidade brasileira” e “retidão moral”.

O “patriotismo” estava expresso nas inúmeras cerimônias cívicas que confirmavam a devoção dos militares à pátria. O civismo se tornará o corolário desse patriotismo. O “conhecimento da realidade brasileira” irá se converter na crença da grandeza nacional, expresso pelo tamanho do seu território, pela natureza exuberante, pela força da engenharia nacional no processo de domínio das condições físicas necessárias ao desenvolvimento nacional. Por fim, a “retidão moral” estaria expressa na defesa das tradições, no combate ao comunismo, nos sacrifícios em nome da pátria e na escolha de nomes técnicos para o exercício dos cargos administrativos do governo.

A comemoração do 7 de setembro de 1964 registrada pelas lentes do cinejornal “Atualidades” n. 55, de 1964, reforçam a nossa hipótese de que os traços dessa utopia autoritária já estavam presentes desde o início da ditadura militar, ainda que o governo Castelo Branco insistisse que suas ações ocorriam em defesa da democracia, negando seu caráter autoritário.

²⁴ Cinejornal Informativo, n. 12. 1965. Portal Zappiens/Acervo Arquivo Nacional. http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgi2PgFUPsrPuw3-PM3bL19aMojuU5x76QaVxrq8vq7xVM.&idRepositorio=0&modelo=0 acesso em: 15 de março de 2017

²⁵ D’ÁRAUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. 1964: *visões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.9

O registro do desfile comemorativo do 7 de setembro, considerada a principal data cívica do país, reuniu quarenta mil representantes das Forças Armadas e contou com a presença de Castelo Branco no palanque oficial na Avenida Presidente Vargas. Neste momento, o ministro da Guerra, General Costa e Silva, faz seu pronunciamento. Segundo nos informa o locutor da reportagem:

Na ordem do dia relativa ao 07 de setembro, o ministro da Guerra General Costa e Silva faz um apelo contra o divisionismo que ameaça a fase de consolidação da vitória da revolução, congratulando-se com as Forças Armadas pela salvaguarda da democracia brasileira, ato de civismo e vibração patriótica. O desfile militar é o ponto mais alto das comemorações desta data da Independência de um povo²⁶.

As datas comemorativas são excelentes espaços de exibição pública dos símbolos, imaginários e signos que compõem as representações do regime político vigente. A Agência Nacional registrou comemorações cívicas de toda ordem, indo desde a diplomação de oficiais das Forças Armadas até datas comemorativas de caráter nacional. O aniversário do golpe civil-militar foi retratado pela Agência e rapidamente associado a outras datas cívicas. O 31 de março de 1964, o 7 de setembro e o 21 de abril (Tiradentes) foram consideradas datashistóricas da “libertação nacional”. A festa oficial do 31 de março ocorreu em várias capitais do país. O cinejornal n. 2, de 1965, narra o episódio destacando a participação do “povo mineiro” no desfile militar que contava com a presença do presidente Castelo Branco e sua comitiva.

O desfile militar em Belo Horizonte teve por objetivo simbolizar o movimento armado que restaurou no Brasil o respeito à Constituição, fortaleceu o regime federativo abalado, preservou a democracia ameaçada pelos extremismos excitados e buscou promover o bem-estar social. (...) O povo de Belo Horizonte compareceu em massa aos festejos unindo-se a festa cívica com o mesmo fervor patriótico com que participou civicamente há mais de um ano da memorável marcha da família.

Naquele mesmo cinejornal, as comemorações do 21 de abril, Tiradentes, também receberiam destaque. Vinte e dois dias separavam as duas comemorações, agora, arbitrariamente unidas pelo mesmo cinejornal. Os cinejornais não eram jornais diários, por isso era possível retratar notícias

²⁶ Cinejornal Atualidades, n. 55, 1964. ACERVO Arquivo Nacional, Portal Zappiens. http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do?_InstanceId=0&_EntityIdentifier=cgiINWEUC_QzB0dpghhXudAv6Up1ITFcK17zE5y0fK5O7E.&idRepositorio=0&modelo=0 acesso em: 10 de março de 2017

com eventos que ocorreram em datas próximas. No entanto, chama atenção que as duas comemorações tenham sido retratadas no mesmo número do cinejornal Informativo a partir da ideia de liberdade, separadas apenas por uma breve reportagem sobre a renovação do aterro do Flamengo no Rio de Janeiro. Com o título “Liberdade, sempre Liberdade”, o noticiário inicia a narração das comemorações pelo dia de Tiradentes, em Ouro Preto, onde esteve presente o Presidente Castelo Branco. O narrador compara Castelo Branco a Tiradentes, insistindo no caráter libertador do golpe de 1964.

Aqui, neste cenário histórico e no retângulo de terras salgadas foi plantada a grande árvore da libertação nacional. O povo de Ouro Preto recebe no dia de Tiradentes, num clima de entusiasmo excepcional, a visita do presidente Castelo Branco, líder de uma revolução libertadora que recolocou o Brasil dentro de um ideário político humano dos inconfindentes. Na sacada do Museu Histórico de Ouro Preto, ladeado pelo governador de Minas, senhor Magalhães Pinto, do general Mourão Filho e Luís Carlos Guedes, altas autoridades civis e militares, o presidente Castelo Branco assiste às comemorações em honra a Tiradentes. A culta e heróica Ouro Preto transforma-se nesse dia em capital simbólica de Minas Gerais. A pira ardente carregada pelos atletas simboliza o espírito imorredouro da liberdade, ressurgiu por entre os véus do passado a mesma vocação de independência, progresso e humanismo, valores que integram a civilização do Brasil. O presidente vai render homenagem ao herói libertador, no pedestal de sua estátua gerações escreveram: aqui, num poste de ignomínia esteve fincada a sua cabeça, hoje são as flores da terra livre regada pelo sangue que jorrou do cadafalso, são heranças conquistadas no sonho e na luta, flores de um ideal que a nação, pelas mãos de seu chefe supremo deposita aos pés do grande mártir da independência.

Assim, os dois episódios separados por séculos de distância eram novamente unidos por compartilharem de um ideal abstrato: a liberdade. Sem entrar no debate sobre o anacronismo produzido por essa narrativa, o uso político do passado tem o objetivo de legitimar o golpe, de tornar Castelo Branco comparável a outros heróis nacionais, reforçando a perspectiva do golpe como resgate da trajetória histórica nacional em nome de uma liberdade supostamente ameaçada.

Os cinejornais do governo Castelo Branco vão mobilizar sentimentos caros àqueles que defendiam e participaram diretamente do golpe civil-militar de 1964, buscando manter e, quiçá, ampliar sua base de apoio. Assim, o progresso, a ordem, a estabilidade política, a normalidade administrativa, a meritocracia, a liberdade e a democracia seriam categorias recorrentemente acionadas por essas imagens e narrativas, ainda que esvaziadas em seu conteúdo. As imagens recorrentes de mulheres e crianças partici-

pando das datas comemorativas indicam a tranquilidade social promovida pelo novo regime. A inclusão do golpe de 1964 como data histórica comparável a outras datas cívicas já consagradas como datas representativas da liberdade política demonstram o lugar que os militares definiram para o golpe na memória nacional. As Forças Armadas adotaram um discurso próximo do religioso ao insistir na sua função missionária, sacerdotal e dos sacrifícios realizados em nome da pátria.

Considerações finais

Num período marcado pela Guerra Fria e de associação do comunismo aos regimes totalitários as palavras democracia e da liberdade são facilmente manipuladas pela propaganda política do regime civil-militar. No tipo de análise que propomos, não é possível mapear a recepção desses cinejornais junto ao público frequentador do cinema. As imagens não são atraentes e, às vezes, a filmagem apresenta certo descuido na captura dessas imagens. A narrativa gravada *à posteriori* recebe uma atenção maior. O locutor narra com clareza as notícias, sendo fácil sua compreensão. Assim, reforçamos a perspectiva da centralidade da narrativa nos cinejornais. As imagens são secundárias e aparecem como ilustrações do tema retratado. Por vezes, as imagens são estáticas funcionando quase como uma fotografia, perdendo a sua característica de imagem em movimento. Talvez, a força do rádio fizesse com que as imagens ainda não recebessem atenção cuidadosa, especialmente, de uma agência de notícias oficial pouco preocupada com a estética. A transmissão da mensagem era mais importante do que a qualidade das imagens ou a produção de uma estética apurada. Mas, o debate sobre a qualidade técnica dessa produção ainda carece de maiores reflexões.

Na prática, os noticiários dos cinejornais não deixavam dúvidas. Eram fruto de escolhas intencionais, retratos dos projetos políticos em curso, propaganda oficial, que sob o signo do jornalismo oficial pretendiam trazer para a população os principais eventos promovidos pelo governo vigente. Contudo, a necessidade constante de Castelo Branco em legitimar o golpe e a insistência no caráter democrático do episódio e do regime em construção também demonstram a instabilidade política existente. Não é preciso reafirmar constantemente aquilo sobre o qual não restam dúvidas. E, desde o início, eram muitos os opositores do golpe e do regime; assim como não é inexpressivo os grupos que apoiaram o golpe e, depois, a ditadura. Mas,

mesmo entre os que apoiavam se fazia necessário a produção de um discurso que enfatizasse a democracia. Democracia e liberdade eram apresentados como os contrapontos principais ao comunismo. Integravam em certo sentido o imaginário anticomunista. Com narrativas de fácil compreensão, a propaganda política nos cinejornais não foi homogênea ao longo da ditadura civil-militar. Em cada fase de institucionalização do regime, a propaganda deu ênfase a determinadas imagens públicas em detrimento de outras. A questão da democracia, por exemplo, recorrente no governo Castelo Branco vai se tornando menos importante nos demais governos militares. Por outro lado, o civismo é uma constante nas propagandas políticas do regime, tornando-se um eixo estruturante do discurso autoritário. As noções de estabilidade política, progresso e grandeza nacional também permanecem ao longo de todo o período, assim como as demonstrações constantes de apoio dos diversos segmentos da sociedade civis aos projetos em curso.

A História do Tempo Presente e os usos dos arquivos repressivos da ditadura civil-militar brasileira no avanço da democracia

Ananda Simões Fernandes

*E que as crianças cantem livres sobre os muros
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou o amanhecer...*
Taiguara, 1973

Introdução

A ditadura civil-militar brasileira, instituída com o golpe de 1964, teve como uma das suas maiores preocupações o controle e a produção da *informação*. Para tanto, montou e reformulou uma complexa e ampla estrutura, na qual a segurança foi fator intrínseco. Desde a sua instalação, a ditadura brasileira vinha aprimorando sua “comunidade” e, em 1970, durante os “anos de chumbo”, decretou o Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni), responsável pelo funcionamento dessas atividades, tanto em território brasileiro quanto no exterior do país.

Diversos órgãos integravam o Sisni: o Serviço Nacional de Informações (SNI), organismo central; as Divisões de Segurança e Informações (DSI), vinculadas aos ministérios civis, e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), relacionadas às autarquias, empresas públicas e fundações; o Centro de Informações da Polícia Federal, subordinado ao Ministério da Justiça; ao Ministério do Interior eram vinculados os órgãos de informação dos territórios federais; o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), subordinado ao Ministério das Relações Exteriores, responsável pela espionagem de brasileiros que estivessem fora das fronteiras nacionais; os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e as 2^{as} Seções das Polícias Militares, vinculados às Secretarias de Segurança Pública de cada estado.

Já no âmbito militar, no Sisni, cada Força possuía um centro específico de busca e coleta que integrava a “comunidade de informações”, mas que participavam ativamente das operações diretamente repressivas. Num Estado dominado pelas Forças Armadas, cabia a elas a primazia do controle da informação. Subordinadas ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e não ao SNI, seus arquivos até os dias atuais não foram abertos na totalidade, e a compreensão das suas dinâmica e lógica de funcionamento podem ser apreendidas por meio da difusão de seus documentos para outros órgãos de origem civil. Tais órgãos eram o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA)¹.

Mediante a montagem, engrenagem e extensão de todo esse aparato repressivo, bem como do longo tempo de existência da ditadura no nosso país, não surpreende o Brasil ser o detentor do maior conjunto documental de origem pública referente à repressão política no Cone Sul². Portanto, esses arquivos devem ser reconhecidos como patrimônio documental do Estado brasileiro e deveriam estar acessíveis, de forma ampla e irrestrita, à população, fato que não ocorre no todo ainda. Tal reconhecimento e valorização seriam constitutivos de uma efetiva política pública voltada para a proteção dos Direitos Humanos e à consolidação democrática brasileira.

No Brasil, cabe destacar algumas políticas de Memória e Verdade no tocante à abertura dos arquivos políticos da repressão ditatorial. Em 1991, publicou-se a lei nº. 8.159³, mais conhecida como Lei Nacional de Arquivos, que prevê, entre outros, a implementação da política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso à documentação. Também nesse ano iniciou-se o processo de recolhimento

¹ Havia outros órgãos de informação vinculados às Forças Armadas. Desse modo, a Marinha também contava com a Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), com os órgãos de informações de unidades diversas e com os escritórios dos adidos navais (ADIDAL); o Exército, com a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME), com os órgãos de informações das organizações militares dessa Força e com os escritórios dos adidos do Exército (ADI-Ex); e a mesma lógica na Aeronáutica, com a Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer), com os órgãos de informação das suas unidades e escritórios dos adidos aeronáuticos (ADIAer). Cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

² SILVA, Jaime Antunes da. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul./dez. 2008, p. 13-28.

³ BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. *Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 3 out. 2017.

dos documentos das polícias políticas aos seus respectivos arquivos públicos estaduais, como ocorreu nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraná, São Paulo e Espírito Santo. No ano seguinte, foi a vez do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro abrigar essa documentação.

Elemento importante no avanço dos embates por Memória, Verdade e Justiça foi a criação, em 1995, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, e que funciona junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, como resultado das lutas dos familiares dessas vítimas, principalmente. Tendo como principais missões o reconhecimento de pessoas mortas ou desaparecidas em razão das graves violações aos direitos humanos ocorridos no período ditatorial, em angariar esforços para a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos e na emissão de pareceres sobre os requerimentos para fins indenizatórios, no ano de 2007 foi lançada a obra *Direito à memória e à verdade*⁴, fruto do trabalho da Comissão.

No ano de 2011, na presidência de Dilma Rousseff, duas leis almejavam modificar a situação do Brasil perante o desconhecimento dos crimes cometidos pelos agentes do Estado ditatorial: a Lei de Acesso à Informação⁵ e a lei que criava a Comissão Nacional da Verdade⁶. Entrando em vigor em maio de 2012, a Lei de Acesso à Informação prevê o sigilo como exceção (diferentemente da Lei de Arquivos, de 1991) e, especificamente nos arquivos produzidos em contexto de violação aos direitos humanos, o sigilo não se aplica.

Mesmo que a Comissão da Verdade tenha iniciado seus trabalhos mais de 25 anos após o fim da ditadura civil-militar – ao contrário de todas as recomendações de organismos internacionais – é importante reconhecer o seu trabalho e a sua atuação. Como não possuía caráter judicial, a Comis-

⁴ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

⁵ BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 2 out. 2017.

⁶ BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 2 out. 2017.

são avançou em trazer à luz diversos arquivos que ainda não haviam sido avaliados, bem como a tomada de diversos depoimentos inéditos, tanto de vítimas quanto de agentes civis e militares. Perdidos numa discussão manipulada pela mídia conservadora, os trabalhos da Comissão já no seu início foram afetados: disseminou-se a ideia de que deveria haver o julgamento dos “dois lados”, algo que já havia ocorrido na Argentina na década de 1980, conhecida como a “teoria dos dois demônios”⁷. Ora, alegar que as vítimas do aparato repressivo cometeram crimes iguais aos dos agentes que estavam a serviço do Estado é infamante. No Brasil, com essa justificativa, perpetua-se o que não foi feito até agora: a punição do Estado terrorista. Assim, apesar dos esforços da Comissão Nacional da Verdade e da entrega do seu relatório final, suas conclusões e recomendações quase não encontraram eco entre a sociedade brasileira.

Os debates sobre a História do Tempo Presente

Nos debates historiográficos atuais, a História do Tempo Presente vem sendo objeto de estudo e reflexão de diversos pesquisadores, percebendo-se o paulatino crescimento desse campo de atuação. Entretanto, já os historiadores da primeira geração dos *Annales*, no final dos anos 1920, tinham preocupação com seu estudo, pois partiam da premissa de esclarecer o passado pelo presente e o presente pelo passado. Assim, compartilhavam a necessidade de perceber a história como um processo e de uma forma total: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”⁸ já dizia Marc Bloch.

A História recente, “a boa história” para os gregos, foi banida pela Escola Metódica, dita positivista, sacralizando a História como o estudo do passado: “Alguns, estimando que os fatos mais próximos a nós são, por isso mesmo, rebeldes a qualquer estudo verdadeiramente sereno, desejavam simplesmente poupar à casta Clio contatos demasiado ardentes”⁹. Foi com a retomada da História Política, com o “retorno do político”, e com

⁷ A “teoria dos dois demônios” surgiu na Argentina no contexto de transição democrática, na qual se alegava que o cenário de “inferno” vivido nos anos ditatoriais se devia a dois “demônios” com responsabilidade equânime: o Estado terrorista argentino e os movimentos de luta armada.

⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 65.

⁹ *Idem, ibidem*, p. 61.

suas reivindicações de que era possível inseri-la na longa duração histórica que o estudo da História do Tempo Presente tomou impulso.

O debate sobre a possibilidade de ser, então, um historiador de tempos “vividos” ao invés de “herdados¹⁰”, começou na Europa, principalmente na França, no final da década de 1970, tendo como marco temporal de estabelecimento do presente o fim da Segunda Guerra Mundial. Porém, o estudo da história recente ganhou ímpeto muito mais devido a pressões da sociedade do que em função de estudos acadêmicos. Desse modo, pode-se aferir que a História do Tempo Presente é filha tanto da demanda social quanto do “impacto de gerações”.

Uma das primeiras dificuldades que se colocou para a realização da História do Tempo Presente foi o problema da questão temporal. Inicialmente, ela era percebida como sendo o período posterior à Segunda Guerra Mundial, logo, um período determinado da História Contemporânea. Entretanto, atualmente, os pesquisadores que trabalham com história recente utilizam a noção de *presente histórico*, visto que uma das características da História do Tempo Presente é não ter uma cronologia específica e variar conforme contextos e conjunturas. Assim, o presente seria sempre uma categoria móvel, nunca estabelecida, sendo definido como uma categoria de tempo sócio-histórico. O presente histórico é considerado, então, a ruptura entre o passado e o futuro (sendo que o primeiro *foi* um presente histórico e o segundo *será*), e também o produto de uma decisão coletiva: “el presente es historia por nuestra voluntad de *historiarnos*¹¹”.

Transpondo os estudos europeus para a América Latina, em particular os países do Cone Sul, os historiadores mantêm as questões teóricas e metodológicas levantadas, mas assumem outro momento que determina quando “começa” o presente para nós, latino-americanos, ou seja, quando se dá a ruptura – o “antes e depois” – na nossa história: a instalação das ditaduras de Segurança Nacional nas décadas de 1960 e 1970. Desse modo, inspirados nas discussões da academia europeia, os historiadores latino-americanos começaram também a debater sobre a História do Tempo Presente para o nosso subcontinente. A ideia de que “esta asociación con el dolor ha dejado hondas huellas en las principales preguntas y marcos de estudio de la historia reciente¹²” é inegável. Entretanto, não é simplesmente

¹⁰ ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza, 2004.

¹¹ ARÓSTEGUI, op. cit., p. 107.

¹² FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. Introducción. In: _____. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 15.

a transposição de questões para outra conjuntura, mas uma reelaboração da teoria, a fim de se trabalhar especificamente com o nosso espaço e tempo, que suscita discussões diferentes das europeias. A metodologia da História do Tempo Presente aplicada para a análise do período ditatorial nos leva a pensar como ela se constituiu com uma forte orientação para o estudo de temas considerados “traumáticos”, dores estas que ainda sobrevivem, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

O objeto do historiador do Tempo Presente é o próprio presente. Porém, o historiador localiza-se nesse presente, e interage tanto com a história (escrita e vivida) como com a sociedade. Historiador, história e sociedade acabam ficando intrincados nessa relação. Dessa forma, se estabelece uma nova relação entre o pesquisador e seu campo de investigação histórica, mas, o que poderia ser caracterizado como fragilidade da História do Tempo Presente – a ausência de distanciamento entre sujeito e objeto – é uma das suas especificidades.

A subjetividade, presente em todo campo científico, acentua-se, porém, no estudo da história recente. Até porque essa subjetividade vem carregada de um caráter ideológico e experiencial, que acaba influenciando a orientação historiográfica do pesquisador: “o papel do presente no ofício do historiador é inegável, mas, de outro lado, as relações presente-historiografia não são unívocas¹³”. Somam-se à influência ideológica na produção do historiador do Tempo Presente os questionamentos coletivos da sociedade e o já mencionado “impacto de gerações” – como os homens tentam reagir e explicar o seu presente. Estas demandas também acabam por transparecer na produção do historiador, pois, conforme Eric Hobsbawm, “é inegável que a experiência pessoal desses tempos modele a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar¹⁴”. Dessa forma, acaba se colocando também a questão do engajamento na realização de um estudo do Tempo Presente, percebido como uma forma de expressão de transformação da realidade e da orientação das práticas de transformação das estruturas:

[...] o engajamento político pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, em casos extremos, o escolasticismo, a tendência

¹³ SIRINELLI, Ideologia, tempo e história. In: CHAVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: Edusc, 1999. p. 82.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 245.

a desenvolver a engenhosidade intelectual por ela mesma, o autoisolamento da academia (...) mecanismos para gerar novas ideias, perguntas e desafios nas ciências a partir de fora são hoje mais indispensáveis que nunca. O engajamento é um mecanismo poderoso desse tipo, talvez no momento o mais poderoso nas ciências humanas. Sem ele, o desenvolvimento dessas ciências estaria em risco¹⁵.

Assim, trabalha-se com a ideia de uma história-denúncia na História do Tempo Presente, ou seja, trabalhos que abordam períodos traumáticos e que ainda estão em disputa, numa atitude de esclarecimento da sociedade e de ação contra a impunidade desses regimes de exceção. Estabelece-se uma relação dialética entre a subjetividade/ideologia/engajamento e o contexto histórico do historiador, que, por sua vez, é também um agente social.

No confronto/união da subjetividade e da objetividade para o estudo da História do Tempo Presente coloca-se a questão da construção do conhecimento histórico (o que não deixa de ocorrer nas demais áreas da história, entretanto). Dois elementos constitutivos são centrais para essa construção: a manutenção da concepção de processo histórico, de história total, e um compromisso com a verdade e com o real. Desse modo, para se manter a objetividade na História do Tempo Presente, a história do “nosso próprio tempo¹⁶”, na definição de Hobsbawm, ela deve ser apreendida através de uma base analítica e processual. Porém, mesmo que o historiador do Tempo Presente trabalhe a história recente numa perspectiva científica, ele está sempre “sob alta vigilância”.

Partindo do estudo do Holocausto e de como a Alemanha tentou “normalizar” seu passado nazista (assumindo uma postura defensiva, que almejou o esquecimento), a socióloga Elizabeth Jelín¹⁷ realiza uma análise de como isso pode ajudar a pensar a História do Tempo Presente para as ditaduras do Cone Sul. Para tal, é necessária a aplicação de estratégias de análises das elaborações que se realizam sobre passados politicamente conflituosos e com as chamadas “experiências-limite”, segundo a autora. A primeira é referente à necessidade de abordar os processos que dizem respeito à memória em cenários políticos de luta sobre essas memórias. A

¹⁵ HOBBSAWM, Eric. Engajamento. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 154.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric. O presente como história. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 244.

¹⁷ JELÍN, Elizabeth. La conflictiva y nunca acabada mirada sobre el pasado. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. *Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007. p. 307-340.

segunda é a necessidade de pensar os processos de memória a partir de uma perspectiva histórica, ou seja, pensá-los como parte de uma dinâmica social, política e econômica, considerando como os atores específicos elaboraram suas memórias. Terceira, o reconhecimento de que, sendo o passado uma construção feita no presente, ele está sujeito aos interesses do presente. Assim, a continuidade ou a negação de certas construções do passado e a aceitação ou não de novas interpretações são processos significativos, que produzem efeitos concretos na sociedade, influenciando nas lutas políticas pelo poder e no entendimento do que faz parte, ou não, da “memória histórica”.

A fabricação da informação durante a ditadura brasileira

Um dos elementos essenciais para a execução de toda a maquinaria instalada nas ditaduras do Cone Sul era a *informação*. Considerada vital na concepção da guerra revolucionária elaborada pelos franceses, também o foi para a Doutrina de Segurança Nacional exportada pelos Estados Unidos. A coleta e o armazenamento de informações eram percebidos como instrumento de controle social, pois os dois principais campos utilizados pela guerra revolucionária eram o psicológico e o ideológico¹⁸. Assim, a violência, antes de ser repressiva passava a ser preventiva. Para os militares, estava-se vivendo uma guerra contra o “temor comunista”, mas não uma guerra tradicional, convencional, visto o “inimigo” estar dentro das fronteiras nacionais e também por agora se viver em um estado permanente de guerra: qualquer cidadão poderia ser/vir a ser esse “inimigo interno” que ameaçava a estabilidade da sociedade. “Buscava-se destruir o inimigo, desarmá-lo e obter sua consequente submissão, o que só seria possível forçando-o ao abandono da sua ideologia ou dos meios de expressá-la em público, ou seja, neutralizando a sua ação política¹⁹”. Para tanto, foi necessário estruturar um complexo aparato repressivo de informações.

No que concerne à questão da informação, a Doutrina de Segurança Nacional na América Latina recorreu fundamentalmente, para sua aplicação, da nomeação do outro como “inimigo interno”, o que, por si só, já é e

¹⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaina de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. v. 1. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 179-202.

¹⁹ GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de seqüestro, tortura e morte da ditadura militar*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 69.

um exercício de violência²⁰. O combate ao comunismo se daria em todos os espectros: social, político, econômico, cultural, militar e psicossocial. Este último consistia em certos segmentos da vida social, tais como religião (atuação política do clero), educação, opinião pública (repercussão de noticiários televisivos), sindicalismo, habitação, condições de trabalho, situação fundiária e segurança²¹. Tal ação demonstrava a preocupação dos órgãos institucionais das ditaduras de exercer o controle da população, o que levou, conforme a historiadora Samantha Quadrat, a “um grande investimento no setor de informações que, em alguns casos, além da coleta e processamento da informação também ficou responsável por exercer a repressão²²”.

Na concepção da Doutrina, a ação psicológica era a principal arma que os comunistas utilizavam ao travar os seus embates; assim, os militares teriam que atingir, por meio da guerra psicológica, os principais campos escolhidos pelo suposto “inimigo”, que eram os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação (principalmente a imprensa) e a Igreja. “De fato, tudo podia ser incluído no chamado ‘campo psicossocial’, dos estudantes às escolas de samba. Acompanhar a evolução da sociedade para detectar possíveis fatores adversos era uma das principais funções do sistema de informações²³”. Entretanto, essa repressão preventiva não era exercida a fim de diminuir a repressão propriamente dita; pelo contrário, alimentava-a. Nas ditaduras do Cone Sul, a atividade de informações confundiu-se com a segurança nacional, portanto, qualquer ato em seu nome estava justificado.

Coube ao Estado de Segurança Nacional determinar quem era o “inimigo interno”, induzindo-o a montar dois tipos de estruturas defensivas nessa luta não convencional:

Primeiro, o Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta”. Tudo isso implica ainda a centralização do poder de

²⁰ LUJÁN MARTÍNEZ, Horacio. Carl Schmitt e a ressignificação de seu conceito de “inimigo interno” pelo terrorismo de Estado argentino (1974-1973). In: BRANCO, Guilherme Castelo (org.). *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

²¹ Campo psicossocial. Fonte do verbete: Conselho de Segurança Nacional, Série Políticas de Segurança Nacional, Subsérie Estudos, BRANBSB N8.0.PSN.EST.086. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 79-81.

²² QUADRAT, Samantha. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, jan./jun. 2012, p. 22.

²³ GODOY, *op. cit.*, p. 408.

Estado no Executivo federal, que poderá então operar o vasto aparato de segurança interna. Segue-se também que os setores mais intimamente vinculados à coordenação das forças repressivas e de informação vêm a ser os detentores de *facto* do poder no interior do Estado de Segurança Nacional²⁴.

Todas essas ações promovidas pelas ditaduras e que tiveram no terror a sua própria lógica de funcionamento levaram à permanente e sistemática violação dos direitos humanos. Não foram “excessos”, mas, sim, houve uma produção da cultura do terror – enquanto cultura de dominação – que normatizou a cultura da violência como a forma de perceber as relações humanas. Para a manutenção do *status quo*, esses supostos “excessos”, quando não eram negados, foram mostrados à população como um “mal necessário” ou um “mal menor”, situação que perdura nas sociedades latino-americanas até os dias de hoje.

A historiadora Priscila Antunes²⁵ considera que a definição de inteligência como coleta e análise de informações que interessam à segurança nacional é imprecisa, visto o próprio conceito de segurança nacional ser polêmico, pois este está ligado diretamente ao tipo de governo, ao regime político e ao contexto socioeconômico. Em estados de exceção, por exemplo, mais será enfatizada a questão da segurança interna, não a diferenciando, na maioria das vezes, da segurança externa – vide o caso das *fronteiras ideológicas*. Assim, na análise da questão da *inteligência*, é necessário ponderar os mecanismos organizados e estruturados pelo governo para a obtenção das informações desejadas. Na América Latina da Doutrina de Segurança Nacional, a atividade de inteligência foi intensamente militarizada, e seus serviços convertidos em órgãos de informação e repressão, já nascendo estruturados para o combate à “subversão” e orientados à defesa da segurança nacional e da política interna.

A atividade de inteligência é um componente do poder de Estado e pertence ao núcleo do monopólio da força e da repressão que presta os serviços públicos de defesa e a manutenção da ordem. Antunes constata que *inteligência* é o que as organizações de inteligência fazem e as ações desenvolvidas por elas, facilitando, desse modo, o que se enquadra ou não como tal. Inteligência, muito mais que um conceito, passa a ser definida a partir do seu contexto organizacional. Pode-se concluir, então, que “a ativi-

²⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005 [1984]. p. 48.

²⁵ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

dade de inteligência refere-se a certos tipos de informações, relacionadas à segurança do Estado, às atividades desempenhadas no sentido de obtê-las ou impedir que outros países a obtenham e às organizações responsáveis pela realização e coordenação da atividade na esfera estatal²⁶”.

O produto de inteligência passa a ser definido em função da sua necessidade de *segredo* e *proteção*. Os órgãos de informações, destacadamente em regimes de exceção, tendem a privilegiar o segredo – quando se retém intencionalmente a informação – como instrumento de poder. “Por segredo podemos compreender um saber de acesso particularizado a uma informação privilegiada, que cria alianças e divisões sociais e espaciais por aqueles que o compartilham²⁷”. As relações sociais passam a ser divididas em dois grupos principais: “nós”, quem retém a informação; e “eles”, a quem a mesma é bloqueada.

No caso brasileiro, o Serviço Nacional de Informações (SNI) elaborou o “Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos” (Decreto N°. 79.099, de 6 de janeiro de 1977), um livreto no qual orientava aos agentes dos serviços de inteligência os procedimentos a serem tomados em relação ao *segredo* e à *proteção* da informação, no qual constava o “Decálogo de Segurança”. As instruções eram bem claras:

- I. Reúna e deposite na cesta de papéis adequada: rascunhos, notas, cópias, carbonos, estêncil, de documentos sigilosos;
- II. Retire de sua mesa de trabalho, antes de deixar a sala, documentos que devem ser guardados à chave;
- III. Verifique se os arquivos, gavetas e portas de armários ficaram fechados ao término do expediente;
- IV. Assunto sigiloso não é conversa para telefone (não há segurança nesse tipo de comunicação);
- V. Suas obrigações e os trabalhos em execução não devem ser objetos de conversa em reuniões sociais, bares, restaurantes, coletivos, etc. Tenha sempre em mente que em tais lugares você não sabe quem está escutando;
- VI. No serviço, não procure inteirar-se de assuntos que não estejam sob sua responsabilidade, em especial os sigilosos;
- VII. Informações sobre documentos sigilosos (teor e andamento) somente deverão ser fornecidas a quem estiver credenciado;
- VIII. Lembre-se sempre de que o conhecimento de assuntos sigilosos dependem da função desempenhada pela autoridade e não do seu grau hierárquico ou posição;
- IX. Qualquer indício de risco na segurança do pessoal, do material, dos documentos sigilosos e das instalações deve ser ineditamente comunicado à autoridade competente;

²⁶ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002, p. 21.

²⁷ *Idem, Ibid.*, p. 27.

X. Toda e qualquer pessoa que, oficialmente, tome conhecimento de assunto sigiloso fica, automaticamente, responsável pela manutenção de seu sigilo. Atenção: As paredes têm ouvidos: não comente ou trate desnecessariamente de assuntos sigilosos²⁸.

Na preservação do *segredo*, era necessário montar um esquema de *proteção*, que levava a uma compartimentação da informação, como bem atesta a regra: “Cada um só deve conhecer o que lhe é necessário ao cumprimento de suas atribuições ou tarefas”. O conhecimento total das operações ficava restrito apenas ao alto nível de planejamento; os demais órgãos tinham conhecimento apenas do necessário para realizar a tarefa de sua responsabilidade. Todos os processos envolvidos eram resguardados, desde o agente, o documento, as instalações onde se analisavam as informações, a forma de circulação e difusão das mesmas, e a operação em si.

Essa lógica do *segredo* e da *proteção*, todavia, impera atualmente. O “nós” e “eles”, pelas diretrizes da Segurança Nacional, intensificaram a distância e o isolamento entre as comunidades de informação e a sociedade em geral, permanecendo o reflexo de suas ações. Ao tratar a população como um potencial inimigo, a maior parte dessas informações, considerada sensível, estava protegida pelo “segredo governamental”. No caso das informações produzidas pelas Forças Armadas na *guerra suja* das ditaduras, estas ainda não foram reveladas, possibilitando, muitas vezes, a impunidade desses agentes que atuaram em nome do Estado nesse período.

Os documentos produzidos pelo aparato repressivo possuíam o caráter de ultrassecreto, secreto, confidencial ou reservado. No caso dos ultrassecretos, o grau máximo de sigilo, classificavam-se assim os assuntos que exigiam excepcionais medidas de segurança, cujo teor ou característica só deveriam ser do conhecimento de pessoas intimamente ligadas ao seu manuseio. Tais documentos eram enviados somente para o presidente e o vice-presidente da República, os ministros e os chefes dos Estados das três Armas, e deveriam ser manuseados pelo menor número de pessoas, com a finalidade de manter o segredo e a segurança da informação. Já os reservados, por exem-

²⁸ Decálogo de Segurança. Fonte do verbete: SNI, BRANBSB V8, caixa 03, pasta 15. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. *A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 125-26. O primeiro decreto que ordenou a custódia de documentos sigilosos no Brasil, o “Regulamento para a salvaguarda das informações que interessam à segurança nacional”, foi editado no ano de 1949, já num contexto de Guerra Fria. Em 1967, durante a ditadura brasileira, houve alterações, sendo que em 1977 a regulamentação foi novamente modificada. Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

plo, que possuíam o menor grau de sigilo, tinham uma difusão bem abrangente, só não devendo ser do conhecimento do público em geral, e eram encaminhados para oficiais das Forças Armadas e servidores civis pertencentes à burocracia, ou seja, à administração do aparato ditatorial.

Em sua sistemática, a *informação* era obtida por meio do *informe*. O informe era a matéria-prima da informação, sem ter sido analisado e/ou interpretado. A informação era o produto resultante da reunião, avaliação, análise, integração e interpretação dos vários informes disponíveis. Cabia ao analista da informação procurar relacionar o informe com algum problema ou com outros informes, criando dessa maneira novos conhecimentos²⁹. A produção da informação se dava em quatro etapas distintas: 1) busca de informes, 2) processamento dos informes obtidos para a produção da informação, 3) utilização das informações e 4) orientação da busca dos informes³⁰.

A busca dos informes consistia na exploração sistemática das fontes dos informes pelos órgãos de busca. As fontes nada mais eram do que os chamados “informantes”.

O processamento dos informes subdividia-se em registro, análise e interpretação. O registro era a etapa mais simples, e consistia em examinar a importância do informe e classificá-lo de acordo com a sua natureza, visando à facilitação da análise. Esta era responsável em determinar a pertinência, a idoneidade da fonte e a exatidão dos órgãos de busca.

Os informantes, ou as “fontes”, recebiam uma classificação de acordo com a sua confiabilidade, em uma escala de seis níveis, considerando dois aspectos: idoneidade e precisão. Desse modo, quanto à idoneidade, uma fonte podia ser: A) completamente idôneo; B) geralmente idôneo; C) bastante idôneo não em todas as ocasiões; D) geralmente idôneo; E) parcialmente idôneo; F) a idoneidade não pode ser julgada. Quanto à precisão: 1) confirmado; 2) provavelmente verdadeiro; 3) possivelmente verdadeiro; 4) duvidoso; 5) improvável; 6) não pode ser avaliado.

²⁹ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. *Classificação dos informes na fonte*. [s.d.]. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Santo Ângelo. SOPS/SA – 4...137.12.1.

³⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 4...5750.52.18.

Conforme a historiadora Marionilde Magalhães³¹, geralmente o informante tipo C provinha das Forças Armadas, tendo feito curso de treinamento em informações, infiltrando-se em diversos locais e organizações para obter o maior número de informes. Já os agentes dos tipos D, E e F eram, na maioria, informais eventuais e espontâneos, isto é, pessoas que possuíam cumplicidade com o regime, seja por questões ideológicas ou para receber algum apoio de caráter privado. Ainda na questão do processamento, havia a etapa da interpretação do informe, na qual se determinava a coerência ou não com informes anteriores.

A utilização e difusão da informação tinham por finalidade fornecer ao superior os elementos indispensáveis para que este pudesse tomar as decisões necessárias. Por fim, a fase da orientação de busca de informes refere-se à apresentação do exame da situação ao superior, na qual deverá constar todas as informações possíveis e, se preciso for, solicitar os “elementos essenciais da informação”, por meio do “plano de busca”.

Antunes observa que o processo pelo qual as informações coletadas são disponibilizadas é o denominado *ciclo de inteligência*, dividido em duas grandes etapas, a de coleta e a de análise. A coleta se dá através de várias fontes diferentes, tendo papel de destaque as “agências especializadas”, que se encarregam pela coleta de tipos específicos de informação. Após esse processo, essas informações coletadas serão processadas, analisadas e transformadas em *produto de inteligência*: o direcionamento dessas informações se dará conforme o pedido do usuário ou o objeto de pesquisa solicitado.

O *produto da inteligência*, então, será posto à disposição por meio do processo chamado de *disseminação*, mais comum nos documentos repressivos com o nome de *difusão*. É uma etapa crucial para o desenvolvimento do ciclo, pois é a responsável pela entrega e distribuição da informação. De acordo com o grau de sigilo, variava o tipo de entrega: para os documentos ultrassecretos, a comunicação somente poderia ser efetuada por contato pessoal e agente credenciado; já para os reservados, a informação poderia ser encaminhada via correio ou mensageiro designado pelo correio.

O ciclo se repetia e, dessa forma, se desenvolvia. Pode-se mensurar a estrutura necessária para que esse procedimento possa ocorrer. Em regimes de exceção, nos quais a segurança interna passa a ser sobrevalorizada, as-

³¹ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 17, 1997.

sim como a imposição do segredo e da proteção da informação são mais frequentes, a comunidade de informação e as suas respectivas agências passam por um processo de complexificação e burocratização. Foi o que ocorreu nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, nas quais o crime político se configurou como o principal alvo.

Os arquivos da repressão: alcances, usos e desafios

O tratamento dado aos “arquivos repressivos” caracteriza-se como um dos assuntos centrais dos processos de investigação dos crimes cometidos pelo Estado durante a vigência das ditaduras. Pouco se fez para avançar na abertura desses arquivos, e mesmo nos países onde há leis específicas para essa questão (caso do Brasil, por exemplo), não há uma política arquivística específica para esse tipo de documentação. Pode-se mensurar que o tratamento a estes arquivos não foi compreendido a partir da lógica da questão dos direitos humanos.

Os chamados *arquivos da repressão* (ou repressivos) são conjuntos documentais produzidos e acumulados em decorrência de atividades de controle, vigilância e punição pela rede do sistema repressivo, nesse caso específico, durante a vigência das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Compõem-se por um amplo conjunto de documentos que inclui, entre outros, prontuários, dossiês, fichas criminais, relatórios sobre possíveis agentes “subversivos”, documentos e objetos pessoais apreendidos em buscas policiais³². Estes arquivos se apresentam como um caso paradigmático, porque afetam grande parte da sociedade da qual foram recuperados, desde o Estado e seus agentes até as vítimas e seu entorno.

Faz-se necessário realizar uma análise apurada dos arquivos da repressão, pois se trata de fontes oficiais do aparelho repressivo que têm como qualidade intrínseca o fato de carregarem consigo a marca impressa das instituições que os produziram. A historiadora Ana Maria Camar-

³² Já os *arquivos sobre a repressão* ou *arquivos da resistência* são acervos que se originaram em decorrência da própria demanda social por esclarecimentos, pela verdade e pela justiça. Também podem ser considerados arquivos constituídos pelos próprios indivíduos ou famílias em decorrência das atividades que desempenharam no contexto dos regimes repressivos, assim como documentos que se constituíram com o objetivo de preservação da memória e conta também com fontes diversas de informações, principalmente depoimentos pessoais. Cf. GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. *Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes repressivos*. Paris: UNESCO, [1995?]. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 27 mar. 2009.

go³³ distingue entre os conceitos de autenticidade – o documento de arquivo constitui uma prova do processo que o gerou – e de veracidade – elemento que, independentemente da origem do documento, precisa ser buscado num universo que ultrapasse o seu horizonte. Além disso, é importante também chamar a atenção para o fato de que muitas das fontes produzidas pelos agentes da repressão permitem “ver o que eles [agentes secretos] viam”. De acordo com a historiadora Beatriz Kushnir, estas fontes

se por um lado, tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do “fichador³⁴”.

Assim, ao analisarem-se os documentos provenientes de arquivos repressivos, cresce a tendência da verificação do seu potencial heurístico, e não apenas a produção de um discurso baseado na seleção e crítica das fontes. Novos estudos estão promovendo uma releitura da documentação repressiva, não a percebendo mais somente como um conjunto de registros do passado e que serve como “prova” do mesmo, mas, sim, como “parte do processo de construção de discursos acerca do presente que pretendem documentar³⁵”.

No momento de sua confecção, esses documentos representavam o resultado funcional de uma atividade cotidiana, e não um procedimento clandestino. Sua preservação deve-se justamente ao fato de ser o interrogatório uma operação realizada dentro de uma engrenagem instituída pelo Estado, ainda que nem todas as suas atividades estivessem inscritas no plano da legalidade. O cotejamento entre outras fontes e a produção historiográfica é imprescindível, conforme atesta o arquivista Ramon Alberch i Fugueras:

Es necesario [...] proceder a un examen crítico de los documentos y verificar su carácter probatorio. En todo caso, es indudable que, más allá de la veracidad y la autenticidad de las informaciones personales, estos archivos

³³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

³⁴ KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Ed. da USP, 2002. p. 567.

³⁵ HEYMANN, Luciana. Documentar a ditadura: reflexões sobre arquivos e sensibilidades. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 33.

son testimonios irrefutables del funcionamiento del aparato represor del Estado y que sus informaciones, admitiendo la distorsión que supone el método para conseguir las, prueban la existencia de una represión feroz por parte del Estado, con multitud de personas privadas de libertad y sometidas a tratamiento humillantes y a desapariciones forzadas³⁶.

Além disso, a superabundância documental constitui-se como uma das características dos regimes de exceção, pois, conforme já visto, a produção e controle da informação eram vitais. Esse trabalho de documentação das mínimas ações dos órgãos que compunham os aparatos repressivos tinha como propósitos inculcar a culpa e criar provas contra seus “inimigos”. Diferentemente de outros documentos produzidos pela administração pública, esses documentos tinham a intencionalidade de fraudar as práticas estatais. Muitas mortes foram atribuídas a “suicídios”, “fugas”, “atropelamentos”, “tiroteios com a polícia”, ou então muitas das supostas declarações dadas em depoimentos foram extraídas em interrogatórios, nos quais, como se sabe, tinham a tortura como elemento intrínseco. O interrogatório e a análise dos informes produzidos se constituíam no “coração” das atividades do aparato de informações, tornando-se um instrumento de poder, muito mais de que uma ferramenta de inquirição.

Considerados *archivos sensíveis*, pois produzidos em regimes de exceção, implicam em polêmicas que envolvem personalidades da vida pública, privada e seus descendentes. Esses conjuntos documentais são simultaneamente objeto e fonte de investigação, e a própria denominação de “sensível” remete à necessidade de uma abordagem duplamente avaliada, além da crítica de fontes já exigida nos officios da história. Conforme a socióloga Luciana Heymann, arquivos sensíveis corresponderiam mais do que a uma tipologia a um determinado tempo específico. Desse modo, a própria denominação da categoria está inscrita numa temporalidade referente à reflexão sobre arquivos e seus usos, além do marco temporal da sua produção:

[...] o arquivo dito sensível evoca um tempo descontínuo em relação ao presente (é a ruptura que institui tal atributo) e, simultaneamente, um tempo próximo, de maneira que potenciais “usos do passado” ali registrados podem gerar efeitos políticos concretos. O que produz a sensibilidade é, portanto, o contexto que informa o acesso de determinados fundos³⁷.

Esses dois tempos são importantes e necessários para a discussão de arquivos repressivos: o contexto da produção, no caso, a ditadura civil-mili-

³⁶ ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. *Archivos y derechos humanos*. Gijón: Trea, 2008. p. 62.

³⁷ HEYMANN, *op. cit.*, p. 37.

tar brasileira; e a História do Tempo Presente, pois foi a sua retomada que possibilitou as diversas demandas de acesso a esses arquivos específicos. Entretanto, o embate em relação a esses arquivos é muito acirrado, devido aos usos políticos que são feitos desse passado recente, pelos que buscam verdade, reparação e justiça por meio do seu acesso, quanto pelos que desejam perpetuar o esquecimento e a impunidade como políticas públicas de Estado.

Objeto de disputas e jogos de poder, os arquivos guardam documentos com informações de interesse público, ainda que seu acesso contrarie a vontade de alguns grupos atuantes envolvidos em fatos comprometedores que desejam manter em segredo. A memória se torna objeto de disputas, sobretudo em períodos de transformações políticas, sendo o documento matéria importante no tocante às crescentes buscas pela restituição à história oficial de uma “memória justa³⁸”.

A eficácia das medidas de reparação às vítimas das ditaduras, assim como a apuração das responsabilidades dos agentes envolvidos nos crimes de Estado ficam, em grande parte, condicionadas pelo uso dos documentos produzidos e armazenados pelas instituições repressivas daquele período. Esses arquivos facilitam vários direitos à população, tanto no nível individual quanto no coletivo.

Na questão individual podem-se elencar diversos direitos, entre eles: direito dos familiares de saber onde estão os restos mortais dos desaparecidos; conhecimento dos dados existentes sobre qualquer pessoa nos arquivos repressivos; anistia para presos e perseguidos políticos; reparação por danos sofridos pelas vítimas da repressão; restituição de bens confiscados; direito à investigação histórica e científica.

Já na questão dos direitos coletivos, os arquivos repressivos facilitam: a integridade da memória escrita dos povos; o direito à verdade; o conhecimento dos responsáveis de crimes contra os direitos humanos; o direito dos povos e nações de escolher a sua própria transição política.

Nesta última questão, levanta-se a efetividade da instalação das comissões da verdade, efetuadas durante o período da chamada justiça de transição, e que experiências em diversos países já demonstraram que variam muito de acordo com a disponibilidade ou não de se ter acesso à documentação repressiva.

³⁸ FARGE, Arlette. Documentos “sensíveis” entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 239.

Referente à organização, preservação e difusão dos arquivos repressivos, Ludmila da Silva Catela expõe quatro elementos centrais na sua análise e reflexão³⁹. Em primeiro lugar, os documentos que formam os acervos provenientes dos aparatos repressivos servem no presente para uma ação diametralmente oposta da sua origem. Produzidos na lógica da suspeição e da inculpação, são utilizados agora para tentar alguma forma de compensação das vítimas que tiveram seus direitos violados durante esse período de exceção (o chamado “efeito bumerangue”). Em segundo, servem para identificar os responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado, constituindo-se como provas. Em terceiro lugar, esses documentos são fontes para a investigação científica, permitindo à sociedade a escrita da sua história. Por conseguinte, em quarto lugar, geram ações pedagógicas e educativas sobre a intolerância, a tortura, a violação aos direitos humanos, entre outros fatores tão presentes nas ditaduras civil-militares do Cone Sul.

Considerações finais

O Brasil é conhecido pelos seus pares no Cone Sul como o país do *silêncio*. O presente recente é uma construção coletiva: não é algo dado, mas buscado. A prática do terrorismo de Estado brasileiro acabou sendo muito eficiente, levando à paralisia social, que se manteve por muito tempo, inclusive perpetuando-se para as gerações seguintes. A abertura dos arquivos repressivos ajuda, em parte, a reconstituir essa história, mas sempre considerando que nesses documentos quem tem direito à fala são os agentes ditatoriais, demonstrando a dimensão da metodologia do *terror* utilizada pelas ditaduras. Dessa maneira, impõe-se o papel fundamental do historiador nessas abordagens.

Percebe-se como no período em que o Brasil viveu um Estado de exceção, os elementos impostos à população – total arbitrariedade, criação de um “inimigo” em potencial, autossilenciamento e autoisolamento, impossibilidade do exercício da política – criaram e fomentaram a “cultura do medo”. Essa se manteve na transição democrática, no período democrático pós-1988 e encontra-se cada vez mais presente na nossa conjuntura atual, quando do golpe de Estado de 2016, que levou à deposição da presidenta eleita Dilma Rousseff.

³⁹ SILVA CATELA, Ludmila da. El mundo de los archivos. In: _____; JELÍN, Elisabeth (comps.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002. p. 195-221.

Muitos elementos autoritários que se mantiveram na democracia brasileira ocorreram fundamentalmente em virtude da impunidade aos crimes cometidos pelo Estado. A Lei de Anistia, promulgada em 1979 e vigente até hoje, pode ser considerado um dos principais fatores. Junto a ela, a inacessibilidade aos arquivos da ditadura por um tempo muito prolongado, bem como a não-abertura ainda de diversos outros arquivos, destacadamente os das Forças Armadas, contribui para o esquecimento histórico proposital desse período. Os arquivos repressivos da ditadura brasileira constituem-se como demandas da História do Tempo Presente e, como tal, caracterizam-se pela urgência⁴⁰.

O Brasil manteve uma cultura autoritária muito forte na saída da sua ditadura, e ainda não conseguiu fazer a sua justiça de transição. Com o golpe de Estado de 2016, percebeu-se que até mesmo as instituições – que se pretendiam sólidas e democráticas – rapidamente destituíram-se. Nesse sentido, fica a reflexão sobre o papel dos arquivos e do acesso à informação na construção de um modelo efetivamente democrático: “Sem dúvida, os arquivos públicos são representantes da força das democracias no mundo. No Brasil, não haveria de ser diferente. Tal como a democracia, o mundo dos arquivos é uma construção permanente, o que exige que não se deixe de lembrar que a luta continua⁴¹”. Em tempos onde a ignorância, o medo e o ódio imperam, urge. Não só aos historiadores do Tempo Presente, a todos.

⁴⁰ HEYMANN, *op. cit.*

⁴¹ KNAUSS, Paulo. A luta continua: usos do passado, democracia e arquivos da repressão no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Documentar a ditadura: arquivos da repressão e da resistência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. p. 101.

O golpe invisível: mídia, política, História e a Universidade em tempos incertos

Luiz Alberto Grijó

Introdução

Em 31 de março de 2017, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma entrevista com o apresentador de programas de auditório da Rede Globo de Televisão Luciano Huck¹. Passando o país por uma crise política e econômica profunda (deposição de uma presidenta eleita, indicadores econômicos apontando para uma recessão grave e um governo de discutível legitimidade e altamente impopular), a imprensa e os institutos de pesquisa de opinião se apressam em escrutinar e questionar a respeito de possíveis candidatos à presidência da República nas eleições previstas para 2018. Em uma destas enquetes, divulgada em fevereiro de 2017, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva aparecia como favorito, vencendo o pleito contra todos os demais candidatos nela aventados². Nessas condições, dado que outros políticos tidos como “tradicionalistas” pela mídia não parecem ou aparecem ser pares para o ex-presidente, especulações variadas se abriam. Dentre elas uma espécie de pré-conceito ganha força, o de que um candidato que possa disputar com chances de vitória o pleito deve ser um *outsider*. Na esteira do sucesso de Donald Trump nos Estados Unidos, bem como da eleição para prefeito da cidade de São Paulo de João Dória Júnior, que, segundo uma auto-representação e a representação midiática dominante, possuiria um perfil semelhante ao do presidente norte-americano (apresentador de programa de televisão, postura “moderna e atual”, vínculos com o

¹ *Folha de São Paulo*, 31 de março de 2017. É hora de minha geração ocupar os espaços de poder, diz Luciano Huck. In: <http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http://www...-minha-geracao-ocupar-os-espacos-de-poder-diz-luciano-huck.shtml>. Acessado em março de 2017.

² *O Estado de São Paulo*, 15 de fevereiro de 2017. Lula lidera com 30,5% dos votos em eventual disputa em 2018, diz pesquisa. In: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-lidera-com-30-5-dos-votos-em-eventual-disputa-em-2018-diz-pesquisa,70001666636>. Acessado em março de 2017.

mundo dos negócios e com o glamour da alta sociedade, alguém sem as “mãos sujas” na política, um homem novo, etc.), a grande mídia empresarial se lança em especulações, procurando alguém que possa acomodar neste perfil.

A entrevista com Huck se insere neste contexto. Sem se declarar abertamente candidato a presidente nas eleições de 2018³, o apresentador responde aos questionamentos, todos eles com indisfarçável conteúdo político-eleitoral, se dizendo um político não político, quer dizer, alguém que faria política desde sua profissão, como um cidadão, mas sem estar na política em si, a política dos partidos e dos cargos públicos. Mesmo tendo apoiado aberta e fortemente o candidato do PSDB nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves, e ter sido um ativista em favor do processo de afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff, na entrevista assume uma postura apartidária, se apresenta como membro de uma geração “nova”, leia-se, não “contaminada” pela “velha política” e pelos “velhos políticos”. Questionado a respeito da alegada polarização político-partidária pela qual passaria o Brasil, responde que o “único jeito de arrumar esse país é se a gente conseguir fazer um pacto apartidário. Sem revanchismo, sem revolta. Se foi golpe ou se não foi golpe, não importa”⁴.

Em uma discussão a respeito de modelos políticos, Carl Landé aponta que dois deles se destacam quanto a suas unidades estruturais básicas. Em um deles, a política se desenvolve a partir da ação de grupos corporados, no outro, se destacam as díades, que formam as bases dos sistemas de líderes/seguidores e das facções. Landé aponta como muito familiar aos leitores ocidentais a compreensão do primeiro modelo, enquanto que para os não-ocidentais, o segundo modelo é bem mais próximo. Entre outras tantas, importa aqui atentar para a proposição segundo a qual, no modelo de política baseado em grupos, se afirma a:

“expectativa, baseada na experiência passada, de que as leis serão cumpridas rígida e impessoalmente, de que o indivíduo será beneficiado apenas através de leis que darão benefícios similares a todos os outros da mesma categoria de pessoas e de que ninguém em sua categoria será proibido de fazer alguma coisa não proibida aos outros. Em resumo, o modelo pressupõe a regra das leis gerais”⁵.

³ Mais para o final do ano de 2017 Huck descartaria de vez sua eventual candidatura.

⁴ *Folha de São Paulo*, op. cit.

⁵ LANDÉ, Carl H. Política de grupo e política diádica: notas para uma teoria. Tradução para fins didáticos de Group politics and dyadic politics: notes for a theory. In: SCHMIDT, S. W. et al. (org.). *Friends, followers and factions; a reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 507.

Um aprofundamento mais minucioso de até que ponto tal proposição, enquanto modelo geral e até ideal-típico, se confirma na prática das democracias ocidentais desvela os seus próprios limites, como se pode verificar em casos como o dos Estados Unidos, onde o encarceramento judicial desproporcional de setores da população, homens jovens afrodescendentes, é uma regra, ou no caso do tratamento distinto que imigrantes de países orientais ou africanos têm frente a outros grupos étnicos já estabelecidos na Europa Ocidental em tribunais e demais agências legais e policiais. Porém, de modo geral se constata que o modelo se aplica como um paradigma e seus eventuais desvios são inclusive denunciados por instâncias governamentais, da sociedade civil e na imprensa. A expectativa das regras como regras gerais e aplicáveis igualmente a todos em condições semelhantes é essencial como forma de consolidação, reprodução e legitimação dos regimes pluralistas democráticos e os seus desvios são normalmente denunciados fortemente como tais, encontrando ampla rejeição na sociedade de um modo geral.

Em 2015 e 2016 no Brasil se passou a discutir uma questão fundamental para as suas ainda recentes instituições democráticas que se inauguraram com a Constituição de 1988. Uma série de movimentos políticos baseados em intensa mobilização de rua colocaram em perspectiva a possibilidade de um golpe de estado, segundo alguns, ou de um processo de afastamento, *impeachment*, legal, portanto, da presidenta da República reeleita em 2014, segundo outros. Nas mídias alternativas e nas chamadas redes sociais essa discussão se estabeleceu e ainda tem desdobramentos, catapultada pela ação de grupos organizados entre políticos e apoiadores de uma ou de outra dessas alternativas.

Independentemente disso e não obstante o debate público que se fez e ainda se faz, é importante marcar uma posição que não seja contaminada pelo jogo dos interesses político-partidários que disputam “narrativas” a tal respeito e que têm efeitos a cumprir nos desdobramentos do que ainda está ocorrendo. Enfim, sob o ponto de vista técnico, acadêmico, o que está ocorrendo desde 2015 e 2016 no Brasil, mais especialmente a partir do afastamento efetivo do cargo da presidenta eleita em 17 de abril de 2016 pela Câmara dos Deputados e que inaugurou o processo de *impeachment* e instalou como governante provisório o vice-presidente, Michel Temer, agora efetivo, foi ou não um golpe de estado?

Por outro lado, estabelecidos os termos e condições da investigação, quais linhas gerais podem ser apontadas no sentido de caracterizar e dar

conta disso? Ou seja, como fica estabelecido na primeira parte deste trabalho, no caso de um golpe de estado, a que veio ele e em quais condições? Regimes e leis não são subvertidos sem propósitos. Nesse caso, é importante recorrer a uma noção que, mesmo um tanto periférica no conjunto da produção de Pierre Bourdieu, pode ajudar na elucidação do que está proposto. Trata-se da ideia de que o estado pode, dentre outras formas, ser concebido também a partir de duas dimensões, sua “mão esquerda” e sua “mão direita”⁶. Por esse caminho se abre um conjunto de pistas que podem iluminar alguns dos aspectos relacionados com o golpe em curso e que atingem diretamente o futuro das universidades públicas no Brasil.

Do que se trata:

Se para o apresentador Luciano Huck – e sua tentativa de se posicionar politicamente como apolítico – não importa se foi golpe ou não, sob o ponto de vista da análise histórico-social as palavras devem se encontrar com as coisas, sob pena de se volatilizarem no jogo das opiniões soltas ao vento, não sem propósitos, procurando aderentes, defensores, advogados e militantes. Barbé salienta, no verbete “golpe de Estado” do Dicionário de Política de Norberto Bobbio, que de modo diverso de guerrilhas e movimentos revolucionários, para os quais o aniquilamento das forças policiais e militares do estado é um dos objetivos básicos, o golpe de estado “é executado não apenas através de funcionários do estado (...), mas mobiliza até elementos que fazem parte do aparelho estatal”⁷.

Em meados de abril de 2017, em entrevista a um programa de televisão, o chefe de governo brasileiro empossado em vista do afastamento da presidenta eleita, Michel Temer, declarou textualmente: “Que coisa curiosa! Se o PT tivesse votado nele naquele comitê de ética, seria muito provável que a senhora presidente continuasse”⁸. Se referia ao antigo presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, que depois seria preso pela

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, pp. 9-20. BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 215-223.

⁷ BARBÉ, Carlos. Verbetes Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília, Edunb, 1993, p. 546.

⁸ TEMER, *apud*, *Portal Forum*. 16 de abril de 2017. Golpe: ao vivo, Temer confessa que Dilma caiu porque não cedeu à chantagem de Cunha. In: <http://www.revistaforum.com.br/2017/04/16/golpe-ao-vivo-temer-confessa-que-dilma-caiu-porque-nao-cedeu-a-chantagem-de-cunha>, acessado em abril de 2017.

Polícia Federal (PF) acusado de, entre outros crimes, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, posse de contas não declaradas em bancos na Suíça. Na entrevista Temer buscava fazer crer que não tivera responsabilidade nas articulações que levaram ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff, pelo que resolveu atribuir a responsabilidade pelo processo a um agente-chave que então, quando da entrevista, se encontrava cassado de seu mandato de deputado e detido em carceragem judiciária. A ação de Cunha foi, com efeito, muito importante nos acontecimentos que levaram à abertura do processo de *impeachment* e no seu posterior desfecho, porém, o que deve ser destacado na fala de Temer é que, segundo ele mesmo, o que levou ao acolhimento da demanda e abertura do processo não foram razões de ordem jurídica, necessárias para tal de acordo com a Constituição Federal, mas motivações relacionadas a uma pura e simples vendeta.

Agora não é o momento de analisar o que levou ao golpe em uma perspectiva mais ampla, mas focar o que poderia ser uma justificativa para a sua negação enquanto tal e que é utilizada frequentemente por aqueles que por ele foram responsáveis. Quer dizer, o processo de *impeachment*, foi ou não regular no seu sentido jurídico? Isso não necessariamente é determinante sob ponto de vista geral do processo, mas o é sob o ponto de vista da definição do acontecimento, se golpe de estado ou processo constitucional regular de destituição de um presidente da República. Porém, como quase tudo no mundo jurídico, e ainda mais quando se mistura com os interesses políticos, em torno dessa questão se instaura uma intensa discussão. Quanto aos trâmites formais, não há dúvidas de que foram seguidos. O presidente da Câmara acolheu uma representação no sentido de instaurar o processo de afastamento, este foi submetido ao plenário e depois seguiu para o Senado onde foi também acolhido e, por fim, julgado procedente. A questão central não é essa, mas a de que, sob o ponto de vista da necessária prova de crime de responsabilidade, condição constitucional do *impeachment* de um presidente, ficou ou não provada a culpa e, mais, foi ela formada de acordo com leis e regulamentos aplicados universalmente a todo e qualquer caso que neles se enquadrassem?

Definitivamente não. Ao longo do processo jurídico-político ficou sobejamente demonstrado que as chamadas “pedaladas fiscais”, principal motivo de sustentação do pedido de *impeachment*, são na verdade um recurso contábil, com certeza não ortodoxo, do qual lançam mão praticamente todos os chefes de executivos estaduais e federais, sendo que nunca qualquer um deles fora antes responsabilizado pelo uso de tais mecanismos en-

quanto atos criminosos passíveis de serem justificativas para afastamento dos cargos. O próprio então vice-presidente Michel Temer assinou, quando no exercício da presidência em viagens de Rousseff, decretos com tal teor. O mesmo fizeram, e provavelmente ainda fazem, vários governadores de estados, mas o assunto simplesmente sumiu das preocupações midiático-jurídico-policiais desde que a presidenta eleita foi afastada, o que, se confiarmos em indícios, esse é um muito forte de que algo não vai assim tão conforme com as narrativas dos vencedores.

A Constituição de 1988, segundo muitos analistas, acadêmicos ou não, instaurara no país uma ordem jurídico-política, precária, mas ao menos uma base para tal, que até os processos que levaram ao golpe de 2016 era razoavelmente respeitada pelo pessoal político e pelas elites dominantes de um modo geral. Ou seja, o Brasil poderia estar se encaminhando, por certo meio aos trancos e barrancos, para um modelo de ordem política pluralista baseado na impessoalidade da aplicação das leis e no respeito geral a elas, conforme ressalta Landé para o caso da política baseada em grupos que foi acima referido. O que o casuísmo oportunístico que levou ao golpe em si deixou muito claro é que essa representação era um ledro engano. O sistema se mantinha às custas de um grande acordo geral não escrito de apoio eventual a um governante eleito e seu grupo em troca de favores pontuais que garantiam o que veio a ser denominado de governabilidade. Uma vez que o Executivo precisa de maioria no Congresso para governar e tendo em vista que até agora nunca um partido político conseguiu estabelecer maioria por si só, sempre foi necessário a composição, antes ou depois do resultado eleitoral, a qual começa na montagem das chapas, passa pelas costuras visando os apoios de outros partidos políticos e termina com as negociações no varejo com deputados e senadores muitas vezes um a um. Nesta troca também participam os grandes grupos empresariais, que, em busca de benesses do Estado, literalmente corrompem agentes públicos de vários escalões e o próprio sistema eleitoral com o recurso a propinas e contribuições nem sempre legais para as campanhas eleitorais, origem do enriquecimento de muitos e do conhecido “caixa 2”. Como, portanto, as solidariedades aos governantes eventuais não eram fruto de apoios institucionalizados em termos de programas, partidos, demandas coletivas objetivadas, e sim da busca de privilégios, benesses, facilidades, cargos e mesmo riqueza, uma vez suposta ou efetivamente rompidas as expectativas de reciprocidade, não só o governante corria perigo, mas o sistema como um todo.

Desde o início do processo que culminou no afastamento da presidenta Rouseff, duas principais narrativas se estabeleceram. Nos pólos, de um lado, a narrativa que sustenta que o *impeachment* não seria um golpe e, de outro, a que sustenta o contrário, como já apontado acima. Entre elas, o sociólogo Laymert dos Santos identificou uma outra, uma terceira narrativa, intermediária, segundo a qual o *impeachment* não é golpe em si, por estar previsto na Constituição, mas no caso em pauta o seria, já que não se lograra comprovar crime de responsabilidade da presidenta Dilma Rouseff, sendo as chamadas “pedalas fiscais” um mero casuísmo, um pretexto. “Então, nesse sentido, acho que a palavra golpe cabe, e a pessoa que oscila entre um discurso e outro deveria prestar atenção nesses deslizamentos semânticos e, ao mesmo tempo, atentar para o que as palavras significam”⁹.

O que no âmbito das disputas políticas e sociais se transforma em uma batalha de narrativas, ao ser objetivado academicamente, requer definições mais seguras, com pretensões explicativas ou compreensivas. O hiper-relativismo que se espalha hoje em dia, principalmente nos mundos midiático e político, tem chegado à beira do absurdo, quando uma noção como a de “pós-verdade”¹⁰ ganha adeptos e termina por arrastar para a lama das semi-certezas e dos semi-fatos profissionais e suas profissões que cada vez mais perdem espaços de credibilidade no mundo. O que no jogo das disputas políticas sempre foi corriqueiro, quer dizer, o uso totalmente instrumental dos recursos de cultura, causa agora estragos talvez definitivos no jornalismo e entre os jornalistas. Aqueles que deixam de se pautar por uma espécie de deontologia clássica do meio, a da “busca da verdade”, da objetividade, da equidistância – que, por mais inalcançáveis e utópicas que sejam, configuravam o meio como um campo de atuação social na história ocidental¹¹, eram uma régua de mensuração, controle e *exemplar* – e tomam para si posições como evidências, especulações como fatos, opiniões como ciência acabam por desnudar o próprio arbitrário da citada deontolo-

⁹ SANTOS, Laymert Garcia dos. Entrevista ao Jornal da Unicamp. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz. *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. (e-book) São Paulo, Alameda, 2016, p. 242.

¹⁰ Ver HARFORD, Tim. The problem with facts. *Financial Times Magazine*, 9 de março de 2017. In: <https://www.ft.com/content/cef2e2f8-0383-11e7-ace0-1ce02ef0def9>, acessado em março de 2017.

¹¹ Ver BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997; CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre (org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 2003, pp. 63-79; e também CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis, Vozes, 1998.

gia e por jogar no lixo o que ainda poderia haver de digno e reto na sua prática que outrora lhes emprestava credibilidade frente aos profanos-consumidores de seus produtos culturais, especialmente a “informação”.

No caso da academia, o público consumidor é em grande medida formado pelos concorrentes uns dos outros e os noviços em processo de iniciação¹². Isto cria um efeito de fechamento maior, contribuindo para a consolidação do polo mais hermético e ortodoxo do meio, aquele que relewa a busca pela excelência própria a ele, a busca pelo avanço da objetivização e do universal, mas, também, uma certa elitização. A recusa dos relativismos e a busca pela objetividade acaba por fazer com que as taxinomias se revistam de uma segurança maior, sua maior universalização e, portanto, valor heurístico. Em outras palavras, o que faz a força científica da produção de ciência é o seu específico modo de produção que afasta e se afasta dos profanos, o que lhe confere uma força social bem menos significativa a curto prazo e tanto menor quanto mais próxima das ciências humanas, sempre acusadas por outros especialistas da palavra, pelos “mestres do discurso” que são os modernos sofistas de modo geral (jornalistas, publicitários, “*experts*” de mídia, “operadores do direito”, ideólogos, polemistas, “palestrantes”, etc.), como descoladas da “realidade”. De onde o corrente preconceito, em alguns casos uma espécie de patologia intelectual, que o autodidata supostamente ilustrado, mas sem teoria e sem método, nutre pelo acadêmico.

O sofista, enfim, não somente é mais propenso a aceitar a “pós-verdade” como o nome do jogo, quanto é um dos seus principais elaboradores, defensores e difusores, mesmo que a critique em público, porque dela busca extrair sua já fraca legitimidade fiduciária, sua credibilidade possível, a qual é medida muito mais por seus efeitos de realidade, por seu utilitarismo, do que por seu valor como episteme. É assim que é possível para o sofista emergir como o juiz, como o intérprete, como o árbitro à Salomão que pode distribuir equivalências e justiça de acordo com sua só excelsa e frequentemente auto-atribuída sabedoria. Ele está sempre a propor cortarem-se crianças ao meio para o gáudio e júbilo gerais e para o triunfo do “Justo” e de sua Razão de ser no mundo.

No Jornal do Almoço, um programa de televisão antigo, no ar desde a década de 1970 em Porto Alegre, veiculado pela RBS-TV, emissora per-

¹² Ver BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Unesp, 2004.

tencentente à grande mídia empresarial sul-rio-grandense e retransmissora da Rede Globo no Rio Grande do Sul, foi apresentada, na edição de 10 de abril de 2017, uma matéria sobre as “mentiras na internet”, as “notícias falsas”. Como do *script*, entrevistaram pessoas nas ruas, apresentaram alguns dados soltos, de fontes duvidosas, e a apresentadora enfatizava os adjetivos, na maioria negativos, declarando que a sua emissora passaria a denunciar esses engodos prestando um serviço à comunidade. A cruzada recém-lançada ficava muito reforçada e valorizada na matéria televisiva na medida em que o depoimento colhido de um professor de comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) alertava para os perigos que as notícias não verdadeiras, mesmo não sendo novidades no mundo, com a internet, assumiam dimensões terríveis, pois poderiam influenciar negativamente na tomada de decisões políticas, econômicas, comportamentais.

Ao final da matéria editada em forma de uma denúncia, aparece o comentarista contratado, carimbado e carimbador, Túlio Milman, um dos sofistas assalariados da emissora, para emitir sua “opinião”. Em tom muito sério, de terno e gravata, pois assim, bem vestidos, os pontos de vista assumem mais eficazmente o caráter de fatos e evidências, começa lembrando, desde uma visão muito particular de história e de seu uso, que notícias falsas se iniciaram na década de 1930, quando Goebbels, Ministro da Propaganda de Hitler, confessava que uma mentira repetida mil vezes logo se torna uma verdade. Com ar muito grave e indignado, diz concordar com o professor da PUCRS entrevistado na matéria, apontando que o remédio para o mal constatado pela reportagem e pelo acadêmico, a proliferação descontrolada das “mentiras”, é o “jornalismo sério”, aquele com credibilidade, que checa as notícias, vai atrás das informações seguras, o “jornalismo das empresas de comunicação”, como a que lhe paga o salário. Ainda segundo ele, este remédio seria já antigo, sempre fora eficaz no passado, seria ainda hoje e assim sempre será¹³.

A denúncia do telejornal, ao mesmo tempo em que, aparentemente, parece anatematizar a chamada pós-verdade, acaba por ratificá-la e legitimá-la, transformando-a em uma espécie de contra-verdade dos fatos, mas fatos, para posicionar-se a si próprio, quer dizer, ao seu empreendimento empresarial-cultural, como aquele que pode ser o único agente, neste senti-

¹³ RBS-TV. Jornal do Almoço, 10 de abril de 2017.

do também um detergente, capaz de limpar, filtrar, selecionar e, enfim, extrair da pós-verdade o que seria ou não verdade. Isso é ressaltado pelo recurso às práticas que seriam exclusivas do meio – investigação, checagem, contraposição de fontes e versões, etc. –, pois só as empresas de “credibilidade” teriam os recursos humanos e materiais para operar tal sanitização, tal mediação salomônica, o juízo final de decidir o que é ou não verdade na pós-verdade e no próprio mundo. Afinal, nem todos podem sair por aí pretendendo cortar crianças ao meio como forma legítima de atuação, só os meios de comunicação corporativos ousam arrogar para si tal prerrogativa.

É interessante notar que ainda recentemente este trabalho de convencimento seria totalmente desnecessário, pois o reconhecimento geral destas práticas e funções do e no jornalismo era quase que dado. Na atual situação de profunda crise material e de credibilidade das grandes empresas midiáticas não só no Brasil, é um esforço imprescindível sob o ponto de vista de tentar salvar o que for possível de um produto em franca decadência fiduciária.

O jornalista Moisés Mendes, de longa trajetória em grandes empresas de comunicação do Rio Grande do Sul, escreveu em seu blog que:

É óbvio que os jornais da mídia tradicional ainda fazem jornalismo, mas se dedicam cada vez mais ao básico, ao elementar, e cada vez menos ao excepcional. O jornalismo que contribuiu para a redemocratização, que assumiu as grandes causas e correu riscos, este não existe mais. A mídia está abraçada ao golpe. A imprensa decidiu também ser golpista. A imprensa pré e pós-golpe acaba por sufocar toda uma geração de jovens jornalistas, submetida nas grandes redações às piores orientações sobre o que deve ou não fazer. Sei porque conversei com colegas da imprensa do centro do país (alguns veteranos estão constrangidos com o que acontece no final de suas carreiras)¹⁴.

No Brasil, além das dificuldades em termos de lucratividade econômica que tais empresas têm enfrentado, também corre muito fortemente a avaliação de que o posicionamento destes meios durante a crise do afastamento de Rousseff deu-se em detrimento das regras do fazer jornalístico com as quais concordavam muitos de seus antigos profissionais. Quer dizer, durante a crise os meios se posicionaram não como empresas propriamente jornalísticas, mas como agentes fundamentais da deposição da pre-

¹⁴ MENDES, Moisés. Blog do Moisés Mendes. 16 de março de 2017. In: <http://www.blogdomoisismendes.com.br/a-grande-imprensa-foi-ao-encontro-da-morte-ao-apoiar-o-golpe>, acessado em março de 2017.

sidenta. Abdicaram de operar de acordo com as regras e procedimentos deontológicos acima citados e passaram a agir como agentes políticos interessados em resultados políticos, não jornalísticos.

Neste ponto o golpe e a grande mídia empresarial se encontram. Voltando-se para a conquista do poder, engajando-se com um fervor de militante de centro acadêmico na luta político-partidária¹⁵, as grandes empresas brasileiras de mídia em sua totalidade enquanto pessoas jurídicas, mas também quanto aos seus comentaristas, colunistas, entrevistas, matérias e demais produções, simplesmente ignoraram o debate a respeito de golpe de estado sustentando, todas, que a democracia continuava em pleno vigor no país e que tudo seguia dentro da “normalidade democrática”, institucional, legal. Talvez a afirmação de que ignoraram o debate seja um pouco forte demais, pois, eventualmente, ele até é referido, mas para ser imediatamente recusado por seus sofistas, para os quais não há ou houve golpe algum em sua esmagadora maioria. Este é um problema sintomático. Caso essas empresas estivessem minimamente de fato reportando ou representando com algum grau de tirocínio do meio, reconhecido como tal, ao menos esta divergência teria de estar refletida, e muito, pois central nas manifestações de políticos apoiadores da presidenta deposta e mesmo alguns outros que reconheciam no processo essa marca, ou seja, tratava-se de um golpe de Estado em curso.

De qualquer modo, nas manifestações de rua as organizações sindicais, estudantis, movimentos sociais e outros claramente protestantes explicitavam em faixas, cartazes, discursos sua posição de que se vivia um processo de golpe de estado. Não era por falta de visibilidade que a questão deixaria de ser abordada. E, ressalte-se, que não se trata de inverter os termos da equação e pensar que a mídia empresarial deveria, poderia ou se disporia a apoiar a representação do golpe como golpe, mas sim de, em sendo esta uma disputa mais do que explícita, contemplar, de um modo ou de outro, jornalisticamente os termos do debate público que estava e continua posto. Ao contrário, nestes mares se navega em um silêncio que chega a ser constrangedor para qualquer um que acompanhe o que se passa em outros empreendimentos midiáticos não dominantes como blogs, a chamada mídia alternativa, outras publicações eletrônicas, a revista *Carta Capital*,

¹⁵ GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, julho de 2016, pp. 67-92.

veículos estrangeiros. E, nesse último caso, das publicações estrangeiras, a discussão sobre golpe ou não golpe aparece, constituindo este um contraponto importante ao que seus supostos similares empresarias brasileiros publicam no país. Ou seja, a discussão sobre se foi ou não um golpe é um produto jornalístico segundo o ponto de vista de outros jornalistas e de outras empresas jornalísticas, menos daqueles baseados no Brasil e vinculados às grandes empresas oligopólicas do setor.

Foi assim que os jornalistas, os materiais produzidos pela grande mídia empresarial brasileira e a própria grande mídia empresarial brasileira passaram de interlocutores e de fontes de informação para os jornalistas estrangeiros a objetos de reportagens. Laurent Delcourt, jornalista do *Le Monde Diplomatique*, deixou claro em um artigo que, de início, a versão das grandes empresas de mídia brasileiras a respeito da crise política no país foi aceita pelos veículos internacionais. É uma praxe, os jornalistas costumam se fiar em seus colegas para reportar e analisar para seus próprios públicos o que ocorre em outros lugares aos quais não têm acesso direto. Num segundo momento, porém, jornalistas e matérias da grande imprensa brasileira passaram a ser desacreditados, justamente pela sua falta de objetividade e por seu cada vez mais explícito comprometimento politicamente interessado com os acontecimentos que supostamente reportavam e aos quais emprestavam sentido. Correspondentes estrangeiros *in loco* e fontes alternativas passaram a deixar claro esse jornalisticamente não pequeno problema a respeito do que era produzido pela mídia nativa. Foi assim que, de fonte de informações, a mídia empresarial local passou a ser vista como agente interessado e engajado politicamente no que ocorria no país, como tendo e tomando um partido dentre os que estavam em disputa. Evidentemente que estariam interessados, seriam os “ossos do ofício”, mas o interesse esperado seria jornalístico, e não político-partidário e, muito especialmente, ideológico. Porém, a despeito da insistência dominante na mídia brasileira dominante, cada vez mais passou a ganhar força internacional a representação de um golpe de estado, um “golpe branco”, um golpe parlamentar, empresarial, judiciário e midiático¹⁶.

Jornalistas como o premiadíssimo Glenn Greenwald, norte-americano, felizmente para o jornalismo, radicado no Brasil e correspondente do

¹⁶ DELCOURT, Laurent. 2016. Brazil's cold coup. *Le monde diplomatique*. In: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache%3Amonde...ome..69i57j69i58.1105j0j4&sourceid=chrome&es_sm=122&ie=UTF-8, acessado em julho de 2016.

The Intercept, ganhador do Prêmio Pulitzer e do Prêmio Esso, entre outros, por estarem testemunhando os acontecimentos de perto, passaram a reportar uma outra visão deles, incluindo a mídia empresarial nativa como partícipe, coautora, como cúmplice, como um dos principais agentes de um golpe de estado operado pelo que havia de moralmente pior em termos de agentes políticos, jurídicos, polícias, empresarias no país, um golpe contra uma presidenta regularmente eleita contra quem não se conseguira comprovar nada de grave que configurasse motivo legal que justificasse sua deposição.

O que se enfrenta:

Pouco a pouco o golpe vem se impondo e as palavras se encontrando com as coisas. Mesmo com todo o trabalho de tentar transformar o golpe em um golpe invisível ou em um não-golpe, ele teima em emergir aqui e ali e a se impor como a conceituação mais cabível a respeito do que ocorreu em 2016 no Brasil e ainda tem seus desdobramentos. E é impressionante o papel que os sofistas da mídia têm desempenhado nesse trabalho incessante, inclusive, mais recentemente, se preocupando em atacar diretamente os especialistas acadêmicos acusando-os genericamente de “esquerdistas”. Movimentos ou proposições como o chamado “escola sem partido” têm tido repercussão midiática no sentido de inibir a atuação de professores do ensino básico, principalmente, acusando-os de estarem “doutrinando” as crianças indefesas. A laicidade do Estado tem sido posta em cheque por tentativas legislativas que vão desde as isenções fiscais a “templos” e assemelhados até a censura de conteúdos de livros didáticos que contenham temas como educação sexual e estudos de gêneros, tudo com a ampla cobertura midiática. Um estado judicial-policial se insinua, e neste caso com o aberto incentivo dos grupos de mídia, a fim de calar oposições políticas e esmagar ainda mais os grupos sociais dominados. Um golpe de estado também pode ser medido por seus efeitos.

Em julho de 2016, um editorial do jornal *O Globo*, veículo altamente comprometido com o golpe, receitava ao novo governo um dos caminhos da “necessária” “reforma do Estado” que deveria ser implementada. Como, segundo o jornal, a via do aumento de impostos estaria esgotada, o Estado precisaria de “ideias nunca aplicadas”. A despeito do plural, a ideia proposta era uma só: “por que não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social?” A fórmula do jornal é simples: “Pagará quem puder, receberá bolsa quem não tiver condi-

ções para tal. Funciona assim, e bem, no ensino privado. E em países avançados, com muito mais centros de excelência universitária que o Brasil”. A partir disso, o periódico opina, ancorado em uma enquete de um outro jornal, a *Folha de São Paulo*, que “a universidade pública gratuita [...] favorece apenas os ricos, de melhor formação educacional, donos das primeiras colocações nos vestibulares”. A conclusão é de que a cobrança “além de corrigir uma distorção social, [...] ajudaria a equilibrar os orçamentos deficitários das universidades, e contribuiria para o reequilíbrio das contas públicas”¹⁷.

Em menor medida em termos de repercussão e importância política geral, mas em consonância com a posição de *O Globo*, um colunista do jornal *Zero Hora*, um periódico de circulação restrita ao Rio Grande do Sul também pertencente ao acima referido Grupo RBS, afirmou em uma de suas crônicas que: “mas como tornar competentes os professores e agradáveis às escolas? Vou dizer agora. Anote, Temer. Anote, Sartori¹⁸. São duas medidas básicas: 1. Tornaria proibidas as escolas privadas em todo o país. 2. Tornaria proibidas as universidades públicas em todo o país”. Como é comum em situações desse tipo, quando o centro é muito mais sofisticado e complexo na transmissão de suas posições, o colunista periférico é cru e direto: “quanto à universidade, o rico que a pague com sonante, o pobre que a pague com trabalho”. Encerrando o escrito com a modesta declaração de que sua medida tornaria “resolvido o problema da educação e do serviço público ao mesmo tempo, e com isso o problema da segurança, das finanças etcetera, etcetera”, o provincial jornalista ainda encontrou espaço para receitar que os bolsistas, os “pobres”, no caso, depois de formados “pagariam o curso trabalhando por algum tempo no funcionalismo público. O Estado teria à sua disposição engenheiros, advogados, jornalistas, arquitetos, até sociólogos, se descobrisse o que fazer com eles”¹⁹.

No dia 6 de dezembro de 2017, o Campus da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) amanheceu repleto de agentes da Polícia Federal (PF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da

¹⁷ O Globo, Editorial, 24 de julho de 2016. In: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>, acessado em 6 de dezembro de 2017.

¹⁸ José Ivo Sartori, governador do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁹ COIMBRA, David. Salvei o Brasil. Obrigado. Publicado em sua coluna no jornal *Zero Hora* em outubro de 2016. Como o conteúdo do periódico é de acesso restrito, o artigo citado foi consultado desde *Bloggerdakeyla*, In: <http://keylaiara.blogspot.com.br/2016/10/10-de-outubro-de-2016-n-18656-david.html>, acessado em 6 de dezembro de 2017.

União (CGU). Sob o pretexto de investigar alegados desvios de recursos na construção de um Memorial da Anistia, pelo qual a universidade estaria responsável, e em projetos afins, as forças citadas, com mandatos judiciais, levaram em condução coercitiva o atual reitor, ex-reitores e outros professores da administração da universidade e do projeto do Memorial. Sem antes convocar para depor qualquer um deles, usou a PF de método semelhante ao anteriormente adotado no caso da detenção em condução coercitiva do então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Luiz Cancellier de Olivo, acusado de obstrução às investigações. Ele se suicidaria pouco mais de um mês depois em consequência direta disso.

Como lembrou o reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em nota divulgada no sítio na internet da instituição, não foram estes casos isolados. Em dezembro de 2016 foi a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que recebeu a investida jurídico-policia na operação chamada pela PF de “PhD”. Logo em fevereiro de 2017 foi a vez da UFPR receber a operação “Research”, quando por volta de 180 agentes federais cumpriram mandatos de prisão e conduções coercitivas. A operação na UFSC, que resultaria na morte do seu reitor, deu-se em setembro de 2017 e foi apelidada de “ouvidos moucos” pela PF, sendo seguida por esta mais recente na UFMG que ganhou da mesma força policial o nome de “esperança equilibrista”.

Como se viu, em pouco menos de um ano, 4 das maiores universidades federais do Brasil (UFMG, UFRGS, UFSC e UFPR), sofreram impactantes operações policiais, com quantidade de agentes (geralmente também acompanhados de auditores de órgão de controle) suficientes para um conflito armado. Todas com imensa e desmedida repercussão midiática. Em alguns desses casos, com prisão ou condução coercitiva das autoridades máximas – no planos administrativo e simbólico – das instituições universitárias. Nunca se viu um cenário desses antes²⁰.

Que irregularidades podem ocorrer e provavelmente ocorrem nas universidades é certo e devem ser investigadas e punidas de acordo com as leis. Mas não parece ser o que está em jogo. A espetacularização e imolação públicas de adversários ou mesmo reticentes passou a ser a regra na ação de certos grupos e instituições, o que se acentuou fortemente depois do golpe

²⁰ FONSECA, Ricardo Marcelo. Um ano de ataques contra as universidades públicas brasileiras. *Universidade Federal do Paraná*. 6 de dezembro de 2017. In: <http://www.ufpr.br/portallufpr/blog/noticias/nota-do-reitor-ricardo-...ca-um-ano-de-ataques-contra-as-universidades-publicas-brasileiras/>, acessado em 7 de dezembro de 2017.

de Estado de 2016. O jornalista Luis Nassif chega a aventar a possibilidade de que a operação na UFMG seja também uma retaliação pelas manifestações de solidariedade ao reitor da UFSC morto em decorrência direta das ações judiciais e policiais. Na cerimônia que marcou a homenagem fúnebre ao reitor, havia um cartaz que dizia “uma dor assim pungente não há de ser inutilmente”. A referência é tirada da música “O bêbado e a equilibrista”, composta por Aldir Blanc e João Bosco e que ganhou notoriedade no final da década de 1970 na interpretação de Elis Regina, ao final da ditadura anterior, a civil e militar inaugurada em 1964. Pois a PF não perdeu a oportunidade de apelidar sua operação na UFMG, que se voltou justamente contra supostas irregularidades na execução do projeto do Memorial da Anistia, de “esperança equilibrista”, parte também da letra daquela “música símbolo da resistência à ditadura militar. E também do livro do professor Juarez Guimarães, da própria UFMG, sobre o governo Lula. [...] Com a operação, além de retaliar a comunidade acadêmica, a PF e o Ministério da Justiça conseguirão comprometer uma obra importante, o Memorial da Anistia”²¹.

Como esboçado no início do texto, Pierre Bourdieu referiu-se à questão das mãos direita e esquerda do Estado. O sociólogo francês – cuja leitura poderia ser muito útil à cultura e à formação do jornalista Coimbra, que poderia assim finalmente “descobrir o que fazer” com os sociólogos, sobre os quais insinuou na citação acima que seriam dispensáveis ou inúteis – modifica ligeiramente a definição clássica de Estado de outro sociólogo, provavelmente também desconhecido por Coimbra, Max Weber. O “Estado é um x (a ser determinado), que reivindica com sucesso o monopólio do uso legítimo da força física e simbólica em um território determinado e sobre o conjunto da população correspondente.”²² Indo mais além, ele aponta o que seriam as mãos direita e esquerda do Estado no contexto de sua alta complexificação no mundo atual. A mão direita pode ser entendida como as instâncias, burocracias, agentes do Estado responsáveis pela gestão de seus recursos mais vitais, ligados à arrecadação e administração financeira e pelo exercício do controle simbólico e físico da população e da segurança frente a inimigos externos. Ou seja, forças armadas, justiça e polí-

²¹ NASSIF, Luis. Invasão da UFMG foi retaliação a evento da morte do reitor da UFSC. *GGN*. 6 de dezembro de 2017. In: <https://jornalggn.com.br/noticia/invasao-da-ufmg-foi-retaliacao-a-evento-da-morte-do-reitor-da-ufsc-por-luis-nassif>, acessado em 7 de dezembro de 2017.

²² BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 1996, p. 97.

cias, áreas financeiras, planejamento, serviços penitenciários, etc. Já a mão esquerda do Estado estaria mais relacionada com as instâncias, burocracias e agentes do Estado que, não obstante participarem também do trabalho de dominação pelo Estado, se relacionam mais com sua área social. Assim, saúde, educação, assistência social, previdência, justiça do trabalho e áreas afins se destacam. Ou seja, a área dita “social”²³.

O golpe em curso está fortemente relacionado com uma coalizão operada de dentro do próprio Estado, contando com agentes-chave no Legislativo – parlamentares da própria base de apoio da presidenta Rousseff que romperam com seu governo, principalmente do PMDB, partido que passou a gravitar em torno do deputado Eduardo Cunha –, no universo judicial – com o uso político-midiático de processos cujo paradigma é a chamada “operação lava jato” e que envolveu agentes em todas as suas instâncias, inclusive no Ministério Público –, no próprio Executivo – entre militares e civis em agências como a PF e entre certos burocratas de altas hierarquias. Mas o golpe não seria possível sem uma forte base de apoio fora do Estado em si, sustentação essa encontrada no mundo das finanças, no rentismo, no alto empresariado urbano e rural, entre institutos do tipo *think tanks*, pastores e igrejas neopentecostais, associações de classes como sindicatos médicos e a própria Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros²⁴.

É evidente desde a destituição da presidenta eleita, que o governo que se instalou passou a cumprir uma agenda que em vários pontos veio ao encontro de demandas de setores da classe dominante, mormente grandes empresários, ruralistas e investidores do mercado financeiro os quais têm, desde os anos 1980, lutado para forçar os rumos do Estado no Brasil ao encontro de reformas neoliberais mais radicais, o que significa praticamente a extirpação da sua mão esquerda, substituindo os serviços e bens prestados e acessíveis coletiva e universalmente desde o Estado por sua busca individual no mercado.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso e seu partido, PSDB, foram paradigmáticos nesse sentido, mas tiveram seus limites definidos pelas mobilizações dos partidos de esquerda e de movimentos sociais, com o pro-

²³ BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, pp. 9-20; BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997, pp. 215-223.

²⁴ Ver SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro, LeYa, 2016.

tagonismo no PT, e sua capacidade de mobilização contra medidas que já apontavam no sentido do esvaziamento da participação do Estado em diversos setores e atividades. Privatizações de estatais, programas de demissão voluntária de servidores, dolarização da economia, sucateamento de serviços públicos, tudo isso avançou muito com o PSDB no governo, mas o processo teve uma relativa desaceleração ao final do período. No início dos anos 2000, uma crise mundial e uma conjuntura interna que estava levando à possibilidade de radicalização de revoltas e perturbações sociais e políticas, oportunizou a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. A chegada de um líder e de um partido de esquerda ao governo acabou permitindo um respiro importante nas tensões sociais. Sem modificar a política econômica e sem contrariar os interesses gerais da mão direita do Estado – burocracias militares e policiais foram inclusive reforçadas e ampliadas, a política financeira e monetária seguiu o mesmo rumo já consolidado nos anos de governo do PSDB, obras públicas de infraestrutura foram incrementadas – os governos do PT passaram também a redirecionar investimentos públicos para a mão esquerda do estado. Uma série de políticas e investimentos públicos foram feitos nas áreas de educação, assistência social e saúde.

Especialmente, as universidades federais, que nos governos anteriores estavam em acelerado processo de sucateamento, voltaram a receber recursos que permitiram o seu custeio e ampliação, bem como a criação de novas unidades espalhadas pelo país, o que foi secundado pelo incentivo a políticas de inclusão social e democratização do acesso a elas por meio das políticas de cotas, por exemplo. Rogerio Dultra dos Santos aponta que nos últimos 40 anos as instituições de ensino superior federais sofreram três “ondas” de intervenção. Segundo ele, a primeira teria sido operada pela ditadura de 1964, quando, paralelamente às intervenções políticas nas instituições – perseguição de servidores e alunos segundo suas opiniões, incluindo afastamentos, demissões e mortes, vigilância pelos órgãos de segurança, controle da vida escolar –, havia já um projeto de privatização que acabou abortado pela mobilização de seus alunos e servidores e pelo fim do regime de exceção. A segunda onda foi protagonizada, como já referido, pelos governos do PSDB, que asfixiaram as instituições pelo corte de verbas até mesmo para o seu custeio, ao mesmo tempo em que incentivaram um avanço enorme na quantidade de escolas, faculdades e universidades privadas constituídas em modelos empresariais estritos, para as quais educação é igual a lucro, aluno é cliente e o conhecimento, muito mais a infor-

mação, é apenas mais uma mercadoria. Por fim, após o período de refluxo desta tendência de sucateamento e privatização operado pelos governos do PT, a última onda que Dultra dos Santos identifica é a que avança no momento atual.

Como as duas ondas anteriores, esta também tem como objetivo central a privatização e o sucateamento. Faz isto também com corte de verbas, como no governo FHC.

A novidade desta terceira onda, a onda de intervenção do regime Temer, é que ela está se configurando não somente pela asfixia financeira (como, paradigmaticamente, já está acontecendo com a UERJ, no Rio de Janeiro), mas a partir da criminalização do corpo universitário como um todo.

A estratégia é utilizar-se do discurso do combate à corrupção para perseguir e neutralizar as lideranças acadêmicas, causar medo, e mesmo terror, no corpo universitário e fazer passar as reformas privatizantes sem que seja possível se articular reação dentro das instituições.

A “condução coercitiva” do Reitor da UFSC em setembro – que gerou o seu suicídio – e a nova investida repressiva contra o reitor e a vice-reitora da UFMG são a ponta mais visível de um iceberg que tem crescido nos últimos meses. Um conjunto não articulado de processos judiciais, investigações criminais e intervenções está tomando corpo nas Universidades e Instituições de Ensino públicas²⁵.

Neste sentido, o próprio nome adotado pela PF para designar sua “operação” na UFMG, “esperança equilibrista” é mais do que emblemático e revela um outro aspecto que pode ser aduzido a este apontado por Dultra dos Santos. Além da questão econômica e dos interesses de mercado, sucatear, asfixiar e se possível eliminar as universidades públicas, como quer o jornalista senhor Coimbra acima citado, é também eliminar oposição. Aqui, porém, muito cuidado. Oposição não necessariamente diz respeito à dimensão político-partidária, embora os partidos estejam presentes nas universidades como em muitas outras partes do tecido social. As universidades públicas, descompromissadas em princípio que estão com a educação e o conhecimento como mercadorias, são os centros principais de produção de pensamento e conhecimento relativamente autônomos frente à política, ao mercado e mesmo ao Estado não só no Brasil²⁶. Eliminar a

²⁵ SANTOS, Rogério Dultra dos. Criminalização e asfixia da Universidade Pública. *O Cafezinho*, 6 de dezembro de 2017. In: <https://www.ocafezinho.com/2017/12/06/criminalizacao-e-asfixia-da-universidade-publica/>, acessado em 8 de dezembro de 2017.

²⁶ Ver BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996. Ainda sobre as universidades e educação superior, ver BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2011 e BOURDIEU, Pierre. *La nobleza de estado: educación de elite y espíritu de cuerpo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2013.

universidade pública é eliminar a possibilidade do dissenso e da crítica radical e racional, do pensamento que almeja o universal e que não se fixa em utilitarismos e mundanisms, embora com eles dialogue. No limite e sem exagero, sem a universidade pública o que sobra é uma carta branca aos “especialistas” do mercado e da política, aos sofistas em geral que já são dominantes na cidade, mas que assim se tornariam monopolizadores. O que sobraria é o pensamento único, é o totalitarismo neoliberal, é o triunfo absoluto da nova razão do mundo que Laval e Dardot muito bem descrevem e analisam²⁷. Assim, voltando ao nome da “operação”, tão logo chegou ao conhecimento de João Bosco, um dos autores da música, o uso que a PF fez de um trecho dela, ele lançou uma postagem na internet desautorizando a referência idealizada pelo burocrata policial. Segundo Bosco, sua:

canção foi e permanece sendo, na memória coletiva do país, um hino à liberdade e à luta pela retomada do processo democrático. Não autorizo, politicamente, o uso dessa canção por quem trai seu desejo fundamental. [...] Há indícios que me levam a ver nessas medidas violentas um ato de ataque à universidade pública. Isso, num momento em que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, estado onde moro, definha por conta de crimes cometidos por gestores públicos, e o ensino superior gratuito sofre ataques de grandes instituições (alinhadas a uma visão mais plutocrata do que democrática). Fica aqui portanto também a minha defesa veemente da universidade pública, espaço fundamental para a promoção de igualdades na sociedade brasileira. É essa a esperança equilibrista que tem que continuar²⁸.

É, pois, claro que o nome dado pela PF, além de buscar a visibilidade midiática e espetacularização que têm caracterizado suas ações nos últimos tempos, revelando um laço muito estreito entre agentes policiais e agentes da mídia empresarial, a uma operação que envolvia um Memorial da Anistia e uma universidade pública federal do porte da UFMG, visava atingir de frente aqueles que tal corporação vislumbra como seus críticos, inimigos, no caso. Na verdade o nome trai o sentido político do ato travestido de ação jurídico-policial. É assim que mídia, governo golpista, reacionários de toda espécie, os grandes agentes do capital, a mídia e setores da mão direita do estado agem, criando um clima de terror e medo para destruir aqui ou ali os que julgam críticos ou opositores ao regime de exceção que se

²⁷ DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo* – ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016.

²⁸ BOSCO, João. Nota de repúdio à operação “esperança equilibrista”. Apud G1, 7 de dezembro de 2017. In: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/musico-joao-bosco-repudia-nome-de-operacao-da-pf-que-faz-alusao-a-sua-musica.ghml>, acessado em 8 de dezembro de 2017.

instalou a partir do afastamento da presidenta eleita. Cada um operando por seus próprios meios, buscando seus próprios objetivos. Uns visando o lucro, outros o reforço de sua arbitrariedade, outros ainda se perpetuarem nos postos de governo.

Arrasar a universidade pública se torna um objetivo importante para as forças golpistas, que têm na amputação da mão esquerda do Estado não só um objetivo econômico-financeiro, mas também, e talvez até primeiramente, o sentido da destruição de um inimigo sempre poderoso que é o conhecimento e seus agentes. Eliminar a universidade pública é eliminar grande parte da possibilidade de pensamento e ação racionais e, por fim e por *éthos*, divergentes.

Um fim em aberto:

Por fim, umas palavras sobre o papel do historiador frente ao golpe. Em um momento como este é importante a reflexão a tal respeito.

Primeiro, há que se fazer uma distinção básica. O historiador não é uma ostra fechada em sua concha. É um cidadão. Neste sentido, a iniciativa de Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian, reconhecidas historiadoras, de criar um movimento, o grupo denominado Historiadores pela Democracia, foi muito importante. Gravou-se um vídeo que está publicado na Internet, realizou-se um encontro no Palácio da Alvorada com a presidenta então afastada, Dilma Rousseff, e publicou-se um livro denominado “Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado”²⁹. Trata-se de uma ação política de historiadores, como também o fizeram outras categorias profissionais e movimentos sociais. A Associação Nacional de História (ANPUH) e suas regionais também lançaram manifestos denunciando o golpe de estado e suas graves consequências para as áreas de atuação profissional dos historiadores e professores de história. Esse conjunto de iniciativas são muito importantes e jogam o peso social da categoria no mundo das disputas políticas em um momento muito frágil para a democracia e suas instituições.

Porém nem só de política de fazer história na luta política vivem os historiadores. Vivem também de fazer história como profissão e é aqui que, provavelmente, residirá sua força mais poderosa na batalha ainda em cur-

²⁹ MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz. *Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado*. (e-book) São Paulo, Alameda, 2016.

so, a batalha sobre as representações. Se é importante uma tomada de posição política clara, em defesa da democracia, mas também em defesa dos lugares de atuação que estão correndo sério perigo (como no caso acima analisado do risco de eliminação das universidades públicas, mas também quanto ao desmonte dos cursos de humanas em geral, sucateamento dos arquivos e instituições de pesquisa, avanço sobre as escolas com uma espécie de polícia política, ideológica e religiosa), é não menos importante o que já se começa a fazer agora como história do tempo presente e, mais especialmente, história imediata a respeito do golpe e seus desdobramentos. Por mais engajados que possam ser na ação político-partidária, esse não é o lugar de atuação profissional dos historiadores e historiadoras. Nele estão em desvantagem, pois acabam sendo patrolados pelos sofistas de todos os tipos, desde os albergados nos meios de comunicação descritos e analisados acima e seus interesses, bem como pelos políticos e sua visibilidade concedida por essa mesma mídia que não o faz sem pedir coisas em troca. Quer dizer, a força específica dos profissionais de história se encontra em seu arsenal de objetivação tendo com alvo o universal. A sua força é a força do conhecimento que produzem e que os fortalece como grupo e frente aos seus inimigos muito bem identificados hoje em dia. Em outras palavras e indo um pouco adiante, é fundamental continuar a fazer história para que essa possa realmente voltar às mãos de quem têm a ela direito: os cidadãos brasileiros.

Sobre os autores e as autoras

Adelar Heinsfeld

Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com Pós-doutorado na Pontifícia Universidad Católica de Chile.

Alessandro Batistella

Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ana Luiza Setti Reckziegel

Professora Titular do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutora em História Ibero-Americana pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Ananda Simões Fernandes

Historiadora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Carina Martiny

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Carla Brandalise

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em História Política pela Fondation Nationale des Sciences Politiques (FNSP) – Paris.

Carla Menegat

Professora do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Cássia Daiane Macedo da Silveira

Professora Adjunta de História do Brasil Republicano e de História Contemporânea na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Charles Sidarta Machado Domingos

Professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Professor Adjunto I do Departamento de História e Geografia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Douglas Souza Angeli

Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Jonas Moreira Vargas

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Luis Carlos dos Passos Martins

Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e coorde-

nador nacional do GT de História Política – ANPUH. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Luiz Alberto Grijó

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Mariana Flores da Cunha Thompson Flores

Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Rafael Saraiva Lapuente

Mestre e doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

René E. Gertz

Professor aposentado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciência Política pelo Freie Universität Berlin – Alemanha.

Rodrigo Dal Forno

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Tassiana Maria Parcianello Saccol

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Tatyana de Amaral Maia

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com Pós-Doutorado em História pela Universidade do Porto – Portugal.



ISBN 978-85-7843-782-4

